

Ministério da Saúde  
**Fundação Oswaldo Cruz**

**INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE**

**O LUGAR DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA:**

**saúde, polifonia e alteridade na Revista Radis**

**Rogério Lannes Rocha**

**2022**

Rogério Lannes Rocha

O LUGAR DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA:

saúde, polifonia e alteridade na Revista Radis

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Informação e Comunicação em Saúde  
do Instituto de Comunicação e  
Informação Científica e Tecnológica em  
Saúde da Fundação Oswaldo Cruz

Orientadora: Prof. Dra. Inesita Soares  
de Araújo

Rio de Janeiro

2022

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

Rocha, Rogério Lannes.

O lugar do outro na comunicação pública: saúde, polifonia e alteridade na revista Radis / Rogério Lannes Rocha. - Rio de Janeiro, 2022.  
xix, 407f.407f. f.; il.

Tese (Doutorado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2022.

Orientadora: Inesita Soares de Araújo.

Bibliografia: f. 401-407

1. Comunicação Pública. 2. Comunicação e Saúde. 3. Radis. 4. Polifonia.  
5. Direito à Comunicação. I. Título.

Rogério Lannes Rocha

O LUGAR DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA:  
saúde, polifonia e alteridade na Revista Radis

Aprovado em 27 de outubro de 2022

Banca Examinadora:

---

Professora Doutora Inesita Soares de Araújo (Orientadora)

---

Professora Doutora Janine Miranda Cardoso

---

Professor Doutor Rodrigo Murtinho de Martinez Torres

---

Professor Doutor Paulo Marchiori Buss

---

Professor Doutor Gastão Wagner de Sousa Campos

*Aos meus pais, Valdir e Leusa, por tudo  
À Paula, Nina, Julia, Mariah e Antônio, por tanto amor*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço especialmente à professora Inesita Araújo, pela inspiração e orientação no doutorado e na pesquisa, e aos professores Valdir Oliveira, Regina Lima, Wilson Borges, Janine Cardoso, Gastão Wagner, Paulo Buss, Lúcia Souto, Rodrigo Murtinho e Katia Lerner, pela generosa leitura e discussão da tese.

Meu carinho e agradecimento aos participantes da pesquisa, meus queridos parceiros Ana Augusta Penteado, Ana Isabella Almeida, Cainã Vilanova, Elânia Francisca, João Leopoldo Vargas, Josenilton Dias, Júlio Müller, Lérida Vieira, Luiz Penha, Richarlls Martins e Vanilson Torres, coprodutores de conhecimento sem os quais esse trabalho não existiria.

Agradeço imensamente a todos que colaboraram e foram solidários no desenvolvimento e finalização da pesquisa e da escrita, em especial a Ana Carolina Gonzalez, Nina Vincent, Aurélio Vianna, Justa Helena Franco, Natália Calzavara, Eduardo de Oliveira, Fábio Lucas, Luiz Felipe Stevanim, Jorge Ricardo Pereira, Glauber Tiburtino, Rosilene Oliveira, Taiane Cavalheiro, Thaís Araújo, Cecília Marques, Carolina Marques e Marcos Vinícius Sodré.

A liberação de parte do meu tempo pelos diretores Hermano Castro e Marco Menezes, da ENSP, foi essencial para a realização desse doutoramento, assim como a compreensão e o apoio recebido da equipe que manteve a qualidade editorial da Revista Radis, colegas aos quais agradeço na pessoa da querida Justa Helena, com quem compartilho a coordenação do Programa Radis.

Meu carinho e gratidão aos amigos doutorandos e mestrandos da “turma do amô”, de 2018, por mostrarem que é possível produzir conhecimento relevante sem perder a ternura e sem largar a mão de ninguém, mesmo quando a pandemia nos impôs distanciamento físico. Em aulas, cafés, bares, churrascos e trocas diárias de mensagens, construímos vínculos acadêmicos e de ativismo, humor e acolhimento. Aprendi muito também com os colegas das turmas de 2019 e 2020, com os quais convivi como docente.

Realizar um doutorado ou mestrado nessa quadra, atravessada por retrocesso político e civilizatório e por uma pandemia sem precedentes, não foi trivial. Na verdade, foi muito difícil. Um contexto que colocou à prova instituições e pessoas. Sobreviveram com dignidade os que construíram relações humanizadas e defenderam a vida e a

solidariedade. Vivenciamos grandes tristezas, mas também alegrias, como a conquista de uma nova chance para construir uma democracia com justiça social nesse país.

Nos anos recentes, testemunhamos dolorosamente o fim evitável de milhões de vidas no planeta e sofremos com a perda de pessoas queridas e admiradas. Sergio Goes, Hesio Cordeiro, Antônio Ivo de Carvalho e Marinilda Carvalho, que foram pessoas vitais para o Radis, nos deixaram. Dona Zefinha, Ademildes e Daniele foram pessoas vitais para mim que também fizeram a passagem.

Essa travessia não teria sido possível sem a energia da companhia de amigos queridos como Lelo, Ana Carolina, Luiz, Monique, Luciana, João, Anna, Berna, Cris, Saada, Lucina, Alcimar, Paulinho, Justa, Binho, Ricardo e Vinícius; da proximidade com meus irmãos Vania, Valdir e Léo e com meu pai Valdir, que nos dá o privilégio de sua lucidez aos 96 anos; dos afetos que vêm da egrégora ética e de chamego de centenas de primos e tios de raízes baianas. Obrigado às psicólogas Silviane Paz e Sabrina Emily pela escuta e pelo acompanhamento que me permitiram não parar de caminhar.

Por fim, quero dizer que o amor incondicional compartilhado com minhas filhas Nina, Julia e Mariah, somado à alegria com o nascimento do meu neto Antônio e a esperança nos que ainda virão, foi estímulo e alento para suportar o tempo tomado pelo doutorado. Obrigado, meninas, pela compreensão e a inversão de quem cuida de quem, pelos encontros e por tanto amor. O amor genuíno compartilhado com minha mulher Paula me acompanhou e permitiu lidar com as incertezas e os atravessamentos difíceis nos estudos, no trabalho, na saúde, na política, na vida. Obrigado, meu amor, por cuidar de mim e de tudo, pelos bilhetes, mimos e surpresas, pela companhia cotidiana interessante, por me incentivar e acreditar sempre, por encher a nossa vida de diálogo e alegria. Obrigado por tanto amor.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o lugar do Outro na Comunicação Pública, bem como as possibilidades de uma comunicação pública ultrapassar os limites da mediação e produzir efetivamente um debate polifônico, que permita deslocamentos de lugar e o protagonismo de múltiplas vozes. Ele parte da compreensão de que o exercício do direito à comunicação, entendido como o direito humano individual e coletivo de comunicar, de falar e ser ouvido, associado historicamente à luta pela democratização da comunicação, é indissociável do exercício dos demais direitos, inclusive do direito à saúde. A pesquisa teve como referências estudos do direito à comunicação em Stevanim e Murtinho (2021), das teorias da enunciação e da produção social dos sentidos em Araújo (2004) e Orlandi (2007) e dos estudos subalternos e pós-coloniais em Spivak (2010). Em sua dimensão empírica, a pesquisa envolveu leitores da Revista Radis em um processo participativo de análise discursiva da presença, da ausência e do protagonismo de vozes de atores sociais diversos na textualidade da revista, examinando matérias jornalísticas por eles escolhidas. Nessa sucessão de conversas individuais e coletivas com o pesquisador, os participantes refletiram também sobre comunicação e saúde, atuando como coprodutores desse conhecimento. O estudo aponta que a Comunicação Pública pode e deve desenvolver-se como um espaço que se abre à presença do Outro e ao protagonismo de sua voz. No entanto, com base no que emergiu da pesquisa participativa, das análises e de suas contextualizações, percebe-se que a dimensão do Outro é muito maior do que a Comunicação Pública pode alcançar ou oferecer. A alteridade é maior do que a polifonia, maior do que a comunicação que acontece no encontro. O lugar do Outro na comunicação é um instante da existência do Outro.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Comunicação e Saúde, Radis, Polifonia, Direito à Comunicação

ROCHA, Rogério Lannes. O lugar do Outro na Comunicação Pública: saúde, polifonia e alteridade na Revista Radis. Orientadora: Inesita Soares de Araújo. Rio de Janeiro: PPGICS/ICICT/Fiocruz, 2022. Tese de Doutorado.



## ABSTRACT

This work aims to discuss the placement of the Other in the public communication, as well as the communication possibilities of surpassing the hosting limits and to produce, effectively, a polyphonic debate, which allows alterity and multiples protagonists. It set up of the idea that the execution of communication's rights, which is the individual and collective rights of dialogue, as to speak and to be heard, historical associated with the fight for communication democracy, is bound up with the implementation of many other human rights, such as health rights. As research's references, it was considered the communication's rights studies of Stevanim and Murtinho (2021), the enunciation and meaning production thesis of Araújo (2014), Orlandi (2007) and Spivak's (2010) subaltern post-colonials studies. In a practical way, this work contact Revista Radis' readers for a participative analysis about the presence, absence and central voices of diverse society figures in the magazine. As consequence, the inviters had examined Radis' articles chosen by them. In these conversations, the participants had discussed about public communication and health, in the position of acknowledgment's co-producers. Therefore, this study aims that the public communication must develop as a field with the Other beliefs and voices. Nonetheless, considering the results of this participative analysis, it is noticed that the Other's dimension is far more outstanding than the public communication could report. Alterity is bigger than polyphony, bigger than meeting communications. The Other's placement in communication is the instance.

Key-words: Public Communication; Communication and Health; Radis; Polyphony; Communication Rights.

ROCHA, Rogério Lannes. The Other's placement in public communication: health, polyphony and alterity in Revista Radis. Rio de Janeiro: PPGICS/ICICT/Fiocruz, 2022. Doctor of Science Degree.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Radis 127, Capa.....	197
Figura 2 – Radis 219, Capa.....	204
Figura 3 – Radis 219, Miolo.....	208
Figura 4 – Radis 156, Capa.....	211
Figura 5 – Radis 144, Capa.....	217
Figura 6 – Radis 144, Miolo.....	218
Figura 7 – Radis 148, capa .....	238
Figura 8 – Radis 163, Capa.....	245
Figura 9 – Radis 165, Capa.....	259
Figura 10 – Radis 189, Capa.....	272
Figura 11 – Radis 191, Capa.....	276
Figura 12 – Radis 190, Capa.....	282
Figura 13 – Radis 206, Capa.....	288
Figura 14 – Radis 212, Capa.....	294
Figura 15 – Radis 213, Miolo.....	301
Figura 16 – Radis 215, Capa.....	307
Figura 17 – Radis 215, Miolo.....	312
Figura 18 – Radis 219, Miolo.....	319
Figura 19 – Radis 220, Capa.....	322
Figura 20 – Radis 220, Miolo.....	325
Figura 21 – Radis 222, Capa.....	331
Figura 22 – Radis 224, Capa.....	336
Figura 23 – Radis 224, Miolo.....	337

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vozes em disputa no SUS.....	215
Tabela 2 – Vozes por mais participação social .....	235
Tabela 3 – A voz dos que resistem .....	243
Tabela 4 – Vozes pelo acesso aos medicamentos .....	256
Tabela 5 – Vozes da rua .....	269
Tabela 6 – Vozes no STF por aborto e doação de sangue .....	279
Tabela 6b – Vozes no STF por aborto e doação de sangue .....	280
Tabela 7 – Vozes sem evidências.....	286
Tabela 8 – Novas vozes masculinas .....	292
Tabela 9 – Quando as vozes vulnerabilizadas se articulam.....	299
Tabela 10 – A voz do cuidado é feminista.....	305
Tabela 11 – Vozes contra a precarização do trabalho .....	310
Tabela 12 – Vozes excluídas na educação .....	317
Tabela 13 – Voz da ciência .....	321
Tabela 14 – Vozes da Representação .....	328
Tabela 14b – Vozes antirracistas .....	329
Tabela 15 – Vozes de mães.....	334
Tabela 16 – Vozes do Norte.....	341

## LISTA DE SIGLAS

Abia	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids
ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Abrasme	Associação Brasileira de Saúde Mental
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AGU	Advocacia Geral da União
AIS	Ações Integradas de Saúde
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CCS/Fiocruz	Coordenação de Comunicação Social da presidência da Fiocruz
Cebes	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
Cedi	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEME	Central de Medicamentos
Cetic.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CFM	Conselho Federal de Medicina
CGI.br	Comitê Gestor da Internet do Brasil
CGU	Corregedoria Geral da República
CIAMP Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMDSS	Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde
CNDSS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde

CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNLCS	Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde
CNRS	Comissão Nacional da Reforma Sanitária
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNPS	Compromisso Nacional pela Participação Social
CNUDH	Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola
Conass	Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde
Confecom	Conferência Nacional de Comunicação
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
CRF	Conselho Regional de Farmácia
CUFA	Central Única das Favelas
DCS/ENSP	Departamento de Ciências Sociais da ENSP
DCS/ICICT	Departamento de Comunicação e Saúde do ICICT
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNDi	Drugs for Neglected Diseases initiative
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
ECEM	Encontro Científico dos Estudantes de Medicina do Brasil
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIAM-FAAM	Faculdades Integradas Alcântara Machado
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz

FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FURP	Fundação para o Remédio Popular
GTCOM	Grupo de Trabalho de Comunicação e Saúde da Abrasco
Habitat	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Habitacional e Urbano Sustentável
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IMP	Instituto Maria da Penha
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCQS	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
INI	Instituto Nacional de Infectologia
Intervozes	Coletivo Brasil de Comunicação Social
Iquego	Indústria Química do Estado de Goiás
ISA	Instituto Socioambiental
Iser	Instituto de Estudos da Religião
LabJaca	Laboratório de dados e narrativas sobre favelas e territórios periféricos
Laces/ICICT	Laboratório de Comunicação e Saúde
Lafepe	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais + outras siglas e identidades
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOM	Media Ownership Monitor
MS	Ministério da Saúde
MSB	Movimento Sanitário Brasileiro
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NBR	TV Nacional Brasil
NHS	National Health System
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
OCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONDH	Ouidoria Nacional dos Direitos Humanos
ONG	Organização Não-Governamental
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
OSS	Organizações Sociais de Saúde
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
Pensar	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PLP	Projeto de Lei Complementar
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAISH	Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PNM	Política Nacional de Medicamentos
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNSM	Política Nacional de Saúde Mental
PSF	Programa Saúde da Família
RADIS	Reunião Análise e Difusão de Informação sobre Saúde
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rebrip	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
Remume	Relação Municipal de Medicamentos
RSF	Repórteres Sem Fronteiras
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República
Sibsa	Simpósio de Saúde e Ambiente
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social

STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDS	Sistema Universalizado e Descentralizado de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	20
1. A CENTRALIDADE DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO E SAÚDE .....	35
1.1 Direito à Saúde e Comunicação e Saúde .....	35
1.2 Direito à comunicação, democratização da comunicação e Comunicação Pública .....	38
1.3 Sentidos da comunicação .....	43
1.4 “Pode o subalterno falar?” .....	49
2. A REVISTA RADIS E SEUS CONTEXTOS .....	55
2.1 Antecedentes .....	56
2.1.1 A ebulição da saúde na luta contra a Ditadura .....	56
2.1.2 O enfrentamento à censura na imprensa .....	60
2.1.3 Direito à informação .....	61
2.2 O Programa Radis .....	63
2.2.1 O Projeto RADIS e as revistas Súmula, Tema e Dados .....	63
2.2.2 Redemocratização e Reforma Sanitária Brasileira .....	67
2.2.3 SUS em construção .....	76
2.3 A Revista Radis .....	88
2.3.1 Democratizar a comunicação, nem que seja na saúde .....	88
2.3.2 Direitos em disputa .....	95
2.3.3 Desconstrução e incerteza .....	128

3.	O PERCURSO METODOLÓGICO .....	154
3.1	A metodologia .....	154
3.2	Participantes da pesquisa .....	159
3.2.1	Esquadrinhando o cadastro de assinantes .....	159
3.2.2	Seguindo a voz do leitor .....	161
3.2.3	Onze pessoas e seus contextos .....	163
3.3	As conversas individuais e o encontro coletivo .....	166
3.4	Corpus específico de análise .....	169
4.	OLHARES E CONHECIMENTO COMPARTILHADOS .....	173
4.1	Primeiro olhar sobre a revista e a comunicação .....	173
4.1.1	Sobre acesso, hábitos de leitura e linguagem da revista .....	174
4.1.2	Sobre linha editorial, interesses, identificação e modos de uso .....	182
4.1.3	Sobre temas e vozes presentes e ausentes na revista .....	188
4.1.4	Sobre vozes protagonistas e o contraditório .....	191
4.2	Análises dos participantes sobre as matérias escolhidas .....	196
4.2.1	Vozes em disputa no SUS .....	196
4.2.2	Vozes por mais participação social .....	217
4.2.3	A voz dos que resistem .....	238
4.2.4	Vozes pelo acesso aos medicamentos .....	245
4.2.5	Vozes das ruas .....	259
4.2.6	Vozes no STF por aborto e doação de sangue .....	272

4.2.7 Vozes sem evidências.....	282
4.2.8 Novas vozes masculinas.....	288
4.2.9 Quando as vozes vulnerabilizadas se articulam .....	294
4.2.10 A voz do cuidado é feminista .....	301
4.2.11 Vozes contra a precarização do trabalho .....	307
4.2.12 Vozes excluídas na educação.....	312
4.2.13 Voz da ciência.....	319
4.2.14 Vozes da representação e antirracistas .....	322
4.2.15 Vozes das mães.....	331
4.2.16 Vozes do Norte.....	336
4.3 Novos olhares, análises e debates na conversa coletiva.....	343
4.4 O que o Outro (me) faz ver.....	375
CONCLUSÃO.....	393
REFERÊNCIAS.....	401

## INTRODUÇÃO

O direito à saúde, previsto na Constituição Federal de 1988, é a base dos princípios da universalidade e da participação social no Sistema Único de Saúde (SUS) e deve orientar as políticas públicas com reflexo nos processos de determinação social da saúde. Para garantir, exercer e ampliar esse direito, no entanto, o cidadão e as coletividades dependem de poder se expressar e defender seus interesses frente a outros atores na sociedade. Poderosos interesses de mercado e corporações atuam cada vez mais em oposição ao modelo de uma saúde integral, universal, equitativa e gratuita. É nos processos comunicacionais, fundamentalmente, que são travadas as disputas simbólicas em torno desses direitos.

O tema da comunicação pública se insere no debate mais amplo sobre o direito humano à comunicação, a necessidade de democratização da comunicação e a importância de uma comunicação em que a sociedade não esteja submetida à unilateralidade discursiva do Estado, nem aos interesses do mercado que orientam a comunicação empresarial. É uma discussão que tem centralidade em qualquer conjuntura política, na discussão das relações entre Estado e sociedade e em qualquer projeto abrangente de nação.

Mas o que faz uma comunicação ser pública? No primeiro capítulo, será discutida a construção histórica dos conceitos e das lutas pelo direito à comunicação, a democratização da comunicação e comunicação pública no país. Como uma primeira sinalização, antecipa-se aqui a concepção de comunicação pública. Ela reforça a ideia de que a iniciativa e o lócus da constituição de espaços de comunicação pública não são de exclusividade do Estado ou da sociedade, mas implicam na interação de ambos. Nesta pesquisa, entende-se a comunicação pública como:

(...) aquela em que a maior diversidade possível de vozes tem a oportunidade de interagir e constituir um espaço de compartilhamento e negociação dos mais diferentes interesses e sentidos, privilegiando o direito humano de comunicar para além do simples acesso à informação, num processo necessariamente dialógico e participativo. Esta concepção pressupõe que haja autonomia dos cidadãos e das coletividades numa esfera em que estão presentes tanto os processos relacionados ao Estado quanto à sociedade. (CARDOSO; ROCHA, 2018. p. 1876)

O interesse acadêmico em pesquisar sobre o tema da comunicação pública e problematizar o lugar da alteridade nesse processo comunicacional decorre, para além de sua centralidade nas discussões sobre a comunicação, de questionamentos da vivência profissional. A inquietação diante das limitações do jornalismo em reportar de forma abrangente a realidade ou mediar um diálogo mais profundo entre vozes apartadas sempre me acompanhou em quatro décadas de atividade como repórter, redator e editor.

Atuo no Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Fiocruz, desde 1987, sou o coordenador e editor-chefe do Programa desde 2001 e tenho me dedicado à busca da construção de um processo comunicacional que permita tensionar constantemente essas limitações. Não no sentido da superação, dado que as dimensões da realidade são infinitas e o diálogo é uma eterna busca, mas no sentido da abertura desse espaço institucional, público e polifônico de comunicação a vozes representativas do pensamento de distintos grupos sociais e, de forma mais incisiva, às vozes com menor poder de serem ouvidas na saúde, na ciência, nas políticas públicas e na sociedade.

Essa prática e as reflexões dela decorrentes me integraram um processo coletivo de contínua problematização da dimensão participativa de projetos de ressignificação de saúde, de disputa na concepção de Estado, de conquista de direitos e da construção de uma sociedade mais justa, debatidos a partir do final dos anos 1970 pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, nas discussões do campo da Saúde Coletiva e em meio às lutas de movimentos populares contra as desigualdades sociais, por direitos e por democracia.

Outras práticas e reflexões nos campos da saúde e da comunicação convergiram para uma produção coletiva de novas concepções sobre a comunicação e a saúde, assim como a constituição do campo de saberes e práticas da Comunicação e Saúde, que tem sua expressão teórica formulada, entre outros, por Araújo e Cardoso (2007), tendo como pressupostos o direito à saúde e o direito à comunicação.

Esse estudo se alinha com a visão do direito à comunicação como uma atualização e ampliação do direito de livre expressão inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal brasileira como um direito vivo, que

se concretiza com o seu exercício, que é por si um pressuposto para a conquista e o exercício dos demais direitos. O direito à comunicação se distingue do direito a produzir e receber informação. É entendido como o direito humano, político e social de os indivíduos e as coletividades de comunicarem-se livremente e de serem ouvidos.

O exercício do direito à comunicação é condição à realização do princípio da participação e do controle social que está na essência da concepção do SUS na Constituição Federal (CF. 1988, Art. 198) como uma característica que o distingue de sistemas nacionais e universais de saúde de outros países. Foi preciso articulação e pressão social para assegurar que a “participação da comunidade na gestão do SUS”, com a criação de conferências e conselhos de saúde nas três esferas de governo, fosse instituída pela Lei n. 8.142/90, complementando a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080/90, que havia deixado de fora a regulamentação desse preceito constitucional.

O SUS está no centro de uma disputa entre interesses públicos e privados. Os recursos públicos da área da saúde e os ganhos com a eventual privatização da operação dos serviços prestados pelo sistema público sempre foram disputados por empresas de assistência, equipamentos e insumos, seguradoras, corporações profissionais, laboratórios e grandes indústrias. Diariamente, o sistema midiático, articulado com grupos econômicos nacionais e internacionais, num sistema indivisível, ataca o SUS e constrói a narrativa de que um sistema privado traria mais qualidade à atenção, buscando desconstruir continuamente os preceitos constitucionais do direito à saúde e do sistema de saúde público, gratuito e universal.

Diante desse discurso hegemônico, as estratégias e ações de comunicação implementadas na saúde, sem uma discussão crítica, tendem a repetir dois padrões. O primeiro, em decorrência do fascínio pela comunicação de massa e, particularmente, do fetiche em torno do meio audiovisual, é concentrar toda a energia na busca de um centímetro ou minuto de atenção nos mesmos veículos da mídia comercial dedicados à desinformação sobre saúde e à desconstrução do SUS.

O segundo é reproduzir, em campanhas e outras ações de comunicação, o modelo centralizado de transmissão de informação que caracteriza a comunicação tradicional. Significa dizer que as vozes de gestores, médicos, professores ou especialistas são transmitidas de forma normativa para trabalhadores, usuários e

estudantes, tratando-os como um público receptor passivo, sem respeitá-los como interlocutores.

Esse modelo é reproduzindo até mesmo quando os agentes públicos da saúde operam na internet, nas redes sociais digitais ou em articulação com conselheiros de saúde e comunicadores populares, que permitiriam estratégias mais dialógicas e inclusivas. No entanto, as instituições seguem buscando apenas divulgar uma visão mais positiva do SUS, abrindo mão de ouvir o que a população tem a dizer.

No contexto da saúde pública, como se viu durante a pandemia de Covid-19, o acesso à informação de qualidade e confiável sobre saúde, SUS e direitos é útil aos cidadãos, à sociedade em geral e às entidades representativas da sociedade civil. Contudo, o simples acesso à informação é uma condição insuficiente ao conhecimento do que anseia da população, das suas necessidades e da realidade em que ela vive. O paradigma da Informação e da divulgação não alcança o pleno exercício da cidadania, de falar e ser ouvido, de participar da promoção da saúde, e do direcionamento das prioridades na saúde coletiva. Isso é o que tem sido discutido sistematicamente nas conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde, em especial na 15ª Conferência Nacional de Saúde (RADIS, 2016) e na 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNS, 2017).

O exercício do direito à comunicação pavimenta o caminho para uma participação mais democrática e uma maior garantia do direito à saúde. É direito do cidadão e de diferentes segmentos populacionais, como sujeitos coletivos, se expressar livremente sobre o que sentem e pensam, apresentar suas demandas ao SUS, defender suas prioridades sobre as condições de vida para além da atenção pelo sistema de saúde, participar da formulação, execução, acompanhamento e avaliação) das políticas públicas e discutir e colocar em disputa diferentes visões sobre o Estado e a sociedade.

Diante desse quadro, os conhecimentos gerados na pesquisa acadêmica ou produzidos nas práticas sociais das populações em seus territórios podem contribuir para aprofundar a compreensão do fenômeno participativo possibilitado pela ampliação e potencialização dos espaços de comunicação pública.

O enfoque privilegiado nessa pesquisa sobre a comunicação pública foi a análise do lugar da alteridade na comunicação, e das condições e dos limites ao

protagonismo da voz daqueles que não representam instâncias de poder no polo da produção em um processo comunicacional. O estudo tem como o objeto teórico o lugar da alteridade na comunicação pública, com foco no âmbito da saúde.

Não é hegemônico o entendimento na sociedade e em suas instituições de que o diálogo e a presença de múltiplas vozes devam substituir a comunicação centralizada, vertical e unidirecional. Não por acaso, os processos participativos e as práticas comunicacionais públicas com perfil mais polifônico, no sentido bakhtiniano do acolhimento de múltiplas vozes e da essência conflituosa da vida social (BEZERRA. In. FARACO, TEZZA e CASTRO, 2014, p. 193.), se tornaram alvo preferencial nos processos autoritários de desconstrução de direitos no país, desde 2016, como é o caso mais evidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), sem que haja uma significativa reação por parte da sociedade.

Os meios de comunicação tradicionais seguem oligopolizados e orientados em função dos interesses privados e de mercado. As concessões públicas de rádio e televisão permanecem dominadas por menos de uma dezena de famílias, organizações partidárias e grupos religiosos voltados para atividades político-partidárias e comerciais, conforme resultados da pesquisa Quem Controla a Mídia no Brasil, que integra a pesquisa internacional Media Ownership Monitor (MOM), realizada pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em cooperação com o Coletivo Brasil de Comunicação Social (INTERVOZES, 2017).

Além da desigualdade econômica, social e regional no país, os altos custos do acesso à internet, com a prática de oligopólio e baixa regulação na operação de telefonia, associados à pouca e regionalmente concentrada oferta de banda larga no país, revelam o comprometimento do Estado e do mercado na baixa expansão da internet no Brasil.

Quanto à forma de utilização da internet, concentrada nos aplicativos de redes sociais digitais via dispositivos móveis, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua TIC 2017), 95,5% dos usuários acessam a internet para a troca de mensagens. A universalização do acesso à internet no Brasil está longe de ser uma realidade, com disparidades evidenciadas por dados de Pesquisa sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC Domicílios 2018), organizada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), órgão responsável pela



governança e regulação da internet no Brasil. Segundo esse levantamento, 33% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet.

Em seminário sobre os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fiocruz, em dezembro de 2018, a jornalista Iara Moura, do Coletivo Intevozes, destacou a relação entre liberdade de expressão de pensamento e o livre conhecimento com a defesa dos direitos humanos e que o direito à comunicação não estará garantido com o uso apenas da comunicação comercial. Apresentou dados que apontam que 90% da população brasileira tem a televisão como meio de comunicação preferencial de acesso à informação e que metade dessas pessoas não têm acesso à internet domiciliar. Para ela, isso significa dizer que essa parcela da população não tem acesso a direitos primários (ICICT, 2018).

No âmbito da comunicação estatal brasileira – embora prevista constitucionalmente (Cap. V. Art. 223) a separação e complementaridade dos sistemas privado, público e estatal –, o que se viu, desde 1988, foi o predomínio da comunicação com o caráter apenas governamental, quando não o atrelamento aos interesses do sistema privado, a serviço de oligarquias, partidos políticos e instituições religiosas. A exceção, representada pela construção da EBC, vem sendo completamente descaracterizada.

No contexto pós-2016, a regulação e as ações do poder público federal sobre os meios de comunicação, o acesso à informação e as iniciativas de comunicação das instituições públicas vão na direção da maior concentração do poder de interdição da participação e do diálogo.

A experiência de se constituir uma comunicação pública a partir do Estado com a criação da EBC, em 2007, encontrou resistências na mídia comercial, na sociedade e nas estruturas de governo. De iniciativa governamental, a rede de comunicação pública tinha o objetivo de prover informação para a construção de cidadania e a participação política e trazia a inovação de estar subordinada a um Conselho Curador, com relativa autonomia em relação ao governo federal, colegiado extinto em 2016.

A partir daquele ano, houve um processo crescente de intervenção na EBC e a sua desconstrução pelo governo federal, acompanhado de forte engajamento da mídia comercial, produzindo um discurso de desqualificação e ataque a qualquer

forma de comunicação pública (LIEDTKE, 2016). Um exemplo dessa campanha explícita foi a capa da revista *Época*, de 20 de agosto de 2018, às vésperas das eleições presidenciais, destacando o símbolo EBC e a chamada “O mico da TV pública: como os governos Lula, Dilma e Temer torraram R\$ 6 bilhões no devaneio de criar a BBC brasileira”.

O desmonte se acentuou a partir de 2019, com a fusão da programação da TV Brasil, voltada para a comunicação pública, com a TV Nacional Brasil (NBR), que divulga atos do governo federal, sob protestos de entidades como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que consideraram ilegal e inconstitucional a medida. Em janeiro de 2020, foi divulgado na imprensa um Cronograma de Desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com uma agenda de privatizações programadas pelo governo federal com a definição da “desestatização” da EBC em janeiro de 2022 (CARRANÇA, 2020).

A privatização não se concretizou nesse prazo como desejava o governo, mas produziu uma maior mobilização em defesa da EBC da parte dos trabalhadores da empresa e dos movimentos pela democratização da comunicação. Em fóruns acadêmicos, seminários com a sociedade civil e na participação desse movimento nos Fóruns Sociais que articulam anualmente outros movimentos, estabeleceu-se uma agenda de resistência e de formulação de como aperfeiçoar essa proposta de comunicação pública, registrada em documentos como o “Reconstrói EBC e a comunicação pública” e em propostas apresentadas por entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas aos candidatos à Presidência da República, no ano de 2022.

As razões da gestão financeira do Estado, da regulação administrativa e da governança institucional são frequentemente utilizadas para interferir em decisões estratégicas de interesse público relacionadas aos direitos à informação e à comunicação.

Outro exemplo de retrocesso na construção de espaços públicos de interlocução foi o que ocorreu, em 2018, com a ampliação das usuais restrições às atividades de comunicação nas instituições públicas durante os períodos eleitorais, voltadas a coibir o uso de propaganda governamental, a publicidade de agentes

públicos que sejam candidatos e a assimetria no espaço ou tratamento reservado a eventuais candidatos.

Com base na Instrução Normativa n.1/2018 – Período Eleitoral, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), a Advocacia Geral da União (AGU) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indicaram assuntos a serem excluídos das pautas, como os temas de “políticas públicas” e determinaram às instituições públicas federais o controle de mecanismos de participação e interação dos cidadãos em seus sites e em suas páginas nas redes sociais digitais, ou a simples suspensão desses canais.

A pretexto da regulação para assegurar igualdade de condições aos candidatos e orientação para a conduta de servidores públicos durante o período eleitoral, praticou-se uma forma de censura à comunicação nas instituições e o silenciamento da voz do cidadão e da sociedade em geral no debate do próprio processo eleitoral. Nas eleições de 2022, essa prática permaneceu. Foi possível observar, desta vez, uma aceitação e adequação ainda mais “naturalizada” por parte das instituições às regras restritivas.

Nos anos 1990 e 2000, houve uma crescente percepção da importância da comunicação, por parte de movimentos sociais, conselhos de saúde, instâncias do SUS e entidades representativas da saúde coletiva, e uma intensificação do ativismo pela democratização da comunicação, entre jovens e em meios acadêmicos, profissionais e sindicais.

Contudo, permanece residual a percepção no campo da saúde e por parte da sociedade da ideia de que uma comunicação pública a serviço do interesse da população, constituída a partir do Estado ou da sociedade, deva prevalecer em relação aos meios de comunicação controlados pelos interesses do mercado e do capital. Teses afirmativas dessa visão estão enunciadas em Moção aprovada na 15ª Conferência Nacional de Saúde (RADIS, 2016 p. 35) e no Relatório Final da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde (CNS, 2017).

Da mesma forma, não é comum nas instâncias do SUS a visão corroborada na Política de Comunicação da Fiocruz (FIOCRUZ, 2016) de que uma comunicação pública dialógica deva ser considerada estratégica, transversal e estruturante dos processos e práticas institucionais e sociais da saúde. A visão da importância e da

essencialidade do diálogo com a sociedade como condicionante da democracia e do direcionamento das políticas e dos serviços públicos tem sido sistematicamente renovada e ampliada em instâncias colegiadas e participativas da saúde, como se viu na aprovação da chamada Tese 10, sob o título “Democracia e diálogo com a sociedade”, no 9º Congresso Interno da Fiocruz.

Compreendendo a relevância de aprofundar a reflexão sobre o tema da polifonia e alteridade na comunicação pública no campo de estudos da Comunicação e entendendo existir igual interesse por essas discussões nos campos da Saúde Coletiva e da Comunicação e Saúde, optamos por desenvolver essa pesquisa dentro da linha de pesquisa Comunicação, Poder e Processos Sociais em Saúde do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGIC/ICICT), com foco nas relações entre as instituições e a população em seus processos de produção e circulação dos sentidos sociais.

Procuramos, por um lado, focar a comunicação pública no âmbito do Estado brasileiro, pelo fato de ser o ente ao qual caberia, ética e constitucionalmente, assegurar o exercício do direito à comunicação. Por outro, analisar uma experiência no campo da saúde coletiva que apresente uma grande diversidade de interlocutores e permita melhor analisar o lugar que essas vozes diversas podem assumir num processo de comunicação pública.

A saúde coletiva se constituiu como um campo de teorias e práticas em saúde que se destaca, desde a década de 1980, como uma instância de reflexão, formulação, formação profissional e produção de estratégias para a implementação de políticas de saúde universalistas e acolhedoras de diversidade, equidade e dos direitos correlatos à saúde, como deve ser visto o direito à comunicação. “Saúde é democracia e democracia é saúde” tem sido o lema da saúde coletiva desde que este enunciado foi legitimado na voz do sanitarista Sergio Arouca, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), em 1986. O princípio de que a saúde requer democracia foi defendido inicialmente pelo Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde (Cebes), ao apresentar o documento “A Questão Democrática na Área da Saúde” no 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, na Câmara Federal (CEBES, 1979).

Para o desenvolvimento da dimensão empírica da pesquisa, na convergência da comunicação pública de Estado com o campo da saúde coletiva, optou-se aqui por

trabalhar com a experiência pioneira de comunicação, que se mantém, desde 1982, editando publicações não acadêmicas sobre saúde, com linguagem jornalística, voltada para a sociedade: o Programa Radis de Comunicação e Saúde, vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tradicional instituição de Estado e de saúde.

A partir de 2002, o Programa passou a editar uma única revista mensal de jornalismo, a Radis, e elevar substancialmente a presença em seus textos de outras fontes e vozes representativas do pensamento de grupos sociais fora do universo da Fiocruz, da academia e da própria saúde coletiva.

A relevância da escolha da Revista Radis como objeto da dimensão empírica da pesquisa está em sua singularidade e influência no campo da saúde, a regularidade em sua periodicidade mensal e seu alcance na sociedade, chegando via correio a cerca de 125 mil leitores em todos os municípios do país, incluindo usuários, profissionais e gestores do SUS, estudantes, professores, instituições de ensino e pesquisa, conselho nacional e conselhos, secretarias e unidades estaduais e municipais de saúde, poderes legislativo e executivo das três esferas de governo, mídia, sindicatos, organizações não governamentais e movimentos sociais. Além disso, a Revista Radis também tem presença online, via redes sociais, com cerca de 19 mil seguidores no Facebook e 16,2 mil seguidores no Instagram.

A procura por publicações impressas na imprensa comercial tem decaído. Sem pretender comparar publicações tão distintas quanto as da imprensa comercial e a Radis, incluímos aqui a informação sobre o alcance dos principais jornais apenas como uma referência de ordem de grandeza do número de leitores dessas publicações. Em 2019, ao comemorar sua liderança em números de assinaturas digitais no país, o jornal Folha de S. Paulo informou a tiragem dos três jornais que disputam a dianteira da audiência no país: O Globo com 115.762 exemplares, O Estado de S. Paulo, 104.927, e a Folha, 100.024. A matéria informa ainda que os três jornais apresentam queda contínua mês a mês (FOLHA DE S. PAULO, 2019, 21/04/2019, p. 1<sup>a</sup>, A8.).

Uma pesquisa realizada pela Fiocruz nos anos 2010 e 2013 incluiu a menção da Radis como um dos serviços oferecidos pela instituição, o que nos permite aferir um pouco a penetração em um dos públicos a que se destina a revista. A “Pesquisa

de Imagem e Satisfação junto aos Gestores do SUS”, publicada pela Fiocruz no “Relatório de Gestão do Exercício de 2013”, confirmou resultados obtidos em 2010 sobre “grau de conhecimento e utilização das atividades desenvolvidas pela Fiocruz” e revelou uma grande penetração da Radis junto aos gestores da saúde nos estados e em municípios de pequeno, médio e grande porte. Em uma base de 27 secretários estaduais e 573 municipais, com 120 entrevistas realizadas, a revista era conhecida por 66% deles (contra 60% de 2010) e utilizada por 54% (contra 50% de 2010). Essa taxa de utilização era menor apenas que a da Farmácia Popular (91%) e equivalente à do Portal Fiocruz (54%), ficando acima do grau de utilização de outros serviços da Fiocruz pelos gestores do SUS: produção de vacinas (39%), Ensino a Distância (28%), publicações científicas (27%) e produção de medicamentos (24%) (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2013, p. 250).

Associada a outras estratégias digitais do Programa Radis, a Revista Radis se apresenta, conforme o Regimento Interno da ENSP, como um espaço aberto à participação e expressão de pessoas e coletividades comprometidas com a discussão dos temas relativos à saúde, comunicação, políticas públicas, direitos e o exercício da cidadania. Identificada com as ideias de democracia, participação e equidade, princípios fundantes do SUS, a publicação é de interesse também para estudos no campo da comunicação, por ter se constituído como um espaço para uma diversidade de temas e perspectivas articulados por vozes pouco frequentes ou silenciadas em outros processos de comunicação.

Tendo como objeto teórico desta pesquisa o lugar da alteridade na comunicação pública no âmbito da saúde, considerando a problematização dos contextos da saúde e da comunicação e levando em conta o recorte temático e do objeto, tomamos a textualidade da Revista Radis como objeto empírico da pesquisa. Consideramos que uma questão primordial a ser discutida é se existe uma possibilidade real da voz do Outro ocupar um lugar de protagonismo, uma posição de centralidade discursiva na comunicação pública.

Temos aqui, então, a pergunta norteadora da pesquisa: qual o lugar do Outro na comunicação pública? E, decorrente dela, a pergunta que orienta a dimensão empírica da pesquisa: qual o lugar do Outro na Revista Radis?

Tomando como pressuposto a existência de múltiplas vozes nos textos da Radis, o primeiro questionamento é se essa polifonia seria suficiente para caracterizar a Radis como um espaço dialógico, em que o Outro interfere de fato na comunicação e atenua as estruturas de poder asseguradas pelo processo de edição. A escolha de uma revista mensal de jornalismo como o espaço da pesquisa empírica nos coloca diante da discussão teórica sobre as fronteiras da mediação, na vigência de um processo de midiatização da sociedade.

Pode a polifonia no jornalismo ultrapassar os limites da mediação? Pode a voz do Outro ser protagonista na comunicação pública?

Nos capítulos a seguir, foram apresentados o quadro teórico-conceitual que orientou a pesquisa, a contextualização histórica da Revista Radis, o percurso metodológico para atender os objetivos traçados para a pesquisa, o processo e os resultados da dimensão empírica da pesquisa, bem como a reflexão que articula os objetivos da pesquisa com as análises que emergiram.

No primeiro capítulo, da centralidade do Outro na comunicação e saúde, procurou-se desenvolver uma reflexão teórica sobre alguns condicionantes que afetam a presença do Outro nos processos comunicativos. Esse é um tema que vem sendo muito estudado no Campo da Comunicação e Saúde, na interface da Saúde Coletiva com a Comunicação, nas últimas três décadas e que tem a Abrasco e a Fiocruz, entre outras instituições como espaços de reflexão teórica e, no caso da Fiocruz, como espaço também de práticas comunicacionais que se colocam o desafio autocrítico de buscar coerência entre teoria e prática. A ideia de uma comunicação que reflita os princípios do SUS, como a universalidade, a equidade e a integralidade, é uma das que está colocada nas formulações desse campo.

Com esse quadro teórico contribuem as reflexões acerca do direito à comunicação, entendido como o direito de comunicar, construção histórica que não corresponde apenas a uma formulação teórica, mas, principalmente, um tensionamento contra hegemônico frente à flagrante concentração de poder não só em relação aos meios de comunicação de massa e em relação ao exercício cotidiano da liberdade de expressão pelos indivíduos e coletividades. Não se trata de uma realidade exclusiva do Brasil, mas soma-se, no país, a todas as outras formas de

desigualdades e exclusão de direitos. Nesse contexto, a comunicação pública não pode ser pensada de forma dissociada da democratização da comunicação.

Trazemos ainda para orientar o desenvolvimento da pesquisa a contribuição dos estudos das teorias da enunciação e da produção social dos sentidos que alicerçam o modelo da Comunicação como Mercado Simbólico que temos como referência para o desenvolvimento dessa pesquisa. Esse aporte teórico foi essencial para a análise tanto da presença quanto da ausência de vozes na comunicação pública, tendo como objeto de análise específica a textualidade da Radis. Outro aporte necessário para a discussão sobre o lugar da voz dos mais excluídos, vulnerabilizados e invisibilizados foi a reflexão do campo dos “estudos subalternos” e pós-coloniais que nos desafiam a não dar como certo que a existência da polifonia no texto jornalístico por si só já daria conta da equidade de poder e protagonismo entre vozes diversas.

No segundo capítulo, da Revista Radis e seus contextos, procurou-se fazer uma cronologia dos contextos históricos, sanitários, políticos e comunicacionais desde o momento em que a ebulição na saúde e a independência na comunicação enfrentaram a Ditadura civil-militar até os dias de hoje, para compreender os caminhos percorridos pelo Programa Radis e a Revista Radis. É uma narrativa que não se pretende como uma historiografia. Busca situar historicamente a Revista Radis mostrando, a partir do olhar da própria revista e das publicações anteriores a ela no Radis, como essas publicações se colocaram diante de alguns acontecimentos, temas e discussões que povoaram a história da saúde pública e das revistas ao longo de quatro décadas.

Essa pesquisa teve como objetivo, a partir da análise dos modos de presença do Outro nas matérias jornalísticas da Revista Radis, discutir as possibilidades de uma comunicação pública ultrapassar os limites da mediação e produzir efetivamente um debate polifônico, que permita deslocamentos de lugar e o protagonismo de múltiplas vozes.

A esse objetivo geral corresponderam outros específicos: aplicar uma metodologia participativa de análise de processos de comunicação pública; obter uma análise participativa do lugar discursivo das vozes; obter uma cartografia de vozes presentes na Radis; propiciar um debate sobre um conjunto de pressupostos para



uma comunicação pública do ponto de vista do direito à comunicação, da democratização da comunicação e da produção compartilhada de saberes e sentidos.

No capítulo 3, do percurso metodológico, descreveu-se os procedimentos adotados para dar conta desses objetivos e descrevemos passo a passo o desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa, como o modo em que foram selecionados os participantes e as rodadas de conversas das quais emergiram as análises. A perspectiva teórica da Comunicação como Mercado Simbólico foi o quadro de referência teórica para estabelecer relações e analisar o lugar das vozes na revista. Nas análises discursivas, trabalhamos com a noção de vozes, como a expressão, a vocalização de discursos de atores diversos em uma textualidade jornalística.

Nessa seção, explicitou-se também o método de Conversações, o procedimento participativo de condução e desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, que consiste em sucessivas aproximações do objeto de estudo por meio de conversas individuais e coletivas com os participantes da pesquisa, a quem é reconhecido a capacidade e o direito de intervir nesse objeto, em todas as suas dimensões. Ao final no capítulo 3, são apresentados os leitores-participantes que compartilharam a produção do conhecimento nessa pesquisa e a relação de matérias jornalísticas que compuseram o corpus específico analisado nas conversações.

O capítulo 4, dos olhares e conhecimentos compartilhados, é dividido em quatro seções. A primeira traz uma síntese transversal de reflexões e análises mais gerais sobre a revista e a comunicação realizadas pelos participantes de nas conversas individuais, em meados de 2021, tomando como referência um conjunto de cerca de dez questões de interesse da pesquisa.

A segunda seção reúne as análises individuais de 20 reportagens escolhidas pelos próprios participantes dentre todas as matérias publicadas na Radis desde 2002, em que cada um analisa a presença ou ausência de vozes nas matérias por eles escolhidas. Cada matéria corresponde a um tópico desta seção e é acompanhada por uma tabela que traz o mapeamento dessas vozes, com registro do participante e do pesquisador.

A terceira seção traz num formato dinâmico de debate o que foi discutido e analisado em conjunto por todos os participantes reunidos em uma conversa coletiva em janeiro de 2022, aprofundando discussões surgidas na primeira rodada das

conversas individuais e debatendo novas questões de interesse da pesquisa, resultantes das intervenções dos participantes nas conversas anteriores.

A última parte do capítulo 4 é dedicada a uma reflexão final da pesquisa sobre o conjunto de discussões contextuais, teóricas e dos resultados empíricos e analíticos que atravessaram todo o processo da pesquisa, tendo como objetivo adicional debater um conjunto de pressupostos para a instituição de uma comunicação pública e, em particular, uma comunicação pública no âmbito da saúde.

## 1. A CENTRALIDADE DO OUTRO NA COMUNICAÇÃO E SAÚDE

Neste primeiro capítulo, fazemos uma reflexão sobre alguns condicionantes que afetam o lugar do Outro na comunicação e agregaremos algumas ideias basilares do campo da Comunicação e Saúde, no qual esta tese se insere.

Para pensar a comunicação pública, buscou-se a perspectiva do direito à comunicação e da democratização da comunicação. Para refletir sobre a possibilidade da presença e protagonismo de vozes diversas e sobre a ausência delas na comunicação, trabalhou-se com apontamentos de autoras alinhadas com o paradigma teórico conflitual como forma de ver a realidade social inaugurado na obra de Marx: duas filiadas às teorias da enunciação e da produção social dos sentidos, uma ao pensamento pós-colonial.

### 1.1 DIREITO À SAÚDE E COMUNICAÇÃO E SAÚDE

A concepção de direito à saúde referida neste estudo parte da sua inclusão como um direito humano fundamental na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, do conceito de saúde para além da ausência de doença e enfermidade, como “estado de completo bem-estar físico, mental e social” incluído na Declaração de Alma-Ata<sup>1</sup>, em 1978, assim como da qualificação desse conceito com a visão holística, intersetorial e participativa da promoção da saúde e da qualidade de vida, na direção de um bem-estar global, contida na Carta de Ottawa<sup>2</sup>, de 1986.

Nos referimos especialmente ao direito a uma saúde em seu “conceito ampliado”, expressão genérica construída historicamente a partir de formulações do movimento sanitário brasileiro<sup>3</sup> nos anos 1970 e 1980, que estendem o conceito da OMS para abranger um conjunto de fatores da determinação social dos processos de saúde e doença, como o direito a condições e qualidade dignas de vida, incluindo moradia, alimentação, educação, trabalho e renda, bem como transporte, lazer,

---

<sup>1</sup> Documento final da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Alma Ata, Cazaquistão, em 1978.

<sup>2</sup> Documento final da 1ª conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Ottawa, Canadá, em 1986.

<sup>3</sup> Sobre o qual iremos nos referir mais detidamente no capítulo seguinte.

ambientes saudáveis e sustentáveis, participação na vida democrática, livre expressão, democracia, justiça social e equidade, entre outros.

Essa visão construída no campo da Saúde Coletiva se fortalece nas teses do Movimento Sanitário Brasileiro e nas proposições aprovadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. O direito universal à saúde está inscrito na Constituição Federal de 1988, que reconheceu a saúde como um “direito de todos e dever do Estado” (CF, art. 196), e na Lei Orgânica da Saúde (Leis n. 8080/90 e 8142/90), que contemplou os princípios da universalidade, integralidade e equidade da saúde na criação do Sistema Único de Saúde.

Na fronteira dos campos da Saúde Coletiva e da Comunicação, esta pesquisa se insere num terceiro campo, o da Comunicação e Saúde, sobre o qual teorizam, entre outros, Araújo e Cardoso (2007). Concorreram para a conformação desse campo de estudos e práticas atores sociais nos campos da comunicação e da saúde em todo o país, polarizados por instituições como a Abrasco, desde a constituição do seu GT de Comunicação e Saúde (GTCOM), em meados dos anos 1990.

Na Fiocruz, esse campo vem se constituindo a partir da reflexão das equipes profissionais sobre as suas práticas comunicativas e da criação de cursos de especialização em comunicação e saúde, que remontam ao início dos anos 1990, caminho amadurecido até a constituição do curso de pós-graduação *stricto sensu* nos anos 2000, no ICICT.

Os “domínios” da teoria e os da prática, mesmo quando unidos em discurso, nem sempre caminham juntos. Quando muito, produzem tensões recíprocas que fazem com que as teorias não se descolem inteiramente das condições objetivas da realidade e as práticas não se alienem da reflexão sobre os seus modos do fazer. Um marco desse cruzamento se deu com a construção participativa da Política de Comunicação da Fiocruz, em 2016, que tem como referências centrais o direito à saúde e o direito à comunicação e direciona as práticas comunicativas na instituição para uma comunicação pública orientada por um conjunto de princípios, entre os quais os que são caros ao campo da Comunicação e Saúde, assim definido no documento:

Comunicação e saúde – Associa-se à noção de direito, é dirigida a cidadãos, objetiva o aperfeiçoamento de um sistema público de saúde em todas as suas dimensões e a participação efetiva das pessoas na construção dessa possibilidade. Objetiva estabelecer um debate

público sobre temas de interesse e garantir às pessoas informações suficientes para a ampliação de sua participação cidadã nas políticas de saúde. Objetiva-se compreender e agir sobre os processos sociais de produção dos sentidos, que afetam diretamente o campo da saúde. O eixo balizador da prática comunicativa são os princípios do SUS (Araújo; Cardoso. In: Fiocruz. 2016, p. 30).

Para além das contribuições sobre a formação e os contornos desse campo, Araújo e Cardoso problematizam a questão da participação popular na comunicação e na saúde, com ênfase nos princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS. Em artigo sobre contornos, interfaces e tensões da comunicação e saúde, Araújo (2013) apresenta uma agenda teórico-política, instituída pelas forças que atuam no campo da Comunicação e Saúde. Essa agenda valoriza o contexto, a diversidade e a equidade de saberes para a efetivação da participação, além de defender que a comunicação seja vista como um dos determinantes sociais da saúde e apontar na direção do direito à comunicação e da democratização da comunicação. Araújo e Oliveira sustentam que o fator que possibilitou o delineamento mais consistente do campo da Comunicação e Saúde foi a instituição do SUS, em 1988, que:

ao revolucionar a relação do Estado com a população e definir como princípios a universalidade (saúde como direito de todos), a equidade (igualdade com atenção às diferenças) e a integralidade (a multidimensionalidade da saúde) e ter a participação social como uma de suas principais diretrizes, estabelece a centralidade da comunicação em seu projeto, ainda que de forma não explícita. Não é possível fazer cumprir esses princípios, que supõem a inclusão ativa de vários atores e suas vozes, historicamente excluídos, sem o concurso da comunicação (ARAÚJO; OLIVEIRA. In: ARAÚJO, 2013).

No contexto da construção do SUS e da relevância da comunicação para a realização dos seus princípios, entendem os autores que:

A Comunicação e Saúde cria forças como campo que não só reflete, mas institui relações de poder. Um campo que produz conhecimentos e não apenas dissemina conhecimentos produzidos por outros campos. Que atua na dimensão prática, mas reconhece a dimensão política dessas práticas. Que não descarta o papel de informar, até mesmo porque reconhece o direito à informação, mas quer incluir no seu escopo estratégias de amplificação das vozes tradicionalmente silenciadas em favor das vozes autorizadas da ciência e do saber biomédico. Que entende que “contexto” é palavra-chave para a efetivação da participação desejada pelo ideário do SUS e que a pesquisa em comunicação e saúde deveria privilegiar a produção de

conhecimentos sobre os diversos contextos existenciais e comunicacionais da população. Que defende que a comunicação deve ser incluída entre os determinantes sociais da saúde, pelo seu potencial de produção ou superação das desigualdades. Que acredita que a luta pela democratização da comunicação é fundamental para o sucesso da luta pelo direito a uma comunicação democrática na saúde. As palavras chaves são então direito e participação. (Idem).

A Revista Radis, sobre a qual se debruçou a dimensão empírica da pesquisa, traz em seu contexto de criação o legado do Programa Radis, que “encarna” as transformações ocorridas no campo da saúde coletiva e da comunicação desde os anos 1980. Significa dizer que sua linha editorial incorpora os ideais do movimento sanitário de democracia com respeito aos direitos e participação popular, assim como a defesa do direito à comunicação e da democratização da comunicação assumida pelos movimentos sociais que enxergam a importância da comunicação nas disputas de poder na sociedade. Essa linha editorial experimenta, a partir de 2002, um gradual distanciamento de sua inscrição discursiva na difusão do conhecimento acadêmico e das teses da Reforma Sanitária, em direção a uma perspectiva de interlocução entre o campo da Saúde Coletiva e a sociedade, fazendo circular diferentes discursos e saberes, em um movimento que tem sido potencializado pelo modo como operam as suas estratégias comunicacionais digitais.

## 1.2 DIREITO À COMUNICAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública se insere no debate mais amplo sobre o direito humano à comunicação, da necessidade de democratização da comunicação e da importância de uma comunicação em que a sociedade não esteja submetida à unilateralidade discursiva do Estado nem do mercado como pressupostos para o exercício do direito à “livre expressão”, inscrito na Constituição Federal brasileira de 1988 (Art. 5, inc. IX). Nesse contexto, o exercício do direito à comunicação se configura como um direito transformador para a vida democrática, porque se revela central para o exercício dos demais direitos.

O direito à comunicação é essencial à efetivação do direito à saúde, argumenta Murtinho (2012). Tendo como referência a teoria do Estado ampliado, com a qual Gramsci analisa a ampliação do conceito de Estado para além de sua identidade de

sociedade política e passa a incluir a esfera da sociedade civil, o autor discute a relação entre Estado, comunicação e cidadania, com foco em políticas de comunicação e comunicação pública. Ele afirma que o direito à comunicação surge como expressão das contradições e demandas sociais, que visa à democratização do Estado “como direito de cidadania e como contraponto a configuração atual dos meios de comunicação no Brasil e a lógica do mercado global” (MURTINHO, 2012, p. 28-38).

Stevanim e Murtinho (2021, p. 37-47) compreendem o direito à comunicação como “um direito humano inalienável e requisito para a efetivação de outros direitos, como a saúde”. Advertem que o tema permanece em aberto, pelo fato de não haver consenso de que o direito de comunicar esteja firmado em acordos e declarações internacionais, o que “o coloca em um terreno de disputa, pelo menos nas últimas sete décadas”. Acrescentam que até mesmo a noção de liberdade de opinião e expressão, consagrada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, “é um entendimento bastante amplo que está aquém do que foi reivindicado posteriormente como direito à comunicação”. Na falta de um sentido único, os autores o entendem como um conceito vivo e em disputa:

Como fruto das lutas sociais, em diferentes contextos históricos, ele abriga uma diversidade de interpretações e projetos políticos, que vão desde perspectivas mais próximas do ideário liberal, que pressupõem o direito dos indivíduos à livre expressão, sem intervenção do Estado e de outros agentes privados, até propostas que implicam transformações mais amplas na estrutura dos meios de comunicação e nas relações de poder na sociedade. Deve-se enfatizar, assim, a dimensão política desse direito. (Idem, p. 38)

No contexto do projeto multilateral de discussões sobre uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) em fóruns da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a partir do no final dos anos 1960, Stevanim e Murtinho destacam a participação do francês Jean D’Arcy, então diretor de Serviços Visuais e de Rádio da ONU. Isso se dá pela formulação “seminal”, ainda nos anos 1960, que supera uma visão restrita à liberdade de expressão e informação. Sua proposição, afirmam, “contém um posicionamento político, o entendimento de que o *direito de comunicar é maior do que a liberdade de expressão*” (Idem, p. 43). Prosseguem os autores, recuperando uma leitura sobre a visão de D’Arcy:

Como retomado por Fisher (1984) nos anos 1980, esse direito: 1) emana da própria natureza humana, tanto no nível do indivíduo quanto no da sociedade (é, portanto, uma necessidade essencialmente humana e universal); 2) enfatiza mais o processo de comunicar do que o conteúdo da mensagem; 3) envolve participação e transferência interativa de informação; 4) implica uma dimensão ética sobre a responsabilidade de garantir a distribuição global justa dos recursos necessários para que a comunicação se torne possível. Ao passo que a liberdade de expressão exige apenas que não haja impedimento ao seu exercício (concepção negativa), sem a obrigação de promovê-la, o direito de comunicar é um “guarda-chuva” que abarca uma série de liberdades que envolvem garantias positivas como norma e prática.

Outro marco do direito à comunicação destacado pelos autores é a contribuição do irlandês Sean MacBride, que liderou a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação criada pela Unesco, após a sua 19ª Conferência Geral em Nairóbi, Quênia, em 1976. Como resultado dos trabalhos, a comissão publicou um relatório em 1980, com o título “Um mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época”, que ficou conhecido como o “Relatório MacBride”.

Stevanim e Murtinho pontuam que, no relatório, “a comunicação é entendida como uma *questão de direitos humanos*, ao mesmo tempo que se liga ao processo histórico de busca pela liberdade e democracia”; que a concepção sobre o direito de comunicar “tem no *diálogo democrático e equilibrado* o seu cerne, em contraste com o monólogo”; que essa concepção supera também “a noção de que basta garantir a ‘livre circulação’ de ideias para que a comunicação se efetive”. Entendem que o relatório traz a afirmação de “uma *agenda política*, em que ‘prossigue a luta por estender os direitos humanos e conseguir com que o mundo das comunicações seja mais democrático que agora” (Idem, p. 45). Os autores sintetizam a proposição do relatório:

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação; c) direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito (Unesco. In. Stevanim e Murtinho, 2021, p. 45).



Em seu intento de definir o direito à comunicação, os autores formulam que “A noção de comunicação como direito é indissociável da prática democrática” e que esse é um direito amplo

...e abrange as dimensões de liberdade de informação, participação política, vivência em sociedade e garantia das condições de desenvolvimento dos indivíduos, na particularidade de suas experiências e de sua cultura. Logo, é um direito em disputa, pressionado pelas contradições do capitalismo e, no contexto brasileiro, confrontado pelas heranças do autoritarismo e das relações clientelísticas e patriarcais. Ele requer um conjunto de outros direitos civis, políticos e sociais para que seja garantido; e seu exercício, por sua vez, impacta diretamente sobre o cotidiano, a prática da cidadania e sobre outros direitos, com é o caso da saúde. É imprescindível, mas não suficiente, a sua garantia formal ou regulatória, pois ele depende do contexto político e das lutas sociais que operam no cotidiano em direção a um ambiente mais democrático (Idem, p. 53).

Os autores entendem que a democratização da comunicação está “umbilicalmente” ligada à promoção do direito à comunicação e que ela não deve ser entendida apenas como ampliação do acesso, mas como “uma mudança de perspectiva na estrutura social e na ética comunicativa”. A democratização deve possibilitar, ainda, “que todas as nações e forças políticas, comunidades culturais e grupos sociais e econômicos intercambiem informações, sem o domínio de uns pelos outros e sem discriminações”. Democratizar a comunicação, segundo os autores, é um processo em que: “1) o indivíduo passa a ter voz ativa e deixa de ser um mero objeto; 2) ocorre o aumento da variedade de mensagens; 3) amplia-se também o grau e a qualidade da representação social” (Idem, p. 45-46). Segundo essa definição, a democratização é

indissociável do fortalecimento da democracia, incluindo o fomento à participação e à democratização do Estado, dos espaços decisórios e das relações sociais; abrange a garantia dos princípios de acesso, participação e equidade, conforme estabelecido pela referência histórica do Relatório MacBride; e remete noção de que a comunicação é um bem público, que diz respeito à coletividade, e, portanto, não deve ser entendida como mercadoria.

O propósito de analisar o lugar do Outro na comunicação pública, no contexto brasileiro, resulta da percepção de que a ocupação de um espaço público de vocalização decorre da existência de um direito e não deveria estar sujeito à

discricionariedade ou à boa vontade das estruturas de poder que detêm os meios de comunicação, que os regulamentam, ou que sobre eles influem.

Nesta tese, defendemos a compreensão desse direito à comunicação como atrelado à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos filiamos à compreensão ampliada do direito de comunicar conforme as formulações de D'Arcy e do Relatório MacBride, e nos colocamos em disputa pela leitura do princípio constitucional brasileiro como base suficiente para a defesa desse direito ampliado.

Ainda assim, compreende-se que a possibilidade de exercício de um direito não se dá de forma automática, em decorrência de sua especificidade no texto constitucional, em lei complementar ou decreto. Como todo direito, imbuído de legitimidade ou legalidade, o direito à comunicação, melhor explicitado quando formulado como o “direito de comunicar”, sempre estará associado a um processo de disputa pela possibilidade e pelas condições do seu pleno exercício.

A realidade é que o direito de comunicar – de exercer a livre expressão, de ter voz e de ser ouvido na esfera pública – é um dos mais cerceados à maioria da população brasileira e um dos mais oligopolizados na estrutura econômica e social do país.

Defendemos que o direito constitucional à livre expressão dos indivíduos e das coletividades na sociedade seja entendido no seu sentido concreto como o direito de comunicar ao qual deveria corresponder o dever do Estado de “ouvir” e de prover garantias ao pleno exercício do direito de comunicar livremente na sociedade. Estendendo essa compreensão para o papel regulador do Estado sobre as atividades de caráter social e econômico da comunicação, como um bem público, caberia ao Estado assegurar a todos a liberdade e a equidade do exercício desse direito.

No caso da comunicação pública de iniciativa do Estado, fazendo um paralelo com o preceito constitucional previsto para o direito à saúde, temos o entendimento que o direito à livre expressão corresponde ao direito de a sociedade falar e à obrigação do Estado ouvir e possibilitar a circulação desses discursos, respeitadas as leis relativas às ofensas e crimes previstos para o que transcende a liberdade de expressão. Essa é uma discussão essencial numa conjuntura política em que os espaços públicos de participação e discussão estão sendo cerceados no país, tanto no âmbito da sociedade quanto nas instituições de Estado. Mas o que faz uma comunicação ser pública?

Segundo Duarte (2009), a comunicação pública ocorre no espaço formado “pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público”, de forma distinta do conceito limítrofe de comunicação governamental, que diz respeito “aos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo os gestores e a ação do Estado e a sociedade”. Para ele, a comunicação pública “ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo” (Duarte, 2009. p. 59).

Com esta visão, alinha-se Brandão (2016, p. 12) ao diferenciá-la de outras acepções do conceito de comunicação pública quando tratada como: conhecimentos e técnicas da comunicação organizacional; comunicação científica; comunicação de Estado e/ou governamental; comunicação política; estratégias de comunicação da sociedade civil.

Reforçando a ideia de que a iniciativa e o lócus da constituição de espaços de comunicação pública não são de exclusividade do Estado nem da sociedade, mas implicam na interação de ambos, entendemos a comunicação pública como:

(...) aquela em que a maior diversidade possível de vozes tem a oportunidade de interagir e constituir um espaço de compartilhamento e negociação dos mais diferentes interesses e sentidos, privilegiando o direito humano de comunicar para além do simples acesso à informação, num processo necessariamente dialógico e participativo. Esta concepção pressupõe que haja autonomia dos cidadãos e das coletividades numa esfera em que estão presentes tanto os processos relacionados ao Estado quanto à sociedade. (Cardoso; Rocha, 2018. p. 1876)

### 1.3 SENTIDOS DA COMUNICAÇÃO

Este estudo se alinha com o paradigma teórico conflitual como forma de ver a realidade social e com os modelos dialógicos da comunicação. Temos como base a perspectiva da teoria da produção social dos sentidos, cuja principal premissa é que os sentidos não estão dados previamente, mas são produzidos socialmente e contextualizados historicamente.

Para fundamentar o caminho teórico e metodológico, esta pesquisa parte da perspectiva teórica da Comunicação como Mercado Simbólico. Conforme a formulação de Araújo (2002, 2004), é um modelo em rede, descentralizado e

multipolar que inclui uma formulação teórica e uma matriz de análise, articulando elementos conceituais já existentes em outros modelos. Tem-se entre as suas peculiaridades o conceito de “lugar de interlocução”, possível de ser observado a partir de procedimentos de análise. O modelo considera em sua formulação básica que:

A comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais – bem simbólicos – são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria – seu próprio modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade – em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade (Araújo, 2004, p.167)

Ao explicitar os termos presentes nessa formulação e que compõem a construção teórica e a matriz analítica do modelo, a autora reafirma a sua ideia de comunicação como “o processo de produzir, fazer circular e consumir os sentidos sociais, que se manifestam por meio de discursos” e detalha os demais termos a seguir:

2. Esse processo caracteriza um mercado simbólico, no qual o circuito produtivo é mediado por uma permanente negociação. 3. Esse mercado pode ser operado por indivíduos ou por comunidades discursivas, considerados no modelo como interlocutores. 4. Comunidades discursivas são grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos. 5. Cada interlocutor ocupa nesse mercado uma posição, que se localiza entre o centro e a periferia discursivos, posição que corresponde ao seu lugar de interlocução e lhe confere poder de barganha no mercado simbólico. 6. Cada interlocutor desenvolve estratégias de trânsito entre as posições, visando sempre uma maior aproximação com o Centro. Essas estratégias se apoiam em fatores de mediação, que são os fatores que favorecem ou dificultam o fluxo entre as posições. 7. Os fatores de mediação são de ordem pessoal, grupal, coletiva ou organizacional, material ou simbólica e ocorrem em contextos, cuja articulação determina o lugar de interlocução (Idem, p. 67-68).

Em nossa adaptação do modelo, articulamos principalmente o conceito de comunicação em Araújo e as noções de negociação no circuito produtivo; de interlocutores; e do lugar de interlocução, com a atenção para do posicionamento dos interlocutores em posições graduais entre o centro e a periferia discursivos.

Na ideia de “Mercado”, Araújo contesta “o sentido neoclássico de ‘mercado livre’, em que atores se encontram individualmente para transacionar”. Opta, em contraposição, pelas premissas da “construção social dos mercados”, que é o que

mais se aproxima da concepção do mercado simbólico. “A perspectiva institucionalista”, explica, afirma que o mercado “está social e culturalmente enraizado; que funciona segundo fatores como confiança, reciprocidade, costume etc.; que, além do preço, há outros elementos que definem as escolhas; que o acesso à informação é assimétrico”. Essa concepção, diz, vê o mercado “sustentado por um conjunto de instituições (jurídicas, sociais, políticas...); as relações nesse mercado são estruturadas pelos interesses em jogo”. Prossegue a autora em sua argumentação:

A noção de ‘interesses’ remete para a de ‘confronto e luta’, pois os interesses não são harmônicos. Pelo contrário, vivemos numa sociedade desigual, com distribuição desigual dos recursos de toda ordem. Nesta perspectiva, devemos admitir que uma negociação de desiguais não pode prescindir do caráter de luta. É por isto que podemos operar ao mesmo tempo com uma perspectiva de luta simbólica e com um modelo que privilegia a noção de mercado: o mercado simbólico é um mercado de desiguais e a negociação que nele se processa tem o caráter de luta por posições de poder discursivo. Como toda luta, supõe confrontos e embates, mas também acordos, alianças, sinergias (Idem, p. 168).

Para o seu modelo da comunicação, Araújo traz de Bourdieu a discussão sobre poder simbólico, presente em seu modelo de entendimento dos fenômenos simbólicos. “Além de trabalhar com a competência linguística, comum a todos os linguistas, ele enfoca a competência para usar corretamente a linguagem”, argumenta Araújo. “A essa situação ele chamou de ‘mercado’. E, quem fala de mercado, fala de capital, no caso dele simbólico”. Araújo afirma que o modelo teórico de Bourdieu “diz respeito a uma teoria da ação, em particular ao ‘ato de fala’”. Acrescenta que a expressão remete para a compreensão de que existe algo mais no ato de falar do que simplesmente a língua: “Tal como Bakhtin (1988), Bourdieu (1993) substitui o ponto de vista da língua pelo ponto de vista da fala” (Idem, p. 169).

Araújo volta a citar Bourdieu ao dizer que, para o autor, a língua não é um tesouro comum, mas um artefato histórico, o produto de um trabalho social operado pelos agentes em situação de concorrência. “Em outro lugar, Bourdieu (1989) fala mais deste tema, tratando o espaço comunicativo como um mercado linguístico, do qual ele destaca algumas propriedades”, prossegue a autora: “Uma, a de ser um espaço pré-construído, ou seja, operado por um grupo social determinado, regido por regras determinadas, que estabeleçam, entre outras coisas, quem pode falar e o que

se pode falar. Outra, ser o lugar da atualização da interseção entre os diferentes campos”. Sobre esse entendimento, argumenta:

Em outras palavras, ele põe em cena as múltiplas negociações que se verificam no mercado simbólico, desde as textuais até as macrocontextuais. E realça a importância daquilo que eu chamo de contexto situacional, como pertença a campos e o lugar que ali ocupam – o “lugar de interlocução”, nos termos deste trabalho. As estratégias discursivas dependem das relações de força entre os campos e os trunfos que a pertença a estes campos conferem ao interlocutor (Idem, p.169-170).

“A perspectiva do mercado simbólico é um modo de compreender como se formam os sentidos sociais, portanto, como se formam as condições de percepção e ação das pessoas sobre o mundo”, enuncia a sua autora:

A partir da noção de comunicação como um mercado simbólico, pode-se definir a prática comunicativa como o ato de ativar o circuito produtivo dos sentidos sociais. Produção e circulação são seu espaço mais evidente. Mas, se considerarmos o processo de semiose infinita, que estabelece que cada receptor/consumidor é também um produtor de novos sentidos, a partir mesmo do ato e dos modos de consumir, então o consumo é espaço essencial da comunicação (Idem, p. 170).

São diversos os textos de Araújo que trabalham questões ou conceitos que se relacionam, direta ou indiretamente, com o objeto e a metodologia da dimensão empírica da pesquisa. Eles foram levados em conta como referência para a condução da metodologia aberta e flexível adotada para a análise das vozes presentes na revista, realizada em conjunto com os participantes. Artigo em parceria com Madeira (2017), sobre conferências nacionais de saúde, enfoca as questões da participação social, da disputa simbólica e dos discursos concorrentes. Em texto com Aguiar (2017), ela aponta a circulação de discursos concorrentes e boatos na produção de sentidos sobre o Zika vírus como um tema relevante a ser pesquisado, evocando a reflexão sobre questões como: poder de nomeação, desqualificação do discurso do outro e desigualdade. Em artigo sobre doenças e comunicação negligenciadas, em coautoria com De Lavor e Aguiar (2013), Araújo trabalha os conceitos de visibilidade e invisibilidade, úteis para pensar a ausência de vozes ou mesmo as nuances na gradação do protagonismo ou não das vozes presentes na textualidade da Revista Radis.

Para o mapeamento das vozes presentes e ausentes nos textos da Radis, nos apoiamos em propostas de cartografia que Araújo vem desenvolvendo por meio de

diversos trabalhos seus (p.ex., 2002, 2004) e de pesquisas que orienta. A distinção do lugar dos sujeitos na enunciação, entendida como o ato de produção de um texto, esteve presente nas análises sobre o lugar das vozes na textualidade da Radis, numa gradação entre lugares centrais, intermediários e periféricos nos textos da revista, conforme sinalizado na análise e mapeamento das vozes.

Em sua teoria da enunciação, Benveniste (In: Araújo, 2000, p. 126) entende o “sujeito da enunciação” como a maneira pela qual o Eu se define no próprio discurso, e o “sujeito do enunciado” como aquele que aparece como personagem do texto. Ao atualizar a teoria da enunciação aplicada ao método de análise de discursos, Pinto (2002), outra referência fundamental na obra de Araújo, considera que é costume, desde a obra de Benveniste, “denominar *sujeito da enunciação*, ou apenas enunciador”. Argumenta que “Esta imagem ou lugar enunciativo que define o sujeito da enunciação ou enunciador inclui tanto a imagem que o sujeito faz de si mesmo, quanto a imagem que faz do ‘mundo’ ou universo de discurso em jogo”. Na distinção que formula Pinto, surgem as figuras de três tipos de sujeitos: o do enunciado; o da enunciação; e o falado (Pinto, 2002, p. 35-36).

Nas análises realizadas em conjunto com os leitores-participantes da pesquisa, ao analisar os lugares ocupados pelas vozes, observamos também as posições de maior destaque nos textos a elas atribuídas, seja ocupando espaços de textos assinados, entrevistas e falas citadas literalmente, entre aspas (sujeitos da enunciação), seja referidas de forma não literal no texto (sujeito do enunciado) ou mencionadas de maneira indireta (sujeitos falados) na fala dos entrevistados ou no texto dos repórteres.

Ao discorrer sobre as Posições Discursivas em sua metodologia de análise, Araújo explica que, em seu modelo, Centro e Periferia são posições móveis e negociáveis. São também graduais e não bipolares. O tema da desigualdade está presente em todo o seu modelo, que pode ser entendido como uma proposta de enfrentamento e superação de desigualdades, diz. É na circulação dos sentidos sociais que mais se percebe a desigualdade de condições, ela acrescenta. Interpela: “Quem consegue fazer circular os seus sentidos? Quem consegue ser ouvido? É ali que os sentidos dominantes ampliam sua hegemonia, ao silenciar os demais” (Araújo, 2004, p. 172).

Em “As formas do silêncio”, Orlandi (2007) argumenta que, mesmo nas teorias da enunciação, o silêncio foi relegado a uma posição secundária, reduzido à linguagem verbal, que apaga sua especificidade. Seu estudo caminha na direção oposta, o de buscar compreender o que o silêncio sinaliza. “No início é o silêncio. A linguagem vem depois”, desfia, ao começar a sua reflexão, o dito bíblico (João 1.1) de que “no princípio era o verbo”. Sua reflexão considera que antes de ser palavra, o sentido já foi silêncio, ou, de outra forma, entende que todo sentido posto em palavra já se dispôs antes em silêncio.

A autora defende que o silêncio é a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. O silêncio abre espaço para o que permite o movimento do sujeito, entende. Para ela, “o silêncio é fundante, é a matéria fundante por excelência” (...) “é o real do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 29.).

O conceito de “silêncio fundante” sinaliza que “todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio” (Idem: p. 53). A autora vê o silêncio como horizonte, como iminência do sentido. “O que está fora da linguagem não é o nada, mas ainda sentido”, entende:

Há um ritmo no significar que supõe o movimento entre silêncio e linguagem, diz. O silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é “fundante” (Idem)

Orlandi considera que o silêncio “fundante, ou fundador” é princípio de toda significação. Sua hipótese é que “o silêncio é a própria condição da produção do sentido” (Idem, p. 68). Ela distingue duas formas bastante diferentes de silêncio, o fundador e o “silenciamento”, a que ela denomina também a “política do silêncio” (Idem, p. 53). “A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa (por) si mesmo” (Idem, p. 73).

A forma mais visível da política do silêncio, a que a autora denomina de “silêncio local”, é a censura. “Trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma



estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”, formula Orlandi. “A censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (Idem, p. 76). A censura, segundo a autora,

é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (idem, p.79).

Por outro lado, Orlandi entende que, em face da política do silêncio, é possível identificar dominação e resistência:

Em face de sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). (...) A censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura está a resistência. Na proibição está o ‘outro’ sentido. E isso porque, como dissemos, a censura atinge a constituição da identidade do sujeito” (Idem, p. 118).

#### 1.4 “PODE O SUBALTERNO FALAR?”

Uma abordagem icônica sobre o silenciamento da voz subalternizada está presente na obra “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak (2010), publicada pela primeira vez em 1985. A autora narra dois casos em que mulheres indianas não são levadas em conta nas narrativas construídas sobre o sentido de tirarem a própria vida.

O primeiro refere-se à imolação das viúvas hindus que, na cremação de seu marido, jogavam-se sobre a pira de fogo, em um suicídio consentido e visto como digno pela cultura patriarcal em determinadas regiões da Índia. O ritual não era praticado universalmente e não era relegado a uma casta ou classe.

Por um tempo, o império britânico não interferiu com a prática, chamada *sati*. Essa aquiescência mudou no século 18, quando a lei hindu outorgada pelos colonizadores passou a proibir o “sacrifício da viúva”. Por outro lado, a reificação do sacrifício da viúva, como um valor inerente às origens culturais, permaneceu idealizada numa retomada cultural por parte das elites hindus. A autora frisa que, obviamente, não advoga a matança das viúvas e diz que “A gravidade do *sati* foi ter

sido ideologicamente imbuído do sentido de ‘recompensa’, assim como a gravidade do imperialismo foi ele ter sido ideologicamente imbuído do sentido de ‘missão social’” (Spivak, 2010).

A autora aponta que a abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. Ao desconstruir as motivações e argumentos das elites hindus e também dos colonizadores ingleses para a idealização ou a proibição do *sati*, Spivak chega a um questionamento que alcança não apenas o pensamento colonial ou dos sujeitos colonizados.

Sua crítica se estende a um dos ícones do pensamento marxista na historiografia inglesa, Edward Palmer Thompson, intelectual e ativista respeitado, autor de obras como “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Segundo ela, sem conhecer os muitos sentidos do ritual e da própria nomeação do ato, Thompson interpreta o *sati* como um castigo e endossa em seus textos o significado salvador da interdição inglesa do ritual. Uma leitura que não corresponde à brutalidade do império Britânico no domínio sobre a Índia.

A segunda história se refere ao destino trágico de uma jovem indiana na cidade de Calcutá, em 1926. Bhubaneswari Bahaduri, de 16 ou 17 anos, enforcou-se no modesto apartamento de seu pai. Ela estava menstruada, portanto, não se tratava de um caso de gravidez ilícita.

O “enigma” dessa jovem só é revelado por Spivak ao final do livro: uma década depois, foi descoberto que ela era membro de um grupo de luta armada pela independência da Índia e, por sentir-se incapaz de realizar um assassinato político, do qual tinha sido incumbida, resolveu se matar.

A autora reflete que Bhubaneswari sabia que sua morte seria diagnosticada como o resultado de uma paixão ilegítima e, então, esperou pelo início da menstruação (já que, no *sati*, a viúva nem sequer tinha o direito de se imolar enquanto menstruada). Como não poderia expor o dilema da luta armada como a verdadeira razão para o suicídio, Spivak interpreta que a jovem acaba por reescrever o texto social do suicídio *sati*, o motivo sancionado para um suicídio feminino, ao se dar ao imenso trabalho de deslocar, na inscrição fisiológica de seu próprio corpo, seu aprisionamento em uma paixão “legítima” por um único homem.

Spivak recorre a esses exemplos para refletir sobre as condições históricas, políticas, econômicas e ideológicas que produzem e reproduzem o silenciamento dos sujeitos subalternos, em especial às mulheres. Em seu texto, ela analisa como, na construção de ambas as narrativas, a grande ausente é a fala da mulher.

A resposta negativa que a autora indiana dá à interrogação de seu título é recorrente ao longo de todo o livro e reafirmada a cada discussão sobre o lugar da voz subalterna diante da cultura patriarcal, da narrativa colonial sobre a história e da imposição epistêmica pela lei ou pela educação dos estratos de poder dentro das sociedades colonizadas, na visão supostamente crítica e desprovida de uma ideologia colonialista dos intelectuais europeus.

A compreensão de quem é o sujeito “subalterno” é uma questão relevante para as formulações de Spivak. Ela discorda da apropriação do termo subalterno quando usado para se referir a todo e qualquer sujeito marginalizado. Defende a recuperação do sentido que o termo adquire quando Gramsci se refere ao proletariado, que, no entendimento da autora, “é aquele cuja voz não pode ser ouvida”. Segundo ela, o termo subalterno descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Idem).

A autora se preocupa em teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica e indiferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo. Para a autora, não existe um sujeito do terceiro mundo monolítico, na medida em que os processos de dominação se reproduzem nos espaços colonizados. Portanto, na sua visão, não é a mesma coisa ser um operário no primeiro mundo e sê-lo no terceiro mundo.

Assim como não é a mesma coisa ser uma mulher no primeiro mundo e no terceiro. Ela reafirma a heterogeneidade, ao exemplificar que não se pode dizer “a” mulher indiana”. Para Spivak, a questão da mulher é a mais problemática no contexto da construção contínua do subalterno. “Evidentemente”, ela diz, “se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (Idem).

Dois problemas são discutidos com maior relevância por Spivak: a essencialização do Outro e a ilusão do intelectual de poder falar pelo outro. A questão da não essencialidade do sujeito, ou seja, da irredutibilidade de sua heterogeneidade,

é o centro da crítica de Spivak aos intelectuais da nova esquerda constituída nos anos 1960 e 1970, que, em seu discurso crítico ao marxismo ortodoxo, às experiências autoritárias de socialismo e ao vanguardismo e dirigismo da esquerda em relação às massas, acabam por superestimar, segundo ela, a possibilidade de autonomia das massas e subestimar os processos ideológicos que obliteram a consciência dos subalternos de sua própria subalternidade.

A autora toma como objeto dessa análise crítica o artigo “Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”<sup>4</sup>. Esta escolha se dá, segundo ela, porque a interação amigável entre dois filósofos ativistas desfaz a oposição entre a produção teórica da autoridade e a prática conversacional desprevenida, permitindo vislumbrar a trilha da ideologia.

Spivak identifica que esses intelectuais enfatizam duas contribuições importantes da teoria pós-estruturalista francesa – que as redes de poder/desejo/interesse são heterogêneas e que os intelectuais devem tentar revelar e conhecer o discurso do Outro da sociedade. Entretanto, “ambos os autores ignoram sistematicamente a questão da ideologia e seu próprio envolvimento na história intelectual e econômica” (Idem), diz ela, ao criticar esse pretense lugar de ‘transparência’ do intelectual.

Outra crítica que faz aos filósofos é quanto à generalização presente nos dois ‘sujeitos da revolução’, monolíticos e anônimos a que eles se referem em sua conversa: ‘um maoísta’ (um sujeito hipotético, que ocupa o lugar da visão criticada ao longo da conversa) e ‘A luta dos trabalhadores’ (um sujeito coletivo e indivisível). “Os intelectuais, entretanto, são nomeados e diferenciados”, completa (Idem).

Spivak critica também o fato de Foucault afirmar que “as massas sabem perfeitamente bem” o que querem, ignorando o quanto os subalternos podem não ter consciência de sua subalternidade. E critica Deleuze pela simplificação ao dizer que “a realidade é o que realmente acontece numa fábrica, numa escola, nos quartéis, numa prisão, numa delegacia de polícia”, excluindo, segundo ela, “a necessidade da difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica”, o que acaba

---

4 In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018, p.129-142.

por “auxiliar o empirismo positivista – o princípio justificável de um neocolonialismo capitalista avançado” (Idem).

Por fim, Spivak questiona o lugar do intelectual “que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência”. Agir dessa forma, diz, “é reproduzir as estruturas de opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, no qual possa ser ouvido”.

Após essas críticas à visão da autonomia e consciência “das massas”, à essencialização do Outro e à “ilusão do intelectual de poder falar pelo outro”, Spivak discute o conceito de “representação”<sup>5</sup>, distinguindo dois sentidos: o ato de assumir o lugar do outro numa acepção política da palavra, e o ato de performance ou encenação numa visão estética.

Em seu prefácio da edição brasileira de “Pode o subalterno falar?”, Sandra Almeida sintetiza que “na análise de Spivak, há uma relação intrínseca entre o “falar por” e o “re-presentar”, pois, em ambos os casos, a representação é um ato de fala em que há a pressuposição de um falante e de um ouvinte”. Spivak argumenta ainda, prossegue Almeida, “que o processo de fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, conclui afirmando que esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar”. Da mesma forma, para Spivak, o processo de autorrepresentação do sujeito subalterno também não se efetua, pois o ato de ser ouvido não ocorre (Spivak, 2010, p. 7-18).

Almeida pontua que o sentido dessa conclusão não é literal, pois o subalterno evidentemente é capaz de falar, no sentido estrito da expressão, e que Spivak ressalta a ausência desse caráter dialógico na fala do subalterno. Segundo Almeida, ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak vai além de uma mera resposta objetiva a essa pergunta. Ela “refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre ‘intermediada’ pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar

---

<sup>5</sup> A perspectiva da representação em Spivak será objeto de diálogo e atualização por Judith Butler, Nancy Fraser, Linda Alcoff, Sandra Almeida e outras autoras feministas.

algo em nome de um(a) outro(a)”, afirma Almeida, complementando que “esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê poder falar por esse outro(a)” (Idem).

Em suas conclusões, Spivak lança um desafio ao “intelectual pós-colonial”, mais especificamente à “mulher intelectual”, como ela se expressa em seu último parágrafo. “A tarefa do intelectual pós-colonial, segundo Spivak, deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)”, sintetiza Almeida. “Para Spivak, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (Idem).

## 2. A REVISTA RADIS E SEUS CONTEXTOS

A comunicação é estruturante e transversal na constituição e no cotidiano de qualquer comunidade humana. Processos comunicacionais permeiam e são permeados por relações e contextos sociais e institucionais e são indissociáveis de suas transformações. Assim sendo, contextos históricos, políticos, sanitários e comunicacionais afetam a linha editorial e produção jornalística do Programa Radis de Comunicação e Saúde e por elas podem ser afetados.

Neste capítulo, para fins de situar e contextualizar historicamente a Revista Radis, abordaremos a conjuntura em que surge o Programa Radis, em 1982. Apresentaremos uma cronologia de temas, pautas e enfoques do contexto político, sanitário e comunicacional destacados em algumas das principais matérias e reportagens das publicações do Radis, em especial da Revista Radis. Em alguns casos, a menção aos títulos e subtítulos das matérias será, por si, uma síntese do assunto em questão, poupando espaço e detalhes na cronologia.

A primeira parte do texto relembra circunstâncias que concorrem para a emergência do Radis. A segunda aborda as características de suas primeiras publicações e os contextos da redemocratização do país e da construção do SUS, numa breve cronologia de acontecimentos e temas relevantes registrados nos 20 primeiros anos das revistas e jornais do Programa. A terceira fala da concepção que orienta a inflexão voluntária de abertura para novos temas e novas vozes, mantendo os princípios do jornalismo das décadas anteriores, e traz uma cronologia de temas e enfoques da Revista Radis, a partir de 2002, em que se percebe um ciclo de maior participação no exercício e na busca de ampliação de direitos e um outro, mais recente, de desconstrução sistemática das garantias dos direitos da cidadania.

Em diferentes contextos, essas publicações se configuraram ora como um espaço de informação, formação, registro e memória, ora como espaço privilegiado em que ideias foram debatidas e circularam em articulação com as posições editoriais, produzindo novos sentidos e a mobilização em torno de propostas de ação. Isso, em certa medida, coloca tais publicações como atores nos processos históricos. Em cada uma dessas dimensões, as publicações se constituíram também em um espaço de

disputa discursiva sobre os sentidos de saúde e direitos, por meio das vozes dos mais diferentes atores sociais, tema que é objeto das análises dessa pesquisa.

## 2.1 ANTECEDENTES

### 2.1.1 A ebulição da saúde na luta contra a Ditadura

Na origem do Programa Radis, o contexto no país é marcado por escassez de informação, censura à imprensa e um modelo centralizador, privatizante e radicalmente excludente de saúde, além de uma profunda desigualdade socioeconômica, resultado de um projeto de país consolidado em duas décadas de Ditadura Militar.

Em um contexto de forte perseguição e repressão contra qualquer forma e pensamento crítico, a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976, foi um marco de extrema importância para o aprofundamento da análise da situação sanitária no país e a construção coletiva de uma proposta de transformação do sistema de saúde. Tendo como eixo principal a luta pela democratização da saúde, da sociedade e a defesa do direito universal à saúde, o Cebes lança, naquele ano, a revista *Saúde em Debate*, periódico que ainda permanece em circulação. Em 1977, o Cebes já está organizado em dez estados e no Distrito Federal e passa a realizar suas assembleias durante as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que representavam, naquele período, o principal fórum de debates acadêmicos e políticos sobre a realidade brasileira.

Em 1978, o Cebes edita o livro “Medicina e Política”, do professor italiano Giovanni Berlinguer, expoente da Reforma Sanitária na Itália que se tornou uma referência para a Reforma Sanitária no Brasil. O livro estimula as discussões sobre o direito universal à saúde em seu conceito ampliado e a necessidade da construção de uma consciência sanitária e da luta política para as reformas na saúde.

Outra figura inspiradora para o movimento sanitário brasileiro foi o médico e psiquiatra italiano Franco Basaglia, autor de “A Instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico”, em 1958, e precursor de políticas antimanicomiais. Essas políticas buscavam substituir tratamentos hospitalares e manicomiais, na cidade de Trieste, por redes territoriais de atendimento, com serviços de atenção comunitários,



emergências psiquiátricas em hospital geral, cooperativas de trabalho protegido, centros de convivência e moradias assistidas. Seu pensamento e suas experiências inovadoras foram decisivos para a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica da Itália, a “Lei 180”, em 1978. Tanto Berlinguer quanto Basaglia estiveram no Brasil, visitando instituições universitárias e de saúde, e se tornaram referências para uma geração de sanitaristas. Uma das palestras de Giovanni Berlinguer no Brasil viria a ser publicada pelo Radis na década de 1980<sup>6</sup>.

Ainda no plano internacional, repercute em 1978 o documento final de Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde, realizada na cidade de Alma-Ata, no Cazaquistão, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A Declaração de Alma-Ata tensiona a concepção de modelos de sistema de saúde excludentes e centrados no atendimento hospitalar, ao afirmar, com base em dez pontos acordados por representações de 137 países e 67 organismos internacionais, que “os cuidados primários de saúde precisavam ser desenvolvidos e aplicados em todo o mundo com urgência, particularmente nos países em desenvolvimento”, relembra o médico e sanitarista Luiz Augusto Facchini, em entrevista ao Portal EPSJV/Fiocruz (EPSJV/Fiocruz, 2018). Com base em texto levado à conferência pela OMS, o conceito de saúde foi enunciado na Declaração de Alma-Ata como “completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, acrescenta Facchini, registrando que a Declaração não foi desautorizada, mas “confrontada”, dois anos depois:

O Banco Mundial e a própria Unicef fizeram uma proposta alternativa à Alma-Ata, sob os argumentos de que faltaria dinheiro, vontade política e infraestrutura. (...) um pacote de APS seletiva, com recortes mais restritos: a Estratégia GOBI (sigla em inglês para indicar monitoração do crescimento, Reidratação Oral, Aleitamento Materno e Imunizações). (...) boa parte dos países passaram a seguir as receitas do Banco Mundial, não apenas desenvolvendo a lógica de uma atenção primária seletiva e recortada, com foco na saúde materno-infantil, como também passando a pensar sistemas de saúde com os mesmos recortes.

---

<sup>6</sup> Proposta 1, mar 1987, Encarte especial.

O conceito de promoção da saúde da Carta de Ottawa<sup>7</sup> guarda semelhança com o discurso sobre a Reforma Sanitária, conceito ampliado de saúde e o direito à saúde enunciado por Arouca, em seu discurso na 8ª CNS e nos textos das publicações do Radis. São coerentes também para o conceito de direito à saúde e para a visão da determinação social dos processos de saúde e doença, bem como ao conceito dos DSS, abordados na revista Radis a partir dos anos 2000.

A disputa entre políticas públicas universais versus políticas focais se estenderia por décadas adiante, como tendências conflitantes ou complementares em políticas sociais propostas e induzidas por organismos internacionais e governos nacionais. No Brasil, mesmo após a aprovação de um sistema nacional universal de saúde na Constituição de 1988, o viés de programas focais segue competindo com as estratégias coerentes com a universalidade na saúde, em especial nos governos de orientação neoliberal, mas não somente neles, como é possível constatar nos debates em publicações do Radis ao longo dos anos.

Em 1979, organiza-se a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), renomeada, em 2011, como Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Criada para apoiar e articular centros de treinamento, ensino e pesquisa em Saúde Coletiva, a Abrasco organizou, nas décadas seguintes, os maiores congressos de saúde pública nacionais e internacionais já realizados no Brasil, aproximando a academia da gestão pública, dos profissionais e serviços de saúde e da sociedade civil.

Tanto o Cebes quanto a Abrasco construíram laços estreitos com o Radis na ampliação das discussões da constituição do campo da Saúde Coletiva e da construção do SUS. No final da década de 1970, estudantes, professores e profissionais de saúde dispostos a repensar e reformular a saúde no país passaram a se reunir e articular nos movimentos estudantil, de docentes e em centros de estudos nas universidades, nas oposições sindicais e em torno de entidades como Cebes, SBPC e Abrasco. Uma ebulição acontece na saúde e os debates da academia, dos movimentos sociais e das organizações políticas passarão a ocupar regularmente as páginas das publicações do Radis nos anos seguintes.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2022.

Em outubro de 1979, o Cebes apresenta no 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde na Câmara Federal um documento que denuncia a piora gradativa do nível de vida da população a partir da década de 1960, e critica o modelo do sistema de saúde vigente, entendido como de “mercantilização da medicina promovida em forma consciente e acelerada por uma política governamental privatizante, concentradora e antipopular”. O documento “A Questão Democrática na Área da Saúde”<sup>8</sup>, redigido por Hesio Cordeiro, José Luiz Fiori e Reinaldo Guimarães, defende como indissociáveis a saúde da população, a democratização da sociedade e a construção de um novo sistema de saúde (CEBES, 1979).

Na proposta de uma saúde “autenticamente democrática”, o Cebes defende o direito à saúde com o “reconhecimento do direito universal e inalienável de todo homem à promoção ativa e permanente de condições que viabilizem a preservação de sua saúde”. A visão que inaugura o chamado conceito ampliado de saúde, adotado desde sempre pela linha editorial do Radis, destacava a centralidade da determinação social dos processos de saúde e doença com o “reconhecimento do caráter socioeconômico dessas condições: emprego, salário, nutrição, saneamento, habitação e preservação de níveis ambientais aceitáveis”, além do reconhecimento do caráter social desse direito e da responsabilidade do Estado pela implementação e resguardo das condições que assegurem a saúde.

Entre as medidas necessárias à democratização, o Cebes demanda que “obstaculizem os efeitos mais nocivos das leis de mercado na área da Saúde”. Especifica-se: “detenham o empresariamento da medicina” e “transformem os atos médicos lucrativos em um bem social gratuito a disposição de toda a população”. O libelo do novo movimento sanitário brasileiro enunciava, pela primeira vez, o nome e os princípios de um novo sistema e demandava:

Criem um Sistema Único de Saúde (...) atribuam ao Estado a responsabilidade total pela administração do Sistema (...) deleguem ao Sistema Único de Saúde a tarefa de planificar e executar uma política nacional de saúde (...) estabeleçam mecanismos eficazes de financiamento do sistema, que não sejam baseados em novos

---

<sup>8</sup> Publicado originalmente na revista Saúde em Debate, nº 9, jan-mar. 1980, o texto se transformou num verdadeiro manifesto do movimento sanitário dos anos 1980. Publicado originalmente na revista Saúde em Debate, nº 9, jan-mar. 1980.

gravames fiscais sobre a maioria da população, nem em novos impostos específicos para a saúde (Idem).

Ao propor que o novo sistema fosse organizado de forma descentralizada, envolvendo os níveis federal, estadual e municipal e estruturando a atenção básica de acordo com as aglomerações de população, para viabilizar maior eficácia na planificação e alocação de recursos segundo as necessidades locais, o documento do Cebes avança para a proposta que mais singulariza o projeto do novo sistema em relação às experiências de sistemas universais em outros países, o controle pela sociedade.

Esta descentralização tem por fim viabilizar uma autêntica participação democrática da população nos diferentes níveis e instâncias do sistema, propondo e controlando as ações planificadas de suas organizações e partidos políticos representados nos governos, e assembleias e instâncias próprias do Sistema Único de Saúde. (...) Este, talvez o ponto fundamental desta proposta, negador de uma solução meramente administrativa ou “estatizante”. Trata-se de canalizar as reivindicações e proposições dos beneficiários, transformando-os em voz e voto em todas as instâncias (Idem).

### **2.1.2 O enfrentamento à censura na imprensa**

No contexto da imprensa sob censura, experiências de jornalismo alternativo dos anos 1970 – algumas surgidas na década anterior – são inspiradoras para o tipo de jornalismo crítico que o Radis adotaria nos anos 1980. A grande imprensa, como eram chamados os veículos tradicionais de comunicação de massa como jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão, seguia censurada ou disposta a sustentar o regime ditatorial. Não havia outros processos de comunicação de grande alcance que pudessem fazer um discurso efetivo de contrapondo à imprensa silenciada e silenciosa. A imprensa sindical começava a retomar fôlego, como foi o caso do jornal Tribuna Metalúrgica do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ou a Folha Bancária, do Sindicato dos Bancários de São Paulo. A imprensa vinculada aos partidos levados à clandestinidade tinha circulação restrita, alcançando parte do meio sindical e estudantil.

A novidade, naqueles tempos, foi o surgimento da chamada “imprensa alternativa” com jornais à venda em bancas, por assinaturas via correio, ou distribuídos de mão em mão. No fim dos anos 1970, centenas de pequenos jornais e

revistas espalhavam-se pelo país, geralmente em formato tabloide e produzidos coletivamente por jornalistas profissionais, cartunistas, estudantes, gente ligada à cultura e aos movimentos sociais. Eles eram alvo frequente de censura, apreensões e retaliação aos seus colaboradores. Opinião (RJ), Movimento (SP), Versus (SP), Em Tempo (SP), Coojornal (RS) Lampião da Esquina (RJ), O Repórter (RJ), Varadouro (AC), De Fato (MG) e O Inimigo do Rei (BA) estavam entre os mais conhecidos, alguns chegando a alcançar tiragem comparável aos veículos da imprensa tradicional. Editado no Rio de Janeiro por jornalistas e cartunistas de renome, O Pasquim foi o que teve a maior repercussão nacional, com temas polêmicos, humor, irreverência, um modo coletivo e informal de entrevistar e uma interação bastante informal com as cartas de leitores (CPDOC/FGV, 2020).

Cada um a seu modo, os jornais e as revistas da imprensa alternativa se destacaram por expressar opiniões políticas explícitas e antagônicas à Ditadura Militar, revelar segredos como a tortura e o assassinato de opositores, realizar reportagens sobre temas políticos e culturais. Vale lembrar que falar sobre a realidade da população do campo e da cidade era um tabu naquele período. Alguns inovaram na linguagem, na diagramação e no uso de fotos, cartuns, charges e humor. A característica comum era a coragem de pautar e descortinar temas silenciados, o que não acontecia na imprensa tradicional, escudada na censura ou em suposta neutralidade e objetividade jornalística para justificar a omissão em retratar a realidade. Aquele espírito combativo e inovador da imprensa alternativa viria a inspirar também a linha editorial e alguns aspectos do projeto editorial do Radis.

### **2.1.3 Direito à informação**

Um caso emblemático em que a censura à imprensa afetou diretamente o campo da saúde foi objeto de pesquisa da sanitarista Rita Barradas Barata. Em 1974, a epidemia de meningite ocorrida no país teve a sua divulgação censurada pelo governo militar. No ano seguinte, o próprio governo divulgou os casos da doença, para que a população procurasse os pontos de vacinação, quando vacinas importadas já estavam sendo oferecidas. O episódio foi estudado e citado de forma recorrente como tema de discussão da relação entre a saúde e o direito à informação (BARATA, 1990, 2000; CREMESP, 2005; CNS, 2020).

A escassez de informação sobre a realidade do país produzida pela Ditadura com a censura à imprensa, bem como o sufocamento à circulação de ideias críticas e debates políticos no sistema educacional e no cotidiano da sociedade, motivou o engajamento em iniciativas de difusão de informação por parte de organizações dedicadas a estudos e formulação de propostas de intervenção setorial e de setores de oposição política ao regime militar. Para essas organizações e para institutos de pesquisa, assim como para os movimentos sociais e as entidades de representação setorial, assegurar o acesso à informação passou a ser considerado um dos caminhos preferenciais para a compreensão da realidade por parte da população brasileira e para a reorganização e mobilização da sociedade, de forma mais autônoma, em defesa de direitos, da democracia e da transformação daquela realidade desigual.

Algumas das iniciativas e estratégias de difusão de informação e análises sobre temas econômicos, sociais e políticos foram também uma matriz na origem da concepção do Radis. Na esteira de entidades criadas entre os anos 1950 e 70, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e o Instituto de Estudos da Religião (Iser), a década de 1980 foi um período de surgimento de inúmeras organizações não governamentais (ONGs) e institutos e centros de informação em áreas temáticas, divulgação de informações sobre temas econômicos e sociais e assessoria a movimentos sociais. A expansão das ONGs representou o surgimento de um número correspondente ou até maior de publicações editadas por essas entidades civis. Uma miríade de publicações voltou-se para a divulgação de dados setoriais, resumos de notícias selecionadas por temas, ensaios e textos com análises de conjuntura, difundindo informação e estimulando pensamento crítico e novas formas de organização dos movimentos sociais. É possível, por exemplo, identificar semelhanças na abordagem dos temas da saúde nas revistas do Radis e a dos temas socioeconômicos nos informativos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), publicações criadas praticamente no mesmo período.

A luta pela reconquista de direitos foi ampliada exponencialmente com a reorganização no país de movimentos sociais e partidários no fim dos anos 1970 e,

após a aprovação da Lei de Anistia<sup>9</sup>, em 1979, uma conquista do Movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, que reuniu amplo apoio na sociedade. Incontáveis lideranças políticas e militantes que haviam sido exilados, ou permaneceram no país com direitos cassados, perseguidos ou presos, puderam reingressar abertamente em partidos políticos, movimentos sociais e organizações não governamentais.

A escalada na direção da redemocratização teria como marco, nos anos seguintes, as eleições para governadores em 1982 e, principalmente, o movimento “Diretas Já!” pela realização de eleições livres para a Presidência da República. A luta pela democracia e pela conquista, garantia e ampliação de direitos está no cerne do movimento sanitário brasileiro e da produção editorial do Radis.

## 2.2 O PROGRAMA RADIS

### 2.2.1 O Projeto RADIS e as revistas *Súmula*, *Tema* e *Dados*

O Programa Radis de Comunicação e Saúde foi criado no Departamento de Ciências Sociais (DCS)<sup>10</sup> da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)<sup>11</sup>, da Fiocruz, com o nome de projeto Reunião Análise e Difusão de Informação sobre Saúde (RADIS)<sup>12</sup>, com a missão de manter os egressos de cursos regulares e descentralizados da ENSP atualizados sobre os temas da saúde, em uma visão de educação continuada. Havia também na concepção do Radis uma ideia generosa e utópica de compartilhar informação sobre saúde, em seu conceito mais amplo, pensando em contribuir para um bem maior. “A gente queria mudar o mundo”, confessou certa vez, em conversa, o idealizador do Projeto, o economista Sergio Goes de Paula. Naquele momento, articulavam-se, em várias frentes, as forças políticas fundantes de um novo ciclo democrático na história do país.

Em julho de 1982, Radis lança simultaneamente as suas três primeiras publicações – *Súmula*, *Tema* e *Dados*. Havia muita disparidade regional de produção

---

<sup>9</sup> Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

<sup>10</sup> Chefiava o DCS na ocasião, o professor Arlindo Fábio Gómez de Sousa.

<sup>11</sup> Dirigia a ENSP na ocasião, o professor Ernani de Paiva F. Braga.

<sup>12</sup> Financiado com recursos do Ministério da Saúde (gestão de Waldyr Arcoverde), liberados pelo secretário-geral do Ministério, Mozart de Abreu e Lima, entusiasta da proposta apresentada por Sergio Goes, conforme relata o próprio Mozart, em depoimento à Radis 54, em fevereiro de 2007, p. 2.

e acesso à informação. O Radis atuava simultaneamente como difusor de reflexão acadêmica e observatório de acompanhamento e interpretação crítica da informação da imprensa, em um recorte ampliado do conceito de saúde, que incluía os temas políticos, sociais, econômicos e ambientais, bem como condições de vida, de trabalho e de renda. Informação, para o Radis, representava também um elemento emancipatório diante de governos que praticavam censura, adotavam políticas econômicas prejudiciais à classe trabalhadora e políticas sociais centralizadas e excludentes, inclusive na área da saúde. Pouco depois, a ENSP lança um periódico de perfil estritamente acadêmico, o Cadernos de Saúde Pública (CSP), que permanece em circulação hoje e tornou-se uma referência em divulgação científica no campo da saúde coletiva.

Em entrevista por ocasião das comemorações dos 25 anos de existência ininterrupta do então Programa Radis, em 2007, Sergio Goes lembra que seus alunos em cursos descentralizados da ENSP voltavam para seus lugares de trabalho e não tinham nenhuma fonte de informação. “Pensei em publicar coisas para despertar o interesse dessas pessoas. Daí surgiu a ideia do RADIS”, diz o coordenador do Programa em seus três primeiros anos, descrevendo como foram concebidas as revistas lançadas em 1982:

Pensei primeiro na Súmula, como um resumo do que saía na imprensa. Em segundo lugar, na Dados, para aqueles sanitaristas que passavam pelos cursos e precisavam saber dos efeitos de suas ações. E, em terceiro, na Tema: elegíamos um assunto para ser debatido na revista, como a tuberculose em agosto de 1983. (...) Na época da criação, recebemos muitos elogios e pedidos de inclusão em nossa mala direta. Acho que o Radis busca até hoje a integração de um conjunto de categorias profissionais espalhadas país afora. Creio que o grande mérito foi começar numa época em que a política de informação em saúde não tinha destaque nem valor. E foi um programa que deu certo.<sup>13</sup>

Sergio Goes conta que escolheu o nome Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde porque queria “trazer a ideia de rede”. Na primeira edição da Revista Súmula, em julho de 1982, um texto sob o título “Que venham as críticas”, expunha o que o Radis pretendia com a publicação:

---

<sup>13</sup> Radis 53, jan 2007, p. 2.



Esta Súmula é uma experiência nova. Portanto, sujeita a equívocos e erros de avaliação. Ela tem dois objetivos principais: pretende ser uma sistematização de notícias dispersas – o que, imaginamos, deverá interessar aos especialistas – e pretende ser também um sumário das matérias mais relevantes dos principais jornais com respeito à saúde coletiva – o que deverá interessar aos sanitaristas de todo o Brasil e sem acesso à imprensa de âmbito nacional. (...) Demos prioridade às notícias de caráter político e econômico, sobre a prática e as políticas de saúde, sobre as relações entre meio ambiente e saúde etc. Em resumo, enfatizamos a relação entre saúde e sociedade.<sup>14</sup>

A Revista Súmula era produzida a partir da leitura diária dos principais jornais e revistas do país como O Liberal (PA), Correio Braziliense (DF), Estado de Minas (MG), Jornal do Comércio (PE), Tribuna da Bahia (BA), A Tarde (BA), Jornal do Brasil (RJ), O Globo (RJ), O Dia (RJ), Última Hora (RJ), Jornal do Comércio (RJ), O Fluminense (RJ), Gazeta Mercantil (RJ/SP), O Estado de São Paulo (SP), Folha de S. Paulo (SP), Jornal da Tarde (SP), Zero Hora (RS), Veja (SP), Isto É (SP) etc. A seleção e recorte das notícias, com base num conceito ampliado de saúde, incluía temas estritos da saúde como assistência, epidemiologia, doenças e endemias, vigilância sanitária, mas também previdência, emprego, salário, indicadores econômicos, populacionais e de custo de vida, economia, políticas públicas, saneamento etc.

A Súmula foi a publicação mais frequente nos primeiros 20 anos do Radis e caracterizava-se, por trazer, nos seus últimos anos, “uma reportagem principal e notas analíticas sobre as notícias de saúde publicadas na imprensa, além da agenda de eventos e cursos da área”, resume o texto de apresentação da Coletânea RADIS 20 Anos. A coletânea, lançada em 2004 e acessível pelo site do Programa, permite a busca do conteúdo digitalizado de todas as edições das revistas e jornais do Radis publicadas até 2002. Foram publicadas 88 edições de Súmula, entre julho de 1982 e julho de 2002 (COLETÂNEA RADIS 20 ANOS, 2004).

Como parte do processo de produção da Revista Súmula, a equipe do Radis iniciou, ainda em 1981, a produção de um *clipping* da imprensa, que, a partir de 1985, passou a ser distribuído diariamente para a presidência da Fiocruz e direções das unidades técnico-científicas e administrativas, tornando-se o primeiro serviço diário de *clipping* da instituição. Em 1986, o *clipping* passou a ser produzido por integrante<sup>15</sup> da

---

<sup>14</sup> Súmula 1, jul 1982, p. 1.

<sup>15</sup> Simone Santos Oliveira.

equipe do Radis dentro das dependências da Coordenação de Comunicação Social da presidência da Fiocruz (CCS/Fiocruz) e, a partir de 1989, o serviço foi integralmente assumido pela CCS. Ao longo do tempo, houve períodos de redução da seleção de recortes por falta de recursos para a compra de jornais de vários estados e até de proibição da assinatura de jornais, no governo Fernando Collor (1990-1992).

Nos períodos em que os serviços foram prestados por empresas especializadas em produção de *clipping*, o recorte temático ampliado de saúde tendia a ser mais restrito do que quando o serviço era realizado por trabalhadores da própria Fiocruz, afeitos às discussões conceituais da saúde coletiva. Houve critérios diversos de classificação das matérias arquivadas, desde os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) até a classificação apenas por datas, geralmente, em função da inexistência na equipe de quem pudesse realizar o trabalho de categorização. Todo o acervo analógico do que se chamava internamente o “Banco de Notícias” foi preservado e organizado, o que permitiu que essa base de dados, útil para a pesquisa em saúde e em comunicação, integrasse, em 2013, a Hemeroteca Digital Radis, com mecanismos de busca pela internet no site do Programa Radis. Esse acervo digital de recortes de jornais e revistas sobre saúde (*clipping*), produzido e acumulado no Radis de janeiro de 1982 a abril de 2013 (incluindo alguns recortes de 1980 [16] e 1981 [79]), corresponde a aproximadamente 252.000 folhas de recortes, acondicionados em 360 caixas *box*, que somam 50 metros lineares de documentos (HEMEROTECA RADIS, 2013).

A partir de outubro de 2014, o *clipping* impresso produzido pela CCS foi substituído por um *clipping* eletrônico produzido com base em uma grande diversidade de mídias nacionais e regionais (jornais, revistas, TV, rádios e agências de notícias). O fornecimento manteve-se diário. No entanto, o escopo dos temas selecionados passou a se limitar aos assuntos relativos ao sistema de atenção à saúde, doenças, medicamentos, vacinas, ministério e secretarias de saúde e notícias sobre a Fiocruz, com indicações de avaliação positiva, neutra e negativa das matérias, mais voltado para indicadores de comunicação institucional do que para os interesses da comunicação pública e das abordagens dos estudos de saúde coletiva e de comunicação e saúde.

A revista Tema “oferecia entrevistas e grandes reportagens sobre saúde pública e áreas correlatas, feitas pelo corpo editorial do Radis, além de artigos

assinados por profissionais da área”, informa a Coletânea RADIS 20 Anos. Foram abordados em textos analíticos, entrevistas e reportagens os temas: Descentralização da Saúde e Reforma Tributária, Assistências Médica e Previdenciária, Tuberculose, Assistência Psiquiátrica, Hanseníase, Financiamento das Políticas de Saúde, 8ª Conferência Nacional de Saúde, Aids, Saúde do Trabalhador, Sangue, Reforma Sanitária, Municipalização, Medicamentos, Estado Mínimo e Estado Necessário, Saúde como responsabilidade do Estado, Epidemiologia, Assistência Perinatal e Neonatal, Agenda 21, Cidades Saudáveis, 11ª Conferência Nacional de Saúde, Educação Popular em Saúde, Assembleia Mundial de Saúde e Vigilância Sanitária. Entre julho de 1982 e maio de 2002, foram publicadas 25 edições da Revista Tema.

A Revista Dados era, das três publicações iniciais, a de perfil mais técnico e epidemiológico, com tabelas e gráficos de indicadores sociais relacionados a estudos por amostragem, comentados por acadêmicos e especialistas. Os textos e as formas de apresentação e diagramação se tornaram mais compreensíveis com a participação dos jornalistas que editavam a revista. Entre os assuntos tratados na revista encontramos a análise de dados sobre população, emprego e desemprego, mortalidade e mortalidade infantil, mulher, Aids, morbidade hospitalar, vacinação, violência e morte nas regiões metropolitanas, câncer, fome, especialidades médicas no Brasil, Aids e doenças oportunistas, perfil dos médicos, assistência médico-sanitária. No início da epidemia de HIV/Aids no Brasil, nos anos 1980, a Revista Dados teve edições frequentes e detalhadas sobre a síndrome, incluindo uma série de encartes denominados “Tabuadas da Aids”, que traziam dados quantitativos regulares a que não se tinha acesso por outros meios, naquela época. Entre julho de 1982 e novembro de 1996, foram publicadas 20 edições da Revista Dados, com “amplas pesquisas de informação estatística analiticamente comentada por renomados pesquisadores e técnicos da área da saúde”, descreve a Coletânea RADIS 20 Anos.

### **2.2.2 Redemocratização e Reforma Sanitária Brasileira**

Em meio a uma sucessão de acontecimentos na vida política que marcaram o início dos anos 1980, o Movimento Sanitário Brasileiro (MSB) levou a questão da mudança do sistema de saúde para junto das bandeiras por democracia e vice-versa. O Movimento das Diretas Já ganha as ruas reivindicando eleições diretas para a

Presidência da República e chega ao ápice em abril de 1984, com os maiores comícios já realizados no Rio de Janeiro, com cerca de um milhão de pessoas, e São Paulo, com cerca de 1,7 milhão. Em 25 abril, o Congresso Nacional frustra a vontade popular, rejeitando<sup>16</sup> a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 5, de março de 1983, de autoria do deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT), que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República (CÂMARA FEDERAL, 1984). Mesmo sem as “diretas”, encerrava-se ali um ciclo e se afirmava um outro, de redemocratização, com a campanha pela realização de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Em 1985, é eleita de forma indireta no Colégio Eleitoral formado pelas duas casas do Congresso Nacional, a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Em decorrência da morte de Tancredo, Sarney assume a Presidência da República de 1985 a 1990<sup>17</sup>, período de redemocratização do país identificado como Nova República, cujo principal marco foi a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

Ainda em 1985, chega à presidência da Fiocruz o sanitarista Sergio Arouca, por indicação da comunidade de trabalhadores (ainda não havia processo eleitoral interno para este cargo na instituição) e nomeação do presidente José Sarney. Tem início uma grande transformação na Fundação, tendo como vetor a construção de uma gestão democrática e participativa. Iniciam-se também as articulações para a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), no ano seguinte, da qual Arouca viria a ser o presidente.

Precedida por meses de mobilização social no país, com encontros estaduais de moradores, sindicatos de trabalhadores do campo e das cidades, acadêmicos de diversas áreas, sanitaristas e profissionais de saúde, a 8ª CNS, realizada em Brasília, em março de 1986, se tornaria não só um marco histórico da saúde nos anos 1980, como uma referência para todas as décadas seguintes. A conferência produziu um

---

<sup>16</sup> Depois de 17 horas de discussão, chegou-se ao seguinte resultado: 298 votos favoráveis, 65 contrários, 3 abstenções e o não comparecimento de 112 deputados do PDS. Faltaram 22 votos para a aprovação da emenda. Fonte: <<https://blog.editoracontexto.com.br/16-de-abril-de-1984-diretas-ja/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

<sup>17</sup> Originalmente, o mandato de Sarney seria de quatro anos, mas a sua extensão até 1989 foi incluída nas disposições transitórias da Constituição, como resultado de articulações da base do então presidente no Congresso.

Relatório Final ainda hoje referido nas discussões do campo da saúde, consolidou o ideário da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e formulou os princípios que vieram a embasar o Sistema Único de Saúde na Constituição de 1988.

“A Oitava Conferência tornou-se uma pré-Constituinte da Saúde”<sup>18</sup>, sintetizou a Revista Tema dedicada às avaliações de acadêmicos e sanitaristas sobre a primeira conferência com a participação social. A comunicação estava presente nas teses que emergiram da “Oitava” relacionadas com as formas de participação; com o direito à educação e à informação plenas, à liberdade, à livre organização e expressão; com a proibição da propaganda comercial de medicamentos e produtos nocivos à saúde; com a criação de um sistema nacional de informações, que garantisse o indispensável acesso da população às informações necessárias ao controle social dos serviços (BRASIL, 1986).

Por iniciativa de Sergio Arouca, o então Projeto Radis, que havia diminuído sua produção de revistas depois dos primeiros anos, vincula-se à presidência da instituição<sup>19</sup> em 1986, obtém nova fonte de financiamento<sup>20</sup>, recompõe sua força de trabalho e tem sua missão ampliada, incorporando o objetivo de se comunicar com a sociedade em linguagem jornalística. Em março de 1987, o Projeto Radis lança a sua quarta publicação: Proposta - o Jornal da Reforma Sanitária, em formato tabloide e com periodicidade mensal. Com o novo jornal, Radis desempenha um papel importante na divulgação e no debate das teses do movimento sanitário e dos princípios e propostas aprovados na 8ª CNS. É Sergio Arouca quem assina o primeiro editorial do Proposta, sob o título “A Reforma Sanitária é irreversível”:

A 8ª Conferência Nacional de Saúde representou o início de um grande processo nacional de transformações necessárias ao nosso sistema de saúde. Talvez não tenha havido, na história do nosso país, um debate tão amplo e tão abrangente de caráter nacional sobre a política de saúde. (...) Em torno de cinco mil pessoas num estádio, conseguiram debater, de forma serena, mas nem por isso não apaixonada (...) Questões como a saúde da mulher, saúde do trabalhador, saúde oral e doenças tropicais foram aprofundadas (...) surgiu a necessidade urgente e inadiável de uma verdadeira Reforma Sanitária neste país. (...) A necessidade de transformação do sistema

---

<sup>18</sup> Tema 7, ago 1987.

<sup>19</sup> Quando na Presidência da Fiocruz, Radis foi coordenado por Célia Almeida (de 1986 a agosto de 1987), sucedida por Ary Miranda (de setembro de 1987 a 1990)

<sup>20</sup> Com recursos do INAMPS, presidido por Hesio Cordeiro.

de saúde, da municipalização, da sua democratização interna, de uma nova política de recursos humanos e de ciência e tecnologia, enfim, aliando-se a todas as outras reformas sociais (...) [o movimento sanitário] é um verdadeiro movimento nacional, suprapartidário (...) A Fundação Oswaldo Cruz vem desenvolvendo uma linha editorial de informação aos profissionais de saúde através do Projeto RADIS. E nessa linha entendemos que a divulgação de opiniões, de estudos, de experiências nacionais ou internacionais sobre projetos de transformação no sistema de saúde é da maior importância. Assim está nascendo o PROPOSTA (...) Assim, a Reforma Sanitária começa a se implantar de uma forma irreversível no País. Não como algo criado em gabinetes, não como ideias transplantadas, mas como um projeto nacional, democrático, construído, pensado e executado pelo conjunto da nossa sociedade. Acreditamos firmemente que o ano de 87, na área de saúde, será o ano da Reforma Sanitária.<sup>21</sup>

A primeira edição do Proposta traz em um 'box', sob o título "O que é a Reforma Sanitária?", a conceituação de que a Reforma Sanitária "deve ser entendida" como "um longo processo político de conquistas da sociedade em direção à democratização da saúde, num movimento de construção da saúde, num movimento de construção de um novo Sistema Nacional de Saúde". Segundo o texto do jornal, alinhado com o antológico discurso de Arouca sobre a Reforma Sanitária na 8ª Conferência, esse processo pressupõe:

Uma visão da saúde como um processo resultante das condições de vida; A garantia de que a atenção à saúde não se restrinja à assistência médica, mas diga respeito a todas as ações de promoção, proteção e recuperação; A inserção institucional da saúde como direito de todos e dever do Estado, daí decorrendo a natureza social das ações e serviços de saúde, subordinados ao interesse público; a reorganização e dimensionamento do setor saúde de forma a permitir o acesso universal e igualitário de toda a população a todas as ações e serviços necessários, sem discriminações.<sup>22</sup>

O texto prossegue advertindo que "faz-se necessário" frente às "carências e distorções vigentes", a formulação de uma Política Nacional de Saúde que se oriente pelos seguintes princípios:

Construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito nacional com comando único em cada esfera de governo; Regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde; Distritalização, tendo o distrito sanitário como unidade operacional básica do SUS, com

---

<sup>21</sup> Proposta 1, mar 1987, p. 2.

<sup>22</sup> Proposta 1, mar 1987.

responsabilidade definida sobre uma dada população residente em uma determinada área; Gestão colegiada na formulação e controle da política e das práticas institucionais.<sup>23</sup>

Logo após a 8ª CNS, foi instalada a Comissão Nacional da Reforma Sanitária<sup>24</sup> (CNRS) acrescentando aos representantes dos participantes da conferência o segmento privado da saúde que havia se recusado ir à “Oitava”, representantes dos partidos e do governo, com o objetivo de formular uma emenda para a Constituinte que tivesse apoio suprapartidário e de amplos setores da sociedade. No processo, o movimento sanitário reforçou as propostas da conferência de 1986 apresentando também uma emenda de iniciativa popular aos constituintes, que influenciou os resultados das votações.

A primeira edição do Jornal Proposta noticia que a Comissão Nacional estudava a proposta de financiamento do setor e das ações de saúde, detalhando as sugestões contidas no Relatório Final da 8ª Conferência, antecipando que a proposta a ser encaminhada aos constituintes previa que “os fundos de saúde seriam geridos mediante ampla participação da sociedade organizada e de órgãos públicos”.

A proposta da CNRS previa também que “a instância máxima planejadora da política de saúde do país, a partir do momento da implantação da Reforma Sanitária, seria o Conselho Nacional de Saúde”. Destaca-se aqui a expressão “a partir do momento da implantação da Reforma Sanitária”, da forma como aparece no texto do jornal, para frisar uma questão pouco lembrada ou conhecida com o distanciamento daqueles “dias” de intensa movimentação entre o fim da conferência e o início e desdobramento da Constituinte: o que foi proposto assegurar na Constituição era “a Reforma Sanitária”, que incluía um Sistema Único de Saúde. As falas dos relatores<sup>25</sup> de grupos técnicos da coordenadora<sup>26</sup> dos grupos na CNRS ouvidos pelo jornal é sempre no sentido de aprovar e realizar “a Reforma”. A aprovação do SUS foi, sem dúvida, uma grande vitória e uma das maiores conquistas na Constituinte, mas as garantias para a realização da “Reforma Sanitária”, assim como da “Reforma Agrária”, não foram contempladas na Constituição de 1988.

---

<sup>23</sup> Proposta 1, mar 1987.

<sup>24</sup> Tendo como secretário executivo o professor Arlindo Fábio Gómez de Sousa

<sup>25</sup> André Cezar Médici e Pedro Luiz Barros da Silva

<sup>26</sup> Cristina Possas

Cabe um destaque quanto ao ímpeto daqueles tempos em construir um sistema forte e a realidade dessa construção futura. Em entrevista<sup>27</sup> ao Proposta n. 2, a representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na CNRS, Maria de Fátima Contídio Motta, comenta ser “transparente o desejo de pelo menos restringir a atividade privada” no documento aprovado pela Comissão, mas que a CNI “defende a livre iniciativa”. Ela acrescenta que a iniciativa privada não era complementar aos serviços do Estado, naquele momento, porque tinha 85% dos leitos e realizava 65% do atendimento ambulatorial no país. Ademais, ela avalia: “é claro que, no futuro, à medida que o poder público se fortaleça, a iniciativa privada se esvaziará naturalmente”. De fato, a Constituição assegurou, em seu art. 199, a liberdade à iniciativa privada na assistência à saúde. No entanto, o caminho de fortalecimento do sistema público não foi tão natural. Nas décadas seguintes, o que se pôde acompanhar nas publicações do Radis foi o quanto o interesse privado atuou fortemente para continuar crescendo às custas dos fundos públicos e para ocupar mais espaços dentro do próprio SUS.

Sujeito da ação: uma informação importante para quem acompanha essa narrativa é que, em meados de 1987, ocorre o meu ingresso como repórter e redator na equipe do Programa Radis. Isso significa que, deste ponto em diante, estarei sempre falando a partir de um lugar, não apenas baseado em observação ou informações obtidas, mas também como partícipe e agente de um processo. Mais do que buscar uma objetividade extremada, cabe a mim deixar claro para o leitor dessa cronologia do Radis e de suas publicações a indivisibilidade do lugar de ator, narrador e analista de um processo.

A incorporação de jornalistas<sup>28</sup> com experiência em reportagem e redação de jornal diário e em edição de revistas buscava trazer para as publicações uma outra dinâmica e linguagem. A presença de um designer e de um cartunista permitia explorar a comunicação visual por meio da diagramação e de ilustrações, quadrinhos, charges e humor.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Proposta 2, abr 1987, p. 5.

<sup>28</sup> Álvaro Nascimento, assumiu a edição; Marcus Barros Pinto e eu, a reportagem e redação.

<sup>29</sup> Victor Ebraico, diagramação; Caco Xavier, ilustração e redação.



Os repórteres acompanhavam os debates nas comissões no Congresso Nacional e as mobilizações, reuniões e discussões da comunidade acadêmica e dos movimentos sociais nos vinte meses da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Produziam matérias que problematizavam os temas e propostas em disputa, reportavam as articulações que ocorriam em Plenário, comissões, colégio de líderes, gabinetes e corredores do Congresso. Em discussões abertas da Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte nos auditórios Nereu Ramos e do Anexo IV da Câmara, parlamentares de várias correntes partidárias avaliavam com o movimento sanitário as estratégias para o encaminhamento e discussão das propostas. Participavam assessores parlamentares, acadêmicos, representantes de categorias profissionais da saúde, centrais e sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, além de confederação de associações de moradores. Nem tudo era consenso e era preciso atualizar os leitores sobre as divergências.

O Radis tinha um lado, o da Reforma Sanitária, e o Jornal Proposta tinha também o papel de mobilizar a sociedade civil organizada para interferir em favor das propostas oriundas da 8ª Conferência no Título da Ordem Social da Constituição, pressionando os parlamentares de seus estados. Em um tempo em que não havia internet nem redes sociais digitais e tendo a mídia comercial ocupada em focar outras disputas em favor do mercado e do capital na Constituinte, o jornal mensal do Radis era o primeiro a chegar com as novidades do *front* e os detalhes sobre cada proposta em disputa, convocando a sociedade para lutar por cada voto.

As manchetes e títulos do Proposta não economizam no tom panfletário para chamar à mobilização: “Reforma Sanitária: consenso nacional”<sup>30</sup>; “Congresso da Abrasco propõe Frente Popular pela Reforma”<sup>31</sup>; “Nós temos o caos. A Reforma deve ser já”<sup>32</sup>. Até a fala do então presidente Sarney em reunião ministerial ajudava: “faz-se necessária uma ampla Reforma Sanitária que expanda a capacidade de bom atendimento a toda a população, proporcione acesso aos medicamentos essenciais e à vacinação, combata as grandes endemias”<sup>33</sup>. A certa altura, nos textos, a reforma

---

<sup>30</sup> Proposta 1, mar 1987, p. 1.

<sup>31</sup> Proposta 1, mar 1987, p. 4.

<sup>32</sup> Fala de Guilherme Rodrigues da Silva no Proposta 1, mar 1987, p. 11.

<sup>33</sup> Proposta 1, mar 1987, p. 2.

deixava de ser meta e tornava-se sujeito: “Reforma Sanitária quer saúde democratizada”<sup>34</sup>.

Mês a mês, o Proposta segue acompanhando, informando, e mobilizando em relação ao que acontece dentro e em torno da Constituinte. Cada obstáculo era objeto de debate e arregimentação de apoios no caminho da superação. Cada etapa na direção da aprovação das propostas, sempre publicadas na íntegra nas páginas do jornal, era comemorada. Em abril, o encaminhamento da proposta aprovada na CNRS; em junho, a aprovação em Subcomissão do anteprojeto para a Saúde<sup>35</sup>, em agosto, o envio a Plenário do texto da Ordem Social concluído pela Comissão de Sistematização<sup>36</sup>. O jornal publicava as análises da Abrasco e do movimento sobre cada versão dos documentos e noticiava as movimentações da sociedade em relação a outros temas da Constituinte como previdência, assistência social, ciência e tecnologia, educação. As fotos publicadas e disponíveis no acervo do Radis mostram manifestações de até 40 mil pessoas nas ruas e reuniões que lotavam teatros como o Casa Grande, no Rio de Janeiro, para defender as propostas de interesse popular.

Os ventos não sopravam somente na direção da mudança democrática. Nas ruas e no Planalto, as mudanças esbarravam em reação já no final de 1987. Em carta ao Radis<sup>37</sup>, a Comissão Organizadora do XVIII Encontro Científico dos Estudantes de Medicina do Brasil (ECEM) denuncia violência da Polícia Militar de São Paulo contra passeata em defesa da saúde e da Reforma Sanitária, detendo seis lideranças e as entregando à Polícia Federal. No Congresso Constituinte crescia a força do “Centrão”, como ficou conhecido o grupo suprapartidário de parlamentares de centro direita e de direita apoiados pelo presidente Sarney para alterar a correlação de forças na Aliança Democrática (aliança entre PMDB e PFL criada para a eleição de Tancredo e Sarney). O objetivo era barrar propostas progressistas na Constituição e assegurar a extensão do mandato presidencial de Sarney de quatro para cinco anos, o que foi aprovado nas Disposições Transitórias da Carta.

---

<sup>34</sup> Fala de Eleutério Rodrigues Neto no Proposta 1, mar 1987, p. 6.

<sup>35</sup> Proposta 3, jun 1987, p. 1.

<sup>36</sup> Proposta 4, ago 1987, Encarte Especial 1.

<sup>37</sup> Proposta 5, nov 1987, p. 2.

Em novembro de 1987, a manchete do Proposta sinaliza que era preciso “Mobilização para garantir o anteprojeto” do relator da Comissão de Síntese<sup>38</sup>, que continha “as propostas mais avançadas” no Título Ordem Social<sup>39</sup>. Segundo os parlamentares entrevistados naquela edição, essas propostas estavam ameaçadas pelas articulações do Centrão. Em 26 de julho de 1988, em pronunciamento em rede nacional de rádio TV, Sarney chegará a declarar que “os brasileiros receiam que a Constituição torne o país ingovernável”, e ir além, na oposição à nova Carta: “corre também o risco de se tornar ingovernável nas empresas, nas relações de trabalho, nas famílias e na sociedade”.<sup>40</sup>

O passo mais incisivo do movimento sanitário em fins de 1987 foi registrado na edição de novembro do Proposta: a entrega da Emenda Popular para a Seção da Saúde no Capítulo da Seguridade Social do Título da Ordem Social, apresentada à Assembleia Constituinte por 167 entidades e assinada por 54.133 mil eleitores. A emenda, defendida diante da Comissão de Sistematização pela voz de Sergio Arouca, representou um significativo reforço à pressão sobre os parlamentares. “Queremos acabar com este monstro hipertrofiado que é o atual sistema de saúde no país”, discursou o sanitarista em Plenário, relata a matéria de Radis.<sup>41</sup>

“Depois de um ano, a hora do voto”<sup>42</sup>, registra em fevereiro de 1988 o Proposta, informando que, a partir daquele momento, estariam em votação o projeto da comissão de sistematização e as 2.045 emendas apresentadas, sendo necessários 280 votos favoráveis para qualquer proposta ser incorporada automaticamente ao futuro texto constitucional. Em março, o jornal anuncia: “Plenária da Saúde traça ofensiva final sobre a Constituinte”<sup>43</sup> para esclarecer sobre a proposta da saúde e alertar sobre “o retrocesso representado pelo projeto do Centrão”. Em abril, “Mobilização nacional para aprovação do texto da Sistematização”<sup>44</sup>.

---

<sup>38</sup> Deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Comissão de Síntese.

<sup>39</sup> Proposta 5, nov 1987, p. 1.

<sup>40</sup> Folha de S. Paulo. Sarney diz na TV que Carta deixa país ingovernável. Política. 27/07/1988, p. A-6. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120240/1988\\_26%20a%2031%20de%20Julho\\_032.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/120240/1988_26%20a%2031%20de%20Julho_032.pdf). Acesso em 27 ago. 2022.

<sup>41</sup> Proposta 5, nov 1987, p. 5.

<sup>42</sup> Proposta 6, fev 1988, p. 1.

<sup>43</sup> Proposta 7, mar 1988, p. 1.

<sup>44</sup> Proposta 8, abr 1988, p. 1.

Em maio, o Proposta enfim traz a manchete: “Constituinte aprova sistema único e estatização do sangue”<sup>45</sup> e estampa foto da seção “histórica” da votação em que os constituintes aprovaram, em primeiro turno, por 472 votos a favor, 9 contra e 6 abstenções o capítulo sobre a saúde a ser inscrito na Constituição. Em nova votação destacada pelo jornal, outra proposta do movimento sanitário é aprovada por 313 votos, a proibição de comercialização de sangue e derivados, definindo que as formas de controle pelo estado seriam regulamentadas em lei ordinária.

A promulgação da Constituição foi comemorada no Proposta de outubro com a expressão “Vitória”<sup>46</sup> ocupando o alto da primeira página e avaliações da nova Carta por parte de “autoridades, técnicos e lideranças” ocupando metade da edição. A Constituição Federal, aprovada em 5 de outubro de 1988, estabeleceu o direito à saúde como um direito universal da cidadania, sob a égide de que “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Pelo texto constitucional, a Saúde passou a integrar o tripé que constitui a Seguridade Social, juntamente com a Previdência e a Assistência Social, compartilhando fontes definidas para o seu custeio.

### **2.2.3 SUS em construção**

O caminho da construção do SUS e da municipalização da saúde foi precedido por uma experiência de descentralização e integração da saúde nos estados, que foi acompanhado pelo Radis em paralelo à cobertura da Constituinte. Em 1987, o Proposta anunciou com uma de suas manchetes entusiastas referidas à Reforma Sanitária – “Já começou”<sup>47</sup> – a criação do programa de desenvolvimento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), iniciativa conjunta dos ministérios da Saúde e da Previdência para consolidar as Ações Integradas de Saúde (AIS) em curso nos estados. A coordenação das ações pelas secretarias estaduais de saúde teve forte apoio dos recursos do poderoso Instituto Nacional de Assistência Médica da

---

<sup>45</sup> Proposta 9, mai 1988, p. 1.

<sup>46</sup> Proposta 13, out 1988, p. 1.

<sup>47</sup> Proposta 4, ago 1987, p. 1.

Previdência Social (INAMPS), presidido à época pelo médico e sanitarista Hesio Cordeiro, artífice do “Papel do SUDS na implantação da Reforma Sanitária”<sup>48</sup>.

Uma nova frente de reportagens viria a ser aberta pelo Jornal Proposta, com a ida aos estados que iniciavam a descentralização da saúde para verificar in loco as primeiras mudanças. A primeira da série de reportagens com nome “A reforma nos estados” ou “SUDS nos estados”, detalhando a implantação do Sistema Unificado mostrou a experiência em curso em Alagoas, estado então governado por Fernando Collor de Mello. Um militante da reforma sanitária e delegado à 8ª CNS ocupava simultaneamente a Secretaria de Estado de Saúde (que também respondia por Maceió, que naquela época não tinha secretaria municipal de saúde) e a direção do INAMPS em Alagoas, o que lhe permitia bastante liberdade de ação, uma situação que não se repetiu em nenhum outro estado visitado. A matéria “Em Alagoas, implantação do Suds acelera mudanças no quadro sanitário”<sup>49</sup> trazia o resultado das conversas com gestores, trabalhadores e usuários da saúde em Maceió, Arapiraca e Penedo.

O formato das futuras reportagens foi sendo construído a partir dali. Para falar das novas políticas de saúde implementadas, ouvia-se também as vozes dos adversários e os descontentes com a nova política de saúde, em uma prática que inicialmente surpreendia nossos anfitriões nas secretarias de saúde e nos núcleos de estudos de saúde das universidades. Para falar de Reforma Sanitária, a apuração ia além das propostas para o sistema de saúde e retratava as condições de vida, moradia, saneamento, trabalho, transporte e ambientais dos estados e de cada cidade que visitávamos.

As matérias produzidas simultaneamente com os debates em Brasília e nos congressos acadêmicos expunham um quadro sanitário e de condições de vida dramático país afora, ao passo que mostravam as virtudes das novas experiências de ampliação e integração dos serviços, sem omitir as resistências que essas mudanças provocavam. Os títulos das reportagens expressavam esses contrastes. Em 1988, o Proposta mostrou o SUDS na Bahia: “Vontade política esbarra em dificuldades – No

---

<sup>48</sup> Proposta 5, nov 1987, p. 5.

<sup>49</sup> Proposta 6, fev 1988, p. 3-5.

nível de vida, um retrato desalentador”<sup>50</sup>. No Rio Grande do Sul: “Democratização busca vencer crise na saúde – Num estado doente, a receita da descentralização”<sup>51</sup>. No Mato Grosso: “Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres: o esforço na direção das mudanças – No Pantanal e na Floresta, uma população desassistida”<sup>52</sup>. Em São Paulo: “São Paulo enfrenta crise na saúde municipalizando quase toda a rede”<sup>53</sup>. No Pará: “No Pará, novo sistema apenas engatinha: Há resistências à unificação”<sup>54</sup>. No Espírito Santo: “Espírito Santo quer municipalizar todo sistema até 89 – Desigualdades marcam realidade do “primo pobre” do Sudeste”<sup>55</sup>. Em Pernambuco: “Realidade adversa e falta de recursos fazem de Pernambuco um estado doente – Dívida social dificulta ação do novo sistema”<sup>56</sup>.

O último ano do governo Sarney foi repleto de incertezas e ameaças à regulamentação do SUS. Radis cobriu simpósios sobre Saúde e sobre a Previdência Social na Câmara dos Deputados. O encontro de Secretários Municipais de Saúde em Porto Alegre expressa um consenso e destaca matéria de capa do Proposta: “para que a futura lei orgânica do setor assegure a implantação do SUS, é indispensável uma mudança radical no atual modelo econômico recessivo e o fim do clientelismo político dentro do sistema”<sup>57</sup>.

Expressões “boicote”, “descaso”, “crise” e “ameaças” povoam as matérias do jornal após a promulgação da Constituição. A ideia de que o SUS teria “um papel na implantação do projeto da Reforma Sanitária” como se debatia em Reunião Anual da SBPC, acompanhada pelos repórteres do Radis em São Paulo, em 1988, ia sendo substituída pelo foco em assegurar que o SUS fosse criado como concebido na 8ª Conferência e na Constituição.

No encerramento do encontro dos secretários de saúde em Porto Alegre, em 1989, Arouca afirma que “Só um movimento suprapartidário é capaz de barrar o

---

<sup>50</sup> Proposta 7, mar 1988, p. 3-5.

<sup>51</sup> Proposta 8, abr 1988, p. 3-5.

<sup>52</sup> Proposta 9, mai-jun 1988, p. 3-5.

<sup>53</sup> Proposta 10, jun 1988, p. 3-6.

<sup>54</sup> Proposta 13, out 1988, p. 3-6.

<sup>55</sup> Proposta 14, nov 1988, p. 3-6.

<sup>56</sup> Proposta 15, dez 1988, p. 3-6.

<sup>57</sup> Proposta 16, jul 1989, p. 3-12.

retrocesso” ao discursar sobre o que esperava da sociedade em relação ao SUS, conforme registrado pelo Proposta:

O Brasil vive, hoje, a disseminação de uma ideologia cínica baseada a contra-verdade, onde o discurso tem muito pouco a ver com os fatos concretos. Onde mulheres estupradas, de vítimas passam a ser acusadas, onde os mortos do *Bateau Mouche* viram culpados pelo afundamento do barco, onde o Governo Federal diz que é a favor do Suds e tem toda uma política orquestrada para inviabilizar o sistema.<sup>58</sup>

A Constituição criou o Sistema Único de Saúde. A regulamentação e existência formal do SUS dependeu da aprovação da Lei Orgânica da Saúde (LOS), cuja discussão iniciou-se em meados de 1989, a partir de um Projeto de Lei oriundo da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados, alinhado com as propostas que deram origem ao texto da saúde na Constituição, e outra proposição elaborada pelo Ministério da Saúde. As discussões elevaram novamente a temperatura no Congresso Nacional e foram acompanhadas de perto pela equipe de reportagem do Radis, num formato semelhante ao que se deu na Constituinte.

Após grandes embates entre parlamentares comprometidos com o movimento sanitário e os princípios da Constituição, como o Deputado Mosconi (PMDB/MG) e os que identificados com o Centrão, como o Deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), cujos entreveros recheados de insultos entre as vossas excelências eram narrados em detalhes pelo Proposta<sup>59</sup>, a Comissão de Saúde aprovou, em dezembro de 1989, um substitutivo aos anteprojetos. Elaborado pelo deputado Geraldo Alckmin (PSDB/SP), o substituto mantinha o sistema de gratuidade nos serviços de saúde, a contratação dos serviços privados de forma complementar com prioridade para entidades filantrópicas e a criação de conselhos de saúde nos níveis federal, estadual e municipal, com caráter deliberativo e formados por usuários em paridade com governo, profissionais de saúde e prestadores de serviços.

Entre trâmites e negociações na Câmara e Senado, a Lei Orgânica da Saúde foi sancionada pelo então presidente Collor como Lei n. 8.080, em setembro de 1990, com vetos inclusive ao Controle Social do SUS. A oposição reagiu, mas um acordo

---

<sup>58</sup> Proposta 16, jul 1989, p. 6.

<sup>59</sup> Proposta 19, nov 1989, p. 3.

costurado pelo governo conseguiu impedir que os vetos fossem derrubados pelo Congresso. A reinserção dos Conselhos de Saúde e das Conferências Nacionais de Saúde, assim como a definição de formas de recursos para estados e municípios, só ocorreu em dezembro, com a aprovação pelo Congresso da Lei n. 8.142/90, que foi acrescentada à LOS. Novamente, a pressão social foi definidora dos rumos do SUS, talvez em um dos últimos estertores da potência e do consenso que o movimento sanitário alcançou nos anos 1980.

“Municipalização é o caminho” foi a palavra de ordem da saúde no início da década de 1990. Tema do VII Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde, em Fortaleza, que teve cobertura jornalística no Proposta de janeiro de 1991<sup>60</sup>, foi também assunto da última publicação do Radis naquele ano, a Revista Tema n. 12, com “Os Caminhos da municipalização”. O processo de municipalização da saúde motivou uma nova série de reportagens do Radis, que visitou municípios em que as experiências relevantes estavam ocorrendo. Entre os municípios enfocados na série da municipalização do Proposta estavam Ribeirão Preto e Altinópolis (SP)<sup>61</sup>, Fortaleza<sup>62</sup>, Manhuaçu (MG)<sup>63</sup>, São Gonçalo (RJ)<sup>64</sup>, Angra dos Reis e Niterói (RJ).

Em algumas dessas reportagens, foi possível estender a escuta para além dos gestores e profissionais de saúde e trazer para o primeiro plano do texto jornalístico a fala das pessoas que se relacionam com os sistemas locais. Duas experiências foram transformadoras do ponto de vista da percepção da mudança concreta que o SUS idealizado pode produzir e da possibilidade de ampliar a escuta possível nas reportagens do Radis.

A primeira mostra a municipalização da saúde no município de Santos<sup>65</sup>, em que o secretário de Saúde, David Capistrano Filho, conduzia uma verdadeira revolução na organização dos serviços e em outras duas frentes que se tornaram referência para o SUS, a inovação e humanização na política de HIV/Aids e a coragem em implantar uma política de saúde mental radicalmente antimanicomial e

---

<sup>60</sup> Proposta 25, jan 1991, p. 3-6.

<sup>61</sup> Proposta 27, mar 1991, p. 4-5.

<sup>62</sup> Proposta 28, abr 1991, p. 4-5.

<sup>63</sup> Proposta 31, abr 1993, p. 6-7.

<sup>64</sup> Proposta 32, mai 1993, p. 6-7.

<sup>65</sup> Proposta 26, fev 1991, p. 4-5.



humanizadora. A reportagem ouviu e publicou os depoimentos de pessoas soropositivos cujas vidas “melhoraram”, não apenas em relação ao tratamento de sintomas, mas em termos de recomposição de laços familiares, sociais e profissionais a partir do acolhimento humanizado em casas os portadores de HIV eram acolhidos por profissionais dedicados e pactuavam coletivamente as regras de convivência. Foram ouvidas e publicadas as histórias de pessoas antes submetidas aos maus-tratos da internação no hospital psiquiátrico tido como uma “casa de horrores”, interditado e encampado pelo município apoiado por manifestações sociais em praça pública. Pessoas que passaram a circular livremente na cidade, frequentar os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), cuidar de hortas comunitárias, transmitir programação cultural por meio de uma rádio autônoma e criar e comercializar arte sob o selo do projeto “TamTam”, com apoio institucional da Prefeitura.

A segunda foi sobre a municipalização da saúde em Icapuí<sup>66</sup>, município recém-emancipado no litoral sul do Ceará. Ali, outra revolução na atenção básica e ambulatorial em um município pequeno e pobre que destinou 45% do orçamento à Educação e 23% à Saúde. As contas da Prefeitura eram expostas e detalhadas mensalmente num grande painel na parede da casa do prefeito, em frente à praça principal. Na matéria, as falas do secretário de saúde, Luiz Odorico Monteiro, e de seus adversários se misturavam às das enfermeiras, dos agentes de saúde, dos motoristas, das pessoas que frequentavam os postos de saúde, dos pescadores, dos estudantes, de jovens acadêmicos de outros estados que se voluntariavam para fazer um censo de 100% dos domicílios para avaliar determinantes sociais que orientavam ações intersetoriais de saúde. Narrativas que conduziam, davam substância à reportagem e traziam uma nova perspectiva para as coberturas do Radis.

Durante alguns anos após a matéria, cartas de leitores ainda chegavam a alguns dos entrevistados na reportagem, desejando saber mais e participar da experiência de Icapuí. Um dos destinatários era um jovem médico que havia deixado São Paulo desiludido com a profissão e agora atendia senhoras sexagenárias que, pela primeira vez na vida, tinham a oportunidade de receber os cuidados de um ginecologista. Ele é citado no final da reportagem ao retornar para casa em sua moto,

---

<sup>66</sup> Proposta 29, jun 1991, p. 4-6.

no final do dia, percorrendo a longa faixa de areia das praias do município em que pescadores já não cogitavam vender suas propriedades para a especulação turística.

Assim como o carisma e a eloquência de um Arouca, na década anterior, a empatia provocada pelas vozes de pessoas comuns nessas reportagens e a influência delas sobre a narrativa jornalística passaram a comunicar, naquele início de uma década árida, o significado da intersectorialidade, da integralidade e da humanização pretendidas nos princípios e nas estratégias de construção da Reforma Sanitária e do SUS.

A 9ª Conferência Nacional de Saúde endossou o mote dos primeiros anos da década de 1990, “Municipalização é o caminho”, e teve participação do Conasems em sua organização. Mas a sua marca maior foi o protagonismo dos delegados que receberam o ministro da Saúde, Alcení Guerra, com um ensurdecido coro de “Fora Collor”, fazendo eco aos movimentos de rua que precipitaram o impeachment do primeiro presidente eleito após a Ditadura. A programada extinção do INAMPS só viria a ocorrer em 1993, por decisão do presidente Itamar Franco.

Sob o governo Collor, a Fiocruz foi alvo de uma intervenção velada, que impediu a posse de um presidente eleito pelos trabalhadores da instituição. O Radis desligou-se da Presidência e retornou à ENSP, vinculando-se diretamente à Direção da Escola, para preservar a sua autonomia editorial. O Projeto foi reconhecido como um Programa Permanente da Fiocruz, mas seguiu ainda por alguns anos sem ter um orçamento próprio e condição de ordenar as próprias despesas<sup>67</sup>. As publicações tiveram a periodicidade reduzida. Continuava, no entanto, como referência de jornalismo para o acompanhamento dos debates da saúde coletiva e da construção do SUS. Os cortes de orçamento foram severos e apenas uma publicação foi editada em 1992, uma Súmula, tendo como tema de primeira página a saúde mental. A cobertura da 9ª Conferência Nacional de Saúde chegou a ser realizada e redigida, mas não houve recursos para publicá-la. O Jornal Proposta deixou de circular entre setembro de 1991 e abril de 1993.

---

<sup>67</sup> Após a suspensão, em 1989, do financiamento pelo INAMPS, em razão da presença do debate sobre a extinção do órgão nas publicações, Radis obteve apoio do CONASS, por pouco tempo, com repasses das secretarias de saúde do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Na primeira edição de 1993, a chamada de capa do Jornal Proposta, “Emendas da Saúde inviabilizam o SUS”<sup>68</sup>, critica as Propostas de Emenda à Constituição (PEC), que buscavam retirar da esfera de controle do SUS as atividades de saúde do trabalhador e hematologia, que poderiam oferecer lucro ao sistema privado de saúde. Uma das propostas prejudicava o Sistema de Seguridade Social, alterando o texto constitucional que definia que a seguridade será financiada “com contribuições sociais dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro”. O Jornal advertia que a expressão “e o lucro” havia sido subtraída do parágrafo, na alteração proposta pela iniciativa privada.

No mês de abril de 1994, o jornal passa a ter o nome de Jornal do Radis e traz como manchete de primeira página, “Calamidade anunciada: orçamento de 94 aprofunda a tragédia sanitária”<sup>69</sup>. Na edição após a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, o Jornal do Radis estampa a pergunta em sua capa: “E a saúde, Presidente?”<sup>70</sup> No programa do candidato eleito, algumas propostas impactavam diretamente a saúde das pessoas, como a intenção de realizar uma Reforma da Previdência, implantando o regime de capitalização, testado com insucesso no Chile.

Na síntese que descreve o Proposta/Jornal do Radis, a Coletânea RADIS 20 Anos diz que “em suas páginas foram debatidos a Reforma Sanitária, o capítulo da Seguridade Social da Constituição, a Lei Orgânica da Saúde e a construção do SUS”. Desde 1987, o Proposta/Jornal do Radis havia circulado por todo o Brasil em 36 edições. Com destaque à crítica de que o estrangulamento do financiamento revelava um projeto não explícito de inviabilizar um SUS público e gratuito para todos, o jornal mensal do Radis circulava pela última vez, em novembro de 1994.

As publicações do Programa acompanharam toda a primeira década de construção do SUS. Inspirado na experiência dos modelos de sistemas nacionais universais de saúde construídos no contexto das políticas do Estado de bem-estar social da social-democracia europeia e canadense, o SUS evoluiu lentamente como um projeto contra-hegemônico. Foram anos de grandes dificuldades para o

---

<sup>68</sup> Proposta 29, abr 1993, p. 4-6.

<sup>69</sup> Jornal do Radis 29, abr 1994.

<sup>70</sup> Jornal do Radis 29, nov 1994.

financiamento da saúde, sobrecarregando em especial o orçamento dos municípios mais comprometidos em assegurar a manutenção e ampliação das ações de saúde.

Com o fim do Jornal Proposta/Jornal do Radis, as revistas Súmula e Tema continuaram abrindo espaço para o acompanhamento dos debates sobre a construção do SUS no ambiente acadêmico, no movimento sanitário e no controle social, embora as discussões tenham se tornado menos capazes de mudar as estratégias e os rumos da estruturação do sistema. Entre os temas frequentes desses debates da segunda metade da década de 1990, além do subfinanciamento, as disputas de interesses e visões conflitantes sobre concepção, planejamento, administração, modelos de gestão e atenção, saúde da família, vínculos da força de trabalho e formas de controle social na saúde.

A discussão sobre a miséria e fome crônicas no país esteve presente ao longo de toda a década de 1990, impulsionada pela publicação do Mapa da Fome produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fazia um amplo diagnóstico da alarmante indigência no país, e a criação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, um movimento de voluntariado de amplitude nacional liderado pelo sociólogo Herbert de Souza. Mais conhecido como Betinho, o irmão do cartunista Henfil eternizado na música “O bêbado e a equilibrista” de João Bosco e Aldir Blanc, que se tornou hino da campanha da Anistia, nos anos 1970, Herbert de Souza foi muito presente nas pautas das publicações do Radis sobre o exercício da cidadania, HIV/Aids, comercialização do sangue, ética na política e fome. A Revista Dados destacou em 1993 o tema “Fome: Uma legião de 32 milhões de miseráveis é a consequência mais dramática de um modelo de desenvolvimento excludente aético e concentrador de renda”.

Outro tema crítico foi a escalada do custo de medicamentos, abordado pela Revista Tema, em 1994, que discutia a produção de genéricos e a discussão de patentes entre os “remédios” para a crise dos medicamentos. Nos anos seguintes, o contexto sanitário é marcado pela edição de grande número de Normas Operacionais para a organização do SUS e pelo seu subfinanciamento crônico, mesmo com a aprovação, em 1996, da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), em tese voltada para o custeio dos serviços de saúde. A gravíssima crise orçamentária que emperrava a implantação do SUS foi objeto de debates acalorados

na 10ª Conferência Nacional de Saúde, em 1996, reportada pela Revista Tema. Houve uma lenta expansão do Programa Saúde da Família (PSF), criado em 1994, e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), criado em 1991.

A Seguridade Social e o SUS foram duramente impactados pelas políticas econômicas neoliberais dos anos 1990, que reduziram as fontes de financiamento da previdência e da saúde, perdas salariais para trabalhadores públicos e privados, redução da presença do Estado na oferta de serviços essenciais. Em várias edições, as revistas Tema e Súmula destacaram os debates sobre “Estado mínimo versus Estado necessário” e ações públicas focais, voltadas para grupos específicos e não universais. Foi pauta frequente também o crescimento da violência no campo e na cidade, com inúmeros casos de chacinas com o envolvimento de forças policiais do Estado, alguns com grande repercussão nacional e internacional.

Os problemas derivados da desigualdade social em um país com políticas econômicas neoliberais, a busca de compreensão pela epidemiologia e as ciências sociais das demandas de saúde da população, bem como a pressão por mais participação popular na definição dos caminhos do SUS, marcaram os debates dos inúmeros congressos acadêmicos das conferências nacionais de saúde que tiveram a cobertura jornalística realizada pela equipe do Radis entre 1990 e 2002.

A 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro de 2000, teve cobertura completa publicada na Tema n. 20, em fevereiro de 2001, sob o título “O Brasil diz como quer ser tratado”. Como novidade na cobertura, a edição trouxe uma coluna com o nome “Fala Delegado” na lateral das páginas, com foto e depoimentos dos participantes sobre a conferência. O texto de introdução<sup>71</sup> explica que a revista decidiu “emprestar a voz aos rostos” variados de 29 delegados “vindos de vários estados e representando várias instituições e instâncias da sociedade civil organizada”. Assim como a 10ª Conferência, realizada em agosto de 1996, a 11ª não teve alguma marca significativa registrada nas publicações do Radis, embora tenha sido um espaço para críticas ao modelo econômico e a persistência da desigualdade no país. Na 11ª, grande parte das propostas e moções se voltaram às questões endógenas da estruturação do sistema e de programas e políticas setoriais da saúde,

---

<sup>71</sup> Assinado por Caco Xavier.

de maneira “morna”, como se expressou uma das entrevistadas na seção “Fala delegado”.

Os sucessivos governantes que ocuparam a Presidência da República produziram efeitos significativos no contexto da saúde, da economia e da sociedade, com reflexo, portanto, nas pautas do Radis. Em relação ao Radis, cabe destacar duas formas de interferência, ainda no governo José Sarney (1985-1990). A primeira foi um questionamento do governo, em 1989, quanto à existência de jornalistas na Fiocruz que não fossem apenas para a assessoria de imprensa da presidência. Havia pouco mais de 20 jornalistas integrando equipes multiprofissionais nas diversas unidades da Fiocruz. O assunto foi parar nas assembleias da Associação dos Servidores da Fiocruz (ASFOC), com a defesa veemente do papel da comunicação por parte do presidente Sergio Arouca. Em um trabalho coletivo, um documento desconstruiu as alegações do governo mostrou a pertinência do trabalho em comunicação. Outro episódio foi a contestação junto à presidência da Fiocruz por parte de José Serrão, médico particular de Sarney alçado como substituto de Hesio Cordeiro na presidência do INAMPS, contra a defesa do fim do Instituto em entrevista dada por José Gomes Temporão ao Radis, o que motivou a suspensão do financiamento do Programa, iniciado em 1985.

O governo Fernando Collor (1990-1992) vetou inicialmente a participação social na Lei Orgânica de Saúde, que só retornou por pressão da sociedade e da oposição parlamentar, com a qual as reportagens do Proposta contribuíram. Ao promover uma velada intervenção na Fiocruz, motivou o retorno do Radis para a ENSP. Ainda assim, o Ministro da Saúde, Alcení Guerra, que teria se interessado em visitar, em um sábado, as salas em que o Programa funcionava – fato não confirmado – tentou estabelecer um controle sobre o Radis, requerendo, por meio de sua assessoria, o envio antecipado da programação de pauta à Coordenação de Comunicação Social do MS. Alcení foi recebido pelos delegados à 9ª Conferência Nacional de Saúde, com gritos de “Fora Collor” e faixas contra o governo e recebido em visita ao INCQS, da Fiocruz, passando por um corredor de cerca de 100m de faixas. Collor sofreu processo de impeachment e renunciou em dezembro de 1992, para não ser deposto.

Itamar Franco (1993-1994) assumiu se reaproximando do movimento sanitário no Ministério da Saúde e retomou o respeito à lista tríplice na Fiocruz. O ministro da

Saúde, Jamil Haddad, recebeu Radis para anunciar a adoção a estratégia da produção de medicamentos genéricos e enfrentar o alto preço de medicamentos. O seu ministro da economia, Fernando Henrique Cardoso, lançou o Plano Real de estabilização da economia, que interrompeu um ciclo inflacionário na economia e lhe rendeu prestígio suficiente para vencer as duas eleições presidenciais seguintes. Nem o governo Itamar e nem o de Fernando Henrique interferiram na autônoma editorial do Radis.

Fernando Henrique (1995-2002) obteve um segundo mandato após a aprovação de uma Emenda Constitucional, tornando possível a reeleição presidencial. Constituiu sólida base parlamentar em ambos os governos e manteve a aura de ter estabilizado a economia, mesmo sob pena de aprofundar a extrema desigualdade social, aumentar a dívida pública, a dependência econômica e tecnológica externa, incluindo uma polêmica aprovação da Lei de Patentes, em 1996, tema de debates em algumas edições da Súmula. Promoveu a redução de direitos previdenciários, iniciou uma Reforma de Estado de viés neoliberal em direção ao Estado mínimo, também assunto de matérias nas publicações de Radis. Fomentou um grande e polêmico programa de privatização do patrimônio público, concedeu ajuda financeira com recursos públicos aos bancos privados, criou Agências Reguladoras para acompanhar a mercantilização dos serviços públicos.

Esses aspectos de sua gestão aparecem no contexto das análises de entrevistados, nas coberturas de discussões em eventos acadêmicos e nos textos de comentários editoriais que ocupavam parte das primeiras páginas de Súmula<sup>72</sup>. As publicações do Radis acompanham a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a manutenção do SUS subfinanciado enquanto o setor privado se expandia na saúde e a opção por programas sociais focais e programas verticalizados na saúde.

As revistas do Radis acompanharam e discutiram também a construção do programa de enfrentamento de HIV/Aids, que teve ótima avaliação nacional e internacional durante o governo Fernando Henrique, por conta do início da distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais pelo SUS e a participação dos movimentos

---

<sup>72</sup> Assinados por Álvaro Nascimento.

sociais na construção de estratégias de prevenção e nas campanhas de comunicação. Na vasta cobertura sobre tudo que diz respeito à HIV/Aids, desde o início da epidemia, um dos bons momentos foi o anúncio, em 2001, de que o governo federal utilizaria a licença compulsória (que ficou conhecida como quebra de patente) dos antirretrovirais nelfinavir e efavirenz para produzir no Brasil os medicamentos de tratamento da Aids, o que permitiu ao Ministério da Saúde um acordo com as empresas americanas e francesas detentoras das duas patentes, obtendo a redução dos preços na importação dos medicamentos. José Serra, que comandava o ministério na ocasião, chegou a concorrer à Presidência da República nas eleições de 2002. Em 2003, Fernando Henrique entregaria ao sucessor um país com inflação em alta e ainda mais endividado.

## 2.3 A REVISTA RADIS

### **2.3.1 Democratizar a comunicação, nem que seja na saúde**

Em meados de 2001, o Radis passa por uma transformação. Com o apoio da presidência da Fiocruz<sup>73</sup> e da direção da ENSP<sup>74</sup>, ocorre uma nova reestruturação do Programa. Sob nova coordenação<sup>75</sup>, iniciou-se um processo de recomposição e redução da precarização da força de trabalho, provimento de orçamento adequado e ordenação das próprias despesas, reconfiguração dos processos de trabalho, retomada da periodicidade das publicações existentes, construção de um novo projeto editorial e gráfico que viria a ser concretizado pelo lançamento da Revista Radis no ano seguinte, e uma inflexão gradual na linha editorial, na direção de abertura para a cobertura de novos temas e a escuta de novas vozes.

Aqui, permito-me falar novamente na primeira pessoa, para facilitar uma exposição sintética do que foi pensado para esse novo tempo do Radis, do ponto de vista do coordenador e editor-chefe do Programa. Como coordenador, eu desejava, além do soerguimento e reestruturação do Programa, reunir as publicações originais

---

<sup>73</sup> Paulo Gadelha, vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação.

<sup>74</sup> Jorge Bermudez, Diretor da ENSP.

<sup>75</sup> Após retornar à ENSP, sob da direção de Paulo Buss, em 1990, Radis teve como coordenadores Ary Miranda (agosto de 1987 a fev 1991), José Gomes Temporão (mar-abri de 1991), Tânia Celeste Nunes (mai de 1991 a abril de 1993), Álvaro Nascimento (de 1993 a maio de 2001) e Rogério Lannes Rocha (desde junho de 2001).



repensadas e atualizadas em um jornal e uma revista Radis. No processo de discussão e construção coletiva, com escuta a parceiros sanitaristas e jornalistas e a análise do contexto comunicacional, chegamos à ideia de uma só revista. Fomos elaborando e veio: a Revista Radis. De imediato, colocamos a nova equipe de repórteres na rua e adotamos a periodicidade mensal para as publicações existentes, com a alternância entre a Súmula e a Tema por um ano, já com um novo olhar para o perfil das reportagens, enquanto reuníamos as condições para lançar a Revista Radis na celebração dos 20 anos do Programa, em 2002.

Caminhar na direção da democratização da comunicação e da garantia do direito à comunicação, entendido como o direito individual e coletivo de poder comunicar-se, o direito da sociedade de poder se expressar e o dever do Estado de ouvir, nem que seja na Revista Radis. Essa poderia ser uma síntese da inspiração para a construção de um novo projeto editorial para o Programa Radis, a partir do acúmulo das reflexões acerca da prática jornalística crítica, comprometida com os princípios da Reforma Sanitária, do SUS e das reflexões produzidas na interação com os públicos interlocutores do Radis, e também com os nossos pares no jornalismo, na saúde e no campo de estudos e práticas da Comunicação e Saúde.

Como constituintes do pensamento que cerca a criação e direcionamento da Revista Radis, menciono aqui alguns espaços de troca e produção de conhecimento na confluência dos campos da Saúde Coletiva, da Comunicação e da Comunicação e Saúde, que perpassam e são perpassados pelo Programa Radis e as suas equipes profissionais. O modo de pensar a linha editorial, o projeto editorial e gráfico e as estratégias comunicacionais na revista impressa e nos ambientes virtuais da internet e das redes sociais digitais do Programa Radis, nas primeiras décadas do século XXI, resulta da reflexão política e amadurecimento da prática jornalística e comunicativa do Radis em diálogo com parceiros como a Distribuidora VideoSaúde, o Canal Saúde, as publicações da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), entre outros presentes na Câmara Técnica de Informação e Comunicação da Fiocruz. Resulta também das reflexões teóricas produzidas no Radis, desde o final dos anos 1980, em diálogo com as equipes antecessoras do Programa e a produção em espaços acadêmicos como o Departamento de Comunicação e Saúde do ICICT (posteriormente, Laboratório de Comunicação e Saúde – LACES), o GT de

Comunicação e Saúde da Abrasco (GTCOM), os cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização em Comunicação e Saúde e em Informação em Saúde do ICICT, o curso de Especialização em Informação em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)<sup>76</sup>, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/UFRJ), o Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação e Saúde (PPGICS/ICICT), entre outros.

O primeiro ano da retomada foi intenso. A nova<sup>77</sup> equipe se engajou nas coberturas jornalísticas de eventos da saúde e nas reportagens, que eram publicadas mensalmente tanto na revista *Súmula*, que passou a ter edições temáticas, como receber grandes matérias mesclando com as notas comentadas sobre o que saía na imprensa, quanto na revista *Tema*, que teve edições especiais sobre a Assembleia Mundial de Saúde, Educação Popular e Saúde e Vigilância Sanitária. As edições de *Súmula* trouxeram grandes matérias sobre o controle social; os temas e protestos no encontro de líderes mundiais no Grupo do 8 dos países mais industrializados do mundo; as repercussões do atentado de 11/09/2001 contra as Torres Gêmeas em Nova Iorque; saúde bucal; saúde mental; congresso da Rede Unida<sup>78</sup>, dengue; epidemiologia.

Naquela que seria a última edição da *Súmula*, a matéria de capa, que ocupou a capa e mais cinco das oito páginas da revista, foi sobre o V Congresso Brasileiro de Epidemiologia (Epi 2002), realizado pela Abrasco em Curitiba, tendo como tema “Epidemiologia na Promoção da Saúde”<sup>79</sup>. Como sempre, sintetizou os principais debates do evento e ouviu as avaliações de pesquisadores. Mas as maiores novidades estavam no pé da capa, em três pequenas chamadas ao lado de uma nova logomarca do Programa<sup>80</sup>: “Radis faz 20 anos, Radis recebe prêmio, Radis vai mudar”.

Na página 8 da *Súmula*, a explicação. Uma nota anunciava o aniversário de 20 anos da publicação das três primeiras revistas do Radis e o início da digitalização desse acervo. Em 2004, todo esse acervo de publicações viria integrar a Coletânea Radis 20

---

<sup>76</sup> Realizado em parceria com ICICT, Radis e Casa de Oswaldo Cruz (COC) no Rio, em Porto Alegre, com o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), e em Salvador, com a Escola Técnica de Saúde ETS/BA e o Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA).

<sup>77</sup> Todos os integrantes da redação eram recém-contratados, exceto o editor Caco Xavier.

<sup>78</sup> Com análise do cenário da saúde no Brasil apresentada por Paulo Buss, presidente da Fiocruz.

<sup>79</sup> *Súmula* n. 88, jun/jul 2002.

<sup>80</sup> Desenhada por Aristides Dutra.

anos com 2.024 páginas digitalizadas, incluindo as 172 edições publicadas entre 1982 e 2002, sendo 88 Súmulas, 20 Dados, 23 Temas, 36 jornais Proposta/Jornal do Radis e 5 publicações especiais<sup>81</sup>. O texto da Coletânea registra o número de assinantes e da tiragem naquele momento: 40 mil assinantes e 42 mil exemplares por edição<sup>82</sup>.

Uma segunda nota, com o título “Nós também somos penta”, em alusão ao título conquistado pela seleção brasileira de futebol naquele mês, na Copa do Mundo do Japão, descrevia a premiação concedida pela Organização Panamericana de Saúde (Opas), por ocasião das celebrações dos 100 anos da Organização. Ao “Prêmio Jornalismo em Saúde”, concorreram, segundo a nota, 40 reportagens dos principais jornais do país, dentre eles, O Globo, a Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo. “O Radis inscreveu cinco publicações produzidas entre julho de 2001 e março de 2002 e... ganhou o penta!”, festeja o texto que lista as edições que receberam respectivamente o 2º, 4º, 5º, 6º e 7º lugares na classificação geral: As revistas Tema “Educação Popular em Saúde”<sup>83</sup>, Súmula Especial “Dengue”<sup>84</sup>, Súmula “A Saúde no Brasil”<sup>85</sup>, Tema “Assembleia Mundial da Saúde”<sup>86</sup> e Súmula Especial “Conselhos de Saúde e Controle Social”<sup>87</sup>. A reportagem “Cobaias Humanas”, do Jornal Correio Braziliense, de Brasília, recebeu o primeiro prêmio, enquanto a terceira colocação soube à matéria “O inferno da Aids”, do jornal O Tempo, de Belo Horizonte.

A terceira nota, sob o título “Quatro revistas em uma”, noticia o fim das publicações originais e anuncia como será a nova publicação a ser lançada no mês seguinte:

A Súmula, a Tema e a Dados vão acabar! Falando desse jeito parece até uma má notícia, mas não é. É apenas o início de um novo ciclo, marcado pelo lançamento de uma nova publicação mensal: a revista **Radis**, que começa a circular em agosto. Ela terá capa em cores,

---

<sup>81</sup> Em nova edição, a Coletânea Radis 20 Anos, reunindo 179 edições com 2.112 páginas, está disponível no site do Programa Radis: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/acervo/coletanea-radis-20-anos>>.

<sup>82</sup> Após uma reformulação do sistema de gestão da base de dados de assinantes que permitiu ao Radis identificar com mais precisão as duplicidades e excluir endereços que tinham exemplares devolvidos, o número de assinantes foi reduzido para 32 mil e voltou a crescer nos anos seguintes, chegando a cerca de 125 mil em 2022.

<sup>83</sup> Tema 21, nov-dez 2001.

<sup>84</sup> Súmula 87, mar 2002.

<sup>85</sup> Súmula 86, fev 2002.

<sup>86</sup> Tema 22, set 2001.

<sup>87</sup> Súmula 81, jul 2001.

maior número de páginas e maior flexibilidade editorial e gráfica para tratar de todos os assuntos relevantes à saúde pública e à ciência e tecnologia em saúde com o cuidado, rigor o tempo e o espaço que merecem, comportando tanto as pequenas notas que sempre caracterizaram a *Súmula* quanto as grandes reportagens e dados estatísticos comentados que compunham a *Tema* e a *Dados*. A ***Radis*** será, portanto, como uma revista ‘quatro em uma’, na qual um leitor atento poderá encontrar algumas ‘marcas’ de nossas publicações atuais e mesmo de nosso extinto *Jornal Proposta*. Mas isso não é tudo. Um leitor ainda mais atento vai perceber que, mesmo apresentando traços genéticos de suas ‘antepassadas’, a nova revista inaugurará sua maneira peculiar de exercer o jornalismo em saúde, revelando aos poucos sua forte personalidade. Na revista nova, sugestões, opiniões e críticas continuam bem-vindas. Queremos você participando dessa mudança.

A estreia da Revista *Radis*, em agosto de 2002, se deu às vésperas de eleições gerais no país. Na capa, uma pergunta como manchete, lembrava a tradição de matérias anteriores do *Radis* em eleições: “E a saúde, senhor candidato a presidente, como vai?” No interior da revista a matéria “As propostas dos presidencialistas para a área da saúde”<sup>88</sup> uma página de síntese das propostas de cada candidato à Presidência da República – Garotinho, Rui Costa, Lula, Ciro Gomes, Zé Maria e José Serra – repetindo uma comparação entre programas de governo para a saúde em matéria de capa do *Jornal Proposta* 19, em novembro de 1989, com a chamada “Escolha o seu candidato”. No editorial “Nosso candidato é o cidadão”<sup>89</sup>, a primeira *Radis* demarcava mais uma vez, em um discurso fundante, o compromisso do Programa *Radis* com a participação dos leitores no rumo de suas publicações:

Em suas mãos, a primeira revista *Radis*, concebida com o mesmo carinho e seriedade que as 172 edições de *Súmula*, *Tema*, *Dados*, *Proposta* e *Jornal do Radis*. Mais que a fusão das revistas anteriores, com maior flexibilidade editorial e gráfica, esperamos que ela seja uma alternativa de jornalismo em saúde pública e ciência e tecnologia com a voz dos atores sociais, acadêmicos e políticos no campo da saúde e muita participação dos leitores. Escreva, telefone, envie e-mails: comente nossas reportagens, dê sua opinião sobre as questões em debate, sugira novos temas e matérias, troque informação com os outros leitores, exerça seu direito de comunicar.

---

<sup>88</sup> *Radis* 1, ago 2002, p. 7-14.

<sup>89</sup> *Radis* 1, ago 2002, p. 3. Assinado por Rogério Lannes Rocha (Como a maioria dos editoriais tem a mesma assinatura, doravante serão citadas as assinaturas que não forem a do coordenador).

Além de maior volume de conteúdo, periodicidade estável e um novo projeto gráfico, o projeto editorial prometia maior abertura para as vozes de diferentes atores sociais, mensagem e convite que voltaria a ser repetido seguidamente em editoriais, anúncios institucionais da quarta capa, textos de matérias e respostas às mensagens de leitores.

Na segunda edição, outra sinalização de que a nova revista retomava e ampliava o lugar das publicações anteriores. A chamada de capa “Maternidades do Brasil” trazia no subtítulo e no formato da longa matéria a informação: “Especial Dados – um panorama da assistência ao parto em 22 páginas”<sup>90</sup>. As chamadas menores anunciavam a continuidade do acompanhamento jornalístico de duas pautas frequentes nas décadas anteriores: “Conferência internacional sobre Aids” e “Programa de Assistência Farmacêutica”. As matérias centrais das cinco edições seguintes retomaram o estilo da Tema para abordar diferentes abordagens da formação profissional em saúde, enquanto as novas seções desenhadas para a revista iam afirmando seu repertório de temas e estilo de diagramação, além da consolidação da tradicional Súmula como uma seção fixa antes das matérias de pequeno, médio e grande porte. O formato das publicações anteriores foi adotado no ano seguinte para uma reportagem de fôlego, com a chamada de capa “Tema especial – Fotografia da fome”, que ocupou 20 páginas da Radis 8<sup>91</sup>.

Ainda na Radis 3, de outubro de 2002, inaugurando o formato de grandes entrevistas sem conexão direta com o tema das reportagens, a equipe da redação recebeu para uma longa conversa o sanitarista Sergio Arouca, “O eterno guru da Reforma Sanitária”, como indicava o título da entrevista<sup>92</sup>. Arouca discorreu sobre sua vida, formação, militância, movimento sanitário: “nosso primeiro movimento era, portanto, no sentido de derrubar a ditadura e não de melhorar a saúde”; igualmente, sobre a 8ª Conferência, “da conferência sai o movimento pela Emenda Popular, a única emenda constitucional que nasce do movimento social”. Ao destacar na diagramação os fragmentos da fala de Arouca, a revista opera uma síntese de seu pensamento naquele momento e reforça editorialmente a sua visão, como quando ele

---

<sup>90</sup> Radis 1, ago 2002, p. 8-29.

<sup>91</sup> Radis 8, abr 2003, p. 8-28.

<sup>92</sup> Radis 3, out 2002, p. 18-21.

fala sobre os rumos da construção do SUS nos anos 1990: “a lacuna que ainda resta é que o conceito da Reforma Sanitária foi abandonado. Essa é minha briga atual. Nós temos que retomar o conceito da Reforma Sanitária, para retomar políticas dentro do sistema sem burocratizá-lo. Ele já foi burocratizado demais”. O mesmo em relação à necessidade de discutir políticas intersetoriais: “o modelo assistencial é anti-SUS (...) A Saúde virou um mercado, com produtores, compradores e planilhas de custos. O modelo assistencialista acabou universalizando a privatização”. Arouca problematiza também a globalização, a biotecnologia como alternativa para o Brasil na “revolução científico-tecnológica” por ter “uma das mais ricas biodiversidades do mundo”, e apresenta uma visão ampliada sobre a bioética: “está faltando uma Comissão de Bioética que tenha uma representação da sociedade e que não seja só de pesquisadores. Uma comissão que inclua também filósofos, pensadores e usuários”. A pauta de questões levantadas por Arouca dialogava com os temas que preocupavam boa parte dos sanitaristas e ativistas da saúde naquele momento e que viriam inspirar os debates da 12ª Conferência Nacional de Saúde (12ª CNS).

No momento daquela entrevista, ainda não estava definida a eleição presidencial. Arouca não sabia que Lula seria eleito e que ele idealizaria e ocuparia a Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde, em janeiro do ano seguinte, nem que iria liderar a organização da 12ª CNS, antecipada de 2004 para fins de 2003, com o objetivo de influenciar o programa do novo governo. Menos ainda que aquela seria nomeada, em sua homenagem, a Conferência Sérgio Arouca, após a sua morte precoce, aos 61 anos, em 2 de agosto de 2003. Naquela última entrevista ao Radis, Arouca diz observar uma “paralisia do pensamento crítico nacional”, inclusive nas universidades, e a necessidade de “enxergar o SUS a partir da Reforma Sanitária e não vendo o SUS pelo umbigo do SUS” e conclui respondendo sobre comunicação e saúde.

Eu acho que todas as experiências, em nossa área específica, têm tido sucesso. Nós temos o Radis, o Saúde em Debate, do Cebes, e as revistas da Abrasco, entre outras. Eu só tenho medo que, em algumas delas, o academicismo retire essa dimensão do pensamento crítico e a substitua pela ‘lógica da epidemiologia’ para aceitar artigos. Nós temos espaço, e a questão é como apresentar o debate. A discussão substantiva que o campo do pensamento crítico da oposição deve assumir é a mudança do modelo assistencial, retomando a Reforma Sanitária e reformando o SUS. Esse seria o diferencial e também a

nossa grande unidade. A possibilidade de repensar o SUS como Reforma Sanitária pode ser nossa grande unidade.<sup>93</sup>

### **2.3.2 Direitos em disputa**

O período repleto de expectativas e possibilidades criadas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e indo até o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. No campo da saúde, delimitado pelo intervalo entre a realização da 12ª CNS e a 15ª CNS, foi caracterizado por um ambiente de intensa disputa pela conquista, garantia e ampliação de direitos de toda ordem.

As discussões dos temas da 12ª Conferência, realizada em dezembro de 2003, estiveram presentes em oito edições da Radis em 2003. Observando a revista, vê-se que as pautas contribuíram com a mobilização para as etapas municipais e estaduais fazendo um retrospecto das conferências anteriores, cobrindo a 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica e os congressos da Abrasco e da Rede Unida como eventos preparatórios da etapa nacional. A equipe do programa participou das teleconferências organizadas pelo Canal Saúde, produziu e editou três edições do “Jornal da 12”, distribuído pelo Ministério da Saúde, e integrou a Comissão de Relatoria de Síntese para o eixo do Direito à Saúde. As edições da Radis, em 2003, abordaram os nove eixos temáticos: Direito à Saúde, a Seguridade Social e a Saúde. Tratou-se também sobre a Intersectorialidade das Ações de Saúde, as Três Esferas de Governo e a Construção do SUS, a Organização da Atenção à Saúde, Controle Social e Gestão Participativa, o Trabalho na Saúde, Ciência e Tecnologia e a Saúde, o Financiamento da Saúde, Comunicação e Informação em Saúde.

Uma marca da 12ª CNS foi a profusão de propostas que chegaram à etapa nacional. Mais de 10 mil redações em todas as etapas, segundo a relatoria, com 900 emendas às quais foram acrescentados 4 mil destaques para serem votados nos dois dias de Plenária Final. O editorial<sup>94</sup> da edição que trouxe a cobertura da 12ª pontua que “saber avançar, mas também parar e mudar” foi uma das marcas do sucesso da conferência. O texto lembra que o encontro começou “com a inclusão, por estrondosa

---

<sup>93</sup> Radis 3, out 2002, p. 21.

<sup>94</sup> Radis 18, fev 2004, p. 3.

aclamação do plenário, de uma mulher na mesa de abertura exclusivamente masculina”, e que só terminou com a provação de propostas relevantes em todos os dez temas, “porque os delegados decidiram alterar o regimento que previa a apreciação de cada um dos destaques”. Na reportagem de capa, o coordenador-geral da conferência, Eduardo Jorge, avalia que a intensa participação dos 3 mil delegados e mil observadores atestava o sucesso da descentralização do SUS e de sua capilaridade, a partir da crescente implantação de conselhos municipais ali representados, e que essa “explosão de controle social” estaria a exigir um novo modelo de conferência.

Mais sinais de uma nova dinâmica entre os delegados são citados no texto do editorial, tais como: a celebração com uma ciranda pelo fim das longas votações nos grupos, alongamentos coletivos para afastar o cansaço intercalando palestras de uma mesma mesa temática e um emocionante momento de aliança estabelecida entre delegados que participavam das votações e os que não conseguiam acessar o local da plenária, por conta da demora nos controles de segurança em função da chegada do presidente Lula. “Os gritos de ‘pára a votação’ tiveram a adesão dos que estavam dentro do auditório, obrigando a mesa a suspender os trabalhos, o que foi festejado com a velha palavra de ordem ‘o povo unido jamais será vencido’ e o Hino Nacional cantado por todos”.

Outra marca da 12<sup>a</sup> foi a grande renovação de atores que experimentaram o processo de construir de forma participativa uma proposta para orientar o SUS e as políticas de saúde: 93,6% dos delegados jamais tinham participado de uma conferência de saúde. Foi identificado ainda que 51% deles tinham plano de saúde, enquanto 48,8% usavam exclusivamente o SUS e que 58,3% tinham formação em saúde. Para a Radis, essa informação foi relevante para conhecer o perfil de uma parcela de seus novos leitores. No ano seguinte, todos os 3 mil delegados foram incorporados ao cadastro de assinantes da publicação. Em janeiro de 2007, a revista anunciou mais uma ampliação estratégica no perfil de seus leitores, a inclusão dos 5.585 conselhos estaduais e municipais de saúde no cadastro de envio mensal da revista.

Em fevereiro de 2004, a Radis 18 trouxe a cobertura jornalística completa da conferência e criou o selo “Ecos da 12” para uma série de matérias aprofundando



temas que a conferência tornou relevantes como saúde do idoso<sup>95</sup>; a dupla porta para atendimento público ou privado nos hospitais públicos e a CPI dos planos privados<sup>96</sup>; saúde da população negra<sup>97</sup>; pacto federativo respeitando as especificidades dos municípios, regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 para o financiamento do SUS, saúde da população quilombola e ascensão do poder de mobilização pelo SUS da Pastoral da Criança<sup>98</sup>; saúde da população indígena<sup>99</sup>; bioética<sup>100</sup>; trabalho na saúde e o Plano de Carreira, Cargos e Salários do SUS<sup>101</sup>; humanização e integralidade no SUS<sup>102</sup>; orçamento da saúde<sup>103</sup>.

Na capa da última edição de 2004, finalmente uma pequena chamada em destaque trazia a notícia: “Ufa! Um ano depois, fica pronto o relatório final da 12ª Conferência Nacional de Saúde”. Na conclusão da matéria que remete para o link do relatório integral no site do Programa, a revista menciona cada matéria produzida na série “Ecos da 12” como “um compromisso de acompanhar as decisões” tomadas na conferência e anuncia: “mesmo agora, depois da divulgação do balanço final, a Radis ainda não se dá por satisfeita. Daqui por diante, vai cobrar das autoridades: as diretrizes da Doze precisam sair do papel. É hora de fazer!”<sup>104</sup>

Após 13 anos de hesitação, gerencialismo e uma avalanche de normas que retardaram a construção de um SUS público e participativo nos anos 1990, a ebulição da 12ª foi um marco inaugural no estabelecimento de uma agenda de prioridades para a primeira década do século XXI. Pode-se dizer que a expectativa criada com a chegada do presidente Lula ao governo também motivou a ‘ocupação’ da conferência pelo controle social. O que se viu foi também uma sinalização de que novos atores sociais entravam em cena, representando uma diversidade maior de segmentos sociais e se articulando e expressando de forma diferente dos modos da sociedade civil organizada nos anos 1980, o que ficaria mais evidente na década seguinte.

---

<sup>95</sup> Radis 17, jan 2004.

<sup>96</sup> Radis 18, mar 2004.

<sup>97</sup> Radis 20, abr 2004.

<sup>98</sup> Radis 21, mai 2004.

<sup>99</sup> Radis 22, jun 2004.

<sup>100</sup> Radis 24, ago 2004.

<sup>101</sup> Radis 26, out 2004.

<sup>102</sup> Radis 27, nov 2004.

<sup>103</sup> Radis 28, dez 2004.

<sup>104</sup> Radis 28, dez 2004, p. 19.

Naquele ano, os debates sobre justiça social, desigualdade, violência e exclusão nos espaços urbanos dominaram o 6º Congresso Brasileiro de Epidemiologia, realizado pela Abrasco em Recife<sup>105</sup>. Lendo a cobertura do EPI-Recife é possível observar uma outra tendência, que viria a se repetir em eventos posteriores da saúde coletiva: a frequência cada vez maior de trabalhos de autoria de profissionais que atuam nos serviços de saúde ao lado de pesquisas acadêmicas, além da presença organizada de movimentos sociais e de usuários. Diz o editorial que essas novas vozes interessadas em participar surpreenderam o australiano John Lynch, um dos palestrantes convidados, da universidade de Michigan: “no resto do mundo isso não acontece; a discussão é sempre setorizada”.

O sub-financiamento crônico do SUS os impasses interfederativos na descentralização do sistema e o passivo de uma força de trabalho insuficiente e pulverizada entre carreiras e vínculos distintos revelou-se como ponta de um *iceberg* na crise da saúde que motivou uma intervenção federal do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, em 2005<sup>106</sup>. O antigo Distrito Federal acumulara uma extensa rede pública, grandes hospitais de referência e uma massa de trabalhadores com vínculo federal deixavam o SUS local na condição de uma bola dividida entre as três instâncias de governo. Em 2007, o tema do subfinanciamento do SUS continuaria presente: “Orçamento da saúde – Como sempre, cortes”<sup>107</sup>.

Uma reportagem na Amazônia é a capa em agosto de 2005, edição em que as páginas do miolo da revista se tornam coloridas o que é assunto de carta de leitores nas edições seguintes<sup>108</sup>. Em 2006, a discussão sobre a comunicação chega pela primeira vez<sup>109</sup> à capa da Radis. A chamada “Alô! Comunicação é para ontem! – seminário mostra urgência de se compartilhar melhor a informação em saúde”<sup>110</sup> leva à reportagem “Guerreiros do SUS, comunicai-vos!” com a cobertura do 1º Seminário Nacional de Comunicação, Informação e Informática em Saúde, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde. Na matéria se verifica o descompasso entre as

---

<sup>105</sup> Radis 24, ago 2004.

<sup>106</sup> Radis 33, mai 2005.

<sup>107</sup> Radis 55, 2007.

<sup>108</sup> Radis 36, ago 2005.

<sup>109</sup> Embora a logomarca SUS tenha sido tratada como estratégia de comunicação em matéria da Radis 35.

<sup>110</sup> Radis 42, fev 2006, 8-14.

reflexões sobre direito à comunicação e produção social dos sentidos e a força do modelo informacional e difusionista no âmbito da saúde. Percebe-se também o pé em cada paradigma em que se assentava a própria Radis, a depender de quem escreve a matéria<sup>111</sup>, produz a arte<sup>112</sup> ou edita os títulos e as chamadas de capa<sup>113</sup>. É curioso observar a presença desses diferentes ângulos nos destaques das falas presentes na reportagem: “Comunicação, uma questão estratégica”<sup>114</sup>; “Comunicação e informação são vitais para a construção do SUS, e a falta de conhecimento impede o fortalecimento do sistema”<sup>115</sup>; “Comunicação é preocupação presente em todas as políticas públicas”<sup>116</sup>; “A discussão sobre informação e informática em saúde no Brasil está sendo politicamente reduzida ao império da tecnicidade, do especialista”<sup>117</sup>; “A maior conquista na história de nossa democracia é a liberdade de comunicação”<sup>118</sup>; “Uma arena em que cada instituição, cada grupo político disputa o poder de dizer, mostrar, fazer valer, fazer ver, fazer crer”<sup>119</sup>; “Este seminário é um marco para os que atuam no controle social<sup>120</sup>”.

No texto, transparece a visão do repórter<sup>121</sup>, corrente no Radis em 2006, sobre o que é comunicação: “Se comunicação é a troca de informações e sentidos, o estabelecimento de vínculos entre sujeitos diversos...”. Sobre o que não é “comunicar em saúde”: “não é apenas montar e oferecer bancos de dados. Também não é somente veicular peças publicitárias ou apelar à mídia para que divulgue o que há de bom no sistema (...) também não se limita ao esclarecimento da imprensa”. O texto do repórter sinaliza possibilidades não usualmente pensadas na saúde: “é, ainda, fazer os profissionais de saúde os conselhos e os cidadãos interagirem”. Na abertura da matéria, em diálogo com o objetivo do evento, o repórter expõe sua percepção do

---

<sup>111</sup> Wagner Vasconcelos.

<sup>112</sup> Aristides Dutra.

<sup>113</sup> Marinilda Carvalho.

<sup>114</sup> Título de matéria coordenada sintetizando a fala do jornalista e professor da USP, Bernardo Kucinski

<sup>115</sup> Valdir Donizete, gaúcho e representante de etapa regional de preparação do Seminário.

<sup>116</sup> Márcia Rollemberg, coordenadora-geral de Documentação e Informação do MS.

<sup>117</sup> Illara Hämmerli Sozzi de Moraes, da comissão de Comunicação e Informação do CNS e da Abrasco.

<sup>118</sup> Áurea Maria da Rocha Pitta, da Fiocruz e GTCOM da Abrasco.

<sup>119</sup> Áurea Pitta, citando o semiólogo argentino Eliseo Verón.

<sup>120</sup> Eliane Cruz, secretária-executiva do CNS

<sup>121</sup> Wagner Vasconcelos, repórter da Radis.

contexto: “políticas eficazes de comunicação, de uma forma geral, ainda são abstrações na realidade da saúde pública brasileira”.

Mesmo quando se rompe com a visão transmissional da comunicação – emissor/meio/receptor –, é importante não levar essa linearidade para o modelo produção/circulação/consumo-apropriação. Processos de apropriação, circulação e produção ocorrem simultaneamente na produção social dos sentidos e variam também conforme os contextos. No “fechamento” da revista, a editora<sup>122</sup>, ao se apropriar do sentido do texto do repórter que se apropriou do sentido da fala da participante do Seminário fez uma conversão – relativamente usual na simplificação de títulos, legendas e “olhos” de destaque na edição jornalística – da expressão “liberdade de comunicar-se”, presente no texto, para “liberdade de comunicação” como aparece no destaque da página. O que me saltou aos olhos nessa releitura no contexto da pesquisa passou despercebido por mim ao ler e aprovar aquela edição, como editor-chefe, mesmo considerando que, desde meados dos anos 1990, eu viesse insistindo em frisar e inserir a expressão “comunicar-se”, como um direito, nos textos acadêmicos, técnicos e jornalísticos que produzia.

A criação da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), em 2006, traz para a agenda das políticas de governo o tema da determinação social dos processos de saúde e doença e permite à Radis problematizar mais uma vez como matéria central a desigualdade, a exemplo da “Nossa mais grave doença”<sup>123</sup>. As iniquidades em saúde permeiam a edição especial da Radis inteiramente dedicada ao “Abrascão” de 2006, realizado no Rio de Janeiro com a presença do presidente Lula, a qual teve como chamada de capa: “Saúde Coletiva unida contra os males da globalização”<sup>124</sup>.

No ano seguinte, Radis começa enfocando o controle social. A matéria “A gestão autoritária cede espaço, pouco a pouco, à práxis democrática”<sup>125</sup> traz resultados da pesquisa “Monitoramento e apoio à gestão participativa” encomendada pelo Ministério da Saúde à ENSP<sup>126</sup>, que ouviu 2.994 conselhos municipais de saúde.

---

<sup>122</sup> Marinilda Carvalho.

<sup>123</sup> Radis 45, mai 2006.

<sup>124</sup> Radis 50, out 2006.

<sup>125</sup> Radis 53, jan 2007, p.12-21.

<sup>126</sup> Coordenada pelos pesquisadores Marcelo Rasga e Sarah Escorel.

O então diretor da ENSP, Antônio Ivo de Carvalho, lembra que “sociologicamente” a expressão controle social “caracteriza a ideia de um controle do Estado ou dos segmentos dominantes” sobre a população, mas que, ao longo do tempo, ganhou designação pluralista, como no caso do sentido que a noção ganhou na Reforma Sanitária, como “a ação organizada dos diversos segmentos da população na formulação das políticas e na decisão pública”<sup>127</sup>. A edição da matéria destaca uma dezena de “cartas” enviadas por leitores da Radis, que são conselheiros de saúde, revelam como é a luta pela participação popular na saúde em seus municípios. Ao final, a matéria traz uma entrevista com o farmacêutico Francisco Batista Júnior, primeiro presidente eleito em 70 anos de existência do Conselho Nacional de Saúde.

“Sanitarista de papel” é como o Radis se autodefine na capa da Radis 60, de agosto de 2007. Define-se também como o “Mensageiro do movimento sanitário”<sup>128</sup> como diz o título da matéria principal que retrata os 25 primeiros anos de história do Programa e de suas publicações, em uma linha do tempo com os episódios mais marcantes na saúde brasileira. No editorial “Saúde e democracia”<sup>129</sup>, Antônio Ivo de Carvalho, diretor da ENSP, reflete sobre saúde e comunicação:

Saúde pública sem comunicação não existe. Isso já se sabe desde os tempos da velha e simplória educação sanitária – unidirecional e autoritária quando conhecimentos normativos sobre saúde eram passados à população para que esta se responsabilizasse pela própria saúde. Nunca funcionou, claro. (...) Nas últimas décadas, a renovação das concepções e práticas da saúde pública tornou inquestionável a ideia de que o principal protagonismo na produção da saúde é social, e não profissional. Ou seja, a produção da saúde não depende somente de saberes especialistas e práticas profissionais privativas de grupos para isso licenciados (profissionais de saúde). Os sujeitos da saúde são na verdade, cada vez mais, os coletivos sociais que, em sua dimensão geral e comum de seres humanos, e em sua dimensão particular de diversos gêneros, raças, culturas, gostos, vão gerando conhecimento, fazendo escolhas, tecendo caminhos, celebrando pactos intersubjetivos e, assim, construindo a sua saúde. Melhor dizendo, construindo as condições para viver a melhor vida possível (esta é a concepção moderna de saúde). (...) Dessa forma, a comunicação não é um meio auxiliar da saúde pública, e sim constitutiva de seu núcleo conceitual e metodológico.

---

<sup>127</sup> Radis 53, jan 2007.

<sup>128</sup> Radis 60, ago 2007, p.19-31.

<sup>129</sup> Radis 60, ago 2007, p. 3. Assinado por Antônio Ivo de Carvalho.

Em outra matéria dessa edição, “O papel energético do leitor”<sup>130</sup>, ilustrada pelo desenho do “pombo carteiro” que identificava a seção “Cartas” da Radis, a editora Marinilda Carvalho faz um texto apaixonado sobre as mensagens enviadas por leitores. Ela cita o primeiro editorial da Súmula, em 1982, “Que venham as críticas”, para dizer que, passados 25 anos, ainda resume a razão de ser do programa. Lembra que a Súmula n. 2 informava terem chegado “mais de 70 cartas das mais diversas pessoas, dos mais variados lugares” que alegraram os editores porque “eram elogiosas e muito simpáticas”. Marinilda foi conferir e verificou que só a partir da Súmula n. 15, em dezembro de 1986, é que as mensagens começaram a ser publicadas na revista, e comenta: “como o convite à crítica era sincero, a primeira publicada foi um reparo à reportagem “Poderia ter sido diferente”, sobre a epidemia de dengue, acrescentando que as outras sete mensagens eram de fato “elogiosas e muito simpáticas”<sup>131</sup>.

A revista de outubro de 2007 registra a solenidade que celebrou a trajetória do Radis com a realização de duas conferências ministradas por expoentes dos campos de conhecimento e práticas na interface dos quais atua o Programa. O escritor e teórico da comunicação Muniz Sodré fez um balanço do campo comunicacional naqueles últimos 25 anos, relata a matéria que extraiu como título “O sucesso do mal-entendido”<sup>132</sup>.

Um fragmento de fala do convidado é localizado logo no primeiro parágrafo: “se não existisse mal-entendidos, não precisaria haver comunicação (...) O sucesso da comunicação tal qual nós assistimos na TV é o sucesso do mal-entendido”. O sanitarista e professor da Unicamp Gastão Wagner refletiu sobre a saúde em 25 anos, partindo da “derrocada operacional, ideológica, teórica e cultural do sistema de bem-estar social e do socialismo real, no século 20, diante da hegemonia do neoliberalismo”, para abordar os paradoxos da saúde. “O SUS é melhor do que o Brasil”<sup>133</sup>, foi o fragmento provocador de sua fala que virou título da matéria.

---

<sup>130</sup> Radis 60, ago 2007, p. 32-33.

<sup>131</sup> Não por acaso, encontrei a pasta de correspondências recebidas naquele período, arquivada pela administração do Radis, sob o nome “Cartas de elogio”.

<sup>132</sup> Radis 62, out 2007, p.13-15.

<sup>133</sup> Radis 62, out 2007, p.16-17.

Celebrando o passado, Radis voltou a dois a municípios em que as mudanças na saúde floresceram no início dos anos 1990: Icapuí<sup>134</sup> e Santos<sup>135</sup>. Em Icapuí, os novos repórteres encontraram uma realidade “dessemelhante” do que se viu naqueles anos, lamentou o editorial “Estranhamento”<sup>136</sup>. Em Santos, governos de partidos adversários dizem preservar e ampliar o legado das administrações de David Capistrano, embora contestados por ex-colaboradores do sanitarista.

Numa sequência de edições que traziam temas preparatórios para a 13ª Conferência, Radis cobriu a 3ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, o 4º Congresso de Ciências Sociais e Humanas da Abrasco<sup>137</sup>, noticiou as dificuldades na tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 1/03, para regulamentar a Emenda Constitucional n. 29, que define percentuais de participação dos entes federativos no financiamento da Saúde<sup>138</sup>. Na edição seguinte, o editorial<sup>139</sup> faz uma crítica ao governo: “há mais de quatro anos no Congresso Nacional, por relutância do governo em apoiar abertamente projetos apresentados por parlamentares de sua própria base”. O texto se referia ao último capítulo “da novela da regulamentação da EC 29 que se arrastava há quatro anos”, com um acordo que atendeu em parte aos reclamos dos sanitaristas, “mas deixou de fora o mais importante parâmetro: o percentual para a saúde de 10% da receita corrente bruta da União”.

A chamada da matéria de cobertura da 13ª Conferência não é animadora: “Evento se destaca pelo que rejeitou, não pelo que aprovou”<sup>140</sup>. As páginas dedicadas ao maior momento da saúde a cada quatro anos “garimpam”, em meio à riqueza dos grupos de discussão, muitas propostas que priorizam ações intersetoriais de prevenção e promoção da saúde, valorização da gestão do trabalho de equipes multiprofissionais e regulação na relação entre o público e o privado.

As propostas “emergiram da voz e do voto dos mais de três mil delegados”, avisa o editorial<sup>141</sup>, que lembra que, no voto, perderam o aborto, que parte dos

---

<sup>134</sup> Radis 62, out 2007, p.8-11.

<sup>135</sup> Radis 61, set 2007, p.14-17.

<sup>136</sup> Radis 62, out 2007, p. 3.

<sup>137</sup> Radis 61, set 2007, p.19-27.

<sup>138</sup> Radis 63, nov 2007, p.9-10.

<sup>139</sup> Radis 64, dez 2007, p.3.

<sup>140</sup> Radis 65, jan 2008, p.9-33.

<sup>141</sup> Radis 65, jan 2008, p. 3.

delegados e governo defendiam como uma questão de saúde pública, e perderam as fundações estatais de direito privado, que o governo defendia como alternativa para superar a gestão burocratizada. Em tempo, nas frequentes matérias sobre as fundações estatais de direito privado, em que a revista ouve os argumentos contra e a favor, a posição editorial da revista sempre se mostrou crítica a essa alternativa.

Ao contrário, em relação ao tema do aborto, a posição da revista coincidia com a do governo e sempre foi a de tratar a questão como sendo de saúde pública e de proteção à vida e ao direito de escolha da mulher. Pouco tempo depois da 13ª CNS, o tema voltou à capa da Radis. “Aborto no Brasil: uma questão não somente de saúde pública, como também de justiça social, conclui pesquisa MS/UERJ/IPAS” é a chamada para a matéria “Panorama do aborto no Brasil”<sup>142</sup>. A leitura da seção Voz do Leitor revela que esse é um dos poucos temas que provoca reações contrárias em mensagens de alguns leitores, geralmente para expressar posição contrária baseada em convicções religiosas, reclamar contra o fato de o tema ser tratado ou por ser contra o enfoque da revista. Uma única mensagem, enviada em outubro de 2007 por leitora residente no Rio de Janeiro, mencionou especificamente ter observado que o tema, naquele momento, vinha sendo apresentado na revista em textos assinados favoráveis à legalização do aborto em seções como o Pós-Tudo e não em reportagens que garantiam o debate das opiniões contrárias. “Uma revista como a Radis deve apresentar a questão para debate, e não defender claramente pontos de vista desqualificando pontos de vista contrários, francamente.”<sup>143</sup>

Em 2008, a revista destaca os 20 anos da Constituição, com matéria especial narrando a conquista da “Saúde como direito de todos e dever do Estado”, analisando criticamente o “nivelamento por baixo” que tomou conta do SUS e avaliando os desafios do “projeto a concluir”, com entrevistados como os sanitaristas Nelson Rodrigues dos Santos e Gilson Carvalho<sup>144</sup>. A seção Pós-Tudo traz a íntegra do discurso pronunciado por Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

---

<sup>142</sup> Radis 66, fev 2008, p.10-15.

<sup>143</sup> Radis 62, out 2007, p. 4.

<sup>144</sup> Radis 72, ago 2007, p. 10-35.



Após a 13ª CNS, a Radis trouxe inúmeras chamadas ou matérias de capa sobre temas mais específicos como febre amarela, dengue, hanseníase, tuberculose, HIV/Aids, saúde da mulher, saúde do homem, saúde infantil, saúde mental e terapia comunitária. Abordou também as singularidades da saúde na Amazônia, discutidas em congresso do Conasems; a relação de saúde e ambiente com agronegócio; as questões de saúde dos povos indígenas; a saúde na fronteira do Centro Oeste. No ano seguinte, a doença de Chagas ganhou destaque em função do centenário de sua descoberta e oportunizou a matéria “Simpósio internacional destaca fracasso dos governos e omissão da indústria no combate ao mal dos grotões”<sup>145</sup>. Duas edições trouxeram a cobertura jornalística do EPI-2008<sup>146</sup>, em Porto Alegre, em que as discussões da Epidemiologia na Abrasco se conectaram com a crise econômica mundial, que atingiu os países ricos naquele período. O editorial “Epidemiologia da desigualdade”<sup>147</sup> não mediu palavras:

No ano da maior crise do triunfante neoliberalismo e da desmoralização da falácia da autorregulação do mercado — socorrido debaixo das saias do tesouro dos Estados —, milhares de especialistas em saúde coletiva se encontraram em Porto Alegre para analisar em profundidade a epidemiologia que se pratica hoje e se comprometer com pesquisas e intervenções que combatam as iniquidades em saúde e seus determinantes estruturais.

Em 2009, um dos movimentos populares mais bem organizados desde a redemocratização teve capa na Radis “MST 25 anos: esses brasileiros nunca desistem”<sup>148</sup>. A síntese da razão de ser da reportagem está no título de editorial: “Terra é saúde”<sup>149</sup>. Embora essa conexão pareça óbvia no contexto da linha editorial do Radis, ela não é tão evidente assim. Um fato sobre o qual eu não encontrei registro em carta publicada, mas recupero de memória, foi o contato indignado de um leitor assíduo, assim que recebeu a revista, com aquela matéria “que não tinha nada a ver com saúde”. Ele foi ouvido pela editora e teve como resposta basicamente o que a matéria já dizia. Passado pouco tempo, liga novamente o leitor para dizer que tinha

---

<sup>145</sup> Radis 85, set 2009.

<sup>146</sup> Radis 72 e 78, ago 2007 e jan 2008.

<sup>147</sup> Radis 72, ago 2007, p. 3.

<sup>148</sup> Radis 88, dez 2009.

<sup>149</sup> Radis 88, dez 2009, p. 3.

lido a matéria e que havia mudado de ideia, que a reportagem o convenceu de que a posse e trabalho na terra tinha muito a ver com saúde e que ele gostaria que fizéssemos mais matérias como aquela.

No mesmo ano, realizou-se a reportagem “Povo em construção: na luta pela identidade perdida há 150 anos, xukurus resistem à perseguição implacável dos oligarcas”<sup>150</sup>. O editorial “Criminalizar e punir”<sup>151</sup> expressa a visão da revista ao comentar o processo de violência sistêmica que persiste no país, mesmo sob períodos considerados de normalidade na democracia representativa:

No Brasil, a luta por direitos sempre foi tratada como crime. Que o digam índios, escravos, camponeses, trabalhadores das cidades, moradores de periferias e favelas, mulheres... Ainda hoje, para acumular terras e poder, velhas oligarquias usam jagunços, depois os capitães do mato — polícias —, e finalmente comparecem ou enviam os filhos — como prefeitos, legisladores, promotores e juizes — para assegurar impunidade. Nossa reportagem de capa sobre saúde indígena revelou-se um registro da impressionante perseguição e injustiça contra a etnia xukuru, em Pernambuco. (...) Ministério da Saúde e Fiocruz desenvolvem projetos com os xukurus que, como a maioria das etnias indígenas, não querem as ações e a gestão de saúde nas mãos das oligarquias municipais que os desprezam.

Outras matérias de capa deram destaque para a questão indígena nesse período, como a reportagem sobre a formação técnica em saúde para agentes indígenas de saúde no Alto Rio Negro, no Amazonas. A produção da edição de abril de 2009<sup>152</sup> foi um divisor de águas na qualidade das coberturas de saúde indígena e da Região Amazônica pela equipe do Radis e um aprendizado sobre complexidade da saúde e da vida nos territórios e da luta dos povos indígenas. Mais adiante, Radis testemunhou a conclusão da formação desses profissionais de saúde, em São Gabriel da Cachoeira. A partir dali, tornaram-se um elo entre as comunidades indígenas e o SUS, como um conhecimento sobre esses dois universos que nenhum outro profissional de saúde teria.

Em 2010, A reportagem “Vida na aldeia: Fiocruz estuda saúde dos xavantes”<sup>153</sup> fala da determinação econômica e socioambiental sobre as condições de saúde de

---

<sup>150</sup> Radis 84, ago 2009, p. 11-19.

<sup>151</sup> Radis 84, ago 2009, p. 3.

<sup>152</sup> Radis 80, abr 2009.

<sup>153</sup> Radis 98, out 2010.

um povo que já foi nômade e hoje convive com alimentação empobrecida pelos produtos industrializados e doenças crônicas como obesidade e hipertensão, embora ainda tenha, sob a orientação dos anciãos a obstinação de resistir, mantendo práticas saudáveis de sua cultura.

Os movimentos de trabalhadores rurais sem terra e indígenas, mesmo sendo movimentos tradicionais, assim como os movimentos quilombola, de trabalhadores sem teto e da população em situação de rua são alguns dos que estão presentes na Radis e não estavam no rol dos movimentos clássicos da sociedade civil organizada associados à luta da saúde da redemocratização cujas vozes frequentavam as primeiras publicações do Radis (sindicatos de trabalhadores da cidade e do campo, associações de moradores de bairros e favelas, comunidades eclesiais de base, movimento estudantil representado pela União Nacional dos Estudantes - UNE etc.). Ativistas de movimento LGBT ingressaram nas páginas daquelas publicações inicialmente pela luta do enfrentamento à epidemia de HIV/Aids. Embora as questões ambientais e de gênero sempre tenham estado presentes, as vozes dos movimentos ambientalistas e feministas começam a ser mais notadas nas matérias dos anos 1990, relacionadas à Rio 92.

A defesa da igualdade racial sempre esteve presente na pauta do movimento sanitário, mas não se percebe por meio do jornalismo do Radis a presença de um movimento antirracista associado ao movimento sanitário dos anos 1980. Em outubro de 2009, a 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial chegou à capa da Radis – a primeira foi em 2005 e não teve cobertura. Com a chamada “Igualdade racial: Temos isso? Conferência em Brasília concluiu que não”<sup>154</sup>, a revista convoca à leitura das análises e propostas dos 2 mil participantes predominantemente negros, indígenas, quilombolas, discussões que desafiam o leitor a “manter-se ativo ou sair da indiferença diante de uma das maiores e mais complexas iniquidades brasileiras”.

É possível observar que sempre houve discussão e deliberações sobre a comunicação nas conferências de saúde. Levantamentos nesse sentido foram feitos e atestam que o tema não está ausente em nenhuma das conferências. Mas a conexão da saúde coletiva com os movimentos de democratização da comunicação

---

<sup>154</sup> Radis 86, out 2009.

aparece mais a partir da primeira década dos anos 2000. De lá para cá, os novos movimentos e coletivos relacionados ao direito à comunicação, transparência de dados, inclusão digital e comunicação popular foram se associando a outros ativismos na saúde surgidos a partir da percepção da interseccionalidade nas formas de opressão e exclusão de classe, gênero, raça e outras tantas matrizes estruturais e institucionais de dominação. O exame das edições das publicações do Radis permite, de certa forma, acompanhar essa evolução.

Durante dois anos, várias matérias assumem um tom preparatório para 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em dezembro de 2009. “Direitos, pluralidade, cidadania, inclusão: é isso que se espera da 1ª conferência de comunicação”<sup>155</sup>, estampa a capa da Radis distribuída durante a conferência, apresentando a discussão em Seminário preparatório realizado na Fiocruz, que articula as questões da saúde com a ideia matricial de que os direitos à comunicação e à saúde são interdependentes. A construção dessa articulação dos temas da Saúde e da Comunicação permitiu, mais adiante, uma forte discussão e acolhimento de teses da comunicação pela 15ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2015, com cobertura da Radis.

A cobertura da 1ª CONFECOM chegou em março<sup>156</sup> para os leitores da Radis com o resultado de um processo que teve 200 conferências municipais e 26 estaduais, que produziram 6 mil propostas, das quais 601 aprovadas nos grupos de trabalho e 64 debatidas e aprovadas na plenária final, como a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a garantia de pluralidade de conteúdo, a proibição da sublocação de espaços na grade de programação, a redução da participação estrangeira e a proibição de monopólios e oligopólios nos meios de comunicação. A repercussão do evento na mídia comercial, lembra o editorial “Melhor com democracia”<sup>157</sup>, se restringiu a “raras e curtas matérias e longos e ferozes editoriais” e rotulando “a participação e o controle social – tão sonhados e valorizados no campo da saúde – como uma ‘censura’ à comunicação”.

---

<sup>155</sup> Radis 87, nov 2009.

<sup>156</sup> Radis 91, mar 2010.

<sup>157</sup> Radis 91, mar 2010, p. 3.

A segunda década começa na Radis com a publicação da cobertura jornalística do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. A Carta de Recife, aprovada ao final do evento, traz um diagnóstico e as prioridades da saúde brasileira, balizados na produção acadêmica e no pensamento político do campo. A Carta, que tem como mote “Em saúde, inovação é acesso”<sup>158</sup>, afirma que “o Brasil está longe de ter saldado a dívida social com a maioria do povo”, e que as bandeiras da saúde devem “retomar a perspectiva da luta pela democratização radical da sociedade”, propõe a troca do atual sistema de produção, acumulação e distribuição de riquezas por novo modelo que promova a saúde e a qualidade de vida, “num padrão sustentável de desenvolvimento que permita a superação das iniquidades sociais”, cobra “transparência, clareza e coerência entre os discursos e as práticas”, recomenda, nas eleições que se aproximam, a rejeição das candidaturas que não se comprometam com a regulamentação da EC 29.

Na sequência de edições, o destaque para tema como Medicina Veterinária<sup>159</sup>, a segurança da vacina contra o H1N1<sup>160</sup>, Agrotóxicos<sup>161</sup>, a pesquisa Pnad/IBGE sobre “Os brasileiros e os serviços de saúde”<sup>162</sup>, a abordagem intersetorial “Para além da Saúde Mental”. Duas capas discutem dimensões da violência. “Privação de Liberdade”<sup>163</sup> traz um estudo que avalia unidades socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei. A outra reporta e discute uma experiência interdisciplinar e intersetorial exitosa em Curitiba, que aborda a violência na dimensão social intrafamiliar, comunitária, de gênero, física, psicológica e por negligência numa perspectiva que aponta para a necessidade de atenção a todos os envolvidos nessas dolorosas experiências<sup>164</sup>. A reportagem “Um novo olhar sobre o Semiárido”, em Juazeiro (BA), Radis mostra a experiência da construção de cisternas, a preservação e o cultivo de sementes crioulas, a resistência contra o latifúndio e a monocultura, a luta pela água e o aprendizado do convívio com a seca na auto-organização da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Nesse conjunto de matérias, encontra-se

---

<sup>158</sup> Radis 89, jan 2010, p. 20-35.

<sup>159</sup> Radis 90, fev 2010.

<sup>160</sup> Radis 93, mai 2010.

<sup>161</sup> Radis 95, jul 2010.

<sup>162</sup> Radis 96, ago 2010.

<sup>163</sup> Radis 99, nov 2010.

<sup>164</sup> Radis 92, abr 2010.

como fontes jovens pesquisadores; um bombeiro, uma delegada e um legista que humanizam a atenção à mulher violentada; senhorinhas liderando movimentos populares. São interlocutores de iniciativas que alargam as fronteiras da saúde, vozes fora do perfil dos sanitaristas e acadêmicos históricos, revelando a cada mês uma ampliação e renovação dos que pensam e agem pela saúde.

“Com a palavra, o leitor”<sup>165</sup> é chamada de capa da Radis n. 100, em dezembro de 2010. Os leitores da revista foram progressivamente ganhando mais espaço na revista em número de mensagens, na quantidade de páginas reservadas para a seção “A voz do leitor”, na confiança que passam a ter para criticar a revista ou as outras vozes presentes nas matérias, na liberdade para debater com outros leitores, na segurança para propor novas pautas e enfoques. Na Radis100, eles ocupam a capa da revista com seus rostos e as páginas interiores com as suas vozes, as suas narrativas. A chamada de capa convoca à leitura de “Histórias de quem lê a Radis”<sup>166</sup>, matéria de oito páginas com os seus relatos sobre como se apropriam da revista e de seus conteúdos no trabalho, nos estudos, no confronto com adversários do SUS, ao ministrar aulas ou atuar como comunicadores em rádios comunitárias. Na matéria, é possível constatar que os leitores conquistaram também a paixão da editora que que acabara de deixar a Radis. “Sempre adorei ler as matérias, mas o melhor momento eram as cartas dos leitores. Perturbava a redação lendo alto os trechos mais instigantes. O retorno do leitor é o grande barato da Radis”, relembra a jornalista Marinilda Carvalho<sup>167</sup>.

A edição dedicada a pensar sobre o lugar da Radis na interface de comunicação e saúde conta a trajetória e os bastidores da revista, na matéria “Um outro jornalismo é possível”<sup>168</sup>, e traz as reflexões de oito pesquisadoras e pesquisadores sobre “O papel central da comunicação na saúde”<sup>169</sup>. Numa entrevista maior, a pesquisadora Janine Cardoso fala sobre o campo da Comunicação e Saúde: “o novo campo tem a marca do processo da Reforma Sanitária”<sup>170</sup>. Na seção Pós-

---

<sup>165</sup> Radis 100, dez 2010.

<sup>166</sup> Radis 100, dez 2010, p. 10-18.

<sup>167</sup> Radis 100, dez 2010, p. 26.

<sup>168</sup> Radis 100, dez 2010, p. 19-25.

<sup>169</sup> Radis 100, dez 2010, p. 27-30.

<sup>170</sup> Radis 100, dez 2010, p. 31-33.

Tudo, a pesquisadora Inesita Araújo assina o artigo “Mapa da Comunicação”<sup>171</sup>, sobre o Modelo da Comunicação como Mercado Simbólico e sobre como é possível mapear a produção e circulação de informação e saberes num determinado território ou num conjunto de pessoas, levando em conta os seus contextos.

Uma situação recorrente ao pautar matérias na Radis é a sincronia com novos acontecimentos relacionados ao tema. Isso geralmente fortalece as matérias ou permite que elas circulem antecipando e reforçando discussões necessárias. Em 2011, casos recorrentes da prática de constrangimentos a estudantes por parte de colegas ou professores e outras formas de violência na escola, da escola ou contra a escola levaram a Radis a produzir uma reportagem. Ela ouviu especialistas, dirigentes, professores e alunos sobre o problema, bem como sobre educação e saúde, pensando a escola como um “lugar de boa convivência”<sup>172</sup> em que “relações respeitadas, em que todos têm voz, podem ser antídoto para a maioria das expressões de violência no ambiente escolar”, com diz a chamada na capa da revista. Infelizmente, desta vez a sincronia se produziu a partir de um fato muito triste, como relata a própria edição. A reportagem estava concluída e editada em 7 de abril daquele ano, quando ocorreu o trágico episódio da Escola Municipal Tarso da Silveira, em Realengo, Rio de Janeiro, alvo de um ex-aluno que entrou atirando na escola e ceifando a vida de mais de uma dezena de alunos. À Radis, restou publicar um cartum simbolizando aquelas carteiras escolares vazias e uma nota de solidariedade com a dor dos familiares, professores, funcionários e alunos.

Antes mesmo do lançamento da comissão brasileira sobre os determinantes sociais da saúde, na década anterior, Radis já vinha publicando sobre as discussões em documentos no plano internacional, que representavam um resgate e atualização do conceito ampliado de saúde, por meio de textos e debates promovidos pelos pesquisadores Paulo Buss e Alberto Pellegrini, na Fiocruz. Desde então, o termo se tornou corrente nos textos das reportagens e algumas matérias aprofundaram alguns dos aspectos da correlação entre fatores de determinação dos modos de existência e sobrevivência contemporâneos, em que os enfoques político, econômico e social não

---

<sup>171</sup> Radis 100, dez 2010, p. 35.

<sup>172</sup> Radis 105, mai 2011, p. 15-19.

se distinguem o filosófico ou ideológico. Matérias reflexivas como “Risco: conceito fundamental para a Saúde normatiza comportamentos e aponta para o controle”<sup>173</sup>, uma discussão sobre sentidos e poder, ou “Desenvolvimento – Para onde? Para que? Para quem?”<sup>174</sup>, discussão sobre o modelo hegemônico que depende de um sistema produtivo predador e que ignora direitos e gera exclusão, abriram caminho para outras de caráter mais programático de preparação para a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS).

A Radis n. 110, com “As propostas do Brasil no movimento internacional”<sup>175</sup>, dedicada à CMDSS, teve uma edição especial em português, espanhol, inglês e francês, com editorial assinado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e foi distribuída durante a conferência que reuniu representações de 130 países em outubro de 2011, em Copacabana, no Rio de Janeiro. A cobertura jornalística<sup>176</sup> do evento que associou ao direito à saúde o pressuposto da equidade foi publicada em janeiro de 2012, com a síntese das principais participações, avaliações e a Declaração do Rio, que formula que “As iniquidades são causadas pelas condições sociais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem”. “Foi o documento possível”, contentou-se, diplomaticamente, Paulo Buss, que considerou o documento “genérico, embora de grande valor político” e exemplifica: “está no documento que saúde é dever do Estado e que as iniquidades são intoleráveis”. Nessa mesma linha, Alberto Pellegrini entendeu que propostas retóricas podem ser ferramenta política. A reportagem anuncia o resultado do “maior evento da OMS depois de Alma-Ata” de forma esperançosa, “Equidade e direito à saúde entram na agenda global”, mas com ressalva na abertura: “o sucesso de uma conferência pode ser determinado pelo impacto que gera nas políticas públicas locais, nacionais e, mesmo, internacionais e que se faz sentir ao longo do tempo”.<sup>177</sup> Ao contrário dos anos 1980 em que

---

<sup>173</sup> Radis 105, mai 2011, p. 15-19.

<sup>174</sup> Radis 108, ago 2011, p. 8-14.

<sup>175</sup> Radis 110, out 2011, p. 9-16.

<sup>176</sup> Realizada por Adriano De Lavor, Bruno Domingues, Eliane Bardanachvili e Katia Machado, com a colaboração de Jorge Ricardo Pereira e Justa Helena Franco.

<sup>177</sup> Radis 113, jan 2012, p. 8-23.



declarações retóricas eram valorizadas em manchetes<sup>178</sup>, a Radis se mostra cética no editorial “Ceder ou enfrentar”<sup>179</sup>:

Na Conferência que destacamos nesta edição, 130 países chegaram a um consenso apenas fraco de crítica às razões das evitáveis desigualdades entre as populações do mundo e de ações globais sobre os Determinantes Sociais da Saúde. Não surpreende que o mesmo tenha ocorrido na Cúpula do Clima, na África do Sul, em dezembro de 2011, e esteja previsto para os acordos sobre desenvolvimento sustentável na Rio+20, em junho de 2012. (...) Por trás das iniquidades combatidas pela Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde está o todo poderoso mercado: um jogo globalizado que coloca em disputa necessidades humanas produção econômica, especulação financeira, interesses do capital. Um jogo em que alguém tem que perder e com o qual a maioria dos governos dos países representados no encontro do Rio está comprometida.

A mobilização para a 14ª CNS, realizada em dezembro de 2011 e que teve como tema “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”, foi uma prioridade em várias edições da Radis naquele ano. Sob o selo “Rumo à 14ª”, a revista abriu espaço para cobrir seminários e debates preparatórios e reportou conferências estaduais. Os encontros mostram um SUS que discute a integralidade do cuidado<sup>180</sup> e a contribuição das ciências sociais e humanas para humanizar a saúde<sup>181</sup>, mas ainda não garante acesso e humanização. Na matéria “O SUS que não se vê”<sup>182</sup> coloca uma lente sobre a invisibilidade do SUS aos olhos dos brasileiros. Sobre essa reportagem, um leitor residente em Valença (BA) observou, na seção “Cartas”, que “a divulgação da realidade” é uma maneira séria de “proteger” o SUS<sup>183</sup>. Em outra edição uma síntese do que saiu na revista Lancet, um relato orgulhoso do SUS para inglês ler<sup>184</sup>. Um Decreto presidencial com foco em regionalização, pactuação entre os entes federativos, contratos e metas recebe críticas do conselheiro Francisco Batista Júnior,

---

<sup>178</sup> A exemplo do destaque dado ao compromisso do paraense Jader Barbalho com os secretários de saúde ao assumir o Ministério da Previdência: “O SUDS é uma realidade irreversível” estampado no Proposta n. 12, em setembro de 1988, pouco antes de o sistema unificado ser desidratado pelo governo Sarney.

<sup>179</sup> Radis 113, jan 2012, p. 3.

<sup>180</sup> Radis 101, jan 2011, p. 19-21.

<sup>181</sup> Radis 107, jul 2011, p. 9-13.

<sup>182</sup> Radis 104, abr 2011, p. 9-17.

<sup>183</sup> Radis 107, jul 2011, p. 4.

<sup>184</sup> Radis 107, jul 2011, p. 18-23.

pela possibilidade de o Conselho Nacional de Saúde tornar-se “mero coadjuvante”<sup>185</sup> das decisões dos gestores e perder a sua força.

A meio caminho para a conferência, o sanitarista e relator da 14ª CNS, Gastão Wagner, diz esperar um documento final que, como na 8ª CNS, dialogue diretamente com a sociedade e não somente com a militância ativista da conferência e dos conselhos. Em entrevista<sup>186</sup> à Radis, ele analisa que, sem nunca tê-lo experimentado por inteiro, “a sociedade está desistindo do SUS”. Ele provoca, oferecendo salomonicamente a criança inteira, para que ela não agonize com a meio existência, ao propor um plebiscito à população: “vocês querem um SUS?”. Um sistema viável, diz, precisa de 7,5% do PIB – o dobro do orçamento daquele momento. “Tenho medo de perder”, reconhece. Se for outro o modelo, alerta, “aí sim, só vamos cuidar dos carentes, de algumas epidemias, e (a saúde do) Brasil vai para o buraco daqui a algum tempo, por ser inviável do ponto de vista financeiro”. Gastão reflete que o SUS se comunica mal com a sociedade:

Mesmo com a gestão participativa, a nossa capilaridade real com a sociedade é baixa. Como dar voz e poder de deliberação a esse usuário não especializado em ativismo? Apesar de esta engenharia de gestão participativa ser muito sofisticada, nós temos que pensar em uma rede, um sistema mais capilarizado. Penso que haver vínculo, em todos os serviços de saúde, entre equipes de profissionais e usuários, é uma forma de controle social importante. Você saber quem é seu médico, por mais que fique seis horas em um pronto socorro, quem é seu enfermeiro... Enfim, temos que pensar redes, assembleias de usuários, que não sejam deliberativas, mas que sejam informativas, de comunicação.

O sanitarista Hesio Cordeiro, entrevistado pela Radis no início de 2011, afirma que o setor privado tinha uma postura “truculenta” nos anos 1980 e que os setores progressistas da Reforma Sanitária tinham “preconceito em discutir a área privada”. Argumenta que as bandeiras do movimento sanitário envelheceram e deveriam ser substituídas pela “qualidade de saúde e pela construção de um sistema brasileiro voltado para a qualidade do cuidado”. Propôs um sistema com a “complementariedade mútua” entre o público e o privado, “não o público complementando o privado”, mas

---

<sup>185</sup> Radis 109, set 2011, p. 18-19.

<sup>186</sup> Radis 108, ago 2011, p. 18-21.

“com uma convivência entre o setor dos planos de saúde privados e o setor público de uma forma mais inteligente, conceitualmente”.

“O SUS já compreendeu, desde a sua criação, que precisa conviver com modelos de gestão distintos”, declarou em entrevista à Radis o ministro da Saúde Alexandre Padilha. “Hoje, por exemplo, 54% dos leitos disponíveis para o SUS são leitos não estatais. O que precisamos defender é controle público, defesa dos direitos do trabalhador, garantia de a pessoa seja atendida com qualidade, seja qual for a proposta.”

Ao contrário dessa visão, a polarização do início ao fim do processo da 14ª CNS esteve entre um SUS “realmente público”, que na fala dos participantes representaria um resgate da visão da 8ª Conferência e da Constituição, e o SUS “existente”, permeado de soluções via contratos com Organizações Sociais de Saúde (OSS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs), Fundações Públicas de Direito Privado e Fundações de Apoio, assim como por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); terceirização na gestão e na contratação da força de trabalho, pulverização de vínculos e baixa remuneração e precarização do trabalho. Matéria da Radis<sup>187</sup> sobre as conferências do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, reporta a essa polarização a caminho da etapa nacional, tendo como tendência praticamente unânime a rejeição à entrega das unidades públicas à gestão ou contratação de profissionais por meio de OSs, OCIPs, ou outras formas “privatizantes”, como deliberado em Goiás e São Paulo, “estados onde o estrago causado por essa alternativa é a pior propaganda da panaceia”.

Acesso e acolhimento sem privatização e defesa de um SUS público e estatal é a síntese da Radis<sup>188</sup> sobre do que demandou a 14ª CNS, que se caracterizou por ampla participação, renovação de dois terços dos participantes, grande agilidade na sistematização e votação de propostas. Aprovar a regulamentação da Emenda Constitucional 29, com a destinação de 10% da receita corrente bruta para a saúde, sem a incidência da Desvinculação de Recursos da União (DRU), foi a principal

---

<sup>187</sup> Radis 115, abr 2012, p. 3, 8-17.

<sup>188</sup> Radis 115, abr 2012, p. 10-35.

bandeira pelo financiamento do SUS aprovada na 14ª. O compromisso de defender as deliberações da conferência foi assumido na Plenária Final pelo governo, na figura do ministro da Saúde, Alexandre Padilha. No entanto, as duas causas foram perdidas em votações no Senado Federal, ocorridas menos de quatro dias depois, o que gerou duras críticas ao governo e ao ministro Padilha por parte do movimento sanitário e da Radis: “Ministro fez falta”<sup>189</sup>.

Circulando pelo Congresso da Abrasco, em 2013, Padilha parou diante da mesa na qual estavam disponíveis edições da Radis para os participantes. “Deixa eu ver a Radis”, disse aos que o acompanhavam. “Toda vez que tem a Radis, tem alguém batendo em mim”, comentou muito bem-humorado. E completou: “Mas é bom! Tem que ter crítica!” A cena foi gravada pela VídeoSaúde Distribuidora da Fiocruz e registrada em nota na Radis seguinte<sup>190</sup>.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) catalisou, para além das discussões sobre os impactos das mudanças climáticas e dos modelos de desenvolvimento, os debates sobre a crise econômica no Ocidente, a saúde global e a determinação econômica, social e ambiental da saúde. Radis dedicou algumas edições especiais – uma delas distribuída aos participantes em com versão em inglês e espanhol – debatendo os principais temas “Nova chance ao desenvolvimento sustentável: Rio+20 renova esperanças de compromisso entre países, mas é preciso mudar formas de viver e produzir”<sup>191</sup>; “Sustentável e saudável: as negociações, documentos e debates para garantir o tripé desenvolvimento, ambiente e saúde, nas decisões da Rio+20”<sup>192</sup>.

A cobertura completa do grande evento realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2012, com equipes de reportagem<sup>193</sup> atuando na programação oficial no Rio Centro e no encontro de “todas as tribos” no Aterro do Flamengo, resultou em edição especial de 48 páginas<sup>194</sup>.

---

<sup>189</sup> Radis 113, jan 2012, p. 7.

<sup>190</sup> Radis 125, fev 2013, p. 7.

<sup>191</sup> Radis 112, dez 2011, p. 2-3, 11-19, 23.

<sup>192</sup> Radis 118, jun 2012, p. 3, 10-19, 23.

<sup>193</sup> Participaram da cobertura Adriano De lavour, Anna Carolina Düppre, Bruno Domingues, Eliane Bardanachvili, Elisa Batalha, Rogério Lannes Rocha, Ana Claudia Peres, Tânia Neves, Marina Boechat, Sergio Eduardo de Oliveira, Lucas Pelegrineti Grynszpan, Márcia Krengiel.

<sup>194</sup> Radis 121, set-out 2012, p. 2-47.

O título da matéria dedicada às deliberações nos chefes de Estado é curto: “Menos que o mínimo”. O subtítulo comenta: “Desfecho da Rio+20 põe nas mãos da sociedade civil papel crucial para que o documento final retórico e ambíguo traduza-se em metas e ações dos governos”. A maior parte da edição foi dedicada à real diversidade: “A voz da sociedade civil ecoa por justiça social e ambiental: evento transforma o Aterro do Flamengo em ponto de convergência de lutas e define Carta com reivindicações e alternativas para o planeta”.

A riqueza da Cúpula dos Povos coloriu a cidade com gente de todos os continentes. Houve protestos no Riocentro e, no último dia, a Marcha dos Povos reuniu 80 mil pessoas no Centro do Rio “para continuar cobrando o que os governos postergaram”, diz a legenda da foto aérea<sup>195</sup> da Avenida Rio Branco tomada no cair da noite. Na capa da Radis n. 121, a chamada: “A Rios+20 não acabou: agora é mobilização pelo futuro que queremos”. O editorial “Centro do Rio x Riocentro”<sup>196</sup> diz que o evento oficial foi encerrado sem atingir seus objetivos.

A rara oportunidade da maior conferência mundial foi trocada por uma pequena comissão, presidida pelo governo conservador inglês, para apresentar, só daqui a dois anos, um esboço de metas para o desenvolvimento sustentável. Pior, ninguém – principalmente os países mais industrializados, ricos e poluidores – quis se comprometer com a definição da recuperação e proteção do planeta nem da equidade na qualidade de vida das populações. Deixaram o futuro à mercê do futuro. Faltou aos chefes de Estado sentido de urgência, habilidade, vontade política, ou coragem mesmo.

A passagem dos 30 anos do Radis possibilitou uma matéria<sup>197</sup> com especialistas que discute as contribuições do programa para o jornalismo, a construção do SUS e a participação social, a memória da saúde pública e a constituição do campo da Comunicação e Saúde. Nessa oportunidade, o Programa lança uma nova edição da Coletânea 20 Anos, uma Coletânea das primeiras 100 Revistas Radis e inicia a digitalização de todo o acervo de recortes de jornal para a constituição da Hemeroteca Digital Radis. Essa edição marcou também o lançamento de um novo projeto gráfico para a revista.

---

<sup>195</sup> Foto de Sérgio Eduardo de Oliveira, tirada do terraço do prédio do Clube de Engenharia.

<sup>196</sup> Radis 121, set-out 2012, p. 3.

<sup>197</sup> Radis 120, ago 2012, p. 8-18.

Pode parecer trivial citar mais uma matéria sobre “Acesso e humanização do parto, direito da mãe e do bebê”<sup>198</sup>. O fato de nela o médico e diretor do Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, Ivo Oliveira Lopes, ter declarado que “o parto é da mulher, não um ato médico” e de a revista ter dado destaque a essa declaração suscitou reações de alguns médicos na seção de cartas em defesa da Lei do “Ato Médico”, rejeitada por conferências de saúde e criticada por inúmeros leitores na seção Voz do Leitor, como um cerceamento às outras profissões da saúde. A Lei promulgada com vetos pela presidente Dilma a colocou na mira de parte da categoria médica e dos conselhos de medicina, entidades, a essa altura, já em processo de descolamento dos movimentos de construção do SUS. Uma lacuna na matéria do parto foi levantada pelo editorial da revista, a ausência total da menção à figura e ao papel do pai e da paternidade no pré-natal e no parto, o que viria a ser resgatado posteriormente em matérias sobre a paternidade.

Em 2013, Radis publica a revista que ficou conhecida como a do copo do SUS, dando continuidade à trilogia que mostra inicialmente “O SUS que não se vê” e mais adiante, em 2016, o “SUS esvaziado”. A matéria “SUS: A gente quer inteiro e não pela metade”<sup>199</sup> ouve atores importantes nessa construção para que digam o que falta ao SUS, para além do que é visível, como o fim das filas perversas ou uma melhor qualidade na atenção à saúde, uma discussão sobre o que não se construiu daquele SUS concebido como parte de uma grande Reforma Sanitária e debatido em sucessivas conferências. Uma característica relevante da matéria foi ter sido produzida e publicada pouco antes de eclodirem as manifestações de junho de 2013, apresentando um horizonte a ser reivindicado bem mais rico do que um “SUS padrão FIFA”, como muitos cartazes de jovens bem intencionados conseguiram vislumbrar, por desconhecer as possibilidades de preenchimento, com qualidade, do restante do copo.

Outra matéria nessa edição, para situar quem chega nas discussões sobre o SUS, é “Universalidade: o necessário resgate de um sentido perdido”<sup>200</sup>, que traz figuras de referência no Brasil e no exterior para discutir o princípio de sustentação do

---

<sup>198</sup> Radis 117, mai 2012, p. 8-18.

<sup>199</sup> Radis 127, abr 2013, p. 9-16.

<sup>200</sup> Radis 127, abr 2013, p. 16-19.

SUS, que naquele momento vinha sendo utilizado também com interesses da mercantilização da saúde, como nas propostas de universalização da saúde via de planos de saúde, a exemplo da proposta cobertura universal do então presidente Barack Obama, nos Estados Unidos.

Essa edição do copo do SUS marca o início de uma escalada de engajamento no perfil do Radis no Facebook, de leitores ou não da revista impressa, com curtidas e comentários na ordem de milhares, que passariam a dezenas de milhares em algumas outras matérias e postagens.

A cobertura completa do 10º Abrascão trouxe o tema “Desenvolvimento e equidade caminham juntos”<sup>201</sup>. Em outra edição, sob o título “Negligência”, Radis publicou a cobertura do Congresso de Medicina Tropical que evidencia doenças relacionadas à pobreza<sup>202</sup>. Pouco depois, Radis publica “Desenvolvimento urbano: Onde ficam as pessoas?”<sup>203</sup>, em um momento em que os processos de gentrificação e exclusão nas metrópoles são acentuados pela expansão da indústria imobiliária e pelas intervenções nas cidades que viriam a receber grandes eventos, em breve, como a Copa da Fifa e as Olimpíadas. No ano seguinte, às vésperas da realização da Copa da Fifa de Futebol, Radis lança “Copa – Qual o legado? Para quem?”. A reportagem parte do mote “não vai ter copa”, que mobilizou manifestações país afora, duramente reprimidas, e ouviu os Comitês Populares da Copa, organizados em diversos estados, sobre os impactos da Copa em temas relevantes para a saúde como transporte, habitação, acesso ao lazer, utilização dos recursos públicos e o exercício de direitos civis.

Há uma única capa da Radis em que nada está escrito. Além do nome da revista, somente fotos de mãos em movimento. Apenas quem conhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é capaz de entender o título ‘oculto’, que se revela na página 2: “Acessibilidade para todos”<sup>204</sup>. A chamada convoca à leitura da matéria “Todos devem caber na sociedade inclusiva”, que informa que o “país tem 45 milhões de pessoas com alguma deficiência, que ainda sofrem empecilhos arquitetônicos,

---

<sup>201</sup> Radis 125, fev 2013, p. 8-33.

<sup>202</sup> Radis 124, jan 2013.

<sup>203</sup> Radis 129, jun 2013, p. 8-18.

<sup>204</sup> Radis 130, jul 2013, p. 11-18.

comunicacionais e atitudinais” e ouve especialistas, pessoas com deficiência que são ativistas por legislação adequada, visibilidade, representatividade e em favor de garantias e respeito aos seus direitos. Outra matéria sobre saúde e diversidade nesse período, relacionada às questões da população LGBTQIA+, foi publicada com a chamada: “Respeito faz bem à saúde”<sup>205</sup>.

No segundo semestre de 2013, as manifestações iniciadas em junho ainda ecoavam pelo Brasil. As secretarias de segurança nos estados queriam fichar nas delegacias as pessoas com máscaras em manifestações e o governo federal se empenhava em criar uma “Lei antiterror”, encomendada por Estados estrangeiros e os organizadores dos eventos esportivos internacionais. Enquanto isso, nas comemorações dos 59 anos da ENSP, que estava presente no auditório da Escola usou máscaras com a face de Sergio Arouca para uma foto que viria a ser capa da Revista Radis. No evento, reproduzido nas páginas da Radis, protagonistas da Reforma Sanitária avaliam o contexto da saúde com ênfase no resgate dos princípios da Reforma, o rumo privatista do SUS e a falta dos movimentos sociais na formulação e execução das políticas públicas, conforme registra a matéria “Somos todos Arouca – Sanitarista inspira balanço das conquistas e fortalecimento das lutas na Saúde”<sup>206</sup>. Na análise da revista, a população que tomou as ruas do país cobrou o aprofundamento de democracia, melhor transporte, saúde pública de qualidade. Havia sindicatos e movimentos pela saúde nas ruas, mas, na visão editorial, foi a luta pela educação que permitiu nos meses seguintes maior identificação entre jovens manifestantes e os movimentos tradicionais. Diante de ataques truculentos a professores que insistiam em manter a luta nas ruas, a revista que sempre vocalizou a Reforma Sanitária saiu em defesa da educação pública com uma palavra de ordem corrente: “Somos todos professores!”<sup>207</sup>

“Regulação da comunicação não é censura” foi a chamada da Radis de agosto, em capa que retrata aparelhos de TV à venda numa vitrine de loja, cujo vidro espelha uma cena real das manifestações de rua de junho daquele ano, em que os jovens avançam em uma avenida de São Paulo carregando uma longa faixa com a inscrição

---

<sup>205</sup> Radis 128, mai 2013, p. 12-18.

<sup>206</sup> Radis 133, out 2013, p. 10-23.

<sup>207</sup> Radis 133, out 2013, p. 3.



“Democratizar a mídia”. No interior da revista, a matéria “Um marco para a pluralidade”<sup>208</sup> traz imagens como uma intervenção urbana na capital paulista pelo novo marco regulatório para a comunicação. Sobre um painel eletrônico de hora e temperatura, uma projeção reproduz a frase “ocupe a mídia”, uma das hashtags frequentes naquele momento, assim como #midiasemcatraca, como aparece em outro cartaz, ao lado de uma grande faixa carregada pelos manifestantes: “quem são os donos da mídia?”

A matéria ouve uma dezena de estudiosos e ativistas da comunicação e traz uma entrevista com o pesquisador Rodrigo Murtinho sobre o direito à comunicação, em que diz que “a comunicação não é vista como coisa pública”<sup>209</sup> e apresenta um levantamento de onde a comunicação entra nas resoluções das conferências nacionais de saúde. No ano de 2013, as entidades que defendem a democratização da comunicação intensificam a campanha “Para expressar a liberdade – uma nova lei, para um novo tempo” ao lançar Projeto de Lei de Iniciativa Popular para regulamentar os Artigos 5, 21, 221, 222, 223 da Constituição. O Projeto objetiva assegurar a regulação de serviços de comunicação tradicionais e das novas mídias, para garantir a diversidade cultural nas programações, a transparência nas concessões, o fim de monopólios, o fim de censura, a garantia de direito de resposta, a proteção da infância e da adolescência. Propõe também a participação social na elaboração, no debate e no acompanhamento das políticas de comunicação para o país, com a criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.

Os anos 2013 e 2014 foram marcados por profundas discussões sobre os rumos que a redemocratização, a construção do SUS e a garantia dos direitos constitucionais vinham tomando. Em entrevista à Radis, na qual relembra a sua história na Fiocruz e na saúde pública, o professor da ENSP e superintendente do Canal Saúde, Arlindo Gómez de Souza, retoma a metáfora do como do SUS metade cheio, metade vazio, discutida na Radis 127, para dizer que “o avanço da proposta é absolutamente extraordinário e espetacular”, mas que, naquele momento, “certamente, quem participa do processo da Reforma Sanitária, não tem dúvida de

---

<sup>208</sup> Radis 131, ago 2013, p. 11-21.

<sup>209</sup> Radis 131, jan 2013, p. 14-15 e 17.

que aos poucos esse copo está sendo esvaziado de questões que podem ser de difícil reversão”<sup>210</sup>. Para o sanitarista e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jairnilson Pain, participante de debate em Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária reportado pela Radis<sup>211</sup>, “houve um esvaziamento das ideias de cidadania defendidas na Constituição. Em vez de cidadãos, há uma opção pelos pobres, pelos miseráveis e consumidores sem direitos”. Enfatizar a pobreza na definição de políticas públicas leva a políticas “para pobres, em vez de políticas universais”, complementa o sanitarista Alexandro Saco, da Associação Latino-Americana de Medicina Social: “o foco na pobreza ‘irresponsabiliza’ o Estado e impulsiona o mercado”.

O Programa Mais Médicos esteve sempre entre as políticas implementadas pelo no SUS que estiveram sob ataque da corporação médica, por meio de declarações públicas dos conselhos e manifestações hostis a médicos estrangeiros. Na reportagem “Mais Médicos; profissionais já estão em campo”, ilustrada por um médico de origem grega cuidando de uma grávida em Aparecida de Goiânia (GO), a Radis ouviu depoimentos de usuários satisfeitos com o atendimento que passaram a receber de médicos experientes e jovens entusiasmados por participar do programa, além de ouvir análises e críticas de formuladores sérios do campo da saúde coletiva. Mais Médicos e Ato Médico foram também objeto de críticas em algumas mensagens na seção Voz do Leitor. Um leitor de Vitória (ES) considerou uma insensatez os vetos da presidente Dilma à Lei do Ato Médico que, segundo ele, dariam “margem ao exercício ilegal da medicina” pelas demais “profissões paramédicas, que auxiliam e complementam a medicina”<sup>212</sup>. Seis meses depois, voltou a criticar o governo pela implementação “eleitoreira” do Mais Médicos, “ao invés de criar a Carreira de Estado para os médicos do SUS”.

Nos temas das matérias com destaque na Radis, em 2014, nota-se um recorte interdisciplinar e intersetorial como a persistência do trabalho infantil<sup>213</sup>; a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>214</sup>; os rumos para

---

<sup>210</sup> Radis 136, jan 2014, p. 20-23.

<sup>211</sup> Radis 136, jan 2014, p. 24-29.

<sup>212</sup> Radis 135, dez 2013, p. 4.

<sup>213</sup> Radis 136, jan 2014.

<sup>214</sup> Radis 138, mar 2014.

uma educação pública de qualidade no Brasil<sup>215</sup>; a campanha pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública<sup>216</sup>; os 50 anos do Golpe Militar<sup>217</sup> e os 30 anos das Diretas Já!<sup>218</sup>; democratização da comunicação<sup>219</sup>; o impacto de megaeventos nas cidades brasileiras<sup>220</sup>; a emergência e reemergência de doenças relacionadas à expansão urbana em áreas silvestres, bem como à pobreza, habitação precária e subnutrição<sup>221</sup>; o desafio dos municípios no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos<sup>222</sup>; as políticas inadequadas, a mercantilização e a agressão ao ambiente, que travam a garantia do direito à água como um bem de todos<sup>223</sup>; as evidências do aquecimento global que põe em cheque o discurso cético<sup>224</sup>; a discussão da governança global para a saúde com foco nas iniquidades<sup>225</sup>, os efeitos da economia global sobre a saúde<sup>226</sup>; a controvérsia na definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre universalidade e cobertura pontual<sup>227</sup>.

Em meio ao processo eleitoral de 2014, Radis aborda o que poderiam vir a ser as referências para aperfeiçoar o SUS e as políticas de saúde no governo seguinte, com as matérias sobre os resultados da pesquisa “Nascer no Brasil”<sup>228</sup>; a desigualdade como determinação da saúde da população negra<sup>229</sup>; as discussões do 4º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme)<sup>230</sup>. Em debate nas páginas da Radis, a regionalização da saúde surge como “o novo caminho” para o sistema, nas palavras do então presidente da Abrasco, Luis Eugênio Portela<sup>231</sup>, e no artigo “Uma utopia possível: o SUS Brasil”, em Gastão Wagner, que aponta caminhos para o SUS “superar a fragmentação, a

---

<sup>215</sup> Radis 140, mai 2014.

<sup>216</sup> Radis 137, fev 2014.

<sup>217</sup> Radis 138, mar 2014; Radis 140, mai 2014; Radis 141, jun 2014.

<sup>218</sup> Radis 139, abr 2014.

<sup>219</sup> Radis 137, fev 2014.

<sup>220</sup> Radis 141, jun 2014.

<sup>221</sup> Radis 143, ago 2014.

<sup>222</sup> Radis 139, abr 2014.

<sup>223</sup> Radis 147, dez 2014.

<sup>224</sup> Radis 143, ago 2014.

<sup>225</sup> Radis 139, abr 2014.

<sup>226</sup> Radis 147, dez 2014.

<sup>227</sup> Radis 147, dez 2014.

<sup>228</sup> Radis 143, ago 2014.

<sup>229</sup> Radis 142, jul 2014.

<sup>230</sup> Radis 146, nov 2014, p.10-17.

<sup>231</sup> Radis 145, out 2014, p.10-17.

privatização, a inadequação da política de pessoal tendo como núcleo organizacional as Regiões de Saúde”<sup>232</sup>. Em matéria específica sobre as eleições, Radis ouviu representantes de entidades do Movimento da Reforma Sanitária sobre a carta “Por um SUS para todos os brasileiros!”<sup>233</sup>, direcionada a um debate nacional e aos candidatos à Presidência da República. O documento traz propostas de mudanças estruturais como reforço ao papel do Estado, a contenção da mercantilização das políticas sociais e a revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Temas como financiamento, formação profissional, carreira pública, regionalização, gestão e novas tecnologias também são tratados.

O tema da participação social, frequente na revista, foi enfatizado em duas matérias relacionadas ao Decreto n. 82.234/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Ele foi assinado pela presidente Dilma, com o objetivo de estimular a participação dos conselhos, movimentos sociais e da população em medidas governamentais, ampliando o diálogo entre a sociedade civil e o Governo Federal. A primeira matéria<sup>234</sup> trata do manifesto em apoio à medida, assinado por juristas, acadêmicos e entidades engajadas na reforma política e na ampliação da democracia. O manifesto se apresenta como uma resposta às reações contrárias por parte de setores da mídia comercial e de parlamentares de oposição que taxam o decreto de “golpista” e “bolivariano”. A meta da PNPS seria acompanhar a formulação, execução, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas, além do aprimoramento da gestão pública.

Na matéria, representante do governo lembra que o decreto não cria nem obriga a instalação de novos conselhos, órgãos na administração pública ou de outras instâncias de participação. A segunda matéria é uma reportagem de capa, “Controle social: participação direta amplia expressão da sociedade”<sup>235</sup>, em que a Radis repercute as posições contrárias e favoráveis e abre espaço para um balanço e uma

---

<sup>232</sup> Radis 145, out 2014, p.16-17.

<sup>233</sup> Radis 141, jun 2014.

<sup>234</sup> Radis 143, ago 2014, p. 15.

<sup>235</sup> Radis 144, set 2014, p.10-17.

discussão sobre o funcionamento e os resultados das diferentes formas de participação e controle social e da sua vinculação com direitos constitucionais.

O ano de 2015, primeiro e último do segundo mandato de Dilma Rousseff, pode ser visto de diferentes maneiras, inclusive nas páginas da Radis. Algumas capas foram dedicadas às doenças raras<sup>236</sup> e às possibilidades de tratamento de doenças crônicas, como câncer<sup>237</sup> e diabetes<sup>238</sup>. Uma reportagem trazia esperança para a saúde indígena com a formatura dos agentes comunitários indígenas, agora técnicos em saúde<sup>239</sup>. Mas as pautas, de um modo geral, revelavam um território em transe, o Brasil. E não era para melhor, embora houvesse resistência, como se vê na reportagem “O povo que resiste”<sup>240</sup>, que, partindo dos temas do 2º Simpósio de Saúde e Ambiente (Sibsa), ouviu as vozes dos movimentos de populações atingidas por conflitos ambientais provocados por grandes empreendimentos. Na mesma matéria, a face da resistência e a cara da injustiça ambiental resultante do modelo econômico. Desafortunadamente, o tema voltaria às páginas da revista com os crimes ambientais ocorridos com a ruptura das barragens de rejeitos de minério nos municípios de Mariana<sup>241</sup>, naquele mesmo ano, e Brumadinho, em 2019.

Outras matérias de 2015 mostram como a previsão de corte nos investimentos públicos traz “Desafios para a educação”<sup>242</sup>; como a estratégia de estimular a economia com desonerações fiscais, adotada pelo governo Dilma, corrói os direitos sociais, reduzindo recursos que garantem Saúde, Assistência e Previdência Social<sup>243</sup>; como o direito ao saneamento básico segue negligenciado e cobiçado pelos interesses de privatização dos serviços<sup>244</sup>.

Nas páginas da Radis, o ano começou com o resultado de um processo necessário e justo para a história e a memória do país, o Relatório Final dos trabalhos da Comissão da Verdade sobre crimes e violações de direitos humanos ocorridos

---

<sup>236</sup> Radis 149, fev 2015,

<sup>237</sup> Radis 155, ago 2015.

<sup>238</sup> Radis 157, out 2015.

<sup>239</sup> Radis 153, jun 2015.

<sup>240</sup> Radis 148, jan 2015, p.10-17.

<sup>241</sup> Radis 159, dez 2015. P. 7-8.

<sup>242</sup> Radis 151, abr 2015, p.10-17.

<sup>243</sup> Radis 149, abr 2015.

<sup>244</sup> Radis 154, jul 2015.

entre 1946 e 1988, com foco na Ditadura Militar (1964-1985)<sup>245</sup>, relatório transformado em estopim para a rearticulação de forças políticas identificadas com a ditadura. Em meados do ano, Radis fala da crescente hegemonia dos interesses econômicos e conservadores contra os direitos constitucionais num conjunto de matérias que compõem a reportagem de capa “As ameaças que vêm do Congresso”<sup>246</sup>. Entre as ameaças, a “Agenda Brasil” apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), como um passaporte para garantir no Congresso alguma governabilidade à presidente Dilma, propõe leis e mudanças constitucionais “tão retrógradas”, diz o editorial da Radis, que nem aquele Congresso, “sob hegemonia de interesses do capital financeiro e da privatização da saúde, do agronegócio e do obscurantismo de setores religiosos e da segurança pública, ousou aprovar nos últimos anos”<sup>247</sup>.

Uma das propostas dessa agenda incluía o copagamento dos serviços do SUS pelo cidadão. A reação foi tão forte que, em poucos dias, a proposta foi retirada. Radis lançou uma campanha nas redes sociais com o card “SUS pago não!”, que alcançou, em 48 horas, cerca de 80 mil visualizações no Facebook.

Manifesto lançado em novembro pela Frente em Defesa do SUS, integrada Conselho Nacional de Saúde, afirma que “a situação do SUS é dramática” e que “seu colapso pode afetar as condições e a qualidade da atenção à saúde de 200 milhões de brasileiros”<sup>248</sup> e sugere eixos de ação para resolver com urgência os problemas de financiamento do sistema. A Frente apostava na 15ª Conferência como o espaço de unidade para pressionar o governo e o Congresso com esse objetivo.

A 15ª CNS foi precedida de conferências livres e conferências temáticas sob o tema geral “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”<sup>249</sup>, que teve o objetivo de “abordar a saúde de um ponto de vista amplo, abrangendo questões contemporâneas como a violência, o preconceito racial, o uso de agrotóxicos, os dilemas do financiamento e a privatização”. Na etapa final, Radis levou para distribuir aos delegados exemplares da edição que tinha como matéria central as “Filas da saúde: os obstáculos ao acesso de qualidade e os caminhos que

---

<sup>245</sup> Radis 148, jan 2015, p. 8.

<sup>246</sup> Radis 156, set 2015, p. 10-23.

<sup>247</sup> Radis 156, set 2015, p.3,

<sup>248</sup> Radis 159, dez 2015, p. 5.

<sup>249</sup> Radis 154, jul 2015, p. 10-11.

garantem o cuidado”<sup>250</sup>, um tema tabu como discussão interna do setor saúde e alvo principal dos ataques ao SUS.

O ciclo de lutas pela conquista e reconhecimento de novos direitos e ampliação de outros em frentes diversas, na década que a precedeu, fez dessa conferência um espaço de grande diversidade e forte representação popular. O editorial “Saúde com democracia”<sup>251</sup> relata que a segmentação dos grupos por temas gerou fragmentação de discussões e reduziu a temperatura dos debates, unificação que reaparecia quando se tratava dos discursos com duras críticas ao subfinanciamento da saúde.

Muita coisa importante foi aprovada. Em relação à comunicação e saúde, por exemplo, foi a conferência que mais aprofundou as discussões. No entanto, a 15ª CNS será lembrada por um fenômeno inverso ao da 9ª CNS, que pedia a saída de Collor. Na 15ª, o posicionamento majoritário dos participantes é claramente contrário ao impeachment de Dilma Rousseff. Essa conferência entra para a história também pela manifestação realizada em defesa do SUS, que reuniu mais de 10 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.

A última reportagem da Radis em 2015<sup>252</sup> relata o clima de consternação que tomou conta da Conferência no final do dia 2 de dezembro, quando chega a notícia de abertura do processo de impeachment na Câmara de Deputados.

No dia seguinte, uma manifestação se formou do lado externo do centro de convenções Ulysses Guimarães e, no fim da tarde, os debates e votações cessaram para receber a presidente em sua primeira aparição pública após a notícia. Enquanto aguardavam a chegada de Dilma Rousseff, representantes de diversos movimentos sociais tomaram o palco com suas faixas e bandeiras, descreva a reportagem da Radis. “De mãos dadas e bandeiras unidas, em uma imagem que marcou a 15ª, eles formaram um cordão entusiasmado que cantou o hino nacional somente com vozes e tambores”, momento seguido da retomada das palavras de ordem “O SUS é nosso, preste atenção, é com ele que mudamos a nação”, “A nossa luta é todo dia, porque saúde não é mercadoria”, tanto para marcar posição quanto para encurtar a espera

---

<sup>250</sup> Radis 159, dez 2015, p. 5.

<sup>251</sup> Radis 160, jan 2016, p. 3.

<sup>252</sup> Radis 160, jan 2016

pela presidente, narra o repórter<sup>253</sup>. “Dilma foi recebida de pé e sob mais de uma série de gritos “Não vai ter golpe”, agradeceu a acolhida, “isso faz bem à alma da gente”, falou da importância da conferência e da defesa da democracia, reafirmou que as razões do pedido apresentado eram “inconsistentes e improcedentes”.

Prometeu-se fazer a defesa do seu mandato “com todos os instrumentos do nosso Estado de direito” e continuar dialogando com todos os segmentos da sociedade “para mostrar que essa luta não é em favor de uma pessoa, ou de um partido ou de um grupo de partidos; é uma luta em defesa da democracia desse país, construída com muito esforço ao longo das últimas gerações”.

### **2.3.3 Desconstrução e incerteza**

O movimento para desestabilizar e depor a presidente Dilma Rousseff teve início com a não aceitação do resultado das eleições à Presidência da República de 2014 por parte do candidato derrotado Aécio Neves (PSDB). Tornou-se oficial a partir da admissão de pedido de impeachment e abertura pela Câmara de Deputados de processo por crime de responsabilidade contra a presidente Dilma, em 2015, na Câmara de Deputados, o que implicou no seu afastamento da presidência da República e a posse, como presidente interino, do vice-presidente Michel Temer. O processo foi consumado com a votação do Impeachment no Plenário da Câmara dos Deputados, em abril de 2015, e no Senado Federal, em agosto de 2016, em sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

Na prática, a escalada da agenda regressiva em várias frentes vinha transparecendo nos anos anteriores, como sinalizam matérias e editoriais da Radis. No caso das políticas públicas de iniciativa do Governo Federal, a virada já se evidenciava com a política de austeridade econômica adotada pelo governo Dilma em 2015, que condicionava as demais políticas sociais. Esse processo marca o começo de um período no qual a expectativa de reconhecimento e ampliação de direitos é substituída por um ciclo de perda de direitos, em um contexto extremamente regressivo de desconstrução do aparato legal de proteção dos direitos da cidadania

---

<sup>253</sup> Bruno Dominguez. Radis 160, jan 2016, p. 20-21.



inscritos na Constituição de 1988 e mesmo anteriores, como é o caso da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), de 1943.

Em 2016, a questão do subfinanciamento do SUS reaparece nas páginas da revista com a mobilização liderada pelo CNS pela aprovação de Emenda Constitucional, que garanta percentual mínimo do orçamento da União para a Saúde, como reivindicava o movimento Saúde+10, em 2013. Aparece também na perspectiva do movimento Auditoria Cidadã da Dívida Pública, ao demonstrar que o pagamento da dívida nunca auditada consome 42% do orçamento da União e consome recursos das políticas sociais<sup>254</sup>. Uma reportagem debate o custo dos medicamentos e a falta investimentos no parque produtivo nacional.<sup>255</sup> Uma série de matérias sobre a crise sanitária, Radis destaca a tríplice epidemia viral de dengue, chicungunha e zika, os casos de zika congênita e a organização de redes de atenção para o enfrentamento da zika.

Na edição do mês em que a Câmara iria votar o impeachment de Dilma Rousseff, nenhum artigo na seção Pós-Tudo, coberta de preto com a palavra democracia quase ilegível ao fundo e uma citação de Bertold Brecht em destaque: “Se você não se ocupa da política, a política se ocupa de você”<sup>256</sup>. No mês seguinte, o editorial designa como “vergonhosa”<sup>257</sup> a votação na Câmara de Deputados e, a cada nova edição, comenta as reações de pesquisadores, organizações acadêmicas e movimentos sociais e culturais contra o “retrocesso representado pelas políticas e medidas anunciadas pelo governo interino de Michel Temer”, para as áreas de saúde, ciência e tecnologia, comunicação, cultura, direitos sociais e trabalhistas, combate à fome, desenvolvimento agrário, gênero, igualdade racial e direitos humanos<sup>258</sup>.

A revista, por meio dos editoriais, insiste em dizer que saúde é democracia e convoca cada cidadão à “participação consciente na política” para “preservar a democracia tão duramente conquistada”<sup>259</sup>. Fatos como a revelação de conversa em que o senador Romero Jucá (PMDB/RR) descreve a conspiração para afastar a presidente Dilma incluindo “até o STF” gera expectativa momentânea de alguma

---

<sup>254</sup> Radis 162, mar 2016.

<sup>255</sup> Radis 163, abr 2016.

<sup>256</sup> Radis 163, abr 2016, p. 35.

<sup>257</sup> Radis 164, mai 2016, p. 3.

<sup>258</sup> Radis 165, jun 2016, p. 3.

<sup>259</sup> Radis 163, abr 2016, p. 3.

mudança no rumo no processo de impeachment, o que não se confirma. Diante do apoio empresarial, midiático e social que a escalada pela deposição da presidente arregimenta, o editorial de junho de 2016, “O trem da história”<sup>260</sup>, pontua que “talvez só o distanciamento do tempo” vá permitir constatar “se será ou não lembrado como um golpe pelos livros escolares” o processo em curso. Mas complementa: “a fila dos que embarcam em direção ao lixo da história só faz aumentar”.

O editorial “Tempos de resistência”<sup>261</sup> descreve um cenário de “deterioração de condições de vida, economia popular, ordem democrática, valores éticos, saúde e educação: “Cresce a violência contra as mulheres, homossexuais, indígenas. O governo interino amplia a redução de verbas e o desmonte das estruturas públicas e do aparato legal voltados à garantia dos direitos inscritos na Constituição”. O texto identifica que o processo de impedimento está sendo “executado nos moldes de um parlamentarismo – em contraposição aos pressupostos do regime presidencialista vigente –, o que reforça a interpretação de golpe” e lamenta que “o processo mais abrangente de regressão civilizacional no país transcorre à revelia de grande parte da sociedade, que o assiste inerte, desinformada ou cúmplice”.

Na edição de setembro, o editorial não tem título algum, ou melhor, tem dois, um com a data de fechamento da edição e outro igual, três parágrafos abaixo, com a data do dia seguinte. Abaixo do segundo título do editorial, “Brasil, 31 de agosto de 2016”<sup>262</sup>, a visão do Radis sobre aquele momento histórico:

Na tarde de hoje, após o fechamento desta edição, o Senado Federal aprovou por 61 contra 20 votos a cassação do mandato presidencial de Dilma Rousseff, concluindo turbulento processo de impeachment, questionado dentro e fora do país. (...) Saúde é democracia, democracia é saúde, ensinavam Sergio Arouca e seus contemporâneos da luta contra a ditadura e pelos princípios da Reforma Sanitária na 8ª Conferência Nacional de Saúde, fundante do SUS e do capítulo da Seguridade Social na Constituição. (...) Na visão da maioria dos herdeiros deste movimento sanitário e democrático e das suas entidades representativas, o processo que resultou neste impeachment trata-se de um golpe de Estado, a repetição como farsa de mais um movimento que visou uma deposição presidencial na república brasileira, engendrado por coalizão de forças conservadoras contrariadas por momentânea perda do controle absoluto do poder e

---

<sup>260</sup> Radis 164, mai 2016, p. 3.

<sup>261</sup> Radis 166, jul 2016, p. 3.

<sup>262</sup> Radis 168, set 2016, p 3.

do patrimônio do Estado para uso e lucro próprio, ou para a colonização pelo capital externo. Hoje, como no passado, participaram estamentos do empresariado, dos três poderes da república e da entusiasmada e inescrupulosa mídia comercial, seguidos por milhares de famílias conservadoras nas ruas e redes sociais, num processo operado menos como um conluio de sujeitos do que como uma reação sistêmica e ideológica de classe contra avanços civilizacionais mínimos numa sociedade erigida sobre a desigualdade. (...) A julgar pelas mudanças já anunciadas pelo governo que assume, haverá menos saúde e menos democracia: perdas brutais de direitos dos trabalhadores, desmonte do SUS e da Seguridade Social, privatização do Estado, ultraliberalismo econômico e ultraconservadorismo político e social. Tende a crescer a repressão aos movimentos sociais, mas a bandeira síntese da luta de resistência contra o retrocesso já está nas ruas: nenhum direito a menos!

A cada mês, a revista segue noticiando as medidas de retrocesso por iniciativa do Executivo e do Legislativo e registra as ações e os discursos de crítica e de resistência. Nas suas redes sociais e na seção Súmula<sup>263</sup>, institui um #DiárioDoDesmonte e um #DiárioDaResistência, como forma de noticiar e acompanhar os dois movimentos antagônicos em curso na sociedade. Nos editoriais, frequentemente, é possível identificar a síntese do desmonte e a reafirmação da crítica.

Uma das primeiras medidas do governo Temer, após consumado o impeachment, foi o ataque frontal à comunicação pública, intervindo diretamente na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e extinguindo o seu Conselho Curador, por meio da Medida Provisória, em outubro de 2016. No mês seguinte, Radis estampa em sua capa “Comunicação pública é de todos nós: sob ameaça, mídias públicas fortalecem a cidadania e a expressão da diversidade brasileira”<sup>264</sup>. No interior da revista, sob o título “Voz plural”, a reportagem descreve a experiência de construção da EBC, a diversidade e acessibilidade em sua programação, a participação social em sua condução e o significado do seu desmonte, ouvindo profissionais e pesquisadores da comunicação. O editorial “A diversidade é pública”<sup>265</sup> argumenta:

É na comunicação pública que a diversidade de vozes e matizes de interlocutores tem maiores chances de acontecer, porque ela se constitui como um espaço de compartilhamento e negociação dos

---

<sup>263</sup> Radis 170, nov 2016, p. 9.

<sup>264</sup> Radis 170, nov 2016, p 14-21.

<sup>265</sup> Radis 170, nov 2016, p 3.

mais diferentes interesses e sentidos, privilegiando o direito humano de comunicar para além do simples acesso à informação, num processo necessariamente dialógico e participativo. Esta concepção de comunicação — tema de nossa matéria de capa com pesquisadores, especialistas e ativistas — pressupõe a autonomia dos cidadãos e das coletividades numa esfera em que estão presentes tanto o Estado quanto a sociedade.

A percepção que a revista tem do contexto vivido entre a definição do afastamento da presidente eleita e as novas eleições presidenciais, em fins de 2018, pode ser inferida pelo tom dos títulos de alguns editoriais nesse período: “Contra o colapso do SUS”<sup>266</sup>; “Que futuro teremos?”<sup>267</sup>; “Em defesa do direito à vida”<sup>268</sup>; “Queima total”<sup>269</sup>; “O começo do fim”<sup>270</sup>; “Precisamos falar sobre tudo”<sup>271</sup>; “As marcas da violência”<sup>272</sup>; “Descaminho para a cidadania”<sup>273</sup>; “Pós-SUS = Pré-SUS”<sup>274</sup>; “Mercado e fascismo”<sup>275</sup>; “Basta, basta!”<sup>276</sup>, “Fantasma da fome, fantasma do descaso”<sup>277</sup>; “Vidas e direitos importam”<sup>278</sup>; “Resistência”<sup>279</sup>; “A caminho da barbárie”<sup>280</sup>; “Epidemia de fraudes”<sup>281</sup>; “Sobre aborto e cárcere”<sup>282</sup>; “Direitos desiguais”<sup>283</sup>; “Réquiem”<sup>284</sup>.

No mesmo período, na contramão do crescente reacionarismo e violência na sociedade, Radis abre espaço para as discussões de gênero, sempre narrando histórias pessoais ouvindo as pessoas e os que pesquisam e atuam em relação às várias questões. “Não é não: episódios recentes de violência evidenciam a cultura do estupro no país”<sup>285</sup>; “Identidades trans: histórias de quem luta para ser reconhecido

---

<sup>266</sup> Radis 169, out 2016, p 3.

<sup>267</sup> Radis 172, jan 2017, p 3.

<sup>268</sup> Radis 173, fev 2017, p 3.

<sup>269</sup> Radis 175, abr 2017, p 3.

<sup>270</sup> Radis 176, mai 2017, p 3.

<sup>271</sup> Radis 180, set 2017, p 3.

<sup>272</sup> Radis 181, out 2017, p 3.

<sup>273</sup> Radis 182, nov 2017, p 3.

<sup>274</sup> Radis 183, dez 2017, p 3.

<sup>275</sup> Radis 184, jan 2018, p 3.

<sup>276</sup> Radis 185, fev 2018, p 3. Assinado por Justa Helena Franco.

<sup>277</sup> Radis 186, mar 2018, p 3. Assinado por Justa Helena Franco.

<sup>278</sup> Radis 187, abr 2018, p 3

<sup>279</sup> Radis 188, mai 2018, p 3

<sup>280</sup> Radis 189, jun 2018, p 3

<sup>281</sup> Radis 190, jul 2018, p 3

<sup>282</sup> Radis 191, ago 2018, p 3

<sup>283</sup> Radis 192, set 2018, p 3

<sup>284</sup> Radis 194, nov 2018, p 3

<sup>285</sup> Radis 166, jul 2016, p. 18-22.

de acordo com sua identidade de gênero”<sup>286</sup>; “#Pelavidadasmulheres – 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres discute combate às violências e afirmação de identidades”<sup>287</sup>; “Mães do cárcere: como é a vida das mulheres grávidas, que dão à luz e amamentam nas prisões brasileiras”<sup>288</sup>; “Aborto no STF – pesquisadores contra sofrimento imposto às mulheres”<sup>289</sup>.

Notícias na Súmula informam que “Homofobia também mata no Brasil”<sup>290</sup> e que “Conselho Federal de Psicologia reage à legalização da ‘cura gay”<sup>291</sup>. Outras reportagens seguem discutindo as questões de gênero em “Os sentidos de se pai: histórias de paternidade mostram como o cuidado transforma vidas e fortalece a saúde”<sup>292</sup>; “Licença paternidade ampliada, mas não para todos”<sup>293</sup>. Mais adiante, em 2019, a discussão de gênero retorna com matéria de capa “Homem de verdade- quando padrões de masculinidade podem adoecer e limitar os modos de ser homem”<sup>294</sup>, tema que suscitou número significativo de compartilhamentos e mensagens de leitores.

No momento em que o governo Temer impunha uma reforma do ensino médio que reduz a presença das ciências sociais e humanas e que tramitava projeto de lei para instituir censura nas escolas inspirados num movimento chamado “Escola sem Partido”, Radis publica a reportagem “Qual é a lição? – o que o movimento de ocupação das escolas por secundaristas pode ensinar sobre a defesa da educação de qualidade e sobre política no Brasil”<sup>295</sup>.

Na reportagem “Cidadania de papelão; o desafio de viver sem a proteção de uma casa e a efetivação de direitos”<sup>296</sup>, Radis ouviu especialistas e quem vive a situação de cerca de 50 mil brasileiros em situação de rua, invisíveis para as políticas de Estado, sem saúde e direitos, frequentemente vítimas de violência por parte da

---

<sup>286</sup> Radis 164, mai 2016, p. 18-24.

<sup>287</sup> Radis 181, out 2017, p. 18-29.

<sup>288</sup> Radis 172, jan 2017, p. 16-23.

<sup>289</sup> Radis 191, ago 2018, p. 12-21

<sup>290</sup> Radis 166, jul 2016, p. 5.

<sup>291</sup> Radis 181, jul 2017, p. 5.

<sup>292</sup> Radis 166, jul 2016, p. 16-25.

<sup>293</sup> Radis 163, abr 2016, p. 5.

<sup>294</sup> Radis 206, nov 2019, p. 16-25.

<sup>295</sup> Radis 166, jul 2016, p. 10-14.

<sup>296</sup> Radis 165, jun 2016, p. 18-27.

sociedade e de agentes públicos. Na interface da saúde global com as condições de acesso ao SUS, estrangeiros, pesquisadores e profissionais que lidam com o tema foram ouvidos na reportagem “Destino: dignidade – Apesar dos desafios no acesso à saúde, refugiados buscam vida nova no Brasil”<sup>297</sup>. Em “O Ronco da fome”<sup>298</sup>, o gravíssimo tema retorna às páginas da Radis, com histórias de resistência de famílias para terem o que comer no semiárido nordestino, quando os números já indicavam a possibilidade da volta do Brasil ao mapa da fome.

A vida se tornou ainda mais violenta nas cidades, especialmente para pretos e pobres. A reportagem “Favela Vive: em tempos de intervenção militar, a favela resiste e persiste na luta por direitos”<sup>299</sup> teve a capa produzida a partir da intervenção de grafiteiros e moradores da pintura de um muro em uma favela, traz o discurso potente de artistas ativistas e comunicadores populares mostrando as outras favelas que não são a representada a partir das violências a que elas estão submetidas.

Os temas da saúde mental sempre foram muito concorridos nas publicações do Radis. Em 2014, a reportagem “Atenção integral supera medicalização da vida”<sup>300</sup> alcançou mais um recorde de engajamento das redes sociais e pedidos de exemplares para distribuição em cursos e eventos. Logo no início do governo Temer, a revista repercutiu os protestos contra o risco de retrocessos com a entrega da coordenação da área no Ministério da Saúde a um ex-diretor do “terrível” manicômio de Paracambi (RJ)<sup>301</sup>. Em 2018, a reportagem “Fora da caixa”<sup>302</sup> fala de como padrões sociais podem transformar diferenças em doenças psiquiátricas, com o aumento de diagnósticos de transtornos e uso massivo de medicamentos, e alerta que a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) aprovava regras para a política de saúde mental que estimulam internações. Radis publicou em outra edição a matéria “Fora da caixinha”, sobre como a saúde mental das crianças é posta em risco por excesso de prescrições e diagnósticos indiscriminados, conforme alerta de pesquisadores em seminário internacional. Em 2019, a matéria “Liberdade na cabeça”<sup>303</sup> ouve profissionais e

---

<sup>297</sup> Radis 180, set 2017, p. 18-25.

<sup>298</sup> Radis 186, mar 2018, p. 14-24.

<sup>299</sup> Radis 187, abr 2018.

<sup>300</sup> Radis 146, nov 2014.

<sup>301</sup> Radis 161, fev 2016.

<sup>302</sup> Radis 184, jan 2018.

<sup>303</sup> Radis 202, jul 2019.

usuários sobre a rotina dos CAPS, sempre de portas abertas “ao cuidado humanizado e a inclusão de quem busca saúde mental”.

Um tema abordado anteriormente sob o prisma do tabu de não ser mencionado na mídia – ou discutido nas escolas e famílias para, supostamente, não incentivar a sua ideação, mas que acaba por invisibilizá-lo e silenciar as pessoas em grande sofrimento –, o suicídio foi matéria de capa da Radis pela primeira vez em 2018: “Suicídio deve ser encarado como questão de saúde pública para prevenir novos casos e cuidar daqueles que ficam”<sup>304</sup>. Outra dimensão do cuidado que envolve a constituição de uma rede social de proteção em torno das pessoas e não apenas as ações do sistema de saúde foi abordada na matéria de capa “Cuidados paliativos: o desafio de aliviar o sofrimento do outro”<sup>305</sup>.

Em editorial de 2016, Radis discute o sentido da universalidade do SUS, “que implica cuidar da saúde de toda a população, independente de idade, sexo, emprego, renda”, somado ao princípio da equidade, “que aprofunda o conceito de igualdade para que grupos e indivíduos diferentes recebam tratamentos diferentes, para que cada pessoa receba cuidados de acordo com as suas necessidades”. O texto reforça a ideia da atenção integral à saúde prevista no SUS, “que significa enxergar a pessoa como um todo e incluir no cuidado um olhar para o contexto, as condições e histórias de vida, a construção de identidades das coletividades e de cada um”. Resume dizendo que “a saúde é um direito social que evoca todos os direitos humanos”<sup>306</sup> e conclui: “Leitores de todos os gêneros, cores, classes, religiões e ideologias, bem-vindos à revista Radis!”

A razão dos apoios à deposição da presidente Dilma se evidencia a cada medida econômica e na desconstrução do arcabouço de garantia dos direitos sociais e trabalhistas, como registram as matérias da Radis “Austeridade Mata – corte nos investimentos ameaçam saúde dos brasileiros e sobrevivência do SUS”<sup>307</sup>; “É o fim da proteção social? – proposta de reforma da previdência ameaça seguridade dos

---

<sup>304</sup> Radis 193, out 2018, p. 16-26.

<sup>305</sup> Radis 168, set 2016, p. 10-19.

<sup>306</sup> Radis 164, mai 2016, p. 3.

<sup>307</sup> Radis 185, fev 2018, p. 14-20.

brasileiros”<sup>308</sup>; “Reforma trabalhista, terceirização e precarização anunciam possível fim dos direitos do trabalhador brasileiro”<sup>309</sup>.

No #DiárioDoDesmonte de novembro de 2016, Radis lista: retirada da Petrobras da exploração do pré-sal, entendimento do STF de que a presunção de inocência não vale após julgamento de segunda instância e de que a PM pode invadir domicílio para busca de provas sem mandato judicial, aprovação pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara de projeto que autoriza a exposição de imagens de crianças a quem se atribua ato infracional aliada à rejeição de outro que restringe propaganda de produtos infantis, “sem falar no avanço da PEC241”<sup>310</sup>.

Matéria de apenas duas páginas publicada pela Radis logo após a aprovação pela Câmara de Deputados da PEC 241, a partir da proposta de Emenda Constitucional 55 encaminhada pela Presidência da República ao Congresso, que prevê o congelamento de gastos por 20 anos. A abertura da matéria, com o título “Estado de choque”<sup>311</sup>, mostra fotografias de batalhão de choque e polícia montada reprimindo violentamente manifestantes com um cerco e bombas na Esplanada diante da “casa do povo”, enquanto parlamentares confraternizam em coquetel dentro do parlamento e fotografam com seus celulares a repressão do lado de fora. A matéria ouve as primeiras avaliações dos impactos da aprovação da PEC 241 para a Saúde, na voz de dirigentes do Cebes e do Conselho Nacional de Saúde. O assunto votaria a ser destacado constantemente nas avaliações sobre a desconstrução e os pressupostos da reconstrução do serviço público e das políticas públicas.

A reportagem “SUS esvaziado – contexto de ameaças a direitos sociais põe em risco a saúde da população, advertem gestores, acadêmicos e ativistas”<sup>312</sup> é a terceira edição da trilogia de capas sobre SUS na segunda década. No interior da revista, sob o título “Futuro do SUS”, um pequeno texto de abertura da matéria<sup>313</sup> ocupa em letras garrafais toda a primeira página funciona como um subtítulo ou “lidão”, no linguajar de redação, antecipa um pouco do que se lerá nas páginas seguintes:

---

<sup>308</sup> Radis 173, fev 2017, p. 17-23.

<sup>309</sup> Radis 176, mai 2017, p. 10-20.

<sup>310</sup> Radis 170, nov 2016, p. 8.

<sup>311</sup> Radis 172, jan 2017, p. 10-11.

<sup>312</sup> Radis 169, out 2016, p. 10-16.

<sup>313</sup> Assinada por Elisa Batalha e Bruno Domingues.



alerta máximo contra retrocessos. Quando o governo Temer apoia projeto de emenda que congela – ou pior, que diminui – os já escassos investimentos federais em saúde, como esperar que o SUS não seja um sistema vazio? Planos acessíveis para ‘aliviar’ o SUS, nova forma de ressarcimento que beneficia seguradoras, PEC 241 que até 2025 pode tirar R\$ 69 bilhões da saúde, entre outras medidas, além de cortes de direitos sociais.” O texto escrito em 2016 remete à imagem de um copo trincado na capa e comenta que “o copo meio cheio (ou meio vazio) do SUS parece estar rachando, e a metade de água contida nele vazando em circunstâncias difíceis de serem contidas, avaliam sanitaristas.

Dos debates sobre as medidas do governo em 2016, e sobre os 30 anos da 8ª Conferência, a reportagem destacou quatro falas no texto. “As entidades sindicais vão continuar apoiando o SUS só na retórica e na prática negociando planos de saúde para suas categorias?”, diz o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão. “Se o governo não alocar recursos adicionais, assistiremos ao colapso do SUS ainda em 2016”, diz Francisco Funcia, consultor do CNS. “O SUS não será abandonado. Estaremos lutando contra aqueles que pensam que o SUS pode ser terminado ou que a 8ª pode ser apagada da memória”, diz Hermano Castro, diretor da Ensp. “Para onde vão ser canalizados recursos que deveriam garantir os direitos sociais? Não tenham dúvida que para pagar uma dívida jamais auditada”, diz Paulo Buss, ex-presidente da Fiocruz. A aprovação do congelamento de investimentos até 2036 pelo Senado Federal, resultando na Emenda Constitucional 95, em dezembro de 2016, foi um golpe de misericórdia sobre o conjunto de serviços e políticas públicas necessários para o Estado cumprir suas obrigações constitucionais de garantia de direitos à sociedade.

Nos anos seguintes, outras reportagens trataram das ameaças ao SUS e às políticas de saúde. Após cobrir reunião do Conselho Nacional de Saúde, em que foi duramente criticada a mudança na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) articulada pelo Ministério da Saúde e as secretarias estaduais de saúde, à revelia do CNS, a Radis foi a campo mostrar a realidade: “Atenção básica não é atenção mínima”<sup>314</sup>. Questionando iniciativa do governo em induzir a oferta de planos de baixa cobertura e qualidade, foi publicada a matéria “Planos populares – o barato que sai caro”<sup>315</sup>.

---

<sup>314</sup> Radis 183, out 2017, p. 10-33.

<sup>315</sup> Radis 175, abr 2017, p. 16-21.

Definida a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições à Presidência da República, a capa da edição de dezembro de 2018 teve a chamada “SUS, sob nova direção – Austeridade, subfinanciamento, planos de carreira, controle social e Mais Médicos: como fica a Saúde no novo governo?”<sup>316</sup>. Os analistas ouvidos na matéria se basearam no plano de governo protocolado pelo candidato do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas também nas falas do candidato durante a campanha e em propostas para outras áreas que impactam a saúde e a ciência. O cenário com Bolsonaro indicava aprofundamento da redução do financiamento do SUS e do desenvolvimento científico nacional e risco aos direitos e à qualidade na atenção à saúde de grupos tratados de forma discriminatória ao longo da campanha, como mulheres, pessoas vivendo com HIV/Aids, populações negras, indígenas e LGBTQIA+. Antes mesmo de iniciar o mandato, declarações do presidente eleito levaram o governo de Cuba a retirar 8.517 profissionais que atuavam no Mais Médicos em quase 3 mil municípios desde 2013, afetando o atendimento a cerca de 28 milhões de pessoas, especialmente nos 1.575 municípios e em quase todos os distritos de saúde indígena, aos quais o atendimento médico era feito apenas nos cubanos, pontua o editorial “Compasso de Espera”<sup>317</sup>.

Em 2019, o sistema de saúde, a educação, a ciência e a demarcação de terras às populações que nelas vivem e os atores sociais que defendem essas causas experimentaram um aumento dos ataques do governo federal. Em uma matéria de capa, Radis discute as causas da queda na cobertura do Programa Nacional de Imunizações, que abre espaço para o retorno de doenças, com a reportagem “Quem tem medo de vacina?”<sup>318</sup>. Mais adiante, a matéria de capa “Ciência lugar de mulher”<sup>319</sup> mostra que as mulheres são maioria nos ambientes de pesquisa, mas ainda enfrentam obstáculos para ascender na carreira. Na mesma edição, o editorial “O que assusta”<sup>320</sup> fala do aumento da violência no país e registra um ano decorrido do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL-RJ), um crime que “tentou calar uma voz” de uma “ferrenha lutadora pelos direitos das minorias”.

---

<sup>316</sup> Radis 195, dez 2018, p. 14-19.

<sup>317</sup> Radis 195, dez 2018, p. 3.

<sup>318</sup> Radis 196, jan 2019, p. 10-20.

<sup>319</sup> Radis 198, mar 2019, p. 14-25.

<sup>320</sup> Radis 198, mar 2019, p. 3.

Com a chamada de capa “Voz indígena”<sup>321</sup>, entrevista com a primeira mulher indígena a se formar em Direito no país e a ser eleita deputada federal, Joênia Wapichana (REDE-RR), possibilita destacar a defesa do subsistema de atenção à saúde indígena e da demarcação de terras como direito dos povos originários. A saúde na Amazônia estampa outra capa, “Mamirauá luta por saúde: reserva no Amazonas se mobiliza na defesa de políticas públicas para ribeirinhos”<sup>322</sup>. A revista publica também “Direito à tradição – Comunidades quilombolas lutam por reconhecimento”<sup>323</sup>, em reportagem que ouve lideranças e famílias que são alvo do agronegócio e de grandes empreendimentos no município de Santarém, no Pará.

A defesa da educação aparece na reportagem “O valor da universidade”<sup>324</sup>, que mostra, de um lado, o êxodo de pesquisadores; de outro, um avanço na realização de projetos de extensão. Mostra também quais os reflexos dos cortes de verbas para ciência e tecnologia no país. Sob o título “SUS é uma revolução”<sup>325</sup>, a capa da última edição do ano traz uma entrevista com o médico Drauzio Varella, em que ele defende o sistema de saúde como política de inserção social e reforça a sua importância para a sobrevivência dos brasileiros.

Dois edições dedicaram as capas à 16ª Conferência Nacional de Saúde, que reuniu cerca de cinco mil participantes em Brasília, em agosto de 2019, e teve como vetor um forte e unânime discurso de defesa da democracia. O resgate do ideário da 8ª CNS foi expresso na logomarca da 16ª, que evocava o símbolo “8+8”. A primeira edição, com a chamada de capa “16ª CNS: resistir para continuar a existir”<sup>326</sup>, traz a cobertura completa das discussões nos grupos de trabalho e na Plenária final, em que foram debatidas e aprovadas 31 diretrizes e 329 propostas. Um dos temas mais debatidos, a participação social na construção e acompanhamento das políticas públicas, havia sido alvo recente de Decreto presidencial sobre colegiados da administração pública federal, que extinguiu a Política Nacional de Participação Social. Financiamento foi outro tema a despertar grande debate e mobilização dos

---

<sup>321</sup> Radis 199, abr 2019, p. 24-28.

<sup>322</sup> Radis 201, jun 2019, p. 14-26.

<sup>323</sup> Radis 200, mai 2019, p. 16-27.

<sup>324</sup> Radis 203, ago 2019, p. 13-25.

<sup>325</sup> Radis 207, dez 2019, p. 14-18.

<sup>326</sup> Radis 204, set 2019, p. 10-29.

delegados pela revogação da EC 95, que prevê congelamento de gastos por 20 anos. As 56 moções aprovadas reforçaram o posicionamento da conferência contra a privatização da saúde e pela garantia de direitos acesso a medicamentos, assistência integral, fortalecimento do SUS e da saúde da população negra, LGBT, do campo, das florestas e das águas, entre outros temas.

Na edição seguinte, a reportagem “Democracia Inacabada”<sup>327</sup>, que começou a ser produzida no calor da conferência, debate por que razão o Brasil não superou as desigualdades e ainda falha em garantir direitos essenciais como a saúde. Essa questão ganha uma leitura mais afirmativa na chamada de capa “Democracia que não se construiu: sem enfrentar desigualdades, projeto democrático de saúde corre risco de não sair do papel” e uma sinalização de não retorno à situação presente ou passada no editorial “Uma outra democracia no horizonte”, fazendo coro aos entrevistados.

Os movimentos sociais deram o tom da conferência. Uma característica dessa cobertura na revista é o espaço de textos e fotos dado às falas dos delegados, ocupando metade de cada página, e conduzindo a narrativa da reportagem, em vez da ênfase na reprodução das mesas temáticas de debates, confirmando uma tendência que foi se acentuando desde a 12ª CNS. Observando as publicações da última década, o destaque para as pessoas que vivem as situações reportadas nas matérias e para as suas visões a partir de seus contextos vai se tornando cada vez mais frequente e conduzindo as narrativas das reportagens da Radis, compartilhando espaço com as informações e análises de especialistas sobre cada tema. Outra presença mais constante passa a ser a participação de leitores na indicação de pautas e participação como fontes para as matérias.

Em fevereiro de 2020, quando ainda não havia registro de transmissão comunitária da Covid-19 no Brasil, a equipe da Radis preparou a edição de março focada no significado de uma emergência internacional, na descrição sobre a evolução da epidemia no exterior e no debate sobre como o SUS estava ou deveria estar se preparando para o que viria. “Emergência internacional – Como o SUS se

---

<sup>327</sup> Radis 205, out 2019, p. 10-17.

prepara para enfrentar epidemias como a do novo coronavírus”<sup>328</sup>. No Brasil, a emergência em saúde pública de importância nacional decretada em 4 de fevereiro e como o SUS e seus institutos de pesquisa, a rede de laboratórios para diagnóstico e as redes de atenção primária e terciária se preparavam para lidar com a ampliação de casos.

Apesar do processo de desmonte em curso desde 2016, havia toda uma disposição dentro do SUS para enfrentar o que viria. O que não se tinha ideia, até aquele momento, é o quanto o governo federal e os de vários estados e municípios não só deixariam de apoiar o SUS e a sociedade, como atuariam explicitamente a favor da propagação do vírus, indicando tratamentos inadequados, atuando para desmobilizar os esforços dos profissionais de saúde e da sociedade em defesa da vida, além de retardar a importação, produção e disponibilização de vacinas.

Uma das mudanças operadas pelo Radis em 2020, com a urgência em colocar em circulação as notícias e reflexões sobre a pandemia, foi a inversão do processo de primeiro publicar uma edição inteira e, em seguida, trabalhar a repercussão de cada matéria das redes. A partir de março de 2020, cada entrevista ou matéria que ficava pronta já ia para o site e era intensamente divulgada nas redes sociais. O que poderia ser visto como uma fragmentação ou descontextualização das matérias teve menor importância ainda se considerados os grandes atrasos de entrega da publicação impressa pelos correios, que ocorreram durante a pandemia. A estratégia de antecipação permitiu uma comunicação de forma mais instantânea, em um momento de muitas incertezas e mudanças de cenários.

A cobertura jornalística da Radis privilegiou a determinação social da saúde, com foco nos reflexos da desigualdade e privilegiando ouvir as pessoas e mostrar a realidade das populações e territórios mais vulnerabilizados. Para a maioria da população, a pandemia representou a exposição e a agudização das iniquidades que marcam o seu cotidiano. O editorial “Luto coletivo e luta pela vida”<sup>329</sup>, em junho de 2020, afirma que “o impacto da Covid-19 difere conforme as desigualdades regionais, de classe, cor, etnia, condições de moradia e de vida”.

---

<sup>328</sup> Radis 210, mar 2020, p. 14-21.

<sup>329</sup> Radis 214, jul 2020, p. 3.

As implicações e consequências da pandemia para as pessoas em situação de rua, ou residentes em favelas e periferias e territórios indígenas, foram discutidas na reportagem “Nós os vulneráveis – Moradias precárias, desrespeito a direitos básicos e ausência de proteção social: medidas contra a Covid-19 esbarram em realidades marcadas pela desigualdade”<sup>330</sup>. “Fique em casa” tem outro sentido para os indígenas, que é “Fique na aldeia”, é a luta histórica dos povos indígenas para permanecer nos seus territórios originários: “quando se fala em ‘fique em casa’ ou ‘fique na aldeia’, as pessoas ainda não entenderam que essa sempre foi a nossa luta: a garantia de ficar na casa, de ficar na aldeia”, expressou Célia Xakriabá, uma liderança de seu povo, em Minas Gerais.

Levantamento feito pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) aponta que, até 29 de junho de 2020, a Covid-19 já alcançava 115 povos indígenas, com 380 mortes<sup>331</sup>. Embora as populações indígenas tenham sido das mais atingidas pela Covid, o movimento de lideranças, mulheres e jovens indígenas protagonizou, em vários momentos durante a pandemia, a luta geral pela democracia e pela questão ambiental frente às políticas e arbitrariedades do governo federal e aos projetos de risco ambiental e contra a demarcação de terras propostos no Congresso e em discussão no STF. A “Agenda da devastação” e as manifestações em Brasília foram abordadas na matéria de capa “Os guardiões da floresta: povos tradicionais resistem à devastação ambiental”<sup>332</sup>. A pandemia foi usada pelo governo federal e por madeireiros, mineradores e ruralistas como “oportunidade” para acelerar a destruição ambiental, como revelam a reportagem sobre os guardiões e a matéria “Pantanal em cinzas”<sup>333</sup>.

Nos primeiros meses da pandemia, a reportagem “Quilombos ameaçados: racismo e abandono do Estado afetam comunidades quilombolas na luta contra a Covid-19”<sup>334</sup> ouviu lideranças quilombola no Pará e em Minas Gerais, que relataram grandes dificuldades para a economia local, a comunicação e o acesso aos serviços de saúde. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola (Conaq), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), realizou um

---

<sup>330</sup> Radis 212, mai 2020, p. 10-19.

<sup>331</sup> Radis 214, jul 2020, p. 6.

<sup>332</sup> Radis 227, ago 2021, p. 10-21.

<sup>333</sup> Radis 218, nov 2020, p. 10-19.

<sup>334</sup> Radis 214, jul 2020, p. 22-25.

levantamento autônomo com dados epidemiológicos sobre mortes e casos. Até 1º de julho de 2020, o Observatório Covid-19 dos Quilombos identificava 127 mortes de quilombolas com o maior número concentrado no Pará, que registrava 35 mortes.

A matéria “Territórios protegidos: comunidades caiçaras se organizam para vencer a Covid-19 e preservar suas tradições”<sup>335</sup> aborda os impactos da chegada da Covid-19 nos territórios dessa outra população tradicional que habita o litoral de Angra dos Reis, Ubatuba e Paraty, região entre Rio de Janeiro e São Paulo. Na Praia Grande de Bonete, a comunidade local, liderada pelas mulheres, optou pela interrupção da atividade turística, principal fonte de renda local e iniciou um processo de partilha do pescado e o fornecimento de alimentos para as outras comunidades. Problemas de incompatibilidade de cadastro, acesso a agências e aplicativos de bancos dificultaram o recebimento do auxílio emergencial.

O representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) no Conselho Nacional de Saúde, Vanilson Torres, declarou em uma das primeiras reportagens que “quando começaram a falar em Covid-19 e disseram ‘fique em casa’, isso dilacerou nossos corações. Para a população em situação de rua, como vai ficar em casa?”<sup>336</sup>. Na primeira oportunidade de voltar a fazer matérias de rua, os repórteres da Radis, já vacinados, foram acompanhar o trabalho de atendimento do SUS à população em situação de rua, como descreve a matéria “Consultório de rua: 10 anos de implantação das equipes criadas para garantir cuidado e cidadania às pessoas em situação de rua”<sup>337</sup>. Das ruas do Rio, a reportagem foi para o Centro de São Paulo ouvir diretamente as pessoas em situação de rua e suas alianças com a parte da sociedade disposta a apoiá-los na pior hora, contra repetidos ataques parte das autoridades de governo, pessoas e instituições. Algumas dessas histórias estão na matéria “Padre Julio Lancellotti: Radis acompanha a rotina de solidariedade de um dos líderes religiosos mais atuantes na pandemia de Covid-19”<sup>338</sup>.

Uma das categorias que não pôde deixar as ruas foi a das pessoas que trabalham para as empresas de aplicativos de entrega nas cidades brasileiras, uma

---

<sup>335</sup> Radis 212, mai 2020, p. 26-29.

<sup>336</sup> Radis 212, mai 2020, p. 10-19.

<sup>337</sup> Radis 229, set 2021, p. 10-19

<sup>338</sup> Radis 230, nov 2021, p. 16-25.

atividade laboral radicalmente precarizada, como relatam esses trabalhadores e os pesquisadores que investigam o fenômeno da “uberização do trabalho” na reportagem “O trabalho nas costas: rotina insalubre de entregadores de aplicativo reflete precarização das relações trabalhistas no país”<sup>339</sup>.

A matéria “Favelas contra o vírus”<sup>340</sup> mostrou as alternativas de ajuda solidária e de comunicação construídas por jovens ativistas e comunicadores populares nas favelas e periferias para lidar com a pandemia em meio aos problemas cotidianos e diante da ausência de ações governamentais. Ainda em março, mais de 60 comunicadores reuniram-se em uma coalizão nacional, criando a frente “Corona nas Periferias”, que lançou manifesto questionando o poder público que deixa “à mercê da sua própria sorte as favelas, periferias, guetos, quilombos, sertões e toda a população à margem”. Na reportagem, os ativistas narram inúmeras iniciativas adaptadas a cada território. Uma dessas iniciativas envolveu diretamente a Fiocruz, em articulação com a “Redes da Maré” e as organizações do bairro de Manguinhos, para difundir informações confiáveis adaptadas ao contexto das periferias.

O processo de apropriação da produção na comunicação fez com que, em determinado momento, os comunicadores populares e de favelas assumissem o lugar da escrita sobre a sua própria história na Revista Radis. As equipes da campanha “Se Liga no Corona!” e do “Projeto Conexão Saúde”, com fotos do “Comunicação Frente Maré” produziram a reportagem “Se liga nas favelas: o cotidiano dos moradores de favela em meio à Covid-19 narrado por comunicadores populares”<sup>341</sup> contando histórias como as de mães e professoras se reinventando para garantir educação para seus filhos na pandemia; da solidariedade na ajuda a mulheres, especialmente as mães solo; do projeto para assegurar alimentos no contexto de desemprego e fome; do empenho de uma médica de família para a vacina chegar até as pessoas.

Descreveram também ações solidárias em favelas da cidade do Rio de Janeiro, algumas viabilizadas com aprovação de projetos em editais, voltadas à produção de refeições gratuitas, reaproveitamento de alimentos e alimentação de baixo custo; *kits* de saúde e auto cuidado baseado no conhecimento ancestral de quilombos e favelas;

---

<sup>339</sup> Radis 215, ago 2020, p. 20-26.

<sup>340</sup> Radis 212, mai 2020, p. 20-26.

<sup>341</sup> Radis 226, jul 2021, p. 20-24.



mural grafitado com a atualização de dados sobre o avanço da Covid-19 e número de casos e óbitos na favela; projetos pré-vestibular com inclusão digital para áreas sem sinal de internet e jovens sem condições de comprar tablets, celulares e chip 4G.

Em entrevista, o coordenador do Laboratório de dados e narrativas sobre favelas e territórios periféricos (LabJaca), Bruno de Souza, que fala de racismo, violência, medo e o papel da mídia nas incursões policiais nas favelas. “Nossa morte não escandaliza mais ninguém”<sup>342</sup>, afirma ao refletir sobre e a extrema violência de Estado capaz de produzir uma chacina como a que custou a vida de 28 pessoas no Jacarezinho, na manhã do dia 6 de maio de 2021, em operação desencadeada à revelia da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspensão de operações policiais em favelas durante a pandemia.

O SUS, ainda que enfraquecido pelo governo, e os seus trabalhadores salvaram muitas vidas. Diversas matérias da Radis abordaram a organização, as fragilidades e as virtudes do sistema e das políticas e programas de saúde e do protagonismo dos trabalhadores do SUS e na resposta dada pelo sistema no enfrentamento à pandemia. O papel estratégico da atenção básica, uma das estruturas sob maior ataque no projeto de desconstrução do SUS esteve em evidência nas matérias, como no caso das alternativas encontradas pelas equipes profissionais para continuar se comunicar por WhatsApp dos próprios celulares com as famílias nos territórios.

Os trabalhadores visíveis e invisíveis da saúde foram tema de reportagens como “Heróis de carne e osso: na linha de frente no combate à Covid-19, profissionais de saúde revelam rotinas em que enfrentam incertezas, solidão, riscos e trabalho exaustivo”<sup>343</sup>, nos primeiros meses da pandemia, em que foram ouvidos principalmente médicos e enfermeiros de grandes hospitais e agentes comunitários de saúde. Em “Notórios anônimos”<sup>344</sup>, Radis ouviu depoimentos sobre o cotidiano de trabalhadores técnicos, auxiliares e de apoio das equipes de saúde da família em várias regiões do país, quando a pandemia já ultrapassava mais de um ano. Eles representam um contingente de mais de 1,5 milhão de trabalhadores que são “invisíveis”, porque muitas vezes não são percebidos como profissionais da saúde na

---

<sup>342</sup> Radis 226, jul 2021, p. 25-29.

<sup>343</sup> Radis 213, jun 2020, p. 10-17.

<sup>344</sup> Radis 228, set 2021, p. 18-25.

própria equipe de trabalho nem pelos usuários e, muito menos, pelas instituições, concluiu a pesquisa “Condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da Covid-19 no Brasil”.

O enfraquecimento do PNI e das campanhas de vacinação vinha ocorrendo antes da Covid-19. O tema das vacinas e da vacinação foi recorrente nos últimos anos: “A corrida pela vacinal: o longo caminho da ciência para a vacina contra a Covid-19 chegar até você”<sup>345</sup>; “Procura-se Zé Gotinha – Patrimônio Brasileiro, Programa Nacional de Imunizações perde poder de decisão e abre brechas para os fura-filas da vacinação da Covid-19”<sup>346</sup>. O estímulo à vacinação ocupou as redes sociais do Radis, com fotos enviadas por leitores que mostraram os trabalhadores da saúde enfrentando todo tipo de obstáculos para vacinar, que também foram reunidas na matéria “Doses de esperança – cenas de vacinação contra a covid pelo Brasil revelam o alcance e a força do SUS”<sup>347</sup>. Imagens de artistas e pessoas famosas se vacinando também foram postadas com a hashtag #VacinaSim.

O negacionismo e a produção de Fake News esteve em pauta em matérias como: “A Negação dos fatos”<sup>348</sup>, sobre como o negacionismo atrapalha a busca da humanidade por saúde e conhecimento; “A voz da ciência”<sup>349</sup>, com entrevista em que a pneumologista Margareth Dalcolmo fala sobre a chegada da vacina e os desafios da pandemia. Em entrevista publicada pouco antes da chegada da variante ômicron no país, o neurocientista Miguel Nicolelis alertava: “Ainda não acabou”<sup>350</sup>.

Em 2021, a Radis voltou a abordar a questão da fome no país, diante da alarmante informação de 116,8 milhões de pessoas em 55% dos domicílios brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar, segundo Inquérito Nacional concluído no final de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Pensan). Significa que, em meio à pandemia, mais da metade da população encontrava-se sem ter acesso pleno e permanente a alimentos, uma sensação que vai do medo de não ter o que comer à fome de fato. Em

---

<sup>345</sup> Radis 216, set 2020, p. 12-21.

<sup>346</sup> Radis 224, mai 2021, p. 10-17.

<sup>347</sup> Radis 223, abr 2021, p. 10-13.

<sup>348</sup> Radis 223, abr 2021, p. 14-21.

<sup>349</sup> Radis 221, fev 2021, p. 10-13.

<sup>350</sup> Radis 228, set 2021, p. 10-17.

abril de 2021, outro estudo, do grupo de pesquisa “Alimentos para a Justiça”, concluiu que o número de pessoas que não comeram em quantidade e qualidade ideais desde a chegada da Covid chegou a 125,6 milhões. O número de pessoas passando fome naquele momento chegou a 19,1 milhões, segundo a Rede Pensar, informa a reportagem “A fome é real: cada vez mais brasileiros vivem o risco de não ter o que comer”<sup>351</sup>, que ouviu relatos de famílias sem ter o que comer e iniciativas solidárias em diversos estados, além das análises de dois ex-presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A dimensão das questões de saúde mental nessa pandemia ainda está por ser compreendida. Outro conjunto de matérias no período de 2020 a 2022 abordou os temas relacionados saúde mental, situações agravadas durante a pandemia de uma maneira inédita. A reportagem “A dor da gente”<sup>352</sup> ouviu pessoas que viveram o impacto da Covid-19 em suas famílias e profissionais que estudam e dão suporte emocional a quem vive o trauma de mortes inesperadas. A reportagem “Sofrimento: quando a tristeza é parte da vida e quanto é condição preocupante para a saúde?”<sup>353</sup> ouviu pessoas que passaram por períodos de tristeza ou depressão e especialistas em saúde mental que falam sobre a importância de espaços de escuta, os riscos da medicalização e as experiências de acolhimento a populações vulneráveis na pandemia. Outra reportagem na mesma edição aborda os efeitos do isolamento social, sobrecarga do ensino remoto e mudanças na rotina, efeitos sofridos por professores “Sob a pressão das telas”<sup>354</sup>, durante a pandemia.

Em janeiro de 2021, a Radis aborda nova tentativa de mudanças nas políticas públicas de saúde mental, acentuando o cenário regressivo verificado nesse campo desde 2016. A matéria “Manicômios nunca mais”<sup>355</sup> fala da indignação do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e de dezenas de entidades da saúde e de defesa dos direitos humanos contra um pacote preparado pelo Ministério da Saúde, no final de 2020, para revogar quase 100 portarias sobre saúde mental, editadas entre 1991 e 2014, na maior ofensiva do governo para desmontar a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) e as

---

<sup>351</sup> Radis 225, jun 2021, p. 10-20.

<sup>352</sup> Radis 214, jul 2020, p. 12-21.

<sup>353</sup> Radis 212, out 2020, p. 10-25.

<sup>354</sup> Radis 212, out 2021, p. 26-30.

<sup>355</sup> Radis 220, jan 2021, p. 10-13.

políticas de álcool e drogas e para pessoas vulnerabilizadas, como as que vivem em situação de rua. A forte reação que incluiu a formação de uma Frente Ampla em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, um documento com 60 mil assinaturas e um manifesto com mil assinaturas de psiquiatras levou o Ministério a suspender a decisão e deixou expostos os interesses da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina (CFM) em “tirar o dinheiro do SUS e destinar para as clínicas privadas e os hospitais psiquiátricos”, conforme protesto da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme).

O CFM voltaria às páginas da Radis seis meses depois em “Não em meu nome: médicos contrários ao dito ‘tratamento precoce’ questionam representação do Conselho Federal de Medicina na pandemia”<sup>356</sup>. A matéria enfoca as críticas ao posicionamento conselho em defesa de medicamentos sem efetividade comprovada pela ciência e por ter emitido nota contra a CPI da Covid-19 “em nome de mais de 530 mil médicos brasileiros”. A insatisfação diante da nota do CFM gerou o manifesto “Compromisso com a Vida e a Verdade”, assinado inicialmente por cem expoentes da categoria. Outro abaixo-assinado solicitando ao CFM a condenação do “tratamento precoce” obteve 62 mil assinaturas. No Rio de Janeiro, o ex-diretor geral do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e pesquisador da Fiocruz, Luiz Antônio Santini, recusou-se a receber do Conselho Regional de Medicina (CRM-RJ) a homenagem aos médicos formados em 1970. “Como representação de categoria profissional, a conduta omissa diante da maior crise sanitária em mais de um século não me anima a receber homenagem de suas mãos”, protestou em carta o médico. Para Santini, “o que se praticou no Brasil foi uma deliberada política de permitir a contaminação em massa da população, em busca de uma suposta imunidade de rebanho”. A revista informou que o CFM não respondeu aos contatos da reportagem. Na capa daquela edição, um contador de números sobre um fundo escuro com as palavras “pais, mães, filhos, amigos, amores” apontava a totalização crescente de 518.776 vítimas fatais da Covid-19 no país.

O alerta vermelho sobre a sustentabilidade do SUS vem sendo dado nas páginas da Radis por acadêmicos, militantes do movimento sanitário e integrantes do controle social nos conselhos e conferências de saúde, desde quando foram

---

<sup>356</sup> Radis 226, jul 2021, p. 16-19.

implementadas as medidas de austeridade fiscal no primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015) e, principalmente, após as medidas de desmonte do SUS, cortes orçamentários e a desconstrução dos direitos trabalhistas e previdenciários promovidos pelo governo de Michel Temer. Com a eleição de Jair Bolsonaro, o quadro se agravou em todos os sentidos e chegou à situação mais crítica durante a pandemia de Covid-19, acrescido pelo descaso com o Sistema de Saúde e pela vida da população, registrado mês a mês nas páginas e nos editoriais da revista.

O descontrole no comando da Saúde na pandemia teve grande responsabilidade pelo agravamento e alcance da tragédia. A escalada negacionista na Presidência da República e na pasta da Saúde, a partir da primeira troca de ministros, resultou em colocar em questão as orientações de distanciamento, o uso de máscaras e o fornecimento de insumos ao SUS, recomendar tratamentos precoces sem efetividade, retardar a aquisição e produção de vacinas e o processo de vacinação. Em entrevista à Radis<sup>357</sup>, o epidemiologista e ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Hallal, reafirmou sua declaração prestada à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, instalada pelo Senado Federal em abril e concluída em outubro de 2021: “quatro em cada cinco mortes teriam sido evitadas, se estivéssemos na média mundial” de óbitos por casos confirmados. Naquele momento os óbitos chegavam a 507 mil pessoas. Portanto, segundo Hallal, em torno de 400 dessas vidas poderiam ter sido salvas.

“O que vem depois”<sup>358</sup>. Assim começa a matéria central da edição de agosto de 2022, o último mês a ser incluído nessa cronologia, que mescla o transcorrer de contextos políticos e sanitários com a percepção dessa história nas páginas de suas publicações, em especial a Radis.

Em mais de um momento, a revista ouviu as pessoas acometidas por Covid, especialistas e pesquisadores sobre a permanência de sintomas e o surgimento de novos problemas em decorrência da doença. Em novembro de 2020, após nove meses da tragédia diária da Covid-19 e ainda sem uma vacina disponível no Brasil, a surpresa de pacientes e pesquisadores com os sintomas persistentes relacionados à

---

<sup>357</sup> Radis 226, jul 2021, p. 10-15.

<sup>358</sup> Radis 239, ago 2022, p. 16-19.

síndrome pós-covid foram tema da matéria “Dias que nunca terminam”<sup>359</sup>. Para os acometidos pela doença, depois de tantas incertezas sobre a covid, as evidências da possibilidade de seguidas reinfecções e a percepção de que a superação dos sintomas mais graves e agudos não encerrava a convivência com a doença eram desoladoras. “Digo, categoricamente, que as sequelas têm sido bem piores que o período de infecção em si, pois parece que não tem fim. Um dia acordo ótima; no outro, acordo ruim; fico três dias bem e depois volta tudo. Estou vivendo uma montanha-russa diária”, descreveu uma das entrevistadas, residente em São Bernardo do Campo. Entre os sintomas persistentes mais relatados até então, a matéria cita fadiga, perda de olfato e paladar, dores musculares e nas articulações, taquicardia, queda ou alta de pressão sem causa determinada, desconforto respiratório ou falta de ar. “O que surpreende é a quantidade de relatos de pacientes que apresentaram a forma branda ou moderada da doença e continuam com algum tipo de sequela persistente”, acrescentava Julio Corda, infectologista e pesquisador da Fiocruz.

Em agosto de 2022, a chamada de capa, com a imagem de uma ampulheta, anuncia: “Depois da covid: o que a ciência já sabe [e ainda falta saber] sobre as complicações que se prolongam em pacientes que tiveram infecção pelo coronavírus”<sup>360</sup>. A matéria no interior da revista traz respostas e deixa lacunas sobre a covid longa, que afeta até 20% dos que foram infectados pelo SARS-CoV-2, o que pode representar 6,6 milhões de brasileiros com base no número de infectados até julho de 2022. A matéria traz relatos enviados por leitores da revista acometidos pelos efeitos persistentes e publica um quadro com 17 sintomas dentre os mais frequentes, conforme a OMS e o CDC<sup>361</sup>. A reportagem ouve pesquisadores da Fiocruz sobre os estudos em andamento, os grupos mais afetados, as possibilidades de diagnóstico e tratamento, o efeito das vacinas sobre a intensidade e duração dos sintomas. Pergunta também sobre e o impacto da covid longa sobre o SUS.

Pesquisadores de todo o mundo se dedicam à compreensão de mais de 200 sintomas agrupados genericamente pelo termo Covid-19 longa, possível de ser resumida como as “manifestações múltiplas, sistêmicas, que afetam diferentes órgãos,

---

<sup>359</sup> Radis 218, nov 2020, p. 26-31.

<sup>360</sup> Radis 239, ago 2022, p. 12-21.

<sup>361</sup> Centers for Disease Control and Prevention (Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA)

algumas muito graves, sobre as quais ainda não se tem conhecimento suficiente”, segundo informa à Radis a pesquisadora Margareth Portela, que integra a equipe do Observatório Covid-19 Fiocruz. Para a pneumologista e pesquisadora Margareth Dalcomo, “a covid longa, do ponto de vista clínico, é o maior desafio médico a ser enfrentado atualmente, pela complexidade e diversidade dos efeitos a médio e longo prazo em todas as áreas”. Trata-se, portanto, de uma elevada carga para o SUS.

Além da preparação da atenção primária à saúde, com envolvimento de equipes multidisciplinares, é preciso reforçar a atenção especializada, comumente mais fragilizada, destaca o texto da Radis<sup>362</sup>. Margareth Portela acrescenta que “é preciso um trabalho de articulação, para que o sistema funcione em rede eficiente para dar respostas adequadas”, com os pacientes que procuram a atenção básica sendo referidos aos cuidados necessários em outros níveis de atenção. Ela reforça à reportagem que a Covid-19 longa vai exigir “que o sistema funcione como um sistema”.

Em dezembro de 2020, depois de reportar o processo doloroso do primeiro ano da pandemia, Radis produziu uma matéria que fala do orgulho manifestado pela população em relação ao SUS, que se fortaleceu durante a crise sanitária, um prestígio que contrariou décadas de bombardeio da mídia comercial contra o sistema público de saúde. A chamada de capa “Tamanho universal: pandemia comprova que é necessário vestir a camisa e defender o maior sistema público de saúde do mundo”<sup>363</sup>, e o título de abertura da matéria “A maior torcida do Brasil: apesar dos desafios e contextos adversos, nível de confiança da população com o sistema único de saúde nunca foi tão alto quanto hoje” se completam com as imagens da logo do SUS na camisa azul do Esporte Clube Bahia. O time resolveu homenagear o sistema público de saúde em uma partida realizada em julho de 2020, as vendas da camisa dispararam e o lucro foi destinado a uma unidade de saúde do SUS em Salvador.

A reportagem cita pesquisa nacional do Ibope Inteligência que registrou um aumento de 13 pontos no Índice de Confiança Social (ICS), o mais alto alcançado pelo sistema de saúde nas pesquisas realizadas pelo instituto. Ao final daquele ano e no ano seguinte, a mídia comercial deu uma trégua nos ataques contínuos ao SUS e até

---

<sup>362</sup> Assinada por Bruno Dominguez.

<sup>363</sup> Radis 219, dez 2020, p. 12-21.

reforçou o orgulho em relação ao sistema e seus trabalhadores, que recebiam palmas em manifestações nas janelas das casas. A matéria registra algo palpável nas redes, o compartilhamento de elogios e fotos com os símbolos do SUS, o que se intensificou com o início da vacinação em 2021. Inúmeras histórias de valorização do SUS foram ouvidas e narradas, entremeando com análises de sanitaristas sobre o que fazer para fortalecer o sistema.

Além de registrar o fenômeno da “admiração” pelo SUS, Radis procurou reforçar o engajamento nas redes com a capa e a 4ª capa das revistas pensadas como imagens a serem replicadas nos perfis do Instagram e do Facebook. O infográfico das páginas centrais da revista, que sintetiza tudo o que o SUS tem, foi transformado em um vídeo curto e próprio para o compartilhamento nas redes sob o título “Aqui tem SUS” e com as assinaturas finais #NossoLadoÉoSUS e #BrasilPrecisadoSUS. A ideia da revista foi reforçar a campanha “O Brasil precisa do SUS” lançada naquele mês pela Frente Pela Vida, constituída nos primeiros meses da pandemia com a participação de centenas de entidades, entre elas as mais tradicionais do movimento sanitário.

A publicação da matéria e a escuta aos sanitaristas estava sincronizada com o movimento do Conselho Nacional de Saúde, que, juntamente com a Frente pela Vida, entregaria ao presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, no dia 15 de dezembro, um documento em defesa do Orçamento adequado para o SUS em 2021, considerando as necessidades de recursos para o enfrentamento da pandemia e suspendendo os efeitos do “teto de gastos” em vigência. “Precisamos de vacina para todos e todas. Para isso, é necessário termos o orçamento adequado. Nossa petição reivindica a manutenção do piso emergencial. Se esse recurso não existir, a situação da saúde do povo brasileiro vai ficar ainda pior. A vida do povo brasileiro está em jogo”, argumentou o presidente do CNS, Fernando Pigatto, na entrega do documento.

Ao contrário do pleiteado, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 2021 foi sancionada em 31 de dezembro, com perda de recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) em relação a 2020, ultrapassando R\$35 bilhões, aprofundando o desfinanciamento do SUS. A partir daquele momento, a expectativa do controle social se voltou para a obtenção de mais orçamento para a saúde por meio de emendas parlamentares.



Tudo indica que, sem haver uma mudança mais significativa no quadro político nacional, a cobertura jornalística da Radis não terá como trazer notícias mais alvissareiras sobre os rumos da sempre incompleta construção do Sistema Único de Saúde. Mais uma vez, portanto, o lema “saúde é democracia e democracia é saúde” assume, no limiar dessa cronologia, a centralidade da luta pela saúde no contexto nacional.

### 3. O PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.1 A METODOLOGIA

A discussão do tema da comunicação pública, com um olhar sobre a diversidade de vozes e o lugar da alteridade na polifonia própria da comunicação, tem como objeto da dimensão empírica desta pesquisa a textualidade do conjunto de edições da Radis, analisada de forma participativa com leitores da revista.

A fundamentação do caminho teórico e metodológico desta pesquisa parte da perspectiva teórica da Comunicação como Mercado Simbólico, conforme formulação de Araújo (2002, 2004), para estabelecer relações e analisar as condições de produção e circulação dos sentidos, identificando discursos e sua presença na narrativa editorial.

Na adequação desse arcabouço aberto a diferentes formas de análises discursivas, trabalhamos com a noção de vozes como a expressão, a vocalização de discursos de atores diversos numa textualidade jornalística. Dessa forma consideramos tornar mais viável a percepção empírica e a realização de uma análise discursiva em um formato aberto, embora inspirada em pressupostos da teoria da enunciação, como o que vê uma hierarquização dessas vozes pela sua posição no texto e suas interrelações intratextuais e intertextual. Esse dispositivo analítico foi projetado para permitir uma discussão participativa, com o propósito de contribuir para uma reflexão contextualizada do lugar do Outro na Comunicação Pública.

Em coerência com a adoção da ideia de Mercado Simbólico como quadro conceitual para pensar e discutir a questão da polifonia, da alteridade, das limitações, possibilidades, e disputas de vozes diversas na comunicação, utilizamos para a realização da pesquisa, em sua dimensão empírica, um procedimento metodológico participativo de condução e desenvolvimento de pesquisa qualitativa, que consiste em sucessivas aproximações do objeto de estudo através de conversas individuais e coletivas com os sujeitos envolvidos, a quem é reconhecido a capacidade e o direito de intervir nesse objeto, em todas suas dimensões, inclusive analíticas. Esse processo visa converter a posição periférica na pesquisa dos participantes usualmente percebidos apenas como fontes de informação para uma posição de mais centralidade, em que podem efetivamente serem considerados coprodutores do

conhecimento que ali emerge. Esse método foi proposto por Araújo (2015) e recebeu o nome de Conversações<sup>364</sup>.

A adoção e o desenvolvimento desse instrumento metodológico qualitativo e participativo voltado para os fins dessa pesquisa, com a sua aplicação e adequação em conjunto com os participantes, em uma sucessão de conversas individuais e uma conversa coletiva, possibilitou que eles participassem intensamente e se comprometessem com o processo de coprodução do conhecimento, comentando e problematizando com autonomia e profundidade as questões de pesquisa, indicando textos e procedendo a análise desses, influenciando os rumos da própria pesquisa.

Esse modo de realização da pesquisa nos permitiu agregar contribuições de outras metodologias, incorporadas ao processo dialógico das conversas. Percebe-se, no caso presente, a perspectiva da reconstituição de histórias de vida por meio da memória compartilhada em conversas, possibilitando conhecer o contexto a partir do qual cada participante enuncia o seu pensamento, reflete sobre comunicação e saúde, analisa a polifonia e o protagonismo das vozes na comunicação.

O método da Conversação permitiu, ainda, trazer para essa pesquisa a perspectiva de uma cartografia social ao possibilitar o mapeamento, feito em conjunto pelos participantes e o pesquisador, das vozes presentes e ausentes na textualidade das matérias jornalísticas selecionadas pelos próprios participantes.

Permitiu-se também que os textos jornalísticos pudessem ser submetidos a uma análise discursiva livre, com um formato que levou em conta a formação, os interesses, a visão de mundo, o modo de expressão de cada participante, em intercessão com os seus lugares diferenciados de inserção nos âmbitos da saúde, da comunicação, da educação, da problematização de direitos e da participação cidadã.

A perspectiva dialógica adotada nas conversas da pesquisa possibilitou, inclusive, uma reflexão compartilhada entre participantes e pesquisador sobre o processo de Conversação como método de pesquisa, contribuindo para desdobramentos e o aprimoramento dessa metodologia.

---

<sup>364</sup> Desenvolvido por Inesita S. Araújo como parte da sua pesquisa de pós-doutoramento, e ainda não publicado.

A pesquisa teve como objetivo geral, a partir da análise dos modos de presença do Outro nas matérias jornalísticas da Revista Radis, discutir as possibilidades de uma comunicação pública ultrapassar os limites da mediação e produzir efetivamente um debate polifônico, que permita deslocamentos de lugar e o protagonismo de múltiplas vozes. Como objetivos específicos, estabelecemos: aplicar uma metodologia participativa de análise de processos de comunicação pública; obter uma análise participativa do lugar discursivo das vozes; obter uma cartografia de vozes presentes na Radis; propiciar um debate sobre um conjunto de pressupostos para uma comunicação pública do ponto de vista do direito à comunicação, da democratização da comunicação e da produção compartilhada de saberes e sentidos. Para dar conta dos objetivos específicos elencados, a metodologia da pesquisa se baseou em um duplo movimento.

O primeiro foi a realização de uma série de conversas dentro do processo de Conversação. O desenho inicial desse processo foi sendo aplicado, adaptado e aperfeiçoado em conjunto com os sujeitos da pesquisa. Isso possibilitou ampliar a participação no processo de coprodução do conhecimento à medida que tiveram liberdade e autonomia para comentar e problematizar questões de interesse da pesquisa, bem como indicar os textos jornalísticos da Radis para compor o corpus específico de análise, discutir a diversidade de temas e vozes presentes na revista, levantar novas questões e realizar, em diálogo com o pesquisador, a análise sobre o lugar das vozes presentes na revista.

O segundo movimento realizado dentro da Conversação de forma paralela aos diálogos, reflexões e análises das conversas, foi a construção de uma cartografia de vozes presentes e ausentes na textualidade da Radis, expressa em planilhas de mapeamento. Esse mapeamento registrou a análise dos participantes sobre as vozes que, em sua percepção, estão presentes ou ausentes em cada uma das matérias por eles escolhidas e analisadas. Fez-se uma análise complementar pelo pesquisador sobre os modos de apuração e de presença das vozes nos textos, bem como sobre o lugar de interlocução, de maior ou menor centralidade, ocupado pelas vozes identificadas pelos participantes nas matérias. Esse mapeamento da polifonia da revista, construído ao longo do processo de conversação, nos permitiu encontrar algumas respostas e vislumbrar novas questões relevantes para a pesquisa.

Algumas sínteses do que emergiu nas conversas individuais estão presentes no tópico “Onze pessoas e seus contextos”, neste capítulo 3, e nos tópicos “Primeiro olhar sobre a revista e a comunicação” e “Análises dos participantes sobre as matérias escolhidas”, ambos no capítulo 4. O que foi discutido na conversa coletiva é apresentado no tópico “Análises dos participantes sobre as matérias escolhidas”, também no capítulo 4.

### Procedimentos

- Foi constituída uma lista de leitores para a conversação, selecionados de acordo com os critérios definidos, e encaminhados convites para que participassem da pesquisa, acompanhados da solicitação de dados de identificação e da assinatura de Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), caso tivessem interesse em participar.
- Foram realizadas as conversas individuais com os participantes por meio de videochamadas, em duas ou mais sessões, como parte do processo de conversação em torno de questões de interesse da pesquisa.
- Foram escolhidas por cada participante matérias de seu interesse na revista e analisadas por eles a textualidade dessas matérias, em conjunto com o pesquisador, produzindo uma cartografia de vozes presentes e ausentes nas respectivas matérias.
- As reflexões e análises referidas às questões iniciais de interesse da pesquisa, desenvolvidas pelos participantes na rodada de conversas individuais, foram analisadas pelo pesquisador, levando em conta também os novos questionamentos pertinentes à pesquisa por eles introduzidos, resultando em um novo conjunto de questões que foram apresentadas aos participantes em uma segunda conversa, desta vez, de forma coletiva.
- Os participantes foram convidados e participaram dessa nova e última etapa da conversação, que foi conduzida com uma dinâmica ágil, de forma a produzir uma reflexão sobre a etapa anterior, o debate em torno das novas questões,

nova avaliação do processo de conversação e o aprofundamento coletivo das reflexões de interesse da pesquisa, incluindo alguns pressupostos para uma comunicação pública.

- Em razão da pandemia de Covid-19, todas as conversas individuais e a conversa coletiva foram realizadas de forma remota e síncrona, por meio de plataforma de videochamadas, com o conteúdo dos encontros gravados e transcritos sob autorização dos participantes.

A escolha do caminho metodológico da Conversação teve a expectativa de que esse movimento contribuísse com novos *insights* e definições para o encaminhamento da pesquisa, na medida em que os interlocutores teriam liberdade para apontar temas e matérias a serem analisadas e para problematizar como e onde veem a si mesmos e a outros atores e grupos sociais representados ou não na textualidade da Revista Radis.

O caminho estava aberto para a problematização da pesquisa em si e para que fossem levantadas novas questões para a reflexão sobre os temas, o que, de fato, aconteceu e permitiu uma conversa coletiva sobre novas bases de discussão. No processo de conversação, a interlocução sobre as questões da pesquisa levou a novos questionamentos e novas problematizações, ampliando e aprofundando o olhar dos participantes e do pesquisador sobre o tema da comunicação pública e trazendo novas perspectivas à pesquisa.

Entre os procedimentos previstos em 2018, o e-mail seria a forma de contato para alcançar os leitores, manter o contato com os participantes e receber o retorno em relação às questões da pesquisa, podendo ser alterada para outra maneira de interação, dependendo do que fosse mais adequado para o participante. No entanto, antes mesmo do início das conversações e em um contexto de pandemia, ficou claro que o recurso das videochamadas, que havia se tornado de uso mais corrente, era mais compatível com a metodologia adotada.

Essa alternativa foi imediatamente aceita pelos participantes quando consultados sobre a realização das conversas, que foram realizadas pela plataforma Zoom tanto em computadores quanto em celulares. Outra tendência que se impôs foi a preferência pelo WhatsApp como meio prioritário de comunicação para contatos

rápidos, mensagens de acompanhamento e troca de documentos. O e-mail foi relegado a um recurso auxiliar para o envio de convocações e documentos mais formais, ainda assim, de forma residual.

Pelo fato dessa pesquisa ir além do levantamento e análise documental das edições da Revista Radis e envolver os leitores num processo em que atuam como sujeitos-participantes da pesquisa, realizando as análises junto com o pesquisador, este projeto foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), conforme o regramento do PPGICS/ICICT.

Todos os participantes desta pesquisa são leitores da Radis, maiores de 18 anos, que aceitaram o convite para participar como voluntários da pesquisa, leram e assinaram o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), aprovado pelo CEP para as “conversas individuais”. Aqueles que participaram da “conversa coletiva” assinaram também um segundo RCLE, igualmente aprovado pelo CEP para essa situação específica.

Em conformidade com a previsão, inscrita em ambos os formulários de registro de consentimento, do direito de “decidir se a sua identidade será divulgada e quais informações que vier a fornecer poderão ser tratadas de forma pública”, a totalidade dos participantes optou pela alternativa de suas falas, análises e opiniões durante as conversas serem tratadas de forma não anonimizada, para efeito da construção do texto desta Tese.

## 3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para compor o conjunto de participantes da pesquisa, como interlocutores no processo de Conversação, o critério foi o de selecionar um grupo de pessoas com perfis que contemplassem condições como as de serem leitores antigos e recentes da publicação. Assegurou-se algum equilíbrio entre leitores do sexo feminino e masculino e residentes em diferentes regiões geográficas do país, além de apresentarem condições de, potencialmente, trazer contribuições qualificadas, que tornassem o mais rico possível o processo analítico tal como concebido.

### 3.2.1 Esquadrinhando o cadastro de assinantes

Um longo, complexo e meticuloso processo de busca, com descobertas e aprendizados no caminho, antecedeu a escolha final dos leitores participantes. O primeiro rumo tomado foi tentar identificar nomes de leitores por meio do cadastro, então com cerca de 120 mil assinantes, que pudessem ser localizados por e-mail.

Quando o primeiro levantamento de informações sobre os leitores possíveis de serem alcançados foi iniciado, em fevereiro de 2020, a tiragem mensal da Radis era de 119.700 exemplares, com 118.600 revistas encaminhadas pelo correio para instituições (28.529) e pessoas (88.973) em todo o país e 54 no exterior. Outros 703 exemplares eram encaminhados às unidades da Fiocruz e 495 reservados para a distribuição avulsa em atividades de ensino e divulgação.

Para alcançar os leitores mais antigos, informação não disponível no cadastro de assinantes, foi lembrada a possibilidade de recorrer à única lista datada de assinantes, que são os participantes da 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2003, que permaneceu como uma categoria distinta mesmo após outras estratificações no sistema. A outra parte poderia vir de assinantes cadastrados há menos de um ano, quando uma reformulação do sistema de gerenciamento de dados adotou a obrigatoriedade de informar e-mail, idade e sexo, além de, opcionalmente, profissão e área principal de atuação – saúde, educação, comunicação, outras. Teoricamente, isso traria também a possibilidade de alcançar perfis de inserções diferentes dentro do SUS – usuário, profissionais e gestores.

Naquele momento, dos 88.973 leitores individuais, 10.206 tinham seus e-mails incluídos no cadastro do Programa Radis, a maior parte leitores recentes. Para focar também nos leitores mais antigos, verificamos a listagem dos delegados à 12ª Conferência Nacional de Saúde. Foram encontradas 27 pessoas com os e-mails registrados.

De qualquer forma, esse caminho se revelava insuficiente para uma análise mais apurada que resultasse numa escolha capaz de selecionar um número pequeno de pessoas com grande potencial, como demanda uma pesquisa qualitativa dessa especificidade e profundidade.

Chegamos a cogitar o envio de um pequeno questionário via e-mail para uma centena de prováveis perfis, o qual pudesse trazer, no retorno, algumas pistas para uma aproximação maior do perfil dos respondentes. O problema dessa alternativa é



que, além do viés quantitativo implícito, o que não era o desejado, continuaria havendo pouca garantia de se obter elementos suficientes para reduzir a um grupo de 10 a 20 leitores o número de participantes, como previsto no Projeto submetido e autorizado pelo CEP. Outro efeito poderia ser o de gerar e frustrar a expectativa de quem se interessasse e não fosse chamado a participar, preocupação que tivemos o cuidado de manter até o final do processo. Estabeleceu-se um impasse.

### **3.2.2 Seguindo a voz do leitor**

Nesse momento, tomamos a decisão de acrescentar um caminho radicalmente qualitativo de busca pelos participantes com o potencial que a pesquisa demandava, iniciando a leitura da seção Voz do Leitor nas então 218 edições da Radis, em que foram publicadas mais de 1.200 mensagens entre cartas, e-mails e mensagens via redes sociais digitais e Fale Conosco.

Ao seguir a voz dos leitores, os caminhos foram se abrindo para identificar, em favor da pesquisa, os temas de maior interesse nos comentários, os assuntos mais polêmicos e os que mais dividiam opiniões, bem como os principais elogios e as principais críticas à revista e às vozes nela presentes. Diferentes expectativas moviam as mensagens. Na Voz do Leitor, alguns buscam a escuta da Radis, alguns a dos outros leitores. Há também os que querem alcançar os ouvidos dos governantes. Muitos querem apenas festejar a chegada de um novo exemplar.

Alguns leitores se utilizam da seção da revista para divulgar ações de saúde, outros para denunciar os gestores e governantes, muitos para sugerir matérias ou dizer como utilizavam as revistas em seu cotidiano de estudo, de trabalho, da luta pelo SUS no controle social. Outros querem falar de todos os direitos sociais e não somente da saúde.

Para além de gostar ou não das matérias, alguns comparam a linha editorial e o enfoque das reportagens com o que se vê na mídia ou mesmo na comunicação governamental e da saúde. Há quem comente de forma mais explícita como são editadas as matérias, a depender dos temas, pontuando quando a revista toma partido ou não, prioriza determinadas fontes e não outras, escolhe espaços de destaque ou não para as vozes. No auge da pandemia, houve quem escrevesse sobre como “as vozes” na Radis lhe acompanhavam e traziam esperança. Em suma, para os leitores

da revista, a seção Voz do Leitor é um espaço de ocupação em que colocam suas expectativas, seus descontentamentos, seus afetos e sua voz.

Na busca para encontrar leitores e selecionar participantes foram incluídas a revisão completa da seção Cartas/Voz do Leitor, a atenção às falas em entrevistas e coberturas jornalísticas de eventos da saúde e de conferências, a atenção às mensagens que chegavam via redes sociais. Primeiramente, cerca de 240 nomes foram pré-selecionados e procurados no cadastro de assinantes. Dezenas de planilhas relacionavam região, contatos, perfil de leitor e assunto das mensagens. A leitura de mensagens foi realizada por vários meses, em paralelo com as buscas. Alguns já não constavam, outros não tinham contatos de e-mail ou telefone. Levando isso em consideração, mas não de forma excludente, e reunindo os perfis de mensagens mais focadas em relação ao uso e percepção crítica da revista, uma nova listagem, com cerca de 100 nomes, foi estruturada. Daí, para chegar a cerca de 20 nomes, o processo foi mais complexo.

Foram agrupados os perfis mais frequentes como os de conselheiros de saúde, profissionais de saúde de categorias distintas, professores que utilizam as revistas, estudantes, leitores descontentes, leitores que falam explicitamente sobre a construção dos textos, comunicadores comunitários. O objetivo era que não existisse superposição de perfis e que um mesmo participante pudesse agregar características de perfis diversos. Região e sexo continuaram sendo considerados. Alguns nomes permaneciam e a cada escrutínio mostravam-se promissores para os objetivos da pesquisa.

Na redução para cerca de 20 nomes, a localização de meios de contato foi um fator preponderante também, mas não mais com base no cadastro. Foi preciso descobrir o contato das pessoas em buscas na internet, redes sociais e contactantes intermediários. Era uma busca ativa para localizar as pessoas, mas com o cuidado para não realizar o contato antes que a decisão de as incluir estivesse tomada.

O passo seguinte foi criar uma lista com a prioridade dos nomes a serem contatados para o convite à participação e a marcação de conversas. A partir do andamento das primeiras conversas é que foram se encaixando os novos convites para que a composição da diversidade fosse assegurada. Os onze finalmente incluídos foram, um a um, agregando perspectivas e olhares distintos e

complementares sobre o tema e o objeto da pesquisa. Trouxeram inclusive o aporte que era esperado de outros perfis mais específicos, como o olhar do descontentamento e o da comunicação popular. À medida que a conversação com esses participantes avançou, a percepção de que existia ali uma diversidade e complementariedade adequada e suficiente foi se tornando mais evidente.

### **3.2.3 Onze pessoas e seus contextos**

Os onze participantes selecionados têm algumas características em comum além da principal, que é serem leitores da Radis. Todos ocuparam esse lugar por terem, em algum momento, se manifestado com uma visão crítica sobre o direito à saúde e o SUS ou sobre a própria Radis na seção Voz do Leitor, em reportagens da revista, em outros espaços e veículos ou nas redes sociais.

O grupo de participantes é composto por cinco mulheres e seis homens. Uma participante tem menos de 29 anos, outros seis têm entre 30 e 39, três têm entre 40 e 59 e um está acima de 60.

Do Nordeste, são quatro; do Norte, três; do Centro-Oeste, um; do Sudeste, dois. Uma das participantes é o que se poderia considerar um falso positivo para integrante da região Sul, porque, quando foi pré-selecionada, residia em Foz do Iguaçu, onde estudava. No momento da conversação, havia retornado à casa dos pais, no Oeste de São Paulo, em razão da interrupção dos estudos motivada pela pandemia.

Saúde é a área principal de atuação de nove dos participantes, enquanto educação e cultura de dois. Todos se declararam usuários do SUS, seis são também profissionais do SUS e dois também gestores. Ao longo das conversas, revelou-se que dez dos onze já tinham participado como delegados ou observadores de uma conferência de saúde. Outro ponto comum é que quase todos já atuaram como professores.

Na impossibilidade de apresentar essas ricas biografias alimentadas por horas de instigantes, comoventes e encorajadoras conversas, generosamente concedidas, eis uma caracterização telegráfica e evidentemente redutora das onze pessoas a quem essa tese deve a sua existência:

Ana Isabella Souza Almeida, 31 anos, é de Vigia de Nazaré (PA), onde vivia quando conheceu a Radis. Atualmente mora no Rio, onde é doutoranda em Saúde Pública, leciona em universidade e trabalha como enfermeira do SUS. Ana Isabella tem um olhar atualizado em relação aos profissionais da assistência à saúde, da formação profissional em saúde e da pesquisa em saúde pública articulada ao campo da comunicação, no que diz respeito à disputa de narrativas, especialmente das coalizões de interesse relacionadas HIV/Aids. Quando Isabella falou em aula sobre a importância que teve a revista em sua trajetória acadêmica e profissional, sua professora, que sabia da pesquisa em curso, nos informou.

Elânia Francisca Lima, 38 anos, mora em São Paulo (SP) e participa de movimentos de saúde na periferia, do ativismo feminista e antirracista. É psicóloga, doutoranda em Humanidades, direitos e outras legitimidades. Trabalha com questões de gênero, direitos humanos e sexualidade na infância e adolescência. Elânia convive com os adolescentes e pré-adolescentes que participam de suas oficinas sobre sexualidade, interage com um público vasto em seu perfil *@espacopubere* no Instagram, tem uma coluna na plataforma VivaBem/UOL e conhece bem as estratégias comunicacionais dos coletivos periféricos e as articulações dos movimentos por saúde e direitos em São Paulo.

Lérida Maria dos Santos Vieira, 59 anos, mora em Porto Velho (RO), conhece a revista desde a 12ª Conferência Nacional de Saúde, foi gestora no SUS, representa o Conselho Regional de Farmácia no Conselho Estadual de Saúde e foi representante do CFF no Conselho Nacional de Saúde. Lérida tem longa experiência como gestora no sistema de saúde e fez enfrentamentos em favor do acesso de usuários aos serviços de saúde, por fiscalização e política farmacêuticas, por mais acesso aos medicamentos e em defesa do SUS.

Ana Augusta Penteado de Oliveira, 27 anos, é de São José do Rio Preto (SP), estuda Saúde Coletiva na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Ana Augusta volta sua atenção para as linguagens e os enfoques que possam ser distintos da realidade de hierarquização e da segregação de pessoas e discursos presentes na formação em saúde e na sociedade em geral. Durante a pandemia, ela postou no Instagram um texto justamente sobre “as vozes na Radis”, que emocionou a equipe da redação.

Cainã Marques Vilanova, 39 anos, mora em Aracajú (SE) e utiliza a Radis nas aulas de redação pela internet e para alunos das redes particular e pública que se preparam para as provas de redação do ENEM. Cainã conhece bem a realidade e os hábitos de estudo e leitura dos jovens acima de 15 anos no ensino médio de Aracajú e de outras partes do país alcançadas pela plataforma digital “Explicae”, de preparação para o ENEM, em que leciona. Além de estimular os estudantes a ler e assinar a revista, Cainã fez vídeos e postagens no Youtube e Instagram comentando matérias, editoriais e capas da revista.

João Leopoldo Vargas, 50 anos, é professor de história, mora em Juazeiro (BA) e dirige na cidade o Centro Cultural João Gilberto. Como usuário do SUS e representante de trabalhadores rurais, presidiu o Conselho Municipal de Saúde e foi delegado em conferências de saúde do trabalhador e na 12ª CNS. Ele fala do quanto as informações e debates socializados na revista são úteis para os movimentos sociais se apropriarem do conhecimento sobre o SUS e enfrentar os debates e disputas com gestores e empresários da saúde. João acompanha a Radis desde 2003 e denunciou os gestores que se opunham ao controle social do SUS em mensagens publicadas na revista.

Júlio Müller, 73 anos, mora na Chapada dos Guimarães (MT). É médico e doutor em Saúde Pública, participa do movimento sanitário desde antes da 8ª Conferência. Foi secretário de saúde de Cuiabá e do Mato Grosso, dirigente do Conass, Conasems e da Abrasco. Júlio conhece as estruturas, os gargalos e as disputas de poder na implementação do SUS de dos modelos de atenção. Sempre se interessou pelo papel da comunicação na política e na saúde e idealiza um SUS que se comunique melhor com a sociedade em geral.

José Vanilson Torres da Silv mora em Natal (RN) e representa o Movimento Nacional da População em Situação de Rua no Conselho Nacional de Saúde e em várias instâncias de governo, desde 2016. Vanilson conhece o universo de pessoas de pouca escolaridade, os meandros da mobilização e participação social e da gestão, especialmente nos campos da saúde, da assistência social e da saúde mental. Circula por todo o país como conselheiro. É formado em “Ruologia”, como fez constar nos créditos ao proferir Aula Magna em evento acadêmico internacional, enquanto

ocorriam as conversas da pesquisa. Foi entrevistado em reportagens da Radis e teve mensagens publicadas.

Richarlls Martins Silva, 38 anos, mora no Rio de Janeiro (RJ). É psicólogo, doutorando em Saúde Coletiva, participou de movimentos sociais e estudantis, integrou o Conselho Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Saúde e representou o Brasil em conferências da ONU. Richarlls passou mais de uma década imerso no universo do ativismo por direitos da juventude, da população negra e LGBTQIA+, além da participação na formulação de políticas públicas e no controle social da saúde. Foi ouvido em reportagem da Radis e teve mensagem publicada na Voz do Leitor.

Josenilton Matos Dias, 35 anos, mora em Salvador (BA), é enfermeiro e advogado. Josenilton é um ávido leitor de notícias, artigos de jornal e revista, além de desenvolver, ao longo do tempo, uma percepção comparativa entre a Radis e outros processos de comunicação na saúde e na imprensa. Na leitura das mais de mil cartas foi possível identificá-lo desde o início da Radis e de sua juventude. Aparece como estudante descobrindo e divulgando a revista no interior da Bahia, levando-a na mochila para debater com colegas no trabalho de enfermagem em Aracaju, segue ainda como fiel leitor no setor de transplantes de hospitais em Salvador.

Luiz Penha, 37 anos, é da etnia Tukano, nascido em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde trabalhou como biólogo no Distrito Sanitário Especial Indígena. É mestre em Saúde Pública e coordenador técnico em saúde na Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em Manaus. Luiz desenvolveu, nas ações de vigilância e educação em saúde das quais participou, uma percepção das práticas de divulgação e comunicação dos temas da saúde nos territórios amazônicos e entre os povos indígenas. A Radis era a sua leitura de rede, quando fazia de barco o trajeto entre as duas cidades pelo Rio Negro. Um trajeto que é mais lento rio acima.

### 3.3 AS CONVERSAS INDIVIDUAIS E O ENCONTRO COLETIVO

O processo de Conversação implica estabelecer empatia e confiança entre as partes. Os leitores foram informados, logo na primeira abordagem, que essa troca seria contínua e eles seriam participantes, sujeitos da pesquisa e não respondentes

de questionários ou entrevistas. Em cada rodada de conversas, um desdobramento e aprofundamento das questões de interesse da pesquisa surgiu de parte a parte, em um diálogo em que a busca de entendimento e o aprendizado não estava em um dos polos. Foi deixado claro para cada participante que não se tratava de um questionário a ser preenchido ou de perguntas fechadas a serem respondidas, mas uma conversa contínua em torno de questões relacionadas ao contexto de vida de cada um, da revista, da comunicação em geral e da comunicação pública em particular. A intenção na primeira conversa foi que o interlocutor falasse sobre si, comentasse livremente acerca de sua relação com a revista e de algumas questões preliminares de interesse da pesquisa. Depois, ao final, indicasse as matérias sobre as quais a conversação teria continuidade.

Para não perder de vista os objetivos da pesquisa, embora novos questionamentos e reflexões pudessem surgir, partimos de um conjunto de questões estruturantes para a pesquisa, deflagradoras e mobilizadoras da participação dos leitores-participantes.

Após a solicitação de identificação do participante com nome completo, data de nascimento, sexo (masculino, feminino, não declarado) e área de atuação (saúde, educação, comunicação, outros), formação, profissão/ocupação, opções de e-mail e telefone para contato e a solicitação de informações preliminares sobre tempo de recebimento da revista e forma como a conheceu, foi iniciado o processo de conversação, que demandou de duas a quatro conversas individuais, com uma média de duas horas.

Esse processo de conversação consistiu em uma interlocução amena, em que foram apresentadas, à medida que a interlocução ia permitindo, as questões iniciais sobre as quais a pesquisa tinha interesse, conforme a relação a seguir.

- Tempo que recebe a revista e forma de conhecimento. Razões pelas quais lê a revista.
- Acesso à revista pela internet. Diferenças entre a leitura do impresso e pela internet. Apenas para o leitor exclusivo da impressa: frequência que lê e experiência de leitura.
- Assuntos de maior interesse. Exemplos de matérias que leu. Identificação com os entrevistados das matérias.

- Temas e pessoas (atores sociais e políticos) cuja presença frequente é percebida na Revista Radis.
- Temas e pessoas cuja ausência é percebida na Revista Radis e que deveriam ser contemplados nas matérias.
- Diferenças no tratamento e destaque dado nas reportagens da Radis aos seus entrevistados quando são da Fiocruz, especialistas de outras instituições, pessoas não especialistas e grupos sociais relacionados com os temas das reportagens. Exemplos de matérias em que essas diferenças aparecem.
- Identificação e análise livre por parte do leitor de matérias em que a Radis ouve pontos de vista distintos da visão da revista ou da Fiocruz. Identificação e análise livre por parte do leitor de reportagens da revista com as quais tenha se identificado, seja pelos temas abordados ou pelas pessoas que foram ouvidas.
- Identificação e análise livre por parte do leitor de reportagens da revista que tenham provocado incômodo, seja pelos temas abordados ou pelas pessoas que foram ouvidas.

A segunda conversa ocorreu cinco meses depois, precedida do envio dos objetivos do encontro, das novas questões a serem debatidas. Foi aberta com a apresentação breve de todos, a revelação de quem havia escolhido que matérias, o que despertara a curiosidade já que alguns tinha escolhido a mesma matéria dentre 226 edições publicadas até julho de 2021, quando ocorriam as conversas individuais. O lugar da coprodução do conhecimento foi reiterado, assim como a singularidade e essencialidade de cada fala. O clima era de curiosidade e abertura para conhecer e dialogar com os “parceiros”, como também passaram a ser nomeados os participantes.

A ideia para aquele encontro era visitar alguns dos temas tratados na rodada individual. Além disso, buscava-se, principalmente, colocar em discussão oito novas formulações de questões como um desdobramento das discussões já ocorridas. Caminhava-se mais na direção de problematizar a comunicação pública, apostando na dinâmica de pensar coletivamente para enxergar novos ângulos e aprofundar ou ampliar as percepções sobre questões como:

- 1) as vozes mais frequentemente presentes;
- 2) as vozes ausentes no conjunto das edições da Radis;



- 3) o lugar do contraditório na revista;
- 4) as semelhanças e diferenças do jornalismo da revista em relação a outros veículos e processos de comunicação;
- 5) que públicos a revista alcança, quem são seus interlocutores e se algo deveria ser modificado em relação a isso;
- 6) o que esperar da Radis ou de quaisquer outros processos de comunicação pública relacionados com saúde e direitos;
- 7) como poderia haver maior participação popular e controle social nesses espaços públicos de expressão;
- 8) discutir a possibilidade de controle ou aconselhamento externo da comunicação pública, com o desafio de experimentar naquela data, exercer naquele coletivo o papel de um conselho externo do Programa Radis e discutir recomendações sobre algum redirecionamento na Revista Radis ou até mesmo sobre a continuidade ou não da revista impressa, ponto fora do escopo original que surgiu em algumas conversas como desdobramento da questão sobre modos e preferências de leitura e públicos com os quais a revista dialoga.

A dinâmica implementada incluiu pactuações sobre a ordem de falas, a exclusão do uso espaço de *chat* para que a discussão fosse inteiramente captada no áudio gravado e a segmentação da discussão por pontos – o que foi flexibilizado para dar mais fluência às falas e discussões. A não realização de uma segunda conversa coletiva agendada, caso todos os assuntos da pauta fossem debatidos a contento, foi um estímulo para que tudo fosse conversado com objetividade e sem perda de qualidade. Ainda assim, foi possível reservar um tempo no final para uma avaliação coletiva do processo de conversação como método de pesquisa.

### 3.4 CORPUS ESPECÍFICO DE ANÁLISE

O corpus ampliado de análise dessa pesquisa é o conjunto de matérias publicadas nas 239 edições<sup>365</sup> da Revista Radis desde a sua origem, em agosto de 2002, até o encerramento da escrita da tese em agosto de 2022. As edições da Radis

---

<sup>365</sup> Embora o número de edições até a realização das conversas individuais chegasse a 226, os participantes trouxeram exemplos e comentaram matérias editadas até janeiro de 2022 e a cronologia no capítulo 2 abrange e comenta edições até agosto de 2022.

formam um conjunto documental de domínio público e está disponível em arquivos digitais de acesso aberto no site do Programa Radis<sup>366</sup>. Com base em levantamento exploratório, o setor de documentação do Programa Radis estimava haver, até julho de 2020, 6.376 páginas editadas em 214 números da revista, com 1.949 reportagens, 6.581 notas e 416 artigos opinativos publicados. O levantamento não foi atualizado, mas permite ter uma noção da proporção dos gêneros textuais presentes na publicação.

Como fontes secundárias de pesquisa foram incluídos os acervos do Programa Radis que incluem a Hemeroteca Digital Radis, a Coletânea 20 Anos Radis, os acervos iconográfico, bibliográfico e administrativo. Foram considerados, igualmente, os registros de interações com leitores por meio de cartas, e-mails, redes sociais digitais e canais institucionais de resposta a usuários disponíveis nos arquivos e nos acervos do Programa Radis, preservadas a confidencialidade e privacidade dos interlocutores.

O corpus específico é um conjunto de 20 matérias selecionadas pelos próprios participantes para a análise textual, dentre aquelas que foram publicadas nas primeiras 226 edições. Elementos imagéticos como fotografias, ilustrações, cartuns, infográficos e outros próprios da diagramação e design da revista resultam de escolhas editoriais e, portanto, compõem o conjunto textual para efeito da análise.

A definição das matérias pelos participantes se deu ao final da primeira conversa, ou no intervalo anterior à conversa em que elas foram analisadas, permitindo que tanto eles quanto o pesquisador pudessem reler as edições por eles indicadas. Não houve uma determinação de quantas selecionar, mas o número variou entre uma e três matérias por participante. Houve, entre os muitos fatores que transpareceram, durante a conversação, sobre a motivação das escolhas: interesse pelos temas ou a identificação com o enfoque dado a eles; presença de temas da atuação profissional, relacionados à vivência ou à militância dos leitores; reportagens em que o participante tenha sido ouvido ou sobre a qual tenha se manifestado em mensagem à Radis; material com o qual já tenha trabalhado ou sobre o qual tenha

---

<sup>366</sup> Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/todas-edicoes>>. Acesso em: 6 out. 2022.

discutido anteriormente; a diversidade de vozes na matéria; admiração estética pelo design e diagramação da capa e da páginas internas; descontentamento com o viés editorial de capa, títulos ou texto; surpresa ou encantamento que a reportagem tenha causado; ou mesmo pela memória afetiva, o simbolismo de ter sido aquela a “a primeira Radis” recebida em casa pelo correio<sup>367</sup>.

A relação de matérias que compõem o corpus específico, com a indicação dos participantes que as escolheram, pode ser conferida a seguir:

1. “[SUS] A gente quer inteiro e não pela metade” (Radis 127, abr 2013) –Júlio.
2. “Controle Social: participação direta amplia a expressão da sociedade” (Radis 144, set 2014) – Ana Isabella e João Leopoldo.
3. “O povo que resiste [Queremos sermos indenizados por todos os danos causados à nossa saúde pela a poluição vindo das indústrias]” (Radis 148, jan 2015) – Ana Augusta.
4. “[SUS] As ameaças que vêm do Congresso” (Radis 156, set 2015) – Júlio.
5. “Medicamentos: preços altos e política industrial podem deixar tratamentos fora do alcance” (Radis 163, abr 2016) – Lérica.
6. “Cidadania de papelão: o desafio de viver sem a proteção de uma casa e a efetivação de direitos” (Radis 165, jun 2016) – Cainã e Vanilson.
7. “Ninguém fora da solidariedade: fim da restrição à doação de sangue por homens que fazem sexo com homens em debate no STF” (Radis 189, jun 2018) – Josenilton.
8. “~~Mentiras~~ Fake news têm pernas ~~curtas~~ longas: como lidar com o excesso de informações, boatos e verdades fabricadas que circulam na internet” (Radis 190, jul 2018) – Cainã.
9. “[Ricas pagam, pobres morrem, todas sofrem] Aborto no STF: pesquisadores contra sofrimento imposto às mulheres” (Radis 191, ago 2018) – Josenilton.
10. “Homem de verdade? Quando os padrões de masculinidade podem adoecer e limitar os modos de ser homem” (Radis 206, nov 2019) – Ana Augusta e Richarlls.

---

<sup>367</sup> A relação que vinha toda hora à mente, ao ouvir a leitora sobre a primeira revista, era a “*rosebud*”, pronunciada no início do filme “Cidadão Kane”, de Orson Welles.

11. “Nós, os vulneráveis: moradias precárias, desrespeito a direitos básicos e ausência de proteção social: medidas contra a covid-19 esbarram em realidades marcadas pela desigualdade” (Radis 212, mai 2020) – Vanilson.
12. “Elas resistem – como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência” (Radis 213, jun 2020) – Elânia.
13. “[#BREQUEDOSAPPS] O trabalho nas costas: rotina insalubre de entregadores de aplicativo reflete precarização das relações trabalhistas no país” (Radis 215, ago 2020) – Cainã.
14. “Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia” (Radis 215, ago 2020) – Cainã e Vanilson.
15. “[SUS] Tamanho universal: pandemia comprova que é necessário vestir a camisa e defender o maior sistema público de saúde do mundo” (Radis 219, dez 2020) – Júlio.
16. “Entrevista Brenda Hoagland: ‘Esperamos uma proteção duradoura contra o HIV’” (Radis 219, dez 2020) – Elânia.
17. “Resposta Afirmativa: urnas indicam desejo por diversidade na política brasileira” e “O legado de Durban: 3ª Conferência de Combate ao Racismo completa 20 anos como marco de ruptura com estrutura segregadora” (Radis 220, jan 2021) – Elânia e Richarlls.
18. “O legado de Durban: 3ª Conferência de Combate ao Racismo completa 20 anos como marco de ruptura com estrutura segregadora” (Radis 220, jan 2021) – Ana Augusta, Elânia e Richarlls.
19. “Mães coragem: o cotidiano de luta e esperança de mulheres que tiveram filhos com microcefalia durante a epidemia de zika” (Radis 222, mar 2021) – Richarlls.
20. “Norte: reflexos da invisibilidade sobre a maior região do país” (Radis 224, mai 2021) – Luiz.

## 4. OLHARES E CONHECIMENTO COMPARTILHADOS

### 4.1 PRIMEIRO OLHAR SOBRE A REVISTA E A COMUNICAÇÃO

As dimensões empírica e analítica da pesquisa se entrelaçaram ao longo do processo de conversação. As reflexões e análises da pesquisa, isto é, esse novo conhecimento produzido de forma compartilhada entre participantes e pesquisador, emergiram da ativação da memória e das trocas em torno de como cada leitor acompanhou a revista ao longo dos anos, suas percepções sobre como os temas vêm sendo abordados e a análise crítica da linha editorial, bem como uma análise mais centrada em quais são as vozes convocadas ou não a se expressar e debater na revista, além dos modos como elas estão presentes. São análises livres de regras, que se conectaram com a vida pessoal, a atividade e a atuação acadêmica e profissional ou política de cada um. Elas emergem em discursos que mesclam a dimensão analítica com os conhecimentos teóricos e empíricos de cada participante, referenciados em seus contextos, o que nos permite acessar também as suas percepções sobre como se colocam diante dos processos comunicacionais outros perfis de pessoas e coletivos, sejam ou não leitores da Radis.

Como pessoas que interagem com grupos e atores sociais diversos, os participantes trouxeram para essa produção de conhecimento sobre a comunicação as suas observações e percepções em relação a como as informações e as discussões presentes na revista são apropriadas, ou não, por outros interlocutores, sejam seus alunos, colegas de trabalho, companheiros ou adversários na ação política. Essa capacidade de reflexão e análise crítica nos permitiu problematizar a comunicação pública representada pela Revista Radis, mas também outros processos comunicacionais em diversos contextos sociais, educacionais, profissionais e políticos. Nesse texto de síntese transversal, articulam-se problematizações e análises dos participantes acerca de sete das dez questões de interesse da pesquisa apresentadas a eles durante as conversas individuais.

Aqui eles falam da Radis por experiência própria como leitores e também a partir do que observam nos contextos em que estão inseridos. A seguir, alguns exemplos.

Conversar sobre como conheceram e passaram a ler a Revista Radis, bem como seus hábitos e preferências na leitura da revista e como observam os modos de leitura de colegas de trabalho, estudo, militância e de alunos ou outros perfis de leitores, foi o ponto de partida para os participantes comentarem as diferenças entre a leitura da revista no formato impresso ou digital. Buscou-se analisar a linha editorial, linguagem design, características das diferentes seções da revista, a identificação ou não com a linha editorial e os temas e as vozes presentes e ausentes e a quem elas interessam ou representam, além de qual o espaço para haver o contraditório e o protagonismo de vozes que não alinhadas à edição da revista

São questões que resultam também em identificar perfis de interlocutores que mais se interessam ou podem vir a se interessar pela revista, independente de corresponder necessariamente aos interlocutores idealizados ou desejados por quem produz a revista. Essa reflexão dos participantes caminha, no próximo capítulo, para o aprofundamento da análise das vozes presentes e ausentes em um corpus específico de matérias e uma análise do lugar da revista num contexto maior dos processos de comunicação no campo da saúde e em meio à midiatização da sociedade, num país marcado por extrema desigualdade.

#### **4.1.1 Sobre acesso, hábitos de leitura e linguagem da revista**

Os hábitos de leitura das versões impressa e digital da Radis guardam algumas peculiaridades entre os participantes. Josenilton lê diariamente a Folha de S. Paulo pelo meio digital, deixou de usar o Facebook há algum tempo e acompanha as postagens da Radis no Instagram, mas segue dando preferência à leitura da revista impressa. “Continuo lendo a edição física. Normalmente, faço a leitura no final de semana ou um dia com mais disponibilidade, mas não paro para fazer a leitura pelo site não”. Ele não lembra de ter, algum dia, migrado do link das redes sociais para uma leitura integral de uma matéria no site. Utiliza computador e tablet para o trabalho e outras leituras, mas prefere a leitura da Radis, de livros e de outras publicações que recebe no meio físico. Questionado sobre a defasagem de tempo no acesso à informação, que atrasos de entrega pelos correios podem provocar, responde que isso é “uma coisa meio chatinha mesmo”. Porém, só quando a revista atrasou mais de um mês ou deixou de chegar é que recorreu à leitura no site.

Prefiro ler a revista no formato físico. Quando ela chega, você abrir mesmo, tirar de dentro da sacola é uma experiência bacana. Eu tenho o Kindle, gosto de tecnologia, tenho e-book, mas acho que uma ferramenta não exclui a outra. Gosto de ler livros físicos.

A perspectiva de Richarlls é relevante porque é o único dos participantes que nunca assinou a revista. Conhece a Radis desde 2009, em suas incursões no Conselho Nacional de Saúde, e passou a ler com mais frequência a partir de 2012, quando se tornou conselheiro titular no CNS. Desde 2018, lê com regularidade a revista impressa em casa, pegando uma “carona” na assinatura da amiga com quem mora e, nos anos recentes, acompanha as postagens da Radis no Instagram.

A linguagem da Radis sempre me pareceu bem interessante. (...) Tem essa pegada de apresentar a informação científica com qualidade, mas com uma linguagem muito acessível para mim – não sei avaliar se também para pessoas com outros níveis de escolaridade. Sempre me pareceu informar de uma maneira mais acolhedora do que outros processos de linguagem. Uma questão que eu vejo é que a linguagem da internet não é da Radis. Não é uma crítica à Radis, talvez à linguagem do Instagram. Ali é tudo muito rápido, muito curto e muito limitado. É onde eu tenho visto mais a Radis hoje, em função da correria. É legal, porque eu tenho noção do que está acontecendo e isso me desperta um pouco a sensação de querer ler uma matéria com mais calma, parar e ver. Em casa, quando a revista da minha amiga chega, pego na portaria do prédio e consigo parar para ler inteira com cuidado, folheando. É sempre uma experiência muito legal, porque tem isso da linguagem. Eu vejo, poxa, a informação está lá sendo passada de uma maneira bem acolhedora. Essa é a sensação que eu tenho.

A observação de Richarlls, usuário constante das redes, sobre as postagens do Instagram o levarem a buscar uma leitura posterior no impresso, e não no site, revela uma afinidade ainda forte pelo manuseio do papel e uma relação com características próprias de diagramação e design do impresso, também mencionada por outros leitores.

No Facebook e no Instagram desde 2019, a Radis passou a ter o link de cada nova edição publicada no site divulgado também por e-mail, a chamada assinatura da versão digital, a partir de meados de 2020, para todos os leitores com endereço eletrônico cadastrado. Porém, nenhum dos participantes falou espontaneamente sobre a utilidade desse canal para acessar e ler a revista no site. Instados a comentar, houve quem nem tivesse registrado a existência ou testado o acesso por ali.

A menção e a reverência aos ritos de leitura são recorrentes. Alguns relatos fazem lembrar dos hábitos de leitura das revistas semanais e jornais diários, dos modos de dobrar as páginas – seja nos formatos standard ou tabloide ou das preferências ao iniciar uma leitura a partir de determinadas seções da publicação, ritos que se poderia imaginar extintos com o predomínio dos meios audiovisuais e digitais de comunicação. Ana Isabella falou do cuidado com que os pais e uma sobrinha liam sem amassar a “sua” revista, quando a publicação chegava pelo correio em Vigia de Nazaré, enquanto ela passava a semana estudando em Belém. Em mais de uma oportunidade, os participantes narraram situações em que as revistas são emprestadas. A professora Cainã tem o hábito de cedê-las temporariamente a alunos, colegas professores e até para a direção da escola, mas sempre cobra a devolução para a sua coleção e sugere que façam as próprias assinaturas. Luiz costuma ler a revista *online*, mas, quando fazia mestrado na Fiocruz Amazônia, pegava exemplares impressos para ler nas viagens de barco de Manaus até São Gabriel da Cachoeira. “São três dias descendo e até cinco subindo”, explica:

Interessante na Radis é que ela está sempre falando sobre a questão das políticas indígenas. Tenho essa identificação com ela. Vocês mostram uma visão diferente, mostram como é a saúde na Amazônia, as unidades básicas de saúde fluviais. Para o cara que está lá em Minas Gerais, por exemplo, isso é um outro mundo? A Radis procura ouvir a sociedade. (...) Tem os estudos, as políticas públicas e também o movimento indígena, mostra a luta do movimento indígena.

Luiz aproveita para contar que, durante a pandemia de Covid-19, a religião reforçou o negacionismo em comunidades indígenas no Mato Grosso e no Acre e foi preciso diversificar as formas de comunicação produzidas pelos próprios indígenas, em conjunto com a Fiocruz Amazônia, “traduzindo e transmitindo informações sobre o vírus nas línguas indígenas em vídeos, podcasts e cartazes”. Ele considera que “a comunicação representou uma barreira sanitária” contra as Fake News nas aldeias. “A desinformação não chegava necessariamente pela presença de pessoas nas aldeias, mas pela informação distorcida que chegava até lá. Então, produzir essas informações nas diversas línguas indígenas foi muito importante”, diz.

Na revista impressa, da capa ao miolo, os detalhes não escapam à observação dos participantes. Josenilton se recorda de uma mudança na revista, que leitores recentes ignoram. Lembra de quando houve a introdução de cor no miolo da revista



(Radis 36, ago 2005). “Fez uma baita diferença, conseguiram dar uma outra dimensão à revista”. A mudança, que implicava em mais orçamento para impressão, foi celebrada no editorial “Enfim, cores!” e nas cartas de leitores.

“Outra coisa legal também é que, no Expediente, vocês colocam a tiragem da revista e isso traz uma dimensão da publicação, do peso que ela tem”, diz, mostrando a atenção aos detalhes de cada edição. Ele frisa que o cuidado com que as capas são produzidas “atende até as pessoas mais minimalistas”. Sendo ele um desses leitores, observa que a parte superior da capa da revista, que já estampou até o endereço da redação, teve a quantidade de informação reduzida ao longo do tempo, e conclui que a versão simplificada de hoje, com o “R” de Radis, número e data da edição e os logos de ENSP e Fiocruz discretos facilitam a visualização da imagem e da chamada da matéria de capa.

Josenilton diz ser difícil falar de alguma capa que “que não tenha sido interessante”. Mas, analisando mais detidamente, critica a ilustração da capa da edição da Radis 55 (mar 2007), que trazia em uma montagem sobre uma nota de cinquenta reais rasgada ao meio “o chapeuzinho que é símbolo da enfermagem”, como forma de representar os cortes no orçamento da Saúde, tema da matéria central. “Para nós, enquanto enfermeiros, é abominável o chapeuzinho ser usado assim, entendeu? Na época, foi uma crítica que fizemos. Não gostei disso e achei que foi desnecessário. A revista poderia abordar de outra forma isso”. Nas análises de matérias específicas, que serão apresentadas no próximo capítulo, tanto Lérica quanto Júlio apresentaram críticas às capas ou às aberturas das reportagens que escolheram analisar.

Embora a capa seja o que mais chama a atenção, cada leitor tende a olhar e começar a leitura por algum lugar especial, motivado pelo design, pelos temas ou pelas características dos textos. Cainã esquadrinha tudo, do editorial à última página. João Leopoldo vai nos editoriais e “nas cartinhas” antes de chegar às matérias. Gosta de ler a opinião dos leitores e é capaz de lembrar de algumas delas. Richarlls começa sempre pela matéria de capa, mas não dispensa a Voz do Leitor. Se tem algo que ele não deixa de ler na revista impressa são as “cartas de leitores”, reforça: “isso eu gosto, porque realmente me aproxima do sentido da Radis. Eu acho que a Radis tem uma

capilaridade muito legal. Então eu gosto de ficar vendo de onde as pessoas são. Sempre dou uma passada, gosto de ler os leitores de vocês, eu gosto de ver”.

Josenilton se interessa pelas opiniões expressas no Pós-Tudo, no Editorial e na Voz do Leitor. Mas antes de comentar sobre a seção, ele quer saber se é o editor-chefe quem responde as mensagens. Informo que, na prática, os subeditores e editores se encarregam de selecionar e responder as cartas, mas o editor-chefe lê cada uma das cartas e respostas, antes que sejam publicadas, e interfere quando julga necessário, como no caso de alguma resposta insuficiente ou de um tom menos acolhedor. Josenilton lembra com saudade da seção Cartas, na página 4, que mudou de nome em 2010 para Voz do Leitor.

Havia um pombo correio segurando umas cartas, bem criativo. Acho o máximo essa página e as respostas de vocês têm umas tiradas bem legais, que contribuem para que o leitor participe. Vejo que os leitores pedem reportagens sobre muitos temas e vocês fazem referência: “Olha, já falamos, discutimos sobre isso nas edições tais e tais, mas já anotamos a sugestão aqui.” Dão sempre esse feedback. Me lembro daqueles conselheiros de saúde, que aproveitam esse espaço para trazer algum problema que eles estão vivendo em suas cidades. É bem legal. Vocês defendem o SUS, mas apoiam eles.

João Leopoldo revela um estranhamento em relação à seção Súmula. Quando uma Súmula não dialoga com o que está sendo tratado nas demais matérias da edição, isso lhe parece como algo que “caiu de paraquedas”, que é colocado ali “para que gere uma reflexão” ou para que as pessoas recebam uma informação além dos temas das matérias. “Certamente, há uma intenção, uma razão de estar ali, mas não me parece que seja para chamar atenção do leitor específico da revista” diz. O seu incômodo é com o fato de não dialogarem com os outros temas. Mas isso ele resolve lendo só as notas que lhe interessam, explica, antecipando o exemplo da Súmula na edição 144 (set 2014) em que destacou a matéria de capa para analisar.

A Súmula traz um resumo de alguma coisa que aconteceu. Mas se ela não dialogar com os assuntos abordados na edição, eu passo como se fosse uma página em branco, geralmente eu faço isso. (...) Cada pessoa se atenta para o que está dentro do seu contexto. No meu contexto rural, me chamou atenção, por exemplo, uma matéria sobre a Monsanto, sobre a questão da Eternit, do amianto, porque está ali dentro do meu contexto. (...) Se tem uma coisa que já foi tratado pela imprensa, e ela não tem muita profundidade, eu leio, mas só inicialmente, porque eu já vi em algum lugar.

Cainã conhece bem os estudantes maiores de 15 anos em Aracajú, onde leciona em quatro escolas secundárias privadas e uma pública, e de todo o país, com que se relaciona por meio da plataforma *Explicaê* de preparação para o Enem, que tem abrangência nacional. Sabendo que o hábito de leitura de revistas e jornais está em desuso, Cainã sugere que eles conheçam e leiam os textos da revista.

Eu até falo pra eles: Ó, eu sei que muitos de vocês não são como eu, que gosto de pegar a revista, riscar, grifar, anotar. Eu tenho esse hábito, pra mim é importante. Então quem não precisar disso pode recorrer ao digital? A revista Radis digital, tá toda ali, é linda, vocês podem ler no computador, é a coisa mais maravilhosa do mundo. E eles lidam com isso facilmente.

Segundo ela, nas escolas privadas, o número de alunos que não gostam ou não sentem falta do papel é maior. Na escola pública, a maioria prefere a leitura do impresso. Quem prefere o impresso gosta até de “sentir o cheiro do papel”, diz.

Então, quando chega uma nova edição é aquela emoção, e quando elas demoram me procuram: “Ó professora, a minha revista não tá chegando, aconteceu alguma coisa? A senhora pode descobrir?” Eu digo assim: manda uma mensagem para eles.

A partir desse estímulo ao contato com o Programa Radis, ela conta que os alunos foram buscar a informação pelo Fale Conosco e descobriram os problemas de atraso de entrega pelos correios durante a pandemia. “Em 2020, a gente ficou alguns meses sem receber, mas foi uma felicidade quando elas voltaram a ser entregues, foi uma festa”, recorda Cainã. Ela relata que a maioria dos estudantes da escola pública prefere o impresso. Diz que, quando assinam, eles mal acreditam que a revista é gratuita, perguntam por quê, e ela responde que existe verba para investir em ciência, pesquisa e em informação para a população e, sendo esse o objetivo da revista, se forem deixar a revista em casa sem ler, nem devem assinar. A professora cita o caso curioso de um aluno que ficou preocupado com o valor da postagem que estava registrado no selo dos correios. “Será que eu tenho que pagar para receber as próximas?”, perguntou aflito, o rapaz que já não é seu aluno, mas ainda mantém o contato por causa da Radis. Segundo ela, há outros, já na faculdade, cujo vínculo com ela se mantém por meio das conversas sobre os assuntos da revista.

Eu converso bastante com eles. Tenho uma aluna formada em nutrição, que casou e voltou a estudar para fazer um novo curso. Está

na turma de preparação para medicina. É uma adulta e sempre comenta “profe, muito obrigada, recebi essa semana a revista”. (...) Então tem dos 15 aos 30 anos. E os colegas professores também. Quando não sou eu a indicar, são tantos os alunos comentando que os professores começam a assinar em peso.

Sobre seus próprios hábitos de leitura, Cainã diz que só recorre à leitura no computador quando a revista atrasa ou quando vai preparar slides para as apresentações em aula. No passado, digitava textos e escaneava imagens. Hoje, ela faz a cópia direto da internet para as apresentações e “faz a referência” de tudo que utiliza.

Já usei muita coisa. Recentemente foi sobre o tema da ‘uberização’. Levei os dados, mostrei para eles as pesquisas que foram feitas. Os meninos sabem a importância de ter um repertório sociocultural, esse conhecimento de mundo comprovado na hora de construir um argumento. Então, se a Radis é uma revista conceituada que tem uma pesquisa muito importante, pronto!

O acesso por parte de novos públicos interlocutores pode ser um desafio para a linguagem e a extensão dos textos publicados. Elânia gosta “muito” da “profundidade das reportagens”. Pontua, no entanto, que as matérias de muitas páginas são um obstáculo para a maioria dos pré-adolescentes e adolescentes com quem trabalha na periferia. Isso é reflexo, a seu ver, da precarização do ensino em relação ao lugar da leitura e, principalmente, dos hábitos de leitura breve nos meios digitais ou de curtíssimo tempo de atenção para a informação audiovisual no YouTube e até no Instagram (2,5 minutos), suficiente apenas para um mini vídeo de TikTok.

Durante a pandemia do Covid-19, especialmente nos dois primeiros anos, escolas, professores e estudantes tiveram que se reinventar, utilizando as tecnologias digitais de informação e comunicação, para que os processos educacionais pudessem ter continuidade de maneira remota. Nas conversações de julho de 2021, Cainã tratou das implicações da “conectividade” nas aulas remotas: “Agora a gente até que acostumou um pouco. Para as escolas particulares foi mais tranquilo, quem sofreu mesmo foi a escola pública”. Na escola estadual em que ela trabalha, o ensino médio em 2020 foi transferido para outra escola e ela permaneceu dando aulas de Língua Portuguesa para o 8º e o 9º ano do ensino fundamental, em que trabalha com português e redação reunidos em uma disciplina em que ela apresenta os gêneros textuais e orienta a leitura de textos.

Enfrentamos um problema gigantesco. O público da minha escola, por exemplo, não tem condições de assistir uma aula online no mesmo momento, não dá. Em casa, é um celular para 3 filhos, por exemplo. Ou não têm um plano de internet para assistir, enfim. É uma escola mais carente e a gente está desde o ano passado com aulas pelo WhatsApp. (...) Para cada turma existe um grupo de WhatsApp. Geralmente só quem posta no grupo são os professores, porque se liberar para os alunos também vira um caos. Então o grupo é para o envio de material e os alunos tem que ir no nosso número privado para mandar as respostas, as dúvidas, as atividades realizadas. Ou seja, nosso celular fica à disposição dos alunos pela manhã, pela tarde, pela noite, no feriado, na sexta, no domingo.

A organização de uma aula pelo WhatsApp é uma operação complexa também na hora de individualizar o registro das respostas. Ela diz que há alunos que não colocam o próprio nome ou o da turma e outros têm no perfil a foto de um personagem de desenho, por exemplo, ou cujo celular está no nome da mãe: “É uma loucura!” Seu esposo é professor de uma escola estadual na qual os alunos têm mais recursos, o que tornou possível fazer as aulas pelas plataformas Meet e Zoom. De qualquer forma, foram grandes as dificuldades para assegurar silêncio e atenção por parte dos alunos, estando em casa, tanto na escola pública quanto nas escolas particulares. Lembra: “Só que as escolas particulares se adaptaram rapidamente, conseguiram os programas e sistemas e evitaram, por exemplo, que invasores entrassem nas aulas, como acontecia no começo”.

As questões da exclusão digital, ou de preferência e hábitos de leitura, das preferências que podem tornar ou não interessante e procurada uma publicação por diferentes públicos, de meios adequados a conteúdos curtos ou longos, mais ou menos aprofundados e reflexivos ou outras preocupações da complementariedade das estratégias de comunicação e saúde nem sempre importam a quem toma decisões orçamentárias. Durante algumas das conversas individuais, a informação de que há pressões para acabar com a revista impressa, por medida de economia, provoca reações, como a de João Leopoldo.

Vocês abandonarem esse formato? Eu fiquei preocupado. É bom ter contato com os materiais. Esse material impresso é muito bom, sabe? É um lugar de pesquisa que, quando você for ler, você tem um contato. Pra mim a revista tem um cheiro, ela tem um cheiro do período, ela tem uma... quando eu vejo aquela revista vermelha, por exemplo (Radis 53, jan 2007), ela me remete a um espaço, a um tempo. Essa daqui quando eu vejo também (Radis 144, set 2014). Eu gosto muito

da cor dela, é um azul muito... Eu gosto desse ponto da revista. E ela realmente permite um momento só seu, em que você não vai se entediar, nada vai tirar a sua concentração.

João Leopoldo diz que lê a revista folheando até parar em algo que lhe chama atenção. “Não vou nem pelo índice. Eu vou procurando. Aí quando eu acho, paro ali e vou ler. Depois é que eu vou olhando o restante que tem na revista. Minha exploração é meio que assim”. João diz que para ler algo precisa estar ouvindo algo, uma música ou até uma notícia. Fala com emoção de quando trabalhava na construção civil: “meu pai, quando a gente ia trabalhar, levava o radinho de pilha pra ficar ouvindo. Aí a gente ouvia as notícias”. Quando embarca na leitura, deixa de ouvir o áudio, “mas é bom saber que tem alguma coisa ali, fazendo companhia”. Diante do computador é diferente, a luminosidade lhe traz uma sensação ofuscante de luz de candeeiro, explica.

No computador, eu não consigo fazer o mesmo. Eu não leio um livro no computador. Eu não consigo. Me encandeia, me incomoda, não sei. Aquela luminosidade não me deixa concentrar de jeito nenhum. Eu gosto do computador para outras coisas, para fazer as minhas lives, cantar, brincar um pouco.

#### **4.1.2 Sobre linha editorial, interesses, identificação e modos de uso**

“Imparcialidade nunca foi o forte da Radis”, escreveu Josenilton em carta publicada na centésima edição da revista, em dezembro de 2010. Na conversação, acrescentou que “a revista mostra todos os lados e se posiciona” sobre os temas. “Me recordo na leitura que sempre trazia um pouco a visão de todos os lados e a revista, ela meio que se posicionava”, diz ainda hoje, como em sua carta de então.

Logo que eu assinei teve um tema bem, bem legal, bem interessante que foi sobre a, o logotipo do SUS, que também está dentro do tema da comunicação e saúde né? O desconhecimento das pessoas sobre o logotipo do SUS. Aí eu achei interessante que a própria revista fez uma autocrítica na época, porque ela não tinha um logotipo numa parte lá da revista.

Depois que descobriu a Radis, Josenilton a apresentou aos colegas de enfermagem e ao professor de saúde pública, que também se tornaram leitores. Usou nas discussões presentes na revista nos muitos cursos de especialização que fez e

situações de trabalho. Lia nos plantões noturnos na enfermaria e na UTI dos hospitais. Por sua influência, muitos colegas de trabalho passaram a assinar a revista.

Vocês não reproduzem o senso comum de que a medicina é a principal profissão do setor saúde e que ela resolve todos os problemas. Muito pelo contrário, traziam a valorização do trabalho em equipe multiprofissional, interdisciplinar, o que torna a Radis uma publicação em que você se sente representado.

A influência de Josenilton como divulgador da Radis foi além da sala de aula e do trabalho. Apresentou a revista à namorada, também enfermeira, que se tornou sua esposa, e hoje usa a revista para que a filha de dois anos veja fotos de crianças indígenas, por exemplo, e o visual “muito bacana” das edições.

Josenilton sempre gostou “da seleção de notícias” de Súmula. Mesmo hoje, lendo regularmente os sites noticiosos da internet, diz considerar útil a seleção mensal dos temas para quem não acompanha. Seu ritual de leitura é muito particular. Depois de ler os “temas interessantes” na seção Pós-Tudo, ele gosta de conferir o Editorial, “que não apenas apresenta a revista, mas traz uma opinião crítica muito forte em defesa do SUS e, se necessário, critica ao Ministério da Saúde, que é um órgão federal, como a própria Fiocruz”. Para ele, o Editorial e as matérias “trazem o mesmo tom, como se fosse uma concepção da revista mesmo”. Sua análise vai da linha editorial às inflexões que percebe no conjunto de temas e pautas da revista, ao longo do tempo.

Uma revista apenas de notícias não seria uma ferramenta de debate, uma ferramenta crítica mesmo do nosso status social, de saúde, de tudo. Com relação às temáticas da revista, de 2005 para cá, percebi que saiu um pouquinho da temática mais clínica. Antes, muitas edições traziam um tema específico, por exemplo HIV, tuberculose, as doenças tropicais... Hoje trazem mais temas gerais, voltados para um contexto mais social, como saúde indígena, democracia, direitos em geral, trazendo mais para um campo social de discussão. Ainda aborda alguns daqueles outros temas, mas foca mais nas desigualdades, trazendo mais um pouquinho do próprio contexto político atual, dessa conjuntura toda. Eu considero que isso vem de uma maturidade editorial da própria publicação, de começar trabalhando esses temas específicos e perceber que o país está realmente se modificando um pouco e que você tem que estar atualizando a discussão. Eu acho isso importante. Gostei desse novo perfil e gostei de vocês não terem abandonado totalmente os demais temas. Vocês continuam a trazê-los. Pode não ter uma capa

específica porque a capa chama mais atenção? Mas continuam trazendo.

A observação de Josenilton sobre o acento cada vez maior das pautas na direção da determinação social dos processos de saúde e doença, em detrimento da eventual ênfase em doenças ou agravos específicos, pode estar na origem de um desconforto mencionado por João Leopoldo. Em nossas conversas, ele observou que, no primeiro ano e meio de pandemia, a Radis pouco enfocou os aspectos clínicos da doença. Considerou ainda que a revista teria abordado de forma insuficiente temas como o tratamento precoce contra a Covid, que tinha no Governo Federal um dos maiores defensores, bem como um grande volume de desinformação a respeito nas redes sociais digitais. Na avaliação de João, esse tema polêmico e que colocava o governo em contraposição ao consenso científico era de interesse dos leitores e da população em geral, e um posicionamento claro por parte de uma instituição como a Fiocruz por meio da Radis seria uma importante referência e respaldo a quem quisesse formar uma opinião ou tivesse que lidar com a desinformação em seu cotidiano. João interpretou a omissão da revista como algum tipo de censura por parte do governo ou interna na Fiocruz.

Cainã concentra a sua atenção nas matérias relacionadas com os temas do Enem. Mas não somente nelas. “Quando eu vejo que a Radis traz na capa alguma coisa muito polêmica, isso me deixa bem intrigada, instigada até. Mas aí eu já vou com um olhar de “epa, isso aqui pode ser perigoso”. Em julho de 2021, tinha em mãos uma edição enquanto aguardava o início de uma gravação de aula pela internet e um colega professor de geografia viu e brincou, perguntando se era mais uma revista a favor do governo.

Eu ando com a Radis em todo canto, sabe? Quando eu pego um tema como, por exemplo, o da edição que traz a chamada “O ronco da fome” (Radis 186, mar 2018), apesar de ter essa questão política também, sei que vai ter um potencial grande de atração pra os alunos. Por quê? Porque a fome é um tema que pode ser cobrado na prova do Enem. Outro exemplo é a questão da água (Radis 188, maio 2018). Eu sempre falo “gente, tem muita coisa aqui que, mesmo que vocês pensem que não vai cair, isso vai te ajudar como arcabouço para que vocês construam uma argumentação”. Eu explico a eles, vocês não precisam concordar com o que estão lendo ali, mas aquilo vai fazer vocês buscarem outras fontes para ampliar esse conhecimento e, enfim, criar o um repertório e formular uma opinião.



Ao tratar de como a preparação das aulas tem se transformado, no sentido de haver mais interação, Cainã exemplificou com mudanças que implementou durante a pandemia, quando criou um quadro chamado “Encontro com Cainã Marques”, no Instagram. Para uma aula sobre HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), ele convidou um renomado médico e professor de biologia sergipano que é ativista nas questões de HIV/Aids desde os anos 1980. Em outra aula sobre a questão do lixo, a mesma coisa. A cada tema passou a convidar especialistas sobre os assuntos para participar. “Sempre com o intuito de que os alunos ficassem mais motivados a aprender um repertório sociocultural para além do que eles e própria professora já conhecem. Essas aulas interdisciplinares a gente não fazia antes”, diz. A ideia, segundo ela, é ampliar um pouco o conhecimento sobre temas que os estudantes não dominam, mas também estimular que explorem melhor aquilo pelo que já tenham interesse. “A gente tenda diversificar”, diz: “Você gosta de ler a Radis? Use na sua redação. Você gosta de filmes, música, poemas? Use-os na redação”.

Inclusive, deixa eu falar uma coisa muito engraçada. Eu tenho que fazer praticamente um tema por semana, porque além da escola também tem um curso de redação com uma turma específica, que tem que fazer uma redação semanal. Às vezes, eu faço um tema hoje e, do nada vem a Radis com uma matéria que se encaixa perfeitamente. Noutro dia, estou sem saber o que vou escrever, vou na Radis e já encontro algo, como aconteceu com o tema da uberização por exemplo.

“O Enem trabalha sempre com um problema né, que precisa, um problema social, não necessariamente voltado para a saúde, mas vários deles já abordados pela Radis”, diz Cainã, citando questões sobre minorias e preconceitos, racismo, a questão do feminicídio e da violência contra a mulher. Ela pontua que outros temas como LGBTfobia e problemas no sistema prisional abordados pela revista ainda não surgiram nos exames anuais. “Eu não gosto muito de fazer os meus temas com antecedência, então geralmente eu espero ou uma data comemorativa ou infelizmente algum problema que aconteceu para ser usado como um tema motivador”. Um dos temas da saúde trabalhados por Cainã foi a medicalização excessiva, assunto já abordado anteriormente na Radis, mas que, desta vez, coincidiu, segundo ela, com matéria exibida em 2021 no programa Fantástico, da Rede Globo, sobre a prática da ‘empurroterapia’ nas farmácias.

Cainã cita a Radis em entrevistas que concede, comenta as matérias em vídeos e postagens nas suas redes sociais, utiliza as reportagens como material didático nas aulas preparatórias para as provas do Enem e estimula a leitura e a assinatura pelos alunos. Conta que muitos desses estudantes pretendem se formar em medicina e outras profissões da saúde e dizem “que não vão ler a revista só pra fazer o Enem, que ela vai ser uma ferramenta que eles vão usar enquanto profissionais da área de saúde, porque tem um outro olhar para a saúde”. Ela reforça sempre que não é uma leitura só para o Enem e fica satisfeita quando vem deles os comentários: “professora, eu vou ler sempre isso aqui porque é pra mim né, da minha área enfim, ajuda a entender”. Cainã conversa muito com os estudantes em formação para “não mudarem o comportamento” ao se tornarem profissionais de saúde.

Tem muita gente que se transforma, que o poder sobe à cabeça. Muitos se sentem superiores porque se tornam profissionais da área de saúde. Então a gente conversa bastante sobre isso e eu acho que a Radis tem esse papel de mostrar um pouco esse lado humanizado do profissional em si e da saúde em si. Digo a eles: você não vai ser médico para tratar só de gente rica, que pode pagar uma consulta cara, você vai ser médico porque tem um outro objetivo, vai atender principalmente quem mais precisa, isso é fundamental, é isso mesmo que você quer? Então a gente discute muito sobre isso nas aulas, e eles conseguem, eu sinto esse lado mais humanizado da revista também nas próprias matérias sabe? De mostrar que as minorias estão sofrendo, mostrar quem mais precisa, que a desigualdade é grande. Eu acho importante nesse ponto, eu acho que eles acabam sendo influenciados, queira ou não queira, a gente influencia também né?

Outros participantes se referiram ao comprometimento e comportamento de profissionais de saúde. Ao descrever a sua entrada na sua primeira graduação, Ana Augusta já havia descrito o elitismo dos graduandos em medicina e a discriminação em relação às demais profissões da saúde, algo incorporado também pelas instituições formadoras. Em seus relatos sobre atitudes profissionais nas unidades de saúde, Lérida falou do quanto nem todos têm compromisso com os usuários. Ana Isabella, por outro lado, reconhece que a revista influenciou significativamente a sua formação acadêmica e profissional, um relato semelhante ao de Ana Augusta quando fala de sua segunda escolha de graduação, voltada para a saúde pública.

O maior interesse de Luizinho pela Radis se deu por conta das matérias que tratam da região amazônica, do movimento indígena, de políticas públicas de saúde

voltadas para a população indígena e o SUS no Amazonas. As reportagens sobre a formação de agentes de saúde indígena na região de São Gabriel da Cachoeira foram as que primeiro lhe chamaram atenção para a revista.

Para João Leopoldo, que não é profissional de saúde, mas sempre teve interesse e militou em defesa do saneamento básico em Juazeiro, as informações da revista lhe abriram a possibilidade de debater o tema com o poder público local e com os interlocutores da área da saúde, “com mais propriedade”. Dava entrevista às rádios, ocupou a tribuna na Câmara Municipal de Juazeiro para falar de saneamento e denunciar o “canal da vergonha”, um canal de esgoto que atravessava a cidade a céu aberto.

Sempre me apoiava na Radis, muito antes de me tornar conselheiro de saúde (...) Sempre usei a Radis para embasar as discussões no conselho de saúde. Ela tem um pouco da nossa vivência, sempre trazia um elemento, alguma coisa que pudesse servir de base para as discussões, seja em casa no conselho ou em outros espaços.

A ampliação de interlocutores é algo que, de certa forma, esteve presente nas considerações de vários participantes desejam, ora para avaliar a que públicos não é acessível, ora para sugerir alcançá-los. Vanilson gostaria que a revista chegasse a todos os conselheiros de saúde do país. Ana Augusta pôde acompanhar uma conferência municipal de saúde e tem a visão de que os participantes de conferências são iniciados nos temas da saúde pública, que muitos dos que representam o segmento de usuários são profissionais do SUS e não exatamente usuários comuns.

Júlio considera que falta comunicação sobre saúde e sobre o SUS para o público leigo. Embora não tenha certeza se isso poderia ser realizado pela extensão do alcance da Radis, gostaria que fosse a partir de uma mesma perspectiva de visão da saúde e da comunicação que a revista tem, a partir de sua própria experiência e de seus conteúdos adaptando as linguagens, acrescentando temas e usando outras estratégias de comunicação para os diferentes públicos. Ele argumenta que a Radis poderia estar nas bancas de jornal e ser uma referência para estratégias de uma política de comunicação popular do SUS, com linguagem e temas de interesse para as diversas classes e segmentos sociais.

Ao longo da conversa, Júlio insistiu na necessidade de uma política de comunicação para a área da saúde e do SUS. Como muitos sanitaristas históricos,

ele defende a centralidade da participação popular no SUS, faz críticas à gestão do sistema e identifica o financiamento como uma lacuna central na história do SUS. Mas considera, como poucos, que, ao lado do financiamento, a comunicação é o que levou o sistema a perder a disputa em sua construção. Segundo ele, os dois maiores erros nessas décadas foram os governos não terem provido o financiamento adequado e o fato de o SUS (o Ministério da Saúde, para ele) não ter implementado uma política de comunicação que explicasse e defendesse o sistema.

#### **4.1.3 Sobre temas e vozes presentes e ausentes na revista**

Para Ana Augusta, há semelhanças entre as vozes que se expressam na Radis e a voz editorial identificável nas escolhas, na escrita ou no design da revista. Analisa que as vozes presentes no Editorial, na redação das matérias e no resultado da edição são diferentes das vozes que aparecem nas matérias, mas que algo as une. Ela assume que se identifica bastante com esse conjunto de vozes.

Cada um fala de um lugar diferente, mas parece que todas são vozes que estão caminhando numa direção para o mesmo horizonte, por mais que partam de lugares diferentes, de especificidades. Então a voz editorial não destoia para mim do que eu leio nas matérias, por mais que sejam diferentes as vozes. (...) Ler essa revista sempre me inspira, me emociona, me dá força pra seguir e uma esperança que não é baseada no otimismo cego que nega a realidade – mas aquela esperança que dá coragem para encarar a realidade obscura ao redor e, mesmo assim, conseguir enxergar que existem saídas (assim no plural), e que há muitas pessoas trabalhando nessa busca.

Entre as razões de Luizinho para identificar-se com a Radis ele cita a presença frequente não só das questões indígenas, mas também de lideranças como Sônia Guajajara, Ailton Krenak e a deputada federal Joênia Wapichana (REDE/ RR), vozes pelas quais ele e “a galera do movimento” indígena sentem-se representados. Ana Augusta cita a revista “da oito mais oito”, a Radis 204 (set 2019) com a cobertura da 16ª Conferência Nacional de Saúde, como um exemplo de cobertura jornalística que traz uma diversidade grande de atores sociais. Richarlls diz que sempre lhe chamou atenção o fato da Radis não se limitar a ouvir as vozes acadêmicas.

Vocês fazem esse movimento de colocar falas não acadêmicas também. Tem as posições dos cientistas, mas também tem falas de controle social. Quando eu estava no Conselho Nacional de Saúde,

tinha sempre alguém do CNS falando da Radis. Lá trás, quando eu acompanhava, e agora também. Vocês têm esse cuidado e isso sempre me chamou a atenção de uma forma muito positiva, sempre entendi como forma de trazer outras narrativas que compõem a discussão da saúde, que em outro espaço, talvez não tenha tanta centralidade. É óbvio que tem o código científico institucional de articulação lá dos doutores etc. mas também uma ação para fazer representar ali, as falas de ativistas.

Em relação às vozes presentes e ausentes, Cainã diz considerar que a revista não deixa de abrir espaço para ninguém, que ela “é multidisciplinar e multifacetada, um espaço aberto para quem mais precisa, que são os grupos minoritários”. Num primeiro momento, diz não sentir falta de outras vozes pertinentes aos temas tratados.

Considero que há uma barreira, uma dificuldade exatamente para esses grupos minoritários e vocês abrem espaço para eles. A elite já está presente em toda a parte, a todo momento, os jornalistas, os famosos, os artistas. Aqui não, você escuta a mãe que está com fome, o nordestino que está passando um problema de seca novamente, a sociedade como um todo que tá sem vacina.

Questionada se não sente falta nas matérias Radis da voz dessa elite, dos artistas e dos que aparecem mais nos outros veículos, Cainã sorri: “Nem um pouco! Falarem aqui dentro da revista? Não. Porque o espaço de fala aqui é de quem entende e eu não acho que artista entenda de muita coisa não. Não que eles não possam participar, mas, para mim, eles não deveriam ser os protagonistas não”. A propósito da estratégia da Radis de colocar em seu perfil do Instagram as fotos e os vídeos de artistas e pessoas conhecidas se vacinando, como um estímulo à vacinação frente ao negacionismo, ela pondera que “agora que muitos deles estão se politizando e querendo aparecer defendendo uma causa, talvez fosse até interessante mostrá-los e eles se manifestarem”.

João Leopoldo percebe dois tipos muito frequentes de vozes no conjunto das edições que acompanhou nesses quase 20 anos de leitura da Radis. O primeiro perfil, segundo ele, é “a voz de quem tem a expertise, tem a experiência mais gabaritada para estar discutindo um assunto”, dando como exemplo os conselheiros de saúde e os especialistas nos temas abordados. O outro perfil é o das “vozes mais comuns, mais populares, além dos leitores na seção de cartas”. Em relação aos temas ausentes, João identificou a ausência de matérias contestando o uso da cloroquina nas revistas de 2020 e supôs que poderia ter sido alguma forma de censura.

Eu até vi algumas matérias sobre os protocolos. Mas sobre a questão do uso da cloroquina, ivermectina, essas coisas que estavam sendo muito discutidas em todo o país, gerando dúvida e discussão, não vi tanto. O tratamento precoce é um assunto que interessaria para a sociedade brasileira. Não que a revista se posicionasse, porque a gente sabe que, de alguma forma, tem toda uma estrutura de ingerência política que possivelmente não permitiria uma abordagem mais contundente. Mas eu sempre via a revista com essa liberdade de abordar assuntos de forma muito... Em todo e qualquer governo, sempre ela teve a liberdade de tratar, de criticar, de se posicionar. Em relação a questão do tratamento precoce eu não vi, pelo menos eu não lembro de ter visto, se tem alguma coisa eu não me lembro, eu não vi.

Avaliando um período de duas décadas em que acompanha a Radis, João Leopoldo considerou que a revista poderia ter tratado “mais e melhor” sobre a questão do orçamento da saúde, que sempre foi “um grande gargalo”. Considerou que a revista poderia ter publicado mais matérias sobre a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e, ao abordar o tema, “falar também sobre os novos perfis de família que são assistidas pelos agentes de saúde e as equipes de saúde da família”.

Em relação aos temas mais presentes na revista, Richarlls considera que a Radis “banca pautas necessárias e negligenciadas no campo da comunicação, ajudando na difusão de temas centrais para o debate democrático sobre um outro Brasil que queremos”. Ao refletir sobre o conjunto das matérias publicadas na última década e tentar identificar que vozes estariam frequentemente ausentes, Richarlls arrisca uma síntese não definitiva, mas que pode demarcar uma menor presença da voz de gestores do que nas décadas anteriores da revista Radis e das demais publicações do Programa Radis.

Eu estou pensando aqui, com medo de falar e depois cometer um erro, enquanto atores na saúde, pensando aqui em algumas edições que me marcaram e naquela em que contribuí (Radis 220, jan 2021), talvez tenha um pouco menos as falas do Ministério da Saúde, da gestão da saúde. Vou pensar e ver isso com mais cuidado.

Falar sobre temas e vozes ausentes motivou alguns dos participantes a sugerir pautas à revista, o que, de certa forma, dá concretude a lacunas que enxergam na revista, por outro lado traz para o ambiente das conversas de pesquisa o sentimento de apropriação da Radis como um espaço de ocupação. Luiz observou a ausência e sugeriu como pauta matérias sobre “a medicina das populações tradicionais hoje, o

que daria bons debates, como acontece nas Conferências de Saúde Indígena”. Sugeriu também abrir espaço para que os indígenas digam “o que pensam sobre o futuro”, e considerou que é preciso falar mais sobre própria Saúde Indígena e sobre doenças tropicais e negligenciadas, como a malária, que, naquele momento, avançava sobre as áreas Yanomami e no alto Rio Madeira, um processo que, segundo ele, não vem tendo um peso correspondente à sua gravidade nas coberturas jornalísticas da Radis. Cainã também não se furtou a apresentar sugestões de pautas à revista, repetindo o movimento e outros participantes de buscar intervir na realidade que investiga. “Não sei se vocês, vocês já falaram sobre adoção” inicia, justificando em seguida um dos temas que sugeriu para eventuais matérias. “Eu convidei especialistas e trabalhei a pouco com os meninos, eles ficam abismados com a gravidade dos números e a falta de informação em relação ao tema”.

A respeito de assuntos não abordados e pessoas que são ouvidas nas matérias, Lérida observou que a revista deveria dar mais ênfase a como as políticas de saúde são estruturadas para garantir o acesso a elas por parte da população. “Porque a gente constrói muitas políticas públicas com base num modelo que é muito bonito. Quando a gente redige uma política pública de saúde é muito bonito”, reforça a ex-conselheira nacional de saúde. “A revista é excelente, viu, professor? A revista, na grande maioria, a pauta é excelente. Mas como eu falei, eu gostaria de ver mais o debate de como estruturar o acesso diante das políticas existentes. Gostaria mais de ver algo sobre isso”.

#### **4.1.4 Sobre vozes protagonistas e o contraditório**

Lérida foi bastante direta em sua análise sobre as vozes ausentes e a necessidade do contraditório nos textos da revista. Para ela, Radis “privilegia como fontes as pessoas com ideologia de esquerda”. Identificou, portanto, como ausentes “os que não sejam de ideologia de esquerda”. Em determinado ponto da conversa de pesquisa, Lérida avisou que queria fazer uma “crítica construtiva”. Ouviu que toda crítica era bem-vinda para a pesquisa. “Eu percebo que a maioria dos que escrevem são de esquerda. Seria bom que fosse meio a meio, que buscasse essas pessoas, até para levá-las a uma reflexão com a entrevista”, prosseguiu: “E isso é ruim, porque não dá uma visão, entendeu?”. Para enfatizar, exemplificou com o nome de um

senador de extrema-direita do Rio de Janeiro. Sugeriu procurá-lo para que ele desse a sua definição do SUS e perguntar: “como é que o senhor acha que faria para o povo ter acesso aos serviços? Porque o senhor é senador, o senhor está lá para defender a população”. Ela considera que seja “difícil e complicado”, mas reafirma: “é assim. Eu gosto que tenha acesso, os dois lados iguais, entendeu?”.

Para defender a presença constante do contraditório nos diversos temas da revista, Cainã remete a exemplos de debates que promove em sala de aula, sobre “temas como armamento”. Ela diz aos alunos que não basta achar que o outro deve aceitar o que eles dizem. E os desafia a convencê-la: “me convença. Cadê o seu argumento para provar que armar a população no Brasil resolve?” “Ah não professora, no Brasil, não!” “Mas a gente está falando de Brasil? Não está falando dos Estados Unidos”. E, com isso, ela vai trabalhando com eles o hábito de argumentar, ouvir, respeitar. Dá como exemplo o “debate sobre a redução da maioria penal” numa página dedicada a opiniões contra e a favor na revista Mundo Estranho<sup>368</sup>, dedicada a temas científicos e curiosidades, que ela assinava. “É muito legal que a revista consiga trazer as duas vertentes. Não só uma defesa, porque, senão, ela realmente fica parecendo partidária. Mas a partir do momento que você ouve os dois lados e cada um vai conseguir expressar o que quer, isso é que é o mais legal.” Instada a dar outro exemplo de um tema polêmico para ser debatido na Radis desta forma, Cainã exemplifica com aborto.

Vocês podem lançar um questionamento. Vocês falam de aborto. Imagine que vocês tenham uma seção perguntando se o aborto deve ser legalizado no Brasil. E mostrar pessoas que defendam isso e pessoas que sejam contrárias, permitindo que, de alguma forma, quem está lendo tenha contato com os dois lados e possam concordar ou discordar das duas coisas. Eu acho fascinante isso.

Aborto é um tema frequentemente tratado na Radis do ponto de vista da saúde pública e do direito à saúde e à vida das mulheres vítimas de um alto índice de complicações e mortes em decorrência de abortamentos inseguros, a que são levadas em função de sua proibição legal e da não autorização pelo judiciário ou da recusa

---

<sup>368</sup> Editada pela revista Super Interessante.



por parte de profissionais e instituições de saúde realizarem os abortos permitidos pela lei.

Ao analisar a forma secundária ou ausente com que vozes contrárias à defesa da saúde pública e de direitos humanos são tratadas em determinadas matérias da Radis, como é caso das que problematizam a descriminalização do aborto, Elânia entende que

a Radis apresenta um contraponto, ela é o contraponto em relação ao ponto que é hegemônico na sociedade, que está 24 horas, sete dias por semana, na mídia. A revista traz o contraponto uma vez por mês em apenas 36 páginas. Não acho que tem que ter os dois lados em tudo, eles que lutem.

Outro tema recente nos debates em aulas da professora Cainã foi sobre “liberdade de expressão e discurso de ódio”. Para montar esse tema, ela relata que buscou trazer “os dois pontos, o de quem realmente quer expressar sua opinião e o de quem extrapola esses limites e acaba caindo no discurso de ódio”. Diante da pergunta à participante sobre a forma com que a Radis poderia abordar um tema elencado no Enem, como a “violência contra mulher” colocando “os dois lados dessa questão”, Cainã conclui que, em relação a este, não funcionaria. Terra Indígena? “Sim”, entende ela, “perguntando, por exemplo: você é a favor de uma nova demarcação ou do cumprimento da lei, que era pra ser irrevogável?” Cainã relata que todo ano ela trabalha a questão indígena como temática; “Nunca caiu, mas um dia cai”. Cainã considera que o debate entre pontos de vista opostos não é interessante apenas para os vestibulandos, mas “para qualquer pessoa saber que existem dois lados e respeitar os dois lados”. E que não basta ter uma opinião, mas acrescentar a ela um repertório de conhecimentos sobre o tema, justificando essa opinião.

Não tem que abrir resposta para um agressor de pessoa trans ou de uma mulher, um feminicida. Mas, por exemplo, se há alguém que se diz religioso e argumenta contra a homossexualidade citando a bíblia, importa saber quais são esses argumentos e ouvir os argumentos que quebram aquela justificativa. Lidar com os argumentos e os contra-argumentos pode ser importante. Na questão do desarmamento, há quem defenda o armamentismo baseado no direito à vida, essa pessoa diz “é um dos meus direitos e se a justiça não está sendo eficaz, eu vou ter que ter a minha arma para me proteger”. É importante conhecer esse argumento para que ele seja confrontado com outra visão do direito e com um outro argumento que quebra o anterior. Não é botar o sujeito que matou a mulher para falar, mas

mostrar que existem pessoas que pensam como ele e mostrar como esse pensamento é construído e como pode ser desconstruído.

Analisando as escolhas das vozes que tratam dos temas ambientais e defendem o ambiente nas reportagens da Radis e, instado para falar sobre a presença do contraditório nessas matérias, Luiz afirma que não veria contribuição ao debate caso a revista “colocasse os pontos de vista contrários só para polemizar”. Defende que “a problemática ambiental seja abordada do ponto de vista da proteção ambiental e da saúde”. Luiz considera que a polarização de opiniões nas redes faz com que as pessoas discutam muito e já tenham uma visão pré-concebida. Perguntado se a Radis é vista em seu contexto como tendo um viés de esquerda dentro desse ambiente de polarização e, em função disso menos lida, ele responde que não. “Radis traz informação técnica e científica que atrai o interesse técnico sobre a saúde, como no caso das matérias sobre desmatamento, que trazem mais informação além de trazer a denúncia.”

Elânia foi colocada diante da possibilidade de a Revista Radis adotar como padrão jornalístico o critério de ouvir igualmente “os dois lados” de uma questão – alegado e não necessariamente praticado pela mídia tradicional e, de certa forma, esperado pela maioria das pessoas que acreditam em um discurso de neutralidade da mídia e do jornalismo. Como exemplos comparativos para a reflexão, foram lembrados os casos já citados relativos a aborto, doação de sangue por homens que fazem sexo com homens e outros sobre direitos da mulher, políticas de prevenção e tratamento contra HIV/Aids. Em conversas com Lérica e Júlio, tinham sido levantados exemplos de matérias em que falem uma maior diversidade ideológica de parlamentares, garantindo sempre o mesmo espaço de fala para o ponto e o contraponto nas questões contraditórias. Nesse contexto, Elânia produziu uma análise em que vê nos sentidos hegemônicos circulantes nos espaços públicos e na comunicação que permeia a sociedade um contraponto ao discurso da Radis sobre saúde e direitos. “O pensamento de nossa sociedade já não está apresentando um contraponto?”, questiona, explicando em seguida:

Uma vez, na faculdade, a gente queria fazer um debate sobre o aborto, sobre a legalização do aborto. E a gente começou a pensar quem chamar, como é que ia ser, o que ia acontecer nessa conversa: “Vamos chamar uma pessoa que é contra a legalização do aborto,

uma que é a favor da legalização do aborto, dar trinta minutos de fala para cada uma e abrir para plateia perguntar...” E a gente pensando: “Ah, nossa, é, pode ser. É justo? É, é justo”. Aí minha colega falou: “Eu não acho que é justo. A gente já fica vinte e quatro horas por dia ouvindo argumentos de quem é contra a legalização do aborto. Eles têm mais do que trinta minutos de fala, eles têm a sociedade inteira de fala, eles têm o lugar de fala totalmente assegurado. E aí a gente vai dar mais trinta minutos no único lugar em que a pessoa que não tem espaço para defender a legalização vai falar?”. Então, sinceramente, Rogério, eu não acho que tenha que ter essa coisa do contraponto não, eles que lutem. Eles que lutem não, eles já estão falando?

Elânia tomará como exemplo uma reportagem sobre os resultados das eleições municipais de 2020 no Brasil (Radis 220, jan. 2021), que ela escolheu para analisar no próximo capítulo, matéria que trata do desejo por diversidade na política expresso sinalizado pela alta votação em candidatas transexuais, negras, quilombolas, indígenas. Coincidentemente, dentre 226 edições da Radis de 2002 a 2021, dois outros participantes, Richarlls e Ana Augusta também escolheram matérias desta mesma edição para analisar, o que nos possibilitará entrar em contato com análises dos mesmos textos a partir de olhares diversos.

Em suas análises das matérias específicas no próximo capítulo, os leitores João Leopoldo, Ana Augusta e Vanilson levantam questões sobre haver ou não um lugar de protagonismo na Revista Radis para as vozes de pessoas, grupos e populações mais vulneráveis ou historicamente excluídos do poder nos espaços públicos, na mídia e nos processos de comunicação no campo da saúde.

## 4.2 ANÁLISES DOS PARTICIPANTES SOBRE AS MATÉRIAS ESCOLHIDAS

Nesta seção, são apresentadas as análises de cada um dos participantes sobre cada matéria por eles escolhida. Em seu conjunto, essas matérias compõem o corpus específico de análise da pesquisa. Quando mais de um participante analisa uma matéria, os tópicos reúnem as várias análises em um mesmo texto e em uma mesma tabela de mapeamento de vozes presentes e ausentes. Quando são analisadas matérias correlatas, elas podem ser estar contempladas em um único tópico, podendo também estar incluídas numa mesma tabela de mapeamento.

Os textos são acompanhados de ilustrações com figuras que mostram a capa da edição, quando a matéria é referida a ela, ou o miolo da edição, quando a matéria não é destacada na capa. A diagramação desta seção foi adequada para possibilitar melhor leitura e facilitar a visualização e vinculação das ilustrações e tabelas com o texto a que se referem.

### 4.2.1 Vozes em disputa no SUS

Júlio escolheu para analisar, em conversa realizada em junho de 2021, matérias que discutem o SUS em três momentos distintos e por ângulos diferentes. Uma sobre a crise e a incompletude do SUS, em abril de 2013, às vésperas das mobilizações de rua em junho daquele ano. Outra sobre o papel do Congresso em relação ao sistema de saúde, em setembro de 2015, às vésperas da abertura do processo de impeachment contra a presidente da República naquele ano. A terceira era sobre o aumento da percepção do valor do SUS, em dezembro de 2020, final do primeiro ano da pandemia de Covid-19, que assolou o país. Esta última, segundo ele, para “pensar um pouco as perspectivas para o futuro”. Júlio iniciou suas análises pela Radis 127, de abril de 2013.

Figura 1 – Radis 127, Capa



Ele releu a revista antes de nosso encontro. Para comentar a edição, baixou o PDF do site em uma segunda tela e foi revendo-a, página a página. Gostou da capa e pontuou que a metáfora é conhecida e a discussão da crise do SUS antiga, mas que ambas ficaram interessantes reunidas ali:

Eu achei a capa com a metáfora bem apropriada para a discussão do tema em decorrência de que essa é uma afirmativa de quem trabalha, de quem vive o SUS, a gestão, a militância e a academia com essa ideia de que o SUS é incompleto, não funciona... que está sempre em processo de construção. O problema é essa construção virar a “Construção” [da música] do Chico Buarque, que mata os construtores no asfalto. Mas é uma discussão interessante e a capa está bem colocada. Acho que ela foi muito feliz, porque você vê que, no debate, tem gente que acha que o copo está meio cheio e tem gente que acha que está meio vazio.

Levando a sério a proposta de olhar a reportagem principal dentro do conjunto de matérias da edição, Júlio prossegue a análise abordando mais a fundo uma nota de Súmula, na página 5, sob o título “Médicos: Concentração nos centros urbanos”.

Único médico dentre os leitores participantes da pesquisa, Júlio evoca um aprendizado dos bancos da faculdade de medicina.

A questão da distribuição de médicos do país é um problema antigo. Eu me lembro, quando aluno, ter assistido a uma palestra de [Carlos] Gentile de Mello, em que ele dizia... “Olha, no Brasil a distribuição de médicos é terrível, mas, aonde tiver uma agência bancária, você vai encontrar um médico”. Pode ser que hoje em dia com a internet e o Pix, a gente não precise de uma agência bancária. Mas, com certeza, há uma relação muito forte entre esse comércio, enfim, de pujança de alguma coisa econômica, com a presença dos profissionais. Então, essa matéria é interessante, mostra bem essa desigualdade da distribuição e acho que foi uma matéria bem feita. Mostra essa concentração no Sudeste e nos centros urbanos. (...) É um dos pontos pelos quais o Sistema Único de Saúde ainda continua em construção, 30 anos depois da legislação que o estabelece, a Lei n. 8080, de 1990. E qual é essa questão? É a questão de você não ter uma alternativa, uma política de pessoal realmente nacional. Você não pode pensar num Sistema Único de Saúde se você não tem realmente pessoal qualificado, com carreira de Estado, certo? Essa ideia da carreira de Estado eu acho natural, nós já discutimos muito isso. Você me falou no outro dia, na entrevista, que uma Secretária do Ministério da Saúde tentou e não conseguiu implementar uma política de carreiras e salário do SUS. E realmente, eu até comentei com você que isso vai além da governabilidade dela e eu acho que vai até além da governabilidade do Ministério. Isso tem que ser política de Estado. Ou você quer ter um Sistema Único público, universal, e para isso você precisa ter profissionais que estejam dentro do sistema, concursados, com carreira, com perspectiva de progressão e ganhando bem, seja no interior lá do Mato Grosso, na fronteira com o Pará, ou seja na capital de São Paulo ou, enfim, no Chuí ou em Manaus. Você tem que ter esses profissionais ganhando bem e com uma política remuneratória adequada e que favoreça esse processo de interiorização.

Ao abordar iniciativas em seu período de gestão como secretário estadual de saúde, Júlio cita estratégias de remuneração específica para médicos e outros profissionais de saúde que adotou para interiorizar a atenção à saúde no Norte do Mato Grosso. Cita também o Programa Mais Médicos, que foi alvo de muitas críticas do Conselho Federal de Medicina, um ator social de grande poder na saúde do país. Como a matéria de Súmula menciona, o estudo de Scheffer foi encomendado pelo CFM, o que significa que, ao expor a contínua concentração dos profissionais nos centros urbanos do Sudeste e Sul, a voz do pesquisador tem por trás o amparo da voz do CFM.

A discussão sobre planos de carreiras no SUS conduz a fala de Júlio para os temas abordados nas sete páginas da matéria de capa escolhida, em que as fontes

ouvidas discorrem, principalmente, sobre a parte meio vazia do copo. O título na página 9 dá a senha: “o que falta para termos o SUS por inteiro?”. Júlio prossegue elencando uma distorção na gestão da força de trabalho que ele considera inadmissível. Comenta que, até há algum tempo, quando ele ainda acompanhava esse processo como consultor do Conass, observava que, como o Ministério da Saúde não fazia concursos, mais da metade dos profissionais que trabalhavam no Ministério tinham como vínculo contratos temporários por meio de organismos internacionais como a OPAS ou a UNICEF. Outro problema que aponta é a manutenção de profissionais na ponta, como nos hospitais federais do Rio de Janeiro, para manter unidades que, na sua visão “e na lógica do sistema”, deveriam ser operadas pelos estados ou pelos municípios.

O SUS do Rio de Janeiro tem algumas fragilidades e acho que essa é uma delas. Você vê na pandemia, agora, o pessoal mostrando [voz da mídia] como os hospitais federais poderiam estar atendendo muito mais gente, mas não oferecem os leitos porque ainda não estão equipados, mas, principalmente, porque não têm pessoal. Então é um pouco por aí, para resolver isso, no âmbito do governo, do Executivo e com apoio do Legislativo, tentar realmente uma política pessoal do SUS. Se você vai nos países que têm propostas de sistemas públicos universais, Inglaterra, Canadá, França, Espanha, todos eles têm essa política de pessoal. Mas não precisa ir pra outros países, as universidades públicas, inclusive em todas as avaliações aparecem muito melhores do que as privadas, elas são compostas com pessoal de carreira. Tem que fazer concurso, entrar e ascender dentro da carreira, com todas as regras estabelecidas. Qual a dificuldade? “Não tem dinheiro para isso, é muita grana, é não sei o que”. Aqui [em Mato Grosso], no tempo do governador Blairo Maggi, para tentar talvez atingir a gestão anterior, do Dante [de Oliveira], a secretária de saúde Mirna dizia que a saúde estava inchada, tinha gente demais. No período em que eu fiquei secretário, uns oito anos, nós tínhamos feito quatro concursos. E a ideia seguindo inclusive o conselho de um antigo conselheiro do Tribunal de Contas, muito sério, que dizia “Júlio, faz concurso, eu não entendo porque na saúde não se faz concurso todo ano, nas universidades sai um professor aposentado abre a vaga e faz um concurso...” “Ah, mas é difícil...” “É difícil porque deixa acumular cinco, dez anos e o concurso fica mais complicado e caro... Faz concurso. Saiu lá? Abre a vaga, faz um concurso”. Eu pensei... Esse cara tem toda razão. E fizemos quatro concursos, todo aquele pessoal que era precário, ou ainda vinha de antes da Constituição, era celetista, pertencia às fundações de saúde fez concurso. Eles foram aprovados ou não e tiveram que sair, era a legislação que tinha. O nosso plano de carreira ficou muito bom. A folha salarial da saúde subiu, lógico, mas isso eu discuti na época dentro do governo: “olha, é lógico que subiu, mas nós temos que cumprir o preceito condicional,

a Emenda 29, que diz que os Estados têm que chegar a 12%”, e nós, na época, estávamos gastando 6%. “Ora, o que vocês estão reclamando?” O secretário de Fazenda queria me matar... E eu completava: “não, eu ainda vou chegar nos 12%, fica calmo, fica frio...” Os Secretários de Fazenda são todos parecidos. Eles acham que o dinheiro é deles

Júlio conta que, nos anos 2000, com a criação do plano de carreiras da saúde no Mato Grosso, foram realizados mais dois concursos e instituído um repasse fundo a fundo do estado para os municípios com transferência direta de recursos, inclusive para salários. “Quando nós saímos, eu não consegui executar 12%, cheguei a 10,5%, mas já deixei os 12% para o orçamento do ano seguinte em proposta aprovada na Assembleia Legislativa. Mas isso já é história...”

Uma característica da matéria escolhida por Júlio é o fato de ela ser, de certa forma, a continuação de reportagem anterior na Radis 104, de abril de 2011, intitulada “O SUS que não se vê: Por que o verdadeiro tamanho do sistema desaparece aos olhos dos brasileiros?”. As razões da invisibilidade das virtudes do SUS encontravam-se no centro dessa discussão. Desta vez, porém, o objetivo era discutir criticamente o que faltava ao SUS, bem como os pontos cruciais da concepção original da Reforma Sanitária e do SUS que ainda se encontravam pendentes e as suas razões. Na imagem da página de abertura da matéria no interior da revista de 2013, uma porção de água começa a ser despejada dentro do copo meio cheio/vazio que simboliza o SUS e o subtítulo acrescenta: “Subfinanciamento, privatização do que é público, controle social enfraquecido e foco na assistência em detrimento do conceito integral e ampliado de saúde são alguns pontos que afastam o sistema de seu projeto original”.

Voltando às análises de Júlio sobre a matéria e as falas dos especialistas sobre o “copo” do SUS:

De uma maneira geral, eu acho que as análises são explicativas e todos os diagnósticos entre aspas feitos pelas pessoas se complementam. Eu acho que várias pessoas colocam coisas e se complementam. A Sônia [Fleury] por exemplo, fala das políticas econômicas e sociais dos sucessivos governos que não favoreceram o SUS e isso é um fato. O Gastão [Wagner] fala da questão ideológica e cita até seis desafios que o SUS teria que superar. Todos eles são pertinentes. A questão do subfinanciamento da Atenção Básica, da falta de redes, modelo de gestão, política de pessoal, ele cita também. A revista faz a discussão, ela volta ao Arouca e mostra a 8ª Conferência, que era um pouco a nossa visão e uma visão correta de que a Reforma Sanitária era muito mais que assistência médica,



estava dentro desse contexto ampliado de saúde associada às reformas em geral, a reforma do sistema bancário, Reforma Agrária, enfim... à melhoria de condições de vida. Você não pode ver a saúde desconectada, vamos dizer assim, das políticas públicas e das políticas sociais. Corretíssimo isso! É impossível. A menos que você veja a saúde apenas como uma mera prestação de serviço, como o “planinho” de saúde... que você veja a saúde pública dessa forma. Que não é o nosso caso.

Entre os analistas, Jairnilson Paim foi um dos que mais insistiu em lembrar que a Reforma Sanitária vai além do SUS. De um modo geral, todos nessa matéria fazem um discurso muito próximo ao que seriam as análises do próprio Júlio. Quando perguntado sobre algum outro perfil de ator social que poderia ou deveria estar presente no conjunto de falas convocadas para a análise da situação do SUS, Júlio se empolga:

Bem colocado. Essa é uma crítica que eu ia te fazer. Lógico que faltam outros atores, porque aí você tem acadêmicos na linha de políticas públicas, gestores, Sônia, Gastão, Arlindo, Odorico e tem um só representante do controle social que é o Ronald. Ele e a Maria do Socorro. Você vê que é uma desproporção? Uma desproporção.

Júlio olha para esse conjunto de atores e exclama: “falta o povão aí!”. Em seguida, amplia a análise para as falas nas edições da Radis em geral e para o meio sanitário em que ela está inserida:

É a coisa da revista, que eu acho que te falei. A Radis é uma revista direcionada mais para quem já está dentro do sistema? Quer dizer, há todos aqueles que acreditam na Reforma Sanitária, militantes do SUS etc. Eu incluo aí, nessa militância do SUS também os representantes nos Conselhos, os participantes, sejam eles representantes de profissionais de saúde, dos usuários, em uma ou outra medida eles são... eles estão nessa militância do sistema. E aí falta... Eu acho que o problema não é nem da revista, o problema é nosso, do movimento, nós não encaixamos... Nós ficamos falando de nós mesmos para nós mesmos, está entendendo? Nós conversamos no máximo com um representante de usuários, quer dizer, conversávamos, porque nem isso está acontecendo mais, agora que governo está acabando com todos os conselhos e dificultando... Só não acabou ainda com os conselhos de saúde porque ele acredita que com a pandemia não ia dar e, talvez, porque prevê que a reação seria muito forte. Mas, mesmo assim, o que a revista reflete um pouco eu acho que é uma dificuldade do movimento. Quer dizer, nós fazemos a defesa dessas políticas sociais ampliadas e políticas públicas articuladas com isso e com aquilo, mas, na saúde, nós nos fechamos. Eu não vou dizer que a gente fez um gueto, porque realmente um movimento é muito maior, não é um gueto. Mas nós nos fechamos à possibilidade de incluir

outros atores dentro do debate, por exemplo, o setor privado da saúde. Eu me lembro quando se excluiu o setor privado dos conselhos, eu achei um absurdo, eu fui contra e falei: “não, eu quero esses caras aqui do lado, até para saber o que eles estão pensando pô. Como é que não? Os caras estão aí...” “Ah, mas são contra o SUS...” “Mas não importa que sejam contra o SUS. É por isso mesmo que nós temos que ter um diálogo permanente com eles.” E o resultado, o que aconteceu é que o setor privado deu a volta nos conselhos e foi fazer lobby lá nos centros decisórios? E aí a gente só fica sabendo quando é publicado... “Ó, saiu um decreto aí dizendo que agora a Atenção Básica também vai ter o setor privado, olha saiu...” Está entendendo? Então, é um erro, na minha opinião, um erro político estratégico.

Júlio remete ao passado pluripartidário do movimento sanitário nos anos 1980, ao dar seguimento à sua análise:

Eu estive pensando nisso e até marquei para comentar com você. Não é um problema da revista, acho que a revista está refletindo um problema do Movimento Sanitário. Eu tentei me lembrar, inicialmente, eu não sei se era dentro do SUDS, ou se no início da participação dos conselhos, houve inclusive debate, deliberação, no sentido de... Eu acho que a proposta inicial dos conselhos de saúde colocava representantes do setor privado. Depois isso foi eliminado. E quando um ou outro conselho tem esse representante, é disfarçado, quer dizer, ele não vai lá como representante do setor privado, ele representa, sei lá, alguma outra coisa...

Nesse momento, Júlio faz uma observação que antecipa uma crítica a outra revista que escolheu para comentar, que tem como chamada de capa “As ameaças que vêm do Congresso”, a Radis 156 (set 2015). Ele repete que o debate com outros pontos de vista é necessário dentro das instâncias colegiadas da saúde e traz como exemplo o que ocorre no Congresso Nacional.

No Congresso você tem uma representação muito mais conservadora, mas você tem uma diversidade muito maior de vozes e de interesses. Essa matéria que vocês fizeram na Radis 156, ‘Ameaças dentro do Congresso’, mostra bem isso. Lá é até o inverso, lá os setores... (mostro a ele, pela tela do computador, a capa da revista) ...essa, ‘A ameaça vem do Congresso’. Lá você tem uma diversidade muito maior, predomina evidentemente o setor conservador, até porque, aqui entre nós, a sociedade brasileira... e aquilo ali é um retrato da sociedade brasileira. Não adianta, infelizmente é isso. E se nós quisermos encher o copo do SUS, nós vamos ter que ir lá para dentro e ganhar a briga lá dentro, está entendendo? Seja tendo maioria, seja tendo partidos políticos realmente comprometidos com essa proposta, seja aumentando a representação dos setores populares. Fazendo acordos com esses setores, porque não dá para você impor só o que

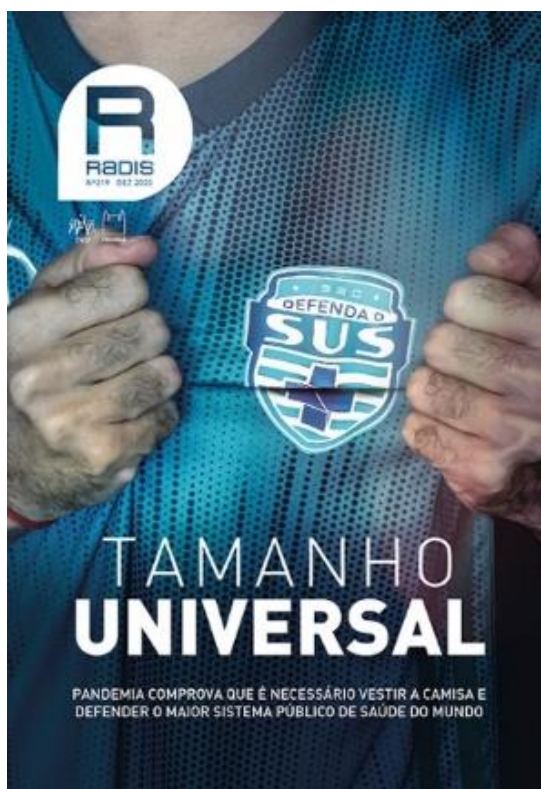
you want. Then, it's political. But this we leave for comment in the next Radis.

When talking about the issue of expansion, of incorporating other sectors representative of society both in the sanitary movement and in the own Radis, Júlio proposes to go beyond the traditional representatives of SUS users.

In general, when we work with users, we work with those users who represent the sectors that use the SUS. Everything is natural. But there must be a space also to dialogue with those sectors of society that do not use the SUS, the middle class, who work, have their "little plans" of health and pay it through their income tax. It is a smaller, much smaller segment from a statistical point of view, but it is important. You see that every time we do an evaluation of the SUS, it is this segment that does not use the SUS that evaluates the SUS worse. And it evaluates worse because it does not know and this is a matter in which the work of information in health, of communication can interfere. The Radis, for example, not in itself, I think that it does not have to change the vision, but we could work better on this, incorporating, we could say, the concerns, the anxieties, the demands of these categories that now, with the pandemic, have come to be vaccinated in the SUS or seek the SUS when they need to do a transplant, a high-cost treatment, or even when they become chronic renal, etc. When they need to use the high-complexity service, these sectors come to the SUS. These sectors, when they have this contact, begin to evaluate the SUS much better.

After a year of articles depicting the desperate reality of the pandemic in the country, the editorial of the magazine opted to depict in Radis 219, of December 2020, the discovery by many and the late valuation by the majority of the population of the system that allowed the country – despite the nefarious posture of the Federal Government and of various state and municipal governments – to avoid that the calamity provoked by Covid-19 was even greater. The edition brings the headline "Universal size: pandemic proves that it is necessary to wear the shirt and defend the largest public health system in the world".

Figura 2 – Radis 219, Capa



Então, essa crítica não é tanto à Radis, mas ao movimento. Eu acho que a Radis está refletindo um pouco isso. E quando eu te falo de ter políticas de comunicação para esses setores, eu penso que estamos perdendo novamente uma oportunidade agora, com a pandemia. Quer dizer, essa matéria, essa revista que vocês fizeram aí com a pandemia está maravilhosa. Essa sacada de vocês foi maravilhosa. Eu babei com ela, sabe por quê? Porque vocês pegaram exatamente esse meio. Quer dizer, está toda a população entendendo a importância do Sistema Único de Saúde. Só que a revista tem quantos leitores? Vocês publicam com que tiragem? (...) O que estou tentando dizer é o seguinte. Hoje em dia eu sei que a internet mudou muito isso. Mas, de alguma forma, teríamos que conseguir chegar nesse espectro maior de população. Você tem que aproveitar os meios existentes e utilizar estratégias, inclusive. Eu não conheço muito aí, mas eu sei que teve gente ganhando eleição por estratégias de comunicação em rede social. Tá na hora da gente começar a pensar em estratégias também, para rede social? Quer dizer, não nos limitarmos apenas a reproduzir o que nós já temos, mas pensar coisas novas. Em relação à mídia impressa tradicional, revistas, jornais, eu nunca entendi por que o Ministério da Saúde não compra espaço, uma página todo domingo dos principais jornais, Globo, Folha, Estadão e coloca uma matéria. Ou, se o Ministério se omite em relação a isso, a Fiocruz trata de arrumar dinheiro para fazer isso, porque a Fiocruz pode fazer isso. A Fiocruz em certa medida é a casa matriz da Reforma Sanitária. As

matérias que vocês têm são muito boas, podem fazer matérias inclusive com foco naqueles usuários que seguramente vão ler o jornal, que vão ter interesse de acordo com a matéria. Se nós formos fazer uma discussão sobre conselhos de saúde, seguramente poucos vão ler, mas se você colocar uma coisa lá que interesse às pessoas, a essa clientela, isso vai ser lido. Por exemplo, essa matéria sobre o SUS na pandemia, de dez páginas, essa valeria um encarte na *Veja*, ou na *Isto É*, que têm grande circulação. Chega lá e bota um encarte do “SUS, tamanho universal: A maior torcida do Brasil”. Ter isso, sei lá, uma vez por mês. Faz duas, três, quatro páginas de matérias que possam despertar interesse. Faz uma pesquisa qualitativa, levanta o que as pessoas mais querem discutir sobre saúde e faz a coisa mais ou menos direcionada e sempre estabelecendo o link com o SUS. Por exemplo idosos, Alzheimer, isso atinge diretamente a população, especialmente essa população já de classe média.

Quanto aos usuários que participam dos conselhos ou os agentes de saúde que integram a Estratégia de Saúde da Família, Júlio os vê como “um elo de transmissão nessa comunicação com a população” e retoma exemplos de ações que experimentou quando secretário de saúde do Mato Grosso. Relata que, em 1998, a Secretaria de Saúde fez um Guia do Usuário do SUS, “talvez o primeiro do Brasil”, imprimiu 50 mil exemplares e colocou nas mãos dos agentes de saúde. O Guia trazia por ordem alfabética as informações básicas sobre o sistema e como as pessoas poderiam ter acesso aos serviços. Simultaneamente, conta, uma central de atendimento telefônico ao usuário foi criada, com cerca de dez pessoas atendendo em tempo integral. As pessoas ligavam e tiravam as dúvidas, recebiam informações elementares sobre o sistema, esquema de vacinação, atendimento a recém-nascidos, atendimento a HIV/Aids etc. Os guias de usuários foram distribuídos em todos os municípios do estado, para todas as secretarias municipais e a todos os conselhos municipais de saúde, com orientação para que fossem entregues pelos agentes à população em geral, às associações, aos sindicatos etc., relembra Júlio.

Hoje em dia, você vai dizer que isso está ultrapassado, com a internet, os sites, as redes sociais. É só fazer um troço adaptado para as redes sociais né? Melhor ainda, mais fácil! Se todo mundo, hoje, qualquer criança, entra aí no celular... Faça isso, vamos! São exemplos que eu estou dando para melhorar a nossa comunicação, porque as pessoas vão ver o que interessa a elas, num primeiro passo. Elas não vão ver por ideologia, por achar que SUS é o melhor sistema, porque é solidário. Não! Mas porque o SUS funciona e atende as demandas delas. A partir daí elas podem passar a defender o SUS. “Não, eu fui muito bem atendido e eu acho que tem que continuar”.

Júlio explica que a estratégia para chegar aos usuários em geral era tratar de questões práticas no guia, com perguntas do tipo: “o SUS em Mato Grosso tem algum serviço de referência para queimados? Como proceder em caso de uma queimadura?” E respostas objetivas: “sim, neste endereço, para tais serviços, com esses contatos”. E acrescentando outras informações básicas sobre como prevenir queimaduras ou o que fazer em caso de queimadura.

Eu já falei da política de pessoal e estou falando agora da política de comunicação. Das políticas públicas, do SUS especialmente. Acho que a Radis é excelente como revista, mas para esse público mais específico, que é militante, está na periferia, mas é da associação de bairro, é representante de usuários. São pessoas, eventualmente, com mais inquietações e que procuram uma informação mais qualificada. A Radis está maravilhosa e melhorando. Estive vendo e notei uma evolução nos números de 2013 para 2015, de 2016 para 2020. Senti que está melhorando, inclusive, na apresentação. Eu acho que é sinal de que vocês estão atentos aí, com as mudanças dos tempos. (...) Sobre essa questão dos debatedores, daqui a pouco vocês não vão ter debatedores, porque a turma tá toda envelhecendo. São os mesmos de 30, 40 anos atrás. Eu estou aqui dando entrevista para você. Era para você estar entrevistando outro. Isso aqui é que nem no futebol. Quem é o novo Neymar que tá aparecendo por aí?

Outra questão que ele destaca como recorrente na Radis é o acompanhamento das mobilizações políticas do setor e a presença das vozes dos movimentos da saúde. Cita, nesta edição do copo, a matéria sobre o movimento da sociedade civil contra uma proposta do governo Dilma para beneficiar planos de saúde, que provocou a forte reação de organizações da sociedade civil como a Abrasco, o Cebes e o CFM. Na página 20, sob o título “Sociedade civil vigilante”, a matéria descreve a reação das entidades e do Conselho Nacional de Saúde contra articulações do governo comadoras como Bradesco, Qualicorp e Amil e um pacote de medidas previsto para “estimular” as operadoras de planos de saúde com redução de impostos e aumento de subsídios, com objetivo de “facilitar o acesso das classes C e D a planos de saúde privados, reduzindo os preços e ampliando a rede credenciada”. A reação surgiu a partir de manchete no jornal Folha de S. Paulo (27/02/2015) – “União quer ampliar acesso a planos de saúde” – e tinha numa nota da Abrasco o argumento síntese contra a iniciativa do governo: “ao tornar os planos de saúde peças centrais do sistema de saúde, o governo brasileiro segue na contramão dos sistemas universais, que

valorizam a solidariedade, a igualdade e a justiça social e não o lucro com a doença e o sofrimento”. Sobre a matéria, comentou Júlio:

Esse tipo de matéria é importante. É importante inclusive que esse debate saia do nosso grupo, vamos dizer, da nossa tribo. É isso que eu digo. Por que essas coisas dos planos de saúde? Então, a matéria está boa, podemos fazer uma adaptação dela, talvez pensando num público maior. É o caso de botar numa página semanal desses jornais ou botar isso na mídia, e nessas mídias que são mídias já conhecidas, que tem credibilidade e que as pessoas vão ler, um outro público vai ter acesso e vai ler. Pode concordar ou não, mas é importante esse tipo de coisa.

Retornando à Radis 127, a discussão de vida saudável, desenvolvimento de saúde, contemplada na matéria da página 21 sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável tem tudo a ver com o movimento de saúde e interessa a todo mundo, na visão de Júlio. “Mas nós tratamos disso de uma forma muito focada, muito para dentro, é esse o problema”, analisa.

Hoje, a população é extremamente receptiva ao tema da vida saudável. Eu vejo minhas filhas, os filhos dos meus amigos. A garotada toda querendo fazer atividade física, com preocupação com dieta e como se alimentar melhor, preocupada com bons hábitos, não fumar, evitar álcool, não comer gordura. [O jogador de futebol] Cristiano Ronaldo está lá, não toma Coca-Cola, tira a garrafinha da mesa, bota água. Poxa, você pega essa matéria aí, bota o Cristiano na capa e fazemos uma matéria sobre alimentação saudável e vida saudável, dizer que com isso nós vamos ter mais vida, isso e aquilo. Enfim, ampliar essa coisa. A revista aborda esses temas, mas fica, eu acho que é um problema nosso do movimento, fica limitada a uma discussão só entre nós.

Uma contribuição fundamental que Júlio traz nessa análise da comunicação pública é o quanto essas abordagens já existentes na Radis precisam alcançar públicos maiores e de fora do universo da saúde coletiva e da participação no SUS, onde o discurso da mídia comercial não pautado no direito à saúde é o que prevalece. Embora defenda a abertura do espectro das pautas e das abordagens, Júlio considera que é importante também continuar fazendo matérias principalmente “dos segmentos sociais que têm mais dificuldade de acesso, de terem a sua voz ouvida”:

A matéria sobre mulheres camponesas (Declaração do I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, na seção Pós-Tudo) está muito interessante. As matérias sobre saúde indígena moradores de rua, que vocês trabalham muito também são

importantíssimas. É fundamental que se continue. Você vê que, na pandemia, todos os meios de comunicação abriram espaço para divulgar essas campanhas de solidariedade. O que eu recebi no celular de pedidos de ajuda, solidariedade para isso e para aquilo foi maravilhoso. Há um ambiente propício, uma receptividade, hoje em dia, para todas as questões contra discriminação étnico-racial, contra discriminação de gênero, enfim, é fundamental continuar a trabalhar nessa linha.

Júlio registra ter notado uma mudança gráfica na revista nos últimos dez anos, “com o índice muito mais fácil de ser visto, com muito mais fotos, o que a torna também mais leve, que é uma preocupação que a gente tem que ter”. Para exemplificar essas mudanças no design da revista, ele passa a analisar a Radis 219. Ele comenta também um infográfico, nas páginas 16 e 17 da Radis 219:

Quando você conversa com a velha guarda, a gente fala muito, muito mais do que devia. Então, isso acaba que fica monótono, tem que ser uma coisa mais leve. E a matéria sobre o SUS de 2020 (Radis 219), eu acho que está muito dentro disso. São matérias mais curtas, com mais falas, muitas fotos, tem um painel aí que vocês deveriam reproduzir e mandar para todo mundo (...) Está maravilhoso! “Aqui tem SUS”. Isso aí deveria ser uma matéria de propaganda em todos os serviços do SUS do Brasil. Fazer uma cópia disso, uma apresentação etc. A Fiocruz tem grande penetração. Manda isso para todas as secretarias de saúde dos estados, dos municípios. Um cartaz, tipo um folder que se transforma em cartaz, para as pessoas pregarem isso nas paredes nos centros de saúde, enfim, em todos os serviços. Porque está muito boa e dá uma ideia do SUS. É isso aí. Essa matéria (de capa da Radis 219), eu achei espetacular e a forma com que foi apresentada leve, com desenhos, facilita a leitura.

Figura 3 – Radis 219, Miolo





A escolha da Radis 156, com a matéria “[SUS] As ameaças que vêm do Congresso” por Júlio se deveu à identificação com o tema e por considerar que essa reportagem “aborda a questão central, que é a da viabilidade ou inviabilidade política do avanço do SUS, de encher o copo”. Mesmo achando “boa” a matéria, fez, em sua análise, críticas ao enfoque dado na edição final. Mas antes de entrar nessa discussão, quis comentar outras matérias da edição.

A primeira, na seção Expressões e Experiências (p. 2), dedicada a matérias relacionadas ao campo da Comunicação e Saúde, leva o título “Comunicação pública nas redes: Prefeitura de Curitiba inova ao propor diálogo com a população nas redes, aliando serviço e humor”, e foi escrita pela repórter Laís Januzzi, em seu período de estágio supervisionado. A reportagem descreve e discute com os criadores e responsáveis as estratégias de comunicação da Prefeitura com a população da capital paranaense nas redes sociais, onde a administração municipal se apresenta com o apelido de “Prefs”. “Achei isso interessantíssimo”, diz Júlio:

Esse é o tipo de coisa que eu estava falando, um pouco da minha preocupação. Quer dizer, esse tipo de matéria deveria ser replicada, mostrando outras experiências, outros modelos. Eu sei que em Florianópolis eles têm também um trabalho muito interessante. Tem até filmes no Youtube com a experiência deles, os Centros de Saúde de lá trabalham só com WhatsApp, agendam médico, consulta, a comunidade que é adscrita ali, na Unidade de Saúde da Família, tem acesso a todas as informações. Como essa deve ter outras centenas. Uma coisa que vocês podiam fazer é um chamamento... “Ah, vamos fazer uma divulgação das experiências dos municípios dos trabalhos nas redes sociais, da comunicação e saúde”. E aí tentar explorar isso. Inclusive, junto com o Canal Saúde (da Fiocruz), para mostrar a importância das redes sociais e da comunicação na área da saúde.

Antes de comentar a matéria mais extensa sobre a agenda da saúde no Congresso, Júlio quis registrar que percebe que as abordagens da Radis costumam valorizar o papel dos movimentos sociais em defesa da saúde, como no caso da matéria “SUS (ainda) ameaçado” (pag. 10-13) sobre o documento “Agenda Brasil” apresentado em 2015 pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, à presidenta Dilma Rousseff. No subtítulo (quase uma introdução, ou um “lidão”, de tão longo e por ser dividido por um ponto, o que não é prática em títulos jornalísticos), “Reação da sociedade derruba proposta de copagamento do SUS. Mas a ameaça continua no novo texto do pacote apresentado pelo Senado, em agosto, ao Governo Federal”,

Júlio identifica a importância que geralmente é dada aos movimentos em defesa da saúde.

A matéria descreve as principais ameaças aos direitos da cidadania contidos na proposta, inclusive o que mais despertou reação dos movimentos da saúde, que seria a proposta de copagamento do SUS pelos usuários. Entre as reações, a publicação na página do Radis no Facebook de um *card* “SUS PAGO NÃO!”, produzido pela própria equipe de redação no mesmo dia da divulgação da proposta, teve cerca de 3 mil compartilhamentos e 300 mil visualizações em apenas 24 horas. Em seu comentário, Júlio se lembrou de como a revista noticiou anteriormente o Movimento Saúde+10 como relevante para o encaminhamento da Emenda 86 de 2015, que alterou os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que as alterações ali aprovadas especificavam.

Eu estava tentando me lembrar outro dia, foi no governo da Dilma [Rousseff] que teve aquela ampla movimentação do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde + 10 (lançado em 17/04/2012, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília), que resultou na Emenda 86 (EC86/2015). E a revista abordou a importância do movimento, apesar de não ter conseguido os 10%. É aquilo que eu te falei, da minha decepção com o PT. Criticaram muito o governo do Fernando Henrique, o [ex-ministro da Saúde José] Serra, porque não conseguiu os 10%, apesar da força política que ele tinha. Mas ele conseguiu fazer a Emenda 29 (EC29/2000) e incluiu como obrigatoriedade federal um percentual de acréscimo de 2%, se não me engano, a cada ano, sobre o valor destinado no ano anterior, o que mal ou bem garantia o aumento progressivo. Mas a EC86, aprovada em 2015, também não leva os 10%. Ficou só no percentual de 15% da receita líquida da União, mas mantém os percentuais da receita total para os estados e municípios, que já era 12% para os estados e 15% para os municípios.

Figura 4 – Radis 156, Capa



Júlio considera que a matéria “Vozes da Saúde no Legislativo: a agenda da saúde no Congresso Nacional reflete disputas de interesses em relação a temas que impactam na vida de todos os brasileiros” (pag. 14-23). Ela toca em pontos essenciais, que são “a questão do Congresso, a política... enfim, as tentativas dentro do Congresso de boicotar, de atrasar, de jogar para trás o SUS, tanto que o título é ‘Ameaças do Congresso’”. Na arte da capa, a sigla SUS é aplicada sutilmente sobre o espelho d’água e tem o seu primeiro “S” atravessado pelo reflexo das duas torres paralelas formando um grande cifrão, o que amplia o sentido da leitura do título para “\$US: As ameaças que vêm do Congresso”. Não há menção a outros temas na capa analisada por Júlio:

Eu achei infeliz essa generalização, “As ameaças que vêm do Congresso”. Porque acho que isso entra muito naquele clima de demonizar a política. Nós vivemos, aliás, estamos vivendo esse clima. Política, Congresso, “é tudo ladrão, tudo vagabundo, tudo tem que fechar”, aí entra o desdobramento? Na minha visão, o Congresso representa, é uma fotografia do povo, ou pelo menos aquele momento em que o povo... Não adianta a gente achar “Ah, tem mais conservadores, o Congresso é conservador por isso”. Ele tem momentos que é, tem momentos que não (...). Então, você vê, o Congresso, com todos os problemas que tem, está fazendo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid. Levou tempo... “Ah,

mas já podia ter feito.” Já podia, mas está fazendo. Isso está sendo pedido há mais de 6 meses, sei lá, 1 ano, mas tudo tem o seu momento. (...) As pessoas parecem não conseguir pensar nesse contexto maior. Então, eu não demonizo o Congresso, como não demonizo a política. Tem vagabundo? Muito. Tem mais do que nas outras atividades humanas? É possível que tenha mais que nas outras atividades humanas. Mas tem muita gente séria, tem muita gente comprometida e tem muita gente boa. Então... “Ah, é minoria.” É, é minoria, mas aí é outro negócio. “Ah, a esquerda é minoritária.” Uai, trate de ganhar voto e seja majoritária. (...) Essa é a realidade, tem que ganhar o jogo, tem que ter mais votos. (...) É por isso é que a minha crítica à capa, entendeu? Eu acho que é aquela coisa, entrar um pouco nesse jogo da demonização da política. Especifique então: “Os conservadores do Congresso contra o SUS”. Aí sim, aí você focaliza e diz: “bom, lá tem um grupo, pode ser até a maioria, mas tem um grupo que está querendo acabar com o SUS”, tudo bem. Na hora que você bota “O Congresso”, você está atacando a instituição democrática por excelência. Não pode. Aí entra uma outra observação relacionada a isso. Nós temos que lidar diferente com esse jogo político. Quando eu falo que nós temos que sair da caixinha, conversar mais, ampliar a representação etc., também no campo político. O Congresso tem lá a frente parlamentar da saúde. O Congresso tem comissões de Seguridade e Saúde, tem lá uma série de espaços que a gente muitas vezes trata como adversários, ou simplesmente desconhece, ou enfim, não dá importância para essa atividade. Com isso, eu estou querendo dizer o que? Nós, os militantes, temos que voltar a fazer o que aquela Comissão Nacional da Reforma Sanitária fez em 1987. Assessorar o Congresso, lembra? Nós saímos da 8ª, em 1986, foi criada a Comissão Nacional da Reforma Sanitária com um grupo de pessoas militantes e que tinham conhecimento e fomos para a Assembleia Constituinte em 1988. Arlindo era o Secretário Executivo da Comissão e fez um trabalho essencial, porque conseguiu colocar a comissão assessorando o Congresso. Tudo bem que aquela Constituinte foi progressista, ela veio já no período pós-ditadura. Então, era até mais fácil. Não conseguiu colocar todas as propostas, mas colocou uma proposta avançadíssima, que acaba gerando o SUS, conceito ampliado de saúde, conceito de financiamento, conceito de participação. Quer dizer, se nós nos preocuparmos em ter, entre aspas, uma comissão de assessoria permanente ao Congresso, ao Parlamento... E isso tem que ser pensado no Movimento Sanitário. “Como é que pode?” Ah, vamos fazer então, sei lá, uma articulação entre as instituições, chama a Fiocruz, chama lá o Butantan, chama o Conass (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde), chama o Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde). Vamos ter aí uma comissão, chama representantes eventualmente de sindicatos, enfim, quem milita, quem participa, chama o pessoal da academia, da comunicação, 10 ou 12 pessoas que se reúnam periodicamente e monta uma estratégia de assessoria. “Olha, seu deputado, nós trouxemos aqui uma proposta de um Projeto de Lei para melhorar a situação”, por exemplo, “de parto e de cesárea.” Ou pega as propostas que surgem lá no Congresso, discute e fala: “Está aqui, nós fizemos a análise dessa proposta, dessa Emenda aqui, isso tem esses problemas...” É fazer um diálogo de uma forma permanente.

De repente o próprio Congresso, a própria Câmara se interessa em criar isso. O risco é eles colocarem só apaniguados e aqueles assessores que estão aí só para pegar grana, o que sempre tem? O ideal é ser feita uma coisa que tenha participação das instituições e que possa estar discutindo de forma permanente e assessorando, fazendo grupos. Hoje em dia com a internet, com videoconferência, é tão simples. No ano passado, em função da pandemia, uma dessas federações de hospitais privados montou um grupo de assessoria com pessoas altamente qualificadas da saúde como o Gonzalo Vecina, o Eugênio Villaça, e destinou alguns milhões de reais para essa comissão definir onde gastar e como fazer para a compra de respiradores, testes, disso e daquilo. Você vê, até o setor privado pode estar participando disso, eles gostam de fazer a propaganda da filantropia, da empresa ambientalmente responsável. Vamos aproveitar essa gente também. Em linhas gerais, é isso, a matéria ela está boa, porque ela entra nos detalhes, projetos de lei, aquelas tentativas de privatizar, de pegar dinheiro. Mas a minha preocupação é com essa orientação geral, que acaba, na minha visão, entrando nessa onda da demonização da política. Quando criticar, critica aqueles que estão falando porcaria.

Júlio chega a lembrar do Radis como “o grande difusor” do movimento sanitário. No conjunto de suas observações, na escolha que ele identificou de apenas as vozes dos sanitaristas para avaliar o “copo do SUS” na Radis 127 e dependendo de como se lê as matérias e o editorial da Radis 156, o que a análise do atento leitor e participante da pesquisa, Júlio Müller, pode estar nos revelando é que na Revista Radis atual ainda está fortemente presente a característica de porta-voz do movimento sanitário, o que a coloca como um espaço que dá prioridade às vozes do campo formulador da saúde coletiva, tanto no sentido “positivado” do compromisso com o SUS, quando no sentido dos “vícios” do predomínio da fala acadêmica dos sanitaristas ou do fechamento à pluralidade do espectro político-partidário no diálogo ou nas alianças que teria ocorrido com o movimento sanitário atual, segundo se poderia depreender de suas observações.

Por mais que a Radis tenha se aberto para uma comunicação maior com outros movimentos, incorporado novas fontes e vozes e atualizado suas linguagens e design, como analisa Júlio em relação à matéria do “SUS futebol clube” da Radis 219, ele identifica alguns momentos em que a revista reproduz ou reflete, digamos, os descaminhos do movimento sanitário, tanto na escolha dos atores que falam na matéria de capa da Radis 127 quanto agora, nesse viés da edição e arte da Radis 219.

Antes de encerrar a análise das matérias e passar à avaliação sobre o processo de conversação como metodologia de pesquisa e análise comunicativa, Júlio quis fazer mais uma reflexão:

Rogério, só uma coisa que eu queria enfatizar. Toda essa discussão nossa, ela só tem sentido se nós não perdermos o nosso objetivo central, se nós não perdermos o nosso foco, que é o povo, a população principalmente, o conjunto todo. Eu digo a centralidade do povo, da população. Não gosto da população porque dá a ideia de uma coisa inerte, numérica, é o povo. A centralidade do povo, das necessidades das pessoas. Porque se a gente perde essa centralidade, seja na formulação da política, seja na comunicação, enfim, na gestão, no que for, não tem sentido toda essa nossa luta pelo Sistema de Saúde e nada disso. Então, eu queria enfatizar muito isso. Muitas vezes a gente se perde na nossa especialidade. Eu particularmente sempre atuei tendo essa questão muito em vista. Eu estou aqui na gestão, você está aí fazendo comunicação, vamos ver como é que as pessoas estão recebendo isso. Porque eu estou achando de um jeito e de repente é outro completamente diferente. Então é essa coisa da escuta, do que as pessoas, aqueles que teoricamente são os beneficiários dessas políticas, dessa gestão. O que elas estão achando, estão pensando? Essa questão é essencial. Eu acho que, algumas vezes, a gente perde um pouco essa noção. A gente acaba um pouco contaminado por essa coisa da burocracia. Eu vi aqui o documento que eu fiz para a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Me pediram para fazer uma crítica a um artigo do [ex-presidente da Fiocruz] Paulo Gadelha sobre a 15ª Conferência, chamado "SUS Paradoxal". Eu me lembro que, na crítica, ele coloca a questão do SUS paradoxal e eu toco justamente nisso. Olha, tudo bem, existe um paradoxo entre tudo que o SUS faz e a avaliação que se tem dele, de pacto etc., mas tem uma coisa: Como é que nós estamos olhando, enxergando, escutando o usuário? E coloco, inclusive, como sugestão que a questão da inclusão do cuidado na agenda, a gente não discute a questão do cuidado. Porque o cuidado não é para se discutir só na unidade básica [de saúde], ou no hospital, o cuidado se discute na política também. E se você prestar atenção, poucas vezes as políticas fazem uma referência explícita à questão do cuidado. Eu chamei esse meu artigo de "A 15ª Conferência ouvirá os clamores do povo?". Você lembra desse documento na CNBB? A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fez um documento no final dos anos 70, ainda durante a ditadura, intitulado "Ouvi o clamor deste povo", com o sentido de que temos que ouvir os clamores do povo. Aí eu peguei a deixa, porque eu me lembro que na época esse documento foi visto como altamente subversivo, porque ainda estávamos na ditadura militar e tal, gerou muito debate, muita conversa. Eu inclusive digo que a inclusão do cuidado na agenda poderia ser a marca da 15ª Conferência. Infelizmente, não foi.

Tabela 1 – Vozes em disputa no SUS

<b>MpA1 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>[SUS] A gente quer inteiro e não pela metade</b> (Radis 127, abril 2013)												
<b>[SUS] As ameaças que vêm do Congresso</b> (Radis 156, set 2015)												
<b>[SUS] Tamanho universal: Pandemia comprova que é necessário vestir a camisa e defender o maior sistema público de saúde do mundo</b> (Radis 219, dez 2020)												
<b>Análise do participante</b>			<b>Análise do pesquisador</b>									
			Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução				
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Júlio</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Pesquisadores		X		X				X		X		
Ativistas		X		X				X		X		
Gestores		X		X				X		X		

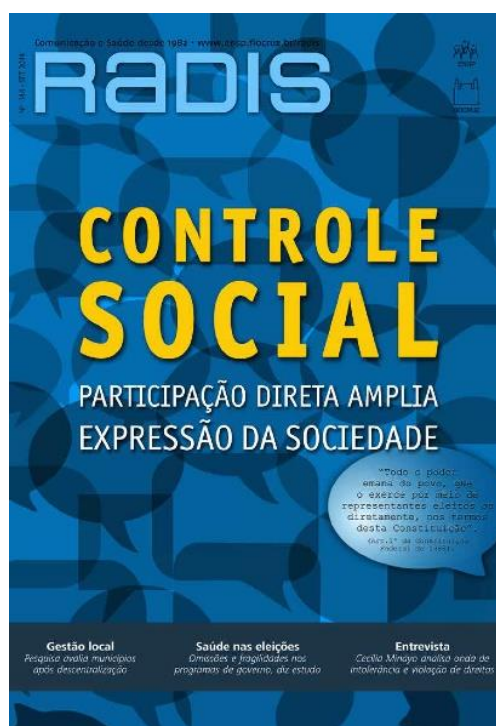
“Militantes do movimento sanitário”	X		X				X		X		
“Representantes do controle social (de trabalhadores e usuários)”	X		X				X			X	
“O povão”		X									
“A classe média”		X									
“Setor privado da saúde”		X									
“Jovens”		X									
Movimentos sociais em defesa da saúde	X		X					X	X		
“Uma visão suprapartidária que permita valorizar a atividade política e os parlamentares comprometidos com o SUS”		X									
“Vozes suprapartidárias”		X	X								



#### 4.2.2 Vozes por mais participação social

A análise da Radis 144 (set 2014), com a chamada de capa “Controle Social – participação direta amplia a expressão da sociedade”, foi realizada em conversas de pesquisa com Ana Isabella Souza Almeida, em abril de 2021, e com João Leopoldo Viana Vargas, em maio de 2021. A escolha livre pelos participantes da matéria e edição a comentar traz algo de afetivo, de identidade com os temas e as vozes presentes numa Radis. Ana Isabella não teve dúvidas em analisar aquela que foi a primeira edição da Radis recebida, quando vivia em Vigia de Nazaré, no Pará. João Leopoldo surpreendeu ao se identificar com uma edição bem além dos seus anos de maior ativismo no campo da saúde, na década de 2000. Algo de especial essa matéria de capa traz para as reflexões dessa pesquisa.

Figura 5 – Radis 144, Capa



Isabella diz que se lembrava bastante da capa, que descreveu de memória em nossa primeira conversa como sendo “toda azul”, dizendo que a capa convidava à leitura da reportagem. Ao reler a matéria na internet para esta análise, se surpreendeu com o que também chamou de “capa”, a página de abertura da matéria no interior da

revista: “É uma capa muito bonita a dessa matéria, muito colorida. (...) É muito plural, tem uma pluralidade de atores ali envolvidos. A capa já chama atenção para a matéria”. Analisar essa edição é um exercício também de observação das mudanças em sua percepção sobre comunicação, de 2014 para 2021. Em 2022, durante a conversa coletiva com os demais participantes da pesquisa, ela viria a descrever uma nova mudança de olhar a partir desse período das conversas e análises individuais de 2021.

Figura 6 – Radis 144, Miolo



No interior da revista, a matéria de capa da Radis 144 (p. 10-17) tem como abertura um título em letras de grande corpo, “As Vozes do Brasil”. Ainda assim, a lembrança mais forte na memória da leitora era a da capa azul, a capa da primeira Radis que lhe foi entregue pelo carteiro em sua casa, em Vigia de Nazaré. Do reencontro nesse processo de análise discursiva brotam antigos e novos sentidos.

Passou muito tempo. Olhando agora eu vi coisas que eu não via antes... Mesmo porque foi o impacto da primeira revista que eu recebi. (...) Ainda vejo com os olhos brilhando, assim, a edição... a primeira edição... porque remete a muitas coisas, é muita nostalgia (...) eu lembro da capa inicial, azul, mas não me lembrava muito bem dessa capa da matéria colorida. Então hoje, quando eu vi, eu falei “nossa”, tem um sentido ali, né... Passa um sentimento, uma... Essa colorida

eu não lembrava, realmente eu não lembrava. Mas a azul eu lembro, foi quando eu recebi a revista, toda bem embalada, me sentindo importante porque a revista tinha chegado em casa. Mas a capa da matéria, eu não lembrava que ela era assim colorida, com esses efeitos. Quando eu li novamente a matéria, já olhei com uma bagagem de conhecimento que eu adquiri ao longo desses anos. Então, na época em que eu li, eu não sabia o que era a Política Nacional de Participação Social que eles estavam querendo implementar, que tinham a intenção de fazer essa política ser ativa, né... abarcar o maior número de pessoas ali, participando do processo decisório. Hoje em dia eu já olho com outro olhar, né... com um olhar de pesquisador, o olhar de como a gente pode fazer para que não caia no esquecimento que a participação popular é importante para decisões políticas, que muitas políticas vieram, né... da participação popular. Só que naquela época eu não olhava assim, não via com esses olhos. Eu lia a informação, entendia o que queriam passar com essa informação, mas não conseguia ter o olhar crítico que tenho hoje. Então, é muito legal revisitar uma matéria que você viu, né... assim, quando estava terminando a faculdade e agora no doutorado... ver como muda o teu olhar? (...) Vejo que é uma matéria muito importante, que dá ânimo, mas que, ao mesmo tempo, você começa a pensar “poxa, caramba, a gente tá perdendo muita coisa do que a gente conquistou...” (...) Você viu que a Política Nacional de Participação Social estava sendo implementada e que para muitos era considerada, né... “de golpistas” e outras coisas... “de bolcheviques”, como eles falavam... Hoje em dia você vê que ela foi consolidada, a gente teve uma ampliação aí da participação popular, embora discreta (...) e que uma onda conservadora aqui ascendeu, que acha que a população... que a participação popular não é tão importante para o cenário, exclui grupos sociais e exclui... há ataques imensos contra as organizações da sociedade civil. Você vê que o diálogo com elas também está enfraquecido. Então eu começo a olhar essa matéria com um olhar mais crítico? Uma coisa que fazia brilhar os olhos, uma coisa que estava bonita de se ler, e agora ver uma parte mais desesperadora assim do cenário atual. Então eu pensei mais por esse sentido, sabe? Mas não deixando de lado que as políticas públicas são espaços que ampliam as demandas sociais, que estão ali para fazer com que aqueles atores interajam, se envolvam e produzam políticas. Que isso é superimportante. Eu considero que tudo isso que foi falado na matéria é muito importante. Porém, na nossa sociedade atual, isso está enfraquecido e a gente precisa lutar muito mais para que isso rompa essas barreiras, essas fronteiras que essa nova onda conservadora está impondo para a gente.

Entre as informações que Isabella não se lembrava de ter visto na matéria de 2014, há um quadro “box” com os artigos de leis em que a participação social é prevista e outro com as conferências nacionais realizadas, além das políticas públicas que resultaram de iniciativas da sociedade civil em conferências. O quadro com os resultados da participação social tem como fonte um mapeamento da pesquisa

“Participação social como método de governo: um mapeamento das ‘interfaces societais’ nos programas federais”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Isso e outros aspectos da matéria a surpreenderam na leitura atual.

Não lembrava muito que eles falavam sobre o controle social em números. E olha que está grandão, assim, né... chama atenção. Mas não me lembrava que eles tinham falado sobre quantos conselhos, quantos representantes da sociedade civil. Se a gente fizesse esse levantamento hoje em dia seria legal para comparar quantos tem hoje... Eu vou até procurar sobre isso... Mas achei uma participação muito importante, né... grande número de atores envolvidos. E não lembrava que eles falavam sobre a elite também, né... De como que eram, falando no meu linguajar, as ‘coalizões’... que eram fortes ali, que não aceitavam, mas que, como disse um pesquisador lá, elas fazem parte do processo de participação social. Elas não entendem que os empresários, empresas, podem fazer parte do processo... elas devem fazer parte do projeto... da participação social? Só que, por ser o mundo capitalista (...) quando diminuem as desigualdades sociais (...) as empresas interpretam que tendem a perder com isso e consideram que a participação social não é importante naquele processo, porque elas têm hegemonia, né... do capital, de estarem envolvidas nas políticas, de terem influência política. Então essa parte também não lembrava. E eu começo a pensar e ter essa análise mais a partir também do conhecimento que eu trago. Então, se eu tivesse lido anteriormente... Eu li, né... Se eu tivesse anteriormente interpretado, não interpretaria da mesma forma, porque não tinha essa bagagem de conhecimento de hoje.

A relação das elites com a participação popular em conselhos surge na matéria por meio de uma fala do teólogo e escritor Frei Betto, em entrevista ao site Última Instância, citada no texto, e a partir da fala de uma liderança empresarial. Interessante é que a fala de que “as empresas também estão incluídas na definição de sociedade civil” entra na reportagem pela voz do diretor-presidente do Instituto Ethos, Jorge Abrahão, em nota dirigida aos próprios empresários que integram aquela instituição. A matéria da Radis cita outro comentário do líder empresarial em entrevista à rádio CBN. Ele teria declarado à rádio que as conferências eliminam o que denomina de “lobby do mal”, resultado de pressões escusas, em que não se consegue sequer identificar os interesses velados. Relata a reportagem, citando textualmente Jorge Abrahão em seguida: “Todas as áreas da sociedade civil podem estar representadas. É uma oportunidade plural da nossa sociedade avançar”.

Autora da Dissertação de Mestrado “Dinâmica societária e coalizões de defesa: o enfrentamento à epidemia de Aids no município do Rio de Janeiro”, Isabella

desenvolveu uma atenção especial para identificar as estratégias discursivas e de ação em diferentes coalizões de atores sociais que se expressam na imprensa, representando pontos de vista do engajamento social, de instituições científicas, de articulações parlamentares e de forças governamentais. Com isso, tornou-se, interessada em observar nos espaços de comunicação as estratégias dos diferentes atores sociais e coalizões de interesse na disputa “para traduzir suas crenças em ações governamentais”.

Na matéria tem muitos atores envolvidos, por isso que eu acredito que a capa trouxe isso, quando ela coloca várias cores, vários balõezinhos, representa várias falas, né, como pessoas e atores que têm suas próprias ideias, seus próprios posicionamentos. (...) Hoje, vejo essa diferença. Quando olho a capa daquela forma, já vejo que tem uma pluralidade de atores ali. (...) Quando você vai lendo o texto, você consegue ver atores que estão relacionados a uma participação mais democrática, pessoas que já trazem uma bagagem de representatividade mesmo. E atores que, de certa forma, a gente poderia colocar como divergentes, porque eles não concordam que a participação popular é importante nesse processo decisório. Então a gente vê isso muito da parte das pessoas que estão envolvidas mais com o capital, empresários, pessoas que dominam, que têm hegemonia nesse sistema. Mas a gente vê também a questão das instituições, como as instituições participam ativamente desse movimento. Como tem uma parte que fala sobre o Cebes, sobre a Abrasco, sobre a Rede Unida, que são instituições mais consolidadas e conseguem estabelecer um debate naquela sociedade e trazer atores individuais para dentro do coletivo deles, eles conseguem fazer essa luta mais em prol de uma ação mais coerente, de uma ação mais democrática, participativa, tentar formular políticas ali a partir do conglomerado desses atores para enfrentar os desafios que tem o SUS, que o SUS ainda enfrenta hoje em dia. Os conselheiros são atores importantes ali naquele processo de decisão também. Mas o que eu achei também que trouxe um olhar para... por mais que tenha representatividade, que seja considerado o número de conselheiros... existem pessoas que ainda estão fora desse processo, indivíduos que deveriam estar fazendo parte, usuários do sistema de saúde. Por mais que você tenha ali essa representatividade paritária, tem algumas pessoas que poderiam participar também desse processo, mas que estão fora dos que foram eleitos? (...) As conferências não são respeitadas como um espaço de consulta, de deliberação popular. É só especificamente para cumprir uma agenda. (...) Então isso está dificultando o diálogo com a sociedade, né... “A minha agenda é isso, isso, isso, mas... ah, vamos consultar, vamos deliberar aqui. Como que serão... o que será feito, né... esse processo...”. Não, é só para cumprir aquela agenda já pré-determinada anteriormente na reunião deles. Então esse debate, esse diálogo, ainda está faltando um pouco nas conferências.

Embora não tenha participado de conferências de saúde como delegada, Isabella teve a oportunidade de acompanhar o processo de construção de uma conferência municipal no período final de sua graduação em enfermagem. Ela conta que, para concluir a faculdade, podia realizar um estágio voluntário e ela optou por ser estagiária na Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, um município próximo à Belém. Ali, ela diz que aprendeu muito nos contatos que teve com as pessoas que participavam de movimentos em defesa da saúde, que lamenta não terem se prolongado, porque o estágio durou apenas dois meses.

Conheci pessoas que participavam das conferências, que conheciam conselheiros, que eram conselheiros. Eram pessoas que realmente conheciam o papel do conselheiro, conheciam como funcionavam aqueles processos deliberativos. Então não encontrei dificuldades neles em argumentar e entender o processo democrático. Pelo contrário, eles estavam ali presentes e são pessoas que não ganham para aquilo, que estão ali espontaneamente. Muitos já eram funcionários da Secretaria, já trabalhavam lá em algum setor, então já conheciam as demandas. Outros líderes comunitários escolhidos pela comunidade frequentavam esses cenários também. (...) O que aprendi com eles foi que esse processo democrático é muito importante para produzir política. (...) Tinha muitas comunidades quilombolas naquele município próximo à Belém. Então eles debatiam muito mais sobre esse assunto porque era o que dominava ali aquela região, né... então era bem legal assim. (...) Naquela época, no finalzinho da faculdade, eu estava no movimento estudantil e a gente fazia reuniões frequentes. Com isso de eu estar lá, nesse cenário da secretaria, trazia também algumas demandas de lá para o meu coletivo. Só que o meu coletivo era de Belém e esse município que eu estava era Ananindeua. Mas é como se fosse um anexo de Belém. É um município que durante muito tempo foi Belém, só que depois se separou, virou um município. Porém, a gente conseguia ver que muitas das demandas da população de Ananindeua também eram da população de Belém, né... então esse debate enriquecia. Era bem interessante.

A reportagem cita a iniciativa do Governo Federal chamada “Compromisso Nacional pela Participação Social”, com vistas a dar assessoria técnica a estados e municípios para ampliar os espaços de diálogo com a sociedade e garantir o funcionamento de conselhos e conferências, entre outros mecanismos, ouvindo, segundo informa a matéria, grupos de mulheres, crianças e adolescentes, jovens, idosos, negras e negros, povos indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBT, população de rua, catadores, grupos religiosos, movimentos sociais urbanos e do campo, grupos midiavivistas e de cultura livre ou

digital, além de indivíduos, coletivos e movimentos não institucionalizados. Ao reler a matéria, Isabella se viu identificada com falas de atores sociais em defesa dos direitos humanos e sentiu-se representada por pessoas ouvidas na reportagem, como Jorge Amaro, o então coordenador geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Em uma de suas falas, ele lembra que o Conade agrega pessoas com deficiência intelectual, física de todos os tipos, auditiva, cegueira e baixa visão, ostomizadas, com autismo, e pergunta: “Como um gestor vai pensar uma política pública para esse extrato social, sendo ele tão diverso, sem nos ouvir?” Isabella, que tem na família uma sobrinha com doença celíaca e acompanha a dificuldade da mãe da criança, que tem que viajar até a capital do estado para encontrar alimentos sem glúten a um custo muito alto, pensa que os espaços de participação podem ser o caminho para pessoas com doenças e condições raras ou invisibilizadas conquistarem políticas e programas que as atenda.

Tem várias coisas que me contemplam. Quando o Jorge, acho que é Jorge que fala... dos direitos humanos... que você precisa criar uma política mais inovadora para dar visibilidade e ampliar a rede, ele chama atenção para as regiões Norte e Centro-Oeste, chama atenção para a região Centro-Oeste, com um déficit de conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência. Então eu consegui me colocar nesse sentido de ver como é difícil a acessibilidade dessas pessoas com deficiências na região Norte. Se você andar por lá, tipo, você não vê ruas com acesso, você não vê ônibus com acesso. Então, às vezes, você chega a pensar que naquele local não tem pessoas deficientes. Esses dias, quando eu voltei para lá, na verdade mês passado, eu olhei os ônibus, eu olhei as ruas, eu falei “nossa, acho que não tem deficiente nessa cidade”, porque você não vê e talvez essas pessoas não saiam de casa, eles não participem da sociedade, sabe? São pessoas excluídas totalmente da sociedade. Então quando ele fala que esses espaços democráticos precisam dar visibilidade para os locais em que essa rede não é bem consolidada, então eu comecei a ver nesse sentido. (...) Então eu fiquei pensando “caraca, é a minha região, né... a minha região, e realmente”, eu já tinha pensado nisso quando eu revisei o Pará esse mês eu pensei nisso. Aí quando eu reli a matéria eu vi que ele estava falando exatamente sobre isso e não mudou muita coisa em cinco anos.

Outra identificação que as vozes presentes na matéria lhe trazem é com as instituições da saúde coletiva que se manifestam na reportagem em defesa do controle social, algumas das quais ela só veio a conhecer anos depois da primeira leitura da matéria.

Me identifico muito com as instituições que eu não conhecia naquela época... Na verdade eu conhecia o Cebes, porque, no finalzinho da faculdade, eu me inseri em umas reuniões do Cebes Pará e aí eu comecei a participar dessas reuniões... comecei a ver como funcionava. Então comecei a fazer parte daquele ambiente, né... daquela instituição, né... pode ser chamada de instituição. Mas conhecendo mais por cima assim do que seriam, né... as lutas do Cebes. Mas entendendo que o Cebes foi muito importante no processo de consolidação do SUS, o direito à saúde. E considerando também que ele foi... depois de que o Cebes, né... teve essa participação... ainda tem muito... ele começou a se regionalizar, se polarizar, né... Foi para os estados. Então a gente tem o Cebes Pará lá (...) ainda estou na rede de e-mails deles recebendo e-mails, vendo as informações. Mas naquele primeiro momento, adentrando nesse cenário, comecei a perceber a importância de debater alguns temas. Eles conseguiam fazer essa representatividade, fazer propostas políticas para aquelas populações. Então eu gostava bastante. Quando eu reli o texto, eu consegui me imaginar, nesse cenário, ao ler a parte da Abrasco do Cebes, da Rede Unidas. (...) São instituições muito fortes. Me identifico muito, porque acho que sem essas instituições, dificilmente a gente teria tanta força no movimento quanto a gente tem hoje em dia. Então é a mesma coisa que você ter, por exemplo, movimentos sociais bem consolidados. Eles conseguem fazer parte do processo político decisório de forma mais atuante, mais forte. Você unir esses atores, né... com os ideais, formando essas coalizões que fazem força frente a políticas que não abarcam a população toda, é muito importante. Então lendo nesse sentido acho que Abrasco, Cebes e Rede Unidas, como foi falado no texto, trazem essa riqueza no olhar, né... de participação, de como você consegue através dos seus posicionamentos juntar aquelas suas crenças, as suas ideias e perpassar por um processo político decisório extremamente difícil, né... e conseguir influenciar essas decisões.

Ao comentar sobre falas na matéria com as quais não tinha se identificado, ou se há vozes presentes na reportagem que antagonizem com os discursos com os quais ela se identifica, Isabela demonstrou mais uma vez ter constatado na matéria a presença de um discurso divergente da participação e do controle social, com protagonismo nos espaços de participação contra o qual se colocam.

Então... é aquilo que eu falei do início, sempre esbarrei e esbarro ainda hoje com essa questão dos grupos empresariais. De como essa gente tem a hegemonia disso tudo. Então é muito difícil você ter uma Política de Participação Popular quando a gente encontra essas barreiras muito grandes, que naquela época... não faz tanto tempo, né, cinco anos atrás eu não via com esse olhar. Mas a partir de novas leituras e releituras, eu consigo ver hoje em dia o quão forte é essa coalizão empresarial em todos os setores públicos. Porque a gente fala "ah, é privado", mas na verdade eles estão dentro do setor público... a todo momento eles estão dentro do setor público, então eles conseguem,



eles têm força para influenciar essa decisão e, se bobear, são coalizões muito mais fortes do que muitas outras coalizões de luta social ali dentro. Então, como você consegue fazer esse processo ser democrático com a participação deles, com a participação dos grupos sociais, dos movimentos, das instituições como a Abrasco, o Cebes, e fazer com que eles não fiquem tão hegemônicos a ponto de suprimir as outras coalizões. É bem difícil você pensar. (...) A Covid é um grande exemplo de como o empresariado tem influência nas decisões políticas, quando eles falam “ah não vou fechar o comércio porque senão as pessoas não vão trabalhar, as pessoas vão morrer de fome” ou então “ah, meu negócio não tá bom eu tenho que receber subsídio do governo porque meu negócio vai cair”, em lojas grandes inclusive, né... demitindo funcionários, porque iam ter perdas, dizendo que não conseguem sustentar ali aqueles funcionários, Quando você pensa na uberização também do trabalho, você vê que são pessoas que não têm seus direitos trabalhistas consolidados ali naquele local e que, de certa forma, o governo considera não ser importante consolidar essas leis para esses trabalhadores, por conta da influência desse empresariado também. Então você vê muito essas questões de como o empresariado consegue influenciar. Você pensa também nas instituições privadas de saúde... você também tem muito isso, de você ter uma influência muito grande em cima das autoridades... de produzir políticas. Então você sempre esbarra nessas barreiras que são muito grandes... é difícil realizar debates.

A presença de vozes divergentes numa reportagem, além de ser objeto da atenção de Isabella, é algo que ela zela no jornalismo, sobretudo quando esse contraponto é essencial para a compreensão de um tema e a formulação de uma política pública sobre saúde. Ao realizar a sua análise, João Leopoldo diz que a primeira coisa que lhe chamou atenção na Radis 144 foi o editorial, com o título “Democracia participativa”. “Fui logo no editorial, que tem essa frase aqui assim: ‘mais importante ainda é lembrar que a democracia representativa não é a única forma de o povo exercer o poder, que lhe atribui a Constituição vigente no país’”. Ele observa também que ter acesso à seção Voz do Leitor foi importante naquele momento, porque não foram só o editorial e a matéria de capa a referir outras formas de exercer os direitos democráticos que não a democracia representativa.

Veja você o que é quando a visão de uma revista se dá sob o olhar de quem está no contexto. O que me chamou atenção nessa reportagem, além da questão do controle social que fala no editorial, é que, assim, eu gosto de ler também as cartinhas, as opiniões, e ali uma pessoa de Vitória, no Espírito Santo, que diz assim, que a gente precisaria se empoderar mais, precisa de mais informações sobre a questão do controle social.

A mensagem publicada na Voz do Leitor a que João se refere é de Rosângela Jasper, que, sob o título “Controle social” atribuído pela editoria, diz: “Precisamos de mais informações e dados para fiscalizar melhor as políticas públicas. É questão de empoderamento! Informação correta, instrumento de avanços do controle social!”. Curiosamente, a carta da leitora se aproxima bastante do tom das mensagens encaminhadas por João Leopoldo à revista na década anterior, por mais de uma vez, identificação que se configura num exemplo bastante representativo do que João entende como o efeito de “representação” na textualidade da revista.

Sobre o perfil dos atores cujas vozes predominam na matéria de capa sobre o controle Social, João Leopoldo os define como “pessoas progressistas”, ou “pessoas que têm militância” e “que têm propriedade” para lidar “com a militância nos conselhos de saúde, na política ou na atuação em suas comunidades e suas realidades”. Esse é um perfil frequente em matérias da Radis, como ele observa:

Geralmente, nessas matérias do controle social, por exemplo, eu vejo o presidente do Conselho Nacional de Saúde, algumas pessoas da comunidade, ou algumas pessoas que têm experiência no SUS sendo convocadas para falar na revista, geralmente são pessoas que eu acho que estão bem preparadas para estar fazendo esse debate. (...) Duas coisas que eu percebo na revista, geralmente traz a voz de quem tem a expertise, tem a experiência mais gabaritada para estar discutindo um assunto, como também as vozes mais comuns, mais populares.

Ele pontua algumas nuances nessas definições de quem é especialista, ativista e experiente. Ao fazer essas distinções em quem é convocado pela revista para as matérias sobre controle social em geral, acaba por enxergar quem não está presente.

Tem gente da população LGBT, tem umas pessoas com deficiência, então assim, são vozes, como disse, né. São vozes chamadas atenção aqui na matéria, vozes de conselheiros com experiências na comunidade, são vozes da... não diria do povo, porque na verdade o povo nem se apropria muito desse debate, mas de pessoas que estão dentro da militância e da política pública de saúde. Eu entendo que são segmentos da população que estão ali e se apropriaram do debate, se apropriaram do discurso e da narrativa para fazer esse debate, e eu vejo pessoas LGBT, pessoas com deficiências, indígenas, população negra, vejo tudo, consigo enxergar essas pessoas.

Instado a falar mais das vozes ausentes nesta matéria específica de controle social, João Leopoldo repensa o protagonismo de uma das vozes já citadas como

presente: “Deixa eu ver, assim (...) Eu não enxerguei aqui a fala dos povos negros, nem em destaque e nem citados. E nem alguém que se identifique como sendo...”. Sua observação coincide – em certa medida, porque “povo negro” e “quilombolas” não se equivalem em abrangência – com a escrita do repórter Bruno Dominguez no último parágrafo da matéria, ao costurar falas de três entrevistados.

Passados sete anos da publicação da matéria, a interpelação do participante desta pesquisa renova um questionamento de outra pesquisa, realizada pela Universidade de Brasília (UNB) sobre os “25 anos de conferências de Saúde democráticas e participativas”, sintetizada por um de seus participantes e entrevistado naquela reportagem, o professor da UnB Antônio José Costa Cardoso: “como fazer com que os grupos invisíveis, pouco potentes, tenham voz e que seus interesses sejam ouvidos? Como extrapolar a estrutura tradicional de modo a garantir que segmentos populares sejam incorporados como atores significativos?”.

A partir da análise dessa matéria específica, João Leopoldo amplia a sua observação para o conjunto das matérias da Revista Radis que leu ao longo do tempo, pontuando que sente falta de maior “destaque” para a voz de determinados “atores sociais”. Assim como identifica nessa matéria, avalia que certas pessoas “são citadas”, quando se fala sobre “o dia a dia da população negra ou LGBT”, por exemplo, mas que ele não costuma ver nenhuma delas “declaradamente em destaque” na abordagem de outros temas, mesmo quando “ouvidas e citadas”.

É uma fala... ela é citada, mas não está em destaque. Não dá para identificar, é aquela coisa da representação, quando se está em destaque a gente se vê, ou alguém se identifica. Nesse caso eu não consigo identificar, não do ponto de vista da qualificação do debate, quem está fazendo o debate, mas do ponto de vista da identificação visual, ou de segmentos na fala, a representação.

João insiste que não está se referindo à ausência dos temas da negritude ou da “fala negra” nas narrativas da revista, mas do lugar de não protagonismo dessa voz para tratar desses e de outros temas.

Isso, protagonista. Nós temos hoje uma sociedade muito plural, em que muita gente está se apropriando, inclusive desses segmentos, dessa diversidade, está se apropriando também do debate em várias áreas, inclusive da saúde, e a gente não vê essas falas, não vê na revista, eu pelo menos não tenho percebido, ou esporadicamente a gente consegue ver. Se uma matéria for (...) populações da favela, por

exemplo, você tem ali uma representação, alguém falando, o pessoal da Central Única das Favelas ou alguém da comunidade, precisa dessa representação mesmo, porque você não vai falar da favela se não colocar essas representações.

Mesmo assim, nesses casos, João pontua que o perfil das pessoas que aparecem é o de representação da pessoa comum que vive nessas localidades, que narra sobre a sua realidade. Ele considera que a convocação de vozes negras, por exemplo, mas também, segundo ele, feministas ou de pessoas LGBTQTs, não ocorre com a mesma frequência para discutir os assuntos estratégicos de funcionamento do SUS, por exemplo.

Eu acho que tem muita gente boa para falar disso, para tratar disso, e mesmo que se fale de um assunto mais comum, que essas representações estejam ali também, porque também elas estão fazendo... tem muita gente fazendo debate de diversos assuntos, inclusive os assuntos que são abordados pela Radis, e eu não vejo porque não as ter também como falas de destaque, tentar... eu acho que é um pouco dessa fala que está faltando à revista.

“A Radis sempre propôs assuntos bastante interessantes”, reforça João, para deixar claro que é uma crítica dentro de um contexto e que a sua expectativa pode vir a ser atendida. “Porque, como eu já disse, ela serviu e serve como baliza para a gente estar fazendo qualquer discussão e debate” reforça, acrescentando que as fontes escolhidas pela revista são “muito qualificadas, seja ele nos movimentos sociais, ou popular, ou de um grupo mais específico de pensadores que dominam melhor os temas”. Nesse momento, ele lembra também de incluir os indígenas como aqueles que são convocados “só quando o assunto são eles, quando é no quadrado deles”, embora tenha “muita gente boa” entre eles para falar sobre outros temas. Ele estende a sua observação ao conjunto da mídia, exemplificando com um elogio a uma médica indígena, que é convocada para entrevistas na Rede Globo “esporadicamente”, mas especificamente sobre a saúde indígena. Conversamos sobre outros casos, como uma jornalista negra, especializada em economia e experiente para tratar de qualquer discussão geral, mas que, na Globonews, onde atuava, durante muito tempo só era convocada a comentar, para além da economia, quando o tema era o racismo, como se fosse uma cota de participação.

Eu acho que a ‘cota’ é o termo. Parece que a gente precisa cumprir uma cota. A pessoa tem que estar ali pelo que ela pode contribuir no

debate, e não tem que ser uma excepcionalidade, tem que ser comum, seja na revista, na TV, tem que estar ali se ela é branca, se ela é gorda, se ela é preta, se ela é careca como nós. Eu pelo menos sempre assumi minha careca. Por isso eu não tenho nenhum problema de falar disso. Mas assim, então tem que ser um lugar comum, porque a gente trata na excepcionalidade, e quando vai ter uma reportagem que chama atenção “pô, a Globo, bacana que ela está trazendo isso”. Me chama atenção como se assim: "vamos apresentar uma coisa excepcional", tanto quanto um narrador do jogo das meninas da Bahia com as meninas do Paraná, se eu não me engano, ele dizendo assim: "é exótico, cabelo exótico, as meninas aí e tal", não tem... sabe, é um pouco disso, a gente fica tratando como uma coisa exótica. (...) Por exemplo, quando a Maju (Coutinho, apresentadora de telejornal) vai para um programa bacana. Mas ela não precisa ser uma excepcionalidade, ela precisa estar ali comumente, assim como outros comentaristas, tem que ser um processo natural, como poderia acontecer com qualquer uma. Não que esse espaço de fala e de afirmação não devam existir, as cotas são muito importantes, longe de mim ser contra isso, mas precisa tratar com mais naturalidade, e a gente vai conseguir inserir essas pessoas, seja o indígena, seja o quilombola, sejam as religiões de matriz africana, que eu acho que é um assunto que a Revista Radis não aborda muito. Quando se trata de saúde, por exemplo, eu fico vendo sobre as receitas caseiras, gente, a espiritualidade, a energia que têm essas pessoas que poderiam ser abordadas no assunto, não como medicina, mas uma coisa para ser tratada, da tradição desses povos. Precisa estar tratando de assuntos não como uma excepcionalidade. Mas isso só acontece se a gente, quando for fazer um destaque, como esses que eu vi aqui na revista, se essa pessoa já estiver lá, tratando dos assuntos com naturalidade, sem que seja um assunto de cota, ela não está tratando de assunto de índios, dos negros ou de interesses raciais, ela está tratando de um assunto que a gente nem imaginou que ela ia tratar, mas ela tem a condição de tratar, porque ela está tratando desse assunto. Aí sim, você vai colocando, inserindo, penso eu, dentro dessa cota natural, que as pessoas vão tratando, mas quando ela trata, ela começa a ficar no seu quadrado, ela é negra, mas está tratando da questão racial ela está tratando do assunto que ela domina. (...) Mas se ela trata da ciência, se ela trata de outros assuntos que a sociedade precisa ouvir e está ali com a postura dela, negra, indígena ou qualquer que seja, LGBTQI+, que ela esteja ali, mas esteja discutindo um assunto como qualquer outra pessoa que tenha expertise nessa área. Eu acho que é isso um pouco. (...) Porque não necessariamente o que está naquela cota vai falar só sobre esse assunto, é como se a gente achasse que todo negro joga capoeira? Ou que é atleta, enfim, é isso. Às vezes a pessoa tem a sua identidade trans, mas o assunto que ela quer tratar é justamente para acabar esses rótulos, a gente não pode estar trazendo as pessoas para falar apenas de assuntos específicos, da identidade dela, mas também do que ela consegue abordar, do que ela consegue dominar ali para o debate que ela tem interesse. Porque, senão, você fica: "ela é trans então tem que tratar desse assunto.

Para produzir esse efeito representacional desejado por João, numa textualidade não audiovisual, como um texto de revista, a utilização da fotografia do falante teria que obedecer a essa intenção de visibilidade. Isso deveria ocorrer mesmo quando, em temas de caráter geral e do ponto de vista do design e diagramação, as marcas dessas identidades não fossem consideradas necessariamente relevantes. Pessoas com características diversas vão discutir os mais diferentes temas a partir de uma diversidade de lugares de fala, mas as características visuais de diversidade etnocultural nem sempre estarão aparentes na produção escrita e sem imagem, ao contrário do audiovisual. Essa ideia de intencionalidade na visibilidade dessas marcas não desagradava a João.

Isso, perfeito. Porque senão a gente vai olhar, no caso da revista aqui que a gente tem em mãos, a gente vai olhar uma pessoa trans em destaque e vai achar que ela vai tratar sobre assunto LGBTQI+. Mas não, ela está tratando de saúde, por exemplo, sobre as políticas públicas de saúde, sobre a atenção básica, não sei, sobre qualquer outro assunto, sobre Covid, enfim. (...) A gente tem ali uma representação que está tratando de outro assunto, que trata de outros assuntos, e isso tem que ser uma constante, porque se não as pessoas vão aparecer sempre naquele mesmo quadrado, no rótulo. (...) Eu vou olhar na matéria tal, eu vi uma trans ali, uma mulher montada, mas ela pode falar sobre qualquer assunto, seja ela uma pessoa indígena também, toda montada com suas características de tradição indígena, mas está tratando de outro assunto.

João mantém a edição 144 em sua coleção completa da Revista Radis. Além do editorial e das cartas, lembra que uma nota de Súmula Ihe chamou atenção à época: “Uma questão que me chamou atenção aqui, falando do meu contexto, é a questão da Monsanto.” A nota de meia página (p. 6), sob o título “Estudos associam herbicida da Monsanto a doença renal desconhecida”, se referia a relação entre a aplicação do herbicida Roundup e a ocorrência de uma doença renal de etiologia desconhecida em trabalhadores do campo em países como El Salvador, Honduras, Nicarágua e Sri Lanka, apontada pelo Programa Saúde, Trabalho e Ambiente (Saltra), responsável por esses estudos na América Central. “Isso nos interessava e estava dentro do nosso contexto rural aqui, da minha atuação também”, situa João, que, embora atraído pela matéria do controle social, diz ter pensado: “poxa, nessa revista estava a discussão do controle social, mas tinha uma coisa que o meu olhar foi direto, que foi essa situação da Monsanto”. Ainda na mesma página, ele cita outra nota sobre

uma questão relativa ao seu contexto de trabalho. Sob o título “Nova ação contra a Eternit: R\$ 1 bilhão por risco no trabalho”, o texto noticiava ação civil pública do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro contra a empresa por manter seus trabalhadores em risco por exposição ao amianto, na fábrica de Guadalupe, em funcionamento na capital desde 1984. O pai de João trabalhou como pedreiro por décadas e morreu prematuramente por câncer no pulmão.

A propósito do lugar da revista como produtora de informação e argumentos para os leitores lidarem com as questões de saúde, as disputas de sentido sobre os temas e disputas na condução das políticas de saúde nos territórios onde atuam, João considera que, embora as edições da Radis tenham “falado um pouco sobre negacionismo” em 2021, ela “foi muito omissa nesse debate logo no início das discussões sobre o coronavírus” em 2020.

Ela não abordou com mais propriedade, poderia ter abordado mais e melhor essa discussão sobre a Covid, não vi essa pauta ser muito explorada na revista. E me estranhou muito, porque a revista sempre traz assuntos muito da nossa vida, e não poderia ficar indiferente à pandemia, mas eu achei muito pouco explorado esse tema da Covid na revista. Não chegou a me incomodar, só estranhei.

Para precisar o teor da crítica, repassamos cada capa das edições de 2020, ano em que a revista deu destaque ao impacto da pandemia sobre o cotidiano e as condições de moradia e trabalho, principalmente das populações mais vulnerabilizadas. A algumas delas, João não teve acesso, devido aos problemas de entrega encontrados pelo serviço de correios naquele ano. Teve o anúncio da emergência, ainda em março, com uma reportagem sobre atenção básica fluvial na Amazônia, várias capas enfocando o atingimento à populações vulneráveis, sobre o impacto sobre os trabalhadores da saúde e sobre a precarização do trabalho – “essa é fantástica, muito interessante”, relembra João –, as abordagens sobre tristeza, luto e saúde mental, sobre a corrida para a vacina, até chegar à edição de dezembro que tratou do aumento da percepção positiva da centralidade do SUS na pandemia e para a saúde da população. “Essa matéria com o SUS na camisa do Bahia foi muito importante, também”, pontua João, enquanto retoma o cerne da crítica sobre a omissão da Radis na disputa simbólica com a condução do governo, que gerava dúvida e discussão, especialmente quanto ao tratamento precoce, que, na prática,

dividia as condutas médicas, a ação de governos estaduais e prefeituras e as opiniões dentro das famílias.

Tinha um assunto muito... sobre os protocolos, sobre a questão do uso da cloroquina, ivermectina, essas coisas que estavam muito em discussão e a Radis não entrou nisso. E assim... a questão do tratamento precoce, esse é um assunto que interessaria para a sociedade brasileira, não que a revista se posicionasse, porque a gente sabe que, de alguma forma, tem toda uma estrutura de ingerência e muito possivelmente de política que não permita a abordagem, mas eu sempre via a revista com essa liberdade de abordar assuntos de forma muito... em todos e qualquer governo, sempre ela teve a liberdade de tratar, de criticar, de se posicionar. Em relação à questão do tratamento precoce eu não vi, pelo menos eu não lembro de ter visto, se tem alguma coisa eu não me lembro, eu não vi.

Pergunto a João se houve temas ou posicionamentos de pessoas ouvidas na Radis que o tenham incomodado nos anos recentes, seja por expressarem pontos de vista que não representem os dele ou por outra razão qualquer.

Na revista, não me lembro exatamente de ter nenhum ponto de vista incômodo, até porque, assim, eu sempre costumo e gosto de observar o assunto que me interessa, e a gente vai vendo a linha de quem está escrevendo, quem está abordando o assunto, geralmente eu me identifico. Pelo menos nos assuntos sobre os quais me interessei, eu me identifico ali, se tem uma coisa pontual do ponto de vista de discordar, não é nem discordar, mas de dizer “não é bem assim”, mas também não é uma coisa relevante para dizer assim. Eu sempre achei que a revista foi muito tranquila, quem colocava sempre colocou muito tranquilo, não tive, realmente, essa preocupação.

Assim como, nos anos recentes, João identificou esse recorte ausente na cobertura do tema da pandemia, que foi a discussão sobre o tratamento precoce e o uso da cloroquina, peço que busque na memória exemplos semelhantes de algo que não tenha sido tratado ou que gostaria de ter visto de forma mais frequente em momentos anteriores da revista.

Eu vou me lembrar do período que a gente estava muito na discussão, eu vi muito desabafo, de quem estava nos conselhos de saúde... Todo mundo saiu da 12ª Conferência com muita vontade de fazer as coisas. Eu vi o pessoal da pastoral da saúde, vi os grupos quilombolas, povos indígenas, muita gente querendo se organizar para defender o SUS e, assim, parecia um pedido de socorro à revista, sempre pautando ou tentando pautar a revista, em relação a algumas matérias. Eu me lembro mais dessa angústia, das pessoas quererem mais da revista,



mas eu não lembro... Eu acho que o assunto, por exemplo, do orçamento no SUS poderia ter mais profundidade, deveria estar sendo discutindo mais e melhor, porque assim, é o grande gargalo da saúde. O orçamento é um grande gargalo, porque é um recurso que acaba indo pelo ralo, e as pessoas não dominam tanto toda essa questão de como é que se dá, até chegar na pessoa, na ponta, qual o caminho que faz esses recursos da saúde, como que passa pelos estados e chega nos municípios, porque a saúde é municipalizada. Eu lembro que um assunto que, aí talvez, poderia ser tratado mais e melhor, e apareceu inclusive nessa 12ª Conferência, sobre o Programa Saúde da Família, eu lembro de a gente debater sobre de que família nós estamos discutindo. Que tipo de família? A família pai, mãe e filhos? Papai e mamãe? Porque nós temos uma diversidade na formação das famílias brasileiras, hoje mais explicitamente, naquele tempo nem tanto, mas já se discutia isso, o formato. Porque o agente de saúde não está ainda, acredito, hoje, em pleno século XXI, preparado para receber essas famílias que vão ao posto, duas mães ou duas mulheres com filho, ou dois homens com filho para dizer: "olha, nós queremos atendimento", o programa é da saúde da família. E aí eu acho que esses assuntos sobre gênero, transgêneros, poderia ter sido abordado a partir do programa da saúde da família, como ele seria interessante ser tratado, penso eu. Eu acho que, na verdade, poderia e não tratou, mas também não foi uma coisa para pensar se "foi algo intencional ou não intencional", que eu acredito que não tenha sido. São muitas pautas, a revista não poderia cobrir tantas pautas da nossa sociedade. Mas, naquele período mesmo, eu acho que orçamento era uma coisa que poderia tratar, e sobre a questão do programa da Saúde da Família, porque muita gente confunde, por exemplo, PSF como o posto de saúde e não o programa que atende as famílias, não fica muito claro o que é o posto de saúde, a unidade, e o que é o PSF, o Programa Saúde da Família, e que tipo de família ela atende, qual a família que a gente tem como idealizada. Eu me questionava quando lia algumas coisas nesse sentido, mas não escrevia e nem fiz alguma observação.

João Leopoldo recorda: "na delegação da Bahia à 12ª CNS, a gente gostava muito de estar junto". De Maracás, também na Bahia, a Radis 34 publicou mensagem de Claudia Santiago, relatando receber "ameaças constantes" por reivindicar "melhorias na saúde pública e na educação" do município, o que não a teria impedido de continuar "cobrando melhores condições". Carlos Alberto Alves dos Santos, conselheiro de Valente, outro município baiano, teve a sua mensagem publicada em abril de 2006 (Radis 44), sob o título de "Sonho de conselheiro":

Sugiro matéria referente aos Conselhos Municipais de Saúde, mostrando as dificuldades no desempenho desta função de relevância pública, e como superá-las, pois, com certeza, a experiência de um servirá para muitos, ajudando na difusão de métodos para o enfrentamento de problemas como cooptação, ameaças,

discriminação etc. Quem sabe não venha a surgir uma coluna permanente no Radis contando as experiências exitosas do Controle Social, um banco de dados com problemas e as soluções implementadas (desculpem o sonho). Como sou um sonhador inveterado e um defensor ardoroso do Controle Social do SUS, estou enviando em anexo cópia de mandado de segurança e de liminar que constituem experiência em que tivemos êxito. Um breve relato: entidade de bairro enviou nome de representante para o CMS, gestor se recusou a nomear; indicado e entidade impetraram mandado de segurança, juíza concedeu liminar – ou gestor nomeia e empossa o indicado no Conselho Municipal de Saúde de Valente ou pagará multa diária de R\$ 5mil.

A carta do conselheiro de Valente repercutiu bastante e diversas outras a mencionaram nos meses seguintes, pedindo seu contato e o caminho das pedras para exigir respeito ao cumprimento da lei e às decisões dos conselhos. Em janeiro do ano seguinte, inspirada na sugestão dos conselheiros, a Radis publicou sua primeira matéria de capa sobre o tema, “Controle Social: a saúde pública começa a manejar melhor esta ferramenta democrática” (Radis 53, jan 2007), em que as questões que vinham sendo apontadas e os pontos norteadores do controle foram abordados e trechos das mensagens de João Leopoldo, José Bento e Carlos Alberto ganharam boxes de destaque, junto com mensagens de outros leitores e conselheiros nas dez páginas da matéria. Da Radis 53, João se lembra bem do destaque dado à fala da leitora Irene Rodrigues dos Santos, técnica em higiene dental do SUS, em Curitiba, que havia escrito uma mensagem publicada anteriormente na Radis 41 (jan. 2006), sob o título “Vale a pena tudo isso?”

(...) Outro dia, em conversa com uma colega um pouco desmotivada, ela dizia: “não entendo o que você ganha por participar tanto de conferências, reuniões de conselho, cursos sobre controle social... No fim do mês seu pagamento é igual ao de todos. Vale a pena tudo isso?” Respondi: “é verdade, não ganho, porém todos ganham, ou você acha que o SUS seria o mesmo sem a efetiva participação de toda a sociedade por meio do controle social?” (...)

“Eu fui muito questionado sobre isso, e também muita gente era questionada sobre isso”, comenta João, dizendo que é isso mesmo que a leitora diz na “revista das setinhas”, referindo-se à capa da Radis 53. A lembrança da vida de conselheiro de saúde e delegado de conferências levam João a citar outra edição, a Radis 18 (fev. 2004), com a chamada de capa “12ª Conferência Nacional de Saúde: a saúde que queremos”, uma edição inteiramente dedicada à cobertura jornalística da conferência

realizada em dezembro do ano anterior. João se refere mais especificamente a uma charge na página 3. No desenho de Aristides Dutra, sob a legenda “Enquanto isso, no aeroporto de Brasília...”, dois companheiros exaustos, sentados ao lado da bagagem à espera do voo, conversam: “cara, tô morto! Ainda bem que acabou.” “Tá brincando?! Agora é que começa pra valer.” João conta que a cena retrata sua experiência como delegado.

Eu lembro que tinha uma charge nessa revista que era bem a nossa realidade. Eu lembro que a gente quase perde o avião, porque o pessoal estava fechando e tudo, e “não vai dar tempo”, e a galera indignada porque queria participar de todo o processo, e havia muitos destaques a serem votados, muitos, mesmo, eu falei: “caramba, não vai dar tempo para o relatório ser aprovado”, enfim. Eu lembro que assim, já na leitura dos procedimentos que seriam adotados na conferência, tinha muito destaque, o pau já ia quebrar ali, já estavam quebrando ali. Eu lembro muito claramente disso, minha cabeça dava um nó naquele momento, caramba, é muita gente... lembra um pouco uma bolsa de valores, um monte de maluco ali fazendo destaque, pedindo destaque, fazendo discussão, tentando fazer emenda, ou como é que se diz... suprimir uma proposta, ou fazer emenda em uma proposta. E a gente saía dali com aquele pensamento de que não íamos conseguir (...) Mas uma coisa bacana assim, eu entendia que isso era uma coisa muito em construção, era muito desabafo, eram muitas vozes precisando falar. Na 12ª Conferência, a impressão que eu tive foi essa, porque assim, havia muitas vozes para dizer muita coisa, e a gente não tinha como passar naquela peneira, por mais dias que a gente estivesse ali... era tanta coisa, tanto... parecia que há muito tempo que não tinha a participação popular. (...) Existia muita gente com vontade de falar, a gente estava em um processo de ruptura com tudo que havia. (...) Esse era o sentimento que eu tinha, assim, por isso ficou um turbilhão de coisa, de informação, muita gente... (...) E deu uma parada, um arrefecimento terrível ultimamente nessa discussão. A gente tinha sangue no olho.

Tabela 2 – Vozes por mais participação social

<b>MpA2</b> - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis	
<b>Controle Social – participação direta amplia a expressão da sociedade</b> (Radis 144, set 2014)	
<b>Análise do participante</b>	<b>Análise do pesquisador</b>

			Modo de apuração		Modo de presença no texto				Lugar de interlocução		
	Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Isabella</b>											
<b>Vozes presentes e ausentes</b>											
“Uma pluralidade de atores”	X		X				X		X		
Governo Federal (Programa Nacional de Participação Social, Compromisso Nacional pela Participação Social)	X			X				X	X		
Ipea (Pesquisa Participação Social como Método de Governo)	X		X				X			X	
“Empresários” (Instituto Ethos)	X		X				X			X	
“Empresários” (citados por Frei Betto)	X			X				X		X	
“Instituições e movimento da saúde” (Cebes, Abrasco, Rede Unida)	X		X				X		X		
“Conselheiros de saúde e atores relacionados à participação democrática” (CNS)	X			X			X			X	
“Pessoas envolvidas com o capital, que dominam, que têm hegemonia nesse sistema e que não concordam com a participação popular”	X			X				X		X	



### 4.2.3 A voz dos que resistem

A segunda conversa de pesquisa com a mais jovem das participantes, se deu em julho de 2021. Na expectativa do encontro, Ana Augusta, que havia escolhido três edições para analisar, diz ter planejado reler todas as Radis que mantém guardadas: “eu falei, nossa, vou ler uma por dia, mas acabei lendo mesmo o que a gente combinou”. Participar de uma conversa “preconceituosa” sobre indígenas no Centro Oeste, na véspera de nosso encontro a estimulou ainda mais a comentar a reportagem “O povo que resiste”<sup>369</sup>, publicada em janeiro de 2015 e apurada junto aos movimentos populares, a partir de discussões ocorridas no 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (SIBSA), organizado pela Abrasco.

Figura 7 – Radis 148, capa



Ainda abalada pela conversa da véspera, explicou porque viu uma conexão entre a matéria “antiga” escolhida por ela para analisar e a “horrorosa” experiência recente. Ela relata que, quando foi se pronunciar, argumentando que o desmatamento

<sup>369</sup> Radis 148, jan 2015, p. 10-21.

leva os indígenas a “renunciarem” de seu modo de vida, de caça e alimentação, foi interrompida pelo homem mais velho. “Ele começou a alterar o tom de voz e falar: ‘o quê que você tá falando, menina?’, querendo deslegitimar o que eu estava falando por ser jovem e mulher”. Ana descreve que ficou “muda”, porque o interlocutor falava sem parar. “Ele dominou o discurso e eu fiquei ali sem força de poder dizer qualquer coisa, porque ele não estava ouvindo o meu argumento, ele já não me ouvia por eu falar do lugar de onde eu falo”, sintetizou, para comparar com a situação oposta identificada na revista:

E aqui vocês colocam essas pessoas na capa enquanto sujeitos. Foi a primeira vez que eu vi colocar um cartaz que não está na norma culta da língua e colocar essas pessoas na capa, foi uma coisa que foi muito chocante pra mim na época, na primeira vez que eu vi. (...) Geralmente essas pessoas são vistas como coitados e não como símbolo de resistência, que é o que elas estão fazendo aqui.

Ela associa à conversa do dia anterior para exemplificar que pessoas como o homem em questão “iriam ridicularizar essas pessoas e dizer que elas são inferiores ou que elas são animais”, modo como o homem se referira aos indígenas. Ana lembra de ter se surpreendido, em janeiro de 2015, ao ver a capa da revista:

O que me chamou bastante atenção é a gente ter na capa essas pessoas que... tá escrito aqui: “queremos sermos endenizados por todos os danos causados à nossa saúde pela a poluição vindo das Indústrias”. São pessoas que não têm o domínio da norma culta da língua e justamente isso poderiam ser ridicularizadas.

Outro aspecto que Ana destaca na matéria é a informação de que os movimentos sociais não participaram do evento somente como convidados falando em mesas redondas, mas também na organização e na comissão científica. Ela diz que achou fundamental a articulação da academia com os movimentos sociais no SIBSA, “essa relação sujeito-sujeito para a prática”, porque observa que, na academia, é frequente que se fale em tratar as pessoas como sujeitos, “mas quando a gente vê a estrutura dos eventos, a estrutura do que está sendo feito, na real, não é isso que tá acontecendo, é só na teoria e na prática não”. Ela observou esse tratamento diferente já no título da reportagem, no interior da revista: “As caras da injustiça ambiental: evento destaca populações atingidas por conflitos territoriais como sujeitos de resistência, não como objetos de pesquisa”.

Ana cita dois trechos do editorial. Primeiro, quando descreve as “máquinas gigantescas que roem as montanhas”. Ela diz que essa imagem lhe remete às falas do escritor e pensador Ailton Krenak, quando diz que “a gente está comendo o mundo, que a gente tá comendo o planeta”. A segunda resume o pensamento de um dos convidados a falar no Simpósio, o filósofo francês Jean Pierre Leroy, integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e assessor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). No texto do editorial a síntese é que “as maiores ameaças são a agricultura industrial, os latifúndios monocultores e os grandes empreendimentos que avançam gerando desterritorialização física e simbólica”. Nesse caso, Ana diz que a fala lhe remete ao que vêm dizendo sobre o tema tanto Krenak, quanto outra professora e filósofa indígena, Cristine Takuá. “Lembro de uma fala do Ailton Krenak, dizendo que tentaram tirar a família Krenak da beira do rio porque o rio estava morto. Aí ele fala que o rio está em coma”, diz Ana. “E fala dessa questão de que eles serem desterritorializados fisicamente acabaria com o sentido da vida deles, porque todo sentido estava ali naquela terra” explica, articulando a fala de Leroy, relevante na matéria, com outra voz, ausente na reportagem, mas presente no sentido que dá ao texto a leitura da participante da pesquisa.

Outra voz no centro do que considerou mais importante na matéria é destacada por Ana Augusta, a voz da advogada Patrícia Generoso, que descreve a reação da mineradora Anglo American Brasil a quem quer que se opusesse ao seu empreendimento, o maior mineroduto do mundo, financiado antecipadamente pelo BNDES e licenciado pelo governo sem a necessidade descrever o trajeto e a população atingida pela obra que atravessa 33 municípios mineiros e fluminenses. “Para aplacar a resistência, chegou à cidade uma palavra que nunca se falava: inevitável”, conta Patrícia sobre a resistência contra o Projeto Rio-Minas, que inclui a construção de uma tubulação de 529 quilômetros ligando a mina de sua cidade, Conceição do Mato Dentro (MG), ao Porto Açu, em São João da Barra (RJ). “Eu não sou atingida, eu sou massacrada”, define Patrícia.

Ana reflete sobre esse “processo de violência”, a partir de como os números são utilizados para relativizar a importância da vida humana. Critica o discurso utilitário de os fins justificarem os meios, colocando a vida de trinta famílias em contraposição



ao número de pessoas a serem empregadas e a economia que está sendo movimentada. Diz que, na formação de profissionais de saúde, o pensamento quantitativo predomina. Fala-se em “beneficiar o maior número de pessoas, mas nem sempre a gente pode pensar só em quantidade”, argumenta. Ela conta que, quando leu ‘trinta famílias’, pensou como essa “perspectiva utilitarista” da parte de profissionais de saúde e da sociedade responde a uma “racionalidade patriarcal” e o quanto “são sempre os mesmos tipos de pessoas que são sacrificados”. Ana se impressionou com as últimas palavras de Patrícia na reportagem, quando ela declara: “se eu não tivesse me dedicado a essa luta, eu não teria entendido a imoralidade disso tudo”. Ana foi levada por Patrícia a uma reflexão sobre o lugar dessa fala na comunicação:

Quando a gente ouve no jornal ‘trinta famílias’, e não vê as imagens, só um número, a gente não cria uma consciência. Agora, quando você vê a foto dessas pessoas aqui e ouve a partir da perspectiva delas, ajuda a ter uma noção maior da gravidade disso.

Ana destacou ainda uma fala do presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, ao reforçar que saúde e ambiente são temas simbióticos: “não se pode pensar saúde e ambiente como questões desconectadas, pois ambos sofrem as consequências perversas do modelo de desenvolvimento e do processo de organização da produção e do trabalho”. O reducionismo do termo meio-ambiente na prática da saúde, como no exemplo do combate à dengue de forma mais tradicional, é um tema que ela discute em sua formação e nos projetos de extensão. Em oficinas sobre saúde e ambiente, exemplifica, quando alguém sugere trabalhar com imagens de revistas sobre ambiente, as pessoas recortam as figuras de cor verde.

Ana se diz identificada com todas as pessoas ouvidas na matéria e cita mais uma fala do “filósofo francês”, em que ele descreve o atual processo de “neoextrativismo”. Ela considera “assustadora a nova forma de colonização” do país, transformada em política de Estado, num processo de “exploração de povos, vidas, território e conhecimento”, diz, endossando o autor.

Em outra correlação com a fala de Leroy, Ana lembra-se da ativista Greta Thunberg, quando ele diz que a justiça ambiental tem que ser encarada como mais do que como uma definição conceitual. “É um grito”, afirma. Ela se identifica com a

fala de Leroy e lembra que muitos criticarem a jovem sueca pela sua pouca idade e pelo caráter de urgência em sua fala, mas que, a seu ver, falar da justiça ambiental “é um grito” mesmo, que deve sair “do academicismo” e trazer essa urgência: “é o nosso corpo que está em jogo, é a nossa permanência na terra, nossa capacidade de sobreviver na terra, a gente tem que tratar essas questões como algo urgente realmente”. Para complementar, Ana grifou na revista outra fala do filósofo: “é um clamor daqueles que sabem que os seus modos de viver e de se relacionar com o ambiente, não são parte do problema, mas da solução”.

Ana volta à angústia inicial de como ser ouvida. Lembrou que o ‘interlocutor’ da conversa da véspera seguiu dizendo que o problema era o crescimento da população na terra e ela entende que não, que é “a forma de produção”, entre outras questões. “É difícil porque aí não tem diálogo”, reflete, “eu sinto que eu tenho que estudar tanto, mas nem sei se caso eu tivesse vários títulos, uma pessoa dessas iria conseguir ouvir meu argumento, eu não sei”. Ela interroga se alguns diálogos são impossíveis: “Fiquei pensando de que forma eu poderia tentar um diálogo real e não dois monólogos. Mas, realmente, é muito difícil achar um ponto de conexão”. A questão levantada por ela remete a conversa de pesquisa para quais vozes estariam ausentes na matéria da Radis e que poderiam ou deveriam ser ouvidas.

O caso da instalação de uma usina de ferro gusa, com 14 altos-fornos, em bairro residencial de Açailândia, no Maranhão, produzindo doenças e mortes em decorrência de poluição, fuligem, contaminação e ruído, narrado por moradores e organizações que os representam e denunciam essa injustiça ambiental, sensibilizou Ana Augusta. Há relatos sobre as providências da municipalidade que, após décadas de lutas, vai realocar a população, já que a indústria não faz concessões, dizendo que onde há indústria não deve mais haver pessoas morando. Também não se conseguiu evitar que o bairro seja atravessado por um trem de carga a cada 40 minutos, com “um buzinaço”, barulho que se soma ao ruído constante das termelétricas.

Ao refletir sobre a possibilidade de a matéria ouvir a direção da empresa, Ana começa por dizer que tem curiosidade e vontade de tentar entender o lado da empresa, em relação ao qual admite ter “bastante preconceito”. Diz que talvez falte na matéria a fala dos empresários, que gostaria de dialogar com esses empresários. Por outro lado, lembra que “a voz desse poder hegemônico aparece em todo canto,

em todo lugar, embora não como um diálogo”. É uma voz, segundo ela, que está em todas “as mídias, seja na novela, seja no jornal, seja na forma com que escolhe quem que vai falar, quem que vai aparecer nas notícias. É a visão deles que predomina, nunca é um diálogo real com quem está sendo expropriado”.

Com fotos e textos, a matéria “Nuvem cinza sobre Açailândia” ocupa uma das páginas da reportagem sobre a injustiça ambiental. Colocada diante da possibilidade de retirar dessa página alguma das falas ou imagens presentes, para abrir espaço para a fala da indústria, em um parágrafo que seja, usando o poder de editar a revista, Ana Augusta pára, reflete e conclui:

Nem a pau! Não dá para tirar esse espaço, né, não dá. Realmente, tirar qualquer fala, qualquer pedaço para colocar o lado do expropriador, digamos, não dá... Aliás, eles já estão por todos os lados. Não dá... Não falta voz nenhuma aqui não.

Tabela 3 – A voz dos que resistem

<b>MpA3 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>O povo que resiste [“Queremos sermos endenizados por todos os danos causados à nossa saúde pela a poluição vindo das indústrias”]</b>												
(Radis 148, jan 2015)												
<b>Análise do participante</b>				<b>Análise do pesquisador</b>								
				Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Ana Augusta</b>												

Vozes presentes e ausentes											
“Pessoas que não têm o domínio da norma culta da língua”	X		X				X		X		
Patrícia Generoso (moradora e advogada contra injustiça ambiental)	X		X				X		X		
Jean Pierre Leroy (FASE e RBJA)	X		X				X		X		
Paulo Gadelha (Fiocruz)	X		X				X			X	

#### 4.2.4 Vozes pelo acesso aos medicamentos

A análise da Radis 163, de abril de 2016, com a chamada de capa “Medicamentos: preços altos e política industrial podem deixar tratamentos fora do alcance”, foi realizada em conversa de pesquisa com Lérica, em junho de 2021. A escolha da matéria a ser analisada se deu a partir de uma pré-seleção de algumas edições que se referiam aos temas que ela priorizou em nossa primeira conversa, relacionados à atenção básica, à saúde mental, ao controle social e ao acesso a medicamentos. A participante ficou com a última opção. Respeito e me adequo a essa dinâmica em que ela expressa apaixonadamente a sua visão sobre o tema, mesmo quando perguntada sobre os falantes, e procuro depreender daí o que a sua fala sinaliza em relação à presença e à ausência de temas e vozes no texto.

Figura 8 – Radis 163, Capa



A capa dessa edição traz a chamada “Medicamentos: preços altos e política industrial podem deixar tratamentos fora do alcance”. No pé da capa, há também duas chamadas menores para outras matérias daquela edição – “Zika: Principal desafio para o SUS é organizar as redes de atenção para atendimento” e “Financiamento:

CNS se mobiliza contra corte e pelo percentual mínimo para Saúde”. Lérica, que dedicou a sua vida profissional às políticas públicas de regulação, distribuição, prescrição, vigilância e acesso a medicamentos, se identificou com o destaque dado pela Radis à questão dos medicamentos nessa edição.

“Eu sou meio péssima para interpretar essas questões, a verdade seja dita, mas quando eu vi, eu pensei assim: “nossa, quer dizer que o produto hoje, o insumo, vale como um brilhante?”, comenta Lérica, ao iniciar sua análise da capa, cujo enfoque combina com a sua visão sobre o alto custo dos medicamentos. Ela brinca: “eu pensei assim, tem a relação do valor? Que eu acho que está mais caro. Isso aí ainda está sendo bondoso, porque os medicamentos valem mais do que brilhante hoje”.

No subtítulo, a expressão “fora do alcance” traduz a questão central de preocupação de Lérica, que é a falta de acesso aos medicamentos. Ela pontua que alteraria a frase, colocando primeiro a palavra “política industrial” e depois “preços altos”, dando a exata ideia da precedência dos fatores que, na sua avaliação, levam à falta de acesso da população ao insumo: “o preço alto em consequência da política industrial, né, professor?”

Na abertura da matéria no interior da revista (p. 16-23), a expressão “obstáculos para o acesso” substitui a expressão “fora de alcance” utilizada na capa e a expressão “mercadoria de luxo” entra com bastante destaque, assumindo o lugar de “medicamento”. Assim, toda a primeira página da matéria é ocupada por uma imagem de um comprimido substituindo um brilhante em um anel valioso com o título: “Mercadoria de luxo: Altos lucros da indústria, leis que privilegiam empresas e falta de investimento no parque farmoquímico são obstáculos para acesso a medicamentos”. Lérica sente-se representada com a síntese do problema contida no subtítulo, mas manifesta um incômodo com a expressão “Mercadoria de luxo”.

Professor, para a gente, profissional de saúde, quando lê “mercadoria”, não pega bem. Porque a gente não pode nunca considerar o medicamento, insumo, como produto comercial, como uma mercadoria. (...) A gente lutou muito para considerar a farmácia, em lei, estabelecimento de saúde e nós conseguimos isso em 2014. Porque a gente não pode considerar que é um comércio qualquer aquele estabelecimento que vende produtos para a recuperação do maior bem, que é a saúde. O medicamento é um insumo, é um insumo para a recuperação da saúde. E esse insumo a gente não pode considerar uma mercadoria. Então a gente batalhou muito para que a

farmácia, esse estabelecimento, fosse um estabelecimento de saúde e ali fossem desenvolvidos serviços farmacêuticos e aqueles produtos não fossem mercadoria. Eu acho que quando você lê a primeira vez, a interpretação imediata que vem, é que está tudo banalizado na saúde pública brasileira? Que realmente o maior insumo para recuperação da saúde, que é o medicamento, é considerado mercadoria que só visa a questão econômica. E que muitos desses estabelecimentos não prestam serviços de saúde, que não se tem uma orientação correta do uso do medicamento nesse estabelecimento, e que ele passa a ser um comércio que comercializa uma mercadoria como outra qualquer.

Diante do estímulo a considerar que, ao usar a expressão “mercadoria de luxo”, uma revista de saúde pode estar fazendo uma provocação intencional, Lérica aquiesceu, mas não completamente, o que pode ser considerado como um sinal de que, talvez, o que atendesse à sua expectativa do que oferecer aos leitores em geral fosse uma mensagem menos subjetiva, como o uso de aspas ou a citação da expressão mercadoria só no sentido explicitamente pejorativo. Então, reformulando a questão, pergunto se, quando escreve “mercadoria”, uma revista que luta por direitos está equivocando-se ou pode estar querendo mesmo é provocar o leitor. Lérica continua: “ela pode estar querendo provocar, mas depende do teor do que está ali dentro”.

Lérica vê o lugar da revista como elemento formador para a saúde. Comentou a diferença que faz para a formação dos profissionais de saúde, quando a Radis traz em uma única matéria como essa, um pouco de todos os aspectos importantes de um grande tema como medicamentos, ao contrário de desmembrar e aprofundar em várias matérias cada um dos aspectos do tema geral.

O que eu sinto é que, numa matéria dessas, cada parágrafo dá um artigo. Cada parágrafo dá um artigo e tem várias situações. Radis poderia focar em todos os aspectos da questão do medicamento e falar deles em cada edição. Porque geralmente as matérias são muito objetivas, resumidas. Para quem lê muitas outras coisas, ela traz uma informação generalizada, objetiva. Mas para o leitor profissional da saúde inexperiente, que está iniciando, tendo que ter um conhecimento amplo, aí não forma. Olha, por exemplo, a questão do parque industrial é uma matéria, a questão de como comercializar esse insumo é outra, a questão da empurroterapia é outra. A questão dos efeitos realmente desejados desse insumo no paciente, para o restabelecimento da saúde, é outra matéria. Então, são várias as questões que têm que ser abordadas amplamente, que requerem que a cada edição trate de um item, um tema, para ter realmente uma formação.

A visão de que é melhor o desmembramento dos temas do que grandes matérias abrangentes e genéricas sobre os temas de saúde não se restringe ao uso na formação dos profissionais. Em sua visão, serve também à formação de gestores.

(...) para trazer uma formação dos profissionais da saúde e para que as autoridades leiam e tenham uma formação, um conhecimento do que fazer e como fazer. Pela magnitude que tem, o valor que tem essa revista, se ela tratasse em cada edição de um tema sobre a questão do medicamento no Brasil, desde a produção até o acesso, iria contribuir muito, entendeu, professor? É isso que eu penso.

Ao rever<sup>370</sup> a reportagem, Lérica lembrou-se de ter lido a matéria quando publicada, em 2016, e fez um rápido comentário sobre o acesso à atenção básica e aos medicamentos no SUS:

Assim, o que eu vejo é o seguinte, que a gente sabe, até nas pesquisas eleitorais, a gente sabe que o maior problema da população é realmente o acesso aos serviços de saúde? É o acesso mesmo, apesar de toda a situação. Eu tenho uma análise que é mais fácil hoje ao cidadão, quando entra no sistema, ser regulado e ter o acesso a média e a alta complexidade. Na atenção básica, na atenção primária, ele está tendo muita dificuldade. Quando o filho tem uma febre, quando precisa ser feito um diagnóstico inicialmente, está ficando muito difícil essa situação para o usuário. E dentre esses problemas todos para o acesso à Saúde, eu fico avaliando, mais agora, a questão econômica dos usuários e, com isso, eles estão tendo muita dificuldade ao acesso aos medicamentos. Ficou muito pior, cada vez mais, para os usuários terem acesso aos medicamentos.

Para sustentar a sua afirmação, Lérica remonta a como se estruturavam os serviços farmacêuticos na rede pública ainda na década de 1980. Explica que, até 1992, não se tinha essa estruturação dos serviços possibilitada pelo SUS, mas havia a Central de Medicamentos (CEME), órgão vinculado ao Ministério da Saúde responsável pela centralização da compra e distribuição de medicamentos no país, modelo que ela entende que, ainda hoje, seria vantajoso para os serviços e o acesso dos usuários aos medicamentos. Lérica foi coordenadora da CEME em Rondônia, entre 1988 e 1991, e descreve que os estados enviavam uma programação anual e

---

<sup>370</sup> Refiro-me a “rever”, porque, embora tendo escolhido essa reportagem para analisar e recebido uma versão em PDF, a participante não teve condições de fazer uma releitura completa da matéria e nem tinha acesso ao texto durante a conversa, em que utilizou o celular para a videochamada. Ela pôde comentar a capa e página interna de abertura da matéria vendo, pelo celular, a imagem da revista impressa que eu lhe mostrava pela câmera do meu computador.



recebiam trimestralmente os medicamentos para as necessidades da rede. “Apesar de a gente não ter toda essa estrutura física, o usuário ia com a receita em algum local do sistema e ele conseguia pegar um xarope, um vermífugo, até mesmo um antibiótico”, diz. A CEME foi extinta durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997, e os serviços de compra e distribuição de medicamentos foram descentralizados para estados e municípios.

Hoje está muito difícil. (...) Cada estado compra os seus produtos, os insumos. Isso aí dificultou muito para o usuário, porque eu tenho visto que a rede pública municipal não tem dado conta. Com essas licitações de cada município brasileiro, de cada estado brasileiro, também o custo ficou maior e tem muito mais burocracia a nível nacional. (...) Em 1992, cada estado começou a comprar e depois essa compra passou para os municípios. O quê que ocorre hoje? Quando não é um programa do Ministério da Saúde, como os de aids, tuberculose... o problema é que o usuário vai no sistema, faz o diagnóstico, recebe a prescrição e ele não tem tido o acesso. (...) A maioria da população brasileira ganha um salário-mínimo. Para o cidadão que ganha mil e cem reais por mês, tirar cem reais, ou cinquenta reais para aquisição de medicamentos, ele não tem condições, não tem. (...) Se na atenção básica, com os dados epidemiológicos, a maioria dos medicamentos fosse adquirida numa licitação nacional, ficaria mais barato. (...) Que se entregasse por estado e o estado entregasse aos municípios, como é com as vacinas. As vacinas vêm do governo federal, vem para o estado, o estado repassa para os municípios.

Lérida entende que algumas questões da saúde, como o acesso aos medicamentos, a regionalização ou a municipalização não resolveram e que melhor seria manter a centralização. Um dos temas tratados na matéria da Radis diz respeito ao destino do Programa Farmácia Popular, criado em 2004 como uma estratégia complementar à Política Nacional de Medicamentos para o acesso aos medicamentos que são oferecidos no SUS. Reflexo da política econômica de austeridade fiscal iniciada no primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff e acentuado no governo Michel Temer, os cortes orçamentários já afetavam a distribuição. No início de 2016, o governo havia reduzido o subsídio para garantir remédios mais baratos para o ‘consumidor’ que acessasse a rede privada de farmácias no país e o medicamento genérico para a redução de colesterol, por exemplo, já apresentava um aumento de 193% nos balcões das farmácias, diz a matéria.

A política da Farmácia Popular, a redação da política, ela é boa. Só que quando entrou o privado... Porque assim, professor, a Farmácia Popular a política dela foi a parceria público-privada, então em vários municípios as farmácias e drogarias privadas fizeram credenciamento junto ao Ministério da Saúde. Infelizmente a corrupção foi absurda, por isso que o Ministério da Saúde praticamente extinguiu essa política, porque a CGU quando iniciou a fiscalização desses repasses de recursos do governo para o dono de uma drogaria em um bairro, em um município brasileiro, foi verificada a corrupção horrível, tinha até CPF de comercialização de medicamentos de cidadãos que já tinham ido a óbito, entendeu? Então teve uma fiscalização que encontraram quatro milhões em corrupção e isso ficou até público nos municípios, porque empresas pequenas começaram a crescer muito, aí pessoas sérias começaram a fazer a leitura que aquilo era consequência da comercialização do medicamento na Farmácia Popular, de corrupção. Então a política não deu certo por causa da corrupção.

Apesar do componente centralizador, o Programa Farmácia Popular ainda não foi a solução, entende Lérica. Além da descentralização da política de medicamentos para estados e municípios, há um outro problema. Lérica considera que “o custo do insumo do medicamento no Brasil começou a ficar exorbitante” porque o governo federal, também a partir da década de noventa, “deixou de investir nos laboratórios públicos e deixou de investir cada vez mais na Indústria Nacional”.

Quem não lembra, professor, do Lafepe, em Pernambuco, da Iquego, em Goiás, a própria Furp, em São Paulo, professor, quem não lembra disso? Esse Parque Industrial produzia muitos itens que a população necessita no SUS. Daí o governo deixou de investir, investiu no privado e o privado vem com a ganância, infelizmente é isso.

O discurso apaixonado de Lérica segue dialogando com os temas da reportagem, mais do que com a autoria das falas. A matéria trata do parque industrial brasileiro da medicamentos como um dos problemas para o acesso, se refere a esse desinvestimento, mas não faz uma distinção entre o parque industrial público e o privado. É dito também na reportagem que houve desde a década de noventa, a partir da Lei de Patentes, de 1996, um desinvestimento em todos os sentidos, tanto na indústria nacional privada quanto na pública, e que isso criou um desabastecimento de insumos, seja nos princípios ativos ou nos medicamentos não lucrativos. A Política Nacional de Medicamentos (PNM) é citada pela reportagem diversas vezes. O interesse da leitora é a estruturação de uma política que viabilize o acesso aos medicamentos no SUS.

E também, professor, além desta questão toda, tem também a questão dos gestores dos municípios. Infelizmente, nós não temos qualificação da gestão, a maioria dos municípios brasileiros, professor, se o senhor pesquisar, a maioria dos secretários municipais de saúde eles não tem formação na área. Então, as políticas de saúde não têm continuidade, porque não tem um gestor qualificado para dar seguimento. (...) Então, nós precisamos de gestão qualificada, nós precisamos que a assistência farmacêutica tenha um farmacêutico qualificado, um farmacêutico de carreira do município. O que nós temos também é que como esses cargos são de confiança, cada gestão, às vezes, indica um farmacêutico que não é do serviço público, que não é da rede, para ser remunerado. Então tem muitos conflitos com os profissionais de carreira. (...) Então são muitos problemas, professor, que avançamos em muitas situações, mas em muitas situações nós estamos perdidos. Em questões básicas, primárias nós estamos perdidos, porque não temos essa estruturação.

A discussão sobre a CEME e a crítica à descentralização trazidas por Lérica não estão presentes na matéria da Radis. A leitora não chega a enunciar que falta quem defenda esse ponto de vista entre as fontes ouvidas, mas, para efeito de construção do Mapa de Vozes, esta ausência será registrada. Quando perguntada sobre as escolhas das fontes ouvidas, ela referenda as abordagens presentes na matéria e reforça ou acrescenta mais elementos à discussão. Em pouco mais de uma hora, tempo que durou a conversa desta análise, Lérica deu uma aula sobre política de medicamentos nos três níveis do poder público, o que teria feito dela uma boa fonte para a construção da própria matéria analisada. Nas duas conversas de pesquisa, ela revelou um conhecimento profundo também sobre a participação da iniciativa privada nas políticas públicas e na comercialização de medicamentos, o que a teria feito também uma ótima fonte uma matéria publicada em janeiro de 2005 sob o título “Por que tanta farmácia?”, que discutia o estranho fato de exista uma farmácia em praticamente cada esquina das cidades do país, sem que isso represente mais saúde para os brasileiros.

Na reportagem de 2016, a visão histórica, o foco na “atenção básica mais resolutiva” e no “fortalecimento do parque farmoquímico” nacional, assim como a crítica à Lei de Patentes, presentes na fala de Lérica, são expostos na voz de Jorge Bermudez, vice-presidente da Fiocruz, que faz também uma análise do cenário internacional. Marcus Athila, que preside o Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF-RJ), traz outro aspecto destacado por Lérica ao dizer que “o custo do

medicamento é influenciado diretamente pela alta tributação, que em nosso país chega a 34%, enquanto a média mundial é de apenas 6%”.

Outro problema é a tributação. Veja bem, para os produtos veterinários, a tributação é zero, não tem impostos quando você faz aquisição de um produto veterinário. Dos humanos, a tributação varia de doze a dezoito por cento, varia por estado. Cada estado tem a sua tributação própria para aquisição de medicamentos. Os preços dos medicamentos na Paraíba são mais baratos do que em Rondônia, você tá entendendo? Por causa da tributação. Então, a gente já... o Conselho Nacional de Saúde já apresentou proposta, já solicitou projeto de lei para que as tributações dos medicamentos humanos sejam iguais dos veterinários: zero. Isso aí não é um produto de luxo, isso aí é um produto terapêutico? Então, é um absurdo um produto humano, para salvar a vida, variar com impostos absurdos de estado a estado e o veterinário ser zero a tributação, entendeu? Então assim, é um absurdo essa questão, só por causa da questão da exportação... Para ajudar na exportação, eles tiraram os tributos dos produtos veterinários, por interesses econômicos. Então tudo passa por interesses econômicos. O poder econômico manda. A vida humana está perdendo totalmente o valor. Se a sociedade civil não se organizar para resgatar de novo as lutas da década de oitenta e de noventa, sem ideologia partidária – não sei como é que vai poder isso, sem ideologia partidária – para a gente resgatar os debates e ter um avanço realmente, para resgatar o ser humano, eu não sei onde isso vai parar. Porque o que tem valor hoje é o poder econômico. Se tu tem toda a influência econômica, tu tem todo o valor, mas se tu é o Seu José, que precisa salvar a vida, o poder não valoriza, entendeu? Então, nós temos que sensibilizar esses políticos brasileiros... O controle social tem que resgatar esse debate, nós temos que fazer um movimento para sensibilizar realmente os políticos brasileiros, para que a gente tenha uma política eficaz da assistência farmacêutica. Porque o povo pode, até a médio e longo prazo, ter acesso ao médico, à consulta, ao diagnóstico, mas tá ficando cada vez mais difícil o acesso ao tratamento. Não tá tendo acesso ao tratamento.

Outra identificação de Lérica em relação à matéria é com a visão do editor de saúde do jornal francês Le Monde, o jornalista Paul Benkimon, médico de formação, ouvido pela Radis na matéria de capa. Na entrevista que ganhou o destaque de uma página (p. 23), ele defende que a saúde seja vista como um direito humano. Afirma que “não é possível a Indústria Farmacêutica se comportar como fabricante de qualquer outro produto” e questiona: “é ético que os tratamentos existam e as pessoas não tenham acesso?”.

É isso mesmo! (...) O custo do orçamento anual do Ministério da Saúde na área de medicamento está ficando superior ao valor total bruto do próprio orçamento do Ministério, porque esse insumo está

aumentando muito. (...) Então o governo deveria ter interesse em estruturar essa política porque ela vai ficar cada vez mais inviável e como consequência o custo do sistema vai ficar muito mais alto, do que se ele estruturasse o custo desse insumo, estruturasse essa política que tem que ser viável, porque é um direito da população. Então o que acontece, professor? Hoje tudo é a ganância do homem, tudo passa pela ganância do homem, tá tudo na mão de uma minoria, tudo no poder econômico. Então, ou o governo enfrenta esse poder econômico a nível mundial até, ou nós vamos ficar cada vez mais inviáveis e não vai muito longe, essa situação não vai muito longe.

Por outro lado, Lérica considera que nem tudo que é programado no orçamento da política farmacêutica é executado e diz que gostaria que fosse feita uma pesquisa do quanto o governo programou e o quanto gastou com medicamentos nos últimos cinco anos, embora acredite que esse levantamento viesse a “estressá-la”, porque, “apesar de todos os problemas”, ela tem “uma leitura que eles ainda não estão nem gastando tudo que tem para população desse item”.

Por exemplo, professor, o que a população está sofrendo com essa pandemia, porque tudo agora é covid. Então a população brasileira deixou de ter outros problemas... E não deixou? Porque não está tendo acesso às cirurgias, não está tendo acesso a muita coisa. Então aumentou cada vez mais o sofrimento da população? É muito desumano, é muito revoltante. É muito revoltante, porque tinha que ter o controle social em cada município, a nível estadual, a nível federal, tinha que convocar um debate com estruturação sobre a assistência farmacêutica, o acesso, desde a estruturação da gestão até aquisição do medicamento e até o acesso da população a esses produtos, entendeu? A situação está muito grave. Não sei se eu estou conseguindo colaborar com você...

Nesse momento da conversa, eu a tranquilizo, porque tudo o que está dizendo é interessante e ao expressar a sua visão se revelando representada ou não por aquilo que está exposto na reportagem. À medida que ela diz o que pensa, eu vou enxergando o que está ou não presente em cada fala dos entrevistados na reportagem e aquilo que ela gostaria que estivesse sendo dito e a matéria não incluiu. Explico a ela, por exemplo, que a fala do editor francês coincide com a sua visão em pelo menos três pontos: a defesa do direito, a crítica ao poder econômico e a necessidade de “mobilização social”, que no discurso dela é a participação e o “controle social” idealizado no SUS. Lérica prossegue: “tem outra coisa preocupante que eu estava até esquecendo de falar.”

Tá ficando cada vez mais difícil essa situação das patentes. O governo brasileiro ele não investe em pesquisa, o que investe é muito pouco e essa questão de patente está ficando na mão do privado, do poder econômico, da indústria, e quando a indústria investe, professor, é um absurdo, por exemplo, você ter que ficar sujeito a vinte anos a patente do medicamento que é o único, por exemplo, a maioria das vezes, que dá resposta ao problema de saúde. Então assim, teria que ter uma lei mais rígida com relação a patente, para que, por exemplo, se eu investi, eu tiro, digamos, duas vezes do que eu investi cem por cento. (...) Isso se tira rapidinho. Mas estão ganhando milhões de vezes. A população morrendo e cada vez mais se gasta com o custo com os medicamentos, com os produtos. Então assim, ou investe em pesquisa ou vamos ficar definitivamente dependentes da indústria e eles cada vez mais ganhando dinheiro. (...) Teria que ter uma lei, alguma norma nacional e internacional, que o retorno por uma patente de um medicamento seja até uma vez mais do que foi investido. (...) E também a obrigatoriedade de se produzir produtos que o lucro não é tão grande, poxa vida. O senhor sabe que nós tivemos um problema grande no Brasil com o uso da penicilina um problema grave há dois anos atrás, falta. Por quê? Porque o lucro deles com a penicilina, eles acham que é pequeno e com isso deixaram de produzir o IFA, o Insumo Farmacêutico Ativo. Então assim, teria que ter uma realidade da indústria nacional do que nós precisamos e conseguir produzir esses insumos. Porque tá ficando grave a situação. Olha, essa situação de medicamentos teve um retrocesso nesta última década muito grande, sobre todos os aspectos. É um problema maior dos países pobres e dos em desenvolvimento. Os desenvolvidos tudo têm. Mas com a penicilina até nos Estados Unidos tiveram dificuldade, até em países desenvolvidos tiveram dificuldades com a penicilina.

A abordagem de Lérica sobre as patentes se coaduna com o discurso de Jorge Bermudez, então vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, um dos entrevistados na reportagem, e a posição do secretário geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em 2015, também citado na matéria. “O Bermudez é ótimo!”, emenda a participante. Está em sintonia também com outras vozes presentes nessa matéria como a de Pedro Villardi, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GPI/Rebrip), e a de Marcela Vieira, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), que analisa, na matéria o caso do medicamento Truvada, para o tratamento anti-HIV/Aids. O alerta sobre a escassez de matéria-prima para antibióticos, feito por Lérica, é um dos principais problemas apontados durante o 2º Censo da Indústria Farmoquímica Nacional, realizado em 2013 pela Fiocruz e também citado na matéria.

A matéria trata da disputa sobre patentes de medicamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC) e relata o processo judicial de 39 laboratórios farmacêuticos contra o presidente sul-africano Nelson Mandela, após ele ter autorizado a quebra da patente de medicamentos para Aids, em 1999. Lérica concorda com o entrevistado Paul Benkimoun, que questiona o fato de as patentes protegerem inovação e o maior gasto dos laboratórios ser, na verdade, com o marketing, o que é incorporado nos altos custos dos medicamentos – tanto o marketing da publicidade e propaganda quanto o marketing direto sobre a prescrição.

É outro problema grave. A indústria, professor, eles já começam o trabalho deles na academia, nos cursos de medicina. (...) O investimento deles é grande nos congressos médicos, visitações a consultórios médicos, com estatísticas de prescrições, pagamentos de viagem, férias, de várias situações. Eu não sei se tem condições de acabar com isso, é muito difícil. Hoje, professor, eles qualificaram tanto essa questão da visitação médica, que a maioria dos laboratórios contrata hoje somente farmacêuticos. Eles vão hoje nos consultórios então é muito forte, é muita grana que eles dão aos congressos e as entidades médicas. É muito difícil controlar isso. Na realidade, o problema todo passa pela formação do ser humano, a educação. Isso aí mostra a importância da base, a importância da formação do ser humano. Eu conheço muitos médicos que têm alto nível econômico e social e que eles não aceitam que os laboratórios participem do financiamento de suas viagens, seus congressos. Eles prescrevem de acordo com a necessidade do paciente e com o que é melhor para a condição econômica daquele paciente. Mas a grande maioria está vinculada a todas essas questões. Então o marketing hoje da indústria, o senhor pode observar que o senhor não vê mais tanta propaganda na televisão, nos rádios. Vai direto em quem tem o poder da prescrição, porque na sociedade, a confiança no médico no diagnóstico, na prescrição, é muito grande. (...) O marketing também é feito diretamente na farmácia, na drogaria. (...) Como na matéria que saiu recentemente no Fantástico... Tem cidadãos que trabalham em drogarias e farmácias que ganham mais de comissão do que de salário.

Lérica faz coro também com outra entrevistada, Carolina Batista, que representa no Brasil a organização não-governamental de drogas para doenças negligenciadas, a Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi), quando critica a ausência de medicamentos para doenças e pessoas que não estão na lógica do mercado, como explica a reportagem.

(...) produtos que estão saindo de produção porque o lucro é baixo e para eles não interessa ganhar pouco, ter uma escala de produção em

todas as indústrias para suprir a necessidade nacional. Então, se eu quero ter uma indústria em um determinado país, ela não tem que produzir somente o que dá grandes lucros, ela tem que produzir também... pode até parecer ingenuidade minha, mas tem que ter uma legislação que proteja a população. Ou então, por que o governo não investe no parque industrial nacional?

“Políticas que protejam a sociedade” e não apenas as políticas que “trazem benefícios para as indústrias é o que defende Lérica. Ela concorda também com as falas na matéria que defendem licenciamentos compulsórios e a quebra ou flexibilização de patentes, em função do interesse da saúde pública. “Tem que ser visto tudo isso, não pode a sociedade deixar de ter direitos por ganância, por cada vez mais dinheiro e poder econômico”.

Em sua opinião, o que pode impedir a escalada da “ganância das indústrias” é um governo que tenha compromisso com a sociedade e a escolha de ministros que tenham uma formação em saúde pública, que tenham a experiência de terem sido secretários de saúde que conheçam e defendam o SUS. Ela lembrou exemplos de escolha de ministros com essas credenciais nos governos Lula e Dilma, até meados da década de 2010, e elogiou a escolha do primeiro-ministro da Saúde do governo Bolsonaro: “resumindo, na realidade o que está faltando ao Brasil é uma austeridade política nesse setor e uma austeridade de legislações que acabem com isso aí”. Elogiou também as iniciativas brasileiras de adotar o licenciamento compulsório, permitindo a quebra de preços de medicamentos para o tratamento da Aids, como o Efavirenz, ocorrido em 2007, “o que trouxe uma economicidade muito grande” ao Brasil. “O governo brasileiro teria era que colocar os corretos pra analisar todas essas situações e ter coragem e mudar essa situação, até mesmo parceria com o governo de outros países”, sintetiza Lérica.

Tabela 4 – Vozes pelo acesso aos medicamentos

<b>MpA4 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>
<b>Medicamentos: preços altos e política industrial podem deixar tratamentos fora do alcance</b>
(Radis 163, abr 2016)



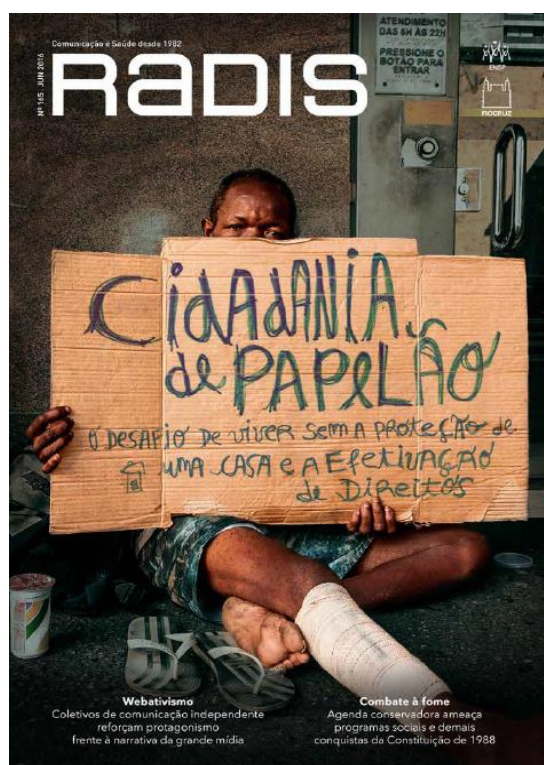
Análise do participante			Análise do pesquisador									
			Modo de apuração		Modo de presença no texto				Lugar de interlocução			
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Lérida</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Pesquisador Fiocruz (Jorge Bermudez - PNM, Parque industrial)	X		X					X		X		
Farmacêutico CRF-RJ (Marcus Athila - preços e tributação)	X		X					X		X		
Especialistas (Acesso)	X		X					X		X		
Especialista (Programa Farmácia Popular - Marcus Athila, CRF-RJ; Marco Aurélio Pereira, MS)	X		X					X		X		
Especialista (medicamento como direito, do poder econômico e marketing da indústria e de participação social - Paul Benkimon, Le Monde)	X		X					X		X		
Voz de quem fale da execução orçamentária do Ministério da	X		X					X		X		



#### 4.2.5 Vozes das ruas

A escolha feita por Cainã de analisar a reportagem “Cidadania de papelão: o desafio de viver sem a proteção de uma casa e a efetivação de direitos”<sup>371</sup> se deu em decorrência de ser a matéria que mais a marcou desde 2016, quando começou a receber a Radis, e de haver trabalhado intensamente com essa edição em sala de aula, para a escrita de redações pelos alunos do ensino médio. Na segunda conversa de pesquisa que tivemos, em julho de 2021, essa foi a primeira de três matérias analisadas por ela.

Figura 9 – Radis 165, Capa



A capa é “super chamativa, quando a gente olha, percebe que esse é o retrato da pessoa que está nas ruas, que muitas vezes está doente, como esse rapaz enfaixado, que é negra, que está maltrapilha, suja, e que está sem todos os seus direitos garantidos”, diz Cainã. Ela vê a imagem da pessoa segurando um papelão na

<sup>371</sup> Radis 165, jun 2016, p. 18-27.

capa de 2016 como algo que se tornou mais frequente nas ruas, durante a pandemia, “com recadinhos e pedidos de ajuda”, sem o direito à segurança, à moradia, à alimentação e à saúde. “A gente vê aí ‘cidadania de papelão’ e faz associação com o que é ser cidadão e ter direitos e deveres funcionando só no papel, no papelão, como letra morta mesmo”.

Comenta ainda o subtítulo da chamada de capa, “O desafio de viver sem a proteção de uma casa e a efetivação de direitos”, como sendo um tema pronto para uma redação, como as que costumam ser demandadas no Exame nacional do Ensino Médio. “O ENEM traz um problema social que acontece no Brasil no século XXI, com essa formatação. Os desafios das pessoas em situação de rua no Brasil seria um tema de redação”, comenta, lembrando que a reportagem pode ser uma referência não só para um texto argumentativo para o vestibular, mas também traz elementos da realidade para serem trabalhados em várias outras disciplinas.

Cainã trabalhou o tema da revista com os alunos, em associação com a leitura do livro “Cidadão de papel”, de Gilberto Dimenstein, que trata dos direitos humanos e da desigualdade, tema que motivou o autor a publicar uma versão semelhante, em quadrinhos: “o cidadão invisível”. Associou o exame da matéria também ao conceito de “refugio humano”, de Zygmund Bauman. A professora incluiu a reportagem em slides nas aulas regulares e em um “aulão” para o ensino médio de uma escola em que não trabalha, que teve como título “Cidadão de Papelão”. Dados da matéria, como o de que “cerca de 50 mil brasileiros ainda não tem a garantia de serviços básicos e são vítimas de estigmas que ameaçam sua saúde”, foram citados em redações de seus alunos em concurso. Em suas aulas, ela mostra a eles como a Radis pode ser tomada como uma referência para a argumentação em seus textos: “a revista está aí no mercado, é um conteúdo de domínio público, como outros jornais e revistas”.

Sobre as vozes na reportagem, Cainã identifica de saída a voz de especialistas, de representantes de algum tipo de iniciativa ou movimento, de profissionais da assistência, além da presença de muitos dados. Uma fala em especial a chocou quando abriu a revista pela primeira vez e ela a utilizou em slides apresentados em sala de aula: “o Brasil ainda não conhece a população em situação de rua. Não há como atender uma demanda que não é conhecida”. Quem a enuncia na Radis é a procuradora Ivana Farina, vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos

humanos (CNDH). Tendo sido publicada na revista, a professora ensina aos alunos de que forma essa informação pode ser referenciada. “É uma fala que resume um dos problemas que existe no nosso país, falta de informação”, diz Cainã. “Não tem como a gente lidar com um problema de falta de moradia ou de déficit habitacional se a gente não tem noção do que acontece de fato”, argumenta. “E mesmo que a gente tenha cadastros, com números, ainda assim, sabemos que são subnotificados.”

Ela identifica outras vozes no texto: “percebi que a gente tem a fala do jornalista, a do professor, a de uma mulher trans e a de seu companheiro”. Cainã vai identificando as vozes e sempre comentando com paixão as narrativas: “é um absurdo a história de você viver da prostituição porque você foi colocado para fora de casa, mas você levar o dinheiro da sua prostituição para pagar o aluguel da sua família. Veja que tosco, que sociedade mais nojenta”. Com base na história do encontro do casal Helen e Ivan, ainda em situação de rua e da riqueza de cada outro depoimento, Cainã reflete sobre o valor de reportar essas histórias:

Não conhecer, ou não saber porque muita gente vai para a rua é um dos fatores que fazem com que muitas pessoas se comportem de forma violenta e irresponsável (...) muita gente acha que quem está na rua é um ‘drogado’, um ‘viciado’. Quando a gente discute em sala, a gente tenta mostrar os vários motivos que fazem uma pessoa chegar à rua.

À medida que identifica cada nova voz presente na matéria, Cainã vai manifestando a sua empatia por essas pessoas, lembrando cada depoimento: a pessoa que “fugiu de abusos do padrasto”, a que “foi botada para fora de casa...”. Enquanto comenta a matéria, recupera algumas histórias que a chocaram de agressões a pessoas em situação de rua noticiadas na mídia de São Paulo e Sergipe e descreve como trabalha com os alunos o conjunto de “vulnerabilidades e falta de direitos”, como “segurança, moradia e alimentação”, a que essas pessoas estão submetidas. Cainã não sente falta de outras vozes além dos especialistas e das pessoas que vivem em situação de rua ouvidas pela matéria. “Por curiosidade”, se interessaria por ouvir mais histórias, exemplos de situações que levam as pessoas a viver em situação de rua e também de pessoas que foram ajudadas a voltar a ter uma casa para morar.

Vanilson analisou a matéria “Cidadania de Papelão” em duas conversas de pesquisa, em junho e julho de 2021, momento em que exercia a coordenação no Rio Grande do Norte e a representação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) no Conselho Nacional de Saúde. A reportagem foi publicada em 2016, a partir de reportagem realizada no Rio de Janeiro e, principalmente, em Goiânia, onde ocorria o 3º Seminário Povos de Rua – Políticas públicas para a população em situação de rua pensadas em uma perspectiva intersetorial. Naquele período, quem representava o MNPR no CNS era Maria Lúcia Santos Pereira, também coordenadora do movimento em Salvador, uma das entrevistadas na matéria.

A análise de Vanilson é minuciosa em relação às imagens e cada detalhe da escrita que compõem a textualidade da Radis. No exame da capa, ele destrincha a fotografia realizada em uma calçada de Copacabana, no Rio de Janeiro, sem deixar passar detalhes como a sinalização da fachada de uma agência bancária, o “machucado” na perna do homem que segura um cartaz de papelão, uma tampa e um copo de plástico que podem ser de “um suco ou sopa” que ele tenha tomado pouco antes da foto, a sua “manta” pouco visível ao fundo. Se além bastante aos dizeres do cartaz e à forma como a mensagem está escrita, com letras irregulares e alternando letras maiúsculas e minúsculas.

Inicialmente, supondo ser de autoria da pessoa fotografada a escrita no cartaz de papelão, Vanilson confirma que aquela imagem representa uma “realidade real” do que acontece nas ruas. Observa que a forma da escrita “mostra que esse cidadão em situação de rua sabe ler e escrever, mesmo que lhe falte a compreensão de não misturar maiúsculas com minúsculas. Não que seja proibido, mas que esteticamente, na gramática, seria um erro de português”. Ainda considerando que fosse um retrato sem interferências, Vanilson levanta a questão: “mas o cara vai se importar com isso, se ele tem uma vida desafiadora pela frente? Aí a gente fica imaginando o que esse cara, após a foto dessa capa, foi fazer? Quais foram os desafios que enfrentou?”. E acrescenta, ainda lidando com a imagem como a reprodução de uma cena real:

Essa foto já diz os desafios que esse cara enfrentou! Desafios de viver sem a proteção de uma casa. Ele desenha mais uma casa. Como isso mostra um desejo bem intenso e interno dele, de ter uma moradia. Uma casa e a efetivação de direitos. Que direitos? O direito constitucional, da nossa Constituição, no artigo VI, que é o direito à moradia, que é dever do Estado, direito do cidadão e dever do Estado.

Direito do povo brasileiro e dever do Estado. (...) A capa já traz uma grande reflexão. Aqui tem vários significados da vida, não só desse rapaz, mas da população em situação de rua no Brasil.

Vanilson quis saber detalhes sobre a produção da capa e foi informado que a frase no cartaz de papelão contém o título e o subtítulo criados com base no conteúdo da reportagem pelo editor e autor da matéria<sup>372</sup>, e aplicada sobre o papelão dessa forma como uma opção estética do designer<sup>373</sup>, uma forma intuitiva de tornar o título visualmente semelhante a uma dessas frases que se lê na rua. O fotógrafo<sup>374</sup> teve o consentimento do homem para que fosse fotografado e ele foi informado sobre o enfoque da matéria, mas não exatamente sobre o que seria escrito no papelão, na hora da edição. Uma vez impressa a revista, o homem da foto foi procurado para receber o seu exemplar, porém não mais foi encontrado na região que vinha frequentando. Ao refletir sobre a produção editorial, Vanilson assegura: “quando a galera permite, é porque teve um vínculo, entendeu? Teve um vínculo”. E conclui:

Bem interessante essa capa. Eu achei inusitada, mas também muito oportuna, porque retrata a realidade de quem está em situação de rua. Essa escrita dessa forma no papelão chama mais atenção, porque a pessoa vai ver detalhes específicos (...) dá uma curiosidade, inclusive para ler. Uma capa dessa daria uma discussão muito boa. Daria não, deu.

No interior da revista, a reportagem segue com o título “À margem de direitos efetivos”, em dez páginas que mantêm o design semelhante ao da capa. Vanilson associa a palavra “frágil” estampada num pedaço de papelão à figura da pessoa em situação de rua que aparece na foto, feita nas calçadas da Cinelândia, no centro do Rio. “A expressão desse cara é como se ele estivesse dormindo ou sentindo alguma dor, talvez,” avalia. “Não sei se foi a edição que colocou, mas embaixo do travesseiro, ele está muito sujo. Em cima não, mas embaixo, sim. Como se o cara estivesse usado o lado do travesseiro, aí quando viu que estava sujo, mudou de lado, entendeu?”

Em seguida, comenta os números da matéria sobre a população em situação de rua no país, lembrando que o censo do IBGE, em 2008, calculou em 30 mil pessoas e que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2015,

---

<sup>372</sup> Adriano De Lavor.

<sup>373</sup> Felipe Plauska.

<sup>374</sup> Eduardo de Oliveira.

estimou em 50 mil pessoas, número divulgado pela matéria. Por não se tratar de um cálculo censitário do IBGE, a estimativa não abarca todas as regiões, o que aumenta a subnotificação, argumenta Vanilson. Caso sejam números da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH), eles tornam-se ainda mais distantes da realidade brasileira, entende ele.

O grande envolvimento de Vanilson com o tema faz com que ele foque mais nas discussões trazidas pela matéria do que exclusivamente em quem são as pessoas ouvidas. Em um processo dialógico e dialético de leitura e digressão, de olhar para dentro e para fora da textualidade, ele reflete a partir do que está e do que não está na matéria e do que ocorria naquele momento histórico da reportagem, trazendo também os contextos anteriores e atuais, tanto no cenário nacional quanto nos exemplos concretos experienciados por ele e outras pessoas que estão ou estiveram em situação de rua.

Ele se identifica com a declaração dos ativistas do movimento “PopRua” (outra forma de denominar o MNPR), ouvidos na matéria, que reivindicam “escuta qualificada para as suas necessidades e melhor diálogo com outros movimentos sociais”. Lembra que “existe ouvir e escutar e que às vezes a gente ouve, mas não escuta”, situação que diz ser frequente nas ações de assistência social destinadas à população em situação de rua, quando eles são recebidos nos abrigos ou quando respondem a questionários.

“Quando perguntam detalhes da nossa vida, há uma resistência no início. Porque a gente não sabe o que vai ser feito. Só quando há diálogo é que existe confiança”, explica. Ele diz que é comum que as informações sejam coletadas não para resolver os problemas, que é o que a pessoa nessa situação deseja, mas para fazer relatórios obter orçamento. Nesses casos, lamenta, as histórias de cada um ficam engavetadas para sempre em algum lugar. Outra situação em que a qualidade da escuta interfere é na seleção para a obtenção de emprego, caso a pessoa more em uma área periférica ou de favela e, mais ainda, quando ela não tem um endereço.

Na relação com a imprensa, Vanilson diz ter muito embates sobre a qualidade da escuta: “geralmente não sai o que a gente falou. Sai o que agrada aos ouvintes ou à edição da TV, do jornal, do blog”. Um exemplo que lembra bem é o de quando foi escolhido representante do movimento da população em situação de rua Rio Grande



do Norte, em uma grande atividade pública e deu entrevista à principal emissora local de TV. “A matéria saiu assim: ‘mendigos se reúnem em praça para lutar por seus direitos’. Desse jeito, Mendigos. Fizemos nota de repúdio, procuramos a emissora, mas já tinha publicizado, o estrago já estava feito”, relata.

Voltando à matéria da Radis, Vanilson cita o casal Helen Dolzane e Ivan Vieira dos Santos, entrevistados em Goiânia, na história que começa “com o batom vermelho”, lembra. Cita também a líder Maria Lúcia dos Santos Pereira, quando ela diz que “não há mais como negar a nossa existência”. Ele vai reconhecendo no texto da reportagem os nomes de companheiros como os coordenadores do movimento em Goiás, Eduardo Santos; São Paulo, Anderson Miranda, que na matéria repete uma das falas frequentemente ditas por Vanilson: “nós não queremos mais ser apenas objetos de pesquisa de universidade”. Identifica Daniel Paes Santos, coordenador do movimento em Santa Catarina, que, segundo Vanilson, foi substituído, em 2018, por Antônio Carlos, “que tem uma casa de apoio chamada Casa dos Amigos, que acolhe pessoas idosas em situação de rua”.

Vanilson identifica e cita também o nome das autoridades, como o promotor Eduardo Prego e a procuradora Ivana Farina, vice-presidente do Conselho Nacional de direitos Humanos, assim como dos especialistas, como o psicólogo e pesquisador da Fiocruz, Marcelo Pedra, então lotado no Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, todos esses como vozes centrais na reportagem.

A matéria relata que houve interrupções dos discursos e apresentações dos palestrantes do Seminário, para denúncias e desabaços, que “emocionaram a plateia e motivaram palavras de ordem”. Uma dessas falas que irromperam no evento foi a de Daniel Santos, que alertou sobre a maior vulnerabilidade das mulheres em situação de rua, ao contar que, enquanto as discussões aconteciam na Câmara Municipal, a poucos metros dali uma mulher com deficiência e grávida, havia sido agredida pela Guarda Municipal goiana. “Ela provavelmente terá seu filho tirado dela pelo Conselho Tutelar”, alertou Daniel, segundo a reportagem. Vanilson, que participou do encontro em Goiânia em 2016, comenta que essa ação é “típica” do companheiro de lutas que também trabalha com teatro e “faz muita questão da saúde mental na rua”. Entre as participantes do Seminário estava Lêda Borges, a titular da Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social de Goiás.

Nesse momento da análise, Vanilson levanta algumas questões, não apenas sobre a presença de vozes na matéria, mas sobre a centralidade e o protagonismo que a reportagem dá a elas. “Aqui eu percebo que não houve muita ênfase nas falas dos apoios sociais, do movimento, mas houve espaço excessivo para as falas da meritocracia, que são as do desembargador, da promotora, do Marcelo Pedra, do Marcelo Prego”, analisa. Por outro lado, reflete: “a fala de quem vive o pau de arara teve pouca repercussão, vamos falar assim”. Além disso, Vanilson levanta outra questão que é o fato de, em sua visão, as pessoas em situação de rua e os representantes do movimento serem ouvidos apenas sobre as suas experiências pessoais e as suas reivindicações e não sobre a política e a discussão mais geral, espaço reservado na narrativa da revista para a voz dos especialistas e das autoridades, afirma.

Vanilson prossegue lembrando que o evento foi em Goiânia, mas que as representações do movimento que não são locais estavam lá. No entanto, ele percebe uma “tendência histórica” de se priorizar as falas acadêmicas e do judiciário, “que, se a gente for avaliar, contribuem na função, mas não trazem a realidade da população em situação de rua.” O que Daniel tentou dizer, segundo Vanilson, é “nada sobre nós, sem nós. Peraí, deixa eu falar também!”. O que se vê no evento e no texto da reportagem, diz ele, “é que não há falas maiores dessas lideranças. Fala em Maria Lúcia, fala no Eduardo de Goiânia, fala no Anderson, mas com pouco foco”:

Na matéria da Radis não tem poucos representantes. Tem até muitos. Tinha cerca de dez lideranças, inclusive eu. Só que a matéria, em si, fala da Maria Lúcia, fala do Anderson Miranda, do Daniel Paes, do Eduardo, mas não traz uma fala mais completa. Ou seja, é como se as falas não tivessem relevância. Ela está mais para o Pedra, para o Prego, para a Ivana. Há um destaque maior nas falas, entendeu? Isso é comum acontecer. Mas a gente precisa mudar isso.

De passagem pela releitura da fala do geógrafo e pesquisador Igor Robaina, da Universidade Federal Fluminense (UFF), acerca de pesquisa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre a população em situação de rua, em que ele se menciona que uma das estratégias de proteção dessa população é procurar se “mimetizar” com a cidade, disfarçando a sua presença, Vanilson levanta a questão de quantas pessoas dentre as de população em situação de rua interessadas em ler essa matéria da Radis saberiam o que é mimetizar. “Quando a gente não sabe o significado

de uma palavra, perde-se o contexto da frase ou o contexto geral do parágrafo. Por isso a gente defende que se deva facilitar a leitura”, explica Vanilson. Ele também contesta a interpretação sobre essa estratégia e outras conclusões das pesquisas apresentadas chegaram. Mas isso, diz, ele deixaria para um debate com o pesquisador.

Sobre a afirmação destacada em um olho de matéria coordenada dentro do conjunto da reportagem, “O Brasil ainda não conhece a população em situação de rua. Não há como atender uma demanda que não é conhecida”, Vanilson levanta a seguinte questão:

Não conhece, por quê? Porque não quer conhecer. Brasília não quer conhecer, porque conhecendo-a, certamente será pressionada a criar políticas públicas ou outras formas de direitos. (...) Quando não se tem o censo nacional, pelo IBGE, não há algo oficial. Se não há algo oficial, não tem como oferecer determinados serviços ou programas de moradia, que geram custo para o governo, tanto na questão da construção, como na questão de profissionais, trabalhadores e trabalhadoras, para exercer esses papéis nesses locais. Então, me chamou muita atenção essa frase. Realmente, não tem como atender, quando não se tem o conhecimento da demanda, quando não se quer conhecer. Atende-se de forma cada vez mais paliativa, sem compromisso com as pessoas.

Mais adiante, Vanilson critica nota enviada pelo Ministério da Saúde em resposta a um questionamento da Radis, em que o MS afirma não haver restrições ao atendimento da população de rua nas unidades de saúde. Como é possível considerar que não há restrições, questiona Vanilson, “se os consultórios na rua surgem em 2011, justamente por causa do não acesso dessa população aos serviços de saúde em todas as instâncias do SUS?”. O Ministério manda para uma revista a informação de que “não há restrições” e quem lê, pensa que isso é verdade, analisa Vanilson, estendendo o questionamento também à revista: “eu vejo que ninguém foi entrevistado para dizer o contrário. Aqui não há uma fala de alguém do movimento dizendo: olha, a dificuldade de acesso é assim...”. Isso torna, em sua visão, mais fácil para o Ministério sair-se com uma resposta conveniente para ele.

Outros nomes vão sendo identificados por Vanilson ao longo da matéria, o do articulador de Consultórios na Rua e arte-educador Daniel de Souza, e o da psicóloga Mirna Teixeira, da ENSP/Fiocruz, que organizou com Zilma Fonseca, o livro “Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde: cuidado à população em situação de rua e

usuários de álcool, crack e outras drogas”. Ele se detém diante das falas do casal Rosane de Souza Virgínio de Assis e Leonardo Perciliano, que vivem na região central do Rio de Janeiro e foram entrevistados na reportagem.

Vanilson comenta a tocante história de Rosane e o encontro com Leonardo. Fala da importância da presença de um companheiro como forma de proteção nas ruas e sobre quando ela diz que “o pior momento do dia ou da noite, é quando anoitece e as pessoas estão indo para suas casas e passam por ela sem vê-la”. Essa lembrança o leva a narrar uma situação pessoal:

Isso é muito ruim para quem está em situação de rua. Acontecia também comigo. Eu me lembro que morava ali no Alecrim... Eu nunca esqueço desse dia. Era dia de ano novo... Isso às seis horas da noite, sem perspectiva, ano novo, todo mundo festejando, comprando presentes. Seis horas da noite, eu embaixo de um papelão, me escondendo daquela realidade mesmo. Eu olhava só pela brecha do papelão e via as pessoas passando, indo para casa, sorrindo... Mas eu estava mesmo me escondendo, porque eu não tinha para onde ir. Era só mais uma noite? Para mim não era ano novo, porque mesmo passando o ano, as dificuldades iriam continuar. Então, é muito ruim esse sentimento de nós estarmos nas ruas... As pessoas passam por nós, não nos verem. Até olham, mas não nos enxergam? Eu me lembro desse dia em que eu estava na praça Gentil Ferreira, que é uma das praças mais movimentadas de Natal, no Alecrim. Um dos piores sentimentos que eu tive na vida. É se sentir só em meio a uma multidão. É muito ruim. Você já pensou sobre isso, Rogério? Olha eu perguntando a tu... Já pensou sobre isso? O caso de se sentir só?

As histórias narradas por Rosane e Leonardo e as ricas e detalhadas contextualizações sobre tudo que cerca a vida na rua, trazidas por Vanilson, ocupam mais algum tempo da conversa de pesquisa. Na matéria, ao final da entrevista à Radis, Rosane pede que seja registrado na reportagem o seu maior desejo, naquele momento: “casar com Leonardo e ter ‘seu cantinho’, esquecendo que um dia passaram por isso”. O texto da matéria acolhe o pedido e interpreta que “no fundo, o que Helen, Ivan, Leonardo e Rosane reivindicam é serem sujeitos de seus direitos, atendidos em suas necessidades e tratados com dignidade”. Vanilson faz um último apontamento sobre a fala de Rosane, uma das vozes que ele mais valorizou na reportagem:

Casar é algo que, na rua, é supercomplicado acontecer, porque a pessoa está lutando, inclusive, pela sobrevivência. Ter seu cantinho... Esquecendo que um dia passaram por isso. Dizendo olha, queria ter

meu cantinho para esquecer que um dia eu passei por isso. O “isso” aqui, parece simples, mas dentro do “isso” tem toda a história dela nas ruas. Você pensou nisso? Passei por isso. É algo que marcou ela, mas ela tenta minimizar. Eu passei por isso.

Ao finalizar a análise, Vanilson traz o nome de Maria Lúcia dos Santos Pereira, líder do movimento, integrante do Conselho Nacional de Saúde até 2015, entrevistada pela reportagem da Radis em 2016, antes de embarcar para Genebra, Suíça, onde representou o Brasil em reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. No mesmo ano, ela voltaria a representar o Brasil na Habitat III – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Habitacional e Urbano Sustentável, realizada em Quito, Equador. A reunião de Genebra foi dedicada à discussão sobre as recomendações da Relatoria Especial de Moradia Adequada, que atestam como a falta de moradia adequada constitui uma violação dos direitos humanos, informa a abertura da entrevista da Radis, que tem como título “Por um olhar mais humano”, uma síntese do pensamento de Maria Lúcia, então com 48 anos, 16 deles vividos nas ruas.

Vanilson, que a conheceu bem e ouviu suas muitas histórias, como a estratégia de disfarçar-se com roupas masculinas para se proteger de agressões noturnas, quando vivia próximo ao Mercado Modelo, em Salvador, foi por ela estimulado a participar do movimento nacional. No dia dessa conversa de pesquisa, ele observou que faziam exatos três anos e dois meses da morte de Maria Luíza. Enquanto fazia as suas análises, ele fez questão de ler, pausadamente, uma frase de sua companheira de lutas em discurso que ela proferiu no encontro de Goiânia e que encerra um dos textos da reportagem da Radis: “meu sonho é ver o movimento tão forte, mas tão forte, que não tenha mais necessidade de existir”.

Tabela 5 – Vozes da rua

<b>MpA5</b> - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis
<b>Cidadania de papelão: o desafio de viver sem a proteção de uma casa e a efetivação de direitos</b>
(Radis 165, jun 2016)

Análise do participante			Análise do pesquisador								
			Modo de apuração		Modo de presença no texto				Lugar de interlocução		
	Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Cainã</b>											
<b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Mulher trans e o companheiro (pessoas em situação de rua)	X		X				X		X		
Especialista	X		X				X		X		
Professor	X		X				X		X		
Jornalista (pesquisador)	X		X				X		X		
Representantes de iniciativas (governo e movimento)	X		X				X		X		
Profissional da assistência (saúde)	X		X				X		X		
Muitos dados (IBGE, MDS)	X			X			X			X	
<b>Vanilson</b>											
<b>Vozes presentes e ausentes</b>											

Ativistas do MNPR (Maria Lúcia, Daniel, Eduardo, Anderson,	X		X				X		X		
Maria Lúcia	X		X			X	X		X		
Pessoas em situação de rua (Helen e Ivan, Rosane e Leonardo)	X		X				X		X		
Autoridades (Promotor, Procuradora, secretária de governo, gestores, “judiciário” - Prego)	X		X				X		X		
Especialistas (sanitaristas, professores, pesquisadores, “acadêmicos” - Pedra)	X		X				X		X		
Ministério da Saúde	X		X				X		X		
Dados (IBGE, MDS)	X		X				X		X		

#### 4.2.6 Vozes no STF por aborto e doação de sangue

Dois temas diferentes em duas matérias diferentes, mas interligados por três caminhos: serem questões relativas a gênero constituídas como tabus na sociedade brasileira e estarem no foco de disputas discursivas diante da corte suprema do país, em 2018. Um outro elo reúne essas duas matérias nesse tópico é a escolha de ambas as reportagens pelo participante da pesquisa Josenilton Matos Dias, leitor de longa data, graduado em Enfermagem e em Direito, com especialização em Direito Médico e Bioética.

Figura 10 – Radis 189, Capa



“Ninguém fora da solidariedade: fim da restrição à doação de sangue por homens que fazem sexo com homens em debate no STF”<sup>375</sup> foi a primeira matéria escolhida por Josenilton para analisar em conversa de pesquisa, que ocorreu em agosto de 2021. Enfermeiro experiente na área de doação de órgãos e tecidos para

<sup>375</sup> Radis 189, jun 2018, 12-19.



transplantes, ele doa sangue a cada três meses. Seu interesse pela matéria, lida em 2018, vem do fato de ele sempre ter questionado “o porquê de os homossexuais serem considerados um grupo de risco para a doação de sangue”, se há, por exemplo, “homossexuais que vivem como um casal, uma família regular”, argumenta. “Essa matéria discute bastante isso, naquele momento em que essa decisão estava em debate no STF. Recentemente, essa permissão foi validada e chancelada”.

A chamada de capa, “Ninguém fora da Solidariedade”, traz a principal discussão a ser relacionada a esse tema, em sua visão, que é “o porquê da exclusão desse grupo social, que poderia contribuir para o aumento de estoques de sangue”. Ele destaca também a arte que ocupa o lugar central da capa: “a imagem é bem legal, diretamente do coração para bolsa de sangue”.

Ao abrir a revista para comentar a matéria central, Josenilton repete o habitual trajeto de leitura que faz da Radis, passando pela seção Pós-Tudo, pelo editorial e dando uma olhada no conjunto de matérias e notas, antes de partir para a reportagem de capa, o que acaba por lhe dar uma visão contextual do momento em que os temas estão sendo trabalhados e da conexão entre os assuntos escolhidos para cada edição. Não há como não perceber na revista de junho de 2018, comenta, o ambiente de preocupação com o desmonte de direitos e serviços públicos e elevação da violência. No Pós-Tudo, ele se depara com o tema sobre os incêndios intencionais contra favelas e edifícios ocupados por população sem teto, para abrir caminho para a especulação imobiliária em São Paulo.

Josenilton observa que, no editorial, ao contrário do habitual, o título e os temas abordados não priorizam a matéria de capa que ele vai comentar: “o que me chama a atenção nesse editorial especificamente é o título ‘A caminho da barbárie’, em cima dos conflitos de terra, da questão dos agrotóxicos, essas situações que se complicaram.” Ele relê o último parágrafo: “tempos sombrios. Contudo, o caminho da barbárie não é a única opção que existe para o país. Pela ação política coletiva é possível alterar a aparente inexorabilidade deste destino”. E comenta: “pelo contrário, foi tudo o que aconteceu. Caminhamos diretamente para a barbárie”.

A análise da matéria começa pela observação de que o título é apresentado num carimbo “Sangue Recusado” sobre um braço aberto: “gostei muito da imagem que foi escolhida com esse carimbo de sangue recusado e a pulseira LGBTQI,

demonstrando que esse grupo estava sendo recusado”. Josenilton, que diz que sempre presta atenção na autoria das reportagens valoriza, nesse caso, a “construção textual” da matéria<sup>376</sup> por partir do relato de uma pessoa que foi submetida a uma negativa para doação e mostrar o caminho percorrido pelo jovem, que escreveu sobre isso no seu Trabalho de Conclusão do Curso de Direito. Isso levou o seu caso a ser encampada pelo movimento LGBT, obtendo apoio de um partido político, o PSB, para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Eu realmente não sabia que foi a partir daí que começou ser discutida a ADI na Suprema Corte. O que é muito interessante, porque você percebe que qualquer tema, qualquer situação do nosso dia a dia, em que qualquer cidadão perceba que está tendo seus direitos impedidos, o exercício de um direito que ele entenda ser possível, ele pode e deve buscar os meios legais, políticos, sociais para que isso pare de ocorrer. Então eu gostei muito dessa construção textual partindo dessa fala dele.

Além da figura do cidadão brasileiro, identificado como Junior na reportagem, Josenilton cita outros atores nesse processo, cujas vozes repercutem na matéria. “Trouxe bem precisamente as falas dos ministros do STF; um pouquinho do que a Anvisa defendia, com base em uma pesquisa; a Fiocruz; o hemocentro; ou seja, foi uma reportagem bem rica”. E conclui: “na minha opinião, trouxe a visão de vários atores desse processo de doação de sangue discutindo o tema”.

Josenilton diz que o tema da matéria chamou a sua atenção por ser um doador de sangue regular desde a época da faculdade, quando isso já o incomodava. “O enfermeiro também atua nos hemocentros e a gente estudava os critérios. Eu me lembro muito bem, em 2007, 2006, que a justificativa apresentada pelo professor era a maior incidência de HIV entre homossexuais do que entre heterossexuais. Isso era algo que me incomodava, apesar de eu não ser homossexual”, relembra. Diz que o tema também não era assunto de discussão entre os profissionais nos serviços, que o critério entrava como uma regra e não era questionado: “naquele momento, a gente aceitava aquilo como sendo a realidade mesmo e não tinha que questionar”.

---

<sup>376</sup> De Bruno Domingues, com participação de Adriano De Lavor.

A matéria traz o histórico do caso emblemático de recusa e do processo no STF, discute estigma e preconceito, a evolução da testagem do sangue brasileiro, as mudanças das regras ocorridas em outros países, o rol de outras situações que impedem a doação de sangue, as etapas da doação até a distribuição e os votos de cada juiz do STF no momento.

Na conversa de pesquisa, Josenilton reexamina algumas partes da matéria e afirma que não sente falta de outras vozes além das convocadas pela reportagem, concluindo que as fontes e falas presentes foram suficientes para tratar do tema por diferentes ângulos. Vê como sendo de interesse para a compreensão e reflexão do leitor conhecer as visões contraditórias dentro das visões de saúde pública presentes na matéria. Entre as posições opostas examinadas, há, por um lado, a posição do Ministério da Saúde e a resolução da Anvisa, que estabelecia que “os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por 12 meses, incluindo-se indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou parceiros destes”. Por outro lado, a matéria ouve a avaliação de infectologista e pesquisadora da Fiocruz sobre a evolução dos testes de todo o sangue que é coletado no país, com a redução da janela imunológica para 15 dias e que “a restrição já fez sentido no passado, quando os testes para identificar infecções eram menos sensíveis”, mas que, no presente, “a inaptidão desses homens como tendo sangue inseguro não tem nada de científica e é discriminatória”.

Na segunda parte da reportagem, uma matéria coordenada ouve diversos relatos sobre os constrangimentos vividos por homens impedidos de doar e traz o histórico das contestações dessa regra pelo movimento LGBT, que adotou o lema “Mesmo sangue, mesmas regras”, transformado em título da matéria. É “quando o repórter interroga quais as consequências dessas restrições, trazendo a questão do estigma para o cidadão que é homossexual”, pontua Josenilton, destacando o último trecho da matéria, que traz como intertítulo uma interrogação: “Cidadãos de segunda?”.

“A Radis sempre discutiu bastante o aborto, em matérias de capa ou outras dentro da revista”, e inicia Josenilton a sua análise sobre a matéria “Aborto no STF:

pesquisadores contra sofrimento imposto às mulheres”<sup>377</sup>. “Atualmente, eu faço uma especialização em Direito Médico e Bioética e a gente tem discutido muito essas questões relacionadas ao início de vida, dilemas e risco de vida. Por coincidência, no último módulo, agora, a gente estava realmente discutindo sobre a anencefalia”, contextualiza, em seu momento de vida, a escolha pela matéria do aborto para comentar.

Figura 11 – Radis 191, Capa



Esse é outro tema pelo qual diz ter interesse desde a sua graduação em Enfermagem. “Eu sou católico praticante. Sempre, sempre pratiquei. Desde criança e continuei na adolescência e na vida adulta”, pontua, consciente de que essa informação é relevante quando se trata desse tema. “Na época da faculdade, aborto era um tema muito discutido. Então a gente procurava reportagens e outras fontes, porque a gente tinha que apresentar aqueles bons e velhos seminários sobre temas

<sup>377</sup> Radis 191, ago 2018, 12-21.

como esse. Eu articulava e participava nas apresentações”. Radis, relembra, era uma das fontes que ele “sempre buscava” para essas discussões.

É um tema que me interessa até hoje, porque a nossa sociedade tem avançado pouco nessa discussão. Outras sociedades já avançaram muito mais. Discutir esse tema como direito da mulher sobre o próprio corpo é algo que já é bem consolidado no seio da universidade, não da sociedade.

Josenilton cita a imagem das manifestantes com o cartaz na capa da Radis “Ricas pagam, pobres morrem, todas sofrem”, frase que, segundo ele, “demonstra bem o que acontece na realidade social”. Abre a matéria e se identifica com o enfoque dado ao tema, “que não é uma questão de discutir se é crime ou se não é crime, é uma questão de quem morre e de quem não morre”.

O título que ocupa duas páginas centrais “Hora de encarar o tabu: descriminalização da interrupção da gravidez é discutida no STF, com recorde de inscrições para debate”, suscita, segundo Josenilton, a reflexão de “como a Suprema Corte é importante no nosso dia a dia”, mas também a percepção de que esse debate não deveria estar acontecendo no STF, mas no Parlamento.

“É na casa do povo que essas discussões deveriam acontecer, passando por câmaras técnicas e comissões”, o que não acontece, argumenta Josenilton, porque “algumas bancadas, principalmente a evangélica, jogam forte nesse tema”. Acaba que a discussão “cai no colo do STF”, porque alguma associação, algum órgão promove uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e acaba em uma discussão maior no STF, como tema constitucional, o que em sua opinião não deveria ser necessário. Assim, relembra, o STF já teve que discutir a interrupção da gravidez no caso de fetos anencefálicos: “Nem sei porque essa matéria não falou também dessa discussão que estava também acontecendo no STF naquele momento”.

Josenilton se atém aos relatos na matéria de como a discussão sobre o tema tem avançado em outros países como Portugal, Uruguai e Argentina: “a gente tem muito a aprender com os argentinos no que tange a manifestação e mobilização social”. Lembra que “sempre o Brasil, enquanto sociedade, confirma por último essas discussões que acontecem nas outras sociedades, como na abolição da escravidão, em que o Brasil foi o último a adotar tal posição”.

Em relação às fontes ouvidas, Josenilton identifica a visão dos pesquisadores e da OMS, as falas sobre aborto inseguro no Brasil, as falas sobre a descriminalização no debate da ADPF no STF, a mobilização das mulheres no Rio de Janeiro etc. “A reportagem é bem completa. A matéria vai fazendo um debate público, traz essa caixinha sobre o que é realmente um aborto seguro, bem informativo. Como é algo mais técnico, traz os medicamentos que podem ser utilizados, desmistifica um pouquinho isso aí”. Cita também o relato que traz a comparação com Portugal, onde os casos diminuem após a legalização: “lá eles estão muito mais avançados”.

Sobre a ausência de outras vozes e abordagens, Josenilton diz que “como a proposta foi trazer o que estava sendo debatido no STF naquele momento, penso que a discussão foi completa, não percebi que tenha faltado nada não”. Diz que é a visão que tem sobre essa e as demais matérias sobre aborto na Radis: “são matérias de defesa do SUS, da saúde da mulher, do direito à saúde da mulher”. Argumenta que o problema é que esse é um tema que está “enraizado numa questão religiosa gigante, de quem não se preocupa com o que acontece na realidade, como se fechasse os olhos para uma questão grave, social grave, que não é discutida, trabalhada”. Assim, não se resolve o problema, lamenta, embora ressalve que veja como interessante o espaço aberto na seção Voz do Leitor para a manifestação de divergências quanto a isso.

Essa matéria mesmo traz a questão da mulher pobre e da mulher rica. O aborto acontece em qualquer estrato social, porém a que não tem a condição financeira necessária, está mais sujeita aos riscos e à mortalidade materna. Então, a posição da revista é... sem comentários. Porque defende a mesma posição da saúde, dos temas de interesse da saúde pública, independente de se esse tema vai ou não de encontro à opinião de algum leitor, algum político.

Josenilton compara as duas matérias dos temas em discussão no STF analisadas por ele, em relação à presença da voz contraditória. Diferentemente dos pontos de vista em disputa no campo da saúde, presentes no texto sobre a doação de sangue, ele entende que, na discussão sobre a descriminalização do aborto, não falta a voz do contraditório, “porque esse contraditório não é saúde”, não trata da questão como um tema de saúde.

O contraditório religioso não vai contribuir com debate. Primeiro porque a gente já sabe qual é a opinião das religiões cristãs com

relação ao tema. É pacífico todo mundo sabe a opinião. A opinião religiosa em nada leva em consideração a saúde da mulher. (...) Leva em consideração o tema vida do feto. Cadê a defesa da vida? Na minha visão, se, nessa reportagem sobre o aborto, você chamasse o presidente da CNBB para opinar, isso não iria contribuir com o debate.

Tabela 6 – Vozes no STF por aborto e doação de sangue

<b>MpA6a - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>Ninguém fora da solidariedade: fim da restrição à doação de sangue por homens que fazem sexo com homens em debate no STF</b>												
(Radis 189, jun 2018)												
<b>Análise do participante</b>				<b>Análise do pesquisador</b>								
				Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Josenilton</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Homossexual discriminado		X		X				X		X		
Ativistas do Movimento LGBT (Mesmo sangue, mesmas regras)		X		X				X		X		
Advogados (ADI pelo PSB, Movimento LGBT)		X		X				X		X		

Ministros do STF (Edson Fachin, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes; Gilmar Mendes pediu vista)	X			X	X				X		
Anvisa (gerente, norma e pesquisa)	X		X				X		X		
Ministério da Saúde (Portaria)	X			X				X		X	
Pesquisadora (Valdiléa Veloso, Fiocruz)	X		X				X		X		
Hemocentro Brasília	X			X				X			X

Tabela 6b – Vozes no STF por aborto e doação de sangue

<b>MpA6b</b> - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis														
<b>[Ricas pagam, pobres morrem, todas sofrem] Aborto no STF: pesquisadores contra sofrimento imposto às mulheres</b> (Radis 191, ago 2018)														
<b>Análise do participante</b>						<b>Análise do pesquisador</b>								
						Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
Vozes Presentes		Vozes Ausentes				Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica



<b>Josenilton</b>											
<b>Voices presentes e ausentes</b>											
Movimento de mulheres	X		X				X		X		
Pesquisadores (Débora Diniz, Marcelo Medeiros, Greice Menezes, Estela Aquino, Rodolfo Pacagnella, Rosa Domingues, Sandra Fonseca, Maria do Carmo Leal e outros)	X		X				X		X		
Advogados (ADPF pelo PSOL)	X		X				X			X	
STF	X			X						X	
OMS	X			X				X		X	
Aborto em Portugal e outros países	X		X					X	X		

#### 4.2.7 Vozes sem evidências

A matéria de capa “Fake news têm pernas longas: como lidar com o excesso de informações, boatos e verdades fabricadas que circulam na internet”<sup>378</sup>, publicada em 2018, foi analisada por Cainã Vilanova três anos depois, em julho de 2021. Esse foi o momento em que, após ano e meio de pandemia, a vacina contra a Covid-19 ainda não tinha chegado no braço da maioria da população e enfrentava uma campanha sistemática de desqualificação de seus efeitos.

Figura 12 – Radis 190, Capa



Naquele segundo ano de pandemia, mais casos de adoecimento ocorriam no círculo de pessoas próximas a Cainã e os discursos de negação em relação à

<sup>378</sup> Radis 190, jul 2018, p. 12-21.

gravidade da doença e à utilidade da vacinação soavam inacreditáveis para ela. “Só de pensar que existem pessoas defendendo o indefensável... Nada as abala, nem a morte de um familiar”, surpreende-se. “Perdi um colega que trabalhava comigo há anos. Ele morreu, dois dias depois a esposa faleceu também. Os filhos ficaram sem ninguém”, lamenta, enquanto relata um outro caso, em que a pessoa ficou em estado grave, teve muitas complicações na internação. Lamenta que, nesse caso, o uso do “tratamento precoce” possa ter sido o fator motivador da necessidade de hemodiálise.

Cainã pôde constatar na pandemia as consequências mais radicais do que lhe chamou atenção na fala da professora da UFRJ, Ivana Bentes, naquela Radis de 2018, ao refletir que “o mundo contemporâneo colocou em xeque os antigos regimes de verdade em que as figuras de autoridade tradicionais eram inquestionáveis”, conforme relata o texto da reportagem<sup>379</sup>, que cita a pesquisadora literalmente:

Agora existe uma espécie de “ruidocracia”, com muitas pessoas disputando a produção de verdades, o que coloca a autoridade do médico, do professor ou do político, por exemplo, sob suspeita. É como se todo mundo fosse corrupto. E em meio a essa nuvem tóxica de desconfiança, quem mais sofre os efeitos é a democracia.<sup>380</sup>

“A ‘nuvem tóxica’ já vem deixando um rastro considerável”, prossegue o texto da matéria: “as últimas eleições norte-americanas, que levaram Donald Trump ao poder em 2016, podem ter sido seriamente influenciadas por fake News, assim como o resultado do Brexit, quando um referendo levou o Reino Unido a deixar a União Europeia, em junho de 2016”. O comentário no texto de abertura da matéria se refere aos resultados de estudos realizados por pesquisadores de universidades do Reino Unido sobre a abrangência e frequência da visitação de sites de fake news, por eleitores na campanha presidencial norte-americana.

Pelo que vê das reações no Brasil, quando se contesta a crença numa versão, Cainã se põe a imaginar a reação à afirmação de que as eleições norte-americanas foram “seriamente influenciadas por fake news”, por parte de uma pessoa que é a favor de Donald Trump: “ela enlouquece se ler um negócio desses, vai dizer ‘não, a gente sabe que é fato’”. Ela relembra exemplos de rupturas em famílias e entre

---

<sup>379</sup> Assinada por Ana Claudia Peres.

<sup>380</sup> Radis 190, jul 2018, p. 13.

amigos, em consequência de disputas sobre informações e opiniões em torno da política brasileira em 2016 e 2018 e em torno do enfrentamento à pandemia de Covid-19, em 2020 e 2021. Discursos anti-vacina vindos de profissionais de saúde e professores de ciências biológicas a surpreenderam muito.

A preocupação de Cainã em relação às informações que circulam e têm adesão independente de corresponderem aos fatos ou terem evidências científicas, começa antes da pandemia. Em 2018, essa edição da Radis sobre fake news gerou polêmica na atuação de Cainã em uma das escolas particulares em que leciona. Conta que, assim que recebeu a revista, levou-a para a sala: “gente, olhem a minha Radis que chegou”. Mostrou aos alunos e reforçou a indicação usual para assinarem a publicação, o que lhe rendeu uma queixa de um casal de pais de aluno à direção da escola, quanto a ela estar apresentando uma revista “de esquerda” nas aulas. Ela foi chamada para conversar com o diretor, emprestou a revista para ele ler também e o assunto ficou por aí. Mas aquela edição passou a ser lembrada como “a famosa, a polêmica”.

Cainã retoma a análise da reportagem pela capa, que considera “maravilhosa” para trabalhar com a intencionalidade das imagens e das palavras na comunicação, “incluindo o uso do ditado popular”. Lembra de uma aluna que começou sua redação com o “trocadilho” Fake News tem pernas longas: “ela brincou com isso e eu achei genial”. Explica que, nas aulas, estimula que “os meninos fujam do texto tradicional, usem a criatividade falando de coisas que gostem”. Em relação ao tema da “propagação de notícia falsa”, diz trazer exemplos “do telefone sem fio, do Pinóquio... mostrando que é possível começar daí, mas sabendo fazer para não reproduzir uma historinha infantil”. A Radis entra nisso, segundo ela, “como a parte mais séria que vem com a questão da argumentação, principalmente no desenvolvimento dos textos, no desenrolar da história”.

A professora comenta o uso que a edição faz do mesmo recurso da capa para produzir o título da matéria no interior da revista, substituindo uma palavra por outra: “deu no jornal na internet”, deixando claro, observa, “que a propagação de notícias falsas se intensificou com a internet”. Isso confirma, segundo ela, a percepção de que quando uma informação circulava “no ‘boca a boca’, não tinha o mesmo alcance e repercussão da “disseminação que a gente tem com a internet”.

Comenta o fato de outro aluno ter usado a expressão “pós-verdade”, formulada no Dicionário Oxford, conforme citado na matéria. Chamou-lhe atenção também a fala atribuída a Gabriel Garcia Marques dizendo que não faltará quem acredite se você disser que “há 425 elefantes alados”. Esses exemplos a ajudam a trabalhar a ideia da “maquiagem no texto”, para que eles entendam que “a fake news não é só uma notícia inteiramente falsa”. Relembra ter permanecido em sua memória o relato da morte de macacos em função do falso entendimento de que eles seriam transmissores da febre amarela e de outras seis histórias falsas que viralizaram na internet, conforme um quadro da reportagem que as resume, conforme apresentadas no site Boatos.org.

“Na Revolta da Vacina, você virava bezerro, agora é vira jacaré, inocula um chip com a vacina, ou vai morrer em dois anos após a primeira dose. Tem gente que realmente acredita nisso e não está se vacinando”, comenta Cainã, entre muitos outros exemplos atuais de fake news. As “notícias intencionalmente fraudadas para circular preferencialmente nas redes sociais digitais”, como define o editorial da revista, “simulando o estilo jornalístico e reunindo ou não alguns fragmentos de realidade a um conjunto de elementos e conclusões deliberadamente inventados para enganar as pessoas, com objetivo político, comercial, ou o propósito de atacar indivíduos ou coletividades”<sup>381</sup>. O ambiente dos grupos de “WhatsApp e, agora do Telegram” são “a ferramenta mais fácil” para esses compartilhamentos, observa Cainã.

Ela cita outro entrevistado na matéria, o professor Ivan Pafanotti, das Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM-FAAM), de São Paulo, que fala sobre a importância das agências de checagem e também de os jornalistas profissionais seguirem “um código de conduta e norma ética, sendo responsáveis legais pelas informações que publicam”. “Isso é outra coisa que eu achei importante aqui também. É muito sério”, avalia Cainã. “Mas é uma coisa que a gente não tem forte no país, ainda se vê muitos erros, equívocos e sensacionalismo”. É preciso “educação digital” para uma leitura crítica, defende.

Cita também como fontes importantes incluídas na matéria as agências de checagem de fatos: Vocês trouxeram algo muito importante que é mostrar caminhos”. Ela avalia que “a progressão textual” e o modo “criativo” de usar imagens torna a

---

<sup>381</sup> Radis 190, jul 2018, p. 3.

leitura da revista mais “fácil” para diferentes públicos. Como exemplo, nessa reportagem, ela se refere aos prints de matérias da internet e a reprodução de ‘memes’ sobre boatos, trazidos pela reportagem como uma forma de suavizar e atualizar a linguagem da matéria. Cita um deles: “quando eu vejo um boato no Facebook. Me solta, preciso enviar pra 5 amigas” e comenta o meme: “não tem como você ler e não rir, mexe com o imaginário”.

“É muito difícil você conseguir combater isso com as pessoas mais velhas porque elas se isentam de responsabilidade com o tipo de comentário ‘Não sei se é verdade, mas vou compartilhar’”, reflete Cainã. “Se você não sabe se é verdade, você não deveria compartilhar”, se inquieta: “É pura falta de informação, não é por maldade”. Por essa razão, ela considera que o elemento que pode estar faltando a essa matéria é trazer uma fala que mostre, com fatos concretos, as consequências da propagação de notícias falsas. Trazer relatos sobre as graves consequências que isso pode gerar, sugere, como diversos casos notórios que ela recorda ter visto na imprensa de reputações arruinadas, pessoas que foram agredidas e até casos de linchamento e assassinato de gente falsamente acusada de crimes.

Por fim, Cainã destaca uma outra citação que o texto da matéria faz de fala da professora Ivana Bentes sobre “o antídoto estar no mesmo lugar da doença”, ao teorizar que “a tecnologia que automatiza e massifica também pode ser usada em favor das boas causas”. Como é de seu estilo em sala de aula, a participante faz a correlação com outros exemplos, como um filme “de sessão da tarde”, chamado “Corrente do Bem”, que ela passa a contar em detalhes, com seu sotaque e sua simpatia sergipanos.

Tabela 7 – Vozes sem evidências

<b>MpA7</b> - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis
<b>Mentiras Fake news têm pernas curtas longas: como lidar com o excesso de informações, boatos e verdades fabricadas que circulam na internet</b> (Radis 190, jul 2018)



#### 4.2.8 Novas vozes masculinas

A matéria “Homem de verdade? Quando os padrões de masculinidade podem adoecer e limitar os modos de ser homem”<sup>382</sup>, publicada em 2019, foi escolhida por Ana Augusta e Richarlls para ser analisada, ambos citando com muita ênfase a lembrança da imagem da capa. Essas análises aconteceram no final de julho de 2021.

Figura 13 – Radis 206, Capa



“A capa foi o que mais me chamou a atenção, para ter o interesse em folhear a revista”, lembra Richarlls que a nomeava como “aquela do Robocop”, ao procurá-la para analisar dentre 226 edições da Radis publicadas desde 2002. “Fiquei tocado com essa capa em especial e não somente com a discussão teórica de masculinidade, de gênero. Eu achei essa capa bem emblemática. Ela já diz muito sobre o teor da matéria. Eu fiquei interessado em ver, em ler a matéria a partir da capa”.

Richarlls comenta a ideia da couraça como uma “perspectiva muito forte para uma discussão sobre masculinidades”, o que deixou explícito, diz, qual era a linha que

<sup>382</sup> Radis 206, nov 2019, 16-25.



a matéria ia dar. O texto<sup>383</sup> correspondeu às suas expectativas. Como sempre faz, quando a revista lhe chega às mãos, ele vai direto ao texto da matéria principal. Depois é que folheia com calma as matérias do interior da revista, para ver se tem algo mais que lhe interesse.

Considera que o texto da reportagem “dialoga bem com as perspectivas críticas de gênero e com a questão da homoafetividade mais ligada à orientação sexual”. Diz ter gostado da abordagem textual “pautada nos estereótipos, na questão dos papéis ligados a gênero, a sexo e gênero, essas normativas. Para mim, está muito bem colocado e dialoga como que está lá na capa”. Observa que entram os especialistas, com as falas dos pesquisadores e dos ativistas, de pessoas do movimento social, da Articulação Nacional de Psicólogos LGBT. “Eu gostei muito... Eu acho que vocês fizeram um movimento de ter ali esses lugares”, valoriza Richarlls, enquanto desenvolve uma outra reflexão relevante:

Eu fiquei com uma coisa, assim, minha... Não é uma falta, é porque eu acho que, em geral, essas discussões de masculinidade acabam atravessando pela discussão muito associada à questão da orientação sexual. Eu senti falta, por exemplo, de falas de homens heterossexuais. Desses homens falarem sobre os papéis de masculinidade. Geralmente, nós, gays ou bissexuais, é que estamos falando de masculinidades. Então essa foi uma falta, não uma falta assim, uma questão que fiquei...

Essa é uma “questão conceitual extremamente complexa” reflete Richarlls, “porque homens heterossexuais não estão hegemonicamente na disputa dessas narrativas (...) porque se colocam como o masculino universal, então nem cabe eles problematizarem esses papéis. Esse é o grande desafio, eu acho”. Sobre a leitura de que a revista reproduziu uma ausência de interlocução em vez de subvertê-la, ele entende que “teoricamente, isso é real”:

Você vê, os grupos que discutem masculinidade hegemonicamente são formados por homens, desde homens cis, gays, bissexuais e agora, uma incorporação significativa de homens trans. Mas é essa galera hegemonicamente, não são homens cis heterossexuais que estão discutindo os seus padrões de masculinidade. E aí acaba produzindo narrativas muito centradas em determinadas identidades.

---

<sup>383</sup> Assinado por Luiz Felipe Stevanim.

O que não é um problema a priori, assim... Não acho que seja um problema não, só acho que não dialogou.

Richarlls não se lembra de ter notado na época da publicação, mas somente nessa leitura, com “um olhar um pouco mais centrado naquilo que poderia estar fazendo falta”, que a matéria poderia ter incluído a questão da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH). “Senti falta de uma fala do Ministério da Saúde, da área técnica da Saúde do Homem”, diz. Com isso, acredita que a revista poderia ter abordado também “como a discussão da masculinidade vai estar inserida no SUS, por exemplo”. Segundo ele, essas áreas técnicas, sob a gestão Bolsonaro, “foram um polo de tentativa de manutenção das políticas públicas vigentes, ao ponto de, em meados de 2020, todo mundo da área de Saúde da Mulher ter sido demitido”.

“A capa é bem impactante e leva a gente a pensar realmente na muralha que essa masculinidade hegemônica constrói para os homens”, comenta Ana Augusta, que se valeu dessa revista para conversas com colegas da universidade sobre feminismo, violência em relações afetivas, bullying. “Quando a gente pensa que tem que atender uma expectativa, ser de uma determinada maneira, a gente está matando todas as outras possibilidades”, reflete, ao citar um grifo que fez no editorial da revista: “acreditar em uma única forma de ser leva à rejeição de qualquer diferença na própria existência ou nas múltiplas formas de ser masculino ou feminino”.

Ana achou interessante que o texto da reportagem tenha começado com “a voz de um jovem de 19 anos, negro, gay, falando de masculinidade tóxica, porque isso se constrói em casa, mas muito no ambiente escolar”. Ela entende: “o sofrimento com assédio muitas vezes é menosprezado pelos mais velhos e adultos, quando dizem que toda criança sofre bullying, ‘eu já passei por isso também, é normal”.

Ela segue mostrando os trechos da reportagem mais marcantes da matéria que a fazem lembrar e contar experiências muito significativas de amigos, que a conectam com a reflexão do jovem estudante da reportagem, quando ele expressa que não há lugar para os sentimentos na figura masculina submetida ao padrão. “É preciso que o homem seja forte, provedor, ativo e esteja distante emocionalmente de si e de outras pessoas. São seres infalíveis que não podem demonstrar fraquezas”.

Em sua releitura, Ana identifica como importantes os dados do Ministério da Saúde, da OMS e um artigo de diretora da Organização Pan-Americana da Saúde

(OPAS) sobre violência e morte de homens; a pesquisa do Instituto Papo de Homem, com apoio da ONU Mulheres, com 40 mil brasileiros sobre saúde, violência e suas dúvidas e frustrações, que teve como um dos produtos o documentário “O silêncio dos homens”, também citado na matéria, que traz um infográfico com os principais dados junto à figura da armadura mostrada na capa.

Ana pede um minuto e retira um pequeno caderno de notas da gaveta, no qual busca uma anotação feita quando recebeu a revista, em 2019, citando fala do psicólogo e sanitarista Diogo Souza, entrevistado na reportagem. Segurando o caderninho, lê: “nenhuma relação que se baseie na dominação do outro pode conferir a possibilidade de cuidado entre os envolvidos. Ao contrário, desponta tensões e conflitos”. Leu assim, palavras em um diário, há dois anos em uma gaveta...

Na época eu estava lendo bastante sobre comunicação não violenta também e aí... pensar nessas relações de quando eu estou querendo dominar o outro, dominar o discurso, ter a razão sobre o outro, eu não vou conseguir olhar para o cuidado da relação, seja esse outro o indivíduo, a sociedade, seja esse outro quem for. Então onde há desejo por dominar, não tem a possibilidade de cuidado mútuo. E aí pensar sobre isso me deu uma luzinha, assim, sabe? Foi uma frase bem impactante.

Ana conta que reúne um pouco de tudo em suas pequenas agendas, “coisas que leio, anotações de sonho, tudo junto e misturado”. Procura, folheia e encontra em seu caderno mais uma fala de Diogo Souza à Radis: “a masculinidade constitui um impositivo de poder, opera de modo normativo, binário e hierárquico”. Outro trecho da matéria surge anotado: “o psicólogo aponta que existe um modelo pré-determinado de homem que todos devem seguir para se sentirem normais”.

Anotou na mesma página do caderno o nome de bell hooks<sup>384</sup>, a autora de preferência do jovem entrevistado na abertura da matéria. “Não li nada dela ainda”, registra Ana, que ao longo da conversa da pesquisa anotou novas referências da saúde coletiva e de documentos e discursos fundadores do Cebes e de Sergio Arouca.

Ela considera que as discussões da reportagem contribuem para que os leitores passem a questionar mais o que está “naturalizado” em relação ao que representa “ser homem”. Ana analisa que o enfoque dado ao tema pela revista “tem

---

<sup>384</sup> Pseudônimo da feminista Gloria Jean Watkins, grafado em letras minúsculas.

tudo a ver com a Saúde Coletiva e com a diferença entre a prevenção e a promoção da saúde, ao não se limitar a apontar qual é a masculinidade tóxica, mas também ouvir quais as masculinidades que estão sendo construídas”.

Destaca os grupos reflexivos de gênero liderados pelo psicoterapeuta corporal Fernando Aguiar: “legal ver essa foto dos homens se abraçando, impactante”. Assinala a informação sobre “workshops e vivências que se propõe a discutir a masculinidade tóxica”. Discute a violência masculina contra as mulheres e a possibilidade de trabalhar com os agressores em grupos reflexivos também.

Ao refletir sobre se falta alguma voz na matéria, Ana cogita duas ausências. A primeira é a figura do homem agressor, a que ela havia se referido. Logo conclui que não, que não abriria espaço entre essas discussões para ouvir a voz da masculinidade tóxica. Cogita em seguida a voz da mulher. Lembra-se da primeira linha do editorial, que diz “que mulheres vêm há muito se repensando e problematizando o seu lugar no mundo” e revê o plano. “É legal ter uma matéria só com a voz dos homens para a gente entender a violência que eles sofrem nesse processo todo, por mais que haja privilégios. Não acho que faltou a voz das mulheres nessa matéria não”.

Tabela 8 – Novas vozes masculinas

<b>MpA8 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>			
<b>Homem de verdade? Quando os padrões de masculinidade podem adoecer e limitar os modos de ser homem</b> (Radis 206, nov 2019, 16-25)			
<b>Análise do participante</b>	<b>Análise do pesquisador</b>		
	Modo de apuração	Modo de presença no texto	Lugar de interlocução

	Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Richarlls</b> <b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Especialistas	X		X				X		X		
Pesquisadores	X		X				X		X		
Ativistas	X		X				X		X		
Pessoas do movimento LGBT	X		X				X		X		
Articulação Nacional de Psicólogos LGBT	X		X				X		X		
Ministério da Saúde (PNAISH)		X									
Homens heterossexuais		X									
<b>Ana Augusta</b> <b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Jovem gay (Vinícius da Silva)	X		X			X			X		
Psicólogo-sanitarista (Diogo Souza)	X		X			X			X		
Psicoterapeuta corporal (Fernando Aguiar)	X		X			X			X		

Instituto Papo de Homem (ONU, dados, documentário)	X			X			X		X		
Ministério da Saúde (dados)	X			X				X		X	
OMS, OPAS (dados, artigo)	X			X				X		X	

#### 4.2.9 Quando as vozes vulnerabilizadas se articulam

Em maio de 2020, a partir de entrevistas e reportagens que vinham sendo publicadas no site e nas redes sociais do Radis, desde a primeira semana de março, a Revista Radis n. 212 mostrava dimensão das enormes consequências da pandemia no Brasil. Vanilson foi um dos entrevistados na reportagem de capa: “Nós, os Vulneráveis – Moradias precárias, desrespeito a direitos básicos e ausência de proteção social: medidas contra a Covid-19 esbarram em realidades marcadas pela desigualdade”<sup>385</sup>. A matéria foi escolhida por ele para analisar em conversa que ocorreu em julho de 2021.

Figura 14 – Radis 212, Capa



<sup>385</sup> Radis 212, mai. 2020, 10-27.

A análise de Vanilson começa pela chamada de capa: “a gente não usa mais ‘os vulneráveis’. Nós, dos movimentos e da PopRua, usamos ‘vulnerabilizados’ ou ‘pessoas vulnerabilizadas’, porque quando se coloca ‘os vulneráveis’ ou ‘vulneráveis’, é como se nós estivéssemos nos colocado nessa situação, como se nós fômos os culpados, entendeu?”. Seu entendimento é que deveria ter sido escrito “Nós, os vulnerabilizados”.

Ele identifica o prédio da foto da capa como não sendo “nem um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, nem de luxo, mas um prédio bom”, em que num andar há uma mulher negra, “acho que ela é uma empregada mesmo, ela não vai conseguir limpar a outra janela, a não ser que ela se arrisque”, e, dois andares abaixo, “uma mulher branca fazendo exercícios, a patricinha está se exercitando”. Dialogando com o subtítulo da chamada, ele demarca que há, entre os vulnerabilizados, os que são ainda mais vulnerabilizados, como os que nem casa têm para morar, “ou seja, os que estão no papelão, em maior grau de vulnerabilidade social”.

Adentrando na revista, Vanilson comenta detalhes de foto de tempos de pandemia na página 2, em que um saxofonista toca na calçada de um supermercado aberto 24 horas como atividade essencial, observado por três passantes sem máscaras, provavelmente travestis, segundo Vanilson, que discorre sobre os riscos que muitos tiveram que correr por não terem como se proteger ou por terem que trabalhar, como o músico, “se ele não tocar, ele não come”. Nenhuma das pessoas usava máscara. “Estariam sem máscaras por não ter como comprá-las?”, se pergunta, enquanto comenta as incertezas ainda existentes sobre as formas de contágio em julho de 2021, com mais de 510 mil notificadas. Ainda surpreso com a total ausência de máscaras na cena, ele se refere à foto<sup>386</sup> destacada naquele mês de maio como “muito emblemática”.

Ao comentar o editorial “Ficar em que casa?”, Vanilson diz que era tão grave “a situação de quem já estava nas ruas antes da pandemia e dos novos grupos que passaram a chegar”, que a menção à população em situação de rua, além das citações existentes no texto, deveria estar sinalizada no próprio título do editorial.

---

<sup>386</sup> De Peter Illiciev.

Outro reparo é quanto a lista feita pelo Conselho Nacional de Saúde e citada na revista, que usa a expressão “catadores de lixo”. “A gente sabe que existem os profissionais que fazem a limpeza urbana e existem os catadores de materiais recicláveis, quando a gente coloca ‘lixo’, é como se não prestasse... esse ‘lixo’ faz com que várias famílias sobrevivam dele”, corrige, “inclusive ajudando o ambiente e a economia. Essa é uma reflexão importante”. Ele registra, por outro lado, que foi essencial a revista fazer acréscimos à lista dos mais atingidos, formulada pelo CNS. A importância, naquele momento, de nomear as categorias profissionais e os grupos sociais, incluindo a população carcerária, é porque isso dava a esses contingentes a visibilidade necessária para buscarem prioridade no Programa Nacional de Imunizações.

Vanilson aproveita a síntese feita pelo editorial para antecipar comentários sobre as vozes presentes na matéria. Destaca a voz da liderança indígena reproduzida no editorial, fazendo a crítica ao desmonte do subsistema de saúde indígena e descrevendo todo tipo de invasões nas terras indígenas e o risco de contaminação por Covid. Além da posição do CNS sobre os mais vulnerabilizados, ele cita a preocupação do Conselho com a desigualdade nas condições de saneamento e moradia frente à pandemia e acrescenta uma crítica sua ao marco regulatório do saneamento básico no Brasil, como sendo um “retrocesso disfarçado de políticas públicas”. Mais adiante, ele critica também o conteúdo de sua fala própria na matéria, que também é recuperada pelo editorial: “eu fui muito bonzinho aqui, porque há uma negação histórica de acesso à saúde no contexto do SUS”. Logo a seguir, pergunta se pode fazer “mais uma crítica construtiva” e questiona o uso da palavra “adensamento” no editorial, para falar da proximidade entre as casas sem ventilação, algumas sem janelas: “eu particularmente não sei nem o que é, e creio que grande parte da população brasileira não sabe. Poderia pensar em usar a palavra, mas em seguida explicar o significado para todos entenderem. Quando a gente lê e não entende, pula isso e prejudica a leitura continuada”.

Vanilson destaca e comenta outras vozes da matéria como a da moradora da Mangueira que chamou atenção para a falta de um plano de prevenção para as favelas, o ativista do Morro da Providência que divulgou em vídeo a falta de água, os comunicadores populares e ativistas do Alemão que criaram um Gabinete de Crise



para pressionar autoridades e divulgar informações sobre a prevenção à Covid-19, as ativistas da Maré que adequaram as informações oficiais para a realidade local e usando estratégias de comunicação voltadas para o perfil do território e da população local. Todas as iniciativas foram associadas a campanhas de doação de cestas básicas e de material de higiene. Em seus comentários, Vanilson contrapõe à visão que se tem de fora das favelas e à “truculência” das ações policiais, o valor “daquele pessoal que está nas comunidades fazendo ações reais para mitigar ou para diminuir os efeitos da pandemia junto da comunidade”.

Ele faz questão de valorizar a ação e a importância da voz na revista dos 60 comunicadores populares que criaram uma coalizão nacional, a frente Corona nas Periferias, e lançaram um manifesto questionando a inação do poder público. “Nada sobre nós, sem nós”, resume Vanilson. Sobre a última linha do editorial, “Estamos juntos no enfrentamento à Covid-19 e na luta contra a desigualdade”. Ele faz ainda um comentário: “isso demarca um território importante, que é a Radis, enquanto órgão informativo da Fiocruz, que traz as reportagens, que traz as realidades do povo brasileiro, incluindo a pandemia da Covid-19”.

No interior da revista, Vanilson segue examinando e comentando a reportagem “Vulnerabilidades que aproximam: das aldeias às ruas, medidas contra a Covid-19 esbarram em realidades marcadas pela desigualdade e na ausência de direitos básicos, como saúde, emprego e moradia”. Desigualdades que a pandemia “escancarou, mas existiam antes”, reforça. Comenta cada título, foto, legenda. Descreve em detalhes o ambiente de desproteção na foto da pessoa dormindo numa calçada.

Sobre a presença da líder indígena Célia Xakriabá, diz: “nada mais legítimo do que ela para falar sobre essa ‘guerra civilizatória’”. Enxerga que o destaque dado às fotos e as legendas para as falas de Célia, dele mesmo e do conselheiro nacional de saúde Moysés Toniolo “instigam o leitor a ler a matéria”. “Quando eu falo ali ‘para a população de rua, como vai ficar em casa?’, o leitor diz ‘poxa, é isso mesmo, como é que é para seguir as orientações de ficar em casa?’”. Ele observa ainda que a representação das pessoas em situação de rua e dos trabalhadores informais se dá também com três fotos e legendas destacadas na matéria.

“Essa reportagem é muito impactante”, avalia Vanilson quando revê imagens e relatos da matéria sobre uma periferia de Belo Horizonte, descrita de maneira empática e sensível, com fotos e depoimentos tocantes de moradores, e pela médica Marina Guimarães, que atende que atua no conjunto Paulo VI pela Estratégia Saúde da Família. “Marina traz uma preocupação do Brasil periférico, que se concretizou. Quando chegou às periferias nos vimos a catástrofe que foi”, relembra Vanilson, detalhando longamente o despreparo nas pequenas e médias cidades, a falta de condições nas periferias das metrópoles quando houve a interiorização da Covid-19 em meados de 2020. Sobre a entrevista com a psicóloga sanitária Débora Noal, Vanilson comenta sobre como e quando a pessoa está ao lado e ajuda pessoas em situações críticas faz diferença. “Não só para aquelas pessoas, mas principalmente para ela enquanto ser humano”. Os dois exemplos o remetem à importância também de “cuidar de quem cuida”, algo que o preocupou muito na pandemia em relação aos profissionais de saúde, diz.

Na reportagem “Favelas contra o vírus: como as periferias vêm lidando com a pandemia de Covid-19, em meio aos problemas cotidianos e diante da ausência de ações governamentais”, Vanilson se interessou muito pelas peculiaridades da comunicação local que cada coletivo foi desenvolvendo, “totalmente diferentes das secretarias de saúde, não vou nem falar do governo federal, porque não houve”. Comparou as iniciativas nas favelas da Maré, no Rio, com os trabalhos realizados em Natal, onde reside, e citou iniciativas dos movimentos quilombola, indígena e da população em situação de rua: “nada que é imposto de cima para baixo funciona sem uma construção com os pares ou com quem vive essa realidade”. Mais adiante, se impressiona com a entrevista da jovem comunicadora popular, “preta e favelada”, como se autodefine Yane Mendes, que criou com amigos a Rede Tumulto, para atuar em ações de solidariedade e comunicação na favela do Totó, em Pernambuco.

Sobre outras vozes que fizeram falta e poderiam ser convocadas a falar nessa reportagem, Vanilson não hesitou buscar mais espaço para o movimento que representa. Sugeriu mais três fontes que reforçariam a compreensão da realidade nas ruas, a Pastoral do Povo da Rua, o padre Júlio Lancellotti e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua).

Imerso na horizontalidade da conversa de pesquisa, Vanilson lia parágrafos inteiros no celular, comentava os temas com entusiasmo e citava as vozes presentes na matéria com tanta avidez e interesse, que, em determinado momento, parou de repente, levou o olhar para a tela do outro celular que tomara emprestado para receber a videochamada e disse: “aqui no outro parágrafo, você quer fazer algum comentário?” E riu de si mesmo em seguida: “olha, eu é que sou o entrevistador!”.

Tabela 9 – Quando as vozes vulnerabilizadas se articulam

<b>MpA9 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>Nós, os vulneráveis - Moradias precárias, desrespeito a direitos básicos e ausência de proteção social: medidas contra a covid-19 esbarram em realidades marcadas pela desigualdade</b>												
(Radis 212, mai 2020)												
<b>Análise do participante</b>				<b>Análise do pesquisador</b>								
				Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Vanilson</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Conselho Nacional de Saúde (Moysés Toniolo)		X		X				X		X		
Liderança indígena (Célia Xakriabá)		X		X				X		X		



#### 4.2.10 A voz do cuidado é feminista

O caminho de Elânia para escolher que matérias analisar partiu do desejo inicial de ler e discutir 15 edições com temas relacionados aos seus interesses, estudos ou trabalho. “Uma lista enorme que ainda quero seguir, todas têm algumas coisas sobre as quais eu queria muito ouvir outras vozes, ler outras pessoas”. A reportagem “Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência”<sup>387</sup> tem muito a ver com suas próprias experiências de vida e luta na região periférica da zona sul da capital paulista. A conversa que acolheu as análises de Elânia se deu em junho de 2021.

Figura 15 – Radis 213, Miolo



“Essa matéria eu achei muito bonita, muito sensível. Muito, muito sensível mesmo. Eu achei muito bonita a estética do designer<sup>388</sup> que trabalha junto com a

<sup>387</sup> Radis 213, jun 2020, p. 20-27.

<sup>388</sup> Ramon Navarro, artista gráfico que criou com a antropóloga Débora Diniz a conta do Instagram reliquia.rum com as memórias de mulheres que perderam a vida para a Covid-19, foi convidado pela Radis “para dialogar com a reportagem sobre as mulheres e pandemia”, informa a revista.

Débora Diniz”, repete Elânia, inúmeras vezes, ao folhear as páginas coloridas da matéria ilustradas com colagens de flores e rostos de mulheres. “Gente é muito linda, muito linda a estética toda, eu achei isso aqui tudo muito lindo, muito lindo mesmo. E a escrita<sup>389</sup> também é muito linda, porque passa justamente o que a gente vivencia aqui, que é essa presença das mulheres também no enfrentamento aos desdobramentos da Covid”.

O que gerou essa identificação, diz Elânia, é que a reportagem mostra o lugar das mulheres no enfrentamento à pandemia por meio do cuidado com a população. “Fala das mulheres que trazem a questão do cuidado com as mães, o olhar para as mães, pensar nessas mulheres que estão em situação de violência durante a pandemia e no quanto a gente vai fazendo essa linha de frente”.

Eu tenho uma grande dificuldade de dialogar como os homens daqui da nossa região justamente porque eles ficam num lugar muito superficial e que, para mim, não avança. Que é essa coisa de “ai, nós não somos todos ruins, nós não somos todos maus”. Então, quando tem movimento de moradia... quando tem movimento de luta por creche, a linha de frente são as mulheres. Lendo a matéria, eu vi que, cara, é muito igual em outras regiões do Brasil.

Ela conta que, no ano anterior, na mesma época em que saiu essa reportagem, as mulheres de sua região se organizaram para aproveitar as casas que os coletivos locais vinham alugando para realizar os trabalhos e atividades culturais e educativas, e convertê-las em espaços para o acolhimento provisório de mulheres em situação de violência, durante a pandemia. Situações de violência que aparecem na reportagem, com dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) e um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Aparece também na voz de Regina Célia Barbosa, do Instituto Maria da Penha (IMP), relembra Elânia, “quando ela fala que uma das estratégias do agressor é dizer que os serviços não estão funcionando na pandemia”. Ela não diz na matéria, mas eu acrescento: “você quer me denunciar, você me denuncia, mas durante a pandemia tá tudo fechado, as delegacias, os espaços de acolhimento e eu vou matar você”. A conversão das casas alugadas para os projetos em abrigos se deu no ‘boca a boca’, para que os homens não as localizassem. Ela relata: “se souber de alguém, a gente tem cinco vagas aqui em

---

<sup>389</sup> De Ana Claudia Peres.

casa”. Quem acolhia as vítimas de violência eram as outras mulheres, arrecadando alimentos, conseguindo acompanhamento psicológico, o cuidado com as crianças. Conta: “as periferias são espaços matriarcais dentro de uma sociedade patriarcal, então a gente constrói uma resistência matriarcal, dentro de uma sociedade extremamente patriarcal”.

No trecho da reportagem a que Elânia se refere, “Quando o agressor não é o vírus”, traz as reflexões de Regina, entrevistada pela Radis, e também relatos anônimos de vítimas, um deles surgido a partir de pedidos de socorro na caixa de diálogo de uma *live* nos primeiros meses da pandemia. A história de violência doméstica vivida por muitas virou livro, em que a autora cearense Lenice Ferreira dos Santos incluiu sua própria experiência como processo de superação de um momento de vida e engajamento nas causas feministas. Elânia diz que a realidade que “aparece na matéria” corresponde ao que foi vivenciado pelos coletivos com os quais atuou na pandemia.

Ela vai revisitando toda a reportagem. “Eu me senti muito representada nessa matéria”. Marcou no texto relatos em que viu a sua mãe representada também, como na história da moça que foi da Paraíba para o Rio de Janeiro com três filhas, Cristiana Bernardo Gomes, hoje viúva e trabalhando como faxineira. Elânia conte que, quando a sua mãe, também migrante, com 20 anos e sem ter podido estudar, saía de casa para trabalhar como empregada doméstica, ela, aos 9 anos, assumia o cuidado da casa e de dois irmãos mais jovens. Nesse contexto, “nós, meninas e mulheres, aprendemos que a gente tem que tomar conta das decisões políticas da casa”, reflete.

A matéria “A tripla jornada das mães solo”, seção que integra a reportagem, descreve as iniciativas como o movimento “Pela vida de nossas mães”, em que filhas e filhos de empregadas domésticas reivindicam o direito à quarentena remunerada para as trabalhadoras, e a campanha “Mães da favela”, promovida pela Central Única das Favelas (CUFA), voltada à transferência de renda para mães em situação de vulnerabilidade. Outra iniciativa, pontuada por Elânia na matéria, é o projeto “Segura a curva das mães”, que promove apoio financeiro e psicológico e suporte jurídico e educacional para as mães que tiveram que se isolar e cuidar de seus filhos, com perda de renda e sem outra companhia, como relatam à Radis as idealizadoras Thais Ferreira e Thaiz Leão. A cozinheira Jane Tio dos Santos é uma das beneficiadas pelo

“Segura” ouvidas pela reportagem. Sua história representa a de muitas outras, nem sempre alcançadas por esses apoios, sobre as quais ela diz pensar com frequência, ao colocar os filhos para dormir.

Ao se referir à última parte da reportagem, “Quem cuida de quem cuida?”, em que são ouvidas profissionais de saúde e pesquisadoras, que participam de estudos e iniciativas voltadas ao cuidado com as mulheres, reconhecidas como aquelas sobre quem recai predominantemente a função do cuidado com as pessoas da família e das coletividades, Elânia entende que “quando a gente fala de movimento de mulheres, aí dentro você já coloca movimento de moradia, educação, cultura, saúde, tudo”. Relata que um coletivo de mulheres lésbicas em sua região, na periferia de São Paulo, criou espaços de cuidado à saúde mental das mulheres e ouviu reparos como “mas e a saúde mental dos homens, não é importante?”. Isso a fez pensar. “Quer dizer que a mulher está na linha de frente no cuidado com a população durante a Covid, aí, quando ela tem a possibilidade de ser cuidada, as pessoas começam a dizer que ela é egoísta porque quer ser cuidada”.

A propósito da necessidade desse cuidado com as mulheres para que elas continuem exercendo um protagonismo, a reportagem traz uma fala “enfática” da pesquisadora Débora Diniz, em *live* promovida no início da pandemia pela Anistia Internacional: “se há alguma esperança, alguma possibilidade de construção de mundo mais justo pós-pandemia, isso passa necessariamente pela circulação de valores feministas”.

Ao avaliar se alguma outra voz deveria estar presente nessa matéria, Elânia comenta que “ia dizer que talvez pudesse falar sobre as mulheres estarem cansadas porque os homens não se colocam”. Mas reflete: “eu não sinto falta não, sabe por quê? Porque senão a gente vai, de novo, botar o homem como centro. Então, eu não sinto falta não”.



Tabela 10 – A voz do cuidado é feminista

<b>MpA10 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência</b>												
(Radis 213, jun 2020)												
<b>Análise do participante</b>			<b>Análise do pesquisador</b>									
			Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução				
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Elânia</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Mulheres da periferia que enfrentam a Covid (Cristiana Bernardo Gomes, Jane Tito dos Santos)	X		X					X		X		
Designer (Ramon Navarro)	X			X					X		X	
Mulheres anônimas que sofrem violência	X			X					X	X		
Instituto Maria da Penha (Regina Célia Barbosa)	X		X				X			X		
Escritora feminista (Lenice Ferreira dos Santos)	X		X					X		X		

Mulher, mãe, viúva e faxineira (Cristiana Bernardo Gomes)	X		X				X		X		
Dados (ONDH, FBSP)	X			X				X		X	
Campanha “Mães da Favela” (CUFA)	X			X				X		X	
Movimento “Pela Vida de nossas mães”	X			X				X		X	
Projeto “Segura a curva das mães” (Thais Ferreira e Thaiz Leão)	X		X				X		X		
Profissionais de saúde e pesquisadoras	X		X				X		X		

#### 4.2.11 Vozes contra a precarização do trabalho

O movimento de paralização de entregadores, convocado nas redes sociais com a hashtag #brequedosapps, motivou a Revista Radis a dar sequência a uma apuração que vinha sendo preparada sobre a precarização do trabalho na contemporaneidade. A reportagem<sup>390</sup> “O trabalho nas costas: rotina insalubre de entregadores de aplicativo reflete precarização das relações trabalhistas no país”<sup>391</sup>, publicada em agosto de 2020, foi escolhida por Cainã para analisar em conversa realizada em julho de 2021.

Figura 16 – Radis 215, Capa



Quando a revista saiu, Cainã conta que chegou na sala de aula folheando a edição. “Gente, ó, a capa já é massa, porque é um assunto que vocês não têm tanto conhecimento, que é novo para todo mundo. Vale a pena a leitura, observem isso...”, e leu trechos do editorial para introduzir com os alunos a discussão sobre o conceito

<sup>390</sup> De Ana Claudia Peres.

<sup>391</sup> Radis 215, ago 2020, p.29-24.

da “uberização do trabalho”. O tema é abordado na matéria por pesquisadores da Fiocruz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que realizaram em conjunto a pesquisa “Saúde e Direitos dos Trabalhadores em Tempos de Plataformas Digitais: um olhar sobre a atividade”. Falas que a leitora problematizou com os seus alunos.

Ela considera que a capa com a imagem do entregador em sua moto e a hashtag em sua bolsa passa uma mensagem que completa e reforça o título, a mensagem de que “a falta de saúde do entregador reflete as relações trabalhistas do país”. Cainã menciona também o “jogo de palavras” do título, que traz “o trabalho nas costas com o duplo sentido fantástico, tanto da exploração e precarização, como nas costas literalmente, porque eles carregam isso o dia inteiro”. O que virou mote de chamada de capa saiu da fala do pesquisador Renato Bonfatti, da Fiocruz: “você coloca nas costas do trabalhador o peso de arcar com o ônus tanto dos meios de produção como dos riscos do trabalho, sem nenhum tipo de proteção”.

Ao comentar a matéria no interior da revista, Cainã faz um movimento que não era um hábito seu antes de participar da pesquisa, conferir a autoria das reportagens, e logo identifica o nome da repórter Ana Claudia Peres como autora das matérias com as quais ela mais costuma se identificar. Passa então a citar algumas vozes ouvidas pela Radis que lhe marcaram na reportagem, como a da estudante universitária Tirza Ferreira, que, na pandemia, teve a sua bolsa cortada e sua mãe ficou desempregada, o que a levou trabalhar de bicicleta como entregadora. “Que raiva!”, exclama Cainã ao mencionar o corte da bolsa.

Teve interesse ainda pela explanação na matéria sobre os direitos trabalhistas, presente em fala da pesquisadora Marcia Teixeira, da Fiocruz, ao observar que a relação desses trabalhadores com os aplicativos é baseada no conceito de “parceria”, em que o trabalhador “assina um ‘termo de uso’, não um contrato de trabalho”, o que “é novo e foge do enquadramento legal de uma relação de trabalho”. Um relato que a tocou foi sobre o episódio “do rapaz que teve um ataque, faleceu e ninguém foi responsabilizado por isso, nem o empregador, embora ele estivesse fazendo uma entrega na hora em que morreu”.

Cainã achou importante a matéria trazer a voz dos entregadores narrando suas histórias. “As pessoas por trás dos capacetes”, ela cita o título intermediário da matéria, para dizer da importância de saber que alguns estão nessa atividade por não ter uma profissão e outros formados, mas que “a situação que os levou a isso antes se intensificou com a pandemia”. Os slogans do movimento – a voz coletiva dos entregadores que buscou sensibilizar os consumidores com mensagens em cartazes – lhe chamaram a atenção também. Ela cita dois que sublinhou no editorial: “arriscando a minha vida para matar a sua fome – e a minha!”; “nossas vidas valem mais do que o lucro deles”. Cainã atualiza as histórias da revista lembrando outros exemplos acompanhados por ela na imprensa e nas redes sociais.

Com os seus alunos a matéria da Radis possibilitou trabalhar o conteúdo da legislação e de como as novas conformações do mundo do trabalho exigem a atualização das leis protetivas de direitos. “Falei um pouco sobre isso e o quanto eu acho que a gente vai demorar muito tempo para que haja essa regularização, digamos assim, dessa profissão e de outras que estão surgindo, como aconteceu lá atrás com a CLT”. Em seguida, suscita uma reflexão sobre o quanto “cada um de nós” se adapta e passa a demandar por esses novos formatos de serviço dos aplicativos, constituído a partir desse processo de exploração do trabalho. Entende que “se é uma coisa que beneficia a vida do consumidor por que não olhar para o lado do trabalhador?”, mas já se deparou na internet com a visão de que “é melhor assim do que estar fazendo alguma coisa errada ou sendo vagabundo, tá reclamando de quê?”. Conclui que esse é um tipo de trabalho “que veio para ficar”, que vai “ter cada vez mais público, pessoas que se acostumam a isso, mesmo quando a pandemia der uma trégua”, e que uma reportagem que discuta “quem está sofrendo sem direitos, sendo um trabalhador, é muito pertinente”.

Ela destaca ainda a inclusão de uma história em quadrinhos na matéria, referindo-se à reprodução pela Radis da série em quadrinhos “Confinada”, criada por Leandro Assis e Triscila Oliveira para mostrar no Instagram a realidade dos entregadores de app. É algo que ela usa frequentemente em aulas: “muitas pessoas menosprezam os quadrinhos, os cartoons, as charges, mas a associação da linguagem verbal à visual faz com que a compreensão seja muito maior”.

Na reportagem, falam lideranças do movimento “breque dos apps”, como Tiraza, citada explicitamente por Cainã, e também de outro movimento anterior e associado à paralização que é o “Movimento de Entregadores Antifascistas”, que tem como principal interlocutor Paulo Lima, mais conhecido como Galo, não identificado em especial por Cainã. Ela observou que falaram entregadores e motoristas de aplicativo insatisfeitos e também os que não têm queixa em relação à escolha que fizeram por essa atividade. A matéria comenta a posição das empresas Ifood, Uber Eats e Rappi nas suas plataformas das redes sociais, uma declaração da Uber Eats em reportagem da BBC e a resposta da Rappi ao questionamento da Radis.

Sobre a necessidade de outras vozes, Cainã diz que, ao ler, não sentiu falta, porque o que está dito “indiretamente” pelas empresas é o esperado, mesmo que “sem o nome de alguém que assumisse, que desse a cara a tapa”. Pensa que “seria interessante, como se fosse um direito de resposta”, mas pondera que “a matéria trouxe o que é essencial, o depoimento de quem está vivendo isso”. Ao concluir, Cainã observa que “inclusive, a imparcialidade aí veio quando vocês buscaram pessoas que acham que isso é bom para elas, que na minha cabeça não cabe, mas se tem alguém que defende, e ela não foi paga para isso, é porque realmente ela acredita. Então, a imparcialidade acho que está nesse ponto”.

Tabela 11 – Vozes contra a precarização do trabalho

<b>MpA11 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>			
<b>[#BREQUEDOSAPPS] O trabalho nas costas: rotina insalubre de entregadores de aplicativo reflete precarização das relações trabalhistas no país</b>			
(Radis 215, ago 2020)			
<b>Análise do participante</b>	<b>Análise do pesquisador</b>		
	Modo de apuração	Modo de presença no texto	Lugar de interlocução

	Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Cainã</b> <b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Pesquisadores da Fiocruz, UFRJ, UFF, UFRRJ (Márcia Teixeira, Renato Bonfatti e outros)	X		X				X		X		
Entregadores de app insatisfeitos e satisfeitos (Tirza e outros)	X		X				X		X		
Movimento “Breque dos apps” (falas de lideranças e slogans)	X		X				X		X		
História em quadrinhos “Confinada” (Leandro Assis e Triscila Oliveira)	X		X				X		X		
Empresas de aplicativos (Ifood, Uber Eats)	X			X				X			X
Empresas de aplicativos (Rappi)	X		X				X				X

## 4.2.12 Vozes excluídas na educação

Cainã selecionou para analisar, em conversa de julho de 2021, a matéria “Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia”<sup>392</sup>. A escolha foi baseada na sua grande identificação com o tema. Vanilson também havia feito essa escolha, mas acabou não chegando a essa matéria após quatro conversas, três delas dedicadas à outras grandes reportagens analisadas. Comentou que constatou o quanto muitos estudantes não puderam acompanhar as aulas remotas.

Figura 17 – Radis 215, Miolo

**EXCLUSÃO**

**NADA REMOTA**

Desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia

LUÍZ FELIPE STEVAMIM

**"NINGUÉM PARA TRÁS"**

Para pagar a fatura da internet e manter sua rotina de estudos, Emanuel Obolani Protasio, de 17 anos, precisa convencer o pai a comprar um celular. Filho de pais agricultores, o estudante estava sem acesso à internet em casa há um ano, por conta de dificuldades financeiras, e precisou encontrar uma solução com o início da pandemia de covid-19 para continuar se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Sem aulas presenciais desde que foram adotadas medidas de distanciamento social com o novo coronavírus, o jovem agora divide seu tempo entre o trabalho na lavoura, para ajudar na renda familiar, e os estudos, enquanto aguarda o retorno ainda não previsto das aulas na Escola Estadual Fazenda Paraisópolis, na zona rural de Espera Feliz — município mineiro na região da Serra do Caparaó, conhecido pela produção cafeeira.

"A escola era o lugar mais apropriado que eu tinha para estudar. Depois da paralisação, tive que trabalhar muito para conseguir cobrir internet na minha casa e continuar meus estudos", conta. O sonho de ingressar numa universidade, que parece distante para os estudantes rurais, precisou esperar um pouco mais com a pandemia. "Entre trabalho e estudos, minha rotina passou a ser bem mais cansativa e essa também é a realidade de muitos estudantes que vivem no campo. No contexto de incertezas que estamos passando, a gente começa muitas vezes a abandonar os seus sonhos mais possíveis", Emanuel explica que, em sua escola, os estudantes encontram dificuldades para acompanhar as aulas remotas e manter o cronograma de estudos, por conta da exclusão digital ou pela ausência de espaços apropriados para estudar em casa. "No campo, boa parte dos estudantes não têm acesso a essas tecnologias, seja porque têm falta de recursos em casa ou por morarem em lugares onde não paga internet".

Como era o caso de Emanuel até recentemente, 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, no Brasil, vivem em domicílios sem acesso à internet — o que corresponde a 18% dessa população. Se levar em conta a forma de acesso, 58% dos brasileiros neste fase estão

acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia.

acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia. Os dados, divulgados em junho de 2020, são da pesquisa TIC K10 Online Brasil 2019, que busca entender como os jovens brasileiros utilizam a internet — o levantamento é feito desde 2012 pelo Centro Nacional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e outras instituições.

Entre pressões para o retorno das aulas presenciais e a implementação do ensino remoto emergencial, alunos e trabalhadores da educação se deparam com uma realidade: a exclusão digital, que dificulta a adoção de medidas como aulas e avaliações pela internet. "Feito às pressas, o ensino remoto estava na falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos por parte de estudantes e professores e professores e a impossibilidade de estudo e planejamento por parte do corpo docente sobre aulas à distância que não reforçam um modelo tradicional de ensino", aponta Luiza Guedes, diretora do Sindicato (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro) e professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para ela, o retorno às atividades presenciais depende de investimento e de medidas sanitárias efetivas.

Com o calendário escolar interrompido pela covid-19, estudantes de Ensino Médio enfrentam dificuldades para se preparar para o Enem, principal forma de ingresso nas universidades públicas. Mesmo com o crescimento do número de casos do novo coronavírus pelo país, no fim de março o Ministério da Educação bateu o martelo: as datas das provas estavam mantidas para novembro. Jovens com celulares de última geração, notebooks e espaço adequado para estudos apesaram na publicidade do MEC — ainda sob gestão de Abraham Weintraub. "A vida não pode parar", afirmou em falar no vídeo. O recado estava dado: os estudantes deveriam "se virar".

Como resposta, surgiu a campanha #Adiantem, promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), para que nenhum estudante tivesse seu ingresso na universidade prejudicado pela pandemia. Emanuel também fez parte do movimento. Com caneta verde, ele escreveu a frase "Agricultores também querem entrar na universidade" e criou uma foto sua, que foi compartilhada nas redes sociais. "Ajuizamento que ter acesso a uma educação igualitária para todos os estudantes brasileiros, seja da periferia, das comunidades tradicionais ou rurais", resalta Allan. De garante que "os sonhos de estudantes por todo o Brasil não fossem interrompidos", a campanha #Adiantem levantou a pauta da democratização do acesso à internet no Brasil, aponta Emanuel. "Essa é uma luta que terá de ser travada urgentemente entre as entidades estudantis e os governos por todo o Brasil para garantir uma educação inclusiva para todos".

O movimento dos estudantes saiu vitorioso com o adiamento do Enem, em maio. O MEC, no entanto, anunciou as novas datas para janeiro de 2021, sem que haja previsão de condições adequadas para o retorno às aulas até lá. Entre a lavoura de café e a escola, Emanuel pontua que as desigualdades sociais em relação a grupos específicos — como

estudantes negros, indígenas, moradores de periferia e do campo — são obstáculos à garantia do direito à educação. "Quando falamos de comunidades LOBTH, rurais, pessoas de periferia e quilombolas, elas têm muitas desvantagens sobre a juventude de grandes cidades privilegiadas", relata.

O jovem conta que seus pais eram empregados nas fazendas de café da região, até que em 2006 conquistaram a própria terra, em um assentamento por meio do crédito rural. Era um tempo difícil, em que iam para a lavoura à pé ou de bicicleta. Durante três anos, a família morou na horta usada para armazenar grãos e cozinha com energia elétrica precária. Na Escola Fazenda Paraisópolis, Emanuel foi presidente do grêmio estudantil e resalta que "a juventude tem que começar a ocupar espaços políticos, porque só assim vai conseguir elaborar projetos que favoreçam os jovens". "Ainda faltam muitos espaços para os estudantes serem ouvidos", avalia. Sobre sonhos e projetos, ele cita que tem desejo mais coletivo do que individuais, como o fortalecimento de uma educação pública de qualidade. Costuma usar uma frase para definir sua trajetória: "Corrego no péto os mais belos sonhos de toda uma juventude".

**"NÃO É SÓ ENTREGA DE CONTEÚDO"**

A pandemia não dificultou o ensino apenas pelos problemas de acesso à tecnologia digital por uma parcela dos estudantes — também o papel da escola como espaço de interação e desenvolvimento é afetado. "A escola é um lugar importantíssimo de socialização de crianças e jovens na sociedade em que vivemos", afirma Luiza Guedes. Por isso, não basta pensar alternativas para a "entrega de conteúdo" aos estudantes, como se somente fosse garantido o processo de aprendizagem — a escola é também "um lugar que proporciona debate, de encontro com a pluralidade de ideias e com realidades diferentes, de prestação de atendimento e contato com as artes", define a professora do Colégio Pedro

**4,8 MILHÕES**  
de crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, não têm acesso à internet em casa

**58% DOS JOVENS**  
acessam à internet exclusivamente pelo celular — o que pode dificultar a execução de tarefas relacionadas a aulas remotas emergenciais durante a pandemia

Fonte: Pesquisa TIC K10 Online Brasil 2019 (Cetic.br)

“Essa matéria está muito boa. Tem tudo a ver comigo e com o que eu vivo, porque, de alguma forma, eu lido com os dois lados”, refere-se Cainã ao fato de conhecer os estudantes que tiveram acesso e os que não tiveram condições de participar das aulas. “É a desigualdade social de novo na história”, completa,

<sup>392</sup> Radis 215, ago 2020, p. 10-15.



confirmando o que já havia destacado sobre o enfoque nas matérias da Radis. Observa inicialmente que é “uma matéria sobre educação como direito e como parte do direito à saúde”. Em seguida, acrescenta outro ângulo:

Mais uma vez. Por isso que eu digo, vocês não abordam... o eixo saúde nem é o principal. É a cidadania mesmo, porque a saúde está dentro da cidadania, como um dos direitos que a gente tem. Quando se vê aí o direito à educação, ele já não era garantido antes. Na pandemia, isso ficou totalmente escancarado. Esse é o ponto.

Cainã confirma o quanto a falta de acesso à informação e aos dispositivos digitais foram sentidos na pandemia. Se detém na leitura dos dados apresentados na matéria. “Está bem destacado aqui: 4,8 milhões de crianças e adolescentes não tem acesso à internet”, valida a informação destacada na reportagem que teve como fonte a Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019 (Cetic.br).

“É massa ir mostrando isso em todas essas páginas”, diz ao valorizar o design das seis páginas da matéria, em que as fotos dos entrevistados aparecem em janelas que reproduzem a imagem das telas nas aulas remotas por meio das plataformas digitais. No conjunto da tela simulada nas páginas da matéria, as demais janelas encontram-se fechadas com o sinal de “sem acesso à internet”.

Contextualizando o cenário da educação, a professora levanta questões decorrentes da falta de informação e se refletem na evasão escolar ou na dificuldade de acompanhamento das aulas do ensino médio. Traz o exemplo a gravidez precoce, que ela atribui à falta de informação e orientação, “mesmo em garotas das escolas particulares”. Segundo ela, é um engano as pessoas acreditarem que “hoje em dia, uma garota engravida porque quer” e não por falta de informação. “A gente sabe que ainda tem gente que não tem acesso à informação, que não tem um aparelho celular, que não tem acesso à internet, que não é orientado pela família, que não é orientado na escola”.

Enquanto relê a matéria, vai sugerindo uma pauta: “Os professores na pandemia”. Ela mesma comenta: “uma boa pauta! Pode ser sobre trabalho remoto, teletrabalho, home office, a partir das experiências da pandemia”. Explica que o modelo emergencial, entre outros problemas, trouxe prejuízo à autonomia de trabalho de professores.

“Pronto, acho que vocês poderiam fazer uma matéria bem massa também sobre a questão de como os professores foram uns dos profissionais que mais tiveram a sua vida invadia na internet. Acho até que vocês falaram sobre isso, não sei...” diz, localizando em seguida a sindicalista ouvida na matéria que descreve exatamente os problemas aos quais ela se referia, Luísa Guedes, diretora do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e professora dos anos iniciais do Ensino Médio. Cainã vai conferindo a fala da companheira e confirmando: “mas a palavra é invasão mesmo, viu?”

Como exemplo, Cainã fala de uma mãe que “simplesmente” entrou pelo celular do filho num grupo de WhatsApp restrito a alunos, professores e coordenadores da escola e enviou a mensagem: “Professora, eu falei como o coordenador, a senhora pode encaixar meu filho no atendimento?”. A “invasão” do grupo dos alunos corresponderia à entrada da mãe no meio da sala de aula para tratar daquele assunto. “Ela podia ter me mandando uma mensagem no privado ou no particular. Não foi com falta de educação, mas é a falta de noção”, atenua Cainã, enquanto cita outros episódios, como “pais enviando mensagens às 23h”. “Estou falando muito da minha situação como professora, mas a gente sabe que isso se intensificou em diversas profissões. Acho que esse assunto tem tudo a ver com esse tema dessa revista aqui”.

Inspirada por outra matéria que tinha acabado de analisar na mesma edição, ela faz o diagnóstico: “nosso trabalho também está sendo uberizado. É a precarização mesmo. Com a reforma trabalhista, os direitos que teoricamente já existiam... A gente não teve direito nenhum garantido... nenhum complemento ou de benefício... porque a gente vem tendo gastos próprios que as escolas não têm”, referindo-se a energia, equipamentos, internet, adaptação do ambiente doméstico para as transmissões.

Os exemplos que Cainã traz vão se casando com os levantados na reportagem por Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ela trata de questões gerais das políticas públicas e da falta de uma política emergencial de educação escolar. Assim como Cainã, Andressa mencionou literalmente a “precarização do trabalho dos profissionais do setor” e refletiu: “é um cenário grave de redução do direito à educação. É preciso ter em mente que a causa não é só a pandemia, mas também o interesse privatista de grupos que defendem uma educação pobre para os pobres e que, ainda por cima, dê lucro para eles”.

Aos exemplos da matéria, Cainã acrescenta o atraso de salários em escolas particulares em que existiu inadimplência das mensalidades durante a pandemia. Em alguns casos, houve redução dos salários, porque várias turmas de uma mesma série eram unificadas na aula virtual, reduzindo a carga horária e a remuneração, sem reduzir o trabalho. “Nosso trabalho não foi reduzido, porque uma aula dada na escola é muito diferente do material totalmente novo que nós precisamos preparar online. O trabalho dos professores aumentou muito, entendeu?”. Outro desafio, relata, foi o aprendizado por conta própria para lidar com os equipamentos, os programas, desenvolver uma nova maneira de observar e dar atenção aos alunos adolescentes na tela, no chat, compartilhar as apresentações, controlar microfone, câmera... “Uma loucura (...) os colegas comentam que o nosso WhatsApp fica online 24 horas, recebendo mensagens de alunos, pais, coordenadores, diretores e de outros professores. Tem muita gente com a Síndrome de Burnout”, descreve Cainã, elencando temas que, coincidentemente, foram tratados na revista ao longo da pandemia.

“Tem uma galera preparando material para isso, um manual de como lidar com tudo isso para não pirar mesmo, não enlouquecer”, comenta, enquanto aterriza de volta à textualidade da reportagem e fala de dois perfis de estudantes que lhe chamaram atenção.

“Olha só”, referindo-se a Emanuel Obolari Protásio, 17 anos, estudante secundarista e trabalhador rural em lavoura de café em Espera Feliz (MG), “a escola é o lugar mais apropriado que eu tinha para estudar, depois da paralização tive que trabalhar muito para conseguir colocar internet na minha casa e continuar meus estudos”, lê, sensibilizada. Cainã comenta ter visto uma série de matérias na mídia que mostraram isso de outra forma e ter observado que as pessoas na internet “criticavam a romantização de um garoto subir numa árvore para conseguir ter acesso à internet e assistir a aula de um lugar que é perigoso para ele.”

A voz de Emanuel alcançou a Radis por ele ter escrito com caneta verde num papel a frase “Agricultores também querem entrar na universidade!” e compartilhado em uma foto sua na internet, reforçando a campanha #AdiaEnem, organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes

Secundaristas (Ubes). Na entrevista<sup>393</sup> à Radis, publicada integralmente primeiro na internet e depois incluída na reportagem da edição impressa e on-line, Emanuel acrescentou outras falas relevantes para vocalizar a realidade da exclusão na educação. “A juventude quer ter acesso a uma educação igualitária para todos os brasileiros, seja da periferia, das comunidades tradicionais ou rurais... elas têm nítidas desvantagens sobre a juventude de grandes cidades, privilegiadas”.

A reportagem fala da história de sua família, que conquistou a própria terra por meio de crédito rural, ia a pé para a lavoura e morou três anos na tulha usada para armazenar grãos, contando com energia elétrica precária. Emanuel foi presidente do grêmio estudantil de sua escola, diz a matéria que registra a sua fala: “a juventude tem que começar a ocupar espaços políticos, porque só assim ela vai conseguir elaborar projetos que favoreçam os jovens. Ainda faltam muitos espaços para os estudantes serem ouvidos”.

Cainã menciona o estudante Eriki Terena. “Achei bem interessante que tenham trazido os indígenas também. Eles foram totalmente excluídos. É a crise dentro da crise”, reflete a professora, ao reforçar que a exclusão já existia. “Era um problema real, que ficou escancarado, como, por exemplo, a fome, que já acontecia e agora a gente vê o país de volta ao mapa da fome”. Mais uma vez, os temas que povoam as conversas e as aulas de Cainã se entrecruzam com as pautas da revista.

Eriki, com 22 anos, já formado em Biologia, é estudante de Direito em Campo Grande, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Com pandemia, voltou para a aldeia para cumprir o distanciamento com a família e teve grandes dificuldades de sinal para acompanhar aula remotas e produzir e enviar trabalhos. “A exclusão digital é ainda uma barreira para a sociedade em geral, não seria diferente para os indígenas”. Eric fala à Radis do compromisso dos jovens indígenas ao entrar nas universidades. “Buscamos conhecimento técnico, esse conhecimento volta para a aldeia, quando cada um de nós se formar e estiver pronto para atuar, como médico, advogado ou professor, garantindo a existência e a resistência de nosso povo”.

O texto da reportagem destaca ainda que “se as barreiras digitais aumentam as desigualdades entre os estudantes brasileiros, para a juventude indígena a internet

---

<sup>393</sup> A reportagem é de Luiz Felipe Stevanim.

é também ferramenta de luta, por meio do exercício do direito de expressão e comunicação”, o que fica evidente na voz de Erik. “Nela, nós podemos ser ouvidos. A gente pode expor nossas opiniões e obter parceiros em nossa luta. Para um jovem indígena, é realmente uma estratégia de vida e de sobrevivência”.

Tabela 12 – Vozes excluídas na educação

<b>MpA12 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>											
<b>Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia</b>											
(Radis 215, ago 2020)											
<b>Análise do participante</b>			<b>Análise do pesquisador</b>								
			Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
			Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
			Vozes Presentes	Vozes Ausentes							
<b>Cainã</b>											
<b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Professora sindicalista (Luisa Guedes, Colégio Pedro II)	X		X				X		X		
Estudante do interior (Emanoel Obolari, Espera Feliz, MG)	X		X				X		X		
Estudante indígena (Erik Terena)	X		X				X		X		

Campanha Nacional pelo Direito à Educação (coord. Andressa Pellanda)	X		X				X		X		
Cetic.br (dados sobre exclusão digital)	X			X				X		X	

## 4.2.13 Voz da ciência

Entre as escolhas de Elânia para analisar em junho de 2021 está uma entrevista publicada na Radis de dezembro de 2020 sobre a introdução no Brasil de ensaio clínico para testar vacinas em desenvolvimento para a prevenção do vírus HIV. A entrevista<sup>394</sup> com a infectologista Brenda Siqueira Hoagland, coordenadora clínica da pesquisa no Instituto Nacional de Infectologia (INI), da Fiocruz, foi publicada sob o título “Esperamos uma proteção duradoura contra o HIV”<sup>395</sup>.

Figura 18 – Radis 219, Miolo

**BRENDA HOAGLAND**

### “ESPERAMOS UMA PROTEÇÃO DURADOURA CONTRA O HIV”

Quando começa com uma boa notícia: o Instituto Nacional de Infectologia Renato Cruzes Fiocruz (INI/Fiocruz) divulgou que em breve iniciará no Brasil o estudo “Mosaico”, ensaio clínico internacional que pretende testar um regime experimental de vacinas para prevenção de HIV em 3.800 pessoas em oito países do mundo. O ensaio foi lançado na 1ª Conferência de Sorocoma Transmissão de Aids sobre Ciência do HIV (IAS 2019), em junho, na Cidade do México (São 2020), e vai avaliar uma estratégia segura para proteger as pessoas de uma infecção pelo HIV. Coordenadora clínica da pesquisa no Instituto de Infectologia Brenda Siqueira Hoagland se reuniu com a jornalista, que já está recrutando voluntários para os testes finais. Em entrevista exclusiva para a Radis, pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST e Aids do Instituto explica suas expectativas que o ensaio de estudo, informa quem poderá participar dos testes e não recusa a esperança que o “Mosaico” mostre que o regime de vacinas será uma ferramenta segura e eficaz na luta contra o HIV-aid.

**920 mil** pessoas vivem com HIV no Brasil  
**41.919** novos casos de HIV em 2019  
**37.308 casos** de aids registrados em 2019  
**8.312** gestantes foram infectadas com HIV em 2019  
**642 mil** pessoas estavam em tratamento antirretroviral, até outubro de 2020  
**94%** das pessoas em tratamento não transmitem o HIV por via sexual por terem atingido carga viral indetectável

Fonte: Ministério da Saúde

**Quando poderá ser testada em um número maior de pessoas?** Mas é importante destacar que as vacinas não podem causar a infecção pelo HIV nas pessoas. Isso está contido apenas células de partes do vírus que são feitas em laboratório. Essas partes são usadas para ensinar o corpo a reconhecer o vírus e dessa forma tentar proteger a pessoa da infecção.

**Quando poderá ser testada em um número maior de pessoas?** Mas é importante destacar que as vacinas não podem causar a infecção pelo HIV nas pessoas. Isso está contido apenas células de partes do vírus que são feitas em laboratório. Essas partes são usadas para ensinar o corpo a reconhecer o vírus e dessa forma tentar proteger a pessoa da infecção.

**Quando poderá ser testada em um número maior de pessoas?** Mas é importante destacar que as vacinas não podem causar a infecção pelo HIV nas pessoas. Isso está contido apenas células de partes do vírus que são feitas em laboratório. Essas partes são usadas para ensinar o corpo a reconhecer o vírus e dessa forma tentar proteger a pessoa da infecção.

**Quando poderá ser testada em um número maior de pessoas?** Mas é importante destacar que as vacinas não podem causar a infecção pelo HIV nas pessoas. Isso está contido apenas células de partes do vírus que são feitas em laboratório. Essas partes são usadas para ensinar o corpo a reconhecer o vírus e dessa forma tentar proteger a pessoa da infecção.

Depois de outras análises de textos mais volumosos, com temas mais extensos e cheios de vozes a serem consideradas, a participante elogiou a estética da matéria, “gostou da entrevista como um todo” e se viu diante da sua escolha associada ao protagonismo explícito de uma única voz, a da infectologista e pesquisadora Brenda, que nessa entrevista fala também em nome do INI/Fiocruz.

Há no texto sobre o estudo internacional “Mosaico”, que seria iniciado simultaneamente em oito países, alcançando 3.800 pessoas, menção a outros atores

<sup>394</sup> Realizada pela Assessoria de Comunicação Social do INI.

<sup>395</sup> Radis 219, dez 2020, p. 10-11.

envolvidos nesse processo como a Sociedade Internacional de Aids sobre Ciência do HIV, organizadora da 10ª Conferência, realizada na Cidade do México em julho daquele ano, evento no qual foi lançado o ensaio clínico – a fabricante Jansen Vaccines & Preventin B.V. e o governo norte-americano que patrocinam o estudo internacional. Entretanto, não há falas atribuídas a esses atores. Entre as informações presentes, há também os dados sobre HIV/Aids no país, tendo como fonte o Ministério da Saúde.

A matéria dá ênfase em explicar o aspecto promissor do estudo, informa sobre a possibilidade de participação de voluntários e dá detalhes aos interessados sobre quem poderá participar dos testes. Em relação à produção da entrevista, Elânia levanta uma relevante questão em sua análise. Ela observa que a matéria dá como suficiente a informação de que a abrangência do estudo conduzido pela Fiocruz no Brasil alcançará oito centros de estudos brasileiros, distribuídos por cinco cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus. Ela questiona:

A primeira coisa que me veio foi: “mas porque não tem nenhuma no Nordeste do país, por exemplo?” (...) No Centro-Oeste. Só me ocorreu isso, me deu vontade de inclusive perguntar para Brenda assim: “oh, Brenda, mas por que que não tem no Nordeste?”. Eu acho que eu senti falta dessa pergunta, não sei se tem perguntas pré-estabelecidas e tudo mais, mas senti falta de: “como é que foi o critério de distribuição?” Do meu ponto de vista, existe uma questão... e aí eu estou dizendo que é meu ponto de vista e talvez eu esteja viajando, mas eu acho que existe uma questão de privilegiar o Sul e o Sudeste do país em tudo que vai se fazer.

Elânia compara essa com a forma como são tratados os temas nas outras matérias que foram analisadas. “Falam bastante da presença da pessoa nordestina (...) na política, traz a mandata coletiva que era um texto no Ceará (...) no “Elas Resistem, vai falar também do Nordeste brasileiro”. Pensando no desequilíbrio regional em áreas diversas, ela diz que se viu pensando: “eu sinto que o eixo Sul-Sudeste do Brasil é uma região privilegiada, nós estamos numa região privilegiada com relação à construção de políticas, com relação ao acesso e muitas coisas. Então, fiquei pensando um pouco nisso, talvez seja viagem minha ou não, mas o fato é que isso é uma coisa que passou”.

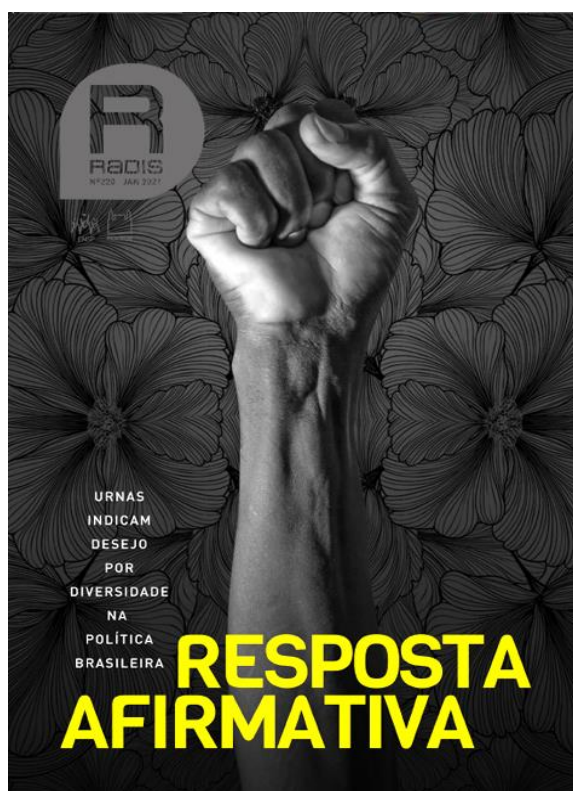




#### 4.2.14 Vozes da representação e antirracistas

A reportagem de capa “Resposta Afirmativa: urnas indicam desejo por diversidade na política brasileira”<sup>396</sup> foi escolhida por Elânia e Richarlls. Ambos optaram também pela reportagem “O legado de Durban: 3ª Conferência de Combate ao Racismo completa 20 anos como marco de ruptura com estrutura segregadora”<sup>397</sup>, matéria que foi publicada na mesma Radis 220, de janeiro de 2021, mantendo inclusive o mesmo design da matéria principal. Quem também escolheu analisar essa segunda reportagem foi Ana Augusta. Nesta seção, trazemos as análises dos participantes sobre as vozes presentes e ausentes nessas matérias, começando pela da capa.

Figura 19 – Radis 220, Capa



<sup>396</sup> Assinada por Ana Claudia Perez.

<sup>397</sup> Assinada por Bruno Dominguez.

Elânia fez suas análises na conversa no dia 13 de junho de 2021. Comentou que a escolha dessas matérias se baseou no quanto gostou delas, por tratarem das questões de raça, gênero e sobre a participação das mulheres na política. Considerou “importante e potente” a matéria “Resposta Afirmativa”, lembrando que ela aborda a política “para além” do homem branco hétero cis com mais de cinquenta anos. “Achei essa bem representativa, porque trouxe vozes de pessoas do Nordeste, de todo o país, mulheres negras, de pessoas cis, trans, quilombolas, indígenas. É uma matéria muito importante, muito bonita também.” Ela achou “bacana” o modo como foi escrita a matéria sobre as pessoas eleitas. Entre as reflexões que destaca nessa narrativa cita o depoimento “da companheira Benny (Briolly, mulher trans e negra eleita vereadora pelo Psol em Niterói, RJ, em 2020), quando relembra que, mesmo antes de sua morte, Marielle (Franco) já era a semente”.

Outro aspecto sobre essa reportagem pontuado por Elânia é o quanto sentiu-se “muito representada” na figura das pessoas convocadas a falar. Pondera que pode haver algum estranhamento em relação a alguma questão estética, de linguagem ou das histórias de vidas dessas pessoas, mas o sentimento é de estar sendo representada por essas pessoas negras que resistem.

Isso a leva a uma reflexão sobre em quais revistas ela e outras pessoas negras sentem-se representadas. Lembra-se do que diz uma amiga que integra o coletivo de comunicação Periferia em Movimento: “que a comunicação e a informação são direitos humanos e o nosso papel é contribuir para alargar as possibilidades de reflexão”.

Elânia traz o exemplo de uma audiência sobre proposição conservadora relacionada a jovens adolescentes numa comissão da Câmara de Vereadores de São Paulo, da qual participou, e dos debates paralelos no chat da transmissão da sessão pelo Youtube. “Um show de horrores, xingamentos” contra as vereadoras que levantavam questionamentos, relembra. Conta que o vereador que presidia a sessão chegou a interditar a voz de uma das vereadoras dizendo “eu não vou deixar a senhora falar, porque mulher fala demais”, ao mesmo tempo em que elogiava cada vereador que conseguia falar em apenas três minutos. A percepção de Elânia é que, para os

vereadores homens é fácil dizer resumidamente tudo que pensam sobre o tema em discussão, porque o que têm a dizer é o que está sendo dito desde sempre.

Retornando à análise da capa e da diagramação da matéria, ela reafirma que considerou “muito interessante o modo como as imagens, fotos e tudo mais foram colocados”. Traz, no entanto, uma observação de acessibilidade relacionada à cor amarela vibrante no fundo de seis páginas da matéria e outras seis da matéria seguinte. Isso lhe trouxe dificuldade na leitura.

Eu tenho muita dificuldade de ler textos escritos com o fundo muito claro assim. O amarelo me atrapalhou um pouco. Ficou muito forte, porque é um texto um pouco mais extenso, as letras são bem miudinhas. Eu estava vindo de uma página que o fundo estava escuro e a letra clarinha, estava lendo em um ritmo, quando virei a página, eu fiz: “ah”, foi pouquinho disso: “apaga a luz”. Para mim isso foi uma grande dificuldade, complicado para a leitura.

Outro comentário nessa linha da acessibilidade é sobre a extensão da matéria. O texto tem um tamanho razoável para a sua leitura. “Mas eu não sou um parâmetro”, diz. Pensando nos hábitos de leitura da população periférica, tanto de jovens quanto adultos, ela avalia que as oito páginas dessa matéria (somada às outras seis da matéria seguinte, com tema correlato) seriam um tamanho pouco provável de ser inteiramente lido por esses interlocutores.

Richarlls analisou as matérias da Radis 220 em conversa de 20 de julho de 2021. Achou “visualmente muito bonita” a da “Resposta Afirmativa” e considerou a edição “muito respeitosa no título e na produção de imagens afirmativas sobre o campo dos direitos humanos, sobre a sexualidade e sobre a questão racial”. Isso foi o que lhe chamou mais a atenção, “além do conteúdo escrito”:

O conteúdo de imagem que vocês colocaram tem uma valorização das identidades raciais com sorriso... estou pegando aqui as fotos, é todo mundo sorrindo, a Benny sorrindo, mulheres sorrindo, se abraçando, sabe. Porque, em geral, quando a gente fala das pautas raciais, é sempre muito sofrimento porque são temas muito pesados, óbvio. A gente está falando de morte, de desigualdades intensas. Hegemonicamente esses temas são tratados com uma carga muito negativa, porque não tem como ser diferente, visualmente também, com essa perspectiva. E aqui está totalmente o oposto. Se você vê a imagem, é tudo lindo. Assim, estou passando a página dezessete, é a resistência! Até no momento em que elas estão sérias, o enfoque é para cima, é de valorização. Em seguida, elas estão sorrindo. Em geral, nos colocam enquanto corpos negros, periféricos, sexualidades

diversas não hegemônicas, não normativas assim, num lugar de tristeza. Então, para mim, foi o que mais me chamou a atenção. E isso não é óbvio, não está no texto escrito, não está na palavra. Isso me chamou muito a atenção no modo como vocês construíram.

Seu comentário se refere à diagramação, ao design e à escolha das imagens. Em função de as entrevistas com as pessoas eleitas terem sido feitas de forma não presencial, em decorrência da pandemia, a reportagem utilizou fotos de arquivos pessoais encaminhadas pelas próprias candidatas eleitas, que retratam o clima e o tom afirmativo do material divulgado nessas campanhas. Se, por um lado, representa a imagem dessas identidades apresentadas na campanha, revela também o quanto esse discurso imagético dessas representações se impôs sobre a edição da revista. “Mas vocês optaram, fizeram essa opção também”, reforça Richarlls. Para ele, as vozes ativistas eleitas presentes na matéria representam a chegada dos movimentos sociais, pelo voto, aos cargos de representação política.

Figura 20 – Radis 220, Miolo



Ao analisar a matéria do “Legado de Durban”, Richarlls comenta o modo como, por meio do design das páginas, a edição da revista conseguiu dar uma continuidade entre as duas matérias. “A questão da representatividade eleitoral, esse processo de ampliação da participação de negros, de LGBTQs na política tem uma linha direta com

a questão racial, a questão de Durban”. Em sua visão a edição construiu um processo afirmativo com as imagens das matérias. “Tomara que tenha sido pensado, é muito elaborado. Foi um acerto fenomenal”. Ele se diz suspeito, mas afirma ter gostado: “você estão falando ali da questão de assassinato de jovens negros, tem tudo, mas, não como uma contradição, estão falando... estão afirmando a vida. Então eu gostei muito”.

Em sua análise, ele identifica uma diferença em relação à matéria anterior. Enquanto as falas presentes na matéria “Resposta Afirmativa” aparecem como vozes dos movimentos sociais, o protagonismo das vozes na matéria de Durban é atribuído a “pesquisadores negros e negras, além de algumas pessoas famosas”. Mesmo a presença dele próprio como entrevistado na matéria não tem como crédito a sua militância, mas a sua condição de professor da UFRJ, assim como a de outra ativista do movimento, que é apresentada como professora da Fiocruz. “Não tem uma voz do movimento social negro, dos ativistas, assim, *stricto sensu*”, ele observa, enquanto identifica e cita pelo menos uma fonte a quem é atribuído ser representante da Rede de Religiões Afro-Brasileiras no Ceará.

Ao analisar essa segunda matéria, em conversa de 13 de julho de 2021, Ana Augusta manifesta a sua identificação com a ideia de que “vozes já existentes e que resistem sejam visibilizadas”, como destaca um trecho do editorial<sup>398</sup> da Radis 220, quando se refere às duas reportagens coordenadas: “Relatos emocionados e emocionantes foram registrados pelos repórteres da Radis, e traduzem a vontade destes grupos em fazer ecoar vozes que já existem, e mudar as estruturas de poder por dentro, ocupando espaços de decisão”.

Foi por meio dessa reportagem que ela teve ciência da importância da conferência de Durban para a implantação do estudo da cultura africana dentro das escolas, relembra. Como faz habitualmente, mesmo antes de participar da pesquisa, Ana Augusta percorre os trechos que lhe chamam atenção na revista: “grifei a fala ‘essa conferência considerou a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade e fez o requerimento da reparação histórica pelos países’”. Outro trecho grifado por ela fala do reconhecimento naquela conferência de que a escravidão e o

---

<sup>398</sup> Assinado por Justa Helena Franco.

tráfico de escravos foram tragédias históricas “não apenas por sua abominável barbárie, mas também por sua magnitude, seu caráter organizado e especialmente sua negação da essência das vítimas”. A matéria a leva a refletir:

O racismo não é algo individual. E ainda tem muitas pessoas, pelo menos assim, com quem eu converso e convivo, que ainda não entendem o racismo como algo estrutural, como é apresentado aqui na voz dessa professora. Nossa, eu fiquei horrorizada com essa experiência que ela relatou aqui, acho que na página vinte sete.

Ana Augusta se refere à situação relatada pela entrevistada Hilda Gomes sobre um homem branco ter aberto a porta da sala em que ela dava uma aula e reiteradamente perguntado onde estava a professora, por não supor que ela, negra, fosse a professora. É dala também uma das falas sobre o racismo estrutural. Os trechos sobre escravidão e tráfico de escravos destacados estão na parte da matéria que resume aula proferida por Edna Roland, relatora-geral da conferência de Durban. A introdução do estudo do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação, como parte do legado de Durban, é mencionado na matéria por Richarlls Martins, um dos entrevistados na reportagem.

“Eu também grifei esse pedaço que fala de introduzir em âmbito global a pauta racial como um elemento fundamental para pensar democracia e desenvolvimento”, acrescenta Ana Augusta, apontando para uma fala de Richarlls na matéria. “Meio que o movimento global de desvelamento, de enxergar o racismo como estruturante”, ela completa. Chamou-lhe a atenção a menção e foto sobre o documentário “AmarElo – É Tudo Pra Ontem”, do rapper Emicida, o que a fez associar outras vozes ao contexto da matéria:

Eu escutei o álbum dele, AmarElo, e as letras são muito fortes, muito bonitas e, em todas as músicas, ele faz parcerias com vozes de diferentes lugares. Tem pastor, tem trans, tem mulheres, tem uma atriz que faz a citação de um poema. Então, assim, ele trouxe várias vozes para esse álbum de música dele, AmarElo. No documentário também várias vozes aparecem. Eu achei muito legal ele aparecer na Radis também.

Outra remissão a contextos que cercam a matéria mencionada por Ana Augusta foi o seu interesse em pesquisar mais sobre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. “Eu falei assim: ‘nossa, hoje deve ter sido extinto aqui

no governo Bolsonaro, né’, mas aí eu vi que ela foi extinta em outubro de dois mil e quinze. Eu fiquei surpresa”, conta. Ao concluir, Ana Augusta menciona os dados do IBGE sobre o aumento da presença de negros nas universidades e o modo como a matéria destaca o protagonismo dos movimentos de mulheres negras. A foto que abre a matéria, ocupando duas páginas, mostra um fragmento do documentário “Sementes – Mulheres Pretas no Poder”, que registra a eleição de mulheres negras que disputaram vagas no Legislativo estadual e federal em 2018.

Tabela 14 – Vozes da Representação

<b>MpA14a - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>Resposta Afirmativa: urnas indicam desejo por diversidade na política brasileira (Radis 220, jan 2021)</b>												
<b>Análise do participante</b>			<b>Análise do pesquisador</b>									
			Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução				
			Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica	
<b>Elânia</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
			Vozes Presentes	Vozes Ausentes								
Mulheres negras			X		X			X		X		
Pessoas cis			X		X			X		X		
Pessoas trans			X		X			X		X		



Quilombolas	X		X			X			X		
Indígenas	X		X				X		X		
Pessoas do Nordeste	X		X			X			X		
Pessoas de todo o país	X		X				X		X		
<b>Richarlls</b> <b>Vozes presentes e ausentes</b>											
Movimentos sociais negro e LGBT	X		X			X			X		
Parlamentares eleitas	X		X			X			X		

Tabela 14b – Vozes antirracistas

<b>MpA14b - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>														
<b>O legado de Durban: 3ª Conferência de Combate ao Racismo completa 20 anos como marco de ruptura com estrutura segregadora</b> (Radis 220, jan 2021)														
<b>Análise do participante</b>						<b>Análise do pesquisador</b>								
						Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
Vozes Presentes		Vozes Ausentes				Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica

<b>Richarlls</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Professores e pesquisadores negros e negras	X		X			X			X			
Pessoas negras famosas	X		X					X	X			
Rede de Religiões Afro-Brasileiras	X		X				X		X			
Movimento social negro e ativistas negros		X										
<b>Ana Augusta</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												
Hilda Gomes (professora Fiocruz)	X		X			X			X			
Edna Roland (relatora-geral em Durban)	X		X				X		X			
Richarlls Martins (professor da UFRJ)	X		X				X		X			
Rapper Emicida (documentário e álbum "AmarElo – É Tudo Pra Ontem")	X		X				X		X			
IBGE (dados)	X			X				X		X		
Movimento de Mulheres Negras (documentário "Sementes – Mulheres Pretas no Poder")	X			X				X		X		

#### 4.2.15 Vozes das mães

Entre as três matérias escolhidas por Richarlls para analisar na conversa de julho de 2021, a que mais o emocionou foi a reportagem “Mães coragem: o cotidiano de luta e esperança de mulheres que tiveram filhos com microcefalia durante a epidemia de Zika”<sup>399</sup>.

Figura 21 – Radis 222, Capa



“Eu acho que me emocionei, porque a narrativa é uma narrativa muito, muito impactante. Lidar com essa carga afetiva da experiência do cuidado se refletiu na

<sup>399</sup> Radis 222, mar 2021, p. 10-18.

forma muito cuidadosa como o texto<sup>400</sup> está construído”, expressa Richarlls. “A capa da mãe com a criança com microcefalia... Ela coloca todo mundo assim muito imbuído. Pelo menos para mim, a sensação é de trazer essa perspectiva do cuidado. Isso está muito presente no interior da matéria. Foi muito emocionante”.

Richarlls levanta a questão de qual seria a intensão implícita na edição: “a primeira questão dentro da matéria é que eu não sei como vocês constroem a linha de como vão explorar o tema. Quando eu li, na época, e isso se manteve hoje de manhã, quando eu peguei rapidamente para ler... Não sei se vocês tinham a intenção assim ‘vamos pegar pelo emocional’, mas vocês conseguiram”.

“Não que não tenha dados, subsídio teórico, não é isso que que estou dizendo, mas é essa carga de afeto que está presente no interior de todas as páginas dessa matéria. Isso ficou muito explícito para mim”, desenvolve Richarlls:

Era para se emocionar e ser afetado com uma narrativa daquela. Tanto é que os textos estão majoritariamente na primeira pessoa. Eu fui ver depois. Tem relatos inteiros que são bem fortes, da experiência dessas pessoas. Então acho que vocês fizeram uma escolha, não sei se é isso, mas, para mim, passou que era para que as pessoas, para que eu sentisse a experiência dessas mulheres no exercício dessa maternidade complexa, difícil, atravessada por uma experiência de cuidado única. Então essa foi a minha sensação lendo. Ela é uma matéria para eu me afetar com aquela experiência.

As mães entrevistadas, às quais se refere Richarlls, são Jusikelly Severina da Silva e Isabela Souza Tavares. As pesquisadoras que trazem o subsídio teórico e também alguns relatos são Soraya Fleischer, Raquel Lustosa e Bárbara Marques. Entre os dados, estão o livro-resultado de pesquisa “Mulheres” e o livro “Micro-histórias na pandemia de Covid-19”, que traz relatos de outras mães não nomeadas. As fotografias referidas, que ilustram a matéria, são oriundas da exposição virtual “Zika, vidas que afetam”, da Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz.

Embora ela considere que os sentidos são produzidos também por quem lê, não apenas por quem escreve, Richarlls sustenta a relevância da questão. “Não sei se foi feita para isso, mas chegou muito forte para mim assim, a minha sensação é que ela foi feita para que eu me afetasse com essa experiência. Estava muito explícito,

---

<sup>400</sup> De Ana Claudia Peres.

muito forte, com as falas, os relatos na primeira pessoa, essa, foi a minha percepção”, reitera.

Foi ótimo, adorei. Foi uma identificação muito significativa, poder vivenciar uma experiência que não faz... Eu estudo direitos reprodutivos, mas eu não sou mãe, não convivo com nenhuma criança com microcefalia, enfim. Então, foi interessante. Acho que foi por isso que me marcou. Me marcou por uma questão temática e acho que a capa também é um tema de estudo. A matéria em si trouxe uma personalidade do processo que é para além da teoria.

“Eu fiquei com uma outra questão. Não sei se foi uma escolha, porque essa discussão da microcefalia esteve muito atrelada à discussão da ampliação da causa do aborto, na época. E isso não aparece”, questiona Richarlls. “Eu não sei o quanto isso poderia soar negativo, falar de aborto numa matéria que estava falando do espaço de reconhecimento dessa maternidade complexa, desses desafios, o quanto isso poderia não soar bonito ou positivo”, pondera. “Não sei o quanto isso foi também uma escolha, mas essa foi uma falta que eu percebi. Inclusive, até o direito de essas mulheres não quererem ser mães, ou tudo aquilo que estava atrelado à discussão da Zika naquele contexto. Eu não vi, não sei se vi rápido, mas fiquei com esse olhar”, reflete Richarlls. “Isso me bateu como uma falta para a integralidade da discussão. Foi um pouco isso que eu pensei. Eu acho que falar de Zika e falar de acolhimento é falar também do não acolhimento, do acolhimento dessas mães e do não acolhimento que essas mães tiveram, algumas que poderiam desejar fazer o aborto e não fizeram”.

Isso ficou como uma falta. Eu fiquei na dúvida do quanto isso foi pensado, de não ser colocado, porque, hegemonicamente, a minha sensação é que vocês... Eu, lendo, tive muita sensação de que o objetivo era ser afetado pela narrativa direta dessas pessoas, dessas mães. Então foi isso que me passou. Mas tem alguns momentos em que vocês trazem as discussões que não passam pelas mães, que não passam pelas falas da mãe. Passam por questões conceituais ou políticas do processo e essa foi uma questão que foi ignorada na matéria. E aí eu fiquei com essa falta, para mim como falta, só isso. Acho que, diferente da outra matéria, quando você me perguntou se tem mais alguma voz faltando sobre o que foi colocado... Nessa matéria, para mim, assim, é incontestável...

“Em resumo, o que foi colocado é a experiência da maternidade. Essa, para mim, ficou como a centralidade do foco da matéria. É muito louco, porque a matéria é bonita, muito emocionante”, pondera Richarlls. No entanto, lembrando os discursos

antiaborto “colocados para a sociedade civil” no momento da epidemia de Zika, para interditar a discussão sobre aborto, quando surgiram os casos da Zika congênita, ele sustenta o questionamento:

Não tem como você não se emocionar. Só que – não foi a intenção, não tenho a menor dúvida de que essa não foi a intenção editorial, mas – os grupos “pró-vida” se utilizam exatamente disso, dos discursos emocionantes sobre maternidade, dessas experiências. Eu acho que um “boxzinho” mínimo, falando do quanto também não existir o aborto como uma possibilidade foi um não acolhimento dessas mulheres, já colocaria pelo menos o contraditório aí para poder iniciar uma discussão. Então isso me chamou atenção. Mas eu também fiquei na dúvida, pensando o quanto essa é a minha questão, me colocando no lugar de vocês, o quanto seria também complexo, colocar. Porque você está falando de uma matéria de acolhimento, aquelas mulheres estão ali abrindo seus corações, falando da experiência de cuidar dessas crianças... Óbvio que vocês sabem disso melhor que eu, tudo isso é possível de escrever com muito cuidado, mas, eu também fiquei na dúvida do quanto isso foi escolhido assim: “é melhor não fazer”. A minha dúvida foi essa, o quanto teve essa escolha de não fazer. Lendo especialmente o que está colocado no texto, na imagem... Me saiu como uma falta. Mas foi isso. Foi isso que eu fiquei pensando.

Tabela 15 – Vozes de mães

<b>MpA15</b> - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis			
<b>Mães coragem: o cotidiano de luta e esperança de mulheres que tiveram filhos com microcefalia durante a epidemia de Zika</b> (Radis 222, mar 2021)			
<b>Análise do participante</b>	<b>Análise do pesquisador</b>		
	Modo de apuração	Modo de presença no texto	Lugar de interlocução



#### 4.2.16 Vozes do Norte

A segunda conversa com Luiz ocorreu em agosto de 2021, com a análise da reportagem “Norte: reflexos da invisibilidade sobre a maior região do país”<sup>401</sup>. Antes das considerações sobre a matéria escolhida, quis falar da capa da edição. Achou “simpática” a ideia. “Essa imagem do Zé Gotinha é o que fica para as pessoas valorizarem mais o SUS, o simbolismo da vacina, bem legal, assim”. A chamada “Procura-se Zé Gotinha” retrata, diz, “a realidade que vivíamos em muitos municípios, em julho de 2021, nem tanto no Amazonas, porque, como fora muito atingido, os municípios já estavam vacinando gente de todas as idades, como em Manaus, chegando aos jovens de 20 anos.”

Figura 22 – Radis 224, Capa



Luiz se refere também às notas de Súmula com temática indígena. Sobre vacinação dos indígenas, que repercutia no STF, lembra que houve “luta para a vacina chegar nas aldeias e mais luta para chegar aos indígenas urbanos”. A nota

<sup>401</sup> Radis 224, mai 2021, p. 18-27.



“Queimadas na Amazônia agravam problemas respiratórios” o remete ao projeto da COIAB, onde trabalha, “voltado aos indígenas que fazem vigilância e combate às queimadas, os “guardiões da floresta”, envolvendo também os agentes indígenas de saúde para a questão das doenças respiratórias”. Cita a sua participação falando da Covid-19 na Amazônia em evento virtual do “Abril Indígena”, e diz sentir falta “do clima da galera, com danças e confraternização” em Brasília, antes da pandemia. Comenta a nota sobre ameaças à líder indígena Sônia Guajajara, por sua atuação à frente da APIB, acrescentando que perseguições ocorriam também nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, contra os profissionais de saúde que, na ausência de insumos fornecidos pelo governo, aceitavam doações de EPIs, testes rápidos e luvas para cuidar das pessoas e se proteger. “As pessoas ficam até com medo de falar com as ONGs”, diz.

Figura 23 – Radis 224, Miolo



Entrando na matéria de sua escolha, Luiz diz ter gostado do infográfico que ocupa quase duas páginas, sob o título “Para não perder o Norte”. O infográfico mostra o mapa do Brasil com os sete estados do Norte em destaque (Rondônia, Acre,

Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), com dados sobre área (45% do território nacional); população (18 milhões); extensão de Floresta Amazônica (60%, excluídas as áreas de Mato Grosso e Maranhão); números sobre a maior concentração no país de povos indígenas (cerca de 305 mil pessoas) e terras indígenas (424 áreas, com 115 mil hectares, representando 23% do território amazônico).

Comenta também os números com indisfarçável orgulho da cartografia social que o infográfico faz do conjunto da região. “Essa chamada aí do ‘não perder o norte’ é uma parte bem legal da matéria. Acho que é uma parte bacana que ele fala um pouco da definição, do que que é o Norte. Na realidade, é o caminho”, define e identifica-se.

Em seguida, retoma o início da matéria, que parte do desconhecimento que as pessoas de outras partes do país têm da realidade da região, em que o texto da reportagem<sup>402</sup> remete à letra musical de Maurício Tapajós e Aldir Blanc, em 1978, que diz que “o Brasil não conhece o Brasil”. “Aí você já vê a revista falando do que as pessoas estão vendo do Norte e também uma visão do seria o norte, de como seria a nossa caminhada”, diz, conectando a visão externa com as falas das pessoas que nasceram ou vivem, que conhecem a região e a tornam tão interessante também, que foram aquelas entrevistadas pela revista.

Luiz conta que leu essas entrevistas avulsas no site, antes mesmo de ter acesso à revista editada. Isso o faz lembrar das entrevistas integrais. Uma delas, ele conhece bem, Sully Sampaio, um dos coordenadores do programa QualificaSUS, no Amazonas, com quem trabalhou em incursões em vários municípios para a formação profissional das equipes profissionais do SUS.

Soube da entrevista com Sully a partir das redes sociais de amigos. Esse é um dos caminhos frequentes de circulação das matérias da Radis, pelo que se pode observar nos compartilhamentos que chegam de volta ao perfil do Radis no Instagram. Circulam por meio de postagens das redes sociais de grupos de interesse temáticos, das pessoas entrevistadas, ou mesmo de terceiros. Por esses circuitos, transitam matérias específicas, edições inteiras, alcançando públicos que não necessariamente

---

<sup>402</sup> De Adriano De Lavor.

conhecem e seguem a Radis, mas que a “descobrem” a partir da circulação dos temas de seu interesse.

Luiz gostou de ver a narrativa de como são as viagens e experiências do Qualifica SUS. “É interessante por conta da dificuldade que a gente tem em realizar os trabalhos, na grandiosidade que é a região Amazônica. Então, é bonito, é legal quando você conclui seu trabalho. A execução é muito ralada, suada. Então você tem que gostar muito”.

Luiz conta que pessoas que vêm de fora da região, de qualquer profissão, encontram muitas dificuldades. “Já vi gente chorando, desistindo. Me lembro de uma colega que era médica. Desistiu da medicina para fazer advocacia, porque não aguentou ficar 30 dias na área indígena, no alto Rio Negro. Viu que era diferente. Não aguentou e falou que não aguentaria o ritmo nos hospitais aqui, que é ainda pior”.

“A questão do ‘romantismo’ também foi bem compartilhada entre os colegas na internet e foi bom para chamar para a matéria”, se recorda Luiz, acrescentando que o perfil do Facebook do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD-Fiocruz Amazônia) também compartilhou bastante a reportagem. Dois entrevistados falam especificamente sobre a idealização, a romantização da Amazônia. O jornalista José Gadelha observa que os livros e a mídia evidenciam uma Amazônia que não existe, “um imaginário que não corresponde à realidade das populações urbanas” amazônicas. Sully diz à reportagem que essa idealização dura pouco: “viver na Amazônia não é romântico. É sofrido”.

Outra seção da reportagem destacada por Luiz foi o texto sob o título “Desigualdades nem sempre visíveis”, que revela resultados de pesquisas sobre a queda na qualidade de vida e desenvolvimento humano na região, especialmente durante a pandemia. A parte “das vulnerabilidades e das desigualdades que existem aqui”, como nomeia Luiz.

A matéria dá detalhes sobre pesquisas de universidade brasileira (UFMG) em cooperação com norte-americanas (Harvard, Princeton e do Sul da Califórnia) que apontam queda de expectativa de vida de 3,38 anos na pandemia; inquérito da Rede PENSSAN que mostra a região como uma das mais afetadas pela fome naquele período; pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que demonstra que alunos da região foram os mais prejudicados em relação à redução do tempo de permanência em sala

de aula na pandemia; pesquisa do IBGE que mostra que o rendimento médio mensal das famílias esteve abaixo do salário mínimo em 2019, em torno de R\$ 872, enquanto no Sudeste chegava a R\$ 1.720.

Em conversa anterior, Luiz havia dito que uma das características que valoriza na Radis é a presença constante de dados, de resultados de pesquisa que informam as matérias.

A imagem das “palafitas” – como ele descreve a fotografia que ilustra a matéria dos dados sobre a desigualdade – o remete a histórias da “enchente gigantesca” ocorrida em abril de 2021 no Acre, durante a qual, além da Covid-19, “bombou a malária e a dengue também, tudo ao mesmo tempo! A gente teve que fazer uma força tarefa para essa área”. Lembra-se de ter visto a repercussão nacional da notícia. “Saiu até em jornais televisivos. Deu uma alertada, mais por conta que foi invadida a capital, Rio Branco, também, com as pessoas perdendo muita coisa lá. Geralmente, todo ano tem uma cheia dessas, mas não dessa proporção. Foi a maior da história. A última aqui no Rio Negro também”.

Na entrevista de 2021 à Radis, o artista indígena contemporâneo Jaider Esbell, falecido em 2022, fala desse olhar externo sobre a Amazônia, atravessado pelo interesse apenas em relação ao extraordinário. “O Norte só é noticiado por aqui, quando há tragédia ou quando há festa”, declarou em São Paulo, onde se encontrava, preparando uma exposição.

Luiz lembra de ter lido também a entrevista com a designer Tami Martins, do Amapá – “uma que mora em Salvador”, cita. Na matéria ela relata ter se acostumado a ser a primeira (às vezes, a única) amapaense nos grupos com quem interagem em outros lugares do Brasil. A matéria comenta um vídeo produzido e postado por ela em sua conta no YouTube, em novembro de 2020, quando um “apagão” deixou 90% da população do Amapá sem acesso à energia elétrica, à comunicação e a itens básicos como comida, água encanada e até água potável. O vídeo, que denunciava esse e outros problemas, iniciava assim: “você talvez não conheça o Amapá. Eu quero te contar por que o Amapá está no escuro há mais de 30 anos...”.

Luiz diz não sentir falta de outras vozes na reportagem. Mas não perdeu a oportunidade de sugerir novos temas como a “questão da medicina tradicional hoje, debatendo bem”; as Conferências de Saúde Indígena e a própria saúde indígena

mesmo. “Uma matéria para saber o que as lideranças indígenas pensam para o futuro”.

Ele não se limitou aos nomes da matéria ao analisar a vozes. Citou com grande interesse os nomes dos indígenas presentes nas páginas da Súmula: “Sônia Guajajara eu conheço. O Ailton Krenak é famoso também”. Lembra de já ter assistido à lendária fala de Krenak diante da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. “Eu vejo que a galera aqui considera muito essas pessoas. Eu acho esse um ponto bacana que a revista vai trazendo, são pessoas que têm a representatividade dentro da daquela temática, nesse caso, o movimento indígena”, conclui, afirmando sentir-se representado por essas vozes.

Tabela 16 – Vozes do Norte

<b>MpA16 - Mapeamento de vozes presentes e ausentes em matérias da Revista Radis</b>												
<b>Norte – Reflexos da invisibilidade sobre a maior região do país</b>												
(Radis 224, mai 2021)												
<b>Análise do participante</b>				<b>Análise do pesquisador</b>								
				Modo de apuração		Modo de presença no texto			Lugar de interlocução			
		Vozes Presentes	Vozes Ausentes	Radis ouviu a fonte	Radis não ouviu a fonte	Texto assinado	Entrevista	Citado entre aspas	Mencionado sem aspas	Posição central	Posição intermediária	Posição periférica
<b>Luiz</b>												
<b>Vozes presentes e ausentes</b>												

Cientista social Sully Sampaio (Fiocruz-AM, QualificaSUS)	X		X				X		X		
Jornalista José Gadelha (Fiocruz-RO)	X		X				X		X		
Pesquisas sobre desigualdade (universidades, Rede PENSSAN, FGV, IBGE)	X		X					X	X		
Artista indígena contemporâneo Jaider Eisbell (RR)	X		X				X		X		
Designer Tami Martins (AP)	X		X				X		X		

#### 4.3 NOVOS OLHARES, ANÁLISES E DEBATES NA CONVERSA COLETIVA

Esta seção traz o resultado da animada conversa coletiva da qual participaram nove dos onze participantes reunidos em janeiro de 2022, para aprofundar discussões surgidas na primeira rodada das conversas individuais e debater novas questões de interesse da pesquisa, resultantes das intervenções dos participantes nas conversas anteriores. O clima foi muito informal, com os participantes curiosos para se conhecerem, saber que havia escolhido e analisado qual matéria, algumas dela por até três pessoas, num universo de 226 edições.

O espírito era de muita colaboração, cedendo a vez de fala debatendo pontos de vista diferentes com delicadeza e humor. Dando continuidade ao clima das conversas individuais, pessoas que acabavam de se conhecer, divergiam sem dificuldade e com delicadeza. Chegavam a brincar, houve leitura de poesia e até uma segunda sessão de canto de João Leopoldo, repetindo o encerramento de nossa segunda conversa de pesquisa. Em cerca de duas horas produtivas, realizaram análises e debates interessantes ocorreram em um clima ameno, reunindo pessoas extremamente ocupadas com trabalho e questões familiares em plena pandemia, quando houve a chegada da variante Ômicron. A opção por uma forma específica de apresentação desse diálogo busca trazer um pouco desse espírito à leitura desta seção.

**Rogério** - Para começar, quero apresentar vocês aos demais parceiros da pesquisa. Em seguida, falar de nossa dinâmica hoje, pensada para nos permitir dar conta de analisar e discutir todas as questões reservadas para a nossa conversa coletiva. Primeiro, quero dizer que vocês têm várias características em comum, além de serem leitores. Todos, de alguma forma, ocuparam esse lugar por terem manifestado uma visão crítica ou alguma reflexão sobre o direito à saúde, o SUS, ou a Revista Radis na sessão Voz do Leitor, em alguma reportagem, nas redes sociais, ou em algum outro ambiente.

(...) Somos seis pessoas agora. Daqui a pouco entram mais três. Vamos combinar algumas coisas. Como vocês já leram os temas que a gente vai tratar no e-mail que enviei, eu não vou repetir, para ganharmos tempo. Ah, Lérica está entrando agora...

Olá, Lérica, bem-vinda. Tudo bom, querida? Vamos lembrar de guardar um tempinho no final para a avaliação do processo de conversação. Eu tinha calculado aqui que, usando 15 minutos para cada tema, a gente chegaria com conforto às 17h. Como o início demorou, vamos pensar em 10 minutos? Pode ter algum tema que corra mais rápido, mas sem que vocês abram mão de falar ou se atropelem por conta desse tempo, certo? Vamos combinar o uso de alguns recursos para a gente conseguir andar rápido: não usarmos o chat para que tudo aqui seja registrado em áudio e vídeo; na hora que alguém quiser falar, levanta a mão com os ícones de reações; e, quando eu passar a vez para vocês falarem, mencionem o nome, caso eu não os tenha citado. Outra coisa, para conseguirmos fazer a divisão dos temas e cobrir todos eles, caso ocorra a vocês um pensamento ou comentário sobre um tema que ainda não chegou, procurem anotar para trazer na hora de falarmos sobre aquele tema.

**Cainã:** Eu já olhava a Radis com olhares bem específicos, de professora mesmo e que tentava disseminar para os meus alunos essa leitura. Agora, depois da minha conversa com o Rogério, fico sempre olhando, pensando: “será que a Radis vai trazer o tema de ENEM?”. Porque todos os temas que foram cobrados ultimamente na redação, de alguma forma, estavam ali. Eu não sei se vocês viram, mas teve uma aplicação agora no domingo [09/01/2022], com um novo tema de redação sobre a importância de reconhecer as mulheres cientistas da saúde. Achei espetacular. Mais uma vez mostrando para toda a sociedade a importância dessa valorização e desse reconhecimento. A gente conversou sobre como a Radis, de alguma forma, pode trazer isso em pauta. Sobre olhar de forma diferente, é mais ou menos isso, ver como a Radis pode contribuir para que não somente os estudantes que estão antenados e interessados em fazer uma prova de atualidades, mas toda a sociedade entenda a importância de conhecer um pouco mais sobre ciência, entender um pouco mais sobre isso de forma acessível, porque nem todo mundo tem a opção e a oportunidade de fazer uma faculdade. Enfim, seria basicamente isso mesmo.

**Josenilton:** Boa tarde a todos. Rogério, eu estou com a sensação de que eu sou íntimo da revista agora, por conhecer você. Por ter tido esse contato, esse



bate papo... Você mantém um contato, não sei se só comigo ou com os outros também. Então, eu estou me sentindo muito íntimo quando eu pego a revista para ler, é com o editor-chefe que eu estou tendo contato, então isso trouxe ainda mais satisfação, ainda mais prazer na leitura da publicação.

**Vanilson:** Oi, boa tarde a todos e todas. Eu recebo a Revista Radis em casa desde 2018, mas também eu concordo com o amigo aí que, após o Rogério falar comigo, me convidar inclusive para ser uma pessoa entre as dez, isso despertou em mim a curiosidade de ler ainda mais a Revista Radis. Não só isso. A Revista Radis já trouxe vários temas referentes à população em situação de rua e, agora, na penúltima edição, foi sobre as equipes de Consultório na Rua [Radis 229, out 2021], que é o programa de saúde que atende nas ruas a população em situação de rua. Isso despertou dentro de um conjunto de mais de duzentos e cinquenta e seis pessoas que tem no grupo [de WhatsApp relacionado ao movimento Pop Rua] o interesse em receber essa revista física. Recebi essa demanda no grupo e falei com o Rogério. Acho que umas 30 pessoas mandaram nomes e automaticamente estão recebendo as revistas. Isso é muito importante porque, no momento em que essas pessoas recebem essa revista com algo sobre o que ela vive, com algo escrito sobre a sua profissão, isso desperta não só a curiosidade de ler mais a Revista Radis, mas também de divulgar. A última agora foi com o Padre Júlio Lancellotti [Radis 230, nov 2021], trazendo a questão da “aporofobia”, se não me engano, um termo que ainda não é conhecido. Aporofobia é aversão a pobres, é o ódio aos pobres. Então, é muito importante termos a Revista Radis como esse instrumento de luta social mesmo. E assim, Rogério, você está fazendo o seu doutorado sobre a Revista Radis. Então, essas pessoas vão fazer parte da história da Radis. Sugiro até você fazer uma matéria sobre essa experiência e publicar numa edição simbólica da Revista Radis, talvez a milésima edição, seja a edição mil, mas uma edição histórica, para que a gente receba de fato essa construção. É isso.

**Ana Augusta:** Essa sensação que o Josenilton falou sobre intimidade, acho que eu também... Poder conhecer o Rogério, o editor da revista, também trouxe

uma aproximação maior com a revista. Eu não sei se mudou o meu olhar para a revista, mas eu comecei a ter um pouco mais de consciência da importância dessa revista para mim. Não sou uma leitora tão assídua, sou bem devagar com as minhas leituras, mas a revista me alimenta num lugar, assim, muito profundo, porque, por mais que seja uma revista jornalística, ela não tem uma linguagem utilitária, ela tem poesia, é uma revista que tem poesia. É uma revista jornalística com muita poesia. Acho que eu passei a ter mais consciência do porquê cada leitura é uma experiência tão intensa para mim e do tanto que me deixa... Eu saio da leitura com brilho no olho, com vontade de esperar, sabe? É muito bonito.

**Ana Isabella:** Oi, estão me escutando? A internet tá um pouco instável, por isso que eu desliguei a câmera. Então gente, eu acredito que depois da entrevista com o Rogério não mudou a minha forma de olhar a revista de certa forma, mas acentuou a minha vontade de ler e ver o visual da revista. Eu e Rogério conversamos muito sobre essa questão do visual da revista, das imagens, das figuras, do colorido, do quanto isso significa para o leitor. O texto da Radis é super bem escrito, as matérias vêm muito interessantes. Mas, hoje em dia, eu olho para a revista com aquela visão de como outras pessoas olharão para a revista ao ver a capa da revista e o que chama atenção naquele primeiro momento quando você olha para aquela revista. Sempre me chamaram atenção as imagens que a Radis traz, desde a época da faculdade, desde quando eu conheci a Radis. Então, com os meus alunos, hoje em dia, eu penso em como eles vão olhar para revista, o quanto aquela imagem que está ali e aquele texto vão impactar na vida deles, que foi o que impactou na minha, e o quanto eu posso dar para eles esse conhecimento também, oferecer para eles tudo o que eu aprendi através da Radis. Vejo aqui no grupo muita gente utilizando os textos da Radis para ofertar para outras pessoas também, a professora incluindo nos estudos para o ENEM, isso é muito interessante, porque a Radis traz muitos contextos atuais, então isso é um ponto super positivo da Radis. Eu fico olhando: “Ah, o que será que vai ser falado?” E, por exemplo, hoje me deparo com uma edição de mulheres, de mulheres soropositivas! Assim, a gente fala muito, sobre os soropositivos... Eu pesquiso

sobre HIV desde 2015, mas ainda não tinha visto uma reportagem sobre mulheres soropositivas, sobre como é que está esse movimento de mulheres soropositivas. Então isso está sendo muito legal. Comecei a ler agora, porque eu vi a revista no site hoje e achei super positivo isso também.

**Lérida:** Eu quero falar pouco, viu professor? Quero mais ouvir. Mas boa tarde a todos. Eu conheço a revista há muitos anos, sei da importância de cada texto, de cada teor, de cada página desta revista no contexto da saúde pública, de experiências e informações. Acho que a Radis tem um papel assim muito importante, mas acho que o que poderia ser feito nesse Brasil atual, na formação das novas gerações, em todas as academias é que todos pudessem receber um *link* dessa revista, que os professores tivessem a oportunidade de informar esse *link* a todos os acadêmicos dos cursos da área da saúde. Nesse contexto do Brasil atual, eu vejo muita preocupação do cidadão e do profissional da área de saúde, como cidadãos, em relação ao futuro. Como será e, principalmente, com essa experiência que nós tivemos nesses últimos dois anos, com esse novo modelo do ensino? Eu acho que essa revista ela tem um papel muito importante para a formação das futuras gerações. Eu gostaria que a direção e os professores vissem um meio de chegar aos novos acadêmicos.

**Rogério:** Uma questão que vocês já analisaram individualmente, mas vamos retomar nesse momento para pensar coletivamente, é quem vocês percebem que são aquelas vozes mais frequentemente presentes e que têm mais destaque, que têm protagonismo no conjunto das edições da revista. Fiquem à vontade para expressar algo novo ou reforçar um ponto de vista que já tenham expressado comigo. Em seguida, separadamente, a gente vai falar de quem não aparece.

**Cainã:** A gente conversou sobre isso, mas como você falou para reforçar, eu acho que o interessante da Radis é exatamente esse ponto, colocar as pessoas que geralmente fazem parte dos grupos minoritários, não quantitativamente falando, mas historicamente falando, como personagens protagonistas. A partir do momento que a gente observa uma capa que traz duas mulheres soropositivas, numa idade inclusive avançada, ali, em destaque, o que não é

muito comum em outras revistas, nem em revistas mais tradicionais, ou até pagas... Isso reforça esse objetivo da revista, que é transmitir conhecimento e dar voz a todas as pessoas. Você ter uma capa falando sobre a “cidadania de papelão”, ou seja, sobre as pessoas em situação de rua... Capas sobre os indígenas, as mulheres, os idosos... A gente tem todos esses grupos muito presentes. É por isso que, puxando a sardinha para o meu lado, como professora de redação, a gente sempre tem um problema que precisa ser debatido, discutido e a gente vai ter um repertório aí que vai ampliar esse conhecimento geral, principalmente de alunos. E não tem como, por exemplo, olhar para a observação que tem nessa capa da edição de dezembro (2021) “40 anos da pandemia de Aids: a luta por reconhecimento e direitos de mulheres que vivem com HIV” e não pensar: “mais uma vez, esse recorte para o público feminino, que não tem tanto espaço e sempre fica meio que à margem”. Eu acho que essa é uma das vantagens da revista, que é de abrir espaço para todos. Não sinto muita falta de um grupo específico. Acho, como a gente conversou em particular, que seria legal, mais interessante ainda, se a gente conseguisse disseminar mais a ideia de trazer os dois lados? Colocar a pessoa em situação de rua e a pessoa que é contrária àquilo, por exemplo, que coloca uma arquitetura hostil, que faz com que a pessoa não fique naquele lugar, “porque está deixando aquele lugar feio, meio que não há higienização”. Ouvir os dois lados para que as pessoas possam se posicionar mais em relação a isso. Mas esse espaço para as minorias, para mim, é algo fantástico que a revista traz.

**Rogério:** Vou pedir que, mesmo que queiram misturar as vozes presentes e ausentes agora, segurem a análise sobre o contraditório, como Cainã já levantou, para retomarmos essa discussão logo em seguida. Isso é uma coisa boa de conversar mais especificamente.

**Elânia:** Boa tarde, gente. Eu quero concordar bastante com Cainã, que falou agora, sobre esse lugar também das vozes que não são ouvidas na grande mídia, na mídia hegemônica. Para mim, é a voz presente de mulheres, de pessoas trans, não binárias, de pessoas em situação de rua, vozes que não

são ouvidas pela mídia hegemônica e que são ouvidas aqui na Radis. Quero só dar um destaque e dizer que nessa edição, que fala do Padre Júlio Lancellotti, também tem uma matéria muito boa falando sobre a dignidade menstrual, que eu achei fantástica. Então, é ouvir também termos como “aporofobia” ou a “dignidade menstrual”, que são termos que não são ditos geralmente pela grande mídia e que aparecem aqui. Vozes que são ouvidas e que são lidas por nós quando a revista chega na nossa casa. Era um pouco disso que eu ia falar e... eu perdi a outra coisa, mas quando eu lembrar eu trago aqui de novo. Mas queria concordar com Cainã.

**Ana Isabella:** A gente conversou sobre isso e eu acho que todo mundo deve ter falado também, de quanto que a Radis traz as vozes das pessoas vulneráveis, sejam elas indígenas, quilombolas, pessoas moradoras de rua, população de rua no caso, trans. Isso tudo a Revista Radis traz, o que a gente não costuma ver em outros locais, como a colega falou ainda pouco. Eu sinto falta um pouco – e eu não sei se eu falei no individual –, pelo menos de um tempo para cá, de se falar mais sobre as pessoas que convivem com síndrome de down ou com algumas doenças que estão no nosso contexto, mas, de certa forma, são meio negligenciadas e que, agora, a gente tem muita discussão em relação a inclusão dessas crianças. Há uma nova onda, um novo contexto, voltou essa discussão em relação a estarem incluindo essas crianças nas mesmas salas de aula. Isso, que para a gente parecia já estar resolvido, essa questão de inclusão dessas crianças no mesmo contexto de outras, a gente está vendo esse debate vir à tona de novo? De tentar excluir essas crianças, de voltar com essas redes especiais, salas especiais. Então, eu acho que faltou um pouco, tem faltado um pouco nessas edições. Quando se fala, é muito superficial sobre como está a inclusão dessas crianças especiais dentro do processo educacional, do contexto de saúde. É só isso mesmo, porque as outras questões estão bem perfeitas e bem colocadas dentro da revista.

**Ana Augusta:** Eu me sinto super contemplada pela fala de vocês, por reforçarem isso, mas eu queria, retomando a fala da Isabella na rodada anterior sobre as capas e a arte, mostrar para vocês essa revista aqui, de janeiro de

2015 que foi, acho, a primeira que eu peguei na mão, fisicamente. Aqui está [mostra a capa da Radis 148, em que aparece uma faixa segurada por manifestantes contra crimes ambientais]: “Queremos sermos indenizados por todos os danos causados à nossa saúde pela poluição vindo das indústrias”. Quando eu vi, na capa, essa faixa com dizeres assim, com erros de português que poderiam ser motivo de risada, mas ela estar na capa como dando um lugar para essas pessoas, isso foi, para mim, o que me encantou na Radis, porque eu nunca tinha visto isso, em nenhum lugar. Tipo, ver essas pessoas aqui num lugar de importância e não num lugar de objeto, de riso, para outras pessoas rirem. Então, ver que na Radis tem espaço para essas populações vulnerabilizadas, invisibilizadas, é algo que me faz acreditar, ver essas pessoas trabalhando para dar visibilidade a essas vozes. É tanta luta para conseguir fazer essas vozes aqui aparecerem? Então eu comecei a admirar e virar uma grande fã da Radis, por conta disso e porque eu nunca tinha tido acesso a outros meios de comunicação que fizessem isso dessa forma. Eu não conheço outra revista que traga essas pessoas vulnerabilizadas enquanto sujeitos assim. Então, acho que é isso.

**Vanilson:** A gente vê que a cara da Radis é a cara de onde ela se encontra, que é dentro da Fiocruz. A Fiocruz é um polo de resistência, a gente sabe disso. E a Radis transmite a Fiocruz para o Brasil. Uma das revistas que mais me chamou atenção foi a 212. Ô Lannes, aquela que traz a questão que a gente até discutiu, nós dois na nossa conversa, que é tipo um prédio, não é isso?

**Rogério:** É, sobre “ficar em casa”.

**Vanilson:** Uma mulher negra lá, no lugar da empregada, todo aquele contexto de vulnerabilidade social. Mas eu comecei a receber em 2018 e eu sinto falta da discussão das eólicas? O que é a energia eólica, que traz avanços, mas também traz muita... Isso, isso daí, “Nós, os vulneráveis” ...

**Rogério:** Coloquei a capa da Radis 212 na tela para você. Estou ouvindo.

**Vanilson:** Isso, nesse texto, dentro desse termo “vulneráveis”. Deixe-me fazer uma observação... Ele se aplica em alguns contextos, mas no geral, a gente sabe que as populações são vulnerabilizadas historicamente e, muitas vezes, quando a palavra “vulneráveis” está no lugar errado, nos colocam enquanto responsáveis por essa vulnerabilidade. E aí é... voltando para a fala sobre eólicas. As eólicas trazem avanços, mas também fazem pessoas venderem seu habitat natural. Aqui no Rio Grande do Norte tem muitas eólicas, inclusive na praia de São Miguel do Gostoso, onde praticamente toda população nativa e da agricultura, que tinha suas agriculturas lá, deixou de existir. Também sinto falta de a revista trazer as mulheres escalpeladas. Seria muito interessante trazer esse debate. As mulheres escalpeladas são aquelas que perdem seus cabelos em alguma atividade. Também dos povos ciganos e das cuidadoras e cuidadores, quem cuida das pessoas, porque é muito importante discutir esses temas. Creio que é isso. Tem outros temas que precisam ser discutidos, inclusive esse próprio contexto que já está na revista, esse contexto de conjuntura do Brasil. Creio que seria primordial trazer a discussão “Eleições 2022”, porque o nosso destino passa pelo Legislativo e também pelo Executivo. Penso ser muito importante fazer essa discussão, ainda mais eu... nós, que representamos a população em situação de rua, que é o reflexo de todas essas desigualdades sociais, históricas, desde a invasão do Brasil. Ah, e falar em invasão...

Fazer uma matéria sobre não ter sido descobrimento e sim invasão, que já tínhamos aqui nossos povos originários. Tirar essa mentira histórica do Brasil, de que fomos descobertos. Como é que se descobre um país que já tinha habitantes nele?

**Rogério:** Valeu, Vanilson. Acabou que vocês trouxeram uma coisa interessante. A questão original na pesquisa incluía temas e não somente vozes, e vocês trouxeram os temas também. É importante eu não comentar muito, porque eu tendo a ser prolixo e temos pouco tempo. Mas, a propósito da matéria sobre síndrome de down e a questão da inclusão, sugerida por Ana Isabella, houve uma época, por volta de 2010 eu creio, em que tivemos muitas pautas assim na revista, porque era um momento de

conquista e institucionalização de políticas de inclusão. É curioso como isso é cíclico! Isabella, na edição deste mês, a reportagem de capa é exatamente sobre o tema inclusão. Em função do desmonte das políticas públicas, a gente se vê retornando aos mesmos temas. Sempre procuramos tratar de direitos, mas, por conta desse ciclo de avanços e recuos, nos vemos obrigados a voltar a dizer as coisas mais elementares em algumas discussões. Anotei e estão gravadas aqui as sugestões de pauta, viu Vanilson?

**Rogério:** Vou sugerir juntarmos agora duas questões para a análise de vocês, discutirmos as vozes que estão ausentes na revista junto com a discussão sobre a presença do contraditório nos textos. Notei que, quase sempre, quando vocês fazem alguma sinalização sobre atores sociais e vozes que não estão presentes, trazem junto a discussão sobre o contraditório. (*Júlio Muller entra*) Vamos então tratar das vozes que vocês percebem que não estão presentes, ou que raramente estão presentes, podendo trazer também a discussão sobre o contraditório dentro da revista, quando e como ele está presente ou não. Está aberta a fala.

**Vanilson:** Eu faço parte, aqui no Rio Grande do Norte, de dois Conselhos de Políticas sobre Drogas, o municipal e o estadual. E tem uma discussão que está surgindo dentro do conselho que é a questão da cannabis medicinal, que é uma realidade, que já está comprovada cientificamente. Só que tem umas falas contrárias à cannabis medicinal, trazendo achismos como “ah, essa discussão da Cannabis medicinal, mas se ela for autorizada pode trazer a liberação das drogas e o pessoal fumar maconha na rua e tal” ... Essa pessoa que fala de Cannabis medicinal sem perceber que ela é um remédio para questões de autismo, para questões de câncer, para outras questões mais e que muitas crianças e muitas pessoas morrem por não ter acesso. Então, creio que essa discussão da cannabis medicinal deve ser feita, mas trazendo as duas falas, em defesa e contra essa Cannabis medicinal. Seria muito importante e eu não lembro de ter visto na Radis essa discussão. Se teve, me avisa, ô Lannes.



**Rogério:** Nas vezes em que tratamos desse tema, não foi como um debate, mas em matérias mais explicativas, sobre a aprovação, ou elucidativa sobre os usos. Enquanto você falava, peguei essa revista de fevereiro e 2020. Na matéria de capa, o neurocientista Sidarta Ribeiro fala sobre a importância dos sonhos para a saúde, contextualiza o uso da cannabis e outras substâncias psicodélicas para o tratamento de doenças e problematiza a relação entre as drogas hoje legalizadas ou não.

Então, está aberto para quem quiser comentar sobre as vozes ausentes e o contraditório.

**Josenilton:** O José Vanilson falou que recebe a Radis desde 2018 e eu estou me sentindo um velho agora, porque sou leitor desde 2005, então a idade está batendo aqui. Com relação ao contraditório, eu não percebo uma ausência do contraditório na revista, pelo contrário, acho que os textos são bem construídos, busca-se sempre trazer ali os pontos de vista dos temas que são debatidos. Uma coisa também que se tem que tomar muito cuidado, e eu acho que a Radis tem esse cuidado, é não dar palanque para certos tipos de lado do debate. Um exemplo bem claro: os negacionistas das vacinas. Se você está fazendo uma reportagem sobre vacina, você não tem que dar tanto palanque para essa turma aí dos negacionistas. Até porque a Radis é um instrumento de comunicação para a saúde, o maior público-alvo da Radis são pessoas ligadas à saúde, ciências sociais. Então eu acredito que esse debate é importante, tem que ter o contraditório, mas sempre com essa atenção para que não dê tanto palanque para eles.

**Elânia:** Eu fiquei um pouco pensativa, acho que nessa linha que Josenilton fala. Penso que há um ponto de vista, um posicionamento para o qual a grande mídia já dá palco, já dá espaço e que, nos momentos que nós temos para fazer uma defesa da ciência e da garantia de direitos, trazer também essa pessoa, esse posicionamento, nesse lugar, é dar mais um espaço, quando essa pessoa, esse ponto de vista já tem um espaço na grande mídia ou quando já é algo que está dado na nossa sociedade. Eu fico muito preocupada também com essa coisa de dar, de abrir mais esse espaço para um ponto de vista, para um

posicionamento que já está posto na nossa sociedade. Se a gente for pensar, por exemplo, a discussão sobre o aborto. Se a gente for falar sobre a legalização do aborto, por que abrir espaço para alguém que é contra a legalização do aborto, se esse espaço já está dado em todos os lugares, essa voz já é ouvida em todos os lugares, inclusive validada, e tem um discurso muito raso? Então eu fico pensando que abrir um espaço para esses posicionamentos seria dar palco, sabe? Para mais um lugar de... enfim, um lugar que a gente já tem tão pouco, já é tão escasso para a gente discutir saúde de uma forma séria, enquanto direito humano, e aí, quando a gente tem esse espaço, abre um pouquinho para essa pessoa que já tem um posicionamento que é hegemônico... Então eu fico só pensando nessa questão assim, será que precisa mesmo desse espaço? Será que precisa desse lugar na Radis, por exemplo? Só para falar que fiquei pensativa com isso.

**Ana Augusta:** Eu também digo o mesmo. Eu lembro na primeira fase da pesquisa, na entrevista individual, quando a gente tocou nesse tema, eu fiquei pensando: “nossa, será que deveria ter aqui um espaço para sei lá...”. Eu lembro que a gente estava comentando a matéria sobre a Conferência de Durban, sobre o racismo e tudo mais. E aí me perguntei: “será que deveria ter um espaço para outro?” Aí o Rogério falou assim: “pensa em você como editora tendo que escolher. Tem 36 páginas na revista e você vai escolher quem que você vai colocar aqui. Você daria espaço para essa outra pessoa?”. E eu disse não, não tem como, se o lema da revista é “meu lado é o SUS”, a gente tem um lado, então se tem um lado tem que defender. Tem que defender esse lado, não dá para realmente dar um espaço para quem já tem espaço em todos os lugares. Então, é isso, só reforçando o que vocês já disseram.

**Ana Isabella:** Eu penso no sentido, por exemplo, de você definir o objetivo real da revista, porque, se você definir que a revista é o meio de informação, você tem que ouvir o outro lado, agora, se você definir que a revista tem uma característica ativista, de defender posicionamento, aí sim a gente não escuta o outro lado. Eu trabalho com as coalizões de defesa, com ONGs, e quando você trabalha com coalizões de defesa, você tem vários tipos de coalizões de

defesa. Hoje em dia, na Radis, por exemplo, a gente vai receber uma coalizão de defesa de extrema-direita, uma coalizão de defesa que defende o sentido do conservadorismo. Então, de certa forma, eu como pesquisadora tenho que olhar o outro lado. Quando eu fazia minhas pesquisas, tinha um professor que sempre falava para mim assim: “você é pesquisadora e, nesse momento, você não está como ativista”. Então, qual é o objetivo da revista? É dar a informação e a informação contemplar o que pensam os vários atores sociais, porque a gente não pode excluir essas pessoas que mesmo pensando de uma maneira diferente da gente, são atores sociais e tem um grupo que elas dominam, ou a gente vai escutar só o lado do que a gente acredita. Então, é muito pensar do objetivo. Se eu sou uma revista de defender posicionamentos ativistas, ou sou uma revista que dá informações amplas e que escuta o outro lado, mesmo que a gente não concorde pensar muito por esse lado também.

**Rogério: Isabella,** só para você desenvolver um pouco mais esse raciocínio. Como é que você vê o Radis, o lugar da Revista Radis nessa dicotomia, ou como pensa que deveria ser?

**Ana Isabella:** Eu vejo a Radis contemplando muitos temas e com muitos comentários sobre eles... Não vi nada que se possa dizer assim: “ah, não escuta o outro lado; não ouviu”. Eu vejo que tem sim o contraditório, só que eu peguei o gancho das meninas falando: “ah, não tem que dar espaço, dar muito palco”, entendeu? Eu acho que tem que ter espaço sim e acho que a Radis tem levado para esse. Se ela cortar essa parte e não houver aquelas pessoas que falam o contraditório, eu acho que fica uma revista de uma certa forma muito ativista e eu não sei se esse seria o objetivo, entendeu? Mas eu acho que, no momento, contempla tudo o que está, o que se tem falado sobre os temas.

**Cainã:** Não sei se você lembra da nossa conversa. Mas eu já fui chamada uma vez na sala da direção de uma das escolas em que eu trabalho, uma das grandes escolas privadas. Foi porque um casal de pais reclamou que eu estava incentivando os meus alunos a lerem uma revista que defendia um partido político. Pasmem! Eu disse: “Oi, como é que é? Vamos conversar aqui”. Enfim,

a capa era sobre Fake News [Radis190, jul. 2018), não sei se vocês lembram. Eu tive que conversar, explicar... Na verdade, a direção me conhecia, mas, obviamente, precisou saber o que eu estava fazendo, o que eu estava indicando. Eu tinha sido entrevistada por um jornal da cidade, pouco tempo antes, e aproveitei para mostrar aquela edição. Essa é a minha indicação onde eu estiver, em qualquer lugar, porque é leitura, ela não vai formar, ela não é formadora de opinião. A pessoa lê e concorda ou discorda. Acho que foi a Isabella que falou agora. Eu concordo com ela nesse quesito. Se a gente não traz os dois lados... E quando eu falo em trazer os dois lados, eu não estou dizendo que eu vou abrir espaço para que negacionista defenda um ponto de vista, mas é até para gente entender que, ao falar aquele absurdo, isso tem que ser combatido, porque a informação é o que falta para muita gente na sociedade. Eu não sei se vocês estão acompanhando a polêmica que tá acontecendo com o tenista Djokovic, que não se vacinou e tentou entrar no torneio aberto de tênis na Austrália. Isso gerou uma onda de informações, desinformações e pessoas propagando coisas sobre as quais elas não têm o menor conhecimento. Neste exemplo, há supostamente um problema de saúde que ele tem, que fez com que ele recebesse uma autorização para não tomar a vacina e participar do torneio. Então ele tinha autorização para entrar na Austrália e para participar do torneio. Mas ele chega na Austrália é encaminhado para um lugar em que refugiados ficam e onde ele não consegue nem ter uma alimentação básica, que sendo um atleta de alto rendimento, ele precisaria. Bem, não estou defendendo, nem achando que ele é coitadinho, mas ele tinha uma autorização. A partir do momento que eu não tenho essa informação, eu só compartilho o que? Que é um absurdo esse cara não se vacinar e ainda tentar participar do torneio e que ele tem que ser deportado mesmo, tem que ser maltratado mesmo. Então, a desinformação afeta o entendimento da sociedade de alguma forma. Se havia uma autorização, mesmo que eu concorde ou não com essa autorização, ele não deveria ter passado por isso, aquele conflito de jogar ou não, ser ou não deportado. Grande parte da sociedade nem sabe o que está acontecendo, simplesmente vê nas redes sociais e sai por aí propagando. Na minha concepção, precisa entender,

de alguma forma, que, mesmo que a revista se posicione, tenha um lado e uma característica, é importante que ela informe para que, a partir disso, a pessoa se posicione. E dependendo do gênero textual, seja um editorial, seja um artigo de opinião, a gente já tem esse lado que o próprio editor expressa. O escritor do texto pode se posicionar. Cabe à gente concordar ou não com isso? Enfim, era esse o apontamento.

**Júlio:** Só concordando com a Cainã. Gostei muito do ponto de vista dela e penso que é um pouco por aí. Senão, nós corremos o risco de transformar a revista no que nós condenamos, que é essa visão bem extrema da sociedade e que não aceita argumentação contrária e nem discute, não está interessada no debate público. E, sendo uma revista pública, acho que tem que ter um pouco esse espaço nessa linha. Concordo inteiramente com a Cainã. Tem que expor e se posicionar. A revista pode fazer isso por meio do editor, de outros entrevistados, de outras vozes, digamos assim. Acho que isso é importante. Mas é isso, chegando agora e devagar.

**Elânia:** Eu sei que não foi dito aqui, mas fiquei pensando que muitas vezes a grande mídia traz a questão da neutralidade: “ah, nós trazemos informação de forma neutra”. E a neutralidade quando a gente vai falar, por exemplo, de jornalismo mesmo, neutralidade não existe. Existe uma intencionalidade nesses textos, existe um objetivo. A Ana Isabella estava falando que existe um objetivo. Qual é o objetivo da revista? E pensando no objetivo da revista, existe aí um posicionamento de defesa do SUS, esse é um posicionamento. Então, quando a gente... eu não sei, eu estou um pouco confusa, porque eu concordo com alguns pontos que Ana Isabella e Cainã trazem, mas eu concordo demais também com o que Josenilton estava trazendo. A gente pode trazer uma pessoa negacionista, por exemplo, para dizer: “Olha, esses são os pontos que essa pessoa está trazendo e o que a ciência traz com relação a esses pontos é isso aqui”. Tem essa forma. Mas também tem uma outra questão, acho que a Ana Augusta trouxe o exemplo que é da coisa do racismo. Será que a gente traz uma pessoa racista para dar o ponto de vista dela sobre o racismo? Sobre, por exemplo, agora, a questão do racismo reverso? “Ah não, os negros estão

oprimindo demais os brancos e os brancos precisam ter espaço para falar sobre suas dores também”. Então, fico pensando que isso não é uma neutralidade, isso tem uma intencionalidade. Então, eu acho que a gente tem sim que pensar. Trazer dois pontos de vista, mas do jeito que a gente for escrever corre risco de dar palco para alguém que já tem espaço na sociedade com um pensamento que é hegemônico, que é um pensamento que já está posto e que a gente sabe que é contrário à garantia de direitos humanos. Não digo no sentido de “não, não vamos saber o que essas pessoas pensam, não vamos ouvir o que essas pessoas pensam”. Não é nesse lugar, porque senão, aí sim, a gente se torna parecido com o que a gente combate. Mas eu acho que a gente não precisa ouvir o ponto de vista do racista para saber que o Brasil é um país racista. A gente não precisa trazer um racista para falar sobre isso, a gente não precisa ouvir uma pessoa que é contra a legalização do aborto para saber quais são os pontos de quem é contra a legalização do aborto, nós já sabemos disso, porque isso é o que já está presente não só na grande mídia, mas é o que é do senso comum. Então, eu fico um pouquinho pensando nessas coisas, sabe? Acho importante também, como a Cainã disse, trazer essa coisinha para o debate como uma provocação boa para nós.

**Ana Augusta:** Muitas provocações. Estou aqui refletindo. Tem uma diferença entre não dar palco, por exemplo, para um empresário que reproduz o racismo na sua empresa, no seu dia a dia, e invisibilizar essa visão. Com as leituras que tenho da Radis, eu não sinto, não vejo outro lado invisibilizado. Porque eu dar voz, dar visibilidade, dar os holofotes às populações vulnerabilizadas historicamente não significa que eu estou invisibilizando os outros, eu só estou dando um lugar para as pessoas que não têm lugar. Porque por onde a gente vai, em todos os lugares, na rua, na propaganda, na escola, na família, o tempo inteiro a gente já vê esse outro lado, enfim. Ele está em toda parte, é estrutural o racismo, o machismo. Enfim, essa série de coisas está normatizada. Então, eu não acho que a Radis invisibiliza essas outras vozes, diferentemente dos outros meios que invisibilizam as vozes das populações vulnerabilizadas. Acho que tem uma grande diferença aí, entre não dar palco e invisibilizar.

**Josenilton:** A fala da Elânia, para mim, foi cirúrgica em relação ao que eu penso. Na minha opinião, a Radis tem sim o contraditório. Mas, nos temas e nos debates em que não há necessidade de buscar esse contraditório, não aparece na matéria, como nos exemplos que ela trouxe, sobre racismo, aborto. Eu reforço o meu ponto de vista que a revista tem contraditório sim, chama várias vertentes para o debate, mas que, em determinados temas, como Elânia mesmo disse, que já estão mais do que discutidos na grande mídia, como esses exemplos aí do aborto, do racismo, não tem que chamar realmente o contraditório. Vai chamar o que? Um padre, alguém de alguma religião para falar sobre aborto? É o que todo mundo já conhece, é o que está posto, entendeu? A sua fala foi cirúrgica, Elânia, e eu concordo.

**Rogério:** Eu mandei para vocês a lista das 20 revistas que vocês escolheram. Lembrando que a gente não está fazendo uma pesquisa quantitativa, com uma amostragem percentualmente significativa. A opção que nós fizemos foi essa, em que vocês estão com o comando na mão, junto comigo. Foi um recorte qualitativo de matérias, a partir do perfil e observação de vocês, e deu nisso, das 226 revistas até a época de nossas conversas, vocês escolheram um conjunto de 20 edições. Queria saber se vocês foram lá conferir com curiosidade e o que vocês acharam desse recorte. Quando vocês olharam essa seleção, o que passou pela cabeça de vocês?

**Elânia:** Eu fiquei com vontade de conhecer as outras pessoas, porque eu senti uma sintonia na escolha das revistas, na escolha das matérias e tudo mais. Então, eu falei: “nossa, eu queria saber quem é esse povo, por que rola uma sintonia aí? Tem um fio aí que nos une? Tem alguma coisa que nos une”. Então, eu fiquei pensando nisso quando eu li as escolhas das outras pessoas.

**Ana Augusta:** Eu fiquei curiosa porque você escreveu no e-mail e apontou quando mais de uma pessoa escolheu a mesma matéria. Houve várias com mais de uma pessoa e teve duas que eu escolhi que outras pessoas também escolheram. Eu adorei ver, ver isso. Realmente, há uma sintonia. Eu não reli, eu estava dando uma olhada aqui em algumas, mas não reli assim na íntegra,

mas eu senti muita sintonia assim e achei muito legal todas as que foram escolhidas.

**Rogério:** Agora, vamos discutir um pouco mais sobre comunicação pública. Nessa pesquisa, para discutir comunicação pública de forma mais concreta, chamei vocês para analisarmos a Radis, uma revista que, na minha visão, se assemelha ao que poderíamos chamar de comunicação pública, embora se caracterize por outras especificidades que foram conversadas com vocês. É uma revista que informa sobre saúde, que debate saúde coletiva e políticas públicas, que enxerga a saúde do ponto de vista da saúde coletiva e dos princípios do movimento sanitário, que defende criticamente o SUS etc. É um espaço de uma comunicação que a gente poderia considerar como um espaço público de comunicação, dentro do Estado. É possível haver também esse espaço de comunicação pública fora do Estado, criado a partir da sociedade. Na Tese, estou correlacionando o que a gente está discutindo aqui com a discussão geral da comunicação pública. Para não ficar nessa abstração do que poderia ser uma comunicação pública, tenho agora umas perguntinhas sobre questões que já surgiram em algumas de nossas conversas e que nos ajudam fazer essa discussão a partir de situações concretas.

Eu anotei e vou levantar algumas dessas questões. Quem quiser falar pode ir se referindo a qualquer um deles: que outras publicações ou tipos de comunicação se parecem com a Radis, quando vocês olham para ela? Semelhanças com o que? Com que outros processos ou outros veículos e tal... Vou acrescentar para a gente se referir a isso, ao mesmo tempo, outra questão: Com que outras formas de jornalismo ou de comunicação vocês sentem que a revista tá disputando a produção de sentido sobre alguma coisa? Sobre saúde, por exemplo, sobre direitos, sobre a própria comunicação. Ou seja, esses discursos presentes na Radis estão em disputa com que outros discursos? Vamos ficar nessas duas referências assim... Arriscando mais um pouquinho, eu acho que vou colocar uma terceira questão junto com essas. Então fica: com quem Radis se parece? Com quem esses textos disputam? E quem vocês enxergam que a revista alcança, mas, mais especificamente, com quem ela dialoga de fato? Quem vocês diriam que, nesse amplo espectro de pessoas a que a revista alcança, são os interlocutores para quem a revista parece falar preferencialmente e



quem são os que mais se interessam por ela? Então, temos três aspectos reunidos para pensar se a Radis é comunicação pública, de que tipo, ou o que afinal ela é?

**Cainã:** Bem rapidamente. Não acho que se assemelha a praticamente nada que a gente possa ler assim, particularmente. E, hoje, eu tenho muita facilidade de fazer a indicação da revista exatamente por isso. Eu já começo dizendo aos alunos: “não ganho nada com isso, quer dizer, eu ganho a Revista Radis, que eu posso ler gratuitamente e vocês também”. Mas eu acho que tudo isso que a gente conversou até agora sobre dar um lugar para esse público que acaba não aparecendo tanto é o que faz da Radis um local diferente. Então, eu não acho que ela concorra, digamos assim, ou se assemelhe necessariamente a uma revista em si ou a um tipo de jornalismo específico. Por isso que eu acho que é tão importante que ela tenha esse lugar que, mesmo com um posicionamento claro, específico e que defenda a ciência, a pesquisa, a saúde, o Sistema Único de Saúde, ela consiga trazer informação. A sua escrita, apesar de muito bem feita, é acessível a qualquer pessoa que leia, então é fácil que uma pessoa que estudou consiga entender, que uma pessoa que não tem tanto conhecimento, mas que consiga ler basicamente, também compreenda o que tem ali. Então, eu acho que o público que recebe e acompanha essa revista não necessariamente é o pessoal só da área de saúde. Ela chega em qualquer esfera. Mesmo os alunos mais jovens – eu trabalho com alunos de 15, 16, 17, 18 anos, enfim – conseguem ler e se sentir atualizados, participar de um debate, uma discussão, conseguem se posicionar a partir disso, mesmo que eles sejam influenciados pelo posicionamento que está explícito ali, sabe? Então, é isso.

**Ana Augusta:** Legal ouvir isso que você vê em seus alunos, que não é necessariamente o pessoal da área da saúde que vai ter mais esse contato. Eu também sou uma divulgadora da Revista Radis. Até mostrei para o Rogério, que já fiz uma apresentação na universidade, na disciplina de Comunicação e Saúde. A gente tinha que apresentar algum material educativo em saúde e eu apresentei a Radis. Eu divulgo para todos os meus amigos. E, na minha experiência, as pessoas que se aproximavam mais da Radis sempre eram

pessoas ligadas à área da saúde de alguma forma. E sobre encontrar alguma semelhança, eu não costumo ler textos jornalísticos tanto assim, mas eu assino e acompanho a newsletter Outra Saúde, que é do site Outras Palavras, e acho que há uma semelhança, entre o Outras Palavras e a Radis. Eu até fiquei surpresa, não lembro agora qual era a matéria que eu estava lendo na Radis e a revista citou justamente algo da newsletter Outra Saúde que eu tinha lido. Eu falei: “nossa, que coincidência”. São visões que se entrelaçam.

**Vanilson:** Eu acho muito semelhante com a Revista Polis, que eu estava lendo, que é latino-americana e traz essas questões de controle social, da saúde. Eu achei que tem uma semelhança. Mas nada comparável com a Radis, puxando a sardinha aqui para a gente. Não sei se quem está aqui vai concordar ou se também acontece com vocês, mas eu queria comentar que, no momento em que a gente começou a participar dessa construção desse doutorado, a gente passa a ser interlocutor de outras pessoas para receber a Radis. Como eu falei, eu mandei para o Rogério uns 50 nomes... Uma pessoa chegou para mim, a Regina Bueno, que é do Rio de Janeiro, e disse: “Vanilson, eu vi uma matéria sua lá na Radis”. Aí eu falei, eu também provoquei: “você recebe ela física ou lê online?”. “Olha, eu leio online, mas é uma dificuldade grande por causa da minha vista”. Eu falei: “ah, então, eu conheço o Rogério Lannes, editor, vou falar com ele para ele mandar a física, vou falar com ele para ver se ele consegue mandar a física”. Aí ela passou o endereço e eu mandei para o Rogério. Então, a gente faz essa interlocução e mais pessoas passam a conhecer e a receber e isso é importante. É muito importante porque faz essa diversidade. Quanto aos outros dois temas é... eu vou me reservar, mas eu queria comentar só sobre isso mesmo.

**Josenilton:** Essa questão da semelhança... Eu também recebo, Zé Vanilson, a Revista da Poli, não tem “S”, é Poli mesmo, que é da Fiocruz. É semelhante, mas é diferente. A discussão que é feita na Radis, o foco da Radis é bem delimitado, bem diferente da Poli. Não desmerecendo a Poli, lógico. Talvez, como veículo impresso, eu não... Quando eu comecei a ser leitor da Radis, lá em 2005, eu comecei a fazer várias pesquisas para ver... “Não, deve ter outras

instituições com publicações semelhantes”. Eu pensei: “não, deve ter universidades e tal, institutos”. Fiz várias pesquisas naquela época e não consegui identificar nenhuma publicação com o mesmo foco. Atualmente, não nessa questão de publicação, revista, jornal, mas a gente tem comunicação pública. Um exemplo é a EBC, na parte de audiovisual, como uma política de Estado mesmo, que busca a publicidade, a informação para população. Então, eu acho que o foco da Radis é esse mesmo, é como uma política institucional de comunicação pública e que visa trazer o sistema de saúde, discutir esses temas de saúde e ciências sociais. Aqui no Brasil, a gente tem a EBC, que eu também poderia, acho que até na nossa discussão, Rogério, eu trouxe um pouquinho da minha visão da EBC que a gente poderia trazer aqui também? Tem a TV Cultura, de São Paulo. A TV Cultura sim, traz bastante. A EBC, que é uma TV pública no nível federal, mas atualmente está bem desviada de foco e de função, deveria promover esse tipo de comunicação que a Radis realiza.

**Elânia:** Mas eu vou falar rapidinho. Tem uma revista e um jornal aqui na região onde moro, que, quando falam de saúde, de garantia do direito humano à saúde, eu sinto muito a aproximação com Radis. A revista é a Periferia em Movimento. Eu sou de uma região chamada Grajaú, que é uma região periférica, em São Paulo. Tem a Periferia em Movimento e tem um jornal que se chama Embarque no Direito, que é um jornal impresso entregue por um grupo de jovens, daqui da nossa região também, nas estações de trem e de metrô. Eu sinto muita semelhança com a linguagem e o público que acessa. A minha experiência aqui foi muito interessante também porque foi uma professora da escola que me apresentou a Revista Radis. Então, para mim, ela tem um alcance maior do que só para os profissionais de saúde, chega às pessoas que estão começando na militância, na luta. Como semelhantes, tem esses dois veículos de comunicação que são periféricos e se aproximam bastante assim, do modo como o Radis traz os debates, que é o Embarque no Direito e a Periferia em Movimento. Da existência da Periferia em Movimento eu sei que já falei para o Rogério antes.

**Ana Isabella:** Eu não conheço uma revista que traga essa temática que a Radis traz, com essa linguagem. Sempre digo que a Radis é importante, porque ela consegue abarcar um outro público dentro da sociedade. Porque, por exemplo, a revista que o colega citou que é a Poli, ela traz sim esse debate, porém ela traz para uma pesquisa científica, com dados, com estruturas, igual a Saúde em Debate e a Saúde e Sociedade, que são revistas que, de certa forma, abarcam mais a gente como pesquisador, como aluno. A Radis traz as mesmas temáticas, porém com uma linguagem diferenciada. Cheguei até a conversar com o Rogério, que as minhas revistas chegavam lá no Pará e a minha mãe, meu pai e minha sobrinha de 15 anos liam, porque é uma linguagem acessível para pessoas que não estão no mesmo meio que a gente, da pesquisa, que está acostumado a ler aquelas revistas científicas. Quando eu começo a ler a Radis, eu lembro que ela se aproxima muito também daquele programa que a gente costuma assistir na TV Cultura, que é o Roda Viva. O Roda Viva traz esse debate, essa discussão, esses temas atuais. Aparece muito no Roda Viva o contraditório também. E é um programa que se assemelha com relação às temáticas, por trazer as pessoas que dominam cada temática. A Radis faz muito isso, trazer as pessoas que dominam a temática para falar sobre um tema. E isso é muito interessante. É isso, gente [Ana sinaliza que precisa sair].

**Ana Isabella:** Obrigada a todos aí pela parceria. Obrigada, Rogério. Qualquer coisa, estamos aí.

**João Leopoldo:** Ei, boa tarde, gente (...) Mas não poderia deixar de participar e dar minha contribuição, minha impressão sobre a Revista Radis, no que eu compreendi como pergunta. Primeiro, dizer que eu não conheço nada, nada, nenhuma proposta gratuita, nem tão acessível, trazendo assim, de forma tão brilhante – e não é “puxa saquismo” não, é até uma constatação –, os assuntos de saúde e da atualidade contextualizados como a Radis. Eu não tive aí a oportunidade, como os colegas tiveram, de ter o contato com outras revistas. Primeiro, porque eu não sou da área da saúde. Deixe-me ligar a minha câmera [até aquele momento fechada, por estar acamando]. Eu não tive contato com outras revistas que abordem essa temática. Minha experiência foi com a Radis,

justamente por conta do Conselho Municipal de Saúde. Ela se tornou uma leitura obrigatória, inclusive para fazer o debate e entender o processo, o controle social, como a gente se enxergar dentro daquele processo que era muito novo para a gente aqui na cidade e como fazer esse debate com pessoas que estavam “acima de qualquer suspeita na argumentação”, principalmente para manipular os conselhos. A revista deu muito spoiler, deu muito conteúdo para a gente nivelar aquele debate. Imaginem que eu estou falando de um período em que eu estava apenas militando no sindicalismo, antes de entrar na faculdade, antes de ter de estar com os sentidos mais apurados, mais aguçados do ponto de vista mais teórico, mais aprofundado inclusive na leitura. Mas a revista deu ali essa condição e quanto mais eu via... Fui fazer um curso técnico na área de saúde por conta desse incentivo da revista, de querer conhecer mais. Não atuo mais na área de saúde. Atuo hoje na área de cultura, sou agente cultural, sou professor de história e atuo mais administrando um centro de cultura no município. Já tinha passado por esse espaço a seis anos atrás e me convidaram para retornar para administrar um espaço cultural daqui do estado da Bahia, que fica em Juazeiro. Então, somando à contribuição que os colegas trouxeram aí sobre a revista, essa, de fato, é um pouco a impressão que eu tenho em relação a ela. Só gostei de saber desse “lobbyzinho” aí com relação a indicar umas pessoas na revista... Mas é isso por enquanto, minha fala é nesse sentido.

**Rogério:** Eu tenho uma sugestão para gente conseguir fechar aqui as nossas análises de hoje. Restam apenas dois temas que eu acho que dá para gente juntá-los. Depois, teremos só mais uns cinco minutinhos para a avaliação de vocês e estaremos realizando todo o exercício que a gente queria fazer hoje. O penúltimo tópico é sobre participação social e controle social. Todos aqui têm uma boa referência sobre o tema, a partir do que foi formulado para o SUS, em termos de governança. Considerando saúde como direito, temos a ideia da participação social e controle social nas estruturas do SUS, para a garantia e o exercício desse direito. Aqui, estamos pensando a comunicação como um direito também, um direito humano e um direito constitucional. Mas, nesse caso, estamos lidando com um assunto tabu. A regulação ou qualquer coisa que altere o uso privado, ou o uso governamental nos meios de

comunicação, é um tabu no Brasil. Mas é um direito. Então, pensando comunicação como um direito, nos países em que há sistemas de comunicação pública, frequentemente existem conselhos que não são submetidos ao governo nem à iniciativa privada, eles são representações da sociedade que dirigem essas TVs, essas rádios. Na EBC também existia um conselho curador e, no SUS, a gente tem a experiência dos conselhos de saúde. Conselhos externos na comunicação podem ser consultivos ou deliberativos, como é o caso dos nossos conselhos de saúde. Então, embora ainda pareça um pouco abstrato isso, pergunto como é que vocês veem a possibilidade de participação popular num veículo de comunicação, ou mesmo uma instância de controle social sobre uma estrutura como o Programa Radis, que está a serviço do direito à comunicação, se pensarmos de forma equivalente ao que o SUS representa para o direito à saúde. Juntamente com esse tema, peço que reflitam sobre uma última questão, que surgiu em algumas das conversas que vocês tiveram comigo, que é a possibilidade de extinguirem a nossa revista impressa.

Bom, eu reuni os dois últimos pontos para gente fechar aqui, levantei algumas questões específicas para discutirmos e ainda nos restará um tempinho para avaliação.

**Josenilton:** Olha, eu penso que, se for realmente agregar esse controle externo, poderia ser nesse mesmo formato que é utilizado nessas TVs públicas, de Conselho Curador, que pode ser instituído, formalizado. Poderiam realizar também pesquisas de opinião com relação ao que é publicado pela revista, usando alguma forma de mailing. Pode ser uma pesquisa sobre o que os leitores perceberam ou entenderam do tipo de conteúdo da revista, sobre como foi essa reação deles e se aquilo ali estava ou não condizente com o que o público esperava. Seriam formas de participação baseadas no que vejo e tenho aqui na minha memória. Com relação à extinção da revista impressa, eu ainda tenho um apego muito grande à revista impressa. Já tentei – eu até falei isso com você – fazer essa leitura na versão digital, mas realmente eu ainda tenho esse apego à versão impressa e eu consigo mesmo finalizar a leitura da revista é na versão impressa, na sua completude. É isso.

**Vanilson:** Eu acho que, daqui desse grupo, o único que não tem formação acadêmica sou eu. Porque eu não terminei nem o ensino médio... Mas eu não entendi a primeira questão... seria o conselho da revista, não é isso? Se eu fizesse parte do conselho da revista... repete aí.

**Rogério:** É, se cabe existir um conselho e, nesse caso, sendo você um dos conselheiros, o que você orienta em termos de redirecionamento da Radis e sobre esse ponto específico, que é manter ou não revista impressa.

**Vanilson:** Apesar de concordar com muitas falas aqui, de que a linguagem da Radis traz o popular, eu creio que ela poderia ser mais popular ainda. A gente já conversou sobre isso, né, Rogério? Tem algumas palavras que grande parte da população não compreende e aí não tem como o cara ir buscar na internet enquanto lê a revista. Uma palavra acadêmica como, vamos dizer uma aqui: “esdrúxula”. É estranho, mas nem todo mundo sabe o que é esdrúxula. Então, é o caso de “trazer” a Radis mais ainda para o popular. Eu, enquanto conselheiro consultivo da Radis, oriento a Rogério que busque essa popularização ainda mais para a Revista Radis, porque a nossa revista assim, Rogério... já ia chamar tu de Radis, Rogério Radis. Nós conseguiremos contemplar mais pessoas pelo Brasil, tendo em vista as dificuldades inclusive históricas de ensino nesse país. Nós não temos ainda uma sociedade inteiramente leitora. Há também uma dificuldade no entendimento de siglas e de palavras academicistas. Já na questão do impresso, eu defendo totalmente a continuidade da revista impressa. Primeiro, porque, como o colega falou, a gente recebe a revista gratuitamente em nossas casas e, segundo, porque nem todas as pessoas têm acesso às tecnologias. Quando a gente determina o fim de uma revista impressa, a gente talvez esteja pensando só naquele grupo mais seletivo de pessoas que têm acesso com facilidade à tecnologia, mas quem está em outros lugares do Brasil, que de repente acessa uma impressa, ela sendo extinta, com certeza não conseguirá acessá-la virtualmente. Por isso, defendo a continuidade dela impressa, porque a leitura é muito melhor, a gente pode guardar ela para ler depois, a gente pode ler uma parte e marcar a página e, virtualmente, tem todas essas dificuldades, ainda mais agora, numa crise

financeira. Agora não, há muito tempo que nós vivemos crises financeiras, em que as pessoas, muitas vezes, não têm dinheiro nem para comprar um pão, quanto mais para botar dados móveis.

**Ana Augusta:** Sobre o ponto da revista impressa, eu concordo com o que o Vanilson estava dizendo. Eu acho que eliminar a revista impressa seria excluir algumas pessoas, talvez excluir uma parte do público. É claro que a gente precisa reduzir o uso de papel, mas essa revista, livros... Há vários outros setores e dimensões onde isso pode acontecer, além de rever também as fontes, não usar o eucalipto que degrada o solo, mas, por exemplo, o cânhamo, que repõe o carbono, os nutrientes do solo e produz muito mais celulose. Só que, pela questão, pela polêmica da Cannabis é um pouco complicado. Tem vários outros caminhos. Eu sou a favor da edição impressa sim! Eu fiquei um tempo lendo a revista *online* porque eu tinha um problema com endereço, mas é muito melhor você ter o impresso, é outra a relação com a revista física, é mais íntima, não sei.

**Júlio:** Olha só, eu acho que essa questão é bem relevante. Até conversamos sobre isso, quando você fez a entrevista. Eu penso que a Radis tem, vamos dizer assim, um público mais... um nicho de pessoas com maior preocupação social, com uma visão de mundo mais favorável às mudanças, à transformação. Falta à revista levar esse conteúdo a um público mais amplo, concordando com o Vanilson, que acabou de falar. Isso se faz, eu acredito, não só através de uma linguagem mais pontual, mas também através de temas. Os temas tratados na Radis são temas que estão no debate público da sociedade, racismo, aborto, como já foi falado aqui. Mas há outros temas que estão aí, que preocupam as pessoas e que estão na mídia em geral, e eu acho que poderiam ser abordados também dentro da Radis. Para dar um exemplo, a preocupação das pessoas com a alimentação, uma preocupação pessoal, as pessoas querem emagrecer. Fazer um debate sobre essa questão, levar essa discussão. Se você abre uma revista tradicional da grande mídia, uma Veja, você vai ver orientações profissionais, isso e aquilo, como fazer atividade física. Isso são temas fundamentais da promoção da saúde, mas se você procura isso



na grande mídia, vai ver um monte de gente falando “faz isso, faz aquilo”. Na própria internet, hoje, você encontra “vamos fazer, vamos correr”, que tipo de atividade devo fazer ou deixar de fazer, atividade para a gestante, atividade para o idoso, atividade para não sei o que. São temas que eu acho que estão também interessando a uma parcela grande da sociedade e que acho que a Radis poderia também, de alguma forma, entrar nesse nicho, ampliar, com uma linguagem evidentemente mais acessível, na linha do “pular o esdrúxulo”, como disse o Vanilson. Então, nesse sentido, eu concordo bastante com a opinião dele, mas, ao mesmo tempo, me vem a preocupação com o quanto isso descaracterizaria um pouco o que vem sendo historicamente a Radis, ou o quanto poderia, vamos dizer assim, descaracterizar. Não sei, essa é uma dúvida que eu tenho, se ela perderia um pouco dessa característica histórica, que ela vem assumindo aí nos últimos 20, 30 anos, ou, não sei a quanto tempo, esse trabalho que vem desenvolvendo num nicho mais consciente, não vou dizer de militantes ou de militância, mas de pessoas preocupadas com os direitos da saúde, os direitos humanos, enfim, esses temas. Então, essa é uma questão interessante, eu acho. Acho bom, muito bom você ter colocado isso na pesquisa e isso pode dar um bom debate no futuro no conselho aí que você vai propor aí dentro da Radis. Essa questão do controle social, só para terminar, eu acho importante, concordo que seria interessante você ter, não deixar isso, essa responsabilidade apenas para o editor. A gente fica até com pena do editor, com tamanha responsabilidade. Então, dividir um pouco essas responsabilidades, essas escolhas com o conselho externo que poderia estar discutindo, debatendo, enfim, compartilhando, vamos dizer assim, essas decisões sobre a revista e o futuro dela. É isso.

**João Leopoldo:** Então, Rogério, nesse tema eu vejo que a revista precisa realmente, de fato, ampliar seu alcance. Até porque uma revista com a dimensão da Radis, com a condição de trazer temas bacanas e abordar assuntos interessantes, não pode se ater apenas a um público assinante, a um público que recebe a revista. Eu acho que a gente precisa. Claro que eu não acredito que o alcance seria com mais impressão de material, mais impressão de papel, mais recursos, mais gasto em postagem, que provavelmente,

provavelmente não, de alguma forma existe esse recurso gasto com material, com a postagem, com a impressão, que poderia se investir mais e melhor talvez numa produção, numa divulgação dessa revista online e talvez com a mesma eficácia, com a mesma condição de dialogar com o público que ela quer, inclusive promovendo tudo isso em formato de *podcast*, em outros formatos para discutir a revista, inclusive é o que a gente está exercitando aqui, agora, e poderia ser ampliado. Porque, assim, quando a gente está fazendo uma pesquisa e a gente quer guardar de alguma forma um material, a revista hoje já está disponível para impressão, no formato PDF. Se o leitor tiver interesse nisso, pode entrar no site, escolher a revista que ele quer, o assunto que lhe interessa e, talvez, a gente vai gastar menos papel, menos material e não só o papel, mas também o plástico que envolve a revista, que vai de alguma forma para a natureza, para algum descarte. Esse recurso poderia estar sendo utilizado da melhor forma possível. Eu sou simpático à ideia de a revista pensar em um formato em que ela possa chegar aos seus leitores de uma forma online inclusive. Essa provocação que vocês fazem chegar na nossa casa poderia ser uma provocação também de notificação de quem se inscreve ou de quem é assinante, de alguma forma, mantendo esse padrão de gratuidade. Agora, pensando também, se eu entendi a provocação do controle social, é ter um grupo eleito ou alguns conselhos que pudessem discutir, ampliar e sempre colaborar, serem colaboradores dessa revista, como uma estratégia para que ela possa também ser difundida através desses conselhos locais, regionais, ou estaduais, enfim, uma estratégia que possa ajudar a transformar essa revista num debate permanente sobre saúde, sobre o que ela traz. Fazer reverberar, repercutir tudo aquilo que ela tem de conteúdo, que é tão interessante para gente, chegar a outras pessoas, para a gente não ficar como privilegiados... Porque eu vou te dizer, é um privilégio muito grande receber a revista em casa, é um privilégio que não precisa ser nosso apenas, que não precisa não, que não deve ser só nosso. Deve ser de uma população. O companheiro falou aí da necessidade de popularizar mais, eu acho que realmente pode sim, deve trazer assuntos mais simples e também assuntos mais complexos, por que não? Com uma outra linguagem, mas sem perder de vista a aproximação com

o público, a linguagem que permita ao público a condição de fazer o debate. É o que eu penso pelo menos em relação a essa temática.

**Cainã:** É só porque eu discordo dessa história aí de eliminar as revistas impressas. Primeiro, porque quem assina a Radis é colecionador, então isso não vai virar lixo. As minhas revistas todas estão aqui e acho que as de vocês também (...) ter essa preciosidade em mãos, em sentir o cheiro, usar marcadores e riscar etc. Posso contar para vocês que Rogério ficou envergonhadíssimo, porque eu não sabia quem ele era quando ele começou a conversar comigo e eu mostrando o editorial, eu risquei tudo, achei isso aqui genial... Aí ele, todo envergonhado, disse: “É, fui eu que escrevi”. E a gente se acabou de rir. Porque eu não sabia que ele era ele, só depois que eu descobri, enfim. Então, isso a gente não tem no digital. Agora, claro, apesar de ser jovem, eu sou da geração do papel ainda, de quem gosta de escrever, anotar. Eu estou pensando esse ano, em que eu não comprei uma agenda para tentar usar um tablet, pensando mesmo. Ontem mesmo eu falei com meu esposo sobre isso. Mas o que eu tento fazer? Passo para meu aluno, que é tecnológico, que ele vá atrás do digital, porque ele não precisa esperar chegar pelo correio, porque ele está acostumado a fazer isso, eu não estou. Então, para mim, é essencial o texto material aqui. Se possível, beleza! Eu até coloquei no chat agora, quando a gente está no sinal, recebe um monte de propaganda, que nessa época de pandemia, então, deveria ser proibida... Eu pego e coloco na lixeira, por educação a quem vem me entregar, mas eu nem olho. E a revista não, ela não vai virar lixo. Então eu acho que deveria ser mantida. E também tem outro ponto que a gente não comentou tanto aqui. A gente vive em um país de excluídos digitais. A partir do momento que a gente elimina a revista física, a gente impede um grupo gigante de pessoas de ter acesso a esse conhecimento gratuito. Então, eu sou totalmente contra! E, só para fechar, eu queria dizer que realmente eu acho que a gente tem que disseminar, inclusive, que há as duas opções e incentivar mais o digital para esse público mais novo, ou até o público que gosta mesmo do digital. Mas a gente tem que pensar numa questão importantíssima, que é observar o fato de que a revista é gratuita. Então, as pessoas não devem se inscrever para receber em casa se elas não forem

utilizar, não é uma coisa para você dizer que tem. E, só para dividir com vocês, quando algum aluno meu começa a assinar e a revista chega, parece que eles estão ganhando um prêmio gigantesco. Então, eles fazem questão de botar na rede social que chegou, escrever “muito obrigada”, e eu preciso repostar, porque senão eles ficam incomodados, dizem “eu li por causa dela”? E a Radis também compartilha essas coisas que a gente compartilha, vira um ciclo, parece que todo mundo é um amigo íntimo. Então, a gente não pode perder isso. Que a gente tenha essa consciência ambiental com outras questões, que a Radis, de repente, pense numa forma de reduzir os problemas que isso pode ocasionar... acho realmente que não pela revista, mas pelo plástico, enfim, mas que a gente possa reduzir com outras questões. Esse é um presentinho que chega todo mês.

**Ana Augusta:** Eu queria perguntar, porque eu não sei se entendi muito bem, sobre a proposta que o Júlio fez de popularizar mais a revista. Ele falou, por exemplo, que outras revistas têm, não sei, dicas para emagrecer, ser mais saudável, e que isso, talvez, chamaria mais outros leitores. Foi essa a sua proposta, Júlio? Ou eu entendi errado?

**Júlio:** Tratar temas de interesse geral da coletividade, eu dei isso como exemplo. Há uma preocupação hoje muito grande com a saúde das pessoas e da coletividade, relacionada à atividade física, à alimentação, coisas desse tipo. É tratar isso de modo a abarcar um público mais amplo, enfim, atingir um número maior de pessoas, é isso. Não é dar fórmula de emagrecimento?

**Ana Augusta:** Eu só fiquei pensando sobre dar essas dicas de como talvez a gente adotar um estilo de vida saudável – porque, realmente, muitas pessoas buscam essas orientações –, mas eu acho que iria mudar totalmente a característica da Radis, se fizesse uma mudança desse tipo, porque, não sei, talvez, essa linguagem de incentivar determinados tipos de comportamentos seria mais vertical. Eu não sei se combinaria com a Radis. Agora, sobre essa questão que o Vanilson falou da linguagem, que a gente comentou: “ah, é uma linguagem acessível para todo mundo”. Só que não. Porque, às vezes, a gente

já entra na universidade e fica com uma visão mais viciada. Às vezes, eu estou conversando com a minha mãe e vou falar de algum assunto e ela fica assim: “do que você tá falando?”. E eu fico, nossa, como a minha linguagem às vezes está elitizada também. Ela não conseguiria ler a Radis, por exemplo. Assim, conseguiria, mas iria absorver muito pouco, porque ela tem o ensino fundamental, mas também ela não está nesse meio, de se preocupar com essas questões políticas e tudo mais. Mas eu acho que sim, eu não sei como, mas acho que sim, é uma coisa a se pensar, uma popularização maior, para chegar em mais gente, a Radis.

**João Leopoldo:** É bastante interessante. Teve um período em que eu recebia duas de cada revista. Então eu juntei tudo e dei numa secretaria de saúde, onde tinha um pessoal interessado. Só tinha maluco por aquilo ali, e aí eles ficaram brigando, selecionando os temas “não, eu quero essa” e tal. Porque eu acho que é para fazer circular também, não é um conhecimento só para mim, é um conhecimento para todos. Só para deixar claro, não tenho nenhum interesse em dizer que, se chegar vai para o lixo, não é isso. Só para esclarecer, pode ser que, de alguma forma, tenha soado desse modo. Quis dizer que, se você tem a oportunidade de imprimir em sua casa, bancar esse custo, você está dividindo a responsabilidade de levar informação e a responsabilidade social também com a natureza. Porque, como eu disse, além da impressão do material, vai junto o plástico, devem ser milhares de metros de plástico para envelopar todo esse material que chega às nossas casas. Não é que não seja bom não, eu adoro quando chega, eu vou logo saber o que tem de novo, isso quando eu não me antecipo e vejo online. É importante, é uma grata satisfação receber, mas eu acredito que inclusive a economia desse recurso... Estou dizendo isso porque nós passamos por uma experiência aqui no estado da Bahia onde toda programação do estado era impressa para a distribuição em todo estado. Chegava nos centros de cultura a programação do que estava acontecendo na cena cultural da Bahia. A gente recebia muito esse material, e tinha um material que ficava muito encostado, por mais que a gente tentasse dar conta. Nós somos em torno de 17 centros de cultura na Bahia e não dávamos conta da distribuição. As pessoas acabavam vindo para a plataforma

digital porque, quando esse material chegava, ele estava de certa forma desatualizado. Aí as pessoas acabavam se atualizando pela plataforma digital. Enfim, é só uma questão necessária e importante para frisar aqui na minha participação.

**Vanilson:** Só para dizer que eu também sou colecionador, estou aqui com essa revista “Pela vida das mulheres”, que fala sobre a Conferência Nacional de Saúde das Mulheres [Radis 181, out 2017]. Eu ia falar outra coisa, sobre a fala aí do João, mas, antes, eu vou dizer o que eu estava pensando, porque eu sou taurino e, se eu não disser, eu vou ficar engasgado. Eu até concordo em trazer a questão de como emagrecer, mas como a Revista Radis traz a perspectiva do controle social e também da saúde, acho que mais importante do que trazer como emagrecer, é importante trazer a questão da fome. A fome que mata. Nesse momento, tem pessoas comendo lixo. E aí eu digo isso porque eu já vivi nas ruas. Eu morei 27 anos nas ruas, por isso faço parte do movimento. As pessoas estão comendo, estão disputando osso com cachorros. Então, isso também é responsabilidade nossa trazer à tona, né, ô Lannes? Trazer em forma de denúncia, inclusive, na Revista Radis. E aí, pensando no que o João disse, eu disse isso até a Rogério, sobre ficar obsoleto ou desatualizado: “ô Rogério, essas revistas elas vão para as secretarias estaduais de saúde?” e acho que o Rogério disse sim, e eu até sugeri, “olha, seria mais importante mandar para os conselhos municipais e estaduais de saúde, mesmo que sejam 5.570 municípios é melhor para os conselhos”. Por quê? Porque, chegando nas secretarias, fica lá encostada, João, o cara nem liga, deixa lá. Não vai chegar para quem de fato gostaria de ler ou pode usar a revista para passar mais informações. Então, eu acho que não sei se isso foi mudado, mas sei que uma forma de popularizar mais ainda a revista é distribuir para os conselhos municipais e estaduais de saúde, onde, no mínimo, vai ter lá o presidente ou a secretaria executiva que vai receber em algum momento essa revista. E vai usá-la, porque ela também é atemporal? Ela traz fatos...

**João Leopoldo:** Eu quis dizer entregar a pessoas específicas, não foi ao secretário ou secretárias não, são pessoas que estão na área de saúde.

**Vanilson:** Isso, mas o que eu estou falando é que...

**João Leopoldo:** Você tá certo mesmo, senão fica empacada lá.

**Vanilson:** É, se não me engano, o Rogério disse que mandam para as secretarias de saúde e a gente sabe que a secretaria é um mundo. Ô João, aqui no RN, na SESAP (Secretaria de Estado de Saúde Pública), tem pessoas que estão numa sala da comunicação de população vulnerabilizada, que fica em frente à sala da saúde do homem, e a gente pergunta: “você conhece alguém daí da saúde do homem?”. “Não!” Porque as pessoas só se conhecem ou só se comunicam por WhatsApp. Então, as secretarias são um mundo, mas os conselhos são espaços do controle social em que, com certeza, essas revistas seriam muito mais utilizadas. É essa observação, beleza?

**Rogério:** Então, encerramos os pontos previstos. Ouvi atentamente como pesquisador e registrei esse diálogo ótimo de vocês. Mas, depois, eu posso responder ou comentar, rapidamente, na condição de editor, algumas questões levantadas aqui, no Conselho do Radis. Muito obrigado mesmo a cada um de vocês.

#### 4.4 O QUE O OUTRO (ME) FAZ VER

O processo da pesquisa tornou-se uma experiência extremamente rica a partir do momento em que tomei a decisão de ouvir os leitores da Radis. Na primeira fase, o mergulho em mais de 1.200 mensagens publicadas em 20 anos, das cartas manuscritas à miríade de postagens nas redes sociais da revista, ativou a memória de vozes de leitores emblemáticas do ponto de vista dos debates que produziram, das vozes que alimentaram com críticas e pautas interessantes às equipes da redação e daquelas que foram pessoalmente significativas nessas décadas. Cada mensagem lida na busca dos eventuais participantes abriu uma perspectiva nova sobre o que conversar com os escolhidos.

Na segunda fase, foram mais de 50 horas de conversas com os participantes, em que, além da dedicação a falar sobre a comunicação e realizar as análises, coproduzindo um conhecimento valioso para a pesquisa, essas onze pessoas tiveram

a generosidade de compartilhar suas histórias de vida, os contextos a partir dos quais veem o mundo e se expressam. Não foram meras cronologias.

Abriram inúmeras janelas para os outros mundos em que cada um deles habita e para outros tantos neles habitam. Histórias de famílias migrantes; de territórios, vivências e pessoas que atravessaram as suas jornadas; de privações, fome, violências, perdas, lutas coletivas, resistência, exílio, conquistas, acolhimento a outros e por outros, muito estudo, muito trabalho, alegrias, as mudanças da visão de mundo ao longo de suas vidas; canções e poesia em plena conversa de pesquisa.

A riqueza da história de cada um não caberia numa biografia, caso me fosse dada a oportunidade de escrever. Menos ainda no retrato “três por quatro” da caracterização inicial de perfis de participantes de pesquisa em um capítulo de metodologia.

Nesse fechamento do capítulo das análises apresentadas em longas conversas individuais e na conversa coletiva, a voz dos participantes é o conhecimento que mais importa e renova a produção acadêmica. O que me cabe fazer são algumas costuras, dialogando com a voz dos participantes e a perspectiva e pressupostos da comunicação pública, a caminho da Conclusão.

Começo por percorrer alguns caminhos de reflexão abertos na síntese transversal das conversas individuais presentes no tópico do “Primeiro olhar sobre a revista e a comunicação”. As análises de textos específicos do tópico seguinte e na conversa coletiva também serão incorporadas nessas considerações à medida que os temas venham a demandar. Vou me ater apenas a alguns dos pontos abordados que tragam sinalizações para pensarmos pressupostos para a comunicação pública. Em alguns momentos, estaremos falando da Radis para respeitar a especificidade dos exemplos dos participantes, mas sempre buscando fazer o movimento de pensar a comunicação pública e a comunicação pública no âmbito da saúde.

Ao falarem sobre hábitos de leitura, participantes de diferentes idades e habituados aos dispositivos digitais para outros fins demonstram preferência pela leitura de reportagens integrais na revista impressa. Como eles interagem com outros perfis de leitores, sinalizaram em suas análises uma tendência dos mais jovens em preferir o suporte digital, mas não para acessar e ler conteúdos como uma publicação completa. Independente dessa tendência, os participantes que convivem ou trabalham



com adolescentes e jovens apontam para a exclusão digital como uma barreira para a leitura de textos de estudo ou interesse geral apenas no suporte digital, o que torna o impresso ainda uma alternativa necessária também para públicos mais jovens, especialmente os que têm pouco acesso à internet e ao uso dos dispositivos e dados móveis.

Tomando como exemplo a Radis, os participantes tendem a considerar a linguagem e abordagem jornalística adequada na comunicação pública voltada a públicos diversos. No caso das redes sociais, há adaptações e reduções importantes a serem feitas.

Richarlls vê um descasamento da linguagem acolhedora da Radis, das redes sociais digitais e da internet. Na adequação da comunicação aos hábitos de leitura, linguagem e padrões de escolarização de adolescentes e levando em conta o alto grau de exclusão digital, as participantes que lidam com esses jovens apontam algumas questões. Cainã vê interesse maior nos alunos da escola pública pela Radis impressa, não só pela possibilidade de poder ler um material físico, de fato, como também pelo valor maior que dão ao recebimento da “sua” revista em casa. Elânia levanta outro ponto. Ela entende que a precarização do ensino e a falta de meios de acesso leva os jovens de periferia a não se interessarem por outras linguagens que não sejam as dos vídeos curtíssimos, acessados via redes sociais em celulares.

Diante dessas reflexões, é importante constatar que as estratégias de comunicação pública para jovens não devem considerar apenas a ideia vaga de que “jovens acessam tudo pela internet”.

Para públicos em qualquer idade, mas com menos escolarização, Vanilson, endossado por Júlio, sinaliza a necessidade de simplificação do vocabulário jornalístico, como condição de ampliar o espectro dos públicos. Ao analisar matérias da Radis, aconselhou o recurso da redundância com uma palavra mais conhecida logo após o uso de uma expressão incomum ou um jargão setorial, o que é frequente no caso de uma publicação que lida com os academicismos ou as expressões próprias apenas do universo da saúde ou da ciência, como a Radis.

Nas análises sobre linha editorial e os interesses que a Radis expressa e defende, os participantes não contestaram a parcialidade confessa da Radis em relação ao SUS, aos consensos científicos, à democracia participativa, à defesa dos

direitos e o apoio às lutas sociais. Tomaram isso como um pressuposto, a identidade da publicação.

Ainda assim, é importante frisar que essa é uma questão importante a ser considerada sobre a comunicação pública em geral e na saúde, porque o pensamento hegemônico na sociedade brasileira acompanha a falácia do jornalismo empresarial e da mídia comercial sobre a suposta neutralidade que praticam. A não existência de neutralidade na imprensa, tema já muito estudado e debatido nos estudos de comunicação, foi tomado aqui como um pressuposto.

Ainda sobre alinha editorial, a visão de que houve na Radis uma expansão de temas em direção à determinação social da saúde, aos temas sociais e direitos humanos em geral esteve presente nas análises dos participantes que acompanham a publicação há mais tempo, como Josenilton. Os mais recentes já veem essa como uma característica inerente da linha editorial. Josenilton destacou a independência histórica da publicação em relação dirigentes institucionais e aos governos. Por outro lado, João registrou sua sensação de que a revista não enfrentou como deveria a disputa discursiva contra as orientações do governo na pandemia.

A concepção de uma comunicação pública pressupõe autonomia e independência editorial. Portanto, a submissão da linha editorial às autoridades e aos governos transitórios não é algo para ser visto como natural pelo fato de haver uma vinculação institucional.

O Programa Radis, ao longo do tempo, e a sua revista Radis, nas duas últimas décadas, se constituíram como uma exceção à regra em relação à garantia de autonomia em um processo de comunicação vinculado a uma instituição pública. A independência editorial é uma conquista cotidiana, porque não é da tradição do Estado brasileiro e não é uma tradição das instituições, sejam elas da saúde ou não.

No Ministério da Saúde e nas secretarias estaduais e municipais, a tendência histórica é pela intervenção e a exigência de alinhamento à direção dos órgãos, sem autonomia editorial. No caso emblemático da EBC, no âmbito federal, a construção de uma autonomia baseada na curadoria de um conselho externo com representantes da sociedade e mandato durou uma década e a sua extinção foi uma das primeiras medidas na mudança de governo, em 2016.

Outro ponto é a diversidade de vozes como pressuposto da comunicação pública. Luiz, João e Richarlls formam alguns dos que constataram e valorizaram a presença constante de vozes não institucionais da Radis. Por outro lado, em suas análises, Richarlls chegou a observar uma ausência das vozes de gestores na revista. De fato, uma comparação da Radis na última década com as publicações do Radis nos primeiros anos da implantação do SUDS e do SUS constataria uma proporção inversa nessa presença da voz de gestores nas reportagens.

Para além da presença ou não de vozes diversas, Ana Augusta destacou na matéria “O povo que resiste”, por ela analisada, o protagonismo de vozes populares, de “pessoas que não têm o domínio da norma culta da língua”, como algo que ela nunca tinha visto dessa forma, inclusive “ocupando a capa da revista”.

De fato, essa perspectiva da comunicação pública é ainda uma exceção na comunicação das instituições, mais afeitas à tradição da comunicação institucional, voltada para acompanhar e valorizar a voz dos dirigentes, dos instituidores dos processos e ações de comunicação.

Utilizando essa reportagem como parâmetro, observamos que, sobre o mesmo evento que deu origem à matéria, o 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, uma outra cobertura jornalística da mesma instituição, a ENSP, a que o Radis está vinculado, foi realizada. Uma cobertura séria e bem feita, com textos e vídeos bem feitos, mas com o viés de comunicação institucional. O exame do material permite observar que os protagonistas dessa outra cobertura foram os dirigentes e pesquisadores da ENSP. Evidentemente, não se trata de valorar mais uma vertente do que a outra. Mas é um exemplo bastante concreto da diferença entre o enfoque e as prioridades de uma comunicação pública e os da comunicação usualmente praticada pelas instituições.

O fato de uma produção jornalística ser pensada como comunicação pública não determina os modos de apropriação. João traz em sua fala a importância que a Radis tinha para o controle social do SUS, quando ele era conselheiro e se baseava nas matérias para desconstruir argumentos dos gestores do SUS, para enfrentar “com mais propriedade” o poder dos donos de hospitais, na relação com o SUS, e confrontar o poder municipal, em relação ao saneamento. Lérida valoriza o aspecto da revista na formação dos profissionais de saúde. A importância da abordagem que

estimula o caráter emancipador da defesa de direitos é que ela favorece uma apropriação também emancipadora, como descreve João, ou como defende Vanilson, quando pleiteia para os conselheiros os exemplares da revista e não para os gabinetes das secretarias de saúde.

Outro pressuposto da comunicação pública é que ela fortaleça e privilegie a produção regional e local. No caso da concepção da EBC, defende-se o movimento “Reconstrói EBC e a comunicação pública”, que busca retomar o projeto original da empresa pública. Essa formulação implica no estímulo à produção e na garantia de presença na grade de programação de conteúdos com diversidade regional de temas e produções locais. No caso de uma comunicação como a realizada na Radis, assim como para a comunicação radiofônica e mesmo nos processos digitais, a ideia é o estímulo à pulverização de iniciativas de comunicação a partir dos territórios e comunidades locais, em rede, e não a centralização em uma produção nacional.

Ao tratarem do protagonismo de vozes e do contraditório nas conversas individuais, a posição de Lérica foi uma das mais explícitas em relação à ausência nos textos da Radis “dos que não sejam de ideologia de esquerda”, posição que ela teve a oportunidade de expressar na conversa coletiva. Luiz, que não pode participar da conversa coletiva, em que a presença do contraditório foi debatida, afirmou nas conversas individuais que, em relação à proteção ambiental, por exemplo, não veria contribuição ao debate caso a revista “colocasse os pontos de vista contrários só para polemizar”. O tema da presença do contraditório será retomado mais adiante.

As análises individuais sobre as matérias escolhidas foram além da identificação de vozes presentes ou ausentes e trouxeram olhares e insights sobre o quê determinados perfis de entrevistados são instados a falar ou não e sobre a abrangência da fala esperada de representantes de determinados grupos sociais.

Em relação às vozes presentes nas matérias do SUS, Júlio cita, principalmente, “os militantes do movimento sanitário e os trabalhadores e usuários que são representantes do controle social. “Nós falamos para nós mesmos”, observou simultaneamente sobre a Radis e o movimento sanitário. Em relação às vozes ausentes, Júlio cita o “povão”, a classe média usuária dos planos de saúde, o setor privado de saúde e os jovens. Na matéria do “SUS tamanho Universal”, Júlio destaca a ausência de “vozes suprapartidárias”, o mesmo que apontara na matéria de 2015,

que enumerava e discutia as ameaças ao SUS em discussão no Congresso. Falta “uma visão suprapartidária que permita valorizar a atividade política e os parlamentares comprometidos com o SUS”, diz, observando que esse é um problema do movimento sanitário atual, que se reflete sobre a revista. Além disso, analisou que a revista, deliberadamente editou a capa e os títulos de uma maneira que reforça o preconceito contra os políticos em geral e contra a atividade parlamentar o lugar da política.

As análises de Júlio podem ser apropriadas na discussão sobre pressupostos para a comunicação pública, para além do que representam como debate interno do movimento sanitário ou da condução editorial da Radis. Ao expor esse viés do movimento e da revista e a ausência de todas essas vozes, ele sinaliza para uma redução a diversidade de vozes. Ocorre que essa diversidade de vozes é um dos pilares da comunicação pública, em qualquer de suas formulações.

Como situação paradigmática no sentido oposto a esse encolhimento na representação e na diversidade de atores que Júlio indica estar acontecendo no movimento sanitário, retomo aqui a descrição do dia em que conheci Vanilson e, a partir do qual, ele passou a ser uma fonte frequente em matérias da Radis.

Em meados de 2017, o Conselho Nacional de Saúde reunia-se no campus da Fiocruz e os conselheiros se dividiram em grupos para visitar algumas unidades e conhecer as áreas de atuação da instituição. Vanilson foi à centenária Biblioteca de Manguinhos, no ICICT, para ouvir sobre todas as atividades de informação e comunicação da Fiocruz. Era a primeira vez que pisava numa biblioteca. No grande hall entre os salões de leitura, os dirigentes e especialistas que o receberam se reuniram para o registo fotográfico da visita, uma tradição centenária a que já compareceram Einstein<sup>403</sup>, Sabin<sup>404</sup>, Fidel<sup>405</sup>, Lula<sup>406</sup>. Enquanto o grupo que recebera Vanilson se reunia para a foto, o conselheiro passou a chamar e convidar todas as pessoas que estariam na biblioteca naquele momento, as recepcionistas, os jovens surdos que conversavam a distância, o pessoal que estava nas salas de leitura, as

---

<sup>403</sup> No Instituto Oswaldo Cruz, em 1925.

<sup>404</sup> No Instituto Fernandes Figueiras, em 1961.

<sup>405</sup> No Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, em 1989.

<sup>406</sup> Diante da escadaria do Castelo Mourisco, em 2004.

moças da limpeza, os vigias etc. Segundo o conselheiro nacional de saúde, tratava-se de uma foto do SUS e todo mundo fazia parte do SUS. Apenas o fotógrafo não estava na foto “do SUS”. Então, uma segunda e última foto foi feita, desta vez com a troca do fotógrafo, por alguém que estava na foto anterior, e ninguém mais ficou “Fora do SUS”.

Ao analisar matéria sobre o controle social publicada em 2014, Ana Isabella viu em falas de empresários e parlamentares contrários à Política Nacional de Participação Social a presença da voz divergente que ela considera frequente em matérias da revista. Assim como Júlio, em outra matéria, ela sentiu falta dos “usuários do SUS que não são representantes ou não estão representados no processo decisório participativo”.

Com isso, fica sinalizada mais uma vez para a discussão sobre a amplitude que caberia à escuta na comunicação pública, um recorte que exclui, em determinadas matérias sobre o SUS ou a participação social da Radis, um perfil de vozes que não correspondem às representações sociais instituídas.

Foi na análise dessa matéria sobre a participação social que João levantou uma questão essencial sobre o fato de, “na Radis ou na mídia em geral”, as pessoas negras, indígenas e trans serem incluídas para falar de uma forma excepcional, “como uma cota”, e “só quando o assunto são eles, quando é no quadrado deles”. João observa que essas pessoas são acionadas para falar sobre o racismo, sobre a questão indígena, a identidade trans, mas não sobre outros temas em geral. Ele afirma que não faltam temas da negritude ou a presença da “fala negra” nas reportagens da revista, mas questiona a falta de protagonismo dessas vozes para tratar de outros temas além do racismo, ou de saúde da população negra.

O que João defende sinaliza para a necessidade de o lugar da diversidade representacional na comunicação pública não ser objeto da compartimentação temática, o que seria uma ‘racialização’ da fala negra, o que não ocorre com a voz da pessoa branca.

Quando Vanilson fala em sua análise sobre as experiências frustrantes das pessoas em situação de rua com as entrevistas que são feitas com eles em pesquisas acadêmicas ou em reportagens, ele traz para a reflexão da comunicação pública a necessidade de um modelo diferente de ambas as abordagens, com mais respeito na

escuta, mais coerência com uso que se faz da informação e a uma preocupação com os efeitos do conhecimento de se produz, com as informações e sentidos sobre elas que são colocadas em circulação.

Ele levanta outra questão ao analisar a reportagem que trata das vivências e das políticas relativas à população em situação de rua, que é a setorização que ele enxerga naquilo que é perguntado para os especialistas, gestores, autoridades do judiciário e o que é dado a falar para os que vivem em situação de rua. Ele defende que o jornalista não se limite a ver essas pessoas como habilitadas a apenas narrar suas próprias histórias. Vanilson defende que o seu apontamento seja compreendido como uma reivindicação em relação a como constitui uma comunicação pública. Reivindica que às pessoas que estão no lugar de fala não especializado seja garantido o espaço para falar também das políticas públicas. Segundo Vanilson, a pessoa comum, que vive em situação de rua, traz conhecimentos que os especialistas não dominam e que são igualmente importantes de serem ouvidos, conhecimento que ele nomeia como “Ruologia”.

A análise de Josenilton sobre a reportagem acerca dos dois temas “tabu” do aborto e da homossexualidade, em discussão no STF, é relevante para ser agregada à reflexão sobre o lugar do contraditório. O tema retornou ao debate na conversa coletiva. Na visão de Josenilton, a decisão sobre a presença do contraditório não deve ser baseada em um critério formal ou métrico de “ouvir os dois lados”, mas na pertinência dessa fala avaliada de acordo com o tema e a construção da matéria. Ao analisar a matéria das “novas vozes masculinas”, Ana Augusta se viu refletindo sobre em que situações cabe colocar em confronto no jornalismo as posições antagônicas. Foi nesse momento que ela se colocou pela primeira vez no lugar da escolha editorial sobre o que priorizar em uma reportagem.

Essa e outras dimensões do jornalismo são questões a serem consideradas na constituição da comunicação pública. Mas nem tudo na comunicação pública se trata de jornalismo. Existirão outras nuances a serem consideradas nas muitas modalidades, gêneros e estratégias de comunicação concomitantes de qualquer projeto de uma comunicação pública. Essas diferenças devem ser levadas em conta para não submeter a lógica de determinadas modalidades ou gêneros da comunicação às de outros.

O que Richarlls levanta em duas de suas análises, sobre as “novas vozes masculinas” e sobre as “vozes de mães”, é o quanto a presença de mais alguma perspectiva pode melhor mostrar as dimensões de um tema reportado. Ele insta a comunicação a ousar ir além do que as fontes de origem de uma matéria ou do escopo óbvio podem agregar à compreensão de uma dada realidade. Essa é uma questão que remete à dependência das reportagens às perspectivas das fontes sobre quando é o caso de ir além delas. Elânia se depara com uma situação semelhante ao analisar “a voz da ciência” em entrevista sobre um estudo para a testagem de vacinas contra o HIV no Brasil. Além de colocar em questão o jornalismo declaratório, como tem sido nomeada a prática de apenas repassar uma informação ou fala apurada, sem questioná-la criticamente, Elânia traz outra questão sensível para a comunicação pública que é o compromisso com a superação de desigualdades regionais, o que inclui o acesso a tratamentos ou imunizações experimentais.

Ao analisar a presença de vozes vulnerabilizadas em duas matérias que se articulam, Vanilson detecta as variações de nomeação que transitam numa matéria desde a apuração até a edição, como no exemplo que levanta e torno da expressão “vulneráveis” e “catadores de lixo”. A hierarquia entre repórteres e editores na imprensa empresarial deixa pouca margem de negociação entre o que é apurado, escrito, editado e publicado. Pensar uma nova dinâmica de comunicação implica em pensar novas formas de processo de trabalho em que as hierarquias rígidas da tradição do jornalismo podem dar lugar a processos mais dialógicos em que o resultado final corresponda a uma construção mais coletiva. É nessa mesma matéria que Vanilson valoriza o espaço dado aos comunicadores populares. Em uma edição posterior, os comunicadores assumiram o lugar de produzir e assinar suas narrativas dentro das próprias narrativas sobre a realidade e o enfrentamento à pandemia em seus territórios.

Isso diz respeito a outros pressupostos de uma comunicação pública, como a produção local e autônoma de conteúdos, questão que vem sendo reiterada nos documentos relativos à “reconstrução da EBC e da comunicação pública”, igualmente valorizada em documentos institucionais da Fiocruz sobre a comunicação em tempos de pandemia.



Elânia também destaca, ao analisar as “vozes do cuidado”, que, além de feministas, essas são vozes periféricas e dá outros exemplos de coletivos de comunicação e movimentos de saúde comandados por mulheres que conquistaram o direito de falar. A professora e liderança de movimento de mulheres que apresentou a Radis a Elânia é um exemplo na sua região de uma mulher que conquistou seu espaço de fala antes mesmo de avançar em sua escolarização, tornando-se uma referência para inúmeras outras mulheres em seu território. Essa professora representa a voz de quem reverteu a inscrição de uma mulher supostamente fadada à subalternização.

As histórias de Cainã sobre as formas como utiliza a revista em sala de aula, como foi o caso das edições sobre a “Cidadania de papelão” e “O trabalho nas costas”, devem ser ouvidas não apenas como um relato sobre uma revista que chega nas salas de aula, nem como “a comunicação que alcança e influencia um público-alvo”. São exemplos vivos de circulação e apropriação de sentidos que vão muito além da transmissão de informação. Há uma intensa dinâmica de apropriação e ressignificação que acontece nas aulas, nos vídeos da professora no YouTube e no Instagram, nas apropriações que fazem os estudantes do que leem nas reportagens e transformam em argumentos e contextos das redações nos estudos e nos exames do Enem.

Pensar a comunicação pública é se ver nesse circuito de uma rede de produção de sentidos e não em uma central de produção de conteúdos destinada a atingir públicos. No caso da saúde, com a sua tradição prescritiva, é também não pretender nem ter a ilusão de estar “mudando comportamentos”.

Outra escolha e análise de Cainã, a matéria sobre as vozes excluídas na educação, é um atestado de quem vivenciou, em três turnos por dia, a realidade da exclusão digital no país. Essa é uma questão sensível a ser endereçada em qualquer novo projeto e estratégia de comunicação. Por mais que a exclusão digital e a “falta de acesso” sejam enunciados como uma preocupação, na prática há uma colonização das mentes de técnicos e gestores em relação à suposta ideia de que “todo mundo hoje em dia pode acessar tudo pela internet”, ou que “hoje em dia qualquer pessoa tem um celular”, ou de que “o digital e a internet aumentam o acesso”, ou “democratizam o acesso”. São novos dogmas que desconsideram a realidade que se

descortinou na pandemia, por exemplo, e que tem números e exemplos de sobra nas reportagens sobre a muitas formas de exclusão presentes nas edições das Radis nesses anos.

A teoria sobre “desertos informacionais” ou a visão de que “só falta acesso nos interiores” não correspondem à realidade da desigualdade digital nos grandes centros, do custo e das finalidades de uso dos dispositivos digitais, do número de computadores e celulares por família, dos espaços disponíveis para o estudo e trabalho remoto, das barreiras etárias e de habilidades para o uso dos dispositivos e da internet, além de não levar em conta a impessoalidade e não dialogicidade da oferta exclusiva de serviços públicos por meio digital.

Fica, portanto, mais um alerta do que mostram as análises dos participantes sobre como pensar as muitas possibilidades da comunicação pública regidas pelo fetiche da digitalização da vida. É igualmente ilusória da chamada noção “darwinista” da obsolescência e substituição de mídias velhas por novas, desconsiderando a relevância da complementariedade de mídias como se viu nas matérias analisadas que mostraram a multiplicidade de estratégias que foram desenvolvidas pelos comunicadores populares e ativistas nas periferias, incluindo muitas estratégias analógicas e interpessoais de comunicação que se mostraram mais adequadas para o enfrentamento coletivo à pandemia e suas consequências desiguais.

Na conversa coletiva de janeiro de 2021, foi possível perceber a revisão ou a consolidação de algumas posições do primeiro olhar que os participantes lançaram para a revista e a comunicação pública no contexto da pesquisa. Em parte, pela imersão na análise das matérias selecionadas, mas também pela percepção mais aguçada na leitura das revistas nos meses seguintes, como alguns relataram.

Ao dizer quais as vozes presentes e com protagonismo que encontram na Radis, os participantes sinalizam que vozes seriam fundamentais terem esse lugar na comunicação pública. Na revisão das vozes presentes na Radis, saindo da especificidade dos textos escolhidos e voltando para uma percepção mais geral, os participantes acabaram por fazer uma síntese coletiva e mais concisa: “as pessoas que geralmente fazem parte dos grupos minoritários, não quantitativamente falando, mas historicamente falando, como personagens protagonistas” (Cainã); “a voz presente de mulheres, de pessoas trans, não binárias, de pessoas em situação de

rua, vozes que não são ouvidas pela mídia hegemônica e que são ouvidas aqui na Radis” (Elânia); “as vozes das pessoas vulneráveis, sejam elas indígenas, quilombolas, pessoas moradoras de rua, população de rua no caso, trans.... o que a gente não costuma ver em outros locais” (Ana Isabella); “eu nunca tinha visto isso, em nenhum lugar. Ver essas pessoas aqui num lugar de importância e não num lugar de objeto, de riso, para outras pessoas rirem.... na Radis tem espaço para essas populações vulnerabilizadas, invisibilizadas... eu nunca tinha tido acesso a outros meios de comunicação que fizessem isso dessa forma. Eu não conheço outra revista que traga essas pessoas vulnerabilizadas enquanto sujeitos assim (Ana Augusta).

As considerações levantadas pelos participantes acerca do lugar do contraditório em uma comunicação pública não são consensuais nem esgotam o tema. No entanto, refletem um pensamento estabelecido com base no acompanhamento da Radis por vários anos e em uma análise mais profunda possibilitada pela imersão na pesquisa, o que o credencia como ponto de partida para a continuidade dessa discussão para lidar com essa questão inarredável na construção de uma comunicação pública, em especial no âmbito da saúde.

Retomo uma síntese do debate, porque é um exemplo do que se esperaria de um conselho externo na comunicação pública: trazer discussões e visões que possam dialogar com propriedade sobre um direcionamento mais geral da linha editorial com a direção institucional e as equipes técnicas do jornalismo na comunicação pública.

No debate que se estabeleceu, predominaram dois grupos de pensamento, ambos partindo do princípio de atualmente existe a presença do contraditório na Radis. Por um lado, a percepção de que de que “os textos são bem construídos, busca-se sempre trazer ali os pontos de vista dos temas que são debatidos”, com o “cuidado” de “não dar palanque para certos tipos de lado do debate, como os negacionistas”, como exemplifica Josenilton. Nessa visão, é endossado por Elânia, que entende que são escassos os espaços “para a gente discutir saúde de uma forma séria, enquanto direito humano” e “nos momentos que nós temos para fazer uma defesa da ciência e da garantia de direitos”, não cabe à Radis “dar mais um espaço para um ponto de vista, para um posicionamento que já está posto na nossa sociedade”. Josenilton e Elânia deram como exemplo a questão do aborto em suas análises. Ana Augusta, por mais que tenha demonstrado interesse em ouvir e dialogar

com argumentos contrários aos consensos dos direitos humanos, da proteção ambiental e da saúde coletiva, ao se deparar com situações concretas de escolhe entre problematizar melhor essas questões “como na matéria do Legado de Durban”, concluiu que não se deva dar espaço para um discurso que defenda o racismo, por exemplo. Nas questões da saúde coletiva, ela reforça essa posição: “se o lema da revista é ‘meu lado é o SUS’, a gente tem um lado, então se tem um lado tem que defender esse lado”.

Outra perspectiva parte do entendimento de que o contraditório existe na publicação, mas defende uma garantia ou ampliação maior desse espaço. Ana Isabella foi nessa linha: “eu acho que tem que dar espaço... acho que a Radis tem levado para esse lado. Se ela cortar parte e não houver aquelas pessoas que falam o contraditório, fica uma revista de uma certa forma muito ativista e não sei se esse seria o objetivo”. Cainã voltou a defender a presença “dos dois lados”, como havia feito nas conversas individuais: “quando eu falo em trazer os dois lados, eu não estou dizendo que eu vou abrir espaço para que negacionista defenda um ponto de vista, mas é até para gente entender que, ao falar aquele absurdo, isso tem que ser combatido, porque a informação é o que falta para muita gente na sociedade”.

Nas conversas individuais, Cainã incluiu o aborto como um dos que poderiam acolher posições contra e a favor na revista, o que revela a permanência desse tema “tabu” fora do consenso social sobre ser assunto de saúde pública e do direito da mulher, divisão que se expressa nas conferências de saúde e, de forma residual, nas mensagens na seção Voz do Leitor contra o posicionamento da Radis. Júlio reforça o ponto de vista expressado na conversa coletiva por Cainã: “sendo uma revista pública, acho que tem que ter um pouco esse espaço nessa linha...Tem que expor e se posicionar. A revista pode fazer isso por meio do editor, de outros entrevistados, de outras vozes”.

Na conversa do “Conselho da Radis”, houve uma tréplica. “Dar voz, dar visibilidade, dar os holofotes às populações vulnerabilizadas historicamente não significa que eu estou invisibilizando os outros, eu só estou dando um lugar para as pessoas que não têm lugar”, retomou o argumento Ana Augusta. “Eu não acho que a Radis invisibiliza essas outras vozes, diferentemente dos outros meios que invisibilizam as vozes das populações vulnerabilizadas. Acho que tem uma grande

diferença aí, entre não dar palco e invisibilizar”. Josenilton voltou para reforçar o “ponto de vista que a revista tem contraditório sim, chama várias vertentes para o debate, mas que, em determinados temas, como Elânia mesmo disse, que já estão mais do que discutidos na grande mídia, como esses exemplos aí do aborto, do racismo, não tem que chamar realmente o contraditório”.

Outro ponto problematizado em conjunto foi sobre as semelhanças da Radis com outros processos de comunicação. A discussão exploratória permitiu constatar o quanto não há uma referência consolidada do que seja a comunicação forte no país, com sua tradição hegemônica da comunicação comercial, uma imprensa alternativa sazonal e um espaço pequeno ocupado por experiências de comunicação pública que não chegaram a se instituir como uma referência. No geral, não encontraram nada semelhante, mas, de qualquer forma, foram apontadas algumas características presentes em outros exemplos de comunicação, menos pelos públicos interlocutores do que pela linha editorial ou a linguagem, com EBC, TV Cultura e o seu programa Roda Viva, Outra Saúde, a revista acadêmica latino-americana Polis, o coletivo paulista de comunicação Periferia em Movimento e o jornal popular Embarque no Direito.

A possibilidade de pensar a participação e o controle social na Radis, como exemplo do que seria desejável na comunicação pública, foi incentivada. Como esperado, a referência de como fazer se voltou para os exemplos da participação e controle social do SUS e o Conselho Curador da EBC, a experiência, infelizmente, pouco conhecida para além do universo de pessoas envolvidas contra ou a favor da democratização da comunicação no país. Josenilton estimulou outras maneiras de participação menos institucionalizadas como pesquisas de opinião com os leitores menos institucionalizadas também. João sugeriu uma participação por alguns conselhos e colaboradores, voltada para a produção em redes locais e descentralizadas ampliando a circulação dessa comunicação e a transformando em um debate permanente.

Uma outra questão relevante diz respeito ao lócus de uma comunicação pública na saúde. Não existe nenhum pressuposto que estabeleça onde pode ou não ser instituído ou vincular-se um processo que atenda às expectativas com as quais estamos trabalhando nesta pesquisa. Existe, porém, a possibilidade de avaliar as

condições favoráveis para que um espaço de comunicação pública com essas características tenha chances de prosperar no âmbito da saúde

Durante as conversações, Júlio levantou a proposta de uma política de comunicação do SUS vinculada à direção do Ministério da Saúde, motivado pelas discussões da pesquisa, mas também pelo interesse estratégico que vê na comunicação para o SUS e baseado em experiências exitosas que conduziu em Cuiabá e no Mato Grosso.

Compreendendo a importância dessa proposta, cabe analisar a viabilidade de ela se constituir como uma proposta que se pautar pelos princípios da comunicação pública. Creio que ela teria grande dificuldade de se constituir com esses pressupostos, caso não houvesse uma mudança profunda na forma com que os governos têm lidado com as estruturas de poder ministerial. Até mesmo porque essa proposta implicaria na “centralidade da participação popular no SUS”, como propõe Júlio.

No caso específico da saúde, a questão de vinculação de uma política ou da estrutura a implementá-la estar sob direção do Ministério ou do Conselho Nacional de Saúde já seria um fator restritivo. A possibilidade dessa proposta assumir as características de comunicação pública seria maior, se vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

Mesmo nesse caso, outro fator é a própria tradição do Conselho, ainda presa à visão instrumental da comunicação, “para” a defesa do SUS, “para” divulgar ações do Conselho, “para” a formação de conselheiros de saúde, “para” informar a população etc. Essa visão se expressa nas inúmeras vezes em que o assunto foi tratado por conselheiros nas reportagens da Radis. Não é diferente na maioria das deliberações das conferências nacionais de saúde, com exceção da 15ª CNS, que teve propostas mais próximas da ideia do direito à comunicação.

Na 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde<sup>407</sup>, organizada pelo Conselho Nacional de Saúde, em 2017, com a proposta central de “discutir a democratização do acesso da população às informações sobre saúde”, não foi muito diferente. Em razão da presença de atores sociais fora da institucionalidade da saúde

---

<sup>407</sup> Que teve cobertura jornalística na Radis 177, jun 2017, p. 10-13.

em Brasília, ligados aos movimentos de democratização da comunicação e às concepções do campo da Comunicação e Saúde, o evento teve encaminhamentos finais que caminhavam em duas direções diferentes, uma mais instrumental e outra mais dialógica.

Stevanim & Murtinho (2021), ao analisar as resoluções das conferências nacionais de saúde, da 8ª à 16ª CNS, constatam que a 1ª CNLCS “trouxe à cena a noção de direito à comunicação, que deveria ser assegurado para todos e todas, assim como a saúde e a cidadania, e os articulava como luta única ao lado de outros direitos”.

Também se defendia a necessidade de democratizar a mídia e de fortalecer a comunicação em saúde, o que incluía: 1) a criação de uma política de comunicação do SUS e não para o SUS, que tivesse os usuários como protagonistas; 2) a busca de apoio de universidades e fundações para pesquisas sobre comunicação em saúde; 3) o fomento a redes alternativas; 4) a criação de um horário para o SUS nos meios de comunicação; e 5) o fortalecimento do Canal Saúde (Idem, p. 85).

Essas propostas se alinham com pressupostos que entendemos nesta pesquisa estar na direção da defesa do direito à comunicação, da democratização da comunicação e da constituição de uma comunicação pública no campo da saúde. Porém, os autores revelam em sua análise que:

Em contrapartida, novamente entram em disputa as duas vertentes de interlocução entre os dois campos: de um lado, uma perspectiva instrumental segundo a qual a comunicação estaria “a serviço” da saúde e de estratégias de fortalecimento desse setor, como indicava a expressão ‘comunicação em saúde’ no próprio título da conferência; e de outro, uma abordagem dialógica em que ambas poderiam se fortalecer mutuamente, como direitos fundamentais para o exercício da cidadania, mais afim com as premissas do campo “comunicação e saúde”. Nos debates do encontro, eram recorrentes propostas que sugeriam “instrumentalizar” a comunicação para “difundir informações de qualidade” sobre saúde, sem considerar a dinâmica do processo comunicativo (Idem, p. 86).

Trago com destaque esse relato e essa análise porque ela expressa uma diferença entre a visão que defendo neste estudo e visão tradicional e instrumental da comunicação. Poderíamos dizer que ela está tão “naturalizada” como pensamento e prática, que os que a colocam em prática nem mesmo se dão conta da diferença significativa das duas concepções. Não é incomum que as pessoas ou instituições

que trabalham na perspectiva instrumental e difusionista adotem expressões como “diálogo com a sociedade” por parecer-lhes uma nomeação mais acolhedora ou politicamente correta, enquanto colocam em prática campanhas verticais, divulgação científica, marketing institucional, difusão de informações, recomendações, instruções... Tudo, menos diálogo.



## CONCLUSÃO

Iniciamos essa jornada tomado como pressuposto a existência de múltiplas vozes na textualidade da Revista Radis e nos perguntando se a polifonia no jornalismo pode ultrapassar os limites da mediação, bem como se a voz do Outro pode ser protagonista na comunicação pública. Entendo que sim.

Percorremos um longo caminho atentos às teorias da comunicação e da enunciação, desafiados pela perspectiva de que vozes podem ser caladas ou interditadas de maneiras diversas. Revisitamos o contexto histórico, político, sanitário e comunicacional desde a origem do Programa Radis a partir da visão narrada pelas publicações do programa, inclusive da Radis, em 40 anos. Tivemos a companhia dos leitores que se dispuseram a participar da pesquisa em seus passos mais importantes para chegar a essa conclusão.

A mediação pode muito, mas não pode tudo. A mediação no jornalismo condiciona a comunicação de diversas maneiras, mas não é capaz de aprisionar as vozes e seus sentidos, bem como o sentido presente no enunciado. Não se consegue esconder inteiramente os discursos que emergem no ato da enunciação. Algo neles, mesmo o silêncio fundante ou a palavra silenciada, será, de alguma forma, possível de ser alcançado pelo leitor ao encontrar ressonâncias no Outro como um interlocutor.

A percepção sensível e poética de Ana Augusta já indicava, antes de ela ingressar na pesquisa, o alcance de vozes que atravessavam muitas barreiras por meio do texto jornalístico. Em fins de 2020, a leitora escreveu: “descobri a revista na época em que fazia cursinho... nem sabia da existência do campo da Saúde Coletiva... Radis me deu uma completa outra visão do que é saúde, ao tratar de temas tão plurais... decidi me graduar em Saúde Coletiva na UNILA”. Sob o pesado recolhimento na pandemia, prosseguiu: “estou no meio da graduação... Radis continua a fazer parte da minha formação e me dá força pra seguir e uma esperança... Nesse momento de quarentena, eu me encontro com as diversas vozes que a Radis traz, e ao fazê-lo, não me sinto só, mas habitada por elas”.

Seu olhar desembarcou nas conversações da pesquisa e encontrou na reportagem que escolheu para analisar as vozes simples do “povo que resiste” à injustiça ambiental provocada pelos grandes projetos que atingem e degradam os territórios em que vivem. Ela foi alcançada pelo protagonismo das vozes dos

pesquisadores da saúde ambiental e das pessoas, lideranças ou não, de comunidades atingidas que foram entrevistados: “Na Radis tem espaço para essas populações vulnerabilizadas, invisibilizadas”. A conexão da leitora foi além dos entrevistados. O encontro mais significativo para Ana Augusta, ao qual ela se referiu nas análises do capítulo anterior, foi com as vozes que chegaram a ela pelas palavras grafadas nas faixas que aparecem na foto da capa: “‘Queremos sermos indenizados por todos os danos causados à nossa saúde pela poluição vindo das indústrias’. Eu nunca tinha visto isso, em nenhum outro lugar... pessoas que não têm o domínio da norma culta da língua num lugar de importância... e não num lugar de objeto”.

A mediação tem força, mas não é capaz de aprisionar inteiramente o leitor no encontro com as vozes que a ele falam, da mesma forma que não tem o poder absoluto de ditar de quem é o protagonismo nessa interlocução. Essa discussão remete a outra pergunta de pesquisa, sobre a comunicação pública ser capaz de produzir um debate que possibilite o protagonismo dos sujeitos subalternizados.

A voz subalternizada de que fala a Ana Augusta, assim com a trajetória pessoal de Vanilson do anonimato nas ruas ou daquele que gostaria de ter sido ouvido no evento de Goiânia, em 2016, até a conquista do protagonismo que ele tem hoje, remetem ao desafio lançado por Spivak em seu “Pode o subalterno falar?”. Não seria a primeira vez que o protagonismo do subalternizado é referido na contemporaneidade.

Sandra Almeida (2019), tradutora e prefaciadora da obra de Spivak, publicou no artigo intitulado “Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial”. Com base no arcabouço teórico de Spivak, ela fez uma análise sobre a produção e recepção do trabalho de Carolina de Jesus no contexto de mais de 50 anos de publicação de seu texto *Quarto de Despejo*, com uma coletânea de textos publicados em uma coluna de jornal. O artigo fala da consciência do espaço e lugar de enunciação que Carolina demonstrava, mas também do significado das intervenções na produção do livro. Discute para além de “lugar de fala” a questão do “lugar de onde se ouve” e ainda sobre ética e solidariedade na construção dos espaços das histórias alternativas e legíveis.

Como responder à dupla questão central da pesquisa: qual o lugar do outro da comunicação pública e na Radis?

Vimos nas análises que há na Radis mais do que a presença de muitas vozes, mas um marcado protagonismo de vozes de fora da institucionalidade do SUS e da academia, entre elas a de atores sociais de fora do campo da saúde, de pessoas das periferias, de populações vulnerabilizadas.

O Outro da Radis são aqueles que têm as suas vozes expressas na textualidade da revista e que foram objeto de análise, o Outro que fala no enunciado. Sob outra perspectiva, o Outro da Radis são também os leitores, o Outro para quem a revista fala. Esse Outro que se fez representar no contexto da pesquisa. Mas existe ainda uma terceira maneira de ver o Outro da Radis, que são os outros em razão de quem toda essa discursividade existe e toda a interação com os leitores-interlocutores se dá. Um editorial de janeiro de 2013, em edição que teve como tema “Negligência: congresso de medicina tropical evidencia doenças relacionadas à pobreza”, sinalizava uma hierarquia em favor desse terceiro ente no texto e no título, “O leitor em segundo lugar”:

A máxima do cliente em primeiro lugar (ilusória no mundo do comércio, mas sempre citada) não se aplica ao leitor da Radis. Para começar, porque não o vemos como cliente, nem a saúde como mercadoria. Mas nesta edição, árida e de narrativas pouco atraentes, nem a sedução para o diálogo lhe sobra. Nossa expectativa é que se entregue voluntariamente à leitura deste mapa de iniquidades e diagnósticos nada otimistas e se junte a nós para colocar em primeiro lugar a maioria ausente, as populações negligenciadas. (...) Fazemos parte desse contingente, na medida em que somos Hemisfério Sul, tropicais, estamos expostos a um conjunto de doenças para as quais o interesse público é insuficiente e o privado praticamente nulo. É de forma não individualizada, como integrante de uma coletividade e a serviço dela que vemos o nosso leitor. (...) Boa luta solidária, caro leitor! (ROCHA, 2013)

Uma vez analisado o lugar protagonista do Outro na textualidade da revista e nomeado o lugar prioritário de razão da existência da Radis, reservado para esse Outro coletivo, brasileiro e do hemisfério Sul, dirijo essa reflexão para o lugar desse Outro que ocupa, com o seu afã de leitura e diálogo com a Radis e de participação nesse estudo, um lugar tão especial. Refiro-me ao Outro que é leitor. Na verdade, não é sobre o leitor, mas o que essa pesquisa com esses leitores me ajudou a pensar sobre o lugar do Outro da comunicação pública, como a soma dos muitos outros a que me refiro.

Trata-se de mais do que uma questão filosófica e existencial sobre pessoas que se encontram. A reflexão pertinente à pesquisa acadêmica e ao tema da revista é o quanto uma pesquisa, por mais dialogada, qualitativa e preche da presença da voz desses sujeitos, convive, necessariamente, com a impossibilidade de dar conta da dimensão do que está em questão. A pesquisa é um recorte, uma possibilidade, dentre muitas, de permitir uma visão da realidade, nas frestas que ela abre no mundo real para nos permitir pensar e produzir um conhecimento a ser agregado aos anteriores, que nos ajude a abrir e iluminar caminhos, frequentar ou transpor fronteiras.

A reflexão que o percurso dessa pesquisa traz para o nosso entendimento do lugar do Outro na Comunicação Pública, mas também para a nossa reflexão sobre o lugar do Outro na Saúde Coletiva e na Comunicação e Saúde, é que o Outro representa um universo de contextos, experiências, vivências, conhecimentos e interesses irredutível ao seu lugar no contato por meio da pesquisa, na atenção à sua saúde, na comunicação, ou no lugar que possa ocupar na textualidade de uma revista.

Essas pessoas, tão criteriosamente escolhidas no percurso metodológico da pesquisa, aceitaram imediatamente o convite, em parte pelo vínculo com a revista e o interesse já demonstrado por vários deles ao falar do lugar da revista em suas vidas. Os interesses e as afinidades estiveram fortemente presentes nesse contato e na construção com eles da pesquisa. As conversas tornaram esse encontro profundo e Inter penetrante.

Nessa perspectiva, com base em alguns depoimentos, como os de Ana Augusta, Ana Isabella, Josenilton e João Leopoldo, esse encontro profundo chegou a existir entre a revista e o leitor, o leitor e a revista, em determinados momentos, ao longo dos anos em que a leem.

O que procuro trazer para essa reflexão objetiva em resposta à pergunta que orienta a pesquisa, baseado na análise de todo o processo desenvolvido na pesquisa e levando em consideração tudo o que emergiu nesse processo conjunto de análises textuais e na contextualização delas, é que a dimensão do Outro é muito maior do que o que a comunicação pública pode alcançar ou oferecer.

O que a comunicação pública pode e deve fazer, em resposta ao desafio seminal de Spivak, é desenvolver-se como um espaço que se abre à presença do Outro e ao protagonismo da voz do Outro. Mas o Outro é um mundo, é um universo.

A alteridade é maior do que a polifonia, enquanto um soar conjunto de vozes enunciadas seja num texto ou não. A alteridade é maior do que a polifonia em um dado processo de comunicação. A alteridade é maior que a comunicação que acontece no encontro. O lugar do Outro na comunicação é um instante da existência do Outro.

Caminhando para a finalização desta Conclusão, desejo tratar de mais uma questão relevante, que não foi prevista como escopo central da pesquisa, mas surgiu no seu decorrer, trazida por participantes em suas generosas análises nas conversações.

Essa questão surge como um episódio banal que acometeu uma das participantes da pesquisa, ao divulgar em sala de aula a Revista Radis, que naquela edição de julho de 2018 tratava da produção e circulação de notícias falsas: “~~Mentiras~~ FakeNews têm pernas curtas longas”. O fenômeno discutido naquela reportagem se revelou dois anos depois um processo avassalador, estimulado pelo governo federal e seus apoiadores em meio à uma epidemia. Nos anos de 2020 e 2021, o negacionismo e a produção em massa de informações falsas tiveram papel relevante para desacreditar as medidas protetivas necessárias para reduzir a propagação da Covid-19 e para desacreditar a importância das vacinas e da vacinação.

Cainã trouxe para as conversações o caso da queixa de um casal de pais contra o uso de uma revista “de esquerda” em aula. O episódio poderia ter tomado outro rumo mais grave, como se viu com outros professores nessa época de insensatez. Conta que foi chamada à direção ouviu as alegações, fez as suas considerações, emprestou a revista ao diretor para ler também e continuou a trabalhar com as edições da Radis como um subsídio para os estudantes contextualizarem os temas e argumentarem melhor em suas redações para as provas do ENEM.

Em um país de maioria conservadora e que ainda não aceita direitos iguais, é improvável que a defesa dos direitos civis, políticos e sociais não seja visto com reservas ou como política partidária de esquerda e não como a opção por tomar partido dos direitos humanos e da Constituição, quando ela os abriga. A identificação

como sendo “de esquerda” poderia ser um elogio para a revista que tem suas raízes na luta contra uma ditadura civil-militar de direita. Mas isso a reduziria a algo homogêneo, que não explica o que significam as posições editoriais da publicação.

Aos leitores que indagam, a editoria da Radis sempre sinalizou as causas pelas quais toma partido e a visão de mundo que comunga, buscando fazer entender que não se trata de uma opção por alinhar-se a partidos, o que os dirigentes e gestores de partidos de esquerda que estiveram no poder não tardam a perceber.

A questão relevante é poder pensar, a partir dessas reflexões que fazem os participantes da pesquisa, o que representa a necessária recusa da “neutralidade” como um pressuposto para a comunicação pública.

No campo da saúde no Brasil, a inscrição da Radis, assim como a do movimento sanitário e dos campos da Saúde Coletiva e da Comunicação e Saúde, é historicamente identificada com o campo progressista e de esquerda, com práticas e propósitos suprapartidários que se opõe à Ditadura civil-militar, de 1964-1985.

Radis manteve-se na defesa da ampliação da democracia participativa, para além da representativa e meramente eleitoral, além da defesa dos direitos e da universalidade com equidade. Em inúmeros momentos, a revista foi crítica em relação a governos de esquerda, quando adotavam políticas em desalinho com esses princípios.

No contexto brasileiro, seria improvável a constituição de um projeto de comunicação pública abrangente ou setorial que não tivesse que lidar com o mesmo choque cultural e ideológico do enviesamento conservador dos parâmetros de “imparcialidade” cultivados pelas classes dirigentes conservadoras e pela mídia hegemônica. Permanece a questão de se uma comunicação pública deveria ser um espaço de isenção, sem a “impureza” de defender causas de tomar partido de ideias, de visões de mundo.

A propósito da orientação ideológica na imprensa, há uma tradição europeia de jornais assumirem suas posições ideológicas no espectro entre a direita e a esquerda, enquanto os norte-americanos, majoritariamente conservadores, não se assumem como tal, adotando o discurso da neutralidade e imparcialidade, escorados na ideia da objetividade do jornalismo. No Brasil, a imprensa hegemônica tem um histórico de

conservadorismo, flertes com as liberdades democráticas, uma forte atuação no jogo político-partidário e sustenta o discurso da neutralidade e imparcialidade.

Na perspectiva desta pesquisa, o lugar da mídia hegemônica na contemporaneidade é o da defesa dos interesses do mercado e do capital num contexto de mediação da vida social, em que ela atua como protagonista na regulação dos modos de vida em favor desses interesses. A importância de refletir sobre a questão ideológica e política para pensar a comunicação pública não é para isentá-la da participação política na vida social. É precisamente o contrário. A neutralidade em meio à injustiça social representa tomar partido da injustiça. A constituição de uma comunicação pública não prescinde dessa discussão.

É possível a constituição de uma comunicação pública no âmbito da saúde que abstraia o fato de que a comunicação hegemônica, a serviço do mercado e do capital, trata a saúde como uma “mercadoria” vocacionada ao lucro, trata a própria comunicação como uma “mercadoria” vocacionada ao lucro e a promover a as outras formas de mercantilização da vida? Com Stevanim e Murtinho (2021), entendo que não.

A comunicação pública deve ter uma clareza sobre seus propósitos e assumidos de forma transparente. A comunicação pública que defendo se origina da ideia do direito à comunicação como um direito humano e da luta pela democratização da comunicação. Portanto, é um pressuposto para essa comunicação que ela entenda e defenda a comunicação, assim como a saúde, como direitos.

Isso significa tomar partido contra quem quer que se aproprie da comunicação e da saúde como mercadoria, sentidos construídos ininterruptamente pela mídia hegemônica. Significa dizer que constituir uma comunicação pública não é oferecer uma outra opção, ocupar um lugar complementar no espectro das TVs, das rádios, do mercado simbólico da comunicação na esfera pública.

Pensar e construir uma comunicação pública no contexto brasileiro, mesmo que direcionada ao âmbito da saúde, é fazer a disputa pela produção social dos sentidos, a disputa ideológica e política contra o cerne da comunicação hegemônica. Implica fazer a disputa por direitos, pelo sentido do que é um direito, uma disputa por nomear quem tem direitos, por definir quais os direitos e também por escolher como exercê-

los. Estabelecer ainda a disputa pela possibilidade de pensar novos direitos que se imponham nas lacunas que obstaculizam o bem-viver.

Uma vez ocupado esse lugar, e sendo ele contra hegemônico, o desafio que se coloca para uma comunicação pública é perceber-se não mais apenas como um espaço em que se apresentam ideias e no qual ocorrem debates. Não há platitudes na comunicação. A perspectiva da comunicação como mercado simbólico traz a percepção de que a comunicação é um espaço de disputas de sentidos.

Para a comunicação pública existir como espaço polifônico de disputas em que sujeitos subalternizados tenham voz e que, mais do que isso, possam ter protagonismo, implica em mais do que ser um espaço de disputa de sentidos inclusiva, democrática e equitativa. Implica ser um espaço que disputa, um espaço que luta para existir como esse espaço de comunicação, e que luta pelo direito de resistir, de existir e estar ao lado das transformações da existência por parte dos sujeitos subalternizados, vulnerabilizados, invisibilizados.

Assim pensando, um pressuposto vital para a comunicação pública é que ela seja mais que um espaço, no sentido de ambiente de disputas e lutas. Que ela seja um espaço “que” luta, que tenha agência, que seja um ator na mesma luta emancipatória em que se empenham as vozes subalternizadas, estabelecendo, desse modo, um vínculo com o desafio que Spivak formulou em teoria, há 37 anos; que Sergio Goes colocou em ato, há 40 anos; que Arouca expressou em ideias e linhas de ação, há 36 anos.

Concluo essa tese que fala de comunicação, saúde e democracia, na iminência de uma eleição presidencial em que uma alternativa representa a continuidade de um projeto de destruição dos princípios, valores e direitos a que se refere este trabalho. A outra alternativa vem da resistência. Por método, devo tomar esse resultado como imponderável, porque decorre do que é da ordem da alteridade, do que virá do Outro, com base em seus contextos de vida e suas circunstâncias, do discernimento do Outro. Como cidadão, estou do lado da resistência e da luta pela reconstrução e, principalmente, por novas e mais justas construções.



## REFERÊNCIAS

A QUESTÃO democrática na saúde. **CEBES**, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2015/10/a-questao-democratica-na-area-da-saude/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

AGUIAR, R; ARAÚJO, I. **A mídia em meio às 'emergências' do vírus Zika:** questões para o campo da comunicação e saúde. Rio de Janeiro: RECIIS – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2016, jan.- mar.; 10(1) | [[www.reciis.icict.fiocruz.br](http://www.reciis.icict.fiocruz.br)] e-ISSN 1981-6278.

ALMEIDA, S. Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial. In: ALMEIDA, J. MIGIEVICHH-RIBEIRO, A. GOMES, H. (Org.). **Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas**. 2019, p. 139-155.

ARAÚJO, I. Comunicação, Saúde e Cidadania no Brasil. In: GONÇALVES, G.; FELIPPI, A. (Org.). **Comunicação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**. 1ed. Covilhã, Portugal: Livros Labcom Books, 2014, v. II, p. 111-122.

ARAÚJO, I. **Mercado simbólico:** interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. 352 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, I. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. **Interface** - Comunicação Saúde e Educação. Botucatu, v.8, n.14, set. 2003 - fev. 2004.

ARAÚJO, I. O campo da comunicação e saúde: contornos, interfaces e tensões. **XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: Intercom, 2013.

ARAÚJO, I. Os tambores do Olimpo e os tambores da Grécia: por melhores lugares de interlocução. In: Fausto Neto, A. (Org.). **Os mundos das mídias: leituras sobre a produção de sentidos midiáticos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006. p. 233-251.

ARAÚJO, I; AGUIAR, R. O vírus Zika e a circulação dos sentidos: entre limites e ressonâncias, apontamentos para uma pauta de pesquisa. In: Castro PC, (org.).

**Circulação discursiva:** entre produção e reconhecimento. Maceió: Edufal, Ciseco; 2017, p. 141-162.

ARAÚJO, I; CARDOSO, J. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

ARAÚJO, I; CARDOSO, J. Comunicação e Saúde: desafios para um pensar-fazer em sintonia com o SUS. In: Pelicioni, M; Mialhe, F. (orgs.) **Educação e promoção da saúde** – teoria e prática. São Paulo: Ed. Santos, 2012. p. 115-132.

ARAÚJO, I; DE LAVOR, A; AGUIAR, R. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada: apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **RECIIS** – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, Fev., 2013.

ARAÚJO, I; MADEIRA, W. Estratégias discursivas e (des)colonização da enunciação: as Conferências de Saúde como campos de batalha. In: SACRAMENTO, I. **Mediações comunicativas da saúde**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. p. 165-190.

AROUCA, S. A Reforma Sanitária é irreversível. **PROPOSTA** – O JORNAL DA REFORMA SANITÁRIA, mar. 1987. Editorial. n.1 p. 2.

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/Radis20/1756>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARATA, Rita de Cassia Barradas. **Saúde e direito à informação**. Cad. Saúde Pública [online]. 1990, vol.6, n.4, pp.385-399. ISSN 0102-311X. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1990000400003>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BARATA. Rita Barradas. Cem anos de endemias e epidemias. **Ciência & Saúde Coletiva** 5(2): p. 333-345, 2000. Disponível em <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0901.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2022.

BEZERRA, P. Polifonia. In: Brait, B. (org). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-33.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.

BRASIL. **Instrução Normativa Secom n.1/2018 Período Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/in-periodo-eleitoral-2018-vsicom-2.pdf#acontent>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CÂMARA FEDERAL. **Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR. 23/04/2019**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CÂMARA FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição n. 5**, de 2 mar. 1983. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/diretas-ja>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CAMARGO, A.M. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, C; TELES, E; TELES, J. (orgs.) **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil, volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p.424-43.

CARDOSO, J; ROCHA, R. **Interfaces e desafios comunicacionais do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 23(6);1871-1879, 2018

CARRANÇA, T. Governo prevê desestatização da EBC em janeiro de 2022, diz secretário. **Valor**. São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/29/governo-preve-privatizacao-da-ebc-em-janeiro-de-2022.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CGI.br. **TIC Domicílios 2018**. Disponível em: <<https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

COM crescimento digital, folha lidera mercado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2019, Poder, p. 1<sup>a</sup>, A8.

COMUNICAÇÃO é estruturante para a saúde. **Revista Radis**. Rio de Janeiro: jan. 2016, p.35.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional Livre de Comunicação em Saúde**. Brasília, 23 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias/473-relatorio-fianial-da-1-conferencia-nacional-livre-de-comunicacao-em-saude.html>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

COSTA, A.M., NORONHA, J.C., NORONHA, G.S. Barreiras ao universalismo do sistema de saúde brasileiro. Em: TETELBOIN, C., LAURELL, A.C. (coord). **Por el derecho universal a la salud: una agenda latinoamericana de análisis y lucha**. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 17-39.

DUARTE, J, VERAS, L. (Orgs). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2010.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p.59-71.

DUARTE, J., DUARTE, M. Y. Serviço público, comunicação e cidadania. In: NASSAR, P., MARETTI, E. **Comunicação pública: por uma prática mais republicana**. São Paulo: Aberj, 2019. p. 57-78.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Regimento Interno da ENSP / Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**. Rio de Janeiro: ENSP, 2015. p. 37. Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/regimento-interno>>. Acesso em: 19 set. 2022.

FACCHINI, L. **'A Declaração de Alma-Ata se revestiu de uma grande relevância em vários contextos'**. Portal RPSJV/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2018.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de Comunicação da Fiocruz** / Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**.

Disponível em:

<[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatorio\\_de\\_gestao\\_de\\_2013\\_fiocruz\\_v01.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatorio_de_gestao_de_2013_fiocruz_v01.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2022.

IBGE. **PNAD Contínua TIC 2017**: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 19 set. 2022.

ICICT. **Seminário 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

2018. Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=6&v=fR9AiDqFWYU](https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=fR9AiDqFWYU)>. Acesso em: 19 set. 2022.

IMPrensa ALTERNATIVA. In: FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>>. Acesso em: 19 set. 2022.

INTERVOZES, REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Media Ownership Monitor – Brasil: Quem Controla a Mídia no Brasil**. 2017. <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>> Acesso em: 19 set. 2022.

LIEDTKE, P.F. EBC: **O governo interino Temer e o golpe na comunicação pública**. Intercom. 2016. Disponível em:

<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1385-1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2022.

MACHADO, C. Entrevista Sergio Goes. **Revista Radis**, Rio de Janeiro. Jan. 2007, n. 53, p. 2)

MENINGITE, a epidemia que a ditadura não conseguiu esconder. **Cremsp**. 2005.

Disponível em: <<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=216>>. Acesso em: 19 set. 2022.

MURTINHO, R. **Estado, comunicação e cidadania**: diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação. 2012 – 241 f. Tese (Doutorado em Comunicação). UFF/IACS, Niterói-RJ, 2012.

ORLANDI, E.P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

PINTO, M. **Comunicação e Discurso**: introdução à análise de discursos. 3. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PORTINARI, N. **O mico da TV pública**: como os governos Lula, Dilma e Temer torraram R\$6 bilhões no devaneio de criar a BBC brasileira. Revista Época, 20 ago. 2018, p. 32-42.

Programa Resistir é Preciso, produzido pela **EBC**. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/resistir-e-preciso/episodio/a-imprensa-alternativa-pelo-brasil-afora>>. Acesso em: 19 set. 2022.

QUE venham as críticas. REVISTA SÚMULA. **Coletânea RADIS 20 Anos**. 1982. n. 1: p. 1. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/acervo/coletanea-radis-20-anos>>. Acesso em: 19 set. 2022

RADIS. **Coletânea RADIS 20 Anos**. 2002. Disponível em <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/acervo/coletanea-radis-20-anos>>. Acesso em: 19 set. 2022.

RADIS. **Hemeroteca Radis**. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/acervo/hemeroteca>>. Acesso em 19 set. 2022.

RADIS. **Todas as Edições**. Disponível em: <<https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/todas-edicoes>>. Acesso em 19 set. 2022.

ROCHA, R.L. **Em busca do diálogo**: um estudo sobre interatividade na comunicação. Orientador: Muniz Sodré. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). 144p.

ROCHA, R.L. O leitor em segundo lugar. **Revista Radis**, Rio de Janeiro. Jan. 2013, n. 124, p. 3)

ROCHA, R.L. **Os negócios da mídia e a comunicação da saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(2), 2016.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEVANIM, L. MURTINHO, R. **Direito à Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

TRIBUNA DO TRABALHADOR. **40 anos do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**: Mais que a voz, o guia do trabalhador. SMABC. São Bernardo, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.smabc.org.br/hotsites/tribuna30anos/anos70.htm>>. Acesso em: 19 set. 2022.

UMA epidemia sob censura. Disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/revolta/pdf/M9.pdf> >. Acesso em: 19 set. 2022.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.